



# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2056

Terça-feira - 09 de Agosto de 2016

Florianópolis/SC

## Sumário

### Municípios

Água Doce.....	2	Gaspar .....	126	Peritiba.....	233
Alto Bela Vista.....	3	Governador Celso Ramos .....	128	Petrolândia .....	234
Antônio Carlos .....	4	Guaraciaba .....	129	Planalto Alegre.....	236
Arroio Trinta.....	6	Guaramirim .....	130	Ponte Serrada .....	241
Balneário Piçarras.....	10	Herval d'Oeste .....	131	Porto União.....	242
Balneário Rincão .....	11	Ilhota .....	136	Presidente Nereu.....	250
Barra Bonita.....	12	Imbituba .....	137	Princesa .....	259
Barra Velha.....	14	Indaial .....	140	Rio do Sul.....	266
Benedito Novo .....	16	Ipumirim .....	143	Romelândia.....	270
Biguaçu .....	17	Irineópolis .....	150	Santiago do Sul.....	271
Blumenau .....	20	Itaiópolis .....	151	São Bento do Sul.....	272
Bom Jesus do Oeste .....	42	Itapema .....	152	São João do Oeste .....	275
Botuvera.....	43	Itapiranga.....	153	São João do Sul .....	276
Braço do Trombudo .....	44	Itapoá .....	155	São Joaquim .....	277
Brusque.....	45	Ituporanga .....	157	São José.....	278
Caçador.....	49	Jaraguá do Sul .....	158	São José do Cedro.....	280
Camboriú.....	53	Joaçaba .....	176	São Lourenço do Oeste.....	281
Campo Alegre .....	54	Lages .....	180	São Miguel da Boa Vista .....	282
Campos Novos .....	65	Laguna .....	183	São Pedro de Alcântara.....	298
Canelinha .....	78	Leoberto Leal.....	186	Schroeder .....	300
Canoinhas.....	80	Luzerna .....	187	Seara .....	310
Capinzal .....	82	Mafra .....	189	Serra Alta .....	311
Catanduvas.....	85	Maracajá .....	191	Sombrio.....	323
Celso Ramos.....	87	Maravilha.....	192	Sul Brasil .....	324
Chapadão do Lageado .....	88	Massaranduba.....	193	Timbé do Sul .....	325
Chapecó .....	89	Meleiro .....	195	Timbó .....	326
Cocal do Sul.....	90	Modelo .....	197	Três Barras .....	328
Concórdia .....	91	Mondaí.....	200	Treze Tílias .....	329
Cordilheira Alta .....	94	Monte Carlo .....	203	Trombudo Central.....	331
Correia Pinto.....	96	Morro da Fumaça .....	204	Tunápolis.....	338
Corupá .....	100	Navegantes .....	205	Turvo .....	434
Curitibanos .....	101	Novo Horizonte .....	210	União do Oeste .....	437
Dionísio Cerqueira .....	102	Palhoça .....	211	Urussanga .....	438
Faxinal dos Guedes.....	103	Palmitos .....	220	Vargem Bonita .....	439
Flor do Sertão.....	104	Papanduva.....	221	Videira.....	440
Forquilha.....	106	Paraíso .....	223	Vitor Meireles.....	448
Fraiburgo.....	112	Passo de Torres.....	224	Xanxerê.....	449
Frei Rogério .....	123	Passos Maia .....	227	Xaxim.....	452
Garopaba.....	124	Paulo Lopes .....	228		
Garuva .....	125	Penha.....	229		

### Consórcios

AGIR .....	453
CIMVI.....	464
CIS/AMMVI.....	464
CPIMMOC .....	465
CIRSURES.....	466

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 1307, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3321 5300

[diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br](mailto:diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br)



# Água Doce

## PREFEITURA

### PORTARIA 207/2016

PORTARIA Nº 207/2016 de 08 de agosto de 2016

“CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIO QUE MENCIONA”

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Conceder férias a funcionária NATHALIA DE SOUZA COSTA, inscrita sob CPF nº 740.039.176-34, funcionária efetiva no cargo de Odontóloga, a partir de 26/07/2016 a 09/08/2016, referente ao período 14/15.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 08 de agosto de 2016

Novelli Sganzerla  
Prefeito

Camila Raquel Macagnan  
Diretora do Dpto de Recursos Humanos



# Alto Bela Vista

## PREFEITURA

### LEI MUNICIPAL N 704 DE 05 DE AGOSTO DE 2016

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA À FIRMAR TERMO DE CESSÃO DE CRÉDITO COM O CONSELHO NACIONAL DE SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SAÚDE - CONASEMS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Catia Tessmann Reichert, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Município de Alto Bela Vista, através da Secretaria Municipal de Saúde a firmar Termo de Cessão de Crédito com o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde – CONASEMS, para o pagamento da contribuição institucional das Secretarias Municipais de Saúde ao CONASEMS, nos termos da Portaria nº 220/GM de 30 de Janeiro de 2007, Portaria nº 2.945/GM de 21 de dezembro de 2012, Portaria nº 2.182 de 24 de dezembro de 2015 e do Estatuto do CONASEMS.

Art. 2º Os referidos descontos dar-se-ão relativamente a parte do crédito dos recursos da assistência de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar ao qual o Município de Alto Bela Vista faz jus junto ao Fundo Nacional de Saúde junto ao Ministério da Saúde, segundo o que dispõe o Termo de Cessão de Crédito, parte integrante da presente Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista/SC, em 05 de Agosto de 2016.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

Fatima Lorete Clein da Silva

Responsável Pelas Publicações

### PORTARIA Nº 101 DE 03 DE AGOSTO DE 2016

PRORROGA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma do art. 83, 84, Parágrafo Único Seção II, da lei Complementar 011, de 10 de janeiro de 2005, institui o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Considerando: o atestado médico apresentado pelo Dr. Cristiano Gollo de Oliveira, CRMSC 22.804 de 02/08/2016 da incapacidade laboral de mais 45 dias.

#### RESOLVE

Art. 1º Prorrogar Licença para tratamento de saúde ao Servidor Público Municipal, JARBAS RODRIGO PETRY, ocupante do cargo de provimento efetivo de MOTORISTA, matrícula 560, até 16/09/2016, conforme atestado apresentado.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta portaria ficarão a cargo da Previdência Social (INSS).0

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, 03 de agosto de 2016.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

FÁTIMA LORETE CLEIN DA SILVA

Responsável Pelas Publicações



# Antônio Carlos

## PREFEITURA

### **EXTRATO DE TERMO ADITIVO - PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 052/2016** EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Primeiro Termo Aditivo a Ata de Registro de Preço nº. 052/2016; Origem: Pregão Presencial nº 021/2016. Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC. Contratada: CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME; Objeto: O presente termo aditivo por objeto a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro da Ata de Registro de Preço nº 052/2016, que consiste no Registro de Preços para aquisição parcelada de material de consumo material de limpeza, material de higiene, gás e água, para uso da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social do Município de Antônio Carlos S/C. Aditamento: Diante da necessidade de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, fica alterado o valor do item açúcar refinado 1 KG, para R\$ 3,03 (três reais e três centavos); copo descartável para bebida quente 180 ML para 3,59 (três reais e cinquenta e nove centavos) e detergente líquido 500 ML para 1,05 (um real e cinco centavos). As demais cláusulas e condições permanecem inalteradas.

Antônio Carlos, 08 de agosto de 2016.  
Adelino Bonifácio Kretzer  
Prefeito Municipal em Exercício

### **EXTRATO DE TERMO ADITIVO - QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 088/2015** EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Quarto Termo Aditivo ao Contrato nº 088/2015; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC. Contratada: Empreiteira Pavicon Ltda.; Objeto: o presente termo aditivo tem por objeto prorrogar o prazo do presente contrato, que consiste na contratação de empresa especializada em serviços de engenharia civil para empreitada por menor preço global, com fornecimento de material e mão de obra especializada para pavimentação dos passeios públicos, na revitalização da Avenida João Antônio Besen no Centro do Município de Antônio Carlos/SC, conforme Processo Licitatório nº 036/2015 – Tomada de Preço nº 004/2015. Prorrogação de Prazo: 60 (sessenta) dias; Novo vencimento: 09 de outubro de 2016.

Antônio Carlos, 08 de agosto de 2016.  
Adelino Bonifácio Kretzer  
Prefeito Municipal em Exercício

### **EXTRATO DE TERMO ADITIVO - QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 085/2015** EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Quinto Termo Aditivo ao Contrato nº 085/2015; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC. Contratada: PRONORTE TERRAPLANAGEM E CONSTRUÇÃO LTDA EPP; Objeto: O presente termo aditivo tem por objetivo prorrogar o prazo do presente contrato, que consiste na "contratação de empresa especializada em serviços de engenharia civil para empreitada por menor preço global, com fornecimento de material e mão de obra especializada para reforma do Anfiteatro do Centro Cultural da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, localizado na Praça Anchieta, Centro,

Antônio Carlos, com recurso de convênio nº. 792609/2013, firmado entre o Governo Federal e o Município de Antônio Carlos, conforme Processo Licitatório nº 037/2015 – Tomada de Preço nº 005/2015. Prorrogação de Prazo: 60 (sessenta) dias; Novo vencimento: 07 de outubro de 2016.

Antônio Carlos, 08 de agosto de 2016.  
ADELINO BONIFÁCIO KRETZER  
Prefeito Municipal em Exercício

### **PORTARIA N 299/2016**

PORTARIA Nº 299/2016.  
Concede Adicional de Titulação a servidor efetivo.

ADELINO BONIFACIO KRETZER – Prefeito Municipal em Exercício, de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 1250/2009,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, ADICIONAL DE TITULAÇÃO, por POS GRADUAÇÃO, a servidor MAYARA BRASIL MACHADO, ocupante do cargo efetivo de MEDICO – 40H, a partir de agosto de 2016.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 08 de agosto de 2016.  
ADELINO BONIFACIO KRETZER  
Prefeito em Exercício

Publicada a presente Portaria em 09 de agosto de 2016.

### **PORTARIA N 300/2016**

PORTARIA Nº 300/2016.  
Concede Adicional de Titulação a servidor efetivo.

ADELINO BONIFACIO KRETZER – Prefeito Municipal em Exercício, de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 1250/2009,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, ADICIONAL DE TITULAÇÃO, por POS GRADUAÇÃO, ao servidor MARCIO CAVALLI LAGRECA, ocupante do cargo efetivo de ODONTOLOGO – 40H, a partir de agosto de 2016.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 08 de agosto de 2016.  
ADELINO BONIFACIO KRETZER  
Prefeito em Exercício

Publicada a presente Portaria em 09 de agosto de 2016.



**PORTARIA Nº 298/2016**

PORTARIA Nº 298/2016.

Exonera a pedido servidor.

ADELINO BONIFACIO KRETZER – Prefeito Municipal em Exercício,  
de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Exonerar, a pedido, MARCELO JOSE CARVALHO DE  
SOUZA, do cargo de AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE, a partir  
de 08 de agosto de 2016.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,  
revogando-se as disposições em contrario.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 08 de agosto de 2016.

ADELINO BONIFACIO KRETZER

Prefeito em Exercício

Publicada a presente Portaria em 09 de agosto de 2016.



# Arroio Trinta

## PREFEITURA

### CONTRATO Nº 0040/2016 - DIGITAL CRUZEIRO LTDA - ME

CONTRATO Nº 0040/2016, QUE ENTRE SI CELEBRAM MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA E A EMPRESA DIGITAL CRUZEIRO LTDA-ME. PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0041/2016 TP

TOMADA DE PREÇOS Nº 0008/2016

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPRESSOS GRÁFICOS COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - SC, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 82.826.462/0001-27, com sede à Rua XV de Novembro, 26 em Arroio Trinta – SC, doravante considerada CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Senhor ALCIDIR FELCHILCHER, portador do CPF sob nº 518.040.009-06 e Carteira de Identidade nº 1.518.8051, residente e domiciliado na Rua XV de Novembro SN, Centro, Município de Arroio Trinta – Santa Catarina, doravante denominada CONTRATANTE e a empresa DIGITAL CRUZEIRO LTDA-ME, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 10.269.263/0001-54, com sede à Rua Getúlio Vargas, nº 285, Térreo, Centro, no Município de Joaçaba - SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pela sócia MÁRCIA TEREZINHA TIEPO BARETTA e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente contrato, cuja celebração foi autorizada pelo Processo Administrativo nº 0041/2016, Tomada de Preços Nº 0008/2016, Doravante denominado o processo, e que se regerá pela Lei nº 8.666/93, consolidadas, atendidas a cláusulas e condições que se enunciam a seguir:

Cláusula Primeira – O objeto do presente Contrato, consiste na Prestação de Serviços de Impressos Gráficos com fornecimento de Materiais para a Secretaria Municipal de Administração do Município de Arroio Trinta – SC, de acordo com as especificações constantes nos itens abaixo relacionados:

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Quantidade	Valor unitário	Valor total
5	24300 - Folha/Papel Timbrado Papel na cor branca Tamanho 210x297mm Impresso em papel sulfite 90g Impressão 4x0 (frente colorida) Acabamento: Refilado D.C.L.	Un	20.000	0,074	1.480,00
7	24302 - Pasta Lombo Largo Papel na cor branca Tamanho 315x460mm Impresso em papel triplex 280g Impressão 1x0 (frente em preto) Acabamento: Aplicação de grampo metálico na capa, 2 vincos e refilado, conforme modelo. D.C.L.	Un	200	1,87	374,00
8	24303 - Pasta Lombo Largo Papel na cor branca Tamanho 315x460mm Impresso em papel triplex 280g Impressão 1x0 (frente em preto) Acabamento: Aplicação de grampo trilho de plástico na contra-capas, 2 vincos e refilado, conforme modelo. D.C.L.	Un	200	1,87	374,00
9	24304 - Pasta Lombo Estreito Papel na cor branca Tamanho 315x460mm Impresso em Papel Triplex 280g Impressão 1x0 (frente em preto) Acabamento: Aplicação de grampo trilho de plástico na contra-capas, 2 vincos e refilado, conforme modelo. D.C.L.	Un	400	1,68	672,00
Total					2.900,00

§ 1º - Os impressos deverão ser de qualidade, bem legíveis e com ótimo acabamento.

§ 2º - Em caso de dúvida quanto aos modelos (cor, rasuras, descrições, etc.) que dificultem a confecção dos impressos, estas deverão ser esclarecidas com o Setor de Licitações e ou Controlador Interno.

§ 3º - O prazo da entrega dos impressos é de no máximo 20 dias da autorização de fornecimento e da autorização do Controlador Interno;

§ 4º - Os impressos deverão ser entregues na sede da Prefeitura Municipal, na pessoa do Controlador Interno – João Marcos Ferronato.

§ 5º - Todas as despesas com impostos, taxas, fretes, seguros, encargos sociais e trabalhistas, correrão por conta da Contratada.

Cláusula Segunda – Os serviços serão realizados na sede da empresa Contratada, conforme os modelos que estão anexos ao Edital Tomada de Preços nº 0008/2016, pelo preço estabelecido na proposta das proponentes vencedoras.

Cláusula Terceira – Estima-se o valor Global deste Contrato em R\$ 2.900,00 (DOIS MIL E NOVECIENTOS REAIS), com base nos preços apresentados na licitação.

§1º - A contratada fica obrigada a aceitar nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas aquisições, até 25%



(vinte e cinco por cento), conforme dispõe o § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666/93, atualizada.

§ 2º - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, consolidadas.

Cláusula Quarta – O prazo para a confecção dos impressos é da autorização de fornecimento, autorização do Controlador Interno e da assinatura do Contrato, expedidos pela Prefeitura Municipal, iniciando-se em 01 de agosto de 2016 e findando em 22 de agosto de 2016. O presente Contrato poderá ser alterado nos casos previstos no Artigo 57, II, da Lei Federal nº 8.666/93, ou prorrogado através de Termo Aditivo.

Cláusula Quinta – A Despesa deste Contrato correrá a conta dos seguintes elementos de despesas do Fundo Municipal de Saúde e do Setor da Agricultura do Município de Arroio Trinta, do orçamento relativo ao exercício de 2016, conforme segue:

4 - 1 . 2002 . 4 . 122 . 3 . 2.4 . 1 . 339000 Aplicações Diretas.

Parágrafo único – O pagamento pela aquisição do objeto do presente Contrato será feito em favor da Contratada, mediante transferência bancária, em até 5 (cinco) dias após a entrega dos impressos, acompanhadas da respectiva Nota Fiscal/Fatura, apresentada na tesouraria da Prefeitura.

Cláusula Sexta – A Contratada declara aceitar, integralmente, todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela contratante.

Parágrafo único – A existência e a atuação da fiscalização do Contratante em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada, no que concerne aos serviços contratados, e as suas consequências e implicações próximas ou remotas, ou seja, serviços de boa qualidade.

Cláusula Sétima - O descumprimento total ou parcial, de qualquer das obrigações ora estabelecidas sujeitará a Contratada às sanções previstas na Lei, garantida prévia e ampla defesa em processo administrativo.

Cláusula Oitava – A multa aplicada no caso do não cumprimento do Contrato será de 20% (vinte por cento) do valor global contratado.

Cláusula Nona – O Contratante poderá rescindir administrativamente o presente contrato nas hipóteses previstas na Lei de licitações, sem que caiba à Contratada direito de qualquer indenização, sem prejuízos das penalidades pertinentes.

Cláusula Décima – O presente Contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência no todo ou em parte.

Cláusula Décima Primeira – A Contratada assume como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes com a prestação de serviços, com os materiais, os aparelhos e equipamentos necessários ao bom e perfeito resultado dos mesmos. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda quaisquer prejuízos que sejam causados a Contratante ou a terceiros.

§ 1º – Os danos e os prejuízos serão ressarcidos a Contratante no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da notificação administrativa à Contratada sob pena de multa.

§ 2º – A Contratante não responderá por quaisquer ônus, direitos e obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária e decorrentes da execução do presente Contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberá, exclusivamente à Contratada.

§ 3º – A Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

§ 4º – A Contratada manterá durante toda a execução do Contrato as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidas na licitação.

Cláusula Décima Segunda - O presente contrato está vinculado à licitação oriunda do Edital de Tomada de Preços nº 0008/2016, obrigando-se à Contratada em manter a vigência do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Cláusula Décima Terceira - As partes contratantes elegem o FORO da Comarca de Videira, com a renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões judiciais relativas ou resultantes do presente Contrato.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente em 03 (três) cópias de igual teor, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Arroio Trinta – SC, 01 de agosto de 2016.

MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

CNPJ Nº82.826.462/0001-27

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

Contratante



DIGITAL CRUZEIRO LTDA-ME  
CNPJ Nº 10.269.263/0001-54  
MÁRCIA TEREZINHA TIEPO BARETTA  
Contratada

Testemunhas:  
RONIVAN BRANDALISE  
CPF: 027.783.989-02

TARCISIO LIDANI  
CPF: 613.139.809-78

CONTRATO Nº 0040/2016  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0041/2016  
TOMADA DE PREÇO Nº 0008/2016  
OBJETO: IMPRESSOS GRÁFICOS  
CONTRATADA: DIGITAL CRUZEIRO LTDA - ME  
VALOR: R\$ 2.900,00

### **PORTARIA Nº 193**

PORTARIA Nº 193, de 01/08/2016.  
Concede Licença Prêmio a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal e a Lei Complementar nº 1713 de 03/11/2014 - Estatuto dos Servidores Municipais de Arroio Trinta,

#### **RESOLVE:**

Artigo 1.º - Conceder a pedido LICENÇA PRÊMIO a servidora Municipal ALINE REGINA DE OLIVEIRA, admitida por concurso público para o cargo efetivo de PSICOPEDAGOGO, através da Portaria nº 040 de 07/02/2011, relativas aos períodos aquisitivos de 07/02/2011 à 06/02/2016 e gozo das mesmas no período de 19/08/2016 à 17/09/2016, ou seja, 30 (trinta) dias consecutivos, conforme previsto na Lei Complementar nº 1713 de 03/11/2014.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 01 de agosto de 2016.  
ALCIDIR FELCHILCHER  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 194**

PORTARIA Nº 194, de 05/08/2016.  
Torna sem Efeito Portaria que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei Orgânica do Município e o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

#### **RESOLVE:**

Artigo 1.º - Tornar sem efeito a Portaria nº 179/2016, que Concede Licença para Atividade Política ao Servidor que Menciona, a partir do dia 05 de agosto de 2016.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 05 de agosto de 2016.  
ALCIDIR FELCHILCHER  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 195**

PORTARIA Nº 195, de 05/08/2016.  
Torna sem Efeito Portaria que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei Orgânica do Município e o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

#### **RESOLVE:**

Artigo 1.º - Tornar sem efeito a Portaria nº 177/2016, que Concede Licença para Atividade Política ao Servidor que Menciona, a partir do dia 05 de agosto de 2016.



Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 05 de agosto de 2016.  
ALCIDIR FELCHILCHER  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 196**

PORTARIA Nº 196, de 05/08/2016.

Exonera Servidor Nomeado para Cargo Comissionado.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Artigo 1.º - EXONERAR o servidor municipal TARCÍSIO LIDANI, brasileiro, casado, portador da cédula de Identidade nº 2.111.407 e CPF nº 613.139.809-78, residente e domiciliado no Município de Arroio Trinta – SC, ocupante do cargo de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, a partir de 05 de agosto de 2016.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 05 de agosto de 2016.  
ALCIDIR FELCHILCHER  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 197**

PORTARIA Nº 196, de 08/08/2016.

Nomeia Secretário Municipal, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Nomear para o Cargo de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, o Senhor FERNANDO ANDRÉ MANENTI, brasileiro, casado, inscrito no CPF nº 027.455.819-02, residente e domiciliado no Município de Arroio Trinta – SC, a partir de 08 de agosto de 2016.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 08 de agosto de 2016.  
ALCIDIR FELCHILCHER  
Prefeito Municipal

### **PREGÃO PRESENCIAL Nº 0017/2016 - MERENDA ESCOLAR PARA OS MESES DE SETEMBRO A DEZEMBRO 2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA  
AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, conforme descrição abaixo:

Modalidade: Pregão Presencial nº 0017/2016 - PR

Tipo: Menor Preço Unitário.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR PARA O PERÍODO DE SETEMBRO A DEZEMBRO DE 2016 PARA A ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA JACY FALCHETTI E CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL PROFESSORA FABIANA APARECIDA NUNES POSSATO DO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA.

Regimento: Lei Complementar 123/2006, Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Entrega dos Envelopes: Até às 09h:00 do dia 23/08/2016.

Abertura dos Envelopes: Às 09h:30m do dia 23/08/2016.

Retirada do Edital: O Edital poderá ser obtido junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura através dos e-mails: [compras@arroio30.com.br](mailto:compras@arroio30.com.br), [compras@arroiotrinta.sc.gov.br](mailto:compras@arroiotrinta.sc.gov.br) ou através do Site: [www.arroiotrinta.sc.gov.br](http://www.arroiotrinta.sc.gov.br).

Informações e esclarecimentos no endereço: Rua XV de Novembro, 26, Centro, de segunda a sexta feira, no horário normal de Expediente ou pelo fone/fax: (0xx 49) 35356000.

Arroio Trinta - SC, 05 de agosto de 2016.  
Alcidir Felchilcher  
Prefeito Municipal



# Balneário Piçarras

## PREFEITURA

### **AUDIÊNCIA PÚBLICA - 15 DE AGOSTO DE 2016**

#### AUDIÊNCIA PÚBLICA

Audiência Pública para elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2017.

No dia, serão aceitas propostas da Comunidade para análise e possível inclusão na Proposta Orçamentária do próximo exercício.

Data: 15 de agosto de 2016.

Loca: Auditório da Prefeitura Municipal de Balneário Piçarras.

Horário: 10:00 horas.



# Balneário Rincão

## PREFEITURA

### **AVISO DE LICITAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 024/FMS/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE BALNEARIO RINCÃO  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

#### **AVISO DE LICITAÇÃO**

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 024/FMS/2016.

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM.

Data e horário da sessão de abertura: 23/08/2016 às 14h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Balneario Rincão/SC, situado na Avenida Leoberto Leal, SN, Centro, do Município de Balneario Rincão - SC.

Objeto: Contratação de empresa do ramo pertinente para aquisição de Equipamentos de Informática, para acompanhamento dos usuários do Sistema Único de Saúde do Município de Balneário Rincão/SC.

Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras Materiais e Patrimônio do Município de Balneário Rincão, na Avenida Leoberto Leal, 1071, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC, no horário das 13:00 as 19:00 horas, ou pelos telefones (\*\*\*48) 3468-7218, ou através do endereço eletrônico [licitacao.rincao@hotmail.com](mailto:licitacao.rincao@hotmail.com).

Balneário Rincão – SC, 08 de Agosto de 2016.

Pregoeira

Gisele P. Ferreira.

### **AVISO DE LICITAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 057/PMBR/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE BALNEARIO RINCÃO  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

#### **AVISO DE LICITAÇÃO**

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 057/PMBR/2016.

Tipo: MENOR PREÇO POR LOTE.

Data e horário da sessão de abertura: 22/08/2016 às 14h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Balneário Rincão/SC, situado na Avenida Leoberto Leal, SN, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC.

Objeto: Contratação de empresas do ramo pertinente para contratação de seguros dos veículos pertencentes à Frota do Município de Balneário Rincão/SC., (Secretarias de Administração e Finanças, Infraestrutura, Assistência Social, Procuradoria, Educação e Fundo Municipal de Saúde).

Fone/Fax: (48) 3468-7218/ e-mail: [licitacao.rincao@hotmail.com](mailto:licitacao.rincao@hotmail.com)

Balneário Rincão – SC, 08 de Agosto de 2016.

Gisele Ferreira

Pregoeira



# Barra Bonita

## PREFEITURA

### CONTRATO 52/2016

#### EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº: 052/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BARRA BONITA/SC

CONTRATADO: SER DESENVOLVIMENTO HUMANO E EMPRESARIAL LTDA-ME

OBJETO: Contratação de Empresa para Elaboração do Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes.

VALOR: R\$ 4.200,00((quatro mil e duzentos reais)).

VIGÊNCIA: 05/08/2016 a 31/12/2016.

ASSINATURA: 05/08/2016.

FUNDAMENTO: PROCESSO DE LICITAÇÃO N.09/2016, DE ACORDO COM A LEI 8.666/93 E SUAS POSTERIORES ALTERAÇÕES.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA, 05 de AGOSTO de 2016.

DELIA CLAUDETE GUARAGNI BONATTO  
Gestora FMDR

### DECRETO Nº 873/2016, DE 08 DE AGOSTO DE 2016 DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DA COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

DECRETO Nº 873/2016, DE 08 DE AGOSTO DE 2016  
DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DA COMISSÃO DE  
MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

DARCI JOÃO FRIZON, Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de seu cargo e, em conformidade com o inciso VI do artigo 73º da Lei Orgânica Municipal de 11 de dezembro de 1997, combinado com o inciso XVI do artigo 6º, inciso III do artigo 38 e artigo 51 da Lei de Licitações e Contratos nº8.666/93:

#### DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os integrantes, titulares e suplentes, abaixo relacionados para compor a Comissão de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação de acordo com artigo 1º da Lei nº. 735, de 12 de Junho de 2015, com prazo de 10 anos, com possibilidade de recondução:

I – Representantes da Secretaria Municipal de Educação de Barra Bonita .

Titular - Jéssica Bergmann

Suplente - Diana Márcia Wieczorek Caneppele

II – Representantes da Comissão de Educação da Câmara de Vereadores:

Titular - Nádia Bernardi

Suplente - Agnaldo Derez

III – Representantes do Conselho Municipal de Educação:

Titular - Sirley Maria Zanin Trevisan

Suplente - Inez Lazarotto

IV – Representantes do Fórum Municipal de Educação

Titular - Jézica Guaragni

Suplente - Sirlei Castamann

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA, em 08 de agosto de 2016.

DARCI JOÃO FIZON

Prefeito Municipal

### PORTARIA N.º240, DE 08 DE AGOSTO DE 2016. CONSTITUI EQUIPE TÉCNICA DO SISTEMA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PORTARIA N.º240, de 08 de agosto de 2016.

Constitui Equipe Técnica do Sistema Municipal de Educação e dá outras Providências.

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município

Resolve,

Art.1º. Fica constituída a Equipa Técnica que atuará no levantamento e sistematização de todos os dados e informações, monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Educação, composta pelas servidoras:

Jezica Guaragni, ocupante do cargo de Professora:

Jessica Bergmann, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo;

Nadia Maria Ferronato Bernardi, ocupante do cargo de Professora.

Art.2º Ficam revogadas as disposições em contrario.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 08 de agosto de 2016.

Darci João Frizon

Prefeito Municipal.

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

### PORTARIA N.º241, DE 08 DE AGOSTO DE 2016. SUSPENDE LICENÇA PARA CONCORRER A CARGO ELETIVO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PORTARIA N.º241, de 08 de agosto de 2016.

Suspende Licença para concorrer a cargo eletivo e da Outras Providências.

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município, e conforme ata das Convenções Partidárias.

Resolve,

Art.1º. Fica suspensa a licença para concorrer a cargo eletivo dos servidores públicos municipais abaixo relacionados:

-Roberto Francisco Giongo, ocupante do cargo de Oficial Administrativo, com exercício na Secretaria Municipal de Administração e



Fazenda;

-Nilva Baú Boss, ocupante do cargo de Técnica em enfermagem, com exercício na Secretaria Municipal de Saúde; e

-Rafael Balensiefer; ocupante do cargo de Motorista, com exercício na Secretaria Municipal de Viação e Obras.

Art.2º Ficam revogadas as disposições em contrario.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 08 de agosto de 2016.

Darci João Frizon

Prefeito Municipal.

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

**PORTARIA N°. 239, DE 08 DE AGOSTO DE 2016.  
"DISPÕE SOBRE INSTAURAÇÃO DE PROCESSO DE  
SINDICÂNCIA PARA AVERIGUAÇÃO DA NOTA DE  
EMPENHO 355, DE 23 DE MAIO DE 2016, BEM COMO  
ACIDENTE DE TRÂNSITO CONFORME REGISTRO DA  
POLÍCIA MILITAR N. 02482-2016-00019**

PORTARIA N°. 239, DE 08 DE AGOSTO DE 2016.

"Dispõe sobre instauração de processo de sindicância para averiguação da nota de empenho 355, de 23 de maio de 2016, bem como acidente de trânsito conforme registro da Polícia Militar n. 02482-2016-00019

DARCI JOÃO FRIZON, Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais em conformidade a Lei Orgânica Municipal de 11 de dezembro de 1997 e, atribuições que lhe confere a Lei Complementar nº37/ 2011.

**RESOLVE:**

Art. 1º Instaurar Processo de Sindicância com o objetivo de apurar, elucidar, avaliar fatos relevantes referentes à nota de empenho nº 355, de 23 de maio de 2016, bem acidente de trânsito conforme registro da Polícia Militar n. 02482-2016-00019.

Art. 2º Caberá à comissão permanente de sindicância, consoante na Portaria nº 111, de 25 de abril de 2016, conduzir e desenvolver os trabalhos.

Art. 3º A sindicância terá o prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de publicação, podendo ser prorrogado por igual período, justificadamente.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Barra Bonita, 08 de agosto de 2016.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

DARCI JOÃO FRIZON

Prefeito Municipal



# Barra Velha

## PREFEITURA

### 13º EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2015

13º EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2015

O MUNICÍPIO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, torna público, para conhecimento dos interessados, após a verificação de regularidade pela Comissão de Coordenação e Acompanhamento do Concurso Público e pela Secretaria de Administração e Finanças, conforme 4ª convocação através do Edital nº 12/2016, e itens 17.6, 17.7 e 17.8, do Edital nº. 002/2015, o seguinte:

1. DA MANIFESTAÇÃO EM INTERESSE NA VAGA, CONFORME ÍTEM 17.6 DO EDITAL 002/2015, PARA APRESENTAÇÃO DA COMPROVAÇÃO DE REQUISITOS E EXAMES MÉDICOS

1.1 COMPARECERAM para manifestar interesse na vaga e solicitar até 30 (trinta) dias para a comprovação de requisitos e exames médicos, conforme 12º Edital de Convocação do Concurso Público 002/2015, os seguintes candidatos:

#### PREFEITURA

Nível Superior na Área de Saúde

Farmacêutico Sanitarista

4º Helena Neitzel Gonçalves De Jesus (conforme protocolo nº 7649/2016)

Médico Cardiologista

3º Cristiano Sales Cortes (conforme protocolo nº 7650/2016)

Nível Fundamental Incompleto

Auxiliar de Serviços Gerais (Feminino)

30º Izabel Cristina Borges De Souza (conforme protocolo nº 7708/2016)

31º Angela Maria Testoni (conforme protocolo nº 7635/2016)

32º Maristela Aparecida Cardoso Da Costa (conforme protocolo nº 7668/2016)

33º Claudionete Cunha Goncalo (conforme protocolo nº 7634/2016)

35º Ivanilda Delmonego dos Santos (conforme protocolo nº 7676/2016)

#### EDUCAÇÃO

Nível Superior

Professor de Educação Infantil

35º Ticiane Maciel Pereira (conforme protocolo nº 7653/2016)

36º Rosilma De Jesus Thomaszeki (conforme protocolo nº 7632/2016)

37º Beatris Maros Dos Santos (conforme protocolo nº 7656/2016)

Professor de Artes

25º Marcia Helena Peres (conforme protocolo nº 7689/2016)

27º Tania Mara Correa De Miranda (conforme protocolo nº 7665/2016)

Professor de Educação Física

11º Flavia Larissa Da Silva De Aviz (conforme protocolo nº 7655/2016)

Professor de Tecnologia e Informática

5º Marcos Bertemes (conforme protocolo nº 7705/2016)

Nível Fundamental Completo

Equipe Setorial Técnica Administrativa

Monitor de ônibus

26º Agnes Helena dos Santos (conforme protocolo nº 7633/2016)

27º Analia Santos Rodriguez (conforme protocolo nº 7627/2016)

28º Regina Maria de Souza (conforme protocolo nº 7652/2016)

Motorista de Ônibus

20º Robson Rocha Dos Santos (conforme protocolo nº 7757/2016)

21º Heverson Clayton Marcondes (conforme protocolo nº 7739/2016)

Segurança Escolar

6º Glaucete Silva da Silva (conforme protocolo nº 7714/2016)

2. DA SOLICITAÇÃO PARA RECLASSIFICAÇÃO, CONFORME ITEM Nº 17.7 DO EDITAL Nº 002/2015.

2.1 COMPARECERAM para solicitar a reclassificação para o último lugar dos classificados, conforme 12º Edital de Convocação, os seguintes candidatos:

#### PREFEITURA

Nível Fundamental Incompleto

Auxiliar de Serviços Gerais (Feminino)

34º Jacqueline Marcolino

#### EDUCAÇÃO

Nível Superior

Professor de Artes

26º Caroline Ramos Matos

Professor de Matemática

3º Josiane Correa Afonso

### 3. DA DESCLASSIFICAÇÃO DO CANDIDATO

3.1 Em virtude de exaurir a lista de classificados para o pedido de reclassificação ficam desclassificados os seguintes candidatos:

#### EDUCAÇÃO

Nível Superior

Professor de Tecnologia e Informática

8º Douglas Hames

11º Tiago Mühlbauer

3.2 Os candidatos desclassificados podem apresentar recurso para a Comissão do Concurso, referente a este Edital, a ser protocolado no Setor de Protocolo do Município, sito a Av: Governador Celso Ramos, 200, centro, Barra Velha – SC, no prazo máximo de 02 (dois) dias, após a publicação deste Edital.

### 4. DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1 A Administração Municipal, se reserva ao direito de exigir documentos complementares aos já apresentados, a reentrega destes ou a renovação quando vencidos, mesmo que apresentados, conforme Edital de convocação, e item 17.6 do Edital do Concurso Público 002/2015.

4.2 Permanecem inalteradas as demais disposições estabelecidas no Edital nº. 002/2015, que normatiza o Concurso Público da Prefeitura Municipal de Barra Velha/SC.



4.3 Todos os casos omissos ou duvidosos que não tenham sido expressamente previstos no presente Edital e legislação vigente serão resolvidos pela Comissão Especial do Concurso Público constituída para este fim.

4.4 Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Barra Velha, 05 de agosto de 2.016.

CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO

Prefeito

RUI JOSÉ MACHADO JÚNIOR

Secretário Municipal de Administração e Finanças



# Benedito Novo

## PREFEITURA

### **AVISO DE LICITAÇÃO - PE 61/2016**

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 61/2016

O Município de Benedito Novo – SC, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Eletrônico. OBJETO: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E HIGIENE PESSOAL PARA ATENDER OS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CEIS), PRÉ-ESCOLAS (PES) E ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL (EMS). RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até às 9h00m do dia 22/08/2016. ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: às 09h05m do dia 22/08/2016. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09h15m do dia 22/08/2016. LOCAL: [www.bllcompras.org.br](http://www.bllcompras.org.br). Licitação regida pelas Leis nº 10.520/02 e 8.666/93 e alterações vigentes. Maiores informações e a íntegra do Edital poderão ser obtidas diariamente em horário de expediente no Setor de Licitações desta Municipalidade, sito a Rua Celso Ramos, 5.070, Centro, pelo Fone/Fax: (47) 3385-0487, no site: [www.beneditonovo.sc.gov.br](http://www.beneditonovo.sc.gov.br) e no e-mail: [licitacao@beneditonovo.sc.gov.br](mailto:licitacao@beneditonovo.sc.gov.br).

Benedito Novo (SC), 08 de agosto de 2016.

Jean Michel Grundmann - Prefeito

### **AVISO DE LICITAÇÃO - PP 62/2016**

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 62/2016 – SRP

O Município de Benedito Novo – SC, através do Fundo Municipal de Saúde, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE MEDICAMENTOS DESTINADOS À DISTRIBUIÇÃO AOS USUÁRIOS DO SUS. ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 14:00h do dia 22 de agosto de 2016. ABERTURA: às 14:05h do dia 22 de agosto de 2016. LOCAL: Sala de reuniões no prédio da Prefeitura Municipal. Licitação regida pelas Leis nº 10.520/02 e 8.666/93 e alterações vigentes. Maiores informações e a íntegra do Edital poderão ser obtidas diariamente em horário de expediente no Setor de Compras desta Municipalidade, sito a Rua Celso Ramos, 5.070, Centro, pelo Fone/Fax: (47) 3385-0487 ou no site: [www.beneditonovo.sc.gov.br](http://www.beneditonovo.sc.gov.br).

Benedito Novo (SC), 08 de agosto de 2016.

JEAN MICHEL GRUNDMANN – Prefeito



# Biguaçu

## PREFEITURA

### CC18/2016-PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES

EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 119/2016 PMB

Objeto: CONCESSÃO DE USO MEDIANTE OUTORGA DE BOXES DO MERCADO PÚBLICO MUNICIPAL.

DATA DE RECEBIMENTO DOS ENVELOPES DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Até às 13h45min horas do dia 12 de setembro de 2016, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 14h00min horas do dia 12 de setembro de 2016, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

Local para obtenção do edital: site da PMB: [www.bigua.sc.gov.br](http://www.bigua.sc.gov.br), ou no Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive.

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8010 e 3279-8019.

Biguaçu 05 de agosto de 2016.

RAMON WOLLINGER

PREFEITO MUNICIPAL

### CV003-2016-PREVBIGUAÇU

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES

EDITAL DE CONVITE 003/2016-PREVBIGUAÇU

Objeto: Contratação de serviços de consultoria nas áreas de contabilidade pública planejamento governamental e controle interno, a ser realizada por pessoa física ou jurídica, ao instituto de previdência social dos servidores públicos do Município de Biguaçu – PREVBIGUAÇU.

DATA DE RECEBIMENTO DOS ENVELOPES DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 14h00min do dia 16 de agosto de 2016, na Diretoria de Licitação desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 14h00min horas do dia 16 de agosto de 2016, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

Local para obtenção do edital: site da PMB: [www.bigua.sc.gov.br](http://www.bigua.sc.gov.br), ou no Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive.

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8010 e 3279-8019.

Biguaçu 08 de agosto de 2016.

Nagib Abrahão Salum Netto

Diretor-Executivo do PREVBIGUAÇU

### DECRETO Nº 130/2016

DECRETO Nº 130/2016 DE: 08 DE AGOSTO DE 2016.

Autoriza a quebra da ordem cronológica de vencimento de faturas para pagamento de obrigações relativas à prestação de serviços de recuperação da frota de automóveis.

RAMON WOLLINGER, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com artigo 98, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Biguaçu,

Considerando, que nos termos do artigo 5º, da Lei (federal) nº 8666/93, cada Unidade da Administração, nos pagamentos de suas obrigações, deve obediência à ordem cronológica das datas de suas exigibilidades;

Considerando, que essa ordem só pode ser alterada quando presentes relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada;

Considerando, a dificuldade de caixa do Município decorrente do cenário econômico com repercussão na arrecadação;

Considerando, que a redução do fluxo de caixa levou a um atraso superior a 60 dias no pagamento das obrigações assumidas;

Considerando, que o Município vem adotando medidas de contenção de gastos para restabelecer a normalidade nos pagamentos e assim continuar atendendo ao princípio do equilíbrio de caixa;

Considerando, que de acordo com o contrato firmado com a empresa: OFICINA MECÂNICA SILVEIRA LTDA., as faturas devem ser pagas no prazo de até 30 (trinta) dias, contados após a liquidação da despesa;

Considerando, que a suspensão dos serviços de oficina poderá comprometer os serviços desenvolvidos pelas Secretarias de Educação, Saúde, Assistência Social, Segurança Pública e outras não menos importantes, em prejuízo da sociedade;

Considerando, que o contratado formalizou sua impossibilidade de continuar realizando os serviços de recuperação da frota de automóveis sem o pagamento das faturas em atraso;

Considerando, restar comprovado relevantes razões de interesse público;

Considerando, a manifestação favorável da Procuradoria Geral do Município de Biguaçu,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Secretario Municipal de Fazenda, através do serviço de tesouraria, autorizado a efetuar o pagamento das obrigações vencidas até 31/07/2016, relativas à prestação de serviços de oficina realizados pela contratada OFICINA MECÂNICA SILVEIRA LTDA., quebrando assim a ordem cronológica de vencimento das faturas, nos termos do artigo 5º, da Lei (federal) 8666/93.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Biguaçu, 08 de agosto de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

Reg. e publ. n/data

Marivalde Inêz Kons

Escriturária



**DECRETO Nº 131/2016**

DECRETO Nº 131/2016 DE: 08 DE AGOSTO DE 2016.

DELEGA COMPETÊNCIA AO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E DETERMINA CUMPRIMENTO DA DECISÃO LIMINAR DO PROCESSO Nº. 090028-20.2016.8.24.0007, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RAMON WOLLINGER, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com art. 98, VII e parágrafo único, da Lei Orgânica do Município de Biguaçu,

Considerando, a necessidade de corrigir o equívoco de formalidade no art. 1º, do Decreto nº 029/2016, de 29/02/2016;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica delegada, sem reserva de poderes, competência ao Secretário Municipal de Administração para assinar portarias de nomeações, admissões, demissões e exonerações de servidores públicos do município de Biguaçu.

Art. 2º. Todos os atos que derivam deste Decreto devem observar as orientações da decisão liminar do processo judicial nº. 090028-20.2016.8.24.0007.

Art.3º. Qualquer contratação feita após o dia 16 de março do corrente ano deve obedecer às determinações emitidas pela decisão liminar do processo judicial nº. 090028-20.2016.8.24.0007, sob pena de responsabilização.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 01de junho de 2016.

Art. 5º. Fica revogado o Decreto nº 029/2016, de 29/02/2016 e demais disposições em contrário.

Biguaçu, 08 de agosto de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons

Escriturária

**JUSTIFICATIVA CONCESSÃO FRIGORÍFICO**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES

JUSTIFICATIVA PARA CONCESSÃO ONEROSA DE USO DO FRIGORÍFICO MUNICIPAL MAURO FRANCISCO FERNANDES

Considerando que, a atividade não está nas atividades prioritárias da Secretaria de Agricultura.

Considerando que, esta atividade deve ser explorada pela iniciativa privada, voltada às atividades fins do objeto.

Considerando a não disponibilidade de recursos humanos, necessários à administração e operacionalização do Frigorífico Municipal Mauro Francisco Fernandes, conforme a Lei nº 8.987/1995.

Anésio E. Richartz.

Secretário de Agricultura, Desenv. Rural e Aquicultura.

**PORTARIA Nº 2026/2016**

PORTARIA nº 2026 de 04 de agosto de 2016

**ERRATA:**

Na portaria 1598/2007, de prorrogação da servidora Erica Cristina da Silva, ocorreu um equívoco quanto ao prazo.

Portaria 1598 de 28 de agosto de 2016:

PRORROGAR o prazo de contratação, mediante caráter temporário, do funcionário(a) ERICA CRISTINA DA SILVA, para desempenhar as funções do cargo, não provido, de AUXILIAR DE SALA 30 HORAS NA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, com filiação ao INSS, na forma da EC nº 20, a partir de 01/08/2007 a 20/12/2008.

Passa a ter a seguinte redação:

PRORROGAR o prazo de contratação, mediante caráter temporário, do funcionário(a) ERICA CRISTINA DA SILVA, para desempenhar as funções do cargo, não provido, de AUXILIAR DE SALA 30 HORAS NA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, com filiação ao INSS, na forma da EC nº 20, a partir de 01/08/2007 a 20/12/2007.

Biguaçu, 04 de agosto de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2027/2016**

PORTARIA nº 2027 de 04 de agosto de 2016

**ERRATA:**

Na portaria 1582/2007, de prorrogação da servidora Denice Maria Prim, ocorreu um equívoco quanto ao prazo.

Portaria 1582 de 28 de agosto de 2016:

PRORROGAR o prazo de contratação, mediante caráter temporário, do funcionário(a) DENICE MARIA PRIM, para desempenhar as funções do cargo, não provido, de PROFESSORA COM REGENCIA MAGISTERIO 30 HORAS NA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, com filiação ao INSS, na forma da EC nº 20, a partir de 01/08/2007 a 20/12/2008.

Passa a ter a seguinte redação:

PRORROGAR o prazo de contratação, mediante caráter temporário, do funcionário(a) DENICE MARIA PRIM, para desempenhar as funções do cargo, não provido, de PROFESSORA COM REGENCIA MAGISTERIO 30 HORAS NA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, com filiação ao INSS, na forma da EC nº 20, a partir de 01/08/2007 a 20/12/2007.

Biguaçu, 04 de agosto de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal



**PORTARIA Nº 2028/2016**

PORTARIA nº 2028 de 04 de agosto de 2016

Torna sem efeito a Portaria nº 028/2012, do(a) servidor(a)

Ivani Nicodemus Martins, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 29 de 29 de fevereiro de 2016.

**RESOLVE:**

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 028 de 02 de janeiro de 2012, do(a) servidor(a) Ivani Nicodemus Martins, a qual o(a) nomeia para exercer a Função de Confiança de Gerencia de Tesouraria na Secretaria Municipal da Fazenda.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 03/08/2016.

Biguaçu, 04 de agosto de 2016.

THAYSA NUNES JOHANSON

Secretária Municipal de Administração

**RETIFICAÇÃO TP112/2016-PMB**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPAL DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES

RETIFICAÇÃO DA TP 112/2016 PMB

Comunicamos às empresas interessadas na TP 112/2016 PMB, que tem como objeto "a contratação de empresa para fornecimento de material e prestação de serviço de mão de obra para a remoção de pavimentação existente (asfalto e lajotas sextavadas) e execução da nova pavimentação asfáltica da Rua Júlio Teodoro Martins, Bairro Fundos, neste Município, de acordo com memorial descritivo, planilha orçamentária, cronograma físico financeiro e projetos, parte integrante deste edital",

que houve alteração no memorial descritivo, planilha orçamentária e cronograma físico financeiro, estando os mesmos disponíveis para retirada no site <https://biguacu.atende.net>, ou diretamente na Diretoria de Licitação da PMB.

Fica alterado o valor previsto da presente licitação para R\$682.122.01.

Diante do exposto o referido processo será aberto na seguinte data:

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS:

Até às 13:45 horas, do dia 25/08/2016, na Diretoria de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA:

Às 14:00 horas, do dia 25/08/2016, na Diretoria de Licitações desta Prefeitura

As demais cláusulas do Edital permanecem inalteradas.

Biguaçu, 08 de agosto de 2016.

RAMON WOLLINGER

PREFEITO MUNICIPAL



# Blumenau

## PREFEITURA

### LEI COMPLEMENTAR Nº 1.067/2016

LEI COMPLEMENTAR Nº 1067, DE 03 DE AGOSTO DE 2016.  
ALTERA E REVOGA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 268, DE 11 DE ABRIL DE 2000.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O artigo 1º da Lei Complementar nº 268, de 11 de abril de 2000, que "Regula o uso de veículos automotores para comercialização de lanches e refrigerantes e dá outras providências", passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º É permitido, no município de Blumenau, o uso de veículos automotores ou trailers, desde que devidamente adaptados, para comercialização de lanches rápidos e refrigerantes, mediante autorização."

Art. 2º Fica revogado o art. 4º da Lei Complementar nº 268, de 11 de abril de 2000.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 03 de agosto de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 11.018/2016

DECRETO Nº 11.018, DE 04 DE AGOSTO DE 2016.  
ALTERA DECRETO Nº 10.498, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, usando das atribuições que lhe confere o artigo 59, inciso XIII, da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941,

DECRETA:

Art. 1º O caput do art. 1º do Decreto n. 10.498, de 04 de dezembro de 2014 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Ficam declarados de Utilidade Pública para instituição de servidão administrativa, com a finalidade de implantação de faixas sanitárias, os seguintes imóveis:"

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 04 de agosto de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 11.019/2016

DECRETO N. 11.019, DE 04 DE AGOSTO DE 2016.  
PERMITE O USO DE IMÓVEL PÚBLICO PELO SERVIÇO DE ABASTECIMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE PARA A IMPLANTAÇÃO DE FAIXA SANITÁRIA.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII do art. 59, combinado com a alínea "j" do inciso I do art. 75 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e nos termos do art. 19 da Lei Complementar n. 39, de 20 de novembro de 1992,

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Serviço de Abastecimento Municipal de Água e Esgoto – SAMAE autorizado a implantar faixa sanitária na área de terras contendo cento e oitenta e seis metros quadrados e noventa e seis decímetros quadrados (186,96m<sup>2</sup>), fazendo frente em dois metros com a Rua Oswaldo Mantau (2,00m), fundos em dois metros (2,00m) com o terreno de Christina E. Heinig, extremado pelo lado direito em quatro linhas, sendo a primeira em vinte e um metros (21,00m) com terras de Heinz Guilherme Keil, a segunda em quinze metros (15,00m) com terras de Procv FG, a terceira em dezenove metros e noventa e sete centímetros (19,97m) com terras de Procv FG, e a quarta em dezessete metros e dez centímetros (17,10m) com terras de Christina E. Heinig e pelo lado esquerdo em quatro linhas, sendo a primeira com vinte metros (20,00m), a segunda com dezesseis metros e oitenta centímetros (16,80 m), a terceira em dezenove metros e oitenta e cinco centímetros (19,85m) e a quarta com dezessete metros e dez centímetros (17,00m) todas estas linhas com terras pertencentes ao Município de Blumenau, inscrita no cadastro imobiliário municipal sob nº121055 e formada pelos lotes 8 e 9 da Quadra "B", 8 e 9 da Quadra "C", parte dos lotes 7 e 10 da Quadra "B", e parte dos lotes 7 e 10 da Quadra "C", do desmembramento do terreno registrado no 1º Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca, à fls. 180, do Livro 3-AO, sob nº 54.656, e por parte dos lotes 7 e 10 da Quadra "B", parte dos lotes 7 e 10 da Quadra "C", parte dos lotes 6 e 11 da Quadra "B", e parte dos lotes 6 e 11 da Quadra "C", do desmembramento do terreno registrado no 1º Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca, à fls. 136, do Livro 3-NA, sob nº 53.194

Art. 2º. A utilização do imóvel pelo Serviço de Abastecimento Municipal de Água e Esgoto – SAMAE se dará de forma gratuita.

Art. 3º. O SAMAE fica responsável por realizar todos os procedimentos necessários para que se faça constar a faixa sanitária nos títulos dos imóveis envolvidos, bem como no cadastro imobiliário municipal.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 04 de agosto de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal



**PORTARIA Nº 19.939/2016**

PORTARIA Nº 19.939, DE 29 DE JULHO DE 2016.

DESIGNA GIOVANE GLESIAS FELDHAUS PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA NA COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o art. 37-A da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013, acrescido pela Lei Complementar nº 880, de 01/04/13, de conformidade com o Memorando PROCON n.18/2016, de 22/07/2016, resolve:

**DESIGNAR**

o servidor público municipal GIOVANE GLESIAS FELDHAUS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotado na Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor, para o exercício da Função Gratificada de Confiança de Coordenador de Audiências e Conciliação, FGC-50%, a contar de 22 de julho de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 29 de julho de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 19.945/2016**

PORTARIA Nº 19.945, DE 03 DE AGOSTO DE 2016.

DESIGNA SUELI DA SILVA PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO - SEPLAN.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o art. 37-A da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013, acrescido pela Lei Complementar nº 880, de 01/04/13, de conformidade com o Memorando SEPLAN/GAD n.052/2016, de 25/07/2016, resolve:

DESIGNAR, a contar de 25 de julho de 2016, a servidora pública municipal SUELI DA SILVA, matrícula nº 135046, ocupante do cargo de provimento efetivo de Desenhista Projetista, lotada na Secretaria Municipal de Planejamento Urbano - SEPLAN, para o exercício da Função Gratificada de Confiança de Assessor de Cadastro de Projetos Aprovados, FGC-50%.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 03 de agosto de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 19.946/2016**

PORTARIA Nº 19.946, DE 03 DE AGOSTO DE 2016.

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOREM O CONSELHO MUNICIPAL DA JUVENTUDE - CMJ.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "g" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de conformidade com o disposto no parágrafo 1º do artigo 5º, da Lei Complementar nº 921, de 24/03/2014 e atendendo ao Ofício n. 235/2016/GAB SEMUS de 12/07/2016 e ao Ofício nº 401/2016 OAB/SC/Blumenau, de 19/07/2016, resolve:

NOMEAR, sem ônus para o Município, e com as atribuições previstas na Lei Complementar nº 921, de 24 de março de 2015, para comporem o Conselho Municipal da

Juventude - CMJ, juntamente com os demais membros:

RICARDO KRATZ e GUILHERME AUGUSTO DOS SANTOS, representantes titular e suplente, respectivamente, da Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS, em substituição a GUILHERME AUGUSTO DOS SANTOS E LEANDRO DA SILVA, nomeados pela Portaria nº 18.865, de 22 de junho de 2015 e pela Portaria nº 18.938, de 13 de julho de 2015;

BRUNO LUIZ ANDREANI PETTERS e BRUNO LOUIS PABST WANKE, representantes titular e suplente, respectivamente, da Comissão do Jovem Advogado da Ordem dos Advogados do Brasil - Subseção de Blumenau/SC.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 03 de agosto de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 19.947/2016**

PORTARIA Nº 19.947, DE 04 DE AGOSTO DE 2016.

DISPENSA SIMONE NOLDIN HENKELS DO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o art. 100 da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007, com a redação dada pelo art. 37-A da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013, acrescido pela Lei Complementar nº 880, de 01/04/13, e conforme Memorando n. 283/2016 - Gabinete SEMED de 29/07/2016, resolve:

DISPENSAR, a contar de 1º de agosto de 2016, a servidora pública municipal SIMONE NOLDIN HENKELS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, do exercício da função gratificada de confiança de Coordenador Curricular, símbolo FGC 70%, concedida pela Portaria nº 17.465, de 13/01/2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 04 de agosto de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 19.948/2016**

PORTARIA Nº 19.948, DE 05 DE AGOSTO DE 2016.

EXONERA SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS OCUPANTES DE CARGOS EM COMISSÃO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - SEDEC.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/90, e de conformidade com o art. 46, "II" da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007, combinado com o art. 42 da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013 e com o Decreto nº 10.567, de 13/02/2015, resolve:

EXONERAR, a contar de 05 de agosto de 2016, os servidores públicos municipais abaixo, ocupantes de cargos de provimento em comissão, lotados na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico - SEDEC:

LUIZ CARLOS FERNANDES, do cargo de provimento em comissão de Gerente de Ciência e Tecnologia, símbolo CC-3, nomeado pela



Portaria nº 18.941, de 17 de julho de 2015;  
RAGYVE URIEL EVERS SANSON, do cargo de provimento em comissão de Diretor de Desenvolvimento Econômico, símbolo CC-2, nomeado pela Portaria nº 18.941, de 17 de julho de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 05 de agosto de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA SEDEAD Nº 30.499/2016**

PORTARIA SEDEAD Nº 30.499/2016

TORNA SEM EFEITO A PORTARIA SEDEAD Nº 29.458, DE 12 DE AGOSTO DE 2015, QUE CEDE O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL NEWTON CIPRIANI, LOTADO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED.

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no exercício de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 10.175, de 13 de novembro de 2013, resolve:

TORNAR SEM EFEITO

a Portaria SEDEAD nº 29.458, de 12 de agosto de 2015, que CEDE o servidor público municipal NEWTON CIPRIANI, ocupante da função de Professor, lotado na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, à Fundação Municipal de Desportos – FMD.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 03 de agosto de 2016.

ANDERSON ROSA  
Secretário Municipal de Administração

### **HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 093/2016**

Homologação Pregão Presencial nº 093/2016 - Data da homologação: 20/07/2016.

OBJETO: Aquisição de 05 (cinco) veículos automotores, conforme especificações constantes neste edital - Convenio nº 787403/2013 - União/SEMUDES.

Empresa vendedora:  
FCA FIAT CHRYSLER AUTOMÓVEIS BRASIL LTDA  
Item 01 – R\$ 35.640,00  
Valor Total dos itens: R\$ 178.200,00

Atenciosamente,

Flavio Junior Araujo  
Pregoeiro

### **PORTARIA Nº 5359/2016 - ISSBLU**

PORTARIA N.º 5359/2016

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL SERGIO LUIZ COLDEBELLA.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de SERGIO LUIZ COLDEBELLA, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotado na Secretaria Municipal da Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021010.1.00103/16-4, em 13/06/2016, prestado às seguintes entidades:

Empresa	Período
Congregação Miss Redentorista Instituto Menino Jesus	01/03/1974 a 30/06/1974
Grazziotin S.A.	05/11/1974 a 07/05/1976
Cooperativa Triticola de Passo Fundo Ltda.	17/06/1976 a 16/04/1979
Contribuinte Individual	01/10/1979 a 31/05/1980 01/11/1990 a 31/12/1990
Cia. Hering	22/06/1981 a 01/03/1982
Bunge Alimentos S.A.	11/11/1983 a 08/04/1989
Prefeitura Municipal de Blumenau	08/04/1991 a 31/12/1991 11/02/1992 a 30/09/1992

Totaliza o tempo de 4734 (quatro mil, setecentos e trinta e quatro) dias, correspondente a 12 (doze) anos, 11 (onze) meses, e 24 (vinte e quatro) dias, conforme Processo n.º 00395/06/2016.

Blumenau, 27 de junho de 2016.

ELÓI BARNI  
Diretor Presidente

### **PORTARIA Nº 5360/2016 - ISSBLU**

PORTARIA N.º 5360/2016

CONCEDE PENSÃO VITALÍCIA À URSULA BOOS.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

CONCEDER PENSÃO VITALÍCIA

De acordo com os artigos 17, 18, inciso I, alínea "a", e 28, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, combinado com o artigo 16, inciso I, do mesmo diploma legal, com redação determinada pelas Leis Complementares n.os 479, de 29 de setembro de 2004, e 1006, de 9 de novembro de 2015, e artigo 40, § 7º, inciso I, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, à

URSULA BOOS, cônjuge de ENO BOOS, servidor público municipal, aposentado no cargo de provimento efetivo de Agente de Vigilância, lotado na Secretaria Municipal de Administração, sob o Regime Jurídico Estatutário, falecido em 17 de junho de 2016, devendo perceber, mensalmente, o valor de R\$ 935,36 (Novecentos e trinta e cinco reais e trinta e seis centavos), a contar da data do óbito, conforme Processo Nº 00400/06/2016.

Blumenau, 27 de junho de 2016.

ELÓI BARNI  
Diretor Presidente



**PORTARIA Nº 5361/2016 - ISSBLU**

PORTARIA N.º 5361/2016

RETIFICA AS PORTARIAS N.ºS 3931/2013 E 3932/2013 QUE CON-TARAM TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL MARCELO RICARDO PACHECO.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

**RETIFICAR**

As Portarias N.ºS 3931/2013 e 3932/2013, de 8 de novembro de 2013, que contaram tempo de contribuição, para efeito de aposentadoria, a favor de MARCELO RICARDO PACHECO, servidor público municipal, sob o Regime Jurídico Estatutário, onde se lê "ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Comunicação" leia-se "ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico de Laboratório em Análise de Água e Esgoto, lotado no SAMAE-Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto".

Blumenau, 27 de junho de 2016.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 5362/2016 - ISSBLU**

PORTARIA N.º 5362/2016

CONCEDE PENSÃO TEMPORÁRIA A ALEXANDRE DE SOUZA BEDUSCHI E ELPÍDIO DE SOUZA BEDUSCHI.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

**CONCEDER PENSÃO TEMPORÁRIA**

De acordo com os artigos 17, 18, inciso II, alínea "a", da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, e 16, inciso I, do mesmo diploma legal, com redações determinadas pelas Leis Complementares nos 479, de 29 de setembro de 2004, e 1006, de 9 de novembro de 2015, e artigo 40, § 7.º, inciso I, da Constituição Federal, com redação determinada pela Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, a

ALEXANDRE DE SOUZA BEDUSCHI e ELPÍDIO DE SOUZA BEDUSCHI, filhos de MARIA THEREZA DE SOUZA BEDUSCHI, servidora pública municipal, aposentada no cargo de provimento efetivo de Engenheiro Civil, lotada na Secretaria Municipal de Planejamento, sob o Regime Jurídico Estatutário, falecida em 11 de junho de 2016, representados por sua curadora REGINA DE SOUZA BEDUSCHI SABBAGH, conforme Termos de Curador nos Autos n.º 008.05.006285-6, e 008.00.012746-6, sendo 50% (cinquenta por cento), por beneficiário, enquanto durar a invalidez, totalizando R\$ 6.122,27 (Seis mil, cento e vinte e dois reais e vinte e sete centavos), a contar da data do óbito, conforme Processo nº 00406/06/2016.

Blumenau, 28 de junho de 2016.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 5363/2016 - ISSBLU**

PORTARIA N.º 5363/2016

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARA FLATAU DE OLIVEIRA.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

**CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,**

De acordo com o artigo 4.º, inciso III, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, combinado com o artigo 7.º, § 1.º, do mesmo diploma legal, com redação determinada pela Lei Complementar n.º 479, de 29 de setembro de 2004, artigos 61, 62, 63, 99, 108, anexos I, e V, e 114, da Lei Complementar n.º 662, de 28 de novembro de 2007, com redação alterada pela Lei Complementar n.º 839, de 19 de dezembro de 2011, e artigo 40, §§ 1.º, inciso III, alínea "a" e 3.º, da Constituição Federal, com redações determinadas pelas Emendas Constitucionais n.ºs 20, de 15 de dezembro de 1998 e 41, de 19 de dezembro de 2003, à

MARA FLATAU DE OLIVEIRA, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais de R\$ 2.372,84 (Dois mil, trezentos e setenta e dois reais e oitenta e quatro centavos), a contar de 4 de julho de 2016, conforme Processo n.º 00350/06/2016.

Blumenau, 28 de junho de 2016.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 5364/2016 - ISSBLU**

PORTARIA N.º 5364/2016

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR A JUNTA MÉDICA OFICIAL DO INSTITUTO MUNICIPAL DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR DE BLUMENAU – ISSBLU QUE SE REUNIRÁ NO DIA 1 DE JULHO DE 2016 ÀS 13H30MIN.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria N.º 17.031, 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

**NOMEAR**

nos termos do Artigo 68 C, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

Dr. RAFAEL DE FRANCESCHI, servidor público municipal, ocupante do cargo efetivo de Médico, lotado na Secretaria Municipal de Saúde do Município de Blumenau, Dra. LETÍCIA BENITES COLVARA, servidora pública municipal, ocupante do cargo efetivo de Médico, lotada na Secretaria Municipal de Saúde do Município de Blumenau, Dra. GIOVANA ELENIR MERINI DE FRANCESCHI, servidora pública municipal, ocupante do cargo efetivo de Médico, lotada na Secretaria Municipal de Saúde do Município de Blumenau, para compor a Junta Médica Oficial do ISSBLU – Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, que se reunirá no dia 1 de julho de 2016, às 13h30min.

Blumenau, 28 de junho de 2016.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente



**PORTARIA Nº 5365/2016 - ISSBLU**

PORTARIA N.º 5365/2016

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL LEONILCE REGINATO KOSER.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

**CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO**

De acordo com o artigo 72-A, seus incisos, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, com redações determinadas pelas Leis Complementares n.os 479, de 29 de setembro de 2004, e 1006, de 9 de novembro de 2015, artigos 61, 62, 63, 99, 108, anexos I, e V, e 114, da Lei Complementar n.º 662, de 28 de novembro de 2007, com redação alterada pela Lei Complementar n.º 839, de 19 de dezembro de 2011, e artigo 6.º, seus incisos, da Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, à

LEONILCE REGINATO KOSER, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Educador, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais de R\$ 2.600,18 (Dois mil, seiscentos reais e dezoito centavos), a partir de 4 de julho de 2016, conforme Processo n.º 00396/06/2016.

Blumenau, 28 de junho de 2016.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 5366/2016 - ISSBLU**

PORTARIA N.º 5366/2016

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL HILDA BERNART.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

**CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO**

De acordo com o artigo 72-A, seus incisos, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, com redações determinadas pelas Leis Complementares n.os 479, de 29 de setembro de 2004, e 1006, de 9 de novembro de 2015, artigos 2º, inciso I, anexo I, 54, e 64, da Lei Complementar n.º 661, de 28 de novembro de 2007, e artigo 6.º, seus incisos, da Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, à

HILDA BERNART, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Instrutor, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais de R\$ 2.298,97 (Dois mil, duzentos e noventa e oito reais e noventa e sete centavos), a partir de 4 de julho de 2016, conforme Processo n.º 00349/06/2016.

Blumenau, 28 de junho de 2016.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 5367/2016 - ISSBLU**

PORTARIA N.º 5367/2016

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ALAIR DE SOUZA SESTREM.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

**MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO**

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000

A favor de ALAIR DE SOUZA SESTREM, servidora pública municipal, ocupante do cargo de Servente de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo n.º 20021010.1.00189/15-8, em 01/12/2015, prestado às seguintes entidades:

Empresa	Período
Cia. Hering	05/04/1978 a 16/07/1979
Sociedade Divina Providência	08/10/1979 a 20/11/1980 18/05/1992 a 12/05/1993
Lojas Hering S.A.	01/12/1980 a 30/12/1980
Kuala S.A.	20/08/1984 a 04/05/1986
Supermercado Remael Ltda.	01/04/1987 a 31/03/1989
Contribuinte Individual	01/10/1990 a 31/08/1991

Totaliza o tempo de 2955 (dois mil, novecentos e cinquenta e cinco) dias, correspondente a 8 (oito) anos, 1 (um) mês, e 5 (cinco) dias, conforme Processo n.º 00441/06/2016.

Blumenau, 30 de junho de 2016.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 5368/2016 - ISSBLU**

PORTARIA N.º 5368/2016

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ELISABETE BIESELKI.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

**MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO**

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000

A favor de ELISABETE BIESELKI, servidora pública municipal, ocupante do cargo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Comunicação Social, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo n.º 20021010.1.00108/16-6, em 24/06/2016, prestado às seguintes entidades:

Empresa	Período
Curtume Ere S.A.	29/09/1987 a 20/12/1988
Companhia Brasileira de Distribuição	01/08/1989 a 24/10/1989



Contribuinte Individual

01/04/1995 a 29/08/1995

Totaliza o tempo de 680 (seiscentos e oitenta) dias, correspondente a 1 (um) ano, 10 (dez) meses, e 15 (quinze) dias, conforme Processo n.º 00438/06/2016.

Blumenau, 30 de junho de 2016.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 5369/2016 - ISSBLU**

PORTARIA N.º 5369/2016

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL KATHY ELLEN VOGEL.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

**MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO**

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de KATHY ELLEN VOGEL, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021010.1.00085/16-6, em 24/05/2016, prestado à Prefeitura Municipal de Blumenau, nos períodos de 20/09/1982 a 10/12/1982, e 23/02/1983 a 14/06/1985, um total de 923 (novecentos e vinte e três) dias, correspondente a 2 (dois) anos, 6 (seis) meses, e 13 (treze) dias, conforme Processo n.º 00457/06/2016.

Blumenau, 6 de julho de 2016.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 5370/2016 - ISSBLU**

PORTARIA N.º 5370/2016

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL NAIR CARMEN DOS SANTOS.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

**CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO**

De acordo com o artigo 72-A, seus incisos, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000, com redações determinadas pelas Leis Complementares n.os 479, de 29 de setembro de 2004, e 1006, de 9 de novembro de 2015, artigos 61, 62, 63, 99, 104, anexos I, e V, e 114, da Lei Complementar n.º 662, de 28 de novembro de 2007, com redação alterada pela Lei Complementar n.º 839, de 19 de dezembro de 2011, e artigo 6º, seus incisos, da Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, à

NAIR CARMEN DOS SANTOS, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, com

proventos integrais e mensais de R\$ 4.859,49 (Quatro mil, oitocentos e cinquenta e nove reais e quarenta e nove centavos), a partir de 11 de julho de 2016, conforme Processo n.º 000351/06/2016.

Blumenau, 6 de julho de 2016.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 5371/2016 - ISSBLU**

PORTARIA N.º 5371/2016

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ZENIR INEZ DE ALENCAR.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

**CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO**

De acordo com o artigo 73-B, seus incisos, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, com redação determinada pela Lei Complementar n.º 568, de 20 de fevereiro de 2006, artigos 2º, inciso I, anexo I-A, 54, e 64, da Lei Complementar nº 661, de 28 de novembro de 2007, com redação alterada pela Lei Complementar n.º 846, de 5 de abril de 2012, artigo 2.º, da Lei Complementar n.º 2, 11 de julho de 1990, combinado com o artigo 94, § 1.º, da Lei Complementar n.º 1, de 4 de junho de 1990, artigo 40, parágrafo único, da Lei Complementar n.º 661, de 28 de novembro de 2007, e artigo 39, inciso IV, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000, com redação determinada pela Lei Complementar n.º 680, de 6 de março de 2008, combinado com o artigo 5º, inciso I, da Lei Complementar n.º 1006, de 9 de novembro de 2015, e artigo 3.º, seus incisos, da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, à

ZENIR INEZ DE ALENCAR, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Higiene Dental, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais de R\$ 3.360,73 (Três mil, trezentos e sessenta reais e setenta e três centavos), a partir de 11 de julho de 2016, conforme Processo n.º 00431/06/2016.

Blumenau, 7 de julho de 2016.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 5372/2016 - ISSBLU**

PORTARIA N.º 5372/2016

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL MARCELO CARNASCIALI CAVICHIOLO.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

**MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO**

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000

A favor de MARCELO CARNASCIALI CAVICHIOLO, servidor público



municipal, ocupante do cargo de Técnico Desportivo B, lotado na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021010.1.00084/16-0, em 23/05/2016, prestado às seguintes entidades:

Empresa	Período
Prefeitura Municipal de Blumenau	05/01/1981 a 14/03/1996
Prefeitura Municipal de Brusque	04/05/2009 a 02/01/2013 03/01/2013 a 06/01/2014

Totaliza o tempo de 7248 (sete mil, duzentos e quarenta e oito) dias, correspondente a 19 (dezenove) anos, 10 (dez) meses, e 13 (treze) dias, conforme Processo n.º 00443/06/2016.

Blumenau, 7 de julho de 2016.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

### **PORTARIA Nº 5373/2016 - ISSBLU**

PORTARIA N.º 5373/2016

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ALAIR DE SOUZA SESTREM.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

#### **CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO**

De acordo com o artigo 72-A, seus incisos, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, com redações determinadas pelas Leis Complementares n.os 479, de 29 de setembro de 2004, e 1006, de 9 de novembro de 2015, artigos 2º, inciso I, anexo I, 54, e 64, da Lei Complementar n.º 661, de 28 de novembro de 2007, e artigo 6.º, seus incisos, da Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, à

ALAIR DE SOUZA SESTREM, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Servente de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais de R\$ 1.431,95 (Mil, quatrocentos e trinta e um reais e noventa e cinco centavos), a partir de 11 de julho de 2016, conforme Processo n.º 00442/06/2016.

Blumenau, 7 de julho de 2016.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

### **PORTARIA Nº 5374/2016 - ISSBLU**

PORTARIA N.º 5374/2016

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL JOSÉ VILSON BERTOLDI.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

#### **CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO**

De acordo com o artigo 73-B, seus incisos, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, com redação determinada pela Lei Complementar n.º 568, de 20 de fevereiro de 2006, artigos 2º, inciso VIII, anexo VIII-A, 54, e 64, da Lei Complementar n.º 661, de 28 de novembro de 2007, artigo 40, parágrafo único, da Lei Complementar n.º 661, de 28 de novembro de 2007, e artigo 39, inciso IV, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, com redação determinada pela Lei Complementar n.º 680, de 6 de março de 2008, combinado com o artigo 5º, inciso I, da Lei Complementar n.º 1006, de 9 de novembro de 2015, e artigo 3.º, seus incisos, da Emenda Constitucional n.º 47, de 5 de julho de 2005, a

JOSÉ VILSON BERTOLDI, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Analista de Sistemas Júnior, lotado no SETERB-Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais de R\$ 9.419,53 (Nove mil, quatrocentos e dezenove reais e cinquenta e três centavos), a partir de 11 de julho de 2016, conforme Processo n.º 00423/06/2016.

Blumenau, 7 de julho de 2016.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

### **PORTARIA Nº 5375/2016 - ISSBLU**

PORTARIA N.º 5375/2016

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL LONY KLEBER RODRIGUES.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

#### **CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO**

De acordo com o artigo 72-A, seus incisos, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, com redações determinadas pelas Leis Complementares n.os 479, de 29 de setembro de 2004, e 1006, de 9 de novembro de 2015, artigos 61, 62, 63, 99, 104, anexos I, e V, e 114, da Lei Complementar n.º 662, de 28 de novembro de 2007, com redação alterada pela Lei Complementar n.º 839, de 19 de dezembro de 2011, e artigo 6º, seus incisos, da Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, à

LONY KLEBER RODRIGUES, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais de R\$ 4.225,03 (Quatro mil, duzentos e vinte e cinco reais e três centavos), a partir de 19 de julho de 2016, conforme Processo n.º 00493/07/2016, e autos n.º 0308747-37.2016.8.24.0008.

Blumenau, 8 de julho de 2016.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente



**PORTARIA Nº 5376/2016 - ISSBLU**

PORTARIA N.º 5376/2016

CONCEDE APOSENTADORIA POR IDADE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL NEUSA MARIA TOMBOSI.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

**CONCEDER APOSENTADORIA POR IDADE**

De acordo com os artigos 4.º, inciso III, § 2.º, e 28, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, combinado com o artigo 7.º, § 1.º, do mesmo diploma legal, com redações determinadas pelas Leis Complementares n.os 479, de 29 de setembro de 2004, e 1006, de 9 de novembro de 2015, artigos 2º, inciso I, anexo I, 54, e 64, da Lei Complementar n.º 661, de 28 de novembro de 2007, artigo 2.º, da Lei Complementar n.º 2, de 11 de julho de 1990, combinado com o artigo 94, § 1.º, da Lei Complementar n.º 1, de 4 de junho de 1990, e artigo 40, §§ 1.º, inciso III, alínea "b", e 3º, da Constituição Federal, com redação determinada pela Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, à

NEUSA MARIA TOMBOSI, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Servente de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos proporcionais e mensais de R\$ 935,36 (Novecentos e trinta e cinco reais e trinta e seis centavos), a partir de 11 de julho de 2016, conforme Processo n.º 00453/06/2016.

Blumenau, 11 de julho de 2016.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 5377/2016 - ISSBLU**

PORTARIA N.º 5377/2016

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARLISE VARGAS WIES.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

**MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO**

De acordo com o artigo 4º, § 6º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de MARLISE VARGAS WEIS, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Coordenador Pedagógico, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS - Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021030.1.00018/16-7, em 09/06/2016, prestado à Massa Falida de Sul Fabril S.A., no período de 29/08/1977 a 30/08/1987, um total de 3652 (três mil, seiscentos e cinquenta e dois) dias, correspondente a 10 (dez) anos, e 2 (dois) dias, conforme Processo nº 00511/07/2016

Blumenau, 13 de julho de 2016.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 5378/2016 - ISSBLU**

PORTARIA N.º 5378/2016

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL NILTON SEHNEN.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria N.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

**CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO**

De acordo com o artigo 73-B, seus incisos, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, com redação determinada pela Lei Complementar n.º 568, de 20 de fevereiro de 2006, artigos 61, 62, 63, 99, 104, anexos I, e V, e 114, da Lei Complementar n.º 662, de 28 de novembro de 2007, com redação alterada pela Lei Complementar n.º 839, de 19 de dezembro de 2011, artigo 26, da Lei Complementar n.º 662, de 28 de novembro de 2007, e artigo 39, inciso IV, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, com redações determinadas pelas Leis Complementares n. os 680, de 6 de março de 2008, e 1006, de 9 de novembro de 2015, combinado com o artigo 5.º, inciso I, da Lei Complementar n.º 1006, de 9 de novembro de 2015, e artigo 3.º, seus incisos, da Emenda Constitucional n.º 47, de 5 de julho de 2005, a

NILTON SEHNEN, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotado na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais de R\$ 5.599,25 (Cinco mil, quinhentos e noventa e nove reais e vinte e cinco centavos), a partir de 13 de julho de 2016, conforme Processo n.º 00360/06/2016.

Blumenau, 13 de julho de 2016.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 5379/2016 - ISSBLU**

PORTARIA N.º 5379/2016

CONCEDE APOSENTADORIA POR IDADE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL TERESINHA FISCHER.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

**CONCEDER APOSENTADORIA POR IDADE**

De acordo com os artigos 4.º, inciso III, § 2.º, e 28, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, combinado com o artigo 7.º, § 1.º, do mesmo diploma legal, com redações determinadas pelas Leis Complementares n.os 479, de 29 de setembro de 2004, e 1006, de 9 de novembro de 2015, artigos 2º, inciso I, anexo I, 54, e 64, da Lei Complementar n.º 661, de 28 de novembro de 2007, e artigo 40, §§ 1.º, inciso III, alínea "b", e 3º, da Constituição Federal, com redação determinada pela Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, à

TERESINHA FISCHER, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Cozinheiro, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos proporcionais e mensais de R\$ 935,36 (Novecentos e trinta e cinco reais e trinta e seis centavos), a partir de 18 de julho de 2016, conforme Processo n.º 00508/07/2016.



Blumenau, 13 de julho de 2016.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

### **PORTARIA Nº 5380/2016 - ISSBLU**

PORTARIA N.º 5380/2016

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARILUCIA APARECIDA GHISI.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000

A favor de MARILUCIA APARECIDA GHISI, servidora pública municipal, ocupante do cargo de Enfermeiro, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021010.1.00078/15-1, em 27/05/2015, prestado às seguintes entidades:

Empresa	Período
Laboratório Fotográfico Realcolor Ltda.	08/04/1991 a 22/05/1991
Hospital São João Batista Ltda.	13/05/1993 a 30/05/1994
Sociedade Divina Providência	27/04/1999 a 09/07/1999
Fundação Hospitalar de Blumenau	12/07/1999 a 03/04/2002
Prefeitura Municipal de Blumenau	10/09/2001 a 08/03/2002
Hospital Santa Catarina	03/04/2002 a 21/04/2002

Totaliza o tempo de 1517 (mil, quinhentos e dezessete) dias, correspondente a 4 (quatro) anos, 1 (um) mês, e 27 (vinte e sete) dias, conforme Processo n.º 00538/07/2016.

Blumenau, 14 de julho de 2016.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

### **PORTARIA Nº 5381/2016 - ISSBLU**

PORTARIA N.º 5381/2016

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ISRAEL MELO ALENCAR.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000

A favor de ISRAEL MELO ALENCAR, servidor público municipal, ocupante do cargo de Guarda, lotado no SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida

pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021010.1.00133/16-0, em 07/07/2016, prestado às seguintes entidades:

Empresa	Período
Manhatan do Brasil Indústria e Comércio de Roupas Ltda.	17/01/1975 a 02/04/1975
Ultraplan Planejamento e Promoções de Vendas Ltda.	08/05/1975 a 09/06/1976
CAEMPE – Cia de Água e Esgoto do Município de Petrópolis	19/03/1979 a 12/06/1979
Antonio de Souza Melo Propac	01/01/1979 a 31/08/1980
Cia. Hering	13/07/1984 a 14/03/1990
Vigilância Triângulo Ltda.	01/02/1992 a 30/04/1992

Totaliza o tempo de 3144 (três mil, cento e quarenta e quatro) dias, correspondente a 8 (oito) anos, 7 (sete) meses, e 14 (quatorze) dias, conforme Processo n.º 00498/07/2016.

Blumenau, 14 de julho de 2016.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

### **PORTARIA Nº 5382/2016 - ISSBLU**

PORTARIA N.º 5382/2016

RETIFICA A PORTARIA N.º 4607/2015 QUE CONCEDEU APOSENTADORIA À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL GRACIELA AGUIAR.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, e

CONSIDERANDO a recomendação do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, constante do Relatório de Instrução nº DAP - 9264/2015, no sentido de ser retirada da Portaria nº 4607/2015 a citação do dispositivo constitucional da Emenda 70, mencionado equivocadamente na fundamentação daquele ato, resolve

RETIFICAR

a Portaria N.º 4607/2015, de 2 de fevereiro de 2015, que concedeu aposentadoria por invalidez a favor de GRACIELA AGUIAR, para suprimir da fundamentação do ato, a citação "...combinado com o artigo 6.º-A, § único, da mesma Emenda Constitucional, com redação acrescentada pela Emenda Constitucional n.º 70, de 29 de março de 2012".

Blumenau, 15 de julho de 2016.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

### **PORTARIA Nº 5383/2016 - ISSBLU**

PORTARIA N.º 5383/2016

RETIFICA A PORTARIA N.º 4509/2014 QUE CONCEDEU PENSÃO VITALÍCIA À MARLENE MUELLER.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, e

CONSIDERANDO a recomendação do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, constante do Relatório de Instrução nº DAP



- 1767/2016, no sentido de fazer constar da Portaria nº 4509/2014, o dispositivo constitucional que embasa sua emissão, resolve

#### RETIFICAR

a Portaria N.O 4509/2014 , de 28 de novembro de 2014, que concedeu pensão vitalícia a favor de MARLENE MUELLER, especificamente quanto ao dispositivo constitucional que embasa sua emissão, alterando-se de " artigo 40, § 7º, inciso II, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003", para "artigo 40, § 7º, inciso I, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003".

Blumenau, 15 de julho de 2016.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

#### PORTARIA Nº 5384/2016 - ISSBLU

PORTARIA N.º 5384/2016

ADITA A PORTARIA N.O 4598/2015 QUE CONCEDEU PENSÃO VITALÍCIA À HERTA NAGEL BABEL.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, e

CONSIDERANDO a recomendação do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, constante do Relatório de Instrução nº DAP - 1798/2016, no sentido de fazer constar da Portaria nº 4598/2015, o dispositivo constitucional que fundamenta a sua emissão, resolve

#### ADITAR

a Portaria N.O 4598/2015, de 30 de janeiro de 2015, que concedeu pensão vitalícia a favor de HERTA NAGEL BABEL, para incluir no seu preâmbulo, após dezembro de 2000, a expressão "com fundamento no artigo 40, § 7º, inciso II, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003 " .

Blumenau, 15 de julho de 2016.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

#### PORTARIA Nº 5385/2016 - ISSBLU

PORTARIA N.º 5385/2016

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL OLIVIO BASSO.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

#### CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

De acordo com o artigo 72-A, seus incisos, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000, com redações determinadas pelas Leis Complementares n.os 479, de 29 de setembro de 2004, e 1006, de 9 de novembro de 2015, artigos 61, 62, 63, 99, 104, anexos I, e V, e 114, da Lei Complementar n.º 662, de 28 de novembro de 2007, com redação alterada pela Lei Complementar n.º 839, de 19 de dezembro de 2011, e artigo 6º, seus incisos, da

Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, a

OLIVIO BASSO, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotado na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais de R\$ 4.821,52 (Quatro mil, oitocentos e vinte e um reais e cinquenta e dois centavos), a partir de 18 de julho de 2016, conforme Processo n.º 00413/06/2016.

Blumenau, 15 de julho de 2016.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

#### PORTARIA Nº 5386/2016 - ISSBLU

PORTARIA N.º 5386/2016

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL KATIA REGINA FLORES KOEHLER.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

#### MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de KATIA REGINA FLORES KOEHLER, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021010.1.00165/12-7, em 02/08/2012, prestado à Prefeitura Municipal de Blumenau, no período de 29/03/1985 a 21/02/1994, um total de 3243 (três mil, duzentos e quarenta e três) dias, correspondente a 8 (oito) anos, 10 (dez) meses, e 23 (vinte e três) dias, conforme Processo n.º 00522/07/2016.

Blumenau, 15 de julho de 2016.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente



**PORTARIA Nº 5387/2016 - ISSBLU**

PORTARIA N.º 5387/2016

CONCEDE O BENEFÍCIO DO SALÁRIO MATERNIDADE.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de em 22 de dezembro de 2000, resolve

**CONCEDER O BENEFÍCIO DO SALÁRIO MATERNIDADE**

Nos termos dos artigos 14, inciso I, e 15, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000:

CADASTRO	NOME	INÍCIO	TÉRMINO
005373	ANNA ROSARIO FREITAG KOPPER	01/06/2016	28/09/2016
229601	DENISE CRISTINA SILVESTRI SILVEIRA	30/05/2016	26/09/2016
009513	GISELE RUCK HOFSCHEIDER	20/06/2016	17/10/2016
229456	GISLAINE FLORIANO	13/06/2016	10/10/2016
228512	JULIANA DA COSTA	03/06/2016	30/09/2016
228281	LARISSA MARCOS	05/06/2016	02/10/2016
186171	LEDA MARIA MENDONÇA	07/06/2016	04/10/2016
229401	LUANA CAVILHA	21/06/2016	18/10/2016
230164	LUCIANE BERNARDO	30/05/2016	26/09/2016
228926	MILENE DA ROSA	11/06/2016	08/10/2016
223930	PATRICIA COMANDOLI	23/05/2016	19/09/2016
230731	PURUCY CHRISTINA DE SOUZA CASTELLAIN	16/05/2016	12/09/2016
230799	THAISY REGIN MENDES	07/06/2016	04/10/2016

Blumenau, 15 de julho de 2016.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 5388/2016 - ISSBLU**

PORTARIA N.º 5388/2016

CONCEDE O BENEFÍCIO DE AUXÍLIO DOENÇA.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria N.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de em 22 de dezembro de 2000, resolve

**CONCEDER O BENEFÍCIO DE AUXÍLIO DOENÇA**

Nos termos dos artigos 9.º, § único, e 10, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000:

CADASTRO	NOME	INÍCIO	TÉRMINO
199516	AGENOR FIAMONCINI	17/06/2016	20/07/2016
230142	ALESSANDRA DE SOUZA FONTANELLI	21/06/2016	22/06/2016
230735	ALESSANDRA MELIM DIAS	15/06/2016	29/07/2016
230754	ALEXANDRA SAIONARA DIONISIO	19/06/2016	15/07/2016
228469	ANA LUZIA ZABEL	27/05/2016	16/07/2016
230748	ANDREIA RODRIGUES SOETH ISIDORO	16/06/2016	08/07/2016
129429	ANGELA MARIA SIMÃO HOEMKE	05/06/2016	14/07/2016
182834	CASTORINO DAVID DE JESUS	08/06/2016	24/06/2016
228480	CHRISTIANE LEITZKE	14/06/2016	01/07/2016
003092	CIBELE BOHN	24/06/2016	08/08/2016
004663	CLAUDIA HASSELMANN SCHLINDWEIN	05/07/2016	20/08/2016
229802	CLAUDIA MARA DE OLIVEIRA	22/06/2016	08/07/2016
203076	CLAUDIA SILMARA VENTURI HOELTGEBAUM	09/06/2016	06/08/2016
191639	CLEUSA HANOFF DE OLIVEIRA	07/06/2016	07/06/2016



228848	DAIANA DA COSTA	22/06/2016	06/08/2016
009384	DANIELA D'ARAUJO COSTA	14/06/2016	30/08/2016
229787	DENISE GARRUCHO RODRIGUES LEITE	11/06/2016	12/07/2016
202991	DOROTY KRUEGER PERON	29/06/2016	15/07/2016
129640	ELFRIDA MARILIA DE SOUZA	04/06/2016	08/07/2016
192244	ELIANA MARIA DE AMORIM	25/06/2016	12/08/2016
224685	ELIANE BILK HOFFMANN	01/07/2016	05/08/2016
192201	ELIANE MARIA DE FATIMA CONTI	30/06/2016	15/07/2016
000023	ELIZABETH VALDIEK FORMIGARI	15/06/2016	30/06/2016
200425	ELIZANGELA PEREIRA VIEIRA LIZ	15/06/2016	15/07/2016
228977	ELIZETE RIBEIRO DE OLIVEIRA	16/06/2016	17/07/2016
210927	ELUIZA FREITAS	31/05/2016	15/07/2016
214485	ERENICE RIBEIRO CONRADO	03/06/2016	19/08/2016
193461	ERNA PETER	24/06/2016	24/06/2016
207098	EVANDINA WILHELMS	03/06/2016	15/07/2016
000094	EVERALDO VICENTE	11/06/2016	29/07/2016
228493	FABIANA DE OLIVEIRA	21/06/2016	05/07/2016
000755	FABIANO SCHMIDT MARTINEZ	31/05/2016	16/06/2016
229462	FRACIANI FERMINO	25/06/2016	22/07/2016
179426	FRANCISCO CORREA DA CUNHA NETO	18/06/2016	02/09/2016
172650	GLORIA VENTURA	02/06/2016	19/08/2016
003137	IRACEMA MARIA BITENCOURTE	24/06/2016	05/08/2016
139874	IRIS VERONICA LEMOS	02/07/2016	16/08/2016
206563	IRONETE APARECIDA LOPES PEREIRA	15/06/2016	29/07/2016
139270	IVANILDA TERESINHA MENDES ADAO	07/06/2016	21/06/2016
224960	IZABEL CRISTINA VILELA DE CASTRO BARROS	03/06/2016	18/07/2016
005359	JAIME VOLTOLINI	05/07/2016	15/07/2016
228563	JANAINA DOS SANTOS	28/06/2016	13/08/2016
229595	JANETE DUTKA MAFRA	25/06/2016	09/07/2016
173770	JANETE SCHNEIDER VIANA	03/06/2016	19/06/2016
009741	JAQUELINE PRUST	22/06/2016	09/07/2016
013706	JOSE FERNANDES DE LIMA	08/04/2016	04/08/2016
190900	KATIA CILENE DA SILVA	07/06/2016	15/07/2016
010091	KELLY AYANNA PETERS BARROS	08/07/2016	22/07/2016
002439	LEONICE LUCIANI	14/06/2016	17/06/2016
212504	LEONIR GALDINO STIHLER	14/06/2016	15/07/2016
020443	LUCIANA KORRANSKI	22/06/2016	27/07/2016
228921	LUIS CARLOS DEGANG	22/06/2016	07/07/2016
005384	LUIZ LINO DA SILVA	21/06/2016	09/09/2016
214353	MARCELO RICARDO MARTINS	02/06/2016	15/06/2016
095494	MARCIA ANITA COELHO	21/06/2016	05/08/2016
227609	MARCIO JOSE WEBER	04/06/2016	19/08/2016
230094	MARIA APARECIDA DOS SANTOS PACHECO	11/06/2016	01/07/2016
139424	MARIA FORTE BORGES	11/06/2016	17/06/2016
204145	MARIA TERESINHA LOURENÇO	23/06/2016	29/07/2016
230832	MARILENE LUZ	04/06/2016	03/07/2016
225665	MARISE DA SILVA	15/06/2016	29/07/2016
229878	MARLI ERART DE JESUS SENA	25/06/2016	15/07/2016
019895	MARLON CESAR DOS SANTOS	24/05/2016	17/06/2016
204587	NIVERLY CONCEIÇÃO DELALIBERA	23/06/2016	28/07/2016



197246	OBTIA POFFO	07/06/2016	20/07/2016
207721	ODAIR COUTO	21/06/2016	26/06/2016
230422	PATRICIA FUMAGALLI	09/06/2016	24/07/2016
229983	RITA DE CASSIA ANTUNES VIEIRA RIBEIRO	08/06/2016	09/06/2016
000540	ROBERSON APARECIDO FERREIRA	18/06/2016	03/08/2016
160547	ROSALI ROSBERGER FOSTER	08/06/2016	29/08/2016
225878	ROSANA BORGES DA SILVA SCHMITT	03/06/2016	19/06/2016
182877	ROSELI SANTOS DE LIMA	22/06/2016	26/06/2016
228641	ROZANGELA TEREZINHA MATIOLA	14/06/2016	29/07/2016
001679	RUY LUAS DE SOUZA	30/06/2016	15/07/2016
106844	SANDRA MOGK DA SILVA	19/05/2016	06/12/2016
224340	SERGIO LUIZ DOS PASSOS	24/06/2016	19/07/2016
230293	SILVANA WOSIACK DE OLIVEIRA	11/06/2016	27/06/2016
228849	SILVANA WOSIACK DE OLIVEIRA	11/06/2016	27/06/2016
209678	SIMONE FONTANELLA ZANELLA	06/06/2016	23/07/2016
212784	SUELI TERESINHA PINHEIRO	31/05/2016	15/07/2016
186082	SUELY DA SILVA OLIVEIRA	02/06/2016	02/06/2016
139530	SUSANE LUIZA SCHLINDWEIN HABITZREUTER	07/06/2016	23/07/2016
230254	TOMAZ ROCHA NAVES	17/06/2016	08/07/2016
206938	UBIRATAN CARDOSO DE OLIVEIRA	20/06/2016	01/09/2016
175250	VALMIR FRANCISCO JORGE	14/06/2016	15/07/2016
002270	VALMIR SALVADOR	15/06/2016	30/08/2016
202495	WANDERCLEIA DA SILVA	21/06/2016	06/08/2016
229309	ZULENE MARIA DO NASCIMENTO DINIZ	27/05/2016	04/06/2016

Blumenau, 15 de julho de 2016.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

### PORTARIA Nº 5389/2016 - ISSBLU

PORTARIA N.º 5389/2016

PRORROGA O BENEFÍCIO DE AUXÍLIO DOENÇA CONCEDIDO ATRAVÉS DAS PORTARIAS N.ºS 5293/2016 5348/2016 e 5349/2016.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

### PRORROGAR O BENEFÍCIO DE AUXÍLIO DOENÇA

CADASTRO	NOME	INÍCIO	TÉRMINO
184250	ADELINA MULLER REINHOLD	04/06/2016	08/07/2016
000064	ADEMIR KURTZ	11/06/2016	06/07/2016
208965	ADOLAR AMERICO	26/05/2016	29/07/2016
141550	ALCIONE HEIDI DE SOUZA FAUSTE	18/06/2016	22/07/2016
143863	ALCIONE LAZARINI	05/06/2016	08/08/2016
211699	ALMA MARLENE RAMIRES	04/06/2016	17/06/2016
228857	AMANDA ROBERTA KOERICH SEMANN	04/06/2016	25/07/2016
000543	ANA MARIA MELIM	03/06/2016	11/10/2016
107794	ANSELMO LEONARDO REYNAUD DOS SANTOS	25/06/2016	10/08/2016
230710	CAROLINE ZIMMERMANN EUFRAZIO	11/06/2016	08/07/2016
204803	CELENE RODRIGUES ALBERTO	11/06/2016	17/06/2016
187895	CELENE VIEIRA VENTURA KUCHER	23/06/2016	22/08/2016
215660	CELIA DOS SANTOS BAADER	04/06/2016	01/08/2016
145696	DAISY MARIA OLIVEIRA FERNANDES	04/06/2016	19/08/2016



228736	DEIZE NARA MONTEIRO SASSE	22/05/2016	25/07/2016
197289	DOLORES VANIL DE MIRANDA	04/06/2016	07/08/2016
203742	DORLI IDA DA SILVA	26/06/2016	22/07/2016
217417	ELISABETE GUSE	11/06/2016	14/06/2016
230651	ELISABETE GUSE	11/06/2016	14/06/2016
203785	ELZITA SCHREIBER	10/06/2016	30/07/2016
223050	FABIANA MARIA FANTON	14/06/2016	08/07/2016
191469	FABIANE FURLANETO DE SÁ	31/05/2016	09/06/2016
200182	FABIOLA KANAREK	04/06/2016	12/06/2016
018864	FERNANDA GEISA MICHEL BROLLO	04/06/2016	03/07/2016
228522	GISELE PISKE PINHEIRO	11/06/2016	12/07/2016
185566	GRAZIELA VALLE SCHULTZ	13/06/2016	09/07/2016
205966	HEMELICE MACHADO PELLIS	22/06/2016	22/09/2016
157554	IDA MARIA MOSSMANN	19/06/2016	12/08/2016
221287	JANETE DA SILVA JACOB	04/06/2016	29/07/2016
220221	JAQUELINE RAMLOW	21/06/2016	15/07/2016
178470	JEANE GONÇALVES MISTURA	04/06/2016	01/08/2016
229429	JOICE MINEIA BRANGER	05/06/2016	07/07/2016
009412	JUAREZ PACHECO	05/06/2016	02/07/2016
187089	JULINHO FRANCISCO DE OLIVEIRA	19/06/2016	29/07/2016
230050	KATIA CORREIA PACHECO DOS SANTOS	25/06/2016	12/07/2016
228599	KENIA REGINA SCHMITZ	11/06/2016	03/08/2016
229883	LILIANE PEREIRA CAMARGO	04/06/2016	08/06/2016
148040	LUCEMIR SCHLINDWEIN LEITE	10/06/2016	09/09/2016
119334	LUCILENE RAQUEL SCHMITT	25/06/2016	15/07/2016
180700	LUIZA REGINA KROETZ FERNANDES	11/06/2016	01/07/2016
147931	MARIA DE LOURDES SABEL	12/06/2016	13/07/2016
193666	MARIA GORETI MARCOS DESCHAMPS	02/06/2016	07/06/2016
228532	MARIZA APARECIDA LEITE STANKE	05/06/2016	08/07/2016
171530	MARLENE PHILLIPPI MASCHIO	26/05/2016	26/07/2016
143022	MIRIAN SPLITTER HACKBARTH	07/06/2016	03/09/2016
230460	PAULO ROBERTO LONDERO VOTO	04/06/2016	22/07/2016
146161	RICARDO LUIZ BEDUSCHI	12/06/2016	13/09/2016
228725	SEBASTIAO TADEU WOLF DA COSTA	10/06/2016	24/06/2016
228730	SERGIO FERNANDES MATEUS	19/06/2016	12/08/2016
229205	SHIRLEY FARIA	02/06/2016	01/08/2016
166413	SIDNEY DOS SANTOS NAVES	07/06/2016	09/09/2016
191019	SILVANA MACHADO NAZARIO	05/06/2016	27/06/2016
229860	TALITHA VERGARA BAUTISTA	20/06/2016	22/07/2016
198056	TERESINHA CLARETE TESTONI NOGUEIRA	26/06/2016	22/08/2016
200603	YARA CAROLINE SCHEIDEMANTEL	31/05/2016	01/07/2016
132721	ZELIA LONGO	15/06/2016	17/09/2016
206032	ZILMA GOEDERT LONGEN	21/05/2016	17/06/2016

Blumenau, 15 de julho de 2016.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente



**PORTARIA Nº 5390/2016 - ISSBLU**

PORTARIA N.º 5390/2016

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL JOÃO MIGUEL PETRY.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

**MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO**

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000

A favor de JOÃO MIGUEL PETRY, servidor público municipal, ocupante do cargo de Professor, lotado na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021020.1.00029/16-9, em 10/05/2016, prestado à Prefeitura Municipal de Blumenau, no período de 17/04/1984 a 21/02/1994, um total de 3590 (três mil, quinhentos e noventa) dias, correspondente a 9 (nove) anos, 10 (dez) meses, e 5 (cinco) dias, conforme Processo n.º 00510/07/2016.

Blumenau, 15 de julho de 2016.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 5391/2016 - ISSBLU**

PORTARIA N.º 5391/2016

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL REJANE WILWERT.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

**MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO**

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000

A favor de REJANE WILWERT, servidora pública municipal, ocupante do cargo de Assistente Social, lotada na Secretaria Municipal de Obras, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021010.1.00129/16-3, em 04/07/2016, prestado às seguintes entidades:

Empresa	Período
Cia. Hering	19/06/1985 a 22/03/1989
Catarinense de Seguros S.A.	08/05/1989 a 28/05/1990
Metalúrgica Turbina Ltda.	28/05/1990 a 09/07/1990
Prefeitura Municipal de Gaspar	06/08/1990 a 31/12/1990
Cia. de Cigarros Souza Cruz	13/02/1991 a 31/07/1991
Contribuinte Individual	01/02/2012 a 29/02/2012

Totaliza o tempo de 2144 (dois mil, cento e quarenta e quatro) dias, correspondente a 5 (cinco) anos, 10 (dez) meses, e 19 (dezenove) dias, conforme Processo n.º 00488/07/2016.

Blumenau, 15 de julho de 2016.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 5392/2016 - ISSBLU**

PORTARIA N.º 5392/2016

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL AMARILDO IMTHURM.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

**MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO**

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000

A favor de AMARILDO IMTHURM, servidor público municipal, ocupante do cargo de Agente Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021010.1.00110/16-0, em 27/06/2016, prestado à Prefeitura Municipal de Blumenau, no período de 25/01/1984 a 05/06/1995, um total de 4146 (quatro mil, cento e quarenta e seis) dias, correspondente a 11 (onze) anos, 4 (quatro) meses, e 11 (onze) dias, conforme Processo n.º 00502/07/2016.

Blumenau, 15 de julho de 2016.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 5393/2016 - ISSBLU**

PORTARIA N.º 5393/2016

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL IRENE DEBARBA.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

**MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO**

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000

A favor de IRENE DEBARBA, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão N.º 694/2016, de 08/06/2016, expedida pelo IPREV – Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina, nos períodos de 06/08/1985 a 23/08/1985, e 04/10/1985 a 02/12/1985, um total de 77 (setenta e sete) dias, correspondente a 2 (dois) meses, e 17 (dezessete) dias, conforme Processo n.º 00523/07/2016.

Blumenau, 15 de julho de 2016.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente



**PORTARIA Nº 5394/2016 - ISSBLU**

PORTARIA N.º 5394/2016

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARLISE VARGAS WEIS.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

**CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO**

De acordo com o artigo 72-A, seus incisos, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, com redações determinadas pelas Leis Complementares n.os 479, de 29 de setembro de 2004, e 1006, de 9 de novembro de 2015, artigos 61, 62, 63, 99, 108, anexos I, e V, e 114, da Lei Complementar n.º 662, de 28 de novembro de 2007, com redação alterada pela Lei Complementar n.º 839, de 19 de dezembro de 2011, e artigo 6.º, seus incisos, da Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, à

MARLISE VARGAS WEIS, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Coordenador Pedagógico, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais de R\$ 3.883,76 (Três mil, oitocentos e oitenta e três reais e setenta e seis centavos), a partir de 18 de julho de 2016, conforme Processo n.º 00512/07/2016.

Blumenau, 15 de julho de 2016.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 5395/2016 - ISSBLU**

PORTARIA N.º 5395/2016

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL JOSÉ ISMAEL EVARISTO.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

**CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO**

De acordo com o artigo 73-B, seus incisos, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, com redação determinada pela Lei Complementar n.º 568, de 20 de fevereiro de 2006, artigos 2º, inciso VII, anexo VII-A, 54, e 64, da Lei Complementar n.º 661, de 28 de novembro de 2007, artigo 2.º, da Lei Complementar n.º 2, de 11 de julho de 1990, combinado com o artigo 94, § 1.º, da Lei Complementar n.º 1, de 4 de junho de 1990, e artigo 3.º, seus incisos, da Emenda Constitucional n.º 47, de 5 de julho de 2005, a

JOSÉ ISMAEL EVARISTO, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de ETA/ETE, lotado no SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais R\$ 3.602,67 (Três mil, seiscentos e dois reais e sessenta e sete centavos), a partir de 18 de julho de 2016, conforme Processo n.º 00063/04/2016.

Blumenau, 18 de julho de 2016.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 5396/2016 - ISSBLU**

PORTARIA N.º 5396/2016

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL JOÃO VILMAR PEIXER.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

**MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO**

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de JOÃO VILMAR PEIXER, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Analista de Hardware Junior, lotado na Secretaria Municipal de Gestão Governamental, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021040.1.00017/16-0, em 29/06/2016, prestado às seguintes entidades:

Empresa	Período
Loreno José Philippi	01/08/1980 a 31/12/1980
Prefeitura Municipal de Blumenau	05/02/1981 a 30/06/1994

Totaliza o tempo de 5041 (cinco mil, quarenta e um) dias, correspondente a 13 (treze) anos, 9 (nove) meses, e 26 (vinte e seis) dias, conforme Processo n.º 00454/06/2016.

Blumenau, 19 de julho de 2016.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 5397/2016 - ISSBLU**

PORTARIA N.º 5397/2016

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ROSEMERI BUSARELLO ZIPF.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

**MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO**

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de ROSEMERI BUSARELLO ZIPF, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021010.1.00078/16-0, em 12/05/2016, prestado à Prefeitura Municipal de Blumenau, no período de 03/03/1986 a 21/02/1994, um total de 2904 (dois mil, novecentos e quatro) dias, correspondente a 7 (sete) anos, 11 (onze) meses, e 19 (dezenove) dias, conforme Processo n.º 00557/07/2016.

Blumenau, 19 de julho de 2016.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente



**PORTARIA Nº 5398/2016 - ISSBLU**

PORTARIA N.º 5398/2016

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARILEA MATTEUSSI.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

**MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO**

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000

A favor de MARILEA MATTEUSSI, servidora pública municipal, ocupante do cargo de Servente de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021010.1.00200/12-7, em 05/09/2012, prestado às seguintes entidades:

Empresa	Período
Tay Pan Administradora de Bens Ltda. – ME	02/01/1979 a 15/05/1981
Contribuinte Individual	01/06/1981 a 31/07/1982 01/04/1983 a 31/01/1984 01/12/1994 a 31/12/1994
Pastor Comércio de Produtos Têxteis Ltda. – ME	14/07/1986 a 11/05/1987
Juriti S.A. – Indústria e Comércio	21/05/1987 a 18/08/1987
Malwee Malhas Ltda.	18/08/1988 a 15/11/1988 15/09/1989 a 29/07/1992
Prefeitura Municipal de Blumenau	13/03/1995 a 01/08/1995

Totaliza o tempo de 3297 (três mil, duzentos e noventa e sete) dias, correspondente a 9 (nove) anos, e 12 (doze) dias, conforme Processo n.º 00552/07/2016.

Blumenau, 19 de julho de 2016.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 5399/2016 - ISSBLU**

PORTARIA N.º 5399/2016

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL REGIANE CARLA SEVERINO GOMES.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

**MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO**

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de REGIANE CARLA SEVERINO GOMES, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Fiscal de Serviços em Saúde, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021010.1.00131/15-0, em 07/07/2015, prestado à Prefeitura Municipal de Blumenau,

no período de 27/06/1988 a 30/06/2014, um total de 2194 (dois mil, cento e noventa e quatro) dias, correspondente a 6 (seis) anos, e 4 (quatro) dias, conforme Processo n.º 00566/07/2016.

Blumenau, 20 de julho de 2016.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 5400/2016 - ISSBLU**

PORTARIA N.º 5400/2016

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PEDRO HEGINO PINTARELLI.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

**MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO**

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de PEDRO HEGINO PINTARELLI, servidor público municipal, ocupante do cargo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão Nº 71/16, expedida pelo Ministério do Exército – 23º Batalhão de Infantaria, no período de 05/02/1979 a 29/02/1980, um total de 390 (trezentos e noventa) dias, correspondente a 1 (um) ano, e 25 (vinte e cinco) dias, conforme Processo n.º 00594/07/2016.

Blumenau, 22 de julho de 2016.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente



**EDITAL NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 184/2016 - SEFAZ**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU  
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA  
DIRETORIA DE RECEITA  
GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA

**EDITAL NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 184/2016**

CONTRIBUINTE : ORGANIZAÇÕES OLIVEIRA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA

ENDEREÇO: RUA 5 DE OUTUBRO, nº 106 – SALTO DO NORTE

Nº INSCRIÇÃO: 84746 CNPJ.: 10.301.501/0001-61

Processo Fiscal : 2016/196

Sócios: LAYS DE OLIVEIRA REIS e EURICO JUCELIO PEDROZO DOS SANTOS

Notifica-se o contribuinte acima identificado, com base no Art. 151 da LC 632/2007, intimando-o para, no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do 1º dia útil seguinte à ciência desta notificação:

a) recolher à Fazenda Municipal o valor abaixo discriminado, referente ao débito do ISSQN - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (Art. 81 da LC 632/2007); ou

b) reclamar do lançamento em que é parte (Art. 207, caput da LC 632/2007).

DEMONSTRATIVO DOS VALORES APURADOS:	
Base de Cálculo	-
Imposto a Recolher	891,39
Atualização Monetária	222,36
Juros de Mora	410,52
Multa p/ infração	556,87
Total Geral	2.081,14

**DESCRIÇÃO DOS FATOS:**

1)Período Notificado:09/2012, 06/2013 e 12/2013.

2)Documentos examinados: Notas Fiscais emitidas e recebidas (Notablu).

3)Concluído o procedimento fiscal nos termos da legislação aplicável, constatou-se que o contribuinte:

3.1)Prestou e Tomou serviços constante(s) da Lista de Serviços prevista na Lei Complementar Federal 116/03 e prevista no Art. 276 da LC 632/2007, item 7.02: Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).

3.2)Deixou de recolher o ISSQN devido referente ao período acima indicado, conforme demonstrativo acima e mapas de apuração anexos, infringindo a legislação tributária municipal em seu artigo 295, § 1º da LC 632/2007.

3.2.1)Após três tentativas de localização do contribuinte, não localizado o mesmo em seu endereço cadastral (conforme AR anexo ao processo).

Na impossibilidade de contatar o contribuinte, procedeu-se a devida Notificação dos valores de ISSQN não recolhidos, através da verificação das Notas Fiscais emitidas e recebidas no Notablu; neste ato, procedendo ao envio da presente Notificação para publicação em edital no Boletim Oficial do Município, conforme Art. 153, III, LC 632/2007.

**4)COMPOSIÇÃO DA BASE DE CÁLCULO:**

4.1) A base de cálculo da presente notificação compõe-se:

Valores ISSQN referente às Notas Fiscais de Serviços Notablu emitidas e recebidas (ISSQN RETIDO), conforme período acima descrito.

**5)CÁLCULO DO VALOR A PAGAR:**

5.1)Sobre o valor do imposto calculado incidiram os acréscimos legais conforme segue:

a)Atualização monetária:

- A partir de 2011 com fundamento no Art. 82 da LC 632/2007 pelo INPC – Decreto nº 9313/2010
- A partir de 2012 com fundamento no Art. 82 da LC 632/2007 pelo INPC – Decreto nº 9551/2011
- A partir de 2013 com fundamento no Art. 82 da LC 632/2007 pelo INPC – Decreto nº 9876/2012
- A partir de 2014 com fundamento no Art. 82 da LC 632/2007 pelo INPC – Decreto nº 10223/2013
- A partir de 2015 com fundamento no Art. 82 da LC 632/2007 pelo INPC – Decreto nº 10502/2014
- A partir de 2016 com fundamento no Art. 82 da LC 632/2007 pelo INPC – Decreto nº 10820/2015

b)Juros de Mora de 1% ao mês, com fundamento no Art. 82 da LC 632/2007.

5.2)Foi aplicada multa de 50% sobre o valor atualizado conforme Art. 305 da LC 632/2007.

**6)Observações:**

6.1)Dentro do prazo estipulado, esta Notificação poderá ser quitada (à vista, com redução de 90% na multa) ou parcelada (em até 60 vezes), nas condições previstas nos artigos 171 e 172 da LC 632/2007.

6.2)Vencidos os prazos para pagamentos ou reclames, será o débito inscrito em Dívida Ativa e terá início o processo de cobrança amigável ou judicial.

6.3)Verificado indícios de crimes contra a ordem tributária, será formulada a representação fiscal para fins penais e remetida ao Ministério Público conforme determina a Portaria nº 01/ 2002 da Secretaria Municipal da Fazenda.

6.4)Integram a presente Notificação Fiscal os seguintes anexos: Mapas de Levantamento Fiscal e Cálculo (anuais).]

6.5)A presente Notificação não inibe a fiscalização referente ao mesmo período.



Patrícia Dias  
Auditora Fiscal Tributária  
Matrícula nº 21554-6

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU  
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA  
DIRETORIA DE RECEITA  
GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA

TERMO DE FISCALIZAÇÃO  
MAPA DE LEVANTAMENTO FISCAL E CÁLCULO

ANEXO À NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº: 184/2016 - ORGANIZAÇÕES OLIVEIRA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA

Ano 2012	Receita	Imp.Devido	Imp.Pago	Imp.a Pagar	Imposto	Atualização	Juros de	Valor Total
Meses	Fat Bruto	Vlr.Histórico	Vlr.Histórico	Vlr.Histórico	Atualizado	Monetária	Mora	Apurado
Setembro	-	43,40	-	43,40	57,29	13,89	26,35	83,64
Ano 2013								
Junho	-	757,99	-	757,99	944,33	186,34	349,40	1.293,74
Dezembro	-	90,00	-	90,00	112,13	22,13	34,76	146,88

Patrícia Dias  
Auditora Fiscal Tributária  
Matrícula nº 21554-6

**CÂMARA MUNICIPAL**

**MD 2551**

RESOLUÇÃO MD Nº 2.551

EXONERA SERVIDOR PÚBLICO OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º É exonerado, em 31 de julho de 2016, o servidor público Henrique Horácio Carlini, do cargo de Assessor Político, de provimento em comissão, lotado no gabinete do Vereador João Francisco Beltrame – do Quadro de Servidores Públicos da Câmara Municipal de Blumenau.

Art. 2º É determinado à Coordenação de Gestão de Pessoas que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução, na ficha funcional do servidor público.

Art. 3º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 28 DE JULHO DE 2016.

MÁRIO HILDEBRANDT  
Presidente

MARCOS DA ROSA  
Vice-Presidente

CÉLIO DIAS  
1º Secretário

MARCO ANTONIO WANROWSKY  
2º Secretário



**MD 2552**

RESOLUÇÃO MD Nº 2.552

NOMEIA ROBSON DUMES EM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º É nomeado, em 1º de agosto de 2016, Robson Dumes, no cargo de Assessor Político, de provimento em comissão, lotado no Gabinete do Vereador José de Souza – do Quadro de Servidores Públicos da Câmara Municipal de Blumenau, nos termos da Resolução nº 423, de 16 de maio de 2013 e suas alterações.

Art. 2º É determinado à Coordenação de Gestão de Pessoas que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução, na ficha funcional do servidor público.

Art. 3º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 1º DE AGOSTO DE 2016.

MÁRIO HILDEBRANDT

Presidente

MARCOS DA ROSA

Vice-Presidente

CÉLIO DIAS  
1º SecretárioMARCO ANTONIO WANROWSKY  
2º Secretário**MD 2553**

RESOLUÇÃO MD Nº 2.553

NOMEIA CESAR PAULO TOPÁZIO EM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º É nomeado, em 1º de agosto de 2016, Cesar Paulo Topázio, no cargo de Assessor Político, de provimento em comissão, lotado no Gabinete do Vereador Fábio Fiedler – do Quadro de Servidores Públicos da Câmara Municipal de Blumenau, nos termos da Resolução nº 423, de 16 de maio de 2013 e suas alterações.

Art. 2º É determinado à Coordenação de Gestão de Pessoas que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução, na ficha funcional do servidor público.

Art. 3º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 1º DE AGOSTO DE 2016.

MÁRIO HILDEBRANDT

Presidente

MARCOS DA ROSA

Vice-Presidente

CÉLIO DIAS  
1º SecretárioMARCO ANTONIO WANROWSKY  
2º Secretário**MD 2554**

RESOLUÇÃO MD Nº 2.554

NOMEIA EVANILDE LUNELLI EM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º É nomeada, em 1º de agosto de 2016, Evanilde Lunelli, no cargo de Assessor Político, de provimento em comissão, lotado no Gabinete do Vereador Jens Juergen Mantau – do Quadro de Servidores Públicos da Câmara Municipal de Blumenau, nos termos da Resolução nº 423, de 16 de maio de 2013 e suas alterações.

Art. 2º É determinado à Coordenação de Gestão de Pessoas que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução, na ficha funcional do servidor público.

Art. 3º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 1º DE AGOSTO DE 2016.

MÁRIO HILDEBRANDT

Presidente

MARCOS DA ROSA

Vice-Presidente

CÉLIO DIAS  
1º SecretárioMARCO ANTONIO WANROWSKY  
2º Secretário**MD 2555**

RESOLUÇÃO MD Nº 2.555

EXONERA SERVIDORA PÚBLICA OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º É exonerada, em 1º de agosto de 2016, a servidora pública Grazielle de Souza Metzner, do cargo de Chefe de Gabinete de Vereador, de provimento em comissão, lotado no gabinete do Vereador Roberto Tribess – do Quadro de Servidores Públicos da Câmara Municipal de Blumenau.

Art. 2º É determinado à Coordenação de Gestão de Pessoas que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução, na ficha funcional do servidor público.

Art. 3º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 1º DE AGOSTO DE 2016.

MÁRIO HILDEBRANDT

Presidente

MARCOS DA ROSA

Vice-Presidente

CÉLIO DIAS  
1º SecretárioMARCO ANTONIO WANROWSKY  
2º Secretário



**MD 2556**

RESOLUÇÃO MD Nº 2.556

NOMEIA GREICIANE GEBIEN EM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º É nomeada, em 2 de agosto de 2016, Greiciane Gebien, no cargo de Assessor Político, de provimento em comissão, lotado no Gabinete do Vereador Robinsom Soares – do Quadro de Servidores Públicos da Câmara Municipal de Blumenau, nos termos da Resolução nº 423, de 16 de maio de 2013 e suas alterações.

Art. 2º É determinado à Coordenação de Gestão de Pessoas que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução, na ficha funcional do servidor público.

Art. 3º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 2 DE AGOSTO DE 2016.

MÁRIO HILDEBRANDT

Presidente

MARCOS DA ROSA

Vice-Presidente

CÉLIO DIAS  
1º SecretárioMARCO ANTONIO WANROWSKY  
2º Secretário**MD 2557**

RESOLUÇÃO MD Nº 2.557

NOMEIA ROSI APARECIDA SCHEIDT EM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º É nomeada, em 2 de agosto de 2016, Rosi Aparecida Scheidt, no cargo de Chefe de Gabinete de Vereador, de provimento em comissão, lotado no Gabinete do Vereador José de Souza – do Quadro de Servidores Públicos da Câmara Municipal de Blumenau, nos termos da Resolução nº 423, de 16 de maio de 2013 e suas alterações.

Art. 2º É determinado à Coordenação de Gestão de Pessoas que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução, na ficha funcional do servidor público.

Art. 3º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 2 DE AGOSTO DE 2016.

MÁRIO HILDEBRANDT

Presidente

MARCOS DA ROSA

Vice-Presidente

CÉLIO DIAS  
1º SecretárioMARCO ANTONIO WANROWSKY  
2º Secretário**MD 2558**

RESOLUÇÃO MD Nº 2.558

NOMEIA MARA RUBIA MAURÍCIO METZNER EM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º É nomeada, em 2 de agosto de 2016, Mara Rubia Maurício Metzner, no cargo de Chefe de Gabinete de Vereador, de provimento em comissão, lotado no Gabinete do Vereador Roberto Tribess – do Quadro de Servidores Públicos da Câmara Municipal de Blumenau, nos termos da Resolução nº 423, de 16 de maio de 2013 e suas alterações.

Art. 2º É determinado à Coordenação de Gestão de Pessoas que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução, na ficha funcional do servidor público.

Art. 3º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 2 DE AGOSTO DE 2016.

MÁRIO HILDEBRANDT

Presidente

MARCOS DA ROSA

Vice-Presidente

CÉLIO DIAS  
1º SecretárioMARCO ANTONIO WANROWSKY  
2º Secretário**MD 2559**

RESOLUÇÃO MD Nº 2.559

NOMEIA FELIPE DETZ EM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º É nomeado, em 4 de agosto de 2016, Felipe Detz, no cargo de Assessor Político, de provimento em comissão, lotado no Gabinete do Vereador Robinsom Soares – do Quadro de Servidores Públicos da Câmara Municipal de Blumenau, nos termos da Resolução nº 423, de 16 de maio de 2013 e suas alterações.

Art. 2º É determinado à Coordenação de Gestão de Pessoas que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução, na ficha funcional do servidor público.

Art. 3º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 2 DE AGOSTO DE 2016.

MÁRIO HILDEBRANDT

Presidente

MARCOS DA ROSA

Vice-Presidente

CÉLIO DIAS  
1º SecretárioMARCO ANTONIO WANROWSKY  
2º Secretário



**MD 2560**

RESOLUÇÃO MD Nº 2.560

EXONERA SERVIDOR PÚBLICO OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º É exonerado, em 2 de agosto de 2016, o servidor público Thomas Madrigano, do cargo de Assessor Político, de provimento em comissão, lotado no gabinete do Vereador Robinsom Soares – do Quadro de Servidores Públicos da Câmara Municipal de Blumenau.

Art. 2º É determinado à Coordenação de Gestão de Pessoas que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução, na ficha funcional do servidor público.

Art. 3º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 2 DE AGOSTO DE 2016.

MÁRIO HILDEBRANDT

Presidente

MARCOS DA ROSA

Vice-Presidente

CÉLIO DIAS  
1º SecretárioMARCO ANTONIO WANROWSKY  
2º Secretário**MD 2561**

RESOLUÇÃO MD Nº 2.561

EXONERA SERVIDOR PÚBLICO OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º É exonerado, em 2 de agosto de 2016, o servidor público Alfonso Espíndola, do cargo de Chefe de Gabinete de Vereador, de provimento em comissão, lotado no gabinete do Vereador Robinsom Soares – do Quadro de Servidores Públicos da Câmara Municipal de Blumenau.

Art. 2º É determinado à Coordenação de Gestão de Pessoas que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução, na ficha funcional do servidor público.

Art. 3º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 2 DE AGOSTO DE 2016.

MÁRIO HILDEBRANDT

Presidente

MARCOS DA ROSA

Vice-Presidente

CÉLIO DIAS  
1º SecretárioMARCO ANTONIO WANROWSKY  
2º Secretário



# Bom Jesus do Oeste

## PREFEITURA

### **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 1551/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 1551/2016

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 037/2016

O MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE, Estado de Santa Catarina, por seu

Prefeito Municipal Sr. Airton Antonio Reinehr, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados que às 12:30 horas do dia 19 de Agosto de 2016, na sede da Municipalidade, fará realizar Processo Licitatório, na modalidade de Pregão Presencial, tendo como objeto a aquisição de terceirização de serviço de hora máquinas para os departamentos da agricultura DMER e urbanismo para o exercício de 2016.

O Processo será regido pelas Leis Federais nº 8.666/93 e 10.520/02, e suas alterações posteriores e em especial ao contido no Edital.

A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas em horário de expediente, junto à comissão de Licitações da Prefeitura Municipal, sita a AV. Nossa Senhora de Fátima, 120, na cidade de Bom Jesus do Oeste – SC, Fone 049 3363 0200, e-mail: [compras@bomjesusdooeste.sc.gov.br](mailto:compras@bomjesusdooeste.sc.gov.br) ou pelo site [www.bomjesusdooeste.sc.gov.br](http://www.bomjesusdooeste.sc.gov.br).

Bom Jesus do Oeste – SC, aos 09 de Agosto de 2016.

Airton Antonio Reinehr

Prefeito Municipal



**Botuvera****PREFEITURA****DECRETO Nº 1925/2016**

=====

DECRETO Nº 1.925/2016

=====

"AUTORIZA A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO NO ORÇAMENTO DE 2016"

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOTUVERÁ, usando da competência que lhe confere o Art.6º, inciso VII, da Lei nº 1.320/2015, de 17 de dezembro de 2015..

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar até no valor total de R\$ 2.780,00 (Dois mil setecentos e oitenta reais) conforme abaixo especificado:

06.00	Secretaria de Obras e Serviços Urbanos
06.01	Divisão de Serviços Urbanos
06-181-150-2.57	Manutenção Convênio SSP/Transito Policia Militar
4.4.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas
0.3.10(291)	Superávit Convênio de Transito Militar ..... R\$ 1.180,00
11.00	Fundo Municipal de Saúde
11.01	Fundo Municipal de Saúde
10-305-105-2.60	Serviços de Vigilância Epidemiológica
3.3.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas
0.2.38 (221)	Vigilância Epidemiológica ..... R\$ 1.600,00

Art. 2º - Os recursos para atender o crédito especificado no Art. 1º deste decreto, decorrerão da anulação parcial da seguinte dotação do orçamento vigente.

06.00	Secretaria de Obras e Serviços Urbanos
06.01	Divisão de Serviços Urbanos
06-181-150-2.57	Manutenção Convênio SSP/Transito Policia Militar
3.3.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas
0.3.10(271)	Superávit Convênio de Transito Militar ..... R\$ 1.180,00
11.00	Fundo Municipal de Saúde
11.01	Fundo Municipal de Saúde
10-305-105-2.60	Serviços de Vigilância Epidemiológica
4.4.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas
0.2.38 (223)	Vigilância Epidemiológica ..... R\$ 1.600,00

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeito retroativo desde 08/08/2016.

Prefeitura Municipal de Botuverá, 08 de agosto de 2016.

Jose Luiz Colombi

Prefeito

**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 43/2016**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 43/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUVERÁ

Contratante: Município de Botuverá

Contratada: Sona Construtora Ltda Me

Objeto: O presente aditivo tem como objeto prorrogar a vigência do contrato administrativo nº 43/2016, com início no dia 15/08/2016, e fim o dia 15/11/2016, conforme menciona a cláusula décima, item 10.4 do contrato original



# Braço do Trombudo

## PREFEITURA

### **EDITAL DE CREDENCIAMENTO 02/2016 FMS**

PROCESSO ADMINISTRATIVO 13/2016

EDITAL DE CREDENCIAMENTO 02/2016 FMS

O Município de Braço do Trombudo SC torna público para conhecimento dos interessados que a partir do dia 18/08/2016 estará recebendo os envelopes para o Credenciamento para Prestação de Serviços de Fisioterapia, informações pelo fone 47 3547-0179 pelo e-mail: [licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br](mailto:licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br) ou pelo site [www.bracodotrombudo.sc.gov.br](http://www.bracodotrombudo.sc.gov.br). Braço do Trombudo, em 08 de agosto de 2016. Romildo Teske - Prefeito Municipal.



# Brusque

## PREFEITURA

**PORTARIA Nº 11.162/2016**

PORTARIA nº 11.162, 18 DE JULHO DE 2016.  
Nomeia servidor.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE EM EXERCÍCIO, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 143/09 e alterações, Anexo I – E,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear Henrique Ávila de Souza para ocupar o cargo em comissão, Padrão CC-IV, como Diretor, lotado na Secretaria de Saúde do Município.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos legais a partir da vigência do termo de posse.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 18 de julho de 2016.

ROLF KAESTNER

Prefeito Municipal em Exercício

MÁRIO WILSON DA CRUZ MESQUITA

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Respondendo pela Chefia de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 11.079/2016 - ERRATA****ERRATA**

Na Portaria nº 11.079, de 30 de junho de 2016, publicada no DOM/SC nº 2031, em 05/07/2016, onde se lê:

Art. 1º Conceder Licença para Atividade Política à servidora MARLUCIA RODRIGUES DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora, lotada na Secretaria de Educação, com a devida remuneração, a partir de 02 de julho de 2016, em conformidade com a Lei Complementar Federal nº 64/1990.

**Leia-se:**

Art. 1º Conceder Licença para Atividade Política à servidora MARLUCIA RODRIGUES DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Servente de Serviços Gerais, lotada na Secretaria de Educação, com a devida remuneração, a partir de 02 de julho de 2016, em conformidade com a Lei Complementar Federal nº 64/1990.

JOSÉ LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

MÁRIO WILSON DA CRUZ MESQUITA

Procurador-Geral do Município

Registra-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Respondendo pela Chefia de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 11.182/2016**

PORTARIA nº 11.182, 25 DE JULHO DE 2016.  
Nomeia servidor.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c Lei Complementar n. 143, de 31 de agosto de 2009 e alterações, Anexo I-E,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear Luís Fernando Koschnik Bunn para ocupar o cargo de provimento em comissão, Padrão CC-V, como Coordenador, lotado na Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda/Horto Florestal.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos legais a partir da vigência do termo de posse.

Art. 3º Revogam-se disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 25 de julho de 2016.

JOSÉ LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

MÁRIO WILSON DA CRUZ MESQUITA

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Respondendo pela Chefia de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 105/2016 SAMAE**

PORTARIA Nº 105/2016

A Diretora Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, no uso de suas atribuições:

**RESOLVE**

1) Conceder Licença Falecimento de 03 (três) dias ao servidor PAULO HENRIQUE FLORES, ocupante do cargo de Agente de Leitura e Inspeção, devido ao falecimento de sua avó NELSA RUSSI no dia 24 de julho de 2016, conforme Certidão de óbito, Nº 108928 01 55 2016 4 00043 085 0017028 18 em seu domicílio à Rua Felipe Heckert, 126, Bairro Primeiro de Maio – Brusque/SC.

2) Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do dia 24/07/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Brusque, 27 de julho de 2016.

FABIANA AMÁLIA DALCASTAGNÉ

Diretora Presidente

SAMAE



**PORTARIA Nº 106/2016 SAMAE**

PORTARIA Nº 106/2016

A Diretora Presidente do SAMAE, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 119, Parágrafo Único e Art.122, da Lei Complementar Nº. 147/09, ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS:

**RESOLVE**

Conceder Férias aos servidores:

Ednilson José da Cruz, matrícula 18031-02, ocupante do cargo de Agente de ETA;  
Evandro de Brito Cardoso, matrícula 26816-01, ocupante do cargo de Agente de Obras;  
Fernando Luiz Ghislandi, matrícula 18252-03, ocupante do cargo de Eletricista;  
Jair Padilha dos Santos, matrícula 19127-02, ocupante do cargo de Agente de Obras;  
João Aguinaldo da Silva, matrícula 23507-02, ocupante do cargo de Operador de Máquinas;  
Marcelo Paza, matrícula 24660-01, ocupante do cargo de Agente de Serviços Especiais;  
Vanessa Constansa Setraghi Becker, matrícula 20982-00, ocupante do cargo de Telefonista;

Pelo período de 08/08/2016 até 27/08/2016

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos a partir de 08/08/2016.

Brusque, 01 de agosto de 2016.

Fabiana Amália Dalcastagné  
Diretora Presidente do SAMAE

**PORTARIA Nº 107/2016 SAMAE**

PORTARIA Nº 107/2016

A Diretora Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, no uso de suas atribuições, e de acordo com o art. 111 § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

**RESOLVE**

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – Auxílio Doença – concedido nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência – IBPREV, o servidor Sr. ROGÉRIO BORGES DE JESUS, matrícula nº 3190-0, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Operações, lotado na Área Técnica, em decorrência dos atestados dos dias 07/07/2016 (concessão de quinze dias de afastamento) e 18/07/2016 (concessão de trinta dias de afastamento) tendo seu afastamento a partir do dia 22/07/2016.

Parágrafo Único – A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o art. 39, parágrafos 1º e 3º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 22/07/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Brusque/SC, 02 de agosto de 2016.  
FABIANA AMÁLIA DALCASTAGNÉ  
Diretora Presidente

**PORTARIA Nº 108/2016 SAMAE**

PORTARIA Nº 108/2016

A Diretora Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas no art. 102, inc. X, da Lei Orgânica Municipal, nos moldes do art. 37, inc. IX, da Constituição Federal, da Lei nº 2.174/97 com suas posteriores alterações e:

Considerando que o Poder Executivo Municipal, promoveu Concurso Público para provimento de vagas na Administração Geral do Município, incluindo-se nesse, vagas para o atendimento às atividades do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto (SAMAE);

Considerando que o SAMAE é uma Autarquia Municipal, sendo responsável pelo serviço essencial de captação, tratamento e fornecimento de água potável aos munícipes, não podendo ter suas atividades comprometidas ou paralisadas;

Considerando que as necessárias vagas não preenchidas pelo Concurso Público necessitaram ser completadas através do Processo Seletivo Simplificado SAMAE 001/2016 de 26/01/2016.

**RESOLVE**

Art. 1.º Admitir pelo período de 01/08/2016 à 30/07/2017, a contratação temporária oriunda do Processo Seletivo Simplificado SAMAE 0001/2016, conforme classificação:

Em 1º lugar, para o cargo de mecânico: MAURECI ZANCANELLA

Art. 2.º Esta Portaria, entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do dia 01/08/2016, revogadas as disposições em contrário.

Brusque/SC, 02 de agosto de 2016.  
FABIANA AMÁLIA DALCASTAGNÉ  
Diretora Presidente do SAMAE

**PORTARIA Nº 109/2016 SAMAE**

PORTARIA Nº 109/2016

A Diretora Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, no uso de suas atribuições:

**RESOLVE**

1) Suspender o Estágio Probatório do servidor, IVAN DA SILVA LOTTIN, ocupante do cargo de Agente de Serviços Especiais, a partir de 02/07/2016, em função de Licença para Atividade Política concedida pelo Prefeito Municipal de Brusque, através da Portaria nº 11.073 de 30/06/2016;

2) Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir de 02/07/2016.

Brusque, 02 de agosto de 2016.

FABIANA AMÁLIA DALCASTAGNÉ  
Diretora Presidente  
SAMAE



**PORTARIA Nº 11.174/2016**

PORTARIA nº 11.174, 25 DE JULHO DE 2016.

Nomeia servidor.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 143, de 31 de agosto de 2009 e alterações, Anexo I-E,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear João Fuzon para ocupar o cargo de provimento em comissão, Padrão CC-V, como Coordenador, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos/DGI.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos legais a partir da vigência do termo de posse.

Art. 3º Revogam-se disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 25 de julho de 2016.

JOSÉ LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

MÁRIO WILSON DA CRUZ MESQUITA

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Respondendo pela Chefia de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 11.175/2016**

PORTARIA nº 11.175, 25 DE JULHO DE 2016.

Nomeia servidor.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 143, de 31 de agosto de 2009 e alterações, Anexo I-E,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear Valter Loschner para ocupar o cargo de provimento em comissão, Padrão CC-VI, como Chefe Operacional, lotado na Secretaria de Assistência Social e Habitação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos legais a partir da vigência do termo de posse.

Art. 3º Revogam-se disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 25 de julho de 2016.

JOSÉ LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

MÁRIO WILSON DA CRUZ MESQUITA

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Respondendo pela Chefia de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 11.176/2016**

PORTARIA nº 11.176, 25 DE JULHO DE 2016.

Nomeia servidor.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 143, de 31 de agosto de 2009 e alterações, Anexo I-E,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear Josimar Petri para ocupar o cargo de provimento em comissão, Padrão CC-VI, como Chefe Operacional, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos legais a partir da vigência do termo de posse.

Art. 3º Revogam-se disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 25 de julho de 2016.

JOSÉ LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

MÁRIO WILSON DA CRUZ MESQUITA

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Respondendo pela Chefia de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 11.180/2016**

PORTARIA nº 11.180, 25 DE JULHO DE 2016.

Nomeia servidor.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c Lei Complementar n. 143, de 31 de agosto de 2009 e alterações, Anexo I-E,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear Bernardo Cardeal para ocupar o cargo de provimento em comissão, Padrão CC-V, como Coordenador, lotado na Secretaria de Saúde do Município/CAPS.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos legais a partir da vigência do termo de posse.

Art. 3º Revogam-se disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 25 de julho de 2016.

JOSÉ LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

MÁRIO WILSON DA CRUZ MESQUITA

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Respondendo pela Chefia de Gabinete do Prefeito



**PROCESSO LICITATÓRIO 043/2016 SAMAE****ATA DE DECLARAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE PROCESSO LICITATÓRIO 043/2016**

Aos oito dias do mês de agosto de dois mil e dezesseis, às quatorze horas, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações, estando presente os seguintes membros: Silviane Studnicka – Presidente, Jean Wons Fernandes – 1º Membro e Anauri Schafer – 2º Membro, face aos documentos constantes dos autos do Processo Licitatório nº 043/2016, a Comissão após análise dos documentos e motivos constantes do processo em epigrafe, visando a customização do software de contas publicas "Atende.Net" para o SAMAE, no valor global de R\$ 7.260,80, a ser fornecido pela empresa IPM Sistemas Ltda, decidiu por declarar que se trata de um processo de inexigibilidade. Publique-se e encaminhe-se para a Assessoria jurídica, para emitir seu parecer e, posteriormente, seja ratificada e homologada pelo Diretor Presidente. Em nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente ata, que lida e achada conforme, foi assinada pelos presentes.

Silviane Studnicka – Presidente \_\_\_\_\_

Jean Wons Fernandes – 1º Membro  
\_\_\_\_\_

Anauri Schafer – 2º Membro \_\_\_\_\_



# Caçador

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 27.159

PORTARIA Nº 27.159, de 29 de julho de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Ordinária nº 1.889, de 22/04/2003 e Lei Ordinária nº 1.932, de 02/07/2003, que dispõe sobre o pagamento de gratificação de produtividade,

#### RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, gratificação por produtividade, referente ao período de 16/06/2016 a 15/07/2016, especificando código, nome, cargo, referência, secretaria de lotação e pontuação, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Ref.	Sec.	Pontuação
12763	Gecione Correa Garcia	Fiscal Tributarista	37	023	1.000
12872	Gustavo Spuldaro Tanno	Fiscal Tributarista	37	002	1.000
6814	Jaqueline Carneiro Pinzegher	Fiscal Tributarista	37	023	1.000
13312	Ana Cláudia Serra Carpes Biela	Fiscal de Obras e Posturas	22	006	1.000
11775	Ariel Bleichuehl Dallazem	Fiscal de Obras e Posturas	22	IPPUC	1.000
3277	Gizele Aparecida Bonassa Mandelli	Fiscal de Obras e Posturas	22	023	1.000
13959	Juliana Sombrio	Fiscal de Obras e Posturas	22	IPPUC	1.000
13315	Louise Pereira Ruppel	Fiscal de Obras e Posturas	22	002	1.000
11776	Maicon Faccioni de Mello	Fiscal de Obras e Posturas	22	IPPUC	1.000
12577	Mara do Amaral e Silva	Fiscal de Obras e Posturas	22	023	1.000
801	Nedival Rodrigues Cruz	Fiscal de Obras e Posturas	22	023	1.000
154	Silvio José Ferrareze Godinho	Fiscal de Obras e Posturas	22	IPPUC	1.000

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 29 de julho de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto

PREFEITO MUNICIPAL

### PORTARIA Nº 27.160

PORTARIA Nº 27.160, de 29 de julho de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no §3º, do art. 124, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

#### RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, a seguir relacionados, conversão em dinheiro da licença prêmio, a que fazem jus, especificando: código, nome, cargo, secretaria de lotação, conversão e período de aquisição, para pagamento no mês de julho de 2016, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Secretaria	Conversão	Período Aquisitivo
784	Janete Aparecida de Azeredo Both	Telefonista	002	1/3	03/10/2009 a 03/10/2014
581	Manoel Gonçalves Soares Neto	Operador de Máquinas	003	1/3	01/01/2002 a 01/01/2007
2577	Marinez Stefan de Mello	Especialista em Assuntos Educacionais	005	1/3	02/04/2010 a 02/04/2015

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, 29 de julho de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto

PREFEITO MUNICIPAL



**PORTARIA Nº 27.161**

PORTARIA Nº 27.161, de 29 de julho de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 124, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

**RESOLVE:**

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, a seguir relacionados, lotadas na Secretaria Municipal da Administração, Licença Prêmio a que fazem jus, especificando código, nome, cargo, secretaria de lotação, período de aquisição e período de fruição, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Secretaria	Período de Aquisição	Período de gozo
6949	Antônia Sau Maciel	Servente Educação	005	01/08/2011 a 01/08/2016	01/08/2016 a 01/11/2016
611	João de Oliveira Prestes	Mecânico	003	03/10/2009 a 03/10/2014	20/06/2016 a 20/09/2016

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 29 de julho de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto

PREFEITO MUNICIPAL.

**PORTARIA Nº 27.162**

PORTARIA Nº 27.162, de 29 de julho de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 30 e seguintes da Lei Complementar nº 203, de 23/02/2011, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Vencimentos, Carreira do Servidor Público Municipal e dá outras providências,

**RESOLVE:**

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, ascensão de nível por tempo de serviço, dentro do plano de carreira, especificando código, nome, cargo e nível ascendido, a ser pago a partir do mês de julho de 2016:

Código	Nome	Cargo	Nível Ascendido
1928	Alex Anderson Moraes dos Santos	Motorista Caminhão	Nível IX
11151	Andréa Romão Martins	Assistente Administrativo	Nível II
10251	Ariane de Quadros Garcia	Técnico em Enfermagem	Nível II
8549	Carmem Sílvia Battistella	Assistente Social	Nível IV
8550	Edson Ferreira Lopes	Auxiliar de Administração	Nível IV
10483	Eliane Yuki Uehara	Auxiliar de Serviços Agrícolas e Florestais	Nível II
10768	Elisângela de Fátima Borges	Técnico em Enfermagem	Nível II
11139	Eunice Misayo Ueda	Assistente Administrativo	Nível II
8552	Fernando Luiz da Silva Oliveira	Auxiliar de Serviços e Obras Públicas	Nível IV
1276	Geraldo Moraes da Silva	Auxiliar de Serviços Gerais	Nível IX
1026	Ilário Bachi	Agente de Serviços Agrícolas e Florestais	Nível XII
3510	Ívone Vaccari	Auxiliar de Serviços Gerais	Nível VI
1092	João Gomes Soares	Médico	Nível X
11055	Luciana Aparecida Cristaldo	Auxiliar em Saúde Bucal	Nível II
963	Luiz Ronaldo Tortato	Técnico Agrícola	Nível XII
3271	Maria Aparecida Boscatto	Procurador Municipal	Nível IV
9488	Maria Lúcia Batista Piran	Auxiliar de Serviços Gerais	Nível II
11090	Maristela Aparecida Cordeiro Ribeiro	Auxiliar de Serviços Gerais	Nível II
310	Moacir Pascoal de Lima	Mecânico	Nível XIV
7994	Raquel de Fátima Galina	Agente Municipal de Segurança e Trânsito	Nível III
10961	Renata Cristina da Silva Favarão	Assistente Administrativo	Nível II
10224	Simone do Nascimento Cardoso	Técnico em Enfermagem	Nível II
847	Tereza Dias dos Santos	Auxiliar de Serviços Gerais	Nível X
11058	Valquíria Granemann Souza Perazzoli	Assistente Administrativo	Nível II

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 29 de julho de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto

PREFEITO MUNICIPAL.



**PORTARIA Nº 27.172**

PORTARIA Nº 27.172, de 29 de julho de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no § 3º, do artigo 124, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

**RESOLVE:**

CONCEDER ao Servidor Público Municipal, a seguir relacionado, conversão em dinheiro da licença prêmio, a que faz jus, especificando: código, nome, cargo, secretaria de lotação, conversão e período de aquisição, para pagamento no mês de julho de 2016, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Secretaria	Conv.	Período Aquisitivo
210	Pedro Henrique Pino Garcia	Motorista de Caminhão	003	1/3	03/10/1999 a 03/10/2004

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, 29 de julho de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto

PREFEITO MUNICIPAL.

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CAÇADOR - IPASC****PORTARIA N.º 932, DE 06 DE JULHO DE 2016**

PORTARIA n.º 932, de 06 de julho de 2016.

Altera dispositivo da Portaria nº 922, de 28/06/2016, que concedeu aposentadoria a GRECI SALETE COELHO.

A Diretora Presidente e a Diretora Administrativa e Financeira do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 291, de 29/04/2015, que reestrutura o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - RPPS,

**RESOLVEM:**

Art. 1º Alterar a redação do art. 2º, da Portaria nº 922, de 28 de junho de 2016, que concedeu aposentadoria a GRECI SALETE COELHO, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º Autorizar o pagamento do benefício com proventos Proporcionais, correspondentes a 76,70% de sua remuneração de contribuição do mês de maio de 2016, na modalidade com paridade, compreendendo o valor dos vencimentos básicos de R\$ 3.353,68 (Três mil trezentos e cinquenta e três reais e sessenta e oito centavos) e adicional de triênio de R\$ 402,44 (quatrocentos e dois reais e quarenta e quatro centavos), totalizando R\$ 3.756,12 (Três mil setecentos e cinquenta e seis reais e doze centavos), sendo o valor dos proventos fixados em R\$ 2.880,94 (Dois mil oitocentos e oitenta reais e noventa e quatro centavos).” (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, 04 de agosto de 2016.

Fernanda Fiorelli - DIRETORA PRESIDENTE.

Édina Carla Bressan - DIRETORA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA.

**PORTARIA N.º 933, DE 08 DE JULHO DE 2016.**

PORTARIA n.º 933, de 08 de julho de 2016.

Altera dispositivo da Portaria nº 827, de 25/06/2015, que concedeu aposentadoria a CECILIA BERTOTTO PALOSCHI

A Diretora Presidente e a Diretora Administrativa e Financeira do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 291, de 29/04/2015, que reestrutura o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - RPPS,

**RESOLVEM:**

Art. 1º Alterar a redação do art. 1º, da Portaria nº 827 de 25 de junho de 2015, que concedeu aposentadoria a CECILIA BERTOTTO PALOSCHI, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Conceder aposentadoria a Servidora CECILIA BERTOTTO PALOSCHI, inscrita no CPF/MF sob o nº 468.345.249-91, com matrícula nº 1013 na atividade, ocupante do cargo efetivo de Professora de Ensino Fundamental I (1º ao 5º ano), Referência 03/B, carga horária de 20 horas, lotada na Secretaria de Educação, a contar de 03 de junho de 2015, passando à matrícula nº 3362, no IPASC.” (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, 08 de agosto de 2016.

Fernanda Fiorelli - DIRETORA PRESIDENTE.

Édina Carla Bressan - DIRETORA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA.



**RESUMO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 06/2016 – IPASC**

RESUMO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 06/2016 – IPASC

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 06/2016**

Processo Licitatório nº 06/2016. 3º termo Aditivo ao Contrato nº 06/2013. OBJETO AQUISIÇÃO DE LICENÇA DE USO EM CARATER ANUAL DE SOFTWARE (SISTEMA SICAP WEB), PARA CÁLCULOS DE APOSENTADORIAS E PENSÕES, POR MEIO DE CONEXÃO VIA INTERNET NO SITE WWW.SICAPWEB.INFOPREV.COM.BR. CONTRATADA: COPPINI E CIA LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 08.729.009/0001-40, com sede na Rua Porto Alegre, nº 331, sala 01, Bairro Centro, Santa Helena/PR. O preço total da aquisição dos serviços é de R\$ 6.308,54 (seis mil trezentos e oito reais e cinquenta e quatro centavos). Prazo do contrato: 12 meses.



# Camboriú

## PREFEITURA

### RESULTADO PR 086/2016 - PMC

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIU

RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 086/2016-PMC

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração torna público que o resultado da licitação foi:

“DESERTA COM REPETIÇÃO DO FEITO”

Quaisquer esclarecimentos podem ser obtidos pelo telefone 047 3365-9500.

Camboriú SC, 05 de Agosto de 2016.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

PREFEITA MUNICIPAL



# Campo Alegre

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 26/2016 FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 26/2016 FMS

Processo Licitatório nº 12/2016 FMS

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos cinco dias do mês de agosto de 2016, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para eventual aquisição de material ambulatorial para uso no atendimento ambulatorial, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Fundo Municipal de Saúde de Campo Alegre e a empresa ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, CNPJ: 00.802.002/0001-02, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 12/2016 FMS, modalidade Pregão, para Sistema de Registro de Preços.

ITEM	QUANT	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
03	1.200	Ampola	Água destilada 10ml	0,18	216,00
04	1.500	Ampola	Água destilada 5 ml	0,24	360,00
05	100	Frasco	Água oxigenada 10 volumes, frasco com 100ml	1,46	146,00
06	500	Frasco	Água para injeção 1000ml	4,22	2.110,00
23	4.000	Rolo	Atadura de crepom 13 fios – 08x1,8m com o mínimo de 92% de algodão, pacote com 12 unidades, apresentar registro ministério da saúde.	0,65	2.600,00
25	6.500	Rolo	Atadura de crepom 13 fios – 15x1,8m com o mínimo de 92% de algodão, pacote com 12 unidades, apresentar registro ministério da saúde.	1,03	16.995,00
32	150	Frasco	Brometo de ipratrópio com 15ml	0,73	109,50
33	150	Frasco	Bromidrato de fenoterol com 15ml	2,70	405,00
41	15	Kit	Copo + adaptador + mangueira para nebulização, e plástico lavável	5,19	77,85
46	40	Unidade	Dreno de penrose com gaze - 2 estéril nº4	5,43	217,20
59	10	Caixa	Fio de sutura 45cm de fio com agulha de 20mm, 3/8 de círculo tipo triangular cortante 3-0, mono nylon, preto, caixa com 24 unidades	27,84	278,40
62	10	Caixa	Fio de sutura 45cm de fio com agulha de 20mm, 3/8 de círculo tipo triangular cortante 6-0, mono nylon, preto, caixa com 24 unidades	27,84	278,40
65	15	Unidade	Fita métrica 150cm, diversas cores	4,71	70,65
67	3	Frasco	Formol 37%, 1.000ml	12,24	36,72
69	15	Metro	Garrote para punção	4,71	70,65
80	300	Frasco	Lidocaína 2%, gel, 30gr	2,00	600,00
81	500	Par	Lidocaína 2%, sem vasoconstritor 20ml	2,35	1.175,00
94	30	Rolo	Oliva preta para encaixe em estetoscópio nacionais	1,38	41,40
95	40	Unidade	Papel para eletrocardiograma 58mm x 20m	2,93	117,20
97	50	Unidade	Protetor ocular infantil	9,00	450,00
99	10	Frasco	Sabonete líquido, contendo umectante e emolientes, embalagem com 5 litros, registro no Ministério da Saúde (Anvisa)	22,71	227,10
100	50	Embalagem	Saco plástico para descarte de material contaminado, branco, com identificação/contaminado - 20lt	0,11	5,50
101	280	Unidade	Salto de borracha ortopédico Grande	1,18	330,40
102	50	Unidade	Salto de borracha ortopédico Médio	1,04	52,00
103	50	Unidade	Salto de borracha ortopédico Pequeno	0,97	48,50
109	50.000	Frasco	Solução de Digliconato de Clorexidina Loção Aquosa 0,2%, 1000ml	5,19	259.500,00
119	1.000	Embalagem	Tala Imobilizadora metálica de alumínio com espuma/ tala ortopédica (DUZIA) 12mm Larg x 18 cm compr.	3,86	3.860,00
120	5	Embalagem	Tala Imobilizadora metálica de alumínio com espuma/ tala ortopédica (DUZIA) 16mm Larg x 18 cm compr.	4,91	24,55



121	5	Embalagem	Tala Imobilizadora metálica de alumínio com espuma/ tala ortopédica (DUZIA) 16mm Larg x 26 cm compr.	7,46	37,30
122	5	Embalagem	Tala Imobilizadora metálica de alumínio com espuma/ tala ortopédica (DUZIA) 19mm Larg x 18 cm compr.	6,38	31,90
123	5	Embalagem	Tala Imobilizadora metálica de alumínio com espuma/ tala ortopédica (DUZIA) 19mm Larg x 26 cm compr.	9,56	47,80
124	5	Embalagem	Tala Imobilizadora metálica de alumínio com espuma/ tala ortopédica (DUZIA) 26mm Larg x 26 cm compr.	10,62	53,10
126	50	Unidade	Termômetro clínico, com escala de mercúrio	7,76	388,00
VALOR TOTAL				R\$ 290.961,12	

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafado, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ  
Pregoeira

ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA  
Representante legal

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 27/2016 FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 27/2016 FMS  
Processo Licitatório nº 12/2016 FMS

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos cinco dias do mês de agosto de 2016, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para eventual aquisição de material ambulatorial para uso no atendimento ambulatorial, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Fundo Municipal de Saúde de Campo Alegre e a empresa COINTER MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, CNPJ: 03.800.317/0001-09, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 12/2016 FMS, modalidade Pregão, para Sistema de Registro de Preços.

ITEM	QUANT	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
57	10	Embalagem	Fio algodão 3-0 com agulha 3/8 30mm. Com 24 unidades	74,88	748,80
VALOR TOTAL				R\$ 748,80	

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafado, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ  
Pregoeira

COINTER MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA  
Representante legal

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 28/2016 FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 28/2016 FMS  
Processo Licitatório nº 12/2016 FMS

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos cinco dias do mês de agosto de 2016, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para eventual aquisição de material ambulatorial para uso no atendimento ambulatorial, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Fundo Municipal de Saúde de Campo Alegre e a empresa GOLDENPLUS - COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - EPP, CNPJ: 17.472.278/0001-64, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 12/2016 FMS, modalidade Pregão, para Sistema de Registro de Preços.

ITEM	QUANT	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
16	200	Frasco	Álcool hidratado 70%, em gel, 500ml	4,70	940,00
45	1.000	Unidade	Dispositivo incontinência uripen nº 06, com extensor	0,72	720,00



51	2.000	Unidade	Equipo macro gotas estéril com protetor de dedos ,atendendo NR 32, para administração de infusão parenteral por sistema fechado, ponta perfurante conforme NBR 14041, contendo câmara de gotejamento flexível, com filtro de partícula 15 micra e entrada de ar com filtro bacteriológico de 0,22 micras, tampa reversível, tubo translúcido PVC 1,40m, pinça rolete de alta precisão, injetor lateral com borracha auto cicatrizante, conector luer slip e luer lock conjugados, com tampa protetora contendo membrana hidrofóbica, que permite a retirada de ar do equipo sem a contaminação. Embalagem individual em papel de grau cirúrgico, com abertura de pétala. EMA01	1,11	2.220,00
73	350	Frasco	Hipoclorito de sódio 1%, frascos com 1 litro	2,70	945,00
VALOR TOTAL				R\$ 4.825,00	

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafoado, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ  
Pregoeira

GOLDENPLUS - COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS  
E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - EPP  
Representante legal

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 29/2016 FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 29/2016 FMS  
Processo Licitatório nº 12/2016 FMS

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos cinco dias do mês de agosto de 2016, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para eventual aquisição de material ambulatorial para uso no atendimento ambulatorial, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Fundo Municipal de Saúde de Campo Alegre e a empresa METROMED COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR LTDA, CNPJ: 17.472.278/0001-64, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 12/2016 FMS, modalidade Pregão, para Sistema de Registro de Preços.

ITEM	QUANT	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNI-TÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
15	800	Frasco	Álcool hidratado 70%, 1000ml	4,00	3.200,00
17	100	Rolo	Algodão hidrófilo, em rolo, 500g	7,48	748,00
30	200	Embalagem	Avental branco, descartável, sem mangas 20g, embalagem com 10 unidades	2,37	474,00
31	150	Frasco	Bloqueador solar FPS 30, ampla proteção UVA e UVB, frasco com no mínimo 125ml	7,89	1.183,50
34	400	Unidade	Caixa coletora de resíduos de produtos hospitalares (perfuro-cortantes - grupo E), capacidade 7 litros, caixa externa de papelão ondulado, cinta lateral e fundo rígido de papelão couro, sacola para revestimento de poliuretano de alta densidade, produto conforme os padrões da NBR 13.853/97 da ABNT	2,38	952,00
39	1000	Unidade	Cateter para oxigênio tipo óculos adulto	0,75	750,00
40	250	Unidade	Cateter para oxigênio tipo óculos infantil	1,31	327,50
47	50	Embalagem	Eletrodo adesivo com 4 peças 5x5cm para fisioterapia	25,00	1.250,00
49	50	Bobina	Embalagem tubular para esterilização 20cm, papel grau cirúrgico, bobina com 100 metros	39,44	1.972,00
50	100	Bobina	Embalagem tubular para esterilização, 15cm, papel grau cirúrgico, bobina com 100 metros	29,00	2.900,00
64	500	Rolo	Fita hipoalergênica para curativos, 50cm x 9,14m, indicada principalmente para peles sensíveis e frágeis, porosa, com dorso de não tecido de rayon e viscose, permite a pele respirar livremente. Disponível na cor branca.	2,49	1.245,00
66	35	Frasco	Fixador celular, composta de álcool etílico extra fino (95%), carbowax (2,5%) e propelente, indicado para fixação de esfregaços celulares em lâmina, deve ser aplicado sobre o esfregaço logo após a coleta, produto inofensivo a camada de ozônio (não contem CFC), conteúdo 100ml, embalagem contatando externamente os dados de identificação, procedência, composição, data de fabricação e validade, marca, registro, no Ministério da Saúde	5,20	182,00



71	1.200	Pacote	Gaze Hidrófila 7,5 X 7,5 com 13 fios. Características: confeccionadas em fios 100% algodão em tecido tipo tela, com oito camadas e cinco dobras, com dimensão de 7,5 x 7,5cm quando fechadas e 15 x 30cm quando abertas. Cor branca, alvejadas, purificadas e isentas de impurezas, substâncias gordurosas, amido, corantes corretivos e alvejantes ópticos. Dobradas para dentro em toda a sua extensão para evitar o desfiamento, isento de quaisquer defeitos prejudiciais a sua perfeita utilização, embaladas em pacote plástico com 500 unidades, constando externamente os dados de identificação e procedência, sem fios radiopacos e demais características conforme ABNT. Apresentar junto a proposta cópia impressa do registro na ANVISA, A licitante vencedora deste item deverá apresentar AMOSTRA.	11,49	13.788,00
74	20	Frasco	Iodopovidona 10% PVPI degermante, 1000ml	12,00	240,00
75	800	Kit	Kit ginecológico com 1 espéculo vaginal, lubrificado com silicone de grau médico, tamanho grande: 43mm em sua maior largura distal; 36mm em sua maior largura proximal; 116 mm no eixo longitudinal dos elementos articulados + escova de coleta endocervical + 1 espátula de ayres. Estéril por Oxido etileno (ETO), embalado em papel grau cirúrgico e filme de polietileno/ polipropileno	1,67	1.336,00
76	1.500	Kit	Kit ginecológico com 1 espéculo vaginal, lubrificado com silicone de grau médico, tamanho médio: 33mm em sua maior largura distal; 30mm em sua maior largura proximal; 116 mm no eixo longitudinal dos elementos articulados + escova de coleta endocervical + 1 espátula de ayres. Estéril por Oxido etileno (ETO), embalado em papel grau cirúrgico e filme de polietileno/ polipropileno	1,47	2.205,00
77	800	Kit	Kit ginecológico com 1 espéculo vaginal, lubrificado com silicone de grau médico, tamanho pequeno: 29mm em sua maior largura distal; 24mm em sua maior largura proximal; 110 mm no eixo longitudinal dos elementos articulados + escova de coleta endocervical + 1 espátula de ayres. Estéril por Oxido etileno (ETO), embalado em papel grau cirúrgico e filme de polietileno/ polipropileno	1,35	1.080,00
79	800	Bisnaga	Lençol branco, descartável, com elástico, pacote com 10 unidades	8,09	6.472,00
96	50	Unidade	Protetor ocular adulto	10,00	500,00
98	50	Frasco	PVPI tópico 10%, 1000,ml	13,25	662,50
106	8.000	Unidade	Seringa descartável estéril, em plástico atóxico de 3ml	0,08	640,00
108	10.000	Unidade	Seringa descartável estéril, em plástico atóxico, de 1ml, com agulha 13x4,5	0,13	1.300,00
110	100	Frasco	Solução fisiológica 0,9%, frasco com 100ml, sistema fechado	2,00	200,00
111	6.000	Frasco	Solução fisiológica 0,9%, frasco com 250ml, sistema fechado	2,25	13.500,00
114	1.000	Frasco	Solução glicosada 5%, frasco com 250ml, sistema fechado	2,30	2.300,00
116	500	Unidade	Sonda uretral nº 12	0,39	195,00
117	3.000	Unidade	Sonda uretral nº 14	0,50	1.500,00
125	5	Unidade	Termômetro clínico digital	11,50	57,50
128	800	Frasco	Vaselina líquida 1000ml	13,50	10.800,00
VALOR TOTAL				R\$ 71.960,00	

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epígrafado, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ  
Pregoeira

METROMED COMÉRCIO DE MATERIAIS  
MÉDICO HOSPITALAR LTDA  
Representante legal



**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 30/2016 FMS**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 30/2016 FMS

Processo Licitatório nº 12/2016 FMS

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos cinco dias do mês de agosto de 2016, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para eventual aquisição de material ambulatorial para uso no atendimento ambulatorial, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Fundo Municipal de Saúde de Campo Alegre e a empresa OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA, CNPJ: 03.033.589/0001-12, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 12/2016 FMS, modalidade Pregão, para Sistema de Registro de Preços.

ITEM	QUANT	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
08	5.000	Unidade	Agulha descartável 13x4,5, cânula siliconizada, bisel trifacelado, canhão colorido, protetor plástico	0,06	300,00
09	2.000	Unidade	Agulha descartável 20x5,5 - cânula siliconizada, bisel trifacelado, canhão colorido, protetor plástico	0,06	120,00
10	5.000	Unidade	Agulha descartável 25x6, cânula siliconizada, bisel trifacelado, canhão colorido, protetor plástico	0,06	300,00
11	10.000	Unidade	Agulha descartável 25x7, cânula siliconizada, bisel trifacelado, canhão colorido, protetor plástico	0,06	600,00
35	10	Caixa	Caixa para acondicionamento de lâminas de preventivo, em material plástico, lavável, com capacidade para 50 laminas	9,30	93,00
42	100	Caixa	Curativos prontos para ferimentos (tipo band-aid), caixa com 35 unidades	3,05	305,00
68	80	Pacote	Fronha descartável, 100% polipropileno, pacote com 10 unidades, medidas 40x60cm	9,80	784,00
82	150	Par	Luva cirúrgica estéril n. 7,0	0,89	133,50
83	300	Par	Luva cirúrgica estéril n. 7,5	0,89	267,00
84	250	Par	Luva cirúrgica estéril n. 8,0	0,89	222,50
85	250	Caixa	Luva cirúrgica estéril n. 8,5	0,89	222,50
86	200	Caixa	Luvras descartáveis, levemente talcadas, em látex, tamanho extra pequeno, caixa com 100 unidades	14,62	2.924,00
87	100	Caixa	Luvras descartáveis, levemente talcadas, em látex, tamanho grande, caixa com 100 unidades	14,62	1.462,00
88	250	Caixa	Luvras descartáveis, levemente talcadas, em látex, tamanho médio, caixa com 100 unidades	14,62	3.655,00
89	300	Rolo	Luvras descartáveis, levemente talcadas, em látex, tamanho pequeno, caixa com 100 unidades	14,62	4.386,00
VALOR TOTAL				R\$ 15.774,50	

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epígrafado, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ

Pregoeira

OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA

Representante legal

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 31/2016 FMS**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 31/2016 FMS

Processo Licitatório nº 12/2016 FMS

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos cinco dias do mês de agosto de 2016, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para eventual aquisição de material ambulatorial para uso no atendimento ambulatorial, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Fundo Municipal de Saúde de Campo Alegre e a empresa PLASMEDIC COMÉRCIO DE MATERIAIS PARA USO MÉDICO E LABORATORIAL LTDA, CNPJ: 09.200.303/0001-22, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 12/2016 FMS, modalidade Pregão, para Sistema de Registro de Preços.

ITEM	QUANT	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
27	50	Rolo	Atadura gessada secagem rápida - 15x3m	39,30	1.965,00



48	50	Bobina	Embalagem tubular para esterilização 10cm, papel grau cirúrgico, bobina com 100 metros	33,20	1.660,00
56	70	Rolo	Esparadrapo extra flexível, cor branca, medidas: 10cm x 4,5m - sem capa	4,42	309,40
58	10	Caixa	Fio de sutura 45cm de fio com agulha de 20mm, 3/8 de circulo tipo triangular cortante 2-0, mono nylon, preto, caixa com 24 unidades	28,60	286,00
112	2.000	Frasco	Solução fisiológica 0,9%, frasco com 500ml, sistema fechado	2,54	5.080,00
113	1.500	Frasco	Solução Glicofisiológico - Sistema fechado. Solução isotônica 0,9%, solução aquosa 0,9g de sal, com soro glicosilado a 5%, 500ml	2,55	3.825,00
115	800	Frasco	Solução glicosada 5%, frasco com 500ml, sistema fechado	2,69	2.152,00
127	30	Embalagem	Toalha de papel, branco, macio, 100% celulose virgem, com 1000 folhas, tamanho aprox. 22,05 x 21cm	5,20	156,00
VALOR TOTAL				R\$ 15.433,40	

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafo, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ  
Pregoeira

PLASMEDIC COMÉRCIO DE MATERIAIS PARA  
USO MÉDICO E LABORATORIAL LTDA  
Representante legal

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 32/2016 FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 32/2016 FMS  
Processo Licitatório nº 12/2016 FMS

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos cinco dias do mês de agosto de 2016, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para eventual aquisição de material ambulatorial para uso no atendimento ambulatorial, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Fundo Municipal de Saúde de Campo Alegre e a empresa PRESTOMEDI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA A SAÚDE LTDA, CNPJ: 10.749.915/0001-58, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 12/2016 FMS, modalidade Pregão, para Sistema de Registro de Preços.

ITEM	QUANT	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁ- RIO (R\$)	VALOR TO- TAL (R\$)
43	40	frasco	Diclofenaco dietilamônio aerossol (solução com propelente) 11,6mg/g em frasco de alumínio pressurizado, provido de válvula especial, com 60gr. Composição: diclofenaco dietilamônio, excipientes: salicilato de metila, mentol, triclosana, propilenoglicol, álcool isopropílico e mistura de butano e propano desodorizada.	33,00	1.320,00
VALOR TOTAL				R\$ 1.320,00	

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafo, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ  
Pregoeira

PRESTOMEDI DISTRIBUIDORA DE  
PRODUTOS PARA A SAÚDE LTDA  
Representante legal

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 33/2016 FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 33/2016 FMS  
Processo Licitatório nº 12/2016 FMS

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos cinco dias do mês de agosto de 2016, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para eventual aquisição de material ambulatorial para uso no atendimento ambulatorial, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Fundo Municipal de Saúde de Campo Alegre e a empresa PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ: 03.505.263/0001-40, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 12/2016 FMS, modalidade Pregão, para Sistema de Registro de Preços.



ITEM	QUANT	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	200	Pacote	Abaixador de língua descartável de madeira, com no mínimo 100 unidades	2,50	500,00
02	150	Frasco	Ácidos Graxos Essenciais (AGE), TCM, Vitaminas A e E, Lactina de Soja, com 100ml para curativo	2,90	435,00
13	1.000	Unidade	Agulha descartável 30x7, cânula siliconizada, bisel trifacelado, canhão colorido, protetor plástico	0,06	60,00
18	50	Pacote	Algodão ortopédico 1,8m (dúzia) - 10cm	5,28	264,00
19	50	Pacote	Algodão ortopédico 1,8m (dúzia) - 15cm	7,84	392,00
20	50	Pacote	Algodão ortopédico 1,8m (dúzia) - 20cm	9,00	450,00
21	30	Pacote	Algodão ortopédico 1,8m (dúzia) - 8cm	3,48	104,40
24	10.000	Rolo	Atadura de crepom 13 fios – 10x1,8m com o mínimo de 92% de algodão, pacote com 12 unidades, apresentar registro ministério da saúde	0,48	4.800,00
26	50	Rolo	Atadura gessada secagem rápida - 10x3m	27,00	1.350,00
28	50	Rolo	Atadura gessada secagem rápida - 20x4m	59,00	2.950,00
29	30	Rolo	Atadura gessada secagem rápida - 8x3m	12,50	375,00
36	600	Unidade	Cateter intravenoso. 20 G - Alto padrão de segurança na terapia intravenosa. Cateter intravenoso periférico, do tipo "por-fora-da agulha", com dispositivo de segurança, indicado na terapia intravenosa periférica, para infusões de média duração, constituído por: dispositivo de proteção total da agulha auto acionável, que oferece segurança tanto para o paciente quanto para o profissional, atendendo a NR 32, após a punção; agulha siliconizada com bisel biangulado e trifacetado; cateter ou cânula em biomaterial Teflon: reduz a ocorrência de flebite; protetor do conjunto agulha/cateter: garante a integridade da agulha até o momento do uso, com formato anatômico permite a remoção com apenas uma das mãos; conector luer-lock, translúcido, codificado por cores e com ranhuras para fixação: permite segura conexão ao equipo, facilita a identificação do calibre e favorece a fixação através do ponto cirúrgico; câmara de refluxo em "crystal": oferece empunhadura segura e permite rápida visualização do refluxo sanguíneo; esterilizados em óxido de etileno e embalados individualmente. Contendo externamente dados de identificação, número do lote, validade e registro no Ministério da Saúde. Caixa contendo 50 unidades.	1,20	720,00
37	600	Unidade	Cateter intravenoso. 22 G - Alto padrão de segurança na terapia intravenosa. Cateter intravenoso periférico, do tipo "por-fora-da agulha", com dispositivo de segurança, indicado na terapia intravenosa periférica, para infusões de média duração, constituído por: dispositivo de proteção total da agulha auto acionável, que oferece segurança tanto para o paciente quanto para o profissional, atendendo a NR 32, após a punção; agulha siliconizada com bisel biangulado e trifacetado; cateter ou cânula em biomaterial Teflon: reduz a ocorrência de flebite; protetor do conjunto agulha/cateter: garante a integridade da agulha até o momento do uso, com formato anatômico permite a remoção com apenas uma das mãos; conector luer-lock, translúcido, codificado por cores e com ranhuras para fixação: permite segura conexão ao equipo, facilita a identificação do calibre e favorece a fixação através do ponto cirúrgico; câmara de refluxo em "crystal": oferece empunhadura segura e permite rápida visualização do refluxo sanguíneo; esterilizados em óxido de etileno e embalados individualmente. Contendo externamente dados de identificação, número do lote, validade e registro no Ministério da Saúde. Caixa contendo 50 unidades.	1,00	600,00
38	600	Unidade	Cateter intravenoso. 24 G - Alto padrão de segurança na terapia intravenosa. Cateter intravenoso periférico, do tipo "por-fora-da agulha", com dispositivo de segurança, indicado na terapia intravenosa periférica, para infusões de média duração, constituído por: dispositivo de proteção total da agulha auto acionável, que oferece segurança tanto para o paciente quanto para o profissional, atendendo a NR 32, após a punção; agulha siliconizada com bisel biangulado e trifacetado; cateter ou cânula em biomaterial Teflon: reduz a ocorrência de flebite; protetor do conjunto agulha/cateter: garante a integridade da agulha até o momento do uso, com formato anatômico permite a remoção com apenas uma das mãos; conector luer-lock, translúcido, codificado por cores e com ranhuras para fixação: permite segura conexão ao equipo, facilita a identificação do calibre e favorece a fixação através do ponto cirúrgico; câmara de refluxo em "crystal": oferece empunhadura segura e permite rápida visualização do refluxo sanguíneo; esterilizados em óxido de etileno e embalados individualmente. Contendo externamente dados de identificação, número do lote, validade e registro no Ministério da Saúde. Caixa contendo 50 unidades.	1,10	660,00
63	500	Rolo	Fita hipoalergênica para curativos, 2,5cm x 10m, indicada principalmente para peles sensíveis e frágeis, porosa, com dorso de não tecido de rayon e viscose, permite a pele respirar livremente. Disponível na cor branca.	1,45	725,00



70	500	Rolo	Gaze em rolo, Compressa de gaze (tipo queijo) em Rolo, medindo 91cm x 91 m, com 13 fios por cm², não estéril, confeccionada em tecido 100% algodão, 04 dobras, 08 camadas, massa por unidade "peso" 1.450 kg com variação de 5% isento de embalagem, com trama fechada, textura uniforme, adequada, alvejada e hidrofílica, isenta de resíduos, manchas, falhas, devem ser branqueadas, purificadas, isenta de alvejante óptico e amido, possuir pH com intervalo entre 5,0 e 8,0 apresentar hidrofílicidade menor ou igual a 15 segundos, sem filamento radiopaco, - apresentar registro no ministério da Saúde e Certificado de Boas Práticas de fabricação.	28,00	14.000,00
72	100	Frasco	Gel neutro para ultrassonografia e ECG, com 100g	1,85	185,00
78	80	Embalagem	Lâmina ponta fosca 26x76mm espessura 1-1,2mm com 50 unidades cada caixa	3,00	240,00
90	50	Rolo	Malha tubular de algodão, rolo com 25 metros - 15cm	10,50	525,00
91	50	Rolo	Malha tubular de algodão, rolo com 25 metros - 20cm	14,00	700,00
92	30	Rolo	Malha tubular de algodão, rolo com 25 metros - 8cm	7,91	237,30
93	50	Par	Malha tubular de algodão, rolo com 25 metros- 10cm	8,14	407,00
104	50	Unidade	Seringa descartável estéril, em plástico atóxico de 10ml	0,20	10,00
105	8.000	Unidade	Seringa descartável estéril, em plástico atóxico de 20ml	0,30	2.400,00
107	2.000	Unidade	Seringa descartável estéril, em plástico atóxico de 5ml	0,11	220,00
118	3.000	Unidade	Sonda uretral nº 8	0,35	1.050,00
VALOR TOTAL				R\$ 34.359,70	

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafoado, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ  
Pregoeira

PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA  
Representante legal

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 34/2016 FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 34/2016 FMS

Processo Licitatório nº 12/2016 FMS

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos cinco dias do mês de agosto de 2016, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para eventual aquisição de material ambulatorial para uso no atendimento ambulatorial, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Fundo Municipal de Saúde de Campo Alegre e a empresa TRADE MEDICAL COMERCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES LTDA, CNPJ: 06.555.143/0001-46, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 12/2016 FMS, modalidade Pregão, para Sistema de Registro de Preços.

IT	QUANT	UN	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
12	10.000	UN	Agulha descartável 25x8, cânula siliconizada, bisel trifacelado, canhão colorido, protetor plástico		
14	4.000	UN	Agulha descartável 40x12 - cânula siliconizada, bisel trifacelado, canhão colorido, protetor plástico		
22	20	FRS	Almotolia plástica, 250ml, escura		
52	1.500	UN	Equipo Y (infusor de duas vias)		
53	50	CX	Escalpe intravenoso G aspto, nº 21, com protetor de agulha, asas de empunhadura/fixa, tubo vinílico transparente, atóxico e aptrogênio, paredes finas, conector luer-lok codificado por cores, embalagem unicamente em blister, estéril, caixa com 50 unidades		
54	50	CX	Escalpe intravenoso G aspto, nº 23, com protetor de agulha, asas de empunhadura/fixa, tubo vinílico transparente, atóxico e aptrogênio, paredes finas, conector luer-lok codificado por cores, embalagem unicamente em blister, estéril, caixa com 50 unidades		
55	10	CX	Escalpe intravenoso G aspto, nº 25, com protetor de agulha, asas de empunhadura/fixa, tubo vinílico transparente, atóxico e aptrogênio, paredes finas, conector luer-lok codificado por cores, embalagem unicamente em blister, estéril, caixa com 50 unidades		
60	10	CX	Fio de sutura 45cm de fio com agulha de 20mm, 3/8 de círculo tipo triangular cortante 4-0, mono nylon, preto, caixa com 24 unidades		
61	10	CX	Fio de sutura 45cm de fio com agulha de 20mm, 3/8 de círculo tipo triangular cortante 5-0, mono nylon, preto, caixa com 24 unidades		
VALOR TOTAL				R\$	



As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafado, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAK MUNHOZ  
Pregoeira

TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES LTDA  
Representante legal

### **DECRETO Nº 9.927 DE 04 DE AGOSTO DE 2016**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.927 DE 04 DE AGOSTO DE 2016  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE ELEMENTO DE DESPESA DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.435 de 16 de dezembro de 2015; Decreta.

Art.1º) Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais) no seguinte Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento Vigente.

11.00 -	Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.			
11.03 -	Coordenadoria de Esporte e Lazer.			
27.812.0084.2.019 -	Realização e Participação de Campeonatos Esportivos e Atividades de Lazer para Famílias			
300000.00.896 -	Despesas Correntes			
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes			
339000.00.896 -	Aplicações Diretas			
339039.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 1.000,00		

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Anulação Parcial do seguinte Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento Vigente.

11.00 -	Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.			
11.03 -	Coordenadoria de Esporte e Lazer.			
27.812.0084.2.019 -	Realização e Participação de Campeonatos Esportivos e Atividades de Lazer para Famílias			
300000.00.896 -	Despesas Correntes			
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes			
339000.00.896 -	Aplicações Diretas			
339036.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 1.000,00		

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
04 de agosto de 2016.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

MARIA ELIANE FRIEDRICH  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 05/08/2016.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete Interino

### **DECRETO Nº 9.928 DE 08 DE AGOSTO DE 2016**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.928 DE 08 DE AGOSTO DE 2016  
ABRE SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE ELEMENTO DE DESPESA DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.435 de 16 de dezembro de 2015; Decreta:

Art.1º) Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais), no seguinte Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Assistência Social.



92.00 -	Fundo Municipal de Assistência Social		
92.01 -	Manutenção das atividades Sociais		
08.244.0061.2.511 -	Manutenção e Coordenação das Atividades do CRAS		
300000.00.922 -	Despesas Correntes		
330000.00.922 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.922 -	Aplicações Diretas		
339030.00.922 -	Material de Consumo	R\$ 950,00	

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação parcial do seguinte Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Assistência Social.

92.00 -	Fundo Municipal de Assistência Social		
92.01 -	Manutenção das atividades Sociais		
08.244.0061.2.511 -	Manutenção e Coordenação das Atividades do CRAS		
300000.00.922 -	Despesas Correntes		
330000.00.922 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.922 -	Aplicações Diretas		
339036.00.922 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	R\$ 950,00	

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC., 08 de agosto de 2016.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 09/08/2016.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete Interino

### **PORTARIA Nº 13.367 DE 08 DE AGOSTO DE 2016**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 13.367 DE 08 DE AGOSTO DE 2016  
CONCEDE FÉRIAS AO CHEFE DE GABINETE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 05 (zero cinco) dias de férias ao Chefe de Gabinete, JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA, Registro no Sistema sob nº 955159, referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014, lotado no Gabinete do Prefeito.

Art.2º) O Chefe de Gabinete gozará as férias no período de 08 de agosto de 2016 á 12 de agosto de 2016, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal, devidamente protocolada pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 08 de agosto de 2016 sob nº 4248.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., 08 de agosto de 2016.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 09/08/2016.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete Interino



**PORTARIA Nº 13.368 DE 08 DE AGOSTO DE 2016**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.368 DE 08 DE AGOSTO DE 2016

DESIGNA ASSESSOR DE GABINETE PARA RESPONDER INTERINAMENTE PELO CARGO DE CHEFE DE GABINETE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo nº 71 e Parágrafo 4º, da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Designar o Assessor de Gabinete JOSÉ LUIS SILVA, Matrícula Funcional nº 000034, Registro no Sistema sob nº 40000, para responder interinamente pelo Cargo de Chefe de Gabinete, pelo período de 08 de agosto de 2016 à 12 de agosto de 2016, por motivo do Chefe de Gabinete Titular encontrar-se em gozo de férias.

Art.2º) O Assessor de Gabinete não fará jus à percepção pecuniária, a qualquer título ao cargo acumulado.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/ SC., 08 de agosto de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 09/08/2016.

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 13.369 DE 08 DE AGOSTO DE 2016**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.369 DE 08 DE AGOSTO DE 2016

CONCEDE FÉRIAS A ASSESSORA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 04 (zero quatro) dias de férias a Assessora de Comunicação Social, JUANA HINKE DOBROCHINSKI, Registro no Sistema sob nº 955262, lotada no Gabinete do Prefeito, referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2016 a 31 de Dezembro de 2016.

Art.2º) A Assessora de Comunicação Social gozará as férias no período de 09 de agosto de 2016 à 12 de agosto de 2016, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal, devidamente protocolada pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 08 de agosto de 2016 sob nº 4292.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., 08 de agosto de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 09/08/2016.

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete Interino



# Campos Novos

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 1423/16

PORTARIA Nº 1423/16 de 19/07/16

ADMITE A SERVIDORA PARA CARGO DE PROVIMENTO TEMPORÁRIO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, com amparo nas Leis Complementares 07/07 que institui o Plano de Cargos de provimento Temporário para Execução de Programas Especiais da Municipalidade, e seguindo a Lei Complementar nº 13/08 de 09/12/08, de Lei Complementar nº 11/12 de 10/07/2012, de Lei nº 11/2014 de 20/08/2014 de Lei Complementar 12/2014 de 20/08/2014; e considerando o resultado da classificação do edital 001/2014;

#### RESOLVE:

Art. 1º. Admitir RAQUEL DE CAMARGO, CI nº 4274788, CPF nº 045.637.989-40 para exercer o cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com atribuições junto a Programas Especiais, PSF e CAPS, coordenados pela Secretaria Municipal da Saúde.

Art. 2º. A servidora cumprirá carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 3º. O vencimento mensal será de R\$ 1.151,34 ( Hum mil cento e cinquenta e um reais e trinta e quatro centavos) reajustados nas mesmas datas e percentuais aplicados aos demais servidores públicos, nas revisões e reposições anuais.

Art. 4º. O servidor admitido terá sua relação de trabalho regida pela Consolidação das Leis do trabalho.

Art. 5º. Não adquirirá estabilidade no serviço público o servidor admitido nas formalidades previstas nas Leis Complementares 07/07 de 24/10/07 e 13/08 de 09/12/08 e as demais acima citadas.

Art. 6º. O contrato firmado pelo servidor será por tempo indeterminado, e poderá ser rescindido nos casos previstos no Art. 1º, com redação dada pelo Art. 5º, § 1º, incisos I a VIII da Lei Complementar 13/08 de 09/12/2008.

Art. 7º. As despesas decorrentes desta Portaria serão suportadas por dotações específicas consignadas no orçamento geral do Município.

Art. 8º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 07 de julho de 2016.

Prefeitura de Campos Novos, 19 de julho de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 1424/16

PORTARIA Nº 1424/16 DE 19/07/16

ADMITE SERVIDOR PARA CARGO DE PROVIMENTO TEMPORÁRIO EM CARÁTER EMERGENCIAL

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, com amparo nas Leis Complementares 07/07 de 24/10/07 e 13/08 de 09/12/08;

#### RESOLVE:

Art. 1º. Admitir MARIELI WOBETO ROHRIG, CI nº 5086947966, CPF nº 026.223.480-70 para exercer o cargo de MÉDICO COMUNITÁRIO, com atribuições junto a Programas Especiais, PSF e CAPS, coordenados pela Secretaria Municipal da Saúde e Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Família e Trabalho.

Art. 2º. O (a) servidor(a) cumprirá carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 3º. O vencimento mensal será de R\$ 17.265,80 ( Dezessete mil, duzentos e sessenta e cinco reais e oitenta centavos), reajustados nas mesmas datas e percentuais aplicados aos demais servidores públicos, nas revisões e reposições anuais.

Art. 4º. O servidor admitido terá sua relação de trabalho regida pela Consolidação das Leis do trabalho.

Art. 5º. Não adquirirá estabilidade no serviço público o servidor admitido nas formalidades previstas nas Leis Complementares 07/07 de 24/10/07 e 13/08 de 09/12/08.

Art. 6º. As despesas decorrentes desta Portaria serão suportadas por dotações específicas consignadas no orçamento geral do Município.

Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Campos Novos, 14 de julho de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 1425/16

PORTARIA Nº 1425/16 DE 19/07/16

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ELISANGELA REGINA FLORES

Nelson Cruz, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º § 1º, inciso I da Lei 1.968/93; considerando a Lei nº 689 de 22/08/1972, enquanto o funcionário FERNANDA MOCELIN CAMARGO, estiver em cargo comissionado,

#### RESOLVE:

Contratar em caráter temporário ELISANGELA REGINA FLORES, para exercer o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, com os vencimentos previstos em lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 14 de julho de 2016.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 19 de julho de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 1427/16

PORTARIA Nº 1427/16 DE 22/07/16

ADMITE SERVIDOR PARA CARGO DE PROVIMENTO TEMPORÁRIO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, com amparo nas Leis Complementares 07/07 de 24/10/07 e 13/08 de 09/12/08;

#### RESOLVE:

Art. 1º. Admitir BRUNA VARGAS MEDEIROS, CI nº 5633845, CPF nº 079.878.029-05 para exercer o cargo de ODONTÓLOGO, com atribuições junto a Programas Especiais, PSF e CAPS, coordenados pela Secretaria Municipal da Saúde e Secretaria Municipal de



Desenvolvimento Social, Família e Trabalho.

Art. 2º. O (a) servidor(a) cumprirá carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 3º. O vencimento mensal será de R\$ 6.568,66 ( Seis mil quinhentos e sessenta e oito reais e sessenta e seis centavos), reajustados nas mesmas datas e percentuais aplicados aos demais servidores públicos, nas revisões e reposições anuais.

Art. 4º. O servidor admitido terá sua relação de trabalho regida pela Consolidação das Leis do trabalho.

Art. 5º. Não adquirirá estabilidade no serviço público o servidor admitido nas formalidades previstas nas Leis Complementares 07/07 de 24/10/07 e 13/08 de 09/12/08.

Art. 6º. As despesas decorrentes desta Portaria serão suportadas por dotações específicas consignadas no orçamento geral do Município.

Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Campos Novos 20 de julho de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 1430/16**

PORTARIA Nº 1430/16 de 22/07/16

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) VANUSA FATIMA FACIN CAMASSOLA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) VANUSA FATIMA FACIN CAMASSOLA do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 18 de julho de 2016.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 22 de julho de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 1495/16**

PORTARIA Nº 1495/16 de 01/08/16

EXONERA A PEDIDO A SERVIDORA ALESSANDRA DE LIMA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Exonerar a pedido a servidora ALESSANDRA DE LIMA do cargo de PROFESSORA. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 01 de agosto de 2016

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 1499/16**

PORTARIA Nº 1499/16 de 01/08/16/16

ADMITE A SERVIDORA PARA CARGO DE PROVIMENTO TEMPORÁRIO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, com amparo nas Leis Complementares 07/07 que institui o Plano de Cargos de provimento Temporário para Execução de Programas Especiais da Municipalidade, e seguindo a Lei Complementar nº 13/08 de 09/12/08, de Lei Complementar nº 11/12 de 10/07/2012, de Lei nº 11/2014 de 20/08/2014 de Lei Complementar 12/2014 de 20/08/2014; e considerando o resultado da classificação do edital 001/2014;

RESOLVE:

Art. 1º. Admitir JOSLAYNE TAINA POLEZA, CI nº 5992852, CPF nº 085.959.979-50 para exercer o cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com atribuições junto a Programas Especiais, PSF e CAPS, coordenados pela Secretaria Municipal da Saúde.

Art. 2º. A servidora cumprirá carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 3º. O vencimento mensal será de R\$ 1.151,34 ( Hum mil cento e cinquenta e um reais e trinta e quatro centavos) reajustados nas mesmas datas e percentuais aplicados aos demais servidores públicos, nas revisões e reposições anuais.

Art. 4º. O servidor admitido terá sua relação de trabalho regida pela Consolidação das Leis do trabalho.

Art. 5º. Não adquirirá estabilidade no serviço público o servidor admitido nas formalidades previstas nas Leis Complementares 07/07 de 24/10/07 e 13/08 de 09/12/08 e as demais acima citadas.

Art. 6º. O contrato firmado pelo servidor será por tempo indeterminado, e poderá ser rescindido nos casos previstos no Art. 1º, com redação dada pelo Art. 5º, § 1º, incisos I a VIII da Lei Complementar 13/08 de 09/12/2008.

Art. 7º. As despesas decorrentes desta Portaria serão suportadas por dotações específicas consignadas no orçamento geral do Município.

Art. 8º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 07 de julho de 2016.

Prefeitura de Campos Novos, 01 de agosto de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 1500/16**

PORTARIA Nº 1500/16 DE 01/08/16

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO SABRINA ZANCANARO

Nelson Cruz, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º § 1º, inciso I da Lei 1.968/93; considerando a Lei nº 689 de 22/08/1972, considerando a vaga excedente.

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário SABRINA ZANCANARO, para exercer o cargo de ENFERMEIRO, com os vencimentos previstos em lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**C O M U N I Q U E – S E.**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 01 de agosto de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal



**PORTARIA Nº 1501/16**

PORTARIA Nº 1501/16 DE 01/08/16

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO LUCIANA NATALINA MACHADO

Nelson Cruz, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º § 1º, inciso I da Lei 1.968/93; considerando a Lei nº 689 de 22/08/1972, considerando que a funcionária MARIA DE LURDES FAEDO SILVA, encontra-se em cargo comissionado;

**RESOLVE:**

Contratar em caráter temporário LUCIANA NATALINA MACHADO, para exercer o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, com os vencimentos previstos em lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**C O M U N I Q U E – S E.**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 01 de agosto de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1502/16**

PORTARIA Nº 1502/16 de 01/08/2016

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO JOSIANE LUZIA MOREIRA DOS SANTOS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência da vaga excedente,

**RESOLVE:**

Contratar em caráter temporário, JOSIANE LUZIA MOREIRA DOS SANTOS para exercer o cargo de PROFESSOR LEIGO, atribuindo-lhe uma carga horária de 20 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**C O M U N I Q U E – S E.**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 01 de agosto de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1503/16**

PORTARIA Nº 1503/16 DE 04/08/16

CONCEDE REMOÇÃO POR PERMUTA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, e considerando o parecer da Secretaria de Educação nos autos de Processo Administrativo 2429/16, com amparo do disposto no Artigo 41 do Estatuto do Servidor Público Municipal - Lei Complementar 03/00 de 04/12/2000,

**RESOLVE:**

Art. 1º- Conceder a servidora LUCIMARA DE OLIVEIRA AGOSTINI, a remoção por permuta com JUSCINEY MARTINAZZO DE VARGAS.

Art. 2º - A remoção concedida será por uma carga horária de 40 horas semanais do CEIM Pequeno Anjo para a Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 25 de julho de 2016.

**C O M U N I Q U E – S E.**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 04 de agosto de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1504/16**

PORTARIA Nº 1504/16 DE 04/08/16

CONCEDE REMOÇÃO POR PERMUTA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, e considerando o parecer da Secretaria de Educação nos autos de Processo Administrativo 2428/16, com amparo do disposto no Artigo 41 do Estatuto do Servidor Público Municipal - Lei Complementar 03/00 de 04/12/2000,

**RESOLVE:**

Art. 1º- Conceder a servidora JUSCINEY MARTINAZZO DE VARGAS, a remoção por permuta com LUCIMARA DE OLIVEIRA AGOSTINI.

Art. 2º - A remoção concedida será por uma carga horária de 40 horas semanais da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, para CEIM Pequeno Anjo.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 25 de julho de 2016.

**C O M U N I Q U E – S E.**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 04 de agosto de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1505/16**

PORTARIA Nº 1505/16 DE 04/08/16

CONCEDE REMOÇÃO POR PERMUTA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, e considerando o parecer da Secretaria de Educação nos autos de Processo Administrativo 2586/16, com amparo do disposto no Artigo 41 do Estatuto do Servidor Público Municipal - Lei Complementar 03/00 de 04/12/2000,

**RESOLVE:**

Art. 1º- Conceder a servidora MAGALI CORONA MECABÔ, a remoção por permuta com MAIRI SUZANA RIBEIRO.

Art. 2º - A remoção concedida será por uma carga horária de 40 horas semanais do GEM Jardim Bela Vista, para a Secretaria Municipal de Educação e Cultura.



Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de agosto de 2016.

**C O M U N I Q U E – S E.**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 04 de agosto de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1506/16**

PORTARIA Nº 1506/16 DE 04/08/16

CONCEDE REMOÇÃO POR PERMUTA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, e considerando o parecer da Secretaria de Educação nos autos de Processo Administrativo 2587/16, com amparo do disposto no Artigo 41 do Estatuto do Servidor Público Municipal - Lei Complementar 03/00 de 04/12/2000,

**RESOLVE:**

Art. 1º- Conceder a servidora MAIRI SUZANA RIBEIRO, a remoção por permuta com MAGALI CORONA MECABÔ.

Art. 2º - A remoção concedida será por uma carga horária de 40 horas semanais da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, para GEM Jardim Bela Vista.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de agosto de 2016.

**C O M U N I Q U E – S E.**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 04 de agosto de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal



**RG 18\_16 AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA PARA MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 1/8

Processo Nº.: 75/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 33/2016

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 18/2016**

No dia 8 do mês de Agosto do ano de 2016, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 82.939.232/0001-74, com sede administrativa localizada na RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323, bairro CENTRO, CEP nº. 89620-000, nesta cidade de Campos Novos/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). NELSON CRUZ, inscrito no CPF sob o nº. 445.587.329-53, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 33/2016, Processo Licitatório nº. 75/2016, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA PARA MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
9954	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD	
10455	CAPINZAL CENTER LTDA - ME	1, 2, 4, 6, 7, 8, 9, 17, 18, 19, 22, 25, 27, 29
10114	CELIA REGINA WAMBOMMEL LTDA	
11378	FACCINA DALTORA EQUIP. SEGURANCA LTDA - EPP	
10468	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME	
11008	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	23
10002	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME	3, 11, 12, 13, 20, 24, 26, 28
6127	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP	5, 10, 14, 15, 16, 21

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº. .... (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD	05.919.156/0001-94	RAFAEL DE LARA	096.629.339-80
CAPINZAL CENTER LTDA - ME	07.383.088/0001-17	ENIO DELAZARI	453.533.100-63
CELIA REGINA WAMBOMMEL LTDA	04.195.853/0001-87	. . .	. . .
FACCINA DALTORA EQUIP. SEGURANCA LTDA - EPP	04.584.756/0001-86	NORBERTO RISTOW	286.245.489-34
JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME	13.965.228/0001-68	. . .	. . .
NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	07.814.016/0001-87	JONATHAN DE LIMA PINTO	081.227.589-67
OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME	11.499.653/0001-83	KLEBER LUIZ LIBANO	848.629.399-53
ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP	85.248.680/0001-10	FABIO ANDRE LORASCHI	749.263.819-15

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:  
REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA PARA MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO**

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 6127 - ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
5	Detergente 500ml cx com 24 unidades. Diversas fragancias. Composição: acido sulfônico, neutralizante, espessante, conservante, coadjuvante, sequestrante, corante, fragancias e agua, rende mais	CX	IDEAL	250,000	27,0000	6.750,00
10	FOSFORO; Maço contendo 6 caixas cada caixa com 50 fosforo de 5 cm, Caixa de cartão impermeabilizado com lixa impressa	MÇ	GABOARDI	100,000	1,8000	180,00



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Página: 2/8  
 Processo Nº.: 75/2016  
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 33/2016

**Fornecedor: 6127 - ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
14	Luva Cirurgica G cx com 100 unidades. Luva para procedimento não cirúrgico, fabricada em látex de borracha natural. Tipo não estéril, ambidestra, punho com bainha. Produto de uso único. Pó bioabsorvível atóxico.	CX	EMBRAMAC	30,000	14,4000	432,00
15	Luva Cirurgica M cx com 100 unidades. Luva para procedimento não cirúrgico, fabricada em látex de borracha natural. Tipo não estéril, ambidestra, punho com bainha. Produto de uso único. Pó bioabsorvível atóxico.	CX	EMBRAMAC	100,000	14,4000	1.440,00
16	Luva Cirúrgica P cx com 100 unidades. Luva para procedimento não cirúrgico, fabricada em látex de borracha natural. Tipo não estéril, ambidestra, punho com bainha. Produto de uso único. Pó bioabsorvível atóxico.	CX	EMBRAMAC	70,000	15,0000	1.050,00
21	Rodo de Borracha 60 cm com cabo, perfil de borracha dupla, puxa mais agua	UN	PEROVINHA	100,000	5,9900	599,00

**Fornecedor: 10002 - OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
3	Alcool gel 70% , neutro, 500 ml acondicionados em caixas com Alcool gel 70% , neutro, 500 ml acondicionados em caixas com 12 unidades. Eficaz contra os principais germes e bactérias, a saber: Escherichia coli, Staphylococcus aureus, Salmonella choleraesuis e Pseudomonas aeruginosa.	CX	FLOPS	200,000	46,8300	9.366,00
11	Luva de Borracha G. Dimensões: 34 x 9,5 x 6,5 cm. Ideal para limpeza geral dos ambientes; Altamente higiênicas e resistentes; Podem ser usadas para diversas funções; Protegem as mãos do contato com produtos químicos.	PAR	DANNY	350,000	1,8500	647,50
12	Luva de Borracha M. Dimensões: 34x9,5x5,5cm. Altamente higiênicas e resistentes; Podem ser usadas para diversas funções; Protegem as mãos do contato com produtos químicos.	PAR	DANNY	350,000	1,8500	647,50
13	Luva de Borracha P. Dimensões 34x9,5x6,5cm. Ideal para limpeza geral dos ambientes; altamente higienicas e resistentes. Podem ser usadas para diversas funções, protegem as mãos do contato com produtos químicos.	UN	DANNY	200,000	1,8500	370,00
20	QUEROSENE CX. COM 12 UNIDADES. COMPOSIÇÃO: QUEROSENE PURO, FRASCO COM 850ML.	CX	GUANANARA	150,000	79,9500	11.992,50
24	Sabão em pedra glicerinado tipo alcóolico, pacote com 05 unidades de 200gr cada, para todo tipo de limpeza.	PCT	PLANALTO	500,000	4,1000	2.050,00
26	SACO PARA LIXO 100 LITROS COM 5 UNI	PCT	BRUKLIN	1.000,000	1,1400	1.140,00
28	Sapólio líquido, saponáceo cremoso, limpa e dá brilho sem limpa e dá brilho sem riscar, 300 ml. Componente ativo biodegradável	UN	SANY	500,000	1,9900	995,00

**Fornecedor: 10455 - CAPINZAL CENTER LTDA - ME**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	Água Sanitária multiuso capacidade 01litro acondicionados em caixas com 12 unidades. Com cloro ativo, elimina bactérias, alveja, desinfeta e limpa. Composição: Hipoclorito de sódio e agua. Princípio ativo: hipoclorito de sódio. Teor de cloro ativo: 2,0% a 2,5% p/p. Produto a base de cloro	CX	MIL flor	450,000	17,0000	7.650,00
2	ALCOOL LIQUIDO 01 LITRO - ALCOOL ETILICO HIDRATADO 70% INPM. ACONDICIONADO EM CAIXAS COM 12 UNIDADES.	CX	TUPY	400,000	45,0000	18.000,00
4	Desinfetante multiuso 2 litros cx com 6 unidades. Composição: essencia conservante, bactericida. Ativo: cloreto de alquil, dimetil, benzil, amonia (50%): 1.25 %	CX	TOP MIL	600,000	15,7500	9.450,00
6	ESCOVA OVAL PARA LAVAR ROUPA. PEGA CONFORTÁVEL, SE ENCAIXA PERFEITAMENTE NA MÃO PARA USO DE DESTROS E CANHOTOS. TEXTURA ANTIDERRAPANTE COM APARÊNCIA DE TECIDO.A ESCOVA MOLHADA E ENSABOADA FICA FIRME NA MÃO.	UN	DALCIN	200,000	1,2500	250,00
7	ESPONJA DE LÃ DE AÇO, 60 g, pacote com 08 unidades. Produto que não agrida a natureza, ã de aço higiênica. Não acumula bactéria e remove a sujeira por completo. Facilita o polimento das panelas e auxilia na limpeza de vidros, louças e azulejos.Caixa com 14 embalagens	UN	RELUZ	180,000	12,4600	2.242,80
8	ISQUEIRO, GRANDE, PARA USO NA COZINHA, ACENDE 3.000 VEZES. SELO HOLOGRÁFICO DO INMETRO.	UN	GRENAL	50,000	2,9900	149,50
9	Esponja multiuso. Dimensões: 110 x 75 x 20 mm. Esponja com manta abrasiva verde. Tradicional multiuso com agente antibactericida NoBact. Dura até 4 semanas. Possui adesivo a base de agua e não contem solventes organicos.	UN	BETANIN	1.000,000	0,4500	450,00
17	PÁ PARA LIXO EM PLÁSTICO RESISTENTE. DIMENSÕES: 29,5X24,5X5cm.	UN	ATACADÃO	50,000	1,8000	90,00



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Página: 3/8  
 Processo Nº.: 75/2016  
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 33/2016

**Fornecedor: 10455 - CAPINZAL CENTER LTDA - ME**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
18	Papel Higiênico Branco , folhas duplas , picotado e grofado, Macio, neutro, homogêneo, e de alta absorção, não poderá esfalejar durante o uso. Não poderá apresentar: odor desagradável (não característico), corte imperfeito ou enrugamento com dobras. Deverá ainda ser enrolado de maneira uniforme em um tubo de papelão, apresentando corte lateral sem rebarbas, rolo com 30 metrosX10 cm, embalagem com 04 unidades e acondicionados em fardos com 64 rolos. 100% fibras celulósicas virgens com controle bacteriológico. Prazo de validade por tempo indeterminado.	FRD	FOFINHO	700,000	50,8900	35.623,00
19	Papel Toalha interfolhado 2 dobras Branco, 1000 folhas. Medidas: 22,5 x 22,5 cm. Embalagem: 1.000 folhas	FRD	ALPHES	500,000	5,8900	2.945,00
22	Rodo com espuma com cabo de alta densidade, ideal para passar cera e lavar pequenas áreas como pisos e paredes. A espuma fixa na madeira. Dimensões: 33 X 13 X 9 cm. Com cabo.	UN	GUIRADO	100,000	5,1900	519,00
25	Sabão em pó, 1 KG, Composição: Tensoativo aniónico, tamponantes, coadjuvantes, sinergista, corantes, enzimas, branqueador óptico, essência, água, alvejante e carga. Devolve o brilho das cores brancas e coloridas.	KG	CLASS	3.200,000	2,9900	9.568,00
27	SACO PARA LIXO 50 LITROS COM 10 UNI	PCT	STAR	600,000	1,1400	684,00
29	Vassoura de nylon resistente com cabo. Dimensões: 40 X 13 X 9 cm. Vassoura com grande área de varrição para facilitar a limpeza. Pode ser usada em pisos internos e externos. Cerdas plumadas mínimo oito cerdas e 78 tufo, que capturam melhor a sujeira.	UN	dalcin	300,000	4,5000	1.350,00

**Fornecedor: 11008 - NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
23	Sabonete Líquido, glicerinado PH neutro, galão 5 litros	GLAÇ	CLASSLIMP	150,000	11,1500	1.672,50

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Página: 4/8  
Processo Nº.: 75/2016  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 33/2016

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**

- 3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.
- 3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.
- 3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

**CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS**

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

**CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

**5.1. Compete ao Órgão Gestor:**

- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

**5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:**

- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Página: 5/8  
Processo Nº.: 75/2016  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 33/2016

**5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:**

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

**CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Página: 6/8  
Processo Nº.: 75/2016  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 33/2016

**CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA**

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

**CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO**

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será suspenso para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

**CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Página: 7/8  
Processo Nº.: 75/2016  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 33/2016

### **CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS**

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3. será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA**

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO**

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Campos Novos para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**Página: 8/8  
Processo Nº.: 75/2016  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 33/2016

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Campos Novos, 8 de Agosto de 2016.

---

**NELSON CRUZ**  
**PREFEITO MUNICIPAL****Empresas Participantes:**

AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD	CNPJ: 05.919.156/0001-94	_____
CAPINZAL CENTER LTDA - ME	CNPJ: 07.383.088/0001-17	_____
CELIA REGINA WAMBOMMEL LTDA	CNPJ: 04.195.853/0001-87	_____
FACCINA DALTORA EQUIP. SEGURANCA LTDA - EPP	CNPJ: 04.584.756/0001-86	_____
JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME	CNPJ: 13.965.228/0001-68	_____
NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	CNPJ: 07.814.016/0001-87	_____
OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME	CNPJ: 11.499.653/0001-83	_____
ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP	CNPJ: 85.248.680/0001-10	_____

---

**CÂMARA MUNICIPAL**

---

**PORTARIA Nº 22/2016**

Portaria Nº 22/2016

NOMEIA A SERVIDORA SIMONE RAQUEL DIAS DE ROS PARA O CARGO EM COMISSÃO DE ACESSORA DE COMUNICAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, no uso de suas atribuições legais e com fundamentos no art. 65, I, do Regimento Interno, e art. 58 da LOM ....

**RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear, a senhora SIMONE RAQUEL DIAS DE ROS, brasileira, casada, inscrita sob CI nº 3.151.928-8 e CPF nº 018.207.159-65, para o cargo em Comissão de Assessora de Comunicação - ACM - 01, da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, a partir desta data.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Campos Novos, 14 de Julho de 2016.

José Tadeu Guzatti
Presidente da Mesa

**PORTARIA Nº 23/2016**

Portaria Nº 23/2016

EXONERA A SERVIDORA MAIARA TEREZINHA CAMARGO DO CARGO EM COMISSÃO DE OPERADORA DE CENTRAL TELEFÔNICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAMPO NOVOS-SC.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, no uso de suas atribuições legais e com fundamentos no art. 65, I, do Regimento Interno, e art. 58 da LOM ....

**RESOLVE:**

Art. 1º. Exonerar, a Senhorita MAIARA TEREZINHA CAMARGO, brasileira, solteira, portadora do RG nº 5.992.781 - SSP/SC, CPF nº 085.188.369-99, do cargo em Comissão de Operadora de Central Telefônica da Câmara Municipal de Vereadores, a partir desta data.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 31/07/2016.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Campos Novos, 29 de Julho de 2016.

José Tadeu Guzatti
Presidente da Mesa



**PORTARIA Nº 24/2016**

Portaria Nº 24/2016

CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO DOENÇA A SERVIDORA VANESSA APARECIDA DA SILVA.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, no uso de suas atribuições legais e com fundamentos no art. 65, I, do Regimento Interno, e art. 58 da LOM ....

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder afastamento por auxílio doença a senhora VANESSA APARECIDA DA SILVA, brasileira, solteira, portadora do CI nº 4.180.795 - SSP/SC, CPF nº 063.992.889-75, pelo período em que permanecer no INSS.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Campos Novos, 01 de Agosto de 2016.

José Tadeu Guzatti
Presidente da Mesa

**PORTARIA Nº 25/2016**

Portaria Nº 25/2016

NOMEIA A SERVIDORA MAIARA TEREZINHA CAMARGO PARA O CARGO EM COMISSÃO DE ACESSORA PARLAMENTAR DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAMPOS NOVOS - SC.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, no uso de suas atribuições legais e com fundamentos no art. 65, I, do Regimento Interno, e art. 58 da LOM ....

**RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear, a Senhorita MAIARA TEREZINHA CAMARGO, brasileira, solteira, portadora do RG nº 5.992.781 - SSP/SC, CPF nº 085.188.369-99, para o cargo em Comissão de Assessora Parlamentar - AP 01, da Câmara Municipal de Vereadores, a partir desta data.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Campos Novos, 01 de Agosto de 2016.

José Tadeu Guzatti
Presidente da Mesa

**PORTARIA Nº 26/2016**

Portaria Nº 26/2016

CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA VANESSA APARECIDA DA SILVA.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, no uso de suas atribuições legais e com fundamentos no art. 65, I, do Regimento Interno, e art. 58 da LOM ....

**RESOLVE:**

Art. 1º. Concede licença maternidade à servidora VANESSA APARECIDA DA SILVA, brasileira, solteira, portadora do CI nº 4.180.795 - SSP/SC, CPF nº 063.992.889-75, afastando-a do cargo em Comissão de Assessora Parlamentar - AP - 01 da Câmara Municipal de Vereadores, a partir desta data, pelo prazo 120 (cento e vinte) dias.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Campos Novos, 03 de Agosto de 2016.

José Tadeu Guzatti
Presidente da Mesa

**PORTARIA Nº 27/2016**

Portaria Nº 27/2016

EXONERA A SERVIDORA TAINARA ROSSETO DO CARGO EM COMISSÃO DE ACESSORA PARLAMENTAR DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAMPOS NOVOS - SC.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, no uso de suas atribuições legais e com fundamentos no art. 65, I, do Regimento Interno, e art. 58 da LOM ....

**RESOLVE:**

Art. 1º. Exonerar, a Senhorita TAINARA ROSSETTO, brasileira, solteira, inscrita sob CI nº 5.992.623 e CPF nº 090.089.549-74, do cargo em Comissão de Assessora Parlamentar - AP - 01, da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, a pedido da mesma, a partir desta data.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Campos Novos, 05 de Agosto de 2016.

José Tadeu Guzatti
Presidente da Mesa



# Canelinha

## PREFEITURA

### EXTRATO EDITAL 51/2016 - PMC

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA  
AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 51/2016

MODALIDADE: Pregão Presencial nº 35/2016

OBJETO: O presente Pregão tem por objeto, a aquisição de gêneros alimentícios para o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, para atender os alunos matriculados nas escolas de Educação Infantil e Ensino Fundamental, para o exercício 2016, atendendo a Lei nº. 11.947/2009 e Resolução/CD/FNDE nº. 026 de 17 de junho de 2013, conforme especificações descritas no Anexo II, parte integrante do Pregão. DATA DE ABERTURA: 19 de agosto de 2016, às 08:00 horas. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor está à disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cantório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site [www.canelinha.sc.gov.br](http://www.canelinha.sc.gov.br). Canelinha/SC, 08 de agosto de 2016. ANTÔNIO DA SILVA - Prefeito do Município.

### RESULTADO JULGAMENTO TP 02 - SEMAIS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SEMAIS – SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA, INFRAESTRUTURA E SANEAMENTO DE CANELINHA  
RESULTADO JULGAMENTO  
TOMADA DE PREÇO Nº 02/2016

O SEMAIS – SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA, INFRAESTRUTURA E SANEAMENTO DE CANELINHA inscrito sob o CNPJ nº 10.863.375/0001-39, localizado na Rua Avelina Bastos, 193, através do Diretor do SEMAIS, de conformidade com a lei nº 8.666/93, alterada pela lei nº 8.883/94, por determinação do Sr. Gilberto Rosa – Diretor do SEMAIS, torna público que foi julgada a proposta da empresa habilitada na TOMADA DE PREÇO nº 02/2016, que tem por objeto, a contratação de empresa para execução dos serviços de engenharia sanitária e destinação final dos resíduos sólidos urbanos domiciliares e comerciais do Município, conforme especificações constantes no Anexo II, parte integrante do Edital, classificando-se vencedora a proposta da empresa Proactiva Meio Ambiente Brasil LTDA, no valor de R\$ 78.513,75 (Setenta e oito mil e quinhentos e treze reais e setenta e cinco centavos). Canelinha, 08 de agosto de 2016. GILBERTO ROSA – Diretor do SEMAIS.

### RESULTADO JULGAMENTO TP 05 - 06 - 08 - 09 E 10 - PMC

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA  
RESULTADO JULGAMENTO  
TOMADA DE PREÇO Nº 05/2016

O MUNICÍPIO DE CANELINHA – SC inscrita sob o CNPJ nº 82.562.893/0001-23, com sede na Av. Cantório Florentino da Silva, nº 1683, Bairro: Centro, Canelinha – SC, de conformidade com a lei nº 8.666/93, alterada pela lei nº 8.883/94, por determinação do Sr. Antônio da Silva, Prefeito Municipal, torna público que foi julgada a proposta da empresa habilitada na TOMADA DE PREÇO nº 05/2016, A presente licitação tem por objeto, a contratação de empresa para prestação de serviços de mão-de-obra, para pavimentação e construção de bocas de lobo, da estaca 22+18,123

metros até a ponte Lucas Orsi, da Rua Justino Batista Pereira, Bairro Centro, Canelinha/SC, em paralelepípedos, conforme Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico Financeiro, Quadro de Composições, BDI, ART e Projetos, classificando-se vencedora a proposta da empresa LL Obras LTDA - ME, no valor de R\$ 99.999,54 (Noventa e nove mil e novecentos e noventa e nove reais e cinquenta e quatro centavos). Canelinha, 08 de agosto de 2016. Antônio da Silva - Prefeito do Município

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA  
RESULTADO JULGAMENTO  
TOMADA DE PREÇO Nº 06/2016

O MUNICÍPIO DE CANELINHA – SC inscrita sob o CNPJ nº 82.562.893/0001-23, com sede na Av. Cantório Florentino da Silva, nº 1683, Bairro: Centro, Canelinha – SC, de conformidade com a lei nº 8.666/93, alterada pela lei nº 8.883/94, por determinação do Sr. Antônio da Silva, Prefeito Municipal, torna público que foi julgada a proposta da empresa habilitada na TOMADA DE PREÇO nº 06/2016, A presente licitação tem por objeto, a contratação de empresa especializada, para prestação de serviços de mão-de-obra, com fornecimento de material, para reforma da quadra coberta da Escola de Ensino Básico Cantório Florentino da Silva, totalizando área de 680,16m², localizada à Rua João Busnardo, s/n, Bairro Índia, conforme Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico Financeiro, Quadro de Composições, ART e Projetos, classificando-se vencedora a proposta da empresa JV Empreendimentos LTDA - ME, no valor de R\$ 69.997,54 (Sessenta e nove mil e novecentos e noventa e sete reais e cinquenta e quatro centavos). Canelinha, 08 de agosto de 2016. Antônio da Silva - Prefeito do Município

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA  
RESULTADO JULGAMENTO  
TOMADA DE PREÇO Nº 08/2016

O MUNICÍPIO DE CANELINHA – SC inscrita sob o CNPJ nº 82.562.893/0001-23, com sede na Av. Cantório Florentino da Silva, nº 1683, Bairro: Centro, Canelinha – SC, de conformidade com a lei nº 8.666/93, alterada pela lei nº 8.883/94, por determinação do Sr. Antônio da Silva, Prefeito Municipal, torna público que foi julgada a proposta da empresa habilitada na TOMADA DE PREÇO nº 08/2016, A presente licitação tem por objeto, a contratação de empresa especializada, para prestação de serviços de mão-de-obra, com fornecimento de material, para drenagem e pavimentação do 8º trecho da rua Leonel Marcelino Pereira, da estaca 13+1,645 à estaca 14+15,00 metros, em lajota sextavada de concreto, medindo 25x25x8, e meio fio de concreto medindo 12x30, Bairro Índia, Canelinha/SC, conforme Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico Financeiro, Quadro de Composições, ART e Projetos, classificando-se vencedora a proposta da empresa Franna Indústria e Serviços LTDA - ME, no valor de R\$ 21.079,31 (Vinte e um mil e setenta e nove reais e trinta e um centavos). Canelinha, 08 de agosto de 2016. Antônio da Silva - Prefeito do Município

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA  
RESULTADO JULGAMENTO  
TOMADA DE PREÇO Nº 09/2016



O MUNICÍPIO DE CANELINHA – SC inscrita sob o CNPJ nº 82.562.893/0001-23, com sede na Av. Cantório Florentino da Silva, nº 1683, Bairro: Centro, Canelinha – SC, de conformidade com a lei nº 8.666/93, alterada pela lei nº 8.883/94, por determinação do Sr. Antônio da Silva, Prefeito Municipal, torna público que foi julgada a proposta da empresa habilitada na TOMADA DE PREÇO nº 09/2016, A presente licitação tem por objeto, a contratação de empresa especializada, para prestação de serviços de mão-de-obra, com fornecimento de material, para pavimentação do 1º trecho da Rua João Busnardo, com extensão de 517,79 metros, da estaca OPP à estaca 25+17,791=PF, em lajota sextavada de concreto, medindo 25x25x8, e meio fio de concreto medindo 12x30, Bairro Índia, Canelinha/SC, conforme Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico Financeiro, Quadro de Composições, ART e Projetos, classificando-se vencedora a proposta da empresa LL Obras LTDA - ME, no valor de R\$ 152.802,60 (Cento e cinquenta e dois mil e oitocentos e dois reais e sessenta centavos). Canelinha, 08 de agosto de 2016. Antônio da Silva - Prefeito do Município

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA  
RESULTADO JULGAMENTO  
TOMADA DE PREÇO Nº 10/2016

O MUNICÍPIO DE CANELINHA – SC inscrita sob o CNPJ nº 82.562.893/0001-23, com sede na Av. Cantório Florentino da Silva, nº 1683, Bairro: Centro, Canelinha – SC, de conformidade com a lei nº 8.666/93, alterada pela lei nº 8.883/94, por determinação do Sr. Antônio da Silva, Prefeito Municipal, torna público que foi julgada a proposta da empresa habilitada na TOMADA DE PREÇO nº 10/2016, A presente licitação tem por objeto, a contratação de empresa especializada, para prestação de serviços de mão-de-obra, com fornecimento de material, para reforma do Ginásio de Esportes Nivaldo Luiz Laus, com área construída de 1.202,12m², situado à Av. Prefeito Silvestre Nunes Júnior, nº 901, Bairro Areão, conforme Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico Financeiro, Quadro de Composições, ART e Projetos, classificando-se vencedora a proposta da empresa JV Empreendimentos LTDA - ME, no valor de R\$ 246.790,28 (Duzentos e quarenta e seis mil e setecentos e noventa reais e vinte e oito centavos). Canelinha, 08 de agosto de 2016. Antônio da Silva - Prefeito do Município



# Canoinhas

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº. 759/2016

PORTARIA Nº. 759/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei Complementar nº 038/2011, de acordo com a Lei nº 4.851/2011 de acordo com a Lei Municipal nº 5.528/2015; CONSIDERANDO; o Edital de Processo Seletivo nº 007/2015/SME; CONSIDERANDO; a existência de servidor em Processo de Readaptação; CONSIDERANDO; a existência de servidor em Licença Maternidade; CONSIDERANDO; a existência de servidor em Licença Para Tratamento de Saúde; CONSIDERANDO; a existência de servidor em Licença Para Atividade Política; CONSIDERANDO: que a educação é serviço público essencial, resolve:

#### CONTRATAR

Art. 1º - Fica contratada a profissional ELIZABETE APARECIDA NOGUEIRA FIGURA, na função de Professor de Anos Iniciais, MAG II, 40 horas semanais, 30% de regência, para atuar na EBM Presidente Castelo Branco, no período de 09/08/2016 a 22/12/2016. Em conformidade com a Lei nº 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, parágrafo 1º, inciso II, na vaga vinculada da Professora de Anos Iniciais Rosane Wunsch Bai, a qual está em processo de readaptação, conforme Comunicação Interna nº 225/SME/2016.

Art. 2º - Fica contratado o profissional DIEGO JOSÉ DRANKA, na função de Professor de Educação Física, MAG II, 20 horas semanais, 15% de regência, para atuar na EBM Severo de Andrade, no período de 09/08/2016 a 22/12/2016. Em conformidade com a Lei nº 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, Parágrafo 1º, inciso II, na vaga vinculada da professora Maria Celina Muraro, a qual foi designada para a Fundação Municipal de Esportes e Lazer de Canoinhas/SC, conforme Comunicação Interna nº 225/SME/2016.

Art. 3º - Fica contratada a profissional JULIANE SCHEUER DRZEVIESKI, na função de Professor na disciplina de Arte, MAG I, 30 horas semanais, 15% de regência, para atuar na EBM José Groshkopf e no CEI Prefeito Antonio de Souza Costa, no período de 09/08/2016 a 22/12/2016. Em conformidade com a Lei nº 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, inciso IV, admissão de profissionais da educação, conforme Comunicação Interna nº 225/SME/2016.

Art. 4º - Fica contratada a profissional DINAZELI TISCHLER FERNANDES, na função de Professor de Anos Iniciais, MAG II, 20 horas semanais, 30% de regência, para atuar na EBM Dr. Aroldo Carneiro de Carvalho, no período de 09/08/2016 a 22/12/2016. Em conformidade com a Lei nº 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, parágrafo 1º, inciso II, na vaga vinculada da professora Marilse de Fátima Agostinho Pereira, a qual está em licença maternidade, conforme Comunicação Interna nº 225/SME/2016.

Art. 5º - Fica contratada a profissional ADRIANA BAZE, na função de Monitor de Educação Especial, Ensino Médio, 20 horas semanais, para atuar na EBM Alberto Wardenski, no período de 09/08/2016 a 22/12/2016. Em conformidade com a Lei nº 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, inciso V, admissão de profissional para suprir demanda decorrente da expansão das instituições municipais,

conforme Comunicação Interna nº 225/SME/2016.

Art. 6º - Fica contratada a profissional JUSSARA CORDEIRO, na função de Monitor de Educação Especial, Ensino Médio, 20 horas semanais, para atuar na EBM Achilles Pazda, no período de 09/08/2016 a 22/12/2016. Em conformidade com a Lei nº 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, Parágrafo 1º, inciso II, na vaga vinculada da Monitora de Educação Especial Danieli Bilitzki, a qual está em licença para tratamento de saúde, ou término do contrato no retorno do titular, conforme Comunicação Interna nº 225/SME/2016.

Art. 7º - Fica contratada a profissional BRUNA MARIELLI SAMPAIO, na função de Monitor de Educação Especial, Ensino Médio, 40 horas semanais, para atuar na EBM Benedito Therézio de Carvalho, no período de 09/08/2016 a 22/12/2016. Em conformidade com a Lei nº 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, Parágrafo 1º, inciso II, na vaga vinculada da Monitora de Educação Especial Luana Coelho Versaro, a qual está em licença para tratamento de saúde, ou término do contrato no retorno do titular, conforme Comunicação Interna nº 225/SME/2016.

Art. 8º - Fica contratada a profissional NEUSA WITT, na função de Monitor de Educação Infantil, Ensino Médio, 30 horas semanais, sem regência, para atuar no CEI Landi Ama Neppel, no período de 09/08/2016 a 30/12/2016. Em conformidade com a Lei nº 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, inciso V, admissão de professor para suprir demanda decorrente da expansão das instituições municipais. Anteriormente estava na referida vaga Francielle Schmitk Gasperin, a qual pediu demissão, conforme Comunicação Interna nº 225/SME/2016.

Art. 9º - Fica contratada a profissional ANGÉLICA CRISTINA VILLALOBOS, na função de Monitor de Educação Infantil, Ensino Médio, 30 horas semanais, sem regência, para atuar no CEI Rodolfo Linzmeier, no período de 09/08/2016 a 30/12/2016. Em conformidade com a Lei nº 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, parágrafo 1º, inciso II, na vaga vinculada da Monitora de Educação Infantil Gilmara Tabalipa Schpanski, a qual está em licença maternidade, conforme Comunicação Interna nº 225/SME/2016.

Art. 10 - Fica contratada a profissional MAYLYS REGINA SIMÕES MENDES, na função de Monitor de Educação Especial, 40 horas semanais, sem regência, para atuar na EBM Dr. Aroldo Carneiro de Carvalho, no período de 09/08/2016 a 22/12/2016. Em conformidade com a Lei nº 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, parágrafo 1º, inciso II, na vaga vinculada da Monitora de Educação Especial Jolsimari Erzinger, a qual está em licença maternidade, conforme Comunicação Interna nº 225/SME/2016.

Art. 11 - Fica contratado o profissional FELIPE ALVES MACHADO, na função de Professor de Matemática, MAG I, 10 horas semanais, 15% de regência, para atuar na EBM Dr. Aroldo Carneiro de Carvalho, no período de 09/08/2016 a 22/12/2016. Em conformidade com a Lei nº 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, Parágrafo 1º, inciso II, na vaga vinculada do professor Osmar Oleskovicz o qual está em licença para atividade política, conforme Comunicação Interna nº 225/SME/2016.

Art. 12 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 13 - Ficam revogadas as disposições em contrário.



Canoinhas/SC, 08 de agosto de 2016.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

HAMILTON WENDT  
Secretário Municipal de Educação

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 08/08/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### **PORTARIA Nº. 760/2016**

PORTARIA Nº. 760/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município; resolve:

#### **EXONERAR**

Art. 1º - Fica exonerado ILDEMAR JOSÉ WEINERT, comissionado no cargo de Supervisor III, junto à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural, a partir de 08/08/2016, conforme Comunicação Interna nº 420/SMAFO/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 08 de agosto de 2016.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 08/08/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### **PORTARIA Nº. 761/2016**

PORTARIA Nº. 761/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e da Lei Municipal nº. 2.305/90, resolve:

#### **INTERROMPER LICENÇA PARA ATIVIDADE POLÍTICA**

Art. 1º - Fica interrompida a Licença Para Atividade Política concedida ao servidor JEAN CARLO DA SILVEIRA, efetivo no cargo de Servente, junto à Secretaria Municipal de Saúde, a partir do dia 08/08/2016, conforme Requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 08 de agosto de 2016.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

ANGELA CRISTINA DAMASO DA SILVEIRA  
Secretária Municipal de Saúde

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de

Administração, Finanças e Orçamento em 08/08/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### **PUBLICAÇÃO DA RESCISÃO DO CONTRATO Nº FMAS 04/2016**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
RESCISÃO DO CONTRATO N.º 04/2016

O Município de Canoinhas-SC, por meio do Fundo de Assistência Social, CNPJ n.º 11.455.005/0001-25, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, torna pública a rescisão do contrato n.º FMAS 04/2016 firmado entre o Município de Canoinhas e a empresa STARJET CCARTUCHOS REMANUFATURADOS LTDA ME, (CNPJ 01.854.994.0001.76) relativamente ao processo licitatório n.º PMC 02/2016, Pregão Presencial n.º PMC 02/2016. Data de rescisão: 01/08/2016. O termo de rescisão encontra-se apenso ao processo licitatório à disposição dos interessados no Setor de Licitações da Prefeitura do Município de Canoinhas.

Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito

### **PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº PMC 15/2016**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 131/2016  
EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº. PMC 15/2016  
ALTERAÇÃO

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 25/08/2016, às 09h15min, licitação para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICO ESPECIALIZADOS NO DESENVOLVIMENTO DO PROJETO DE TRABALHO SOCIAL - PTS - NO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA - PMCMV, NO CONJUNTO HABITACIONAL NOSSA SENHORA APARECIDA I, COM 328 FAMÍLIAS E NO CONJUNTO HABITACIONAL NOSSA SENHORA APARECIDA II, COM 64 FAMÍLIAS, NO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CONFORME DETERMINAÇÕES CONSTANTES NO PROJETO BÁSICO - ANEXO I DESTE EDITAL. Recebimento de propostas até as 09h00min do dia 25/08/2016. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) no link licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito



# Capinzal

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 098/2016

DECRETO No 098, DE 4 DE AGOSTO DE 2016.

Abre crédito adicional suplementar no valor de R\$ 46,69 (quarenta e seis reais e sessenta e nove centavos).

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, SC, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, inciso V, da Lei Orgânica do Município e pelo art. 15 da Lei Municipal no 3.196, de 7 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social de Capinzal, um crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 46,69 (quarenta e seis reais e sessenta e nove centavos), para reforço da dotação orçamentária, a seguir especificada:

1001.08.244.0195.2105	MANUT DO CENTRO DE REFER ESPECIAL.CREAS	FTE	DR	R\$	0,00
33900000-047	Aplicações Diretas	3053	00	R\$	46,69
	Total	3053	00	R\$	46,69

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito aberto no artigo 1º deste Decreto é indicada como fonte de recursos, na forma do disposto no inciso III, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal no 4.320, de 17 de março de 1964, a anulação parcial do saldo da dotação orçamentária vinculada ao orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social de Capinzal, no valor de R\$ 46,69 (quarenta e seis reais e sessenta e nove centavos), na forma do quadro a seguir.

1001.08.244.0195.2105	MANUT DO CENTRO DE REFER ESPECIAL.CREAS	FTE	DR	R\$	0,00
44900000-048	Aplicações Diretas	3053	00	R\$	46,69
	Total	3053	00	R\$	46,69

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 4 de agosto de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO

Secretário da Administração e Finanças Interino

### PORTARIA 382/2015

PORTARIA Nº 382, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2015

Concede licença para amamentação à servidora, na forma que especifica.

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições e na conformidade do disposto no artigo 94 da Lei Complementar nº 006, de 05 de março de 1991, resolve:

Art. 1º Conceder licença para amamentação, pelo período de 02 a 25 de fevereiro de 2015, conforme requerimento protocolado sob o nº 361/2015, à servidora Roselaine Hoffmã, matrícula nº 332992/03, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo Iv da Lei nº 146/2012, em regime de trabalho de 20 (vinte) horas semanais, vinculada à Secretaria da Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 02 de fevereiro de 2015.

Capinzal - SC, em 12 de fevereiro de 2015

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças



**PORTARIA 395/2015**

PORTARIA Nº 395, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015

Concede Licença Prêmio a servidor, na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto no artigo 83 da Lei Complementar nº 006, de 05 de março de 1991, resolve:

Art. 1º Fica concedida Licença Prêmio, conforme requerimento protocolado sob o nº 152/2015, ao servidor Dejandir Bacher, matrícula nº 308013/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Cobrador de Tarifas do Transporte Coletivo, nível 98, referência E, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, referente ao quinquênio de 10 de fevereiro de 2009 a 09 de fevereiro de 2014, pelo período de 01 de fevereiro a 30 de abril de 2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de fevereiro de 2015.

Capinzal - SC, em 18 de fevereiro de 2015

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

**PORTARIA 541-A/2016**

PORTARIA Nº 514-A, DE 02 DE MAIO DE 2016

Concede Progressão Funcional a servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 34 e 35 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012 e conforme requerimento protocolado sob o nº 1644/2016, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por cursos de capacitação ao servidor Carlos Alberto da Silva, matrícula nº 307050/01.

Art. 2º O servidor é ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor de Música, nível 232, referência G, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 232, referência H, do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em maio de 2016.

Capinzal – SC, em 02 de maio de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO

Secretário da Administração e Finanças, interino

**PORTARIA 767/2016**

PORTARIA Nº 767, DE 02 DE AGOSTO DE 2016

Contrata servidor, por tempo determinado, por excepcional interesse público

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999,

alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Contratar, por tempo determinado, em regime administrativo especial, através do processo seletivo nº 029/2014 e nos termos do contrato nº 767/2016, Fernanda Deisi Ramos Bittencourt, matrícula nº 328634/04, para exercer as funções do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais no Centro Municipal de Educação Infantil Conquistando meu Espaço.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de agosto de 2016.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO

Secretário da Administração e Finanças, interino

**PORTARIA 771/2016**

PORTARIA Nº 771, DE 05 DE AGOSTO DE 2016

Altera nome de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Certidão de Nascimento, Matrícula nº 1866, às folhas 281 do livro B-16, do Registro Civil das Pessoas Naturais, resolve:

Art. 1º Alterar o nome da servidora Ilenir Scapim do Amaral, matrícula nº 329304/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência D, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais.

Art. 2º A servidora passa a assinar Ilenir Scapim.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 05 de agosto de 2016

Capinzal – SC, em 05 de agosto de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO

Secretário da Administração e Finanças, interino

**PORTARIA 960/2015**

PORTARIA Nº 960, DE 19 DE MAIO DE 2015

Concede Progressão Funcional a Servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 34 e 35 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012 e conforme requerimento protocolado sob o nº 1713/2015, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por cursos de capacitação à servidora Vilma Mascarello Rodrigues, matrícula nº 100340/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Enfermagem, nível 65, referência I, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 65, referência J, do mesmo anexo.



Art. 3º Esta portaria entra em vigor em abril de 2015.

Capinzal – SC, em 19 de maio de 2015  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL  
Secretário da Administração e Finanças

### **PORTARIA 961/2015**

PORTARIA Nº 961, DE 19 DE MAIO DE 2015  
Concede Progressão Funcional a Servidor na forma que especifica.

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 29 a 33 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012 e conforme requerimento protocolado sob o nº 1725/2015, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por curso de formação educacional à servidora Gabriela Cristina Minks Lopes Duarte, matrícula nº 310131/02.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Fiscal de Saneamento, nível 159, referência F, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 159, referência H.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em abril de 2015.

Capinzal – SC, em 19 de maio de 2015  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL  
Secretário da Administração e Finanças



# Catanduvas

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 2.182 DE 08 DE AGOSTO DE 2016

DECRETO Nº 2.182, de 08 de agosto de 2016.

“INSTITUI A COMISSÃO COORDENADORA PARA MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – PME, DO MUNICÍPIO DE CATANDUVAS, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita do Município de Catanduvas/SC, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso VIII do art. 103, da Lei Orgânica Municipal, e demais disposições legais,

#### DECRETA:

Art. 1º Instituir a Comissão Coordenadora para Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação de Catanduvas/SC, conforme a Lei nº 2.404/2013, de 26 de junho de 2013 (Lei Municipal que aprovou o PME), que prevê o acompanhamento e avaliação das metas e estratégias em cada nível e modalidade de ensino do município.

Art. 2º São atribuições da Comissão Coordenadora de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação – PME:

- I – Promover reuniões para estudo, análise e aprovação dos dados encaminhados pela Secretaria Municipal de Educação;
- II – Organizar Consulta Pública para analisar os dados preliminares do monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Educação;
- III – Sistematizar os resultados da Consulta Pública em documento: Plano Municipal de Educação – Versão Final e encaminhar à Secretaria Municipal de Educação;
- VI – Publicizar os resultados do Monitoramento do Plano Municipal de Educação.

Art. 3º Ficam designadas as seguintes instituições e representantes de classe/órgão/entidade para indicarem representante que formará a Comissão de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação:

- I – Secretaria Municipal de Educação  
Representante: Alessandra Wanessa Colla
- II – Conselho Municipal de Educação;  
Representante: Abegair Chinato
- III – Poder Legislativo Municipal;  
Representante: Simone Vieira dos Santos De Martini
- IV – Representante dos Conselhos Escolares das escolas;  
Representante: Angela Brollo
- V – Representantes dos Diretores das Escolas;  
Representante: Sílvia Talini
- VI – Representantes dos Professores;  
Representante: Maria Claudete T. Gervásio
- VII – Representantes dos Pais e Alunos;  
Representante: Valéria de Oliveira
- VIII – Representantes do Conselho do FUNDEB  
Representante: Rosane Eva Bucco.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvas (SC), 08 de agosto de 2016.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

Davi Pecinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado por esta Secretaria nesta data.

### DECRETO Nº 2.185 DE 08 DE AGOSTO DE 2016

DECRETO Nº 2.185, de 08 de agosto de 2016.

“INSTITUIR E NOMEAR A EQUIPE TÉCNICA PARA MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – PME, DO MUNICÍPIO DE CATANDUVAS, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita do Município de Catanduvas/SC, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso VIII do art. 103, da Lei Orgânica Municipal, e demais disposições legais,

#### DECRETA:

Art. 1º Instituir e nomear a Equipe Técnica para Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação de Catanduvas/SC, conforme a Lei nº 2.404/2013, de 26 de junho de 2013 (Lei Municipal que aprovou o PME), que prevê o acompanhamento e avaliação das metas e estratégias em cada nível e modalidade de ensino do município.

Art. 2º São atribuições da Equipe Técnica de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação – PME:

- I – Coletar dados, anualmente, em fontes de pesquisas oficiais e instituir indicadores confiáveis relativos à educação em âmbito municipal;
- II – Relacionar metas e estratégias de forma cronológica;
- III – Analisar as estratégias anuais de monitoramento, emitir nota técnica quando necessário, para futura revisão do Plano Municipal de Educação;
- VI – Apresentar e encaminhar as fichas de monitoramento à Comissão Coordenadora do PME;
- V – Elaborar a versão preliminar e revisão do PME e encaminhar o documento à Secretaria Municipal de Educação para análise e validação;
- VI – Divulgar anualmente os resultados do monitoramento e das avaliações do cumprimento das metas e estratégias do PME, nos respectivos sítios institucionais da internet e em outros meios de divulgação que a Secretaria Municipal de Educação entender necessários;
- VII – Verificar previsões orçamentárias e participar efetivamente da elaboração do PPA – LDO e LOA do município;
- VIII – Verificar prazos e o período de validação (bianual);
- IX – Verificar e analisar a evolução dos indicadores que foram definidos;
- X – Verificar se os indicadores estão apropriados para aferir as metas do PME.

Art. 3º Nomear, para compor a Equipe Técnica de que trará o presente decreto, os seguintes membros:

I – Secretaria Municipal de Educação  
Representantes: Alessandra Wanessa Colla; Rosane Eva Bucco e Sílvia Talini.

II – Secretaria de Administração e Finanças  
Representantes: Leandra Camila Zenaro e Caroline Joana Lesnieski Johann.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,



revogadas as disposições em contrário.

Catanduvas (SC), 08 de agosto de 2016.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

Davi Pecinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado por esta Secretaria nesta data.



Celso Ramos

PREFEITURA

CONTRATO 103/2016

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS  
Relação dos Contratos

Seqü. Contrato	Nr. Contrato/Aditivo	Assinatura	Vencimento	Proc/Ano	Outra Entidade	Valor do Contrato	Data Cancel.	Tipo	Fornecedor
400	103/2016	08/08/2016	31/12/2016	61/2016	Não	8.737,50		AQUISIÇÃO DE LIXEIRAS	ANDERSON JOSE PALUDO - ME
Objeto: AQUISIÇÃO DE CESTAS PARA LIXO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA DESCRITO NO ANEXO I DESTE EDITAL.									
Total: 1									



# Chapadão do Lageado

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 313/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 313/2016

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, de conformidade com a Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, Lei Complementar Nº 007, de 23.12.99, Lei Complementar Nº. 008, de 23.12.99 e Lei Complementar N º 047 de 01.12.2010,

#### RESOLVE:

Art.1º Exonerar a pedido RITA DE CASSIA PEREIRA, ocupante do cargo em Comissão de Chefe de Divisão de Cultura, na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes - Nível DAS-5, nomeada pela Portaria nº 252/2016 de 22.06.2016, a partir desta data.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 09 de agosto de 2016.

JOSE BRAULIO INACIO

Prefeito Municipal



# Chapecó

## PREFEITURA

### EDITAL SEDUC Nº 015/2016

EDITAL SEDUC Nº 015/2016

Convoca candidatos interessados para inscrição e respectiva escolha de vagas visando à contratação de pessoal em caráter temporário para o Magistério Público Municipal no ano letivo de 2016 e apresenta correspondente Quadro de Vagas mediante Chamada Pública, conforme Edital SEDUC Nº 005/2016.

NEMÉSIO CARLOS DA SILVA, Secretário de Educação do Município de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 37 da Constituição Federal, Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar n. 531, de 23 de maio de 2014, em razão de esgotada a listagem de candidatos classificados, por área de atuação e/ou disciplina, no Processo Seletivo Público n. 002/2015, TORNA PÚBLICO o presente Edital para divulgar o que segue:

1. CONVOCAÇÃO PARA INSCRIÇÃO E ESCOLHA DE VAGAS: ficam convocados os candidatos interessados (pessoalmente ou mediante procuração por instrumento público ou particular contendo poder específico para o ato, sendo necessário o reconhecimento de firma em cartório, pelo outorgante, com a devida apresentação de documento de identidade original daquele que efetuar a inscrição e escolha - candidato ou procurador) para inscrever-se na Chamada Pública e realizar a respectiva escolha de vagas, nos termos do Edital SEDUC Nº 005/2016, mediante apresentação na Secretaria de Educação do Município (SEDUC), situada na Rua Jonas Rauen, nº 53 E, Centro, Chapecó/SC, munidos da documentação estabelecida em item 5 do instrumento editalício mencionado (originais e cópia simples legível para conferência ou somente cópia autenticada em cartório de: Cédula de Identidade e CPF; Comprovante da habilitação; Comprovante de Tempo de Serviço no Magistério computado até 18 de dezembro de 2015, observado o disposto em subitem 3.1 do Edital SEDUC 005/2016 quanto à reserva de vagas para pessoas com deficiência), conforme Cronograma a seguir:

DATA	HORÁRIO DE INÍCIO	ÁREA DE ATUAÇÃO/DISCIPLINA
10/08/2016	13:20h	Educação Física
	14:00h	Arte
	14:40h	Ensino Religioso

### 2. DO QUADRO DE VAGAS:

ÁREA DE ATUAÇÃO/DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	TURNOS	UNIDADE ESCOLAR	PRAZO CONTRATAÇÃO
Educação Física	20	MAT/VESP	EBM DIOGO ALVES DA SILVA/EBM FEDELINO MACHADO DOS SANTOS	11/08 a 20/12/2016
	20	VESP	CEIM CARMEN ANTONIA BALBINOT PELIZZA	11/08 a 29/08/2016
Arte	20	MAT	EBM VICTOR MEIRELLES	11/08 a 20/12/2016
	20	MAT/VESP	EBM SEVERIANO ROLIN DE MOURA/EBM PADRE JOSÉ ANCHIETA	11/08 a 20/12/2016
Ensino Religioso	20	MAT/VESP	EBM FLORESTAN FERNANDES	11/08 a 20/12/2016
	10	MAT/VESP	EBM REALEZA	11/08 a 20/12/2016

2.1. As vagas apresentadas na referida Chamada Pública motivam-se pelo disposto em art. 2º, inciso II da Lei Complementar n. 531, de 23 de maio de 2014.

Município de Chapecó, 09 de agosto de 2016.

NEMÉSIO CARLOS DA SILVA  
Secretário de Educação



# Cocal do Sul

## PREFEITURA

### LEI N. 1.313

LEI Nº. 1.313, de 04 de agosto de 2016.

ALTERA REDAÇÃO DA EMENTA E DO ARTIGO 1º DA LEI N. 1.306, DE 01 DE JUNHO DE 2016, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu, ADEMIR MAGAGNIN. Prefeito Municipal de Cocal do Sul. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica alterada a redação da ementa, da Lei Municipal nº 1.306, de 01 de junho de 2016, passando a vigorar com a seguinte redação: "AUTORIZA O MUNICÍPIO A RECEBER EM DOAÇÃO, UM IMÓVEL RURAL, COM ÁREA DE 3.275,00M², MATRÍCULA MÃE N. 31.660, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Art. 2º O "caput" do artigo 1º da Lei Municipal nº 1.306, de 01 de junho de 2016, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a receber em doação um imóvel rural, com área de 3.275,00m² (três mil duzentos e setenta e cinco metros quadrados), situado na Estrada Segunda Linha Espanhola, neste Município, com as seguintes confrontações: Norte: 24,00m com a Estrada Segunda Linha Espanhola; Sul: 17,00m com a Estrada Segunda Linha Espanhola; Leste: 288,00m com Rudimar Meneguel(Mat. 14.877 – C.R.I. Urussanga) e 35,00m com a área desmembrada; Oeste: 338,89m com a área remanescente, devidamente registrado no Cartório de Registros de Imóveis de Urussanga sob a Matrícula Mãe nº 31.660 do Livro 02, Folha 01, de propriedade da Sra. Dalva Luzia Smielewski".

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 04 de agosto de 2016.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

## SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE COCAL DO SUL

### PREGÃO PRESENCIAL 14/2016

AVISO DE LICITAÇÃO. O SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto do Município de Cocal do Sul-SC, torna público, para conhecimento dos interessados, que às 09:00 horas do dia 24 de Agosto de 2016, realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL – TIPO MENOR PREÇO POR ITEM nº 14/2016, para aquisição de 2.500 kg de Cloro gás para tratamento de água, conforme descrição no Anexo I do edital. As propostas serão recebidas a partir desta data, encerrando-se o prazo de entrega às 09:00 horas do dia 24 de Agosto de 2016. A integral do Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Rua Lisboa, 520 – Bairro Jardim Bela Vista – Cocal do Sul-SC, pelo telefone (48)3447-6350, ou através do Site: [www.samaecocaldosul.sc.gov.br](http://www.samaecocaldosul.sc.gov.br). Cocal do Sul-SC, 08 de Agosto de 2016. Carla Cristina Possamai Della. Diretora do SAMAE



# Concórdia

## PREFEITURA

### EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 67/2016-PMC

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 67/2016

O Secretário Municipal de Finanças, torna público que ratificou o ato da Senhora Eliza Tebaldi Borsatti, Diretora Financeira, que declarou Dispensável a Licitação, nos termos do inciso II, do artigo 24 da Lei Federal n° 8.666/1993 e posteriores alterações, homologada em 05 de agosto de 2016, para a aquisição de 900 bobinas 80x20 térmica branca personalizada para impressão dos documentos operacionais da Polícia Militar - Requisição 001/2016 - Convênio 055/2016, conforme Lei 3.999 de 17/10/2008, a favor da empresa BALSISTEM COMERCIO E ASSISTENCIA TECNICA DE BALANÇAS LTDA - EPP no valor total de R\$ 1.620,00 (um mil, seiscentos e vinte reais).

JOAQUIM PEDRO DE BARROS BICCA NETO SEGUNDO

Secretário Municipal de Finanças

### TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE CHAMADA PÚBLICA N° : 1/2016

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE CHAMADA PÚBLICA N° : 1/2016

Cedente : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Autorizada : CENTRAL DAS COOPERATIVAS DA AGRICULTURA FAMILIAR / CECAF

Ato: Chamada Pública n° 04/2016

Objeto : A concessão para exploração de espaço para o Café Colonial no dia 30 de julho, e Restaurante para servir almoço durante a 31ª FENAL, a ser realizada no dia 31 de julho de 2016, junto ao Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana.

Vigência : Início: 30/07/2016 Término: 02/08/2016

Assinatura : 26/07/2016



**BALANÇO FINANCEIRO JULHO 2016-IPRECON****IPRECON - INSTITUTO PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**

Pág 1 / 2

Prestação de Contas  
AN TC-05 Balanço Financeiro  
Período de Referência: Julho / 2016



<b>BALANÇO FINANCEIRO</b>				
<b>INGRESSOS</b>				
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	
<b>Receita Orçamentária (I)</b>		<b>3.327.332,92</b>	<b>29.003.082,32</b>	
Ordinária		0,00	6.000,00	
Vinculada		3.327.332,92	28.997.082,32	
<b>Transferências Financeiras Recebidas (II)</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária		0,00	0,00	
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00	
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00	
<b>Recebimentos Extraorçamentários (III)</b>		<b>95.324,71</b>	<b>4.629.416,54</b>	
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados		(41.017,66)	26.782,40	
Inscrição de Restos a Pagar Processados		(1.159,53)	0,00	
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		137.501,90	1.395.623,58	
Outros Recebimentos Extraorçamentários		0,00	3.207.010,56	
<b>Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)</b>		<b>115.116.879,51</b>	<b>78.099.688,76</b>	
Caixa e Equivalentes de Caixa		17.451,46	42.476,13	
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		13.596,81	13.596,81	
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto prazo		115.085.831,24	78.043.615,82	
<b>TOTAL (V) = (I + II + III + IV)</b>		<b>118.539.537,14</b>	<b>111.732.187,62</b>	
<b>DISPÊNDIOS</b>				
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	
<b>Despesa Orçamentária (VI)</b>		<b>1.058.002,32</b>	<b>8.884.919,78</b>	
Ordinária		0,00	5.009,00	
Vinculada		1.058.002,32	8.879.910,78	
<b>Transferências Financeiras Concedidas (VII)</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária		0,00	0,00	
Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00	
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00	
<b>Pagamentos Extraorçamentários (VIII)</b>		<b>137.501,90</b>	<b>1.418.767,26</b>	
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		0,00	23.143,68	
Pagamentos de Restos a Pagar Processados		0,00	0,00	
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		137.501,90	1.395.623,58	
Outros Pagamentos Extraorçamentários		0,00	0,00	
<b>Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (IX)</b>		<b>117.344.032,92</b>	<b>101.428.500,58</b>	
Caixa e Equivalentes de Caixa		38.686,47	27.062,89	
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		13.596,81	13.596,81	

Identificador: WPR1491102-1735-QIQC-206354937 - Emitido por: ONEIDE BERTOLINI

IPM Sistemas Ltda

09/08/2016 11:20





IPRECON - INSTITUTO PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Prestação de Contas

AN TC-05 Balanço Financeiro

Período de Referência: Julho / 2016

Pág 2 / 2

DISPÊNDIOS			
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		117.291.749,64	101.387.840,88
TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)		118.539.537,14	111.732.187,62

Notas Explicativas

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável IPRECON - INSTITUTO PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, Data Emissão 08/08/2016, Hora emissão 11:20:28

Notas:

ONEIDE BERTOLINI  
Contadora  
CRC/SC 027.452/O-5

LUCILENE L. LAZZAROTTI  
Diretora-Presidente

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WPR1491102-1735-QIOC-208354937 - Emitido por: ONEIDE BERTOLINI

08/08/2016 11:20



# Cordilheira Alta

## PREFEITURA

### DECRETO N. 441/2016

DECRETO Nº 441/2016

"CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

#### DECRETA

Art. 1º Conceder 01 (um) dia, de licença para tratamento de saúde a servidora Municipal, a Sra. CINTIA BATISTA DE LIMA, ocupante do cargo de Assistente Social, com carga horária de 40h (quarenta horas) semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, de acordo com o atestado médico anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 08 de Agosto de 2016.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

### DECRETO N. 443/2016

DECRETO Nº 443/2016

"CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

#### DECRETA

Art. 1º Conceder 03 (três) dias, de licença para tratamento de saúde a servidora Municipal, a Sra. LOURDES MARIA GABRIEL MAGGIONI, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40h (quarenta horas) semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, de acordo com o atestado médico anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 08 de Agosto de 2016.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

### EXTRATO AO CONTRATO N. 40/2016

Extrato DO CONTRATO ADM N. 40/2016

Processo Administrativo n. 56/2016

Pregão Presencial n. 17/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA – SC

CONTRATADA: SPERANDIO S/A COMÉRCIO DE VEÍCULOS

Objeto: O objeto do presente contrato é Aquisição de peças e prestação de serviço para conserto do CAMINHÃO MERCEDES-BENZ, MODELO ATRON 2729, PLACA OKG-2655, conforme especificações constantes no Anexo "A" e "B" do edital, Lote 01.

VALOR: Pelo(a) fornecimento dos bens/prestação dos serviços, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA\* o valor total de R\$ 7.800,00 (sete mil e oitocentos reais).

VIGÊNCIA: O presente Contrato terá vigência até 31/12/2016, contados da data de sua assinatura.

RECURSOS: Proj/Atividade nº 2.011, previsto na Lei Orçamentária do Exercício de 2016.

Signatários: Alceu Mazzioni e Valdir Luiz Sperandio.

Cordilheira Alta, SC, em 07/07/2016.

### EXTRATO AO CONTRATO N. 41/2016

Extrato DO CONTRATO ADM N. 41/2016

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49/2016

TOMADA DE PREÇOS Nº 07/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA – SC

CONTRATADA: RINOVI CONSTRUTORA LTDA ME

Objeto: Contratação de empresa especializada para executar obra de construção de uma Capela Mortuária com área de 123,60m² na comunidade de Linha Bento Gonçalves, interior do Município de Cordilheira Alta – Item 01.

VALOR: O MUNICÍPIO pagará à CONTRATADA pela execução do objeto o preço certo e ajustado de R\$ 155.258,51 (cento e cinquenta e cinco mil duzentos e cinquenta e oito reais e cinquenta e um centavos).

VIGÊNCIA: O presente Contrato terá vigência até 31/12/2016, contados da data de sua assinatura.

RECURSOS: Projeto Atividade 1.029 – Modalidade de Aplicação 339000;

Signatários: Alceu Mazzioni e Ivonir Flores.

Cordilheira Alta, SC, em 11/07/2016.



**EXTRATO AO CONTRATO N. 42/2016**

Extrato DO CONTRATO ADM N. 42/2016

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 57/2016

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 29/2016

CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA – SC

CONTRATADA: SILVIA MAGGIONI TRESSOLDI

Objeto: É objeto desta contratação a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, 2º semestre de 2016.

Item	Especificação	Quant.	Unid.	Preço un	Preço Total
4	BOLACHA DE MANTEIGA, DEVIDAMENTE EMBALADA COM INFORMAÇÃO NUTRICIONALEINFORMAÇÕES DO FABRICANTE (KG)	140,00	kg	16,87	2361,80
5	BOLACHA DE MELADO, DEVIDAMENTE EMBALADA, COM INFORMAÇÃO NUTRICIONALEINFORMAÇÕES DO FABRICANTE	130,00	kg	17,28	2246,40
6	BOLACHA DE MILHO CASEIRA DEVIDAMENTE EMBALADA COM INFORMAÇÃO NUTRICIONALEINFORMAÇÕES DO FABRICANTE.	140,00	kg	16,28	2279,20
7	BOLACHA DOCE CASEIRA, DEVIDAMENTE EMBALADA COM INFORMAÇÃO NUTRICIONAL E ONFORMAÇÃO DO FABRICANTE.	180,00	kg	15,73	2831,40
12	CUCA C/ RECHEIO DE ABACAXI, DEVIDAMENTE EMBALADA(UN 700G) COM INFORMAÇÃO NUTRICIONALEINFORMAÇÕES DO FABRICANTE.	220,00	kg	15,90	3498,00
13	CUCA SIMPLES DEVIDAMENTE EMBALADA COM INFORMAÇÃO NUTRICIONALEINFORMAÇÕES DO FABRICANTE ( UNIDADE 700GR)	220,00	kg	11,63	2558,60

VALOR: Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, a CONTRATADA receberá o valor total de R\$ 15.775,40 (quinze mil setecentos e setenta e cinco reais e quarenta centavos).

VIGÊNCIA: O presente Contrato terá vigência até 31/12/2016, contados da data de sua assinatura.

RECURSOS: Projeto atividade: 2.017; Modalidade: 3.3.90;

Signatários: Alceu Mazzioni e Silvia Maggioni Tressoldi.

Cordilheira Alta, SC, em 29/07/2016.

**EXTRATO AO CONTRATO N. 43/2016**

Extrato DO CONTRATO ADM N. 43/2016

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 57/2016

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 29/2016

CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA – SC

CONTRATADA: COOPERATIVA ALTERNATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR

Objeto: É objeto desta contratação a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, 2º semestre de 2016.

Item	Especificação	Quant.	Unid.	Preço un	Preço Total
1	ABOBRINHA ITALIANA	130,00	kg	8,61	1.119,30
2	BATATA DOCE, LIVRE DE DANOS CAUSADO POR PRAGAS OU DOENÇAS E EM ESTÁGIO DE MATURAÇÃO PLENA	200,00	kg	4,02	804,00
3	BETERRABA SEM FOLHAS COM CASCA SÃO, SEM RUPTURAS, EM GRAU MÉDIO DE AMADURECIMENTO	150,00	kg	5,16	774,00
11	SUCO CONCENTRADO DE POLPA 2L, SABORES DIVERSOS	300,00	un	16,69	5.007,00

VALOR: Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, a CONTRATADA receberá o valor total de R\$ 7.704,30 (sete mil setecentos e quatro reais e trinta centavos).

VIGÊNCIA: O presente Contrato terá vigência até 31/12/2016, contados da data de sua assinatura.

RECURSOS: Projeto atividade: 2.017; Modalidade: 3.3.90.

Signatários: Alceu Mazzioni e Sandra Nespolo Bergamin.

Cordilheira Alta, SC, em 29/07/2016.

**EXTRATO RATIFICAÇÃO DE DISPENSA - PROCESSO 67/2016 - DISPENSA 31/2016 - GÊNEROS ALIMENTÍCIOS**

MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA

ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 31/2016

O Prefeito Municipal de Cordilheira Alta torna público que ratificou o ato do Sr. Rosalino Moresco, Secretário de Educação, que declarou dispensável a licitação, nos termos do inciso V, do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, homologada em 05 de Agosto de 2016, para aquisição de gêneros alimentícios, para provimento de alimentação escolar adequada para criança intolerante ao Glúten, referente ao segundo semestre de 2016, em razão de parecer da Nutricionista do Município e de laudo médico no valor total de R\$ 499,50 (quatrocentos e noventa e nove reais e cinquenta centavos).

Cordilheira Alta, 05 de Agosto de 2016.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal



**Correia Pinto****PREFEITURA****APOSTILAMENTO DE CONTRATO - ADITIVO DE VALOR - PROCESSO 34/2015 PMCP**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO  
EXTRATO DE CONTRATO - ADITIVO DE VALOR  
PREGÃO 34/2015 - DOM

EMPRESA: AP OESTE DISTRIBUIDORA DE COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - EPP  
CNPJ: 05.919.156/0001-94

O MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO SC, pessoa jurídica de direito público, CNPJ n.º 75.438.655/0001-45, com sede administrativa a Av. Duque de Caxias, 1569 na cidade de Correia Pinto, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. VÂNIO FORSTER, inscrito no CPF sob nº 664.496.859-72, resolve modificar unilateralmente os Contratos:

Contrato nº 451/2015 – FHMCP  
Contrato nº 452/2015 – FMAS  
Contrato nº 453/2015 – FMS  
Contrato nº 450/2015 – PMCP  
Contrato nº 454/2015 – FMEC  
Contrato nº 449/2015 – FUNREBOM

Objeto: O presente Termo de Apostilamento tem como objetivo a modificação unilateral dos contratos registrados e publicados, por parte da Administração, visando o reequilíbrio econômico financeiro dos itens a seguir:

Item 135 – leite integral longa vida 1L - R\$ 3,32

Ficam reajustados os valores em decorrência de repactuação concedida por parecer jurídico nº 0187/2016 PROGEM, de 27 de julho de 2016, com o despacho do Prefeito Municipal, passando a vigorar da respectiva data.

Eis que observado o disposto na Lei Federal nº 8.666/94, Capítulo III, Seção III, Da Alteração dos Contratos.

Vigência: 27/07/2016 à 31/12/2016

Correia Pinto/SC 09 de agosto de 2016  
VÂNIO FORSTER – Prefeito Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO - PROCESSO 02/2016 FHMCP**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO  
EXTRATO DE CONTRATO - DOM  
PROCESSO LICITATÓRIO - Nº 02/2016 FHMCP

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA A LAVANDERIA DO HOSPITAL FAUSTINO RISCAROLLI, CONFORME CONVÊNIO Nº 2016TR000286, PROCESSO Nº SES 12059/2016, ENTRE O ESTADO DE SANTA CATARINA, POR MEIO DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE E O MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO.

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa:

CLEAN TEC INDUSTRIA E COMERCIO DE PEÇAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA EPP

CNPJ: 12.410.573/0001-72

Instrumento: Contrato nº 555/2016

Item	Quant	Características	Preço Unit	Preço Total
1	1	LAVADORA EXTRATORA AUTOMÁTICA COM BARREIRA SANITÁRIA –(especificações na proposta)	74.000,00	74.000,00
TOTAL				74.000,00

Valor total: R\$ 74.000,00

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa:

TECNOWASH SUZUKI COMERCIAL DE MAQUINAS EIRELI

CNPJ: 07.131.544/0001-31

Instrumento: Contrato nº 556/2016

Item	Quant	Características	Preço Unit	Preço Total
2	1	CALANDRA DE ALTA PRODUÇÃO –(especificações na proposta)	14.500,00	14.500,00





3	1	SECADORA DE ROUPAS HOSPITALAR –(especificações na proposta)	18.000,00	18.000,00
TOTAL				32.500,00

Valor total: R\$ 32.500,00

Vigência: 02/08/2016 à 02/10/2016

Correia Pinto/SC 09 de Agosto de 2016.

VÂNIO FORSTER – Prefeito Municipal

### **EXTRATO DE CONTRATO - PROCESSO 17/2016 PMCP**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO LICITATÓRIO - Nº 17/2016 PMCP

Objeto: AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS, CONFORME CONTRATO DE REPASSE Nº 804819/2014, Processo 1019093-21/2014 PRONAT, ENTRE O MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO E A UNIÃO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, REPRESENTADO PELA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa:

AGROINDUSTRIAL FREITAS EIRELI ME

CNPJ: 21.344.856/0001-54

Instrumento: Contrato nº 549/2016 - Itens: 04 e 06

Valor total: R\$ 6.780,00

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa:

ALTAIR FABRO E CIA LTDA ME

CNPJ: 02.730.048/0001-80

Instrumento: Contrato nº 550/2016 - Item: 02

Valor total: R\$ 14.199,00

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa:

ANA CRISTINA Manjabosco epp

CNPJ: 10.688.308/0001-25

Instrumento: Contrato nº 551/2016 - Item: 03

Valor total: R\$ 18.500,00

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa:

MARCIO MARCELO ZIMMERMAN E CIA LTDA

CNPJ: 10.839.707/0001-40

Instrumento: Contrato nº 554/2016 - Itens: 07 e 09

Valor total: R\$ 10.690,00

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa:

INDUSTRIA MECANICA KNAPIK LTDA EPP

CNPJ: 07.744.271/0001-14

Instrumento: Contrato nº 553/2016 - Item: 08

Valor total: R\$ 12.000,00

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa:

COOPERATIVA DE PRODUTOS RURAIS DE URUBICI

CNPJ: 06.336.545/0001-50

Instrumento: Contrato nº 552/2016 - Itens: 01 e 05

Valor total: R\$ 12.260,00

Vigência: 01/08/2016 à 31/12/2016

Correia Pinto/SC 09 de Agosto de 2016.

VÂNIO FORSTER – Prefeito Municipal



**EXTRATO DE CONTRATO - PROCESSO 19/2016 PMCP**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO  
PROCESSO LICITATÓRIO N. 19/2016 - PMCP  
EXTRATO DE CONTRATO

## Instrumentos:

Contrato nº 545/2016 PMCP;  
Contrato nº 543/2016 FMS;  
Contrato nº 547/2016 FMEC;  
Contrato nº 544/2016 FMAS;  
Contrato nº 542/2016 FHM;  
Contrato nº 546/2016 FUNREBOM.

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL HABILITADO/EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ELETRICISTA PARA ATENDER A DIVERSOS SETORES, SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES DO MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO.

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa:  
RAMALUZ LTDA ME - CNPJ: 08.962.222/0001-05.

Processo Licitatório nº 19/2016 PMCP – Pregão Presencial

Item	Quant.	Características	Preço Unit.	Preço Total
01	1.000	CHAMADA DE SERVIÇOS DE ELETRICISTA PARA ATENDER DIVERSOS SETORES, SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES.	36,5615	36.561,50
02	2.500	HORA ADICIONAL DE SERVIÇOS DE ELETRICISTA PARA ATENDER DIVERSOS SETORES, SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES.	29,1754	72.938,50
TOTAL				109.500,00

Valor total: R\$ 109.500,00

Vigência: 27/07/2016 a 31/12/2016

Correia Pinto/SC 09 de agosto de 2016.  
VÂNIO FORSTER  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO - PROCESSO 20/2016 PMCP**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO  
EXTRATO DE CONTRATO - DOM  
PROCESSO LICITATÓRIO N. 20/2016 - PMCP

Instrumento: Contrato nº 557/2016 PMCP;

Objeto: AQUISIÇÃO DE TECIDOS E AVIAMENTOS PARA A CONFECÇÃO DA ROUPA DA BANDA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO.

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa:  
SUPERA UNIFORMES, INDÚSTRIA E COMERCIO TEXTIL LTDA EPP  
CNPJ: 82.112.475/0001-34

Processo Licitatório nº 20/2016 PMCP – Pregão Presencial

Item	Descrição do Produto	Qtde.	Un.	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)
1	Gabardine branco	50	metro	17,70	885,00
2	Gabardine vermelho	300	metro	17,70	5.310,00
3	Gabardine azul	77	metro	17,70	1.362,90
4	Veludo molhado	20	metro	28,20	564,00
5	Botões dourados	600	unidade	0,90	540,00
6	Suplex energy	40	metro	19,20	768,00
7	Fita dourada	375	metro	3,70	1.387,50



8	Renda com brilho	16	metro	87,00	1.392,00
9	Cartela de strass	20	unidade	6,60	132,00
10	Rede para cabelo	20	unidade	1,80	36,00
11	Voal branco	50	metro	8,40	420,00
12	Voal vermelho	50	metro	8,40	420,00
13	Voal laranja	50	metro	8,40	420,00
14	Voal preto	50	metro	8,40	420,00
15	Total Geral				14.057,40

Valor total: R\$ 14.057,40

Vigência: 03/08/2016 a 31/08/2016

Correia Pinto/SC 09 de agosto de 2016.

VÂNIO FORSTER

Prefeito Municipal



# Corupá

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 3874/16

PORTARIA Nº 3874/16

LICENCIA O SR. JONEY CICERO MOROZINI, DO CARGO DE ASSISTENTE ADMINISTRATIVO.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com o Art. 95-D da Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009 (criado pela LC 039/2013), e

Considerando o pedido de licença não remunerada formulado pelo servidor Joney Cícero Morozini;

Considerando o disposto no Art. 38 da Constituição Federal:

Art. 38. Ao servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo, aplicam-se as seguintes disposições:

I - tratando-se de mandato eletivo federal, estadual ou distrital, ficará afastado de seu cargo, emprego ou função;

II - investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração;

III - investido no mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, e, não havendo compatibilidade, será aplicada a norma do inciso anterior;

IV - em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento;

V - para efeito de benefício previdenciário, no caso de afastamento, os valores serão determinados como se no exercício estivesse.

Considerando que, devido a atividades temporárias, no exercício da vereança, existe incompatibilidade de horários para o exercício da função pública e do mandato eletivo.

#### RESOLVE:

Art. 1º - Fica licenciado o SR. JONEY CÍCERO MOROZINI, do cargo de Assistente Administrativo, nomeado pela Portaria nº 573/2008, pelo período em que houver incompatibilidade de horários para o exercício da função pública e do mandato eletivo, nos termos do Art 38, II e III da Constituição Federal.

Art. 2º- A licença não será remunerada, e enquanto perdurar a licença não será considerado para qualquer efeito de vantagem pessoal, para contagem de triênio ou tempo para aposentadoria.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 04 de agosto de 2016.

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.



# Curitibanos

## PREFEITURA

### **EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 35/2016**

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 35/2016

O Fundo Municipal de Educação de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a AQUISIÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS PARA USO NO CEI IRMÃ IRENE E SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CONFORME ANEXO I DESTES EDITAIS. Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 19/08/2016, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 14:00 horas do dia 19/08/2016, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de expediente e na página da Prefeitura [www.curitibanos.sc.gov.br](http://www.curitibanos.sc.gov.br).

Curitibanos, 05 de Agosto de 2016.

Joelma Aparecida Vargas

Presidente do Fundo



# Dionísio Cerqueira

## PREFEITURA

### RESULTADOS LICITAÇÕES 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIONÍSIO CERQUEIRA.

O Fundo Municipal de Saúde Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado do Processo Licitatório 053/2016 - Pregão 053-2016 FMS - Objeto: Aquisição materiais odontológicos para o Fundo Municipal de Saúde... Vencedores: Damedí – Dambrós Com.de Medic. Ltda.– Valor R\$ 1.677,50 – Amarildo Baseggio Cia Ltda. -ME Valor 2.670,00 – Dental Oeste – Eirelli – Valor R\$ 2.148,00.- Fusão Com.de Prod. Odontolog, Ltda –ME – Valor R\$ 2.712,34 – Possato & Possato Ltda –ME – Valor R\$ 2.132,70 – Dental Schow Com. de Prod. Odontológicos e Hospit. Ltda- Valor R\$ 2.573,99

Dionísio Cerqueira - 08/08/2016.

Elsa S. de Paula dos Santos – Gestora do FMS.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA.

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado do Processo Licitatório 105/2016 - Pregão 105-2016 PMDC - Objeto: Prestação de serviços gráficos para impressão de formulários contínuos de notas de produtor rural para a Secretaria de Agricultura do Município.... Vencedor: Gráfica Barozzi Ltda. - Valor R\$ 5.100,00 .Dionísio Cerqueira - 08/08/2016.

Altair Rittes – Prefeito Municipal.



# Faxinal dos Guedes

## PREFEITURA

### CONTRATOS DIVERSOS\_1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

#### EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n.º 0105/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes

Contratado: Borracharia Padilha Ltda Me

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de borracharia para o município de Faxinal dos Guedes.

Valor: R\$ 28.470,00 (vinte e oito mil quatrocentos e setenta reais)

Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0042/2016, na Modalidade Pregão Presencial nº 0028/2016.

Faxinal dos Guedes, SC, em 08 de agosto de 2016.

DERLY JOSÉ TAFFAREL

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

#### EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n.º 0106/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes

Contratado: João Henrique Santim e Cia Ltda Me

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de borracharia para o município de Faxinal dos Guedes.

Valor: R\$ 58.630,00 (cinquenta e oito mil seiscentos e trinta reais)

Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0042/2016, na Modalidade Pregão Presencial nº 0028/2016.

Faxinal dos Guedes, SC, em 08 de agosto de 2016.

DERLY JOSÉ TAFFAREL

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA



# Flor do Sertão

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO Nº. 1056/2016

AVISO DE LICITAÇÃO – Pregão – Registro de Preços

PROCESSO LICITATÓRIO nº. 1056/2016

MODALIDADE: Pregão Presencial – Registro de Preços nº. 21/2016

CRITÉRIOS DE JULGAMENTO: Menor preço – Global

OBJETO. A presente licitação tem por objeto a AQUISIÇÃO DE PEÇA E SERVIÇO DE MÃO DE OBRA MECÂNICA PARA MANUTENÇÃO E CONserto DO CAMINHÃO CAÇAMBA MERCEDES-BENZ PLACA QHC 2975.

A íntegra do edital estará à disposição dos interessados a partir do dia 09 de agosto de 2016, em horário comercial, junto ao departamento de compras no Centro Administrativo Municipal sito a Avenida Flor do Sertão nº. 696, centro, Flor do Sertão – SC.

DATA: Os interessados poderão entregar a declaração de que cumprem com os requisitos de habilitação e os envelopes com os documentos e as propostas de preços na sala de licitações junto ao prédio da Prefeitura Municipal no endereço acima mencionado, até às 14:00 horas do dia 19 de agosto de 2016. A abertura da sessão para a realização do certame será às 14:01 horas do mesmo dia. Não havendo expediente na data marcada para realização da sessão será a mesma adiada para o primeiro dia útil subsequente, mantidos o mesmo local e horário.

LEGISLAÇÃO: A presente licitação está legalmente vinculada à Lei Federal nº. 10.520 de 17 de julho de 2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores.

Flor do Sertão – SC, aos 04 dias do mês de agosto de 2016.

ROGERIO PERIN		DIOGO DE BEM
CPF: 024.900.719-39		CPF: 010.389.549-32
PREFEITO MUNICIPAL		PREGOEIRO OFICIAL

### CONTRATO Nº. 059/2016

CONTRATO Nº. 059/2016

CREDENCIAMENTO Nº 02/2015

O MUNICÍPIO DE Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Flor do Sertão, 696, centro, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.566.621/0001-08 neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Rogério Perin, brasileiro, casado, residente e domiciliado no município de Flor do Sertão, inscrito no CPF sob o Nº 024.900.719-39, doravante denominado CREDENCIANTE, e a empresa JUARES FERREIRA DA SILVA - ME, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Avenida Sul Brasil, nº. 583, na cidade de Maravilha – SC, inscrita no CNPJ sob nº 00.245.916/0001-01, neste ato representado por seu Sócio Administrador, Sr. Juares Ferreira da Silva, brasileiro, do comércio, inscrito no CPF nº 741.968.479-00, portador da Cédula de Identidade nº 2654350, doravante denominada CREDENCIADA, têm justo e acordado este Termo de Credenciamento, em conformidade com a Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, e mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Contrato tem por objetivo CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA FORNECIMENTO DE LENTES E ARMAÇÕES PARA ÓCULOS DE GRAU PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE PARA O ANO DE 2016.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR

O valor a ser pago pelo Município por lentes e armações será conforme abaixo:

#### VISÃO SIMPLES

ITEM	UNIDADE		VALOR UNITÁRIO
01	UND	VS LENTE ORGÂNICA	R\$ 100,00
02	UND	VS LENTE ANTI - REFLEXO	R\$ 100,00

#### ARMAÇÕES DE ÓCULOS

ITEM	UNIDADE	DESCRIÇÃO DO OBJETO	VALOR UNITÁRIO
01	UND	ARMAÇÃO	R\$ 100,00

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E PRAZO

Os produtos e serviços serão realizados na sede da empresa, conforme necessidade do município, e mediante Autorização da Secretaria Municipal de Saúde.



O prazo de vigência do Termo de Credenciamento começa a contar de sua assinatura até o dia 31 de dezembro de 2016, podendo ser renovado ou prorrogado por iguais períodos até o prazo Máximo de 60 meses, nos termos no artigo 57, Inciso II, da Lei 8.666/93, havendo interesse das partes.

#### CLÁUSULA QUARTA - DA FORMA E DO PRAZO DO PAGAMENTO

Os produtos contratados por este Termo de Credenciamento serão pagos, de acordo com a quantidade de produtos entregues, acompanhada de Nota Fiscal de Prestação de Serviço.

Os valores serão pagos a CREDENCIADA, junto à tesouraria do Município ou em conta corrente em nome da Credenciada.

#### CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

I - O credenciamento caracteriza uma relação contratual de aquisição de produtos;

II - O CREDENCIADO deverá manter, durante a vigência deste Termo às condições de habilitação exigidas para a sua celebração;

III - Todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do serviço serão de exclusiva responsabilidade da Credenciada.

IV - É vedado:

a) Não poderá fazer parte do quadro social ou de empregados da CREDENCIADA, sob pena de rescisão deste Termo, servidor público, contratado sob qualquer título; ocupante de cargo eletivo ou com registro oficial de candidatura a cargo no Município CREDENCIANTE;

b) A transferência dos direitos e obrigações decorrentes desse Termo.

#### CLÁUSULA SEXTA - DA FISCALIZAÇÃO

O CREDENCIANTE realizará, subsidiariamente, fiscalização dos serviços decorrentes desse Termo.

Fica como responsável pela fiscalização dos Serviços deste Contrato a Secretaria da Saúde – Maristela Valer.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Para contratação do objeto desta licitação os recursos previstos correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

103010012.2.022000 – Manutenção de Atividades de Saúde Pública.

3.3.90.32.99.0000 – Outros Materiais de Distribuição Gratuita

#### CLÁUSULA OITAVA - DA VINCULAÇÃO

Este Termo de Credenciamento está vinculado ao Edital de Credenciamento nº 02/2015, para todos os efeitos legais e jurídicos, aqueles consignados na Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

#### CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

A rescisão deste Termo poderá se dar numa das seguintes hipóteses:

a) pela ocorrência de seu termo final;

b) por solicitação do CREDENCIADO;

c) por acordo entre as partes;

d) unilateral, pelo CREDENCIANTE, após o devido processo legal, no caso de descumprimento de condição estabelecida no edital ou no Termo de Credenciamento.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Maravilha - SC, para dirimir as dúvidas oriundas deste Termo, quando não solvidas administrativamente.

E, por estarem justos e acordados, assinam o presente Termo, em cinco vias de igual teor e forma.

Flor do Sertão (SC), aos 08 dias do mês de agosto de 2016.

ROGÉRIO PERIN		JUARES FERREIRA DA SILVA
CPF: 024.900.719-39		CPF: 741.968.479-00
CREDENCIANTE		CREDENCIADO
DIOGO DE BEM		LEANDRO NEUHAUS
CPF: 010.389.549-32		CPF: 015.634.579-03
TESTEMUNHA		TESTEMUNHA



# Forquilha

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 47/PMF/2016-REFERENTE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 116/PMF/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 47/PMF/2016  
(Referente Pregão Presencial nº. 116/PMF/2016)

A PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, com sede na Avenida 25 de julho, 3400 - Paço Municipal 26 DE ABRIL – FORQUILHINHA/SC, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes/MF sob o No. 81.531.162/0001-58, neste ato representado pelo Sr. JOSÉ RICARDO JUNKES, Prefeito Municipal em Exercício, portador da Cédula de Identidade nº 3.377.640-7 e inscrito no CPF sob o nº 040.294.429-19, ora denominado ÓRGÃO GERENCIADOR e a empresa:

1. JR CONSTRUÇÕES E TERRAPLANAGEM LTDA EPP, CNPJ/MF nº 05.895.635/0001-18 estabelecida na Rodovia Paulino Burigo, em Içara, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Claudio Rodrigues de Cordova, brasileiro, CI 2.366.628, CPF 689.191.589-91;

Doravante denominada DETENTORA DA ATA nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, Lei Federal 10.520/2002, Decreto Municipal 53/2013 e demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº. 116/PMF/2016, para REGISTRO DE PREÇOS, segundo as cláusulas e condições a seguir:

#### Cláusula Primeira – Do Objeto

1. A presente ATA tem por objetivo estabelecer cláusulas e condições gerais para REGISTRAR PREÇO para aquisição de materiais de construção (madeira) para uso na manutenção das diversas secretarias do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.

#### Cláusula Segunda – Dos preços Registrados

1. Os valores unitários dos bens registrados nesta ata são OS CONSTANTES NA PLANILHA EM ANEXO e estão disponíveis no site [www.forquilha.sc.gov.br](http://www.forquilha.sc.gov.br)

#### Cláusula Terceira – Do Prazo, Condições e Local de Entrega

1. A DETENTORA DA ATA, quando solicitada pelo setor competente do Município, deverá atender às seguintes exigências:

1.1. Fornecer e entregar o objeto desta ATA, parceladamente, de acordo com as necessidades do Município de Forquilha, dentro das especificações e quantitativos solicitados, sempre através de requisições previamente emitidas.

1.2. O objeto será solicitado de acordo com a necessidade do Município de Forquilha.

1.3. O prazo e o local de entrega constarão expressamente nas requisições que deverá ser rigorosamente cumprido, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste contrato.

1.4. O prazo de entrega a ser exigido nas requisições será de no máximo 48 (quarenta e oito) horas a partir da data de recebimento das mesmas.

2. O objeto será transportado por conta e risco da CONTRATADA,

dentro das normas técnicas de transporte e segurança exigidas na forma da Lei vigente, e entregues em perfeitas condições de uso, nos locais pré-determinados nas requisições em todo o território do Município de Forquilha.

3. O setor competente do município terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para processar a conferência dos produtos entregues, ou serviços executados, lavrando o termo de recebimento definitivo ou notificando a CONTRATADA para substituição do produto entregue em desacordo com as especificações exigidas.

3.1. Na hipótese de não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pela CONTRATADA no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contados da notificação da não aceitação, para reposição num prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo se verificarem vícios defeitos ou incorreções.

5. Nos casos da CONTRATADA não entregar o objeto de acordo com as especificações exigidas ou se negar a fazer a substituição dos produtos ou serviços não aceitos, a pessoa responsável pelo recebimento lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade competente, sob pena de responsabilidade.

6. O objeto somente será considerado devidamente aceito após analisado e aprovado pelo órgão competente do Município de Forquilha, com base nas exigências previstas no Edital e de acordo com a proposta da CONTRATADA, que independentemente de transcrição fazem parte integrante desta ata de registro de preços.

7. A existência de preços registrados não obriga a administração a firmar as contratações e adquirir os produtos e serviços registrados.

#### Cláusula Quarta – Da Vigência e Revisão de Preços

1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecendo as disposições contidas no artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e Decreto Municipal 53/2013.

2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

3. O prazo de validade da ata de registro de preços será por um período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada, nos termos da lei vigente, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa para o Município.

#### Cláusula Quinta – Da Forma e Condições de Pagamento

1. O pagamento pelos materiais efetivamente fornecidos e aceitos será feito em até 30 (trinta) dias após a data do CERTIFICADO na Nota Fiscal/Fatura, através de Ordem Bancária ou na tesouraria da Secretaria de Administração e Finanças do CONTRATANTE.

1.1. A aprovação da Nota Fiscal/Fatura eletrônica se dará mediante



o "CERTIFICADO" pelo responsável do Município de Forquilha, autorizado para o recebimento, devidamente assinado, datado e com aposição do respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferidas as quantidades e valores.

1.2. Na Nota Fiscal/Fatura eletrônica deverá constar necessariamente o número do processo licitatório e o número da Autorização de Fornecimento.

1.3. O prazo de pagamento previsto no item acima, só vencerá em dia de expediente normal, na cidade de Forquilha/SC, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil.

3. O CONTRATANTE não efetuará aceite de títulos negociados com terceiros, isentando-se quaisquer consequências surgidas e responsabilizando a CONTRATADA por perdas e danos em decorrência de tais transações.

4. O CONTRATANTE não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste contrato.

5. A quantidade dos produtos determinados no cláusula segunda deste contrato, para efeito de pagamento, deverá ser considerada apenas como prevista, não importando em obrigação do Município de Forquilha, de autorizar seu fornecimento integral, respeitados os limites de acréscimo e/ou supressão previstos no art. 65, parágrafo 1º, da Lei Nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 e alterações subsequentes.

#### Cláusula Sexta – Da Autorização para Aquisição

1. A aquisição do objeto da presente Ata de registro de Preços, será autorizado, em cada caso, pelo Órgão Gerenciador, sendo obrigatório informar ao setor de compras os quantitativos das aquisições.

1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

1.2. A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador, do registro de preços, será formalizada por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento equivalente, conforme disposto no art. 62 da Lei nº. 8.666/93.

#### Cláusula Sétima – Das Obrigações

1. Do Município:

1.1. Atestar as notas fiscais a efetiva entrega do objeto desta ata;

1.2. Aplicar à DETENTORA DA ATA penalidade, quando for o caso;

1.3. Prestar à DETENTORA DA ATA toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do objeto deste instrumento;

1.4. Efetuar o pagamento à detentora da ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal no setor competente;

1.5. Notificar, por escrito, à detentora da ata da aplicação de qualquer sanção.

2. Da Detentora da Ata:

2.1. Fornecer o objeto de acordo com as especificações contidas nesta ata, bem como no edital e seus anexos;

2.2. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos.

2.3. Manter durante a vigência desta ata, as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação;

2.4. Fornecer o objeto registrado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta, edital e anexos;

2.5. Fornecer os produtos/executar os serviços dentro dos padrões exigidos nesta ata, no edital de licitação e seus anexos.

#### Cláusula Oitava – Das penalidades e Sanções

1. A licitante que deixar de entregar documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

2. Em caso de inexecução do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante):

a) de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor global do contrato, limitada a 10% do mesmo valor, entendendo-se como atraso a não entrega equipamento no prazo total compreendido pelo prazo contratual de entrega estabelecido neste instrumento.

b) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada na alínea "a" deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.

c) de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, pela recusa em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 02 (dois) dias úteis que se seguirem à data da comunicação formal do defeito;

d) de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso do produto não serem entregues a partir da data apazada.

4. No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

5. No caso de suspensão do direito de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

6. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

7. Da penalidade aplicada caberá recurso por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito, nos termos do artigo 109, da Lei Nº 8.666/93 e alterações subsequentes.

#### Cláusula Nona – Do Cancelamento da Ata de Registro de Preços

1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela administração, quando:

1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata;

1.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;



1.3. A detentora não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;  
1.4. Tiver presentes razões de interesse público devidamente demonstrados e justificados pela administração;

2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurando o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador do município.

3. A comunicação do cancelamento do preço registrado será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação em Jornal de Circulação Municipal, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da administração, quando comprovada a ocorrência das hipóteses previstas no art. 78, incisos XII a XVI, da Lei Federal 8.666/93 e Alterações.

5. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à administração a aplicação das penalidades previstas neste instrumento, caso não aceitas as razões do pedido.

#### Cláusula Décima – Da Dotação Orçamentária

1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações orçamentárias dos exercícios correspondentes.

#### Cláusula Décima Primeira – Das Disposições Finais

1. Integra esta Ata de Registro de Preços, o Edital de Pregão Presencial nº. 116/PMF/2016, seus anexos e a proposta da Detentora desta ata.

2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93, suas alterações, com as disposições da Lei Federal 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal nº. 53/2013, no que não colidir as normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do direito.

#### Cláusula Décima Segunda Do Foro

1. Elegem as partes contratadas o Foro da Comarca de Forquilha, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas deste contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

2. E, por assim estarem justas e contratadas, as partes por seus representantes legais assinam o presente feito em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes.

Forquilha/SC, 02 de agosto de 2016.

MUNICÍPIO DE FORQUILHA  
JOSÉ RICARDO JUNKES  
Prefeito Municipal em Exercício  
JR CONSTRUÇÕES E TERRAPLANAGEM LTDA EPP  
Empresa Detentora da Ata  
Representante Legal: Claudio Rodrigues de Cordova  
CPF: 689.191.589-91;

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 48/PMF/2016-REFERENTE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 117/PMF/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 48/PMF/2016  
(Referente Pregão Presencial nº. 117/PMF/2016)

A PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHA, com sede na Avenida 25 de julho, 3400 - Paço Municipal 26 DE ABRIL – FORQUILHA/SC, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes/MF sob o No. 81.531.162/0001-58, neste ato representado pelo Sr. JOSÉ RICARDO JUNKES, Prefeito Municipal em Exercício, portador da Cédula de Identidade nº 3.377.640-7 e inscrito no CPF sob o nº 040.294.429-19, ora denominado ÓRGÃO GERENCIADOR e a empresa:

1. MODELO PNEUS LTDA, CNPJ/MF nº 94.510.682/0001-26 estabelecida na Rua Mal. Humberto Castelo Branco, nº 56, em Bento Gonçalves/RS, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Igelso Ludovico Cecon, CI 5019027035, CPF 102.757.970-15;

Doravante denominada DETENTORA DA ATA nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, Lei Federal 10.520/2002, Decreto Municipal 53/2013 e demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº. 117/PMF/2016, para REGISTRO DE PREÇOS, segundo as cláusulas e condições a seguir:

#### Cláusula Primeira – Do Objeto

1. A presente ATA tem por objetivo estabelecer cláusulas e condições gerais para REGISTRAR PREÇO para a aquisição de pneus, a fim de atender as necessidades de diversas secretarias do Município de Forquilha/SC, para futuras aquisições.

#### Cláusula Segunda – Dos preços Registrados

1. Os valores unitários dos bens registrados nesta ata são OS CONSTANTES NA PLANILHA EM ANEXO e estão disponíveis no site [www.forquilha.sc.gov.br](http://www.forquilha.sc.gov.br)

#### Cláusula Terceira – Do Prazo, Condições e Local de Entrega

1. A DETENTORA DA ATA, quando solicitada pelo setor competente do Município, deverá atender às seguintes exigências:

1.1. Fornecer e entregar o objeto desta ATA, parceladamente, de acordo com as necessidades do Município de Forquilha, dentro das especificações e quantitativos solicitados, sempre através de requisições previamente emitidas.

1.2. O objeto será solicitado de acordo com a necessidade do Município de Forquilha.

1.3. O prazo e o local de entrega constarão expressamente nas requisições que deverá ser rigorosamente cumprido, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste contrato.

1.4. O prazo de entrega a ser exigido nas requisições será de no máximo 10 (dez) dias a partir da data de recebimento das mesmas.

2. O objeto será transportado por conta e risco da CONTRATADA, dentro das normas técnicas de transporte e segurança exigidas na forma da Lei vigente, e entregues em perfeitas condições de uso, nos locais pré-determinados nas requisições em todo o território do Município de Forquilha.

3. O setor competente do município terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para processar a conferência dos produtos entregues, ou serviços executados, lavrando o termo de recebimento



definitivo ou notificando a CONTRATADA para substituição do produto entregue em desacordo com as especificações exigidas.

3.1. Na hipótese de não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pela CONTRATADA no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contados da notificação da não aceitação, para reposição num prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo se verificarem vícios defeitos ou incorreções.

5. Nos casos da CONTRATADA não entregar o objeto de acordo com as especificações exigidas ou se negar a fazer a substituição dos produtos ou serviços não aceitos, a pessoa responsável pelo recebimento lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade competente, sob pena de responsabilidade.

6. O objeto somente será considerado devidamente aceito após analisado e aprovado pelo órgão competente do Município de Forquilha, com base nas exigências previstas no Edital e de acordo com a proposta da CONTRATADA, que independentemente de transcrição fazem parte integrante desta ata de registro de preços.

7. A existência de preços registrados não obriga a administração a firmar as contratações e adquirir os produtos e serviços registrados.

#### Cláusula Quarta – Da Vigência e Revisão de Preços

1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecendo as disposições contidas no artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e Decreto Municipal 53/2013.

2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

3. O prazo de validade da ata de registro de preços será por um período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada, nos termos da lei vigente, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa para o Município.

#### Cláusula Quinta – Da Forma e Condições de Pagamento

1. O pagamento pelos materiais efetivamente fornecidos e aceitos será feito em até 30 (trinta) dias após a data do CERTIFICADO na Nota Fiscal/Fatura, através de Ordem Bancária ou na tesouraria da Secretaria de Administração e Finanças do CONTRATANTE.

1.1. A aprovação da Nota Fiscal/Fatura eletrônica se dará mediante o "CERTIFICADO" pelo responsável do Município de Forquilha, autorizado para o recebimento, devidamente assinado, datado e com aposição do respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferidas às quantidades e valores.

1.2. Na Nota Fiscal/Fatura eletrônica deverá constar necessariamente o número do processo licitatório e o número da Autorização de Fornecimento.

1.3. O prazo de pagamento previsto no item acima, só vencerá em dia de expediente normal, na cidade de Forquilha/SC, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil.

3. O CONTRATANTE não efetuará aceite de títulos negociados com terceiros, isentando-se quaisquer consequências surgidas e responsabilizando a CONTRATADA por perdas e danos em decorrência de tais transações.

4. O CONTRATANTE não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste contrato.

5. A quantidade dos produtos determinados no cláusula segunda deste contrato, para efeito de pagamento, deverá ser considerada apenas como prevista, não importando em obrigação do Município de Forquilha, de autorizar seu fornecimento integral, respeitados os limites de acréscimo e/ou supressão previstos no art. 65, parágrafo 1º, da Lei Nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 e alterações subsequentes.

#### Cláusula Sexta – Da Autorização para Aquisição

1. A aquisição do objeto da presente Ata de registro de Preços, será autorizado, em cada caso, pelo Órgão Gerenciador, sendo obrigatório informar ao setor de compras os quantitativos das aquisições.

1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem está delegar a competência para tanto.

1.2. A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador, do registro de preços, será formalizada por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento equivalente, conforme disposto no art. 62 da Lei nº. 8.666/93.

#### Cláusula Sétima – Das Obrigações

##### 1. Do Município:

1.1. Atestar as notas fiscais a efetiva entrega do objeto desta ata;

1.2. Aplicar à DETENTORA DA ATA penalidade, quando for o caso;

1.3. Prestar à DETENTORA DA ATA toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do objeto deste instrumento;

1.4. Efetuar o pagamento à detentora da ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal no setor competente;

1.5. Notificar, por escrito, à detentora da ata da aplicação de qualquer sanção.

##### 2. Da Detentora da Ata:

2.1. Fornecer o objeto de acordo com as especificações contidas nesta ata, bem como no edital e seus anexos;

2.2. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos.

2.3. Manter durante a vigência desta ata, as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação;

2.4. Fornecer o objeto registrado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta, edital e anexos;

2.5. Fornecer os produtos/executar os serviços dentro dos padrões exigidos nesta ata, no edital de licitação e seus anexos.

#### Cláusula Oitava – Das penalidades e Sanções

1. A licitante que deixar de entregar documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

2. Em caso de inexecução do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita



às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante):

a) de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor global do contrato, limitada a 10% do mesmo valor, entendendo-se como atraso a não entrega equipamento no prazo total compreendido pelo prazo contratual de entrega estabelecido neste instrumento.

b) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada na alínea "a" deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.

c) de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, pela recusa em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 02 (dois) dias úteis que se seguirem à data da comunicação formal do defeito;

d) de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso do produto não serem entregues a partir da data aprazada.

4. No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

5. No caso de suspensão do direito de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

6. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

7. Da penalidade aplicada caberá recurso por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito, nos termos do artigo 109, da Lei Nº 8.666/93 e alterações subsequentes.

#### Cláusula Nona – Do Cancelamento da Ata de Registro de Preços

1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela administração, quando:

- 1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata;
- 1.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;
- 1.3. A detentora não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- 1.4. Tiver presentes razões de interesse público devidamente demonstrados e justificados pela administração;

2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurando o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador do município.

3. A comunicação do cancelamento do preço registrado será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação em Jornal de Circulação Municipal, considerando-se cancelado o

preço registrado a partir da publicação.

4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da administração, quando comprovada a ocorrência das hipóteses previstas no art. 78, incisos XII a XVI, da Lei Federal 8.666/93 e Alterações.

5. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à administração a aplicação das penalidades previstas neste instrumento, caso não aceitas as razões do pedido.

#### Cláusula Décima – Da Dotação Orçamentária

1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações orçamentárias dos exercícios correspondentes.

#### Cláusula Décima Primeira – Das Disposições Finais

1. Integra esta Ata de Registro de Preços, o Edital de Pregão Presencial nº. 117/PMF/2016, seus anexos e a proposta da Detentora desta ata.

2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93, suas alterações, com as disposições da Lei Federal 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal nº. 53/2013, no que não colidir as normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do direito.

#### Cláusula Décima Segunda Do Foro

1. Elegem as partes contratadas o Foro da Comarca de Forquilha, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas deste contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

2. E, por assim estarem justas e contratadas, as partes por seus representantes legais assinam o presente feito em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes.

Forquilha/SC, 08 de agosto de 2016.

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

JOSÉ RICARDO JUNKES

Prefeito Municipal em Exercício

MODELO PNEUS LTDA

Empresa Detentora da Ata

Representante Legal: Igelso Ludovico Cecon

CPF: 102.757.970-15;

#### **AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 15/ FMS/2016.**

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 15/FMS/2016.

OBJETIVO: A presente licitação tem por objetivo a contratação de empresas para aquisição de medicamentos, para atendimento as unidades da rede municipal de saúde de Forquilha/SC.

DATA DE ABERTURA: Dia 23 de agosto de 2016 às 08:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede



da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 as 13:00 horas, ou por e-mail: editais@forquilha.sc.gov.br ou <http://www.forquilha.sc.gov.br/>

Forquilha, 08 de agosto de 2016.  
ÉRIKA DE LUCA TISCOSKI BACK  
Pregoeira

**PREGÃO PRESENCIAL N° 71/2016 PMF - ATA DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS 28/2016**

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrado os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 71/2016 PMF - Ata do Sistema de Registro de Preços 28/2016 – PMF - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO REGISTRAR PREÇO para aquisição de materiais de construção para uso na manutenção das diversas secretarias do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO [WWW.FORQUILHA.SC.GOV.BR](http://WWW.FORQUILHA.SC.GOV.BR).

VIGÊNCIA: 06/05/2017  
2ª Publicação



# Fraiburgo

## PREFEITURA

### AVISO DA REVOGAÇÃO DA CONCORRÊNCIA Nº 0001-2016-PMF

Aviso de Revogação da Concorrência Nº 0001/2016 – PMF  
Processo Administrativo Licitatório Nº 0205/2016 – PMF  
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

O Prefeito de Fraiburgo torna público a REVOGAÇÃO do Edital em epígrafe, cujo objeto era a contratação de empresa da área de informática para o fornecimento, mediante locação, DE SISTEMA DE GESTÃO EDUCACIONAL E GESTÃO DE DOCUMENTOS, PROCESSOS INDICADORES E PORTAL INTEGRADO PARA A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE FRAIBURGO E UNIDADES ESCOLARE, no Município de Fraiburgo/SC, por não atender, no momento, o interesse público, estando as razões devidamente fundamentadas na Decisão constante do referido Processo, com fundamento no art. 49 "caput" da Lei Federal 8.666/93 e nos termos das Súmulas 346 e 473 do Supremo Tribunal Federal.

Fraiburgo(SC), 08 de agosto de 2016  
Ivo Biazolo – Prefeito

### AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0060\_2016 PMF

AVISO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0060/2016 – PMF  
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0228/2016 – PMF  
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

OBJETO: Contratação de Serviço para capacitação (Treinamento) Para as Psicólogas que atendem aos alunos da Rede Municipal de Ensino/Fraiburgo-SC, No uso do material WISC IV (escala de wechsler para crianças 4ª edição), no dia 06 de setembro de 2016, com Duração de 10 h, na Secretaria Municipal de Educação. CONTRATADA: D & MZ COMÉRCIO DE LIVROS E FORMULÁRIOS LTDA. CNPJ: 03.597.752/0001-70 VALOR: R\$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais). FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25 Inciso II c/c Art 13, Inc. VI, da Lei 8.666/93 e alterações.

Fraiburgo(Sc), 08 de agosto de 2016.  
IVO BIAZZOLO – PREFEITO

### DECRETO Nº 202/2016

DECRETO Nº 202, DE 08 DE AGOSTO DE 2016.  
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei 2324 de 09 de Dezembro de 2015;

#### DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento do Município de Fraiburgo, crédito adicional suplementar para o exercício de 2016, no valor de R\$ 3.100,00 (três mil e cem reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

11.00 – Secretaria de Ação Social
11.02 – Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
08.243.0023.2.049 – Manutenção do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0600 (172)	R\$	1.500,00
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.3.0601 (296)	R\$	1.600,00
TOTAL	R\$	3.100,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

11.00 – Secretaria de Ação Social		
11.02 – Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente		
08.243.0023.2.049 – Manutenção do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente		
3.3.50.00.00 – Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos – Recurso 0.1.0600 (168)	R\$	1.500,00
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.3.0601 (247)	R\$	1.600,00
TOTAL	R\$	3.100,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.  
FRAIBURGO, 08 DE AGOSTO DE 2016.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

### DECRETO Nº 203/2016

DECRETO Nº 203, DE 08 DE AGOSTO DE 2016.  
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com o Art. 16 da Lei 2324 de 09 de Dezembro de 2015;

#### DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento do Município de Fraiburgo crédito adicional suplementar para o exercício de 2016 no valor de R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais), nas seguintes dotações:

11.00 – Secretaria de Ação Social		
11.02 – Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente		
08.243.0023.2.049 – Manutenção do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente		
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0601 (296)	R\$	2.400,00
Total	R\$	2.400,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta do provável excesso de arrecadação a ser apurado até o final do exercício, nas rubricas abaixo relacionadas.

41990990300 – Outras Receitas FMDCA – Tribunal Justiça	R\$	2.400,00
--	-----	----------



TOTAL	R\$	2.400,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.  
FRAIBURGO, 08 DE AGOSTO DE 2016.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

### DECRETO Nº 205/2016

DECRETO Nº 205, DE 08 DE AGOSTO DE 2016.

NOMEIA A PREGOEIRA PARA OS PROCEDIMENTOS REFERENTES À REALIZAÇÃO DE LICITAÇÕES NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL QUE ESPECÍFICA, PARA TODOS OS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, INDIRETA E AUTARQUIA SANEFRAI, DO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO.

O Prefeito de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 3º, inc. IV, da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, com o art. 7º, inc. II, do Decreto federal nº 3.555, de 08 de agosto de 2000, com o art. 5º, do Decreto federal nº 3.697, de 21 de dezembro de 2000 e com os arts. 9º, 10 e 11 do Decreto municipal nº 0041, de 09 de fevereiro de 2012;

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada para exercer a função de PREGOEIRA na realização de Pregões Presenciais n. 114/2016, 115/2016 e 118/2016 do Município de Fraiburgo e Pregões Presenciais n. 035/2016 e 036/2016 da Sanefrai, a servidora Cheila Brandino.

Art. 2º. A Pregoeira solicitará aos órgãos do Município avaliações ou pareceres técnicos, como subsídio no julgamento dos processos licitatórios na modalidade de Pregão Presencial especificados, sempre que se fizerem necessários.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO  
FRAIBURGO, SC, 08 DE AGOSTO DE 2016.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito de Fraiburgo-SC

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

### EXTRATO DE CONTRATO Nº CT16PMF111\_DOM

EXTRATO DO CONTRATO Nº CT16PMF111

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. CONTRATADA: MATERBRÁS MATERIAL DE CONSTRUÇÃO EIRELI ME. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DE SISTEMA DE TRATAMENTO DE ESGOTO INDIVIDUAL EM 36 (TRINTA E SEIS) CASAS DA COHAB, LOCALIZADAS NAS QUADRAS 541, 593 E 594, NO BAIRRO SÃO MIGUEL, NESTA CIDADE DE FRAIBURGO/SC, COM FORNECIMENTO DO MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO E QUANTITATIVO (ANEXOS AO PAL). VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 120.572,00 (CENTO E VINTE MIL, QUINHENTOS E SETENTA E DOIS REAIS). DATA DO CONTRATO: 08.08.2016. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO: 90 DIAS, DE 08.08.2016 A 03.11.2016. PRAZO DE EXECUÇÃO: 60 DIAS APÓS A ASSINATURA

DO CONTRATO E EMISSÃO E ENTREGA DA ORDEM DE SERVIÇO. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 0208/2016 – PMF. MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS Nº 0020/2016. RECURSOS: 01.0200, 01.0289 E 03.0289 - FUNDO MUNICIPAL DE INTERESSE SOCIAL.

FRAIBURGO (SC), 08 DE AGOSTO DE 2016.  
IVO BIAZZOLO – PREFEITO DE FRAIBURGO/SC

### PORTARIA Nº 1634/2016

PORTARIA Nº 1634, DE 08 DE AGOSTO DE 2016.  
Amplia Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a comunicação interna nº 1123/2016 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que está substituindo por 20 horas semanais o professor JOELMIR KAISER que pediu exoneração, e substituindo por 2 horas semanais o professor CRISTOVÃO JOSÉ SCHNEIDER que pediu rescisão;

#### RESOLVE:

Art. 1º Ampliar de 18 (dezoito) para 40 (quarenta) horas semanais a carga horária da servidora ROSELI DE FÁTIMA DOS SANTOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 059.971.299-69, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL – FILOSOFIA OU TEOLOGIA, no período de 09 de agosto de 2016 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 08 de agosto de 2016.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

### PORTARIA Nº 1635/2016

PORTARIA Nº 1635, DE 08 DE AGOSTO DE 2016.  
Revoga Função Gratificada de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010 e alterações posteriores; e em conformidade com a comunicação interna nº 1121/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte;

#### RESOLVE:

Art. 1º Revogar a portaria nº 1166 de 22 de março de 2013, que concedeu Função Gratificada – nível 3, a servidora MARIA MARGARETE SOVENAR MARINHO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 598.913.869-53, nomeada no cargo de provimento efetivo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, a partir de 08 de agosto de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 08 de agosto de 2016.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento



**PORTARIA Nº 1636/2016**

PORTARIA Nº 1636, DE 08 DE AGOSTO DE 2016.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0019 de 03 de setembro de 2015, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 01122/2016 da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte;

Considerando que estará substituindo por 20 horas semanais a professora EVA MARISTELA TELLES REZENDES, que encontra-se em Auxílio-doença;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário ELAINE DUARTE DOS SANTOS RODRIGUES, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 078.758.019-82, na função de PROFESSOR – ANOS INICIAIS, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 09 de agosto de 2016 até 20 de setembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 08 de agosto de 2016.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 1637/2016**

PORTARIA Nº 1637, DE 08 DE AGOSTO DE 2016.  
Designa Fiscal de Obra decorrente de Contrato Administrativo.

IVO BIAZZOLO, Prefeito de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

**RESOLVE:**

Art. 1º Designar ADEMIR VICENTE FRANCO DE SOUZA JUNIOR, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 327.795.578-85, contratado em caráter temporário na função de ENGENHEIRO CIVIL, matrícula nº 11406, para acompanhamento e fiscalização da obra decorrente do contrato administrativo CT16PMF111, Processo Administrativo Licitatório nº 0208/2016, Tomada de Preços nº 0020/2016, cujo objeto é a contratação de empresa do ramo para execução dos serviços de construção de Sistema de Tratamento de Esgoto Individual em 36 (trinta e seis) casas da COHAB, localizadas nas quadras 541, 593 e 594, no Bairro São Miguel, nesta cidade de Fraiburgo/SC, conforme Projetos, Memorial Descritivo e Quantitativo (ANEXOS ao PAL).

Art. 2º. Incumbe à fiscal acima designada acompanhar e fiscalizar a execução da obra acima referida, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 08 de agosto de 2016.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**RECURSOS FEDERAIS 04.08.2016.**

NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS FEDERAIS			
O Município de FRAIBURGO-SC, nos termos da Lei Federal nº 9452 de 20/03/1997, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais, a liberação do(s) seguinte(s) recursos do Governo Federal:			
Data do Crédito	Origem	Aplicação	Valor (R\$)
04/08/2016	SUS	DST/HIV/AIDS	2.500,00
04/08/2016	SUS	VIGILANCIA EPIDEMIOLÓGICA	9.124,15
04/08/2016	SUS	MAC	360,22
04/08/2016	SUS	ATENÇÃO BÁSICA	3.000,00
04/08/2016	SUS	PACS	55.770,00
04/08/2016	SUS	NASF	20.000,00
04/08/2016	SUS	PMQAQ	43.900,00
04/08/2016	SUS	SAÚDE BUCAL	6.690,00
04/08/2016	SUS	PSF	53.475,00
04/08/2016	SUS	FARMÁCIA BÁSICA	15.499,33
04/08/2016	SUS	SAMU	12.500,00
04/08/2016	SUS	SAMU	9.419,00
04/08/2016	SUS	MAC UNIÃO	2.205,00
04/08/2016	SUS	PAB	75.391,33

Secretaria de Finanças



**RECURSOS FEDERAIS 09.08.2016****NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS FEDERAIS**

O Município de FRAIBURGO-SC, nos termos da Lei Federal nº 9452 de 20/03/1997, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais, a liberação do(s) seguinte(s) recursos do Governo Federal:

Data do Crédito	Origem	Aplicação	Valor (R\$)
08/08/2016	FNDE	PNATE MÉDIA	4.624,57
08/08/2016	FNDE	PNATE FUNDAMENTAL	10.647,85
08/08/2016	FNDE	PNATE INFANTIL	831,67
08/08/2016	FNDE	AEE	1.280,00
08/08/2016	FNDE	PNAEJA	750,00
08/08/2016	FNDE	PNAC	18.020,00
08/08/2016	FNDE	PNAP	11.080,00
08/08/2016	FNDE	PNAE FUNDAMENTAL	3.900,00
08/08/2016	FNDE	PNAE FUNDAMENTAL	23.490,00

Secretaria de Finanças

**RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO - TOMADA DE PREÇO Nº 0004A\_2016-SF DOM**

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

TOMADA DE PREÇO Nº 0004A/2016 – PMF

O Prefeito torna público que na licitação em epígrafe cujo objeto é a contratação de empresa da área de informática para a prestação de serviços técnicos especializados para implantação (compreendendo também todos os aspectos relacionados à instalação, conversão e importação dos dados em uso, parametrizações, customizações e treinamento dos servidores públicos para utilização do sistema) e manutenção mensal (compreendendo também as manutenções corretiva, preventiva, evolutiva e adaptativa) com suporte técnico (compreendendo também os serviços de helpdesk e configurações do sistema) para o software livre "SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE SERVIÇOS DE SANEAMENTO – GSAN" (aplicativo disponível na internet, no Portal do Software Público Brasileiro <<http://www.softwarepublico.gov.br>>), o qual será utilizado pela Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo (SANEFRAI), conforme especificações estabelecidas neste edital e Projeto Básico (ANEXO I), houve a participação das empresas: LOGPRO SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS PARA TERCEIROS LTDA e VIEIRA SISTEMAS E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA ME, a qual pela apresentação regular da documentação de acordo com o item 4 do Edital, ficaram HABILITADAS pela Comissão cumprindo de forma plena a todas as exigências de HABILITAÇÃO. Desta forma, transcorrido "in albis" o prazo recursal previsto no art. 109 Inciso I, alínea "a", da Lei 8.666/93, será designada data para abertura e julgamento das PROPOSTA DE TÉCNICA e PROPOSTAS DE PREÇOS das empresas habilitadas. Havendo interposição de recursos as empresas serão intimadas posteriormente.

Fraiburgo (SC), 08 de agosto de 2016.

Ivo Biazolo – Prefeito.



**DECRETO Nº 204/2016****DECRETO Nº 204, DE 08 DE AGOSTO DE 2016.****HOMOLOGA A CLASSIFICAÇÃO FINAL DO EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO – ACT Nº. 0016, DE 24 DE JUNHO DE 2016.**

O **Prefeito Municipal de Fraiburgo**, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

**DECRETA:**

**Art. 1º.** Fica homologada a classificação final do processo de seleção para contratação em caráter temporário nº. 0016 de 24 de junho de 2016, conforme listas anexas.

**Art. 2º.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO  
FRAIBURGO, SC, 08 AGOSTO DE 2016.

**IVO BIAZZOLO**  
Prefeito Municipal

**ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA**  
Secretário de Administração e Planejamento





Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT  
Nº 0016 DE 24 DE JUNHO DE 2016

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina  
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Bairro São José** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **1** Área de Atuação: **ESF 4**

Disciplina: **Bairro São José**

*Critérios de Desempate*

		1º	2º	3º	4º	5º	6º
Ordem Classific.	Número Inscrição	Cursos Área Esp.	Tempo Serviço	Portador Defic.	Cursos Outras Áreas	Data Nascimento	Núm. Filhos
1	24	0	2	NÃO	0	09/04/1971	0
2	21	0	1	NÃO	1	08/01/1991	2
3	9	0	0	NÃO	0	08/04/1965	0
4	3	0	0	NÃO	0	10/07/1990	0
5	4	0	0	NÃO	0	26/12/1994	1
6	25	0	0	NÃO	0	31/08/1996	0
7	6	0	0	NÃO	0	18/09/1996	0

		Soma de Pontos
1	JANETE PARECIDA BORGES TIBES FELISBINO	8
2	PRISCILA LUCIANO FRANÇA	8
3	MARLENE RIBEIRO DOS SANTOS SILZLEIN	6
4	RAYANE SILVA DUARTE	6
5	VANESSA APARECIDA MARQUES	6
6	EDUARDA MAFRA	6
7	JÉSSICA CRISTIANE SEMAM PALMERA	6







Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT**  
**Nº 0016 DE 24 DE JUNHO DE 2016**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina**  
**Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: <b>Bairro Jardim América</b>		Quadro: <b>I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO</b>	
Código: <b>2</b>		Área de Atuação: <b>ESF 4</b>	
Disciplina: <b>Bairro Jardim América</b>			

Critérios de Desempate									
1º		2º	3º	4º	5º	6º			
Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Cursos Área Esp.	Tempo Serviço	Portador Defic.	Cursos Outras Áreas	Data Nascimento	Núm. Filhos
1	17	MARISTELA CRUZ	8	1	0	NÃO	1	07/10/1987	1
2	10	KARINE SILVEIRA DE AZEVEDO	8	1	0	NÃO	1	23/01/1998	0
3	14	MARINA LAZZAROTTO GARCÊS	8	1	0	NÃO	1	23/06/1998	0
4	15	JULIANA GOMES	7	1	0	NÃO	0	12/08/1983	1
5	11	ESTELA MARIS CRUZ CONRAD	7	0	0	NÃO	1	07/10/1987	2
6	1	JANAINA CARVALHO	7	0	0	NÃO	1	15/03/1997	0
7	19	ELIANE PIRES DE SOUZA	6	0	0	NÃO	0	16/04/1979	2
8	20	KATIA DE SOUZA	6	0	0	NÃO	0	24/06/1981	2
9	18	PAMELA CECÍLIA ZANELLA	6	0	0	NÃO	0	16/08/1993	0
10	2	JENNEFER CRISTINA DALLAZEM	6	0	0	NÃO	0	12/06/1996	1
11	7	ELLEN CRISTINE BALDO PRATES	6	0	0	NÃO	0	21/11/1996	0
12	16	ANA CRISTINA PIRES CAMARGO	1	1	0	NÃO	0	04/03/1998	0
13	5	ANA CRISTIANE PIRES CAMARGO	1	1	0	NÃO	0	04/03/1998	0

**Critérios de Desempate**

1º	2º	3º	4º	5º	6º
Cursos Área Esp.	Tempo Serviço	Portador Defic.	Cursos Outras Áreas	Data Nascimento	Núm. Filhos
1	0	NÃO	1	07/10/1987	1
1	0	NÃO	1	23/01/1998	0
1	0	NÃO	1	23/06/1998	0
1	0	NÃO	0	12/08/1983	1
0	0	NÃO	1	07/10/1987	2
0	0	NÃO	1	15/03/1997	0
0	0	NÃO	0	16/04/1979	2
0	0	NÃO	0	24/06/1981	2
0	0	NÃO	0	16/08/1993	0
0	0	NÃO	0	12/06/1996	1
0	0	NÃO	0	21/11/1996	0
1	0	NÃO	0	04/03/1998	0
1	0	NÃO	0	04/03/1998	0





Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT**  
**Nº 0016 DE 24 DE JUNHO DE 2016**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina**  
**Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: Localidade Dez de Nov Quadro: I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO

Código: 3 Área de Atuação: ESF 6

Disciplina: Localidade Dez de Novembro

***Crêterios de Desempate***

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos						
				Cursos Área Esp.	Tempo Serviço	Portador Defic.	Cursos Outras Áreas	Data Nascimento	Núm. Filhos
1	23	CLARICE MARIA ANGOLERI	11	3	2	NÃO	0	08/08/1976	1
2	13	SOLANGE DE FATIMA GOMES DE OLIVEIRA	6	0	0	NÃO	0	03/05/1980	1
3	12	CLARICE MARCONDES DOS SANTOS	6	0	0	NÃO	0	27/04/1992	1

segunda-feira, 8 de agosto de 2016

Página 1 de 1





Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT**  
**Nº 0016 DE 24 DE JUNHO DE 2016**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina**  
**Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo:	Localidade Linha Baia	Quadro:	I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO					
Código:	4	Área de Atuação:	ESF 6					
Disciplina:	Localidade Linha Baia e Baia I							

Critérios de Desempate									
	1º	2º	3º	4º	5º	6º			
Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Cursos Área Esp.	Tempo Serviço	Portador Defic.	Cursos Outras Áreas	Data Nascimento	Núm. Filhos
1	8	KARINA APARECIDA VANZ	6	0	0	NÃO	0	08/11/1978	0



**DECRETO Nº 206/2016****DECRETO Nº 206, 08 DE AGOSTO DE 2016.**

**HOMOLOGA A PONTUAÇÃO DA PROVA PRÁTICA E CLASSIFICAÇÃO FINAL DO EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO – ACT Nº. 0002, DE 20 DE JANEIRO DE 2016, DA AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO.**

O **Prefeito Municipal de Fraiburgo**, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

**DECRETA:**

**Art. 1º.** Fica homologada a pontuação da prova prática e classificação final do processo de seleção para contratação em caráter temporário nº. 0002, de 20 de janeiro de 2016, da Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo, conforme lista anexa.

**Art. 2º.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO  
FRAIBURGO, SC, 08 DE AGOSTO DE 2016.

**IVO BIAZZOLO**  
Prefeito Municipal

**ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA**  
Secretário de Administração e Planejamento





Estado de Santa Catarina  
Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - Sanefrai

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER  
TEMPORÁRIO - ACT Nº 0002 DE 20 DE JANEIRO DE 2016

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina**  
**Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempeate**

Cargo: **Operador de Máquina** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **1** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Operador de Máquina – Bob Cat**

**Critérios de Desempeate**

1º 2º 3º 4º 5º

Cursos Área	Tempo Serviço	Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
2	0	2	NÃO	15/10/1982
0	0	0	NÃO	05/01/1996
0	0	0	NÃO	14/06/1994

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Prova Prática
1	6	ADEMIR FRANCISCO CAREGNATO JUNIOR	35	31,33
2	2	GUSTAVO CORDEIRO SARTORI	28	26,5
3	5	JESSÉ ANTONIO DA SILVA BARTEL	27	25,03

segunda-feira, 8 de agosto de 2016

Página 1 de 1



# Frei Rogério

## PREFEITURA

### **RESUMO EDITAL PROC,005/2016 = ASSISTENCIA = GENEROS ALIMENTICOS CRAS E OUTROS**

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 05/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2016

REGISTRO DE PREÇOS 03/2016

O MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO – SC, torna público aos interessados que fará realizar, através do pregoeiro oficial, no dia 22 de agosto de 2016 as 08h30min, na sede da Prefeitura Municipal, na Rua Adolfo Soletti, nº 750. Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, PARA REGISTRO DE PREÇOS, sob a égide das Leis 10520 n.º 8.666/93 e alterações posteriores, do tipo menor preço por item, sendo o objeto aquisição de gêneros alimentícios para manutenção do Cras. Informações e Edital poderão ser obtidos através site: [www.freirogerio.sc.gov.br](http://www.freirogerio.sc.gov.br) ou no setor de compras da Prefeitura Municipal pelo fone (49) 3257-0000. E-MAIL [compras@freirogerio.sc.gov.br](mailto:compras@freirogerio.sc.gov.br)

Frei Rogério (SC), 08 de agosto de 2016

OSNY BATISTA ALBERTON

Prefeito Municipal



# Garopaba

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PE038/2016

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 038/2016

LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARTICIPAÇÃO ME/EPP

O Município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob regime de entrega parcelada, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, através de sistema de registro de preços, pretendendo a aquisição de madeiras para uso da Secretaria de Infra Estrutura e Serviços Urbano. As propostas deverão ser entregues por meio de sistema de compras eletrônicas no sitio <http://bllcompras.org.br> até as 14h10min do dia 19/08/2016. A sessão pública será realizada a partir das 14h20min do dia 19/08/2016, no endereço eletrônico <http://bllcompras.org.br>

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no endereço acima descrito, ou no site [www.garopaba.sc.gov.br](http://www.garopaba.sc.gov.br), onde poderá ser lido e/ou obtida cópia, inclusive dos seus anexos.

Garopaba, 08 de agosto de 2016.

Paulo Sérgio de Araujo

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 146/2016

DECRETO N.º 146, DE 08 DE AGOSTO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 481.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.937 de 02/12/2015 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 481.000,00 (quatrocentos e oitenta e um mil reais), no Orçamento vigente:

09.01 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	370.000,00
26782311.042 - Pavimentação, Drenagem, Remodelagem de Ruas e Obras de Art Especial	20.000,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	20.000,00
15452312.048 - Manutenção dos Serviços de Limpeza Pública	250.000,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	250.000,00
26782352.051 - Func. E Manutenção da Secretaria de Infraestrutura	100.000,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	100.000,00
10.01 - SECRETARIA DE PLAN. TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE	10.000,00
15452332.056 - Func. E Manut. Da Sec. De Plan. Territ. E Meio Ambiente	10.000,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	10.000,00
17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	101.000,00
10301252.075 - Manutenção da Atenção Básica	101.000,00
3.1.90.0.2.14.000060 - Aplicações Diretas	54.000,00
3.3.90.0.2.14.000060 - Aplicações Diretas	47.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 481.000,00 (quatrocentos e oitenta e um mil reais), correrão por conta do excesso de arrecadação.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 08 de agosto de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 09/08/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretário de Administração

### EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 05 AO CONTRATO Nº 001/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

#### EXTRATO DE TERMO ADITIVO

5º Termo Aditivo; Contrato nº 001/2015; Processo nº. 196/2014; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; Contratado: DALMIR RIBEIRO & CIA LTDA ME; CNPJ: 07.721.006/0001-05; Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto o acréscimo de R\$ 10.225,00 (Dez mil duzentos e vinte e cinco reais) ao contrato original referente alterações promovidas no projeto, conforme planilha e justificativa em anexo a este documento, devidamente autorizada pela Secretaria Municipal de Infra Estrutura e Secretaria Municipal de Educação; Data da Assinatura: 08/08/2016.



# Garuva

## CÂMARA MUNICIPAL

### RESOLUÇÃO 16/2016

Resolução nº 0016/2016

Dispõe sobre o retorno de licença para atividade política do Servidor José Carlos Schutz.

Considerando Resolução 14/2016;

Considerando Requerimento apresentado pelo Servidor;

O Presidente da Câmara Municipal de Garuva, estado de Santa Catarina usando de suas atribuições legais e regimentais, RESOLVE:

Art. 1º - Revoga a licença para atividade política, concedida ao Servidor José Carlos Schutz, através da Resolução 14/2016.

Art. 2º - Determina o retorno para exercer o seu cargo efetivo , o Servidor José Carlos Schutz. Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 08 de agosto de 2016

Reginaldo Mews Rosa

Presidente da Mesa Diretora

### RESOLUÇÃO 17/2016

Resolução nº 0017/2016

Dispõe sobre a nomeação do Sr. José Carlos Schutz.

O Presidente da Câmara Municipal de Garuva, estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, com base na Lei Complementar 86/2015, combinado com o Regimento Interno da Câmara Municipal artigo 50, § 3º, II , RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeado o Sr. José Carlos Schutz para o cargo de Diretor Administrativo - CC/FG 03, constante no art. 13 da Lei Complementar 86/2015.

Art. 2º - O vencimento do referido cargo será o constante na Lei Complementar 86/2015, art. 13, § 1º.

Parágrafo único: O servidor faz a opção pelo provimento constante no art. 13 da Lei Complementar 86/2015, § 2º sob a forma de função gratificada.

Art. 3º - O servidor será regido pelas disposições contidas na Lei Complementar 86/2015 e 01/98 (Estatuto dos Servidores Públicos) e alterações posteriores.

Art. 4º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 08 de agosto de 2016

Reginaldo Mews Rosa

Presidente da Mesa Diretora



# Gaspar

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 7.118, DE 05 DE AGOSTO DE 2016

DECRETO Nº 7.118, DE 05 DE AGOSTO DE 2016.

REGULAMENTA O ABONO DE FALTAS DOS SERVIDORES MUNICIPAIS, DE QUE TRATAM OS ARTS. 94 A 98 DA LEI Nº 1.305, DE 09 DE OUTUBRO DE 1991, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 47 e 72 da Lei Orgânica do Município e, considerando o disposto no art. 94 a 98 da Lei Municipal nº 1.305, de 09 de outubro de 1991,

#### DECRETA:

Art. 1º. Este Decreto regulamenta o abono de faltas dos servidores da Administração Municipal Direta, Autárquica e Fundacional, mediante comprovação por atestado e ou declaração de comparecimento, de profissional da área da saúde devidamente habilitado.

Art. 2º. Para os efeitos deste Decreto considera-se:

I - Atestado médico: documento emitido por profissional da área da saúde devidamente habilitado, a fim de justificar e/ou abonar as faltas do servidor ao serviço em decorrência de incapacidade para o trabalho, motivada por doença ou acidente do trabalho.

II – Declaração de comparecimento: documento emitido por profissional da área da saúde devidamente habilitado, para fins de comprovar o comparecimento do servidor para a realização de exames e/ou consultas.

III – Profissional de saúde: profissional da área da saúde, do setor público e ou da iniciativa privada devidamente habilitado, e que possua como atribuição inerente à sua categoria, emitir atestados, a fim de comprovar afastamentos por motivo de saúde, acidente de trabalho ou declaração de comparecimento para realização de exames ou consultas.

IV – Avaliação: avaliação realizada por profissional da área da saúde devidamente habilitado, designado pela Administração, ao qual compete a ratificação, aumento, redução ou denegação do atestado apresentado pelo servidor.

Art. 3º. Para fins de avaliação poderá a Administração Pública Municipal designar profissionais de seu quadro funcional ou profissionais da iniciativa privada contratados para este fim, ou utilizar os serviços profissionais da empresa responsável pela saúde laboral dos servidores municipais.

Art. 4º. Toda falta motivada por doença e/ou acidente de trabalho, pelo período não superior a 3 (três) dias, deverá ser justificada pela apresentação de atestado emitido por profissional da área da saúde devidamente habilitado, que declare a incapacidade laborativa do mesmo.

Art. 5º. Toda falta motivada por doença e/ou acidente de trabalho pelo período superior a 3 (três) dias até 15(quinze) dias deverá ser justificada pela apresentação de atestado emitido por profissional da área da saúde devidamente habilitado e avaliação por profissional da área da saúde devidamente habilitado e indicado pela Administração Pública Municipal, que declare a incapacidade laborativa do servidor.

§ 1º A avaliação de que trata o caput deste artigo será agendada

pela Diretoria de Pessoal do Município de Gaspar no ato de entrega do atestado.

§ 2º Caso o interessado não compareça à avaliação agendada, sem apresentação de justificativa, ocasionará a prescrição do direito ao abono da falta, sendo considerada a falta injustificada, conforme disposto neste Decreto.

Art. 6º. As faltas motivadas por doença e/ou acidente de trabalho deverão ser justificadas obedecendo ao seguinte:

I - em caso de servidor da administração direta e fundacional, o atestado, emitido por profissional da área da saúde devidamente habilitado, deverá ser apresentado por ele ou por pessoa designada, à Diretoria de Pessoal do Município de Gaspar;

II - em caso de servidor da administração indireta, o atestado, emitido por profissional da área da saúde devidamente habilitado, deverá ser apresentado, por ele ou por pessoa designada, no Departamento de Gestão de Pessoal do órgão da administração indireta.

§ 1º O prazo para a apresentação dos atestados emitidos por profissional da área da saúde devidamente habilitado será de 3 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua emissão.

§ 2º A não apresentação do atestado no prazo estabelecido no parágrafo anterior implicará na desconsideração do referido documento para efeito de abono de falta, nos termos deste decreto.

§ 3º O servidor fica obrigado a comunicar de imediato ao seu superior hierárquico da necessidade da falta e sua justificativa.

Art. 7º. Nos casos em que não for possível o cumprimento dos prazos estabelecidos, deverá ser providenciada a comunicação juntamente com a justificativa que comprove a impossibilidade do cumprimento por parte do servidor, ao Departamento de Gestão de Pessoal responsável, o qual lhe informará os canais de comunicação disponíveis para o envio do atestado ou declaração e a justificativa.

Parágrafo único. É de responsabilidade exclusiva do servidor, nos casos previstos no caput, a apresentação do atestado ou declaração original imediatamente após o retorno do mesmo ao serviço, sob pena de desconsideração do referido documento para efeito de abono da falta.

Art. 8º. Nos atestados a que se refere este Decreto deverá constar a identificação do servidor e do profissional emitente, o registro deste no conselho de classe, o código da Classificação Internacional de Doenças (CID) ou diagnóstico e o tempo provável de afastamento.

§ 1º Ao servidor é assegurado o direito de não autorizar a especificação do diagnóstico ou Classificação Internacional de Doenças (CID) em seu atestado ou declaração.

§ 2º Para efeito de abono de faltas, será considerada a data da emissão do atestado ou declaração, não sendo aceito, em hipótese alguma, atestado ou declaração com data retroativa.

§ 3º Declarações de consultas ou exames não serão aceitos como



atestados médicos para justificativa de faltas ao trabalho, sendo aceitos apenas para fins de justificativa de atraso no início da jornada de trabalho ou saídas antecipadas, devendo ser observado o disposto no caput deste artigo quanto há a obrigatoriedade de constar o horário de comparecimento aos locais de consulta e exames.

Art. 9º. O servidor poderá ser submetido à perícia pela junta médica devidamente habilitada a qualquer momento, mediante recomendação do profissional responsável pela avaliação do servidor, a pedido de sua chefia ou da unidade de Departamento de Gestão de Pessoal responsável.

Art. 10. A avaliação por profissional devidamente habilitado e indicado pela Administração Pública poderá ser dispensada para a concessão da licença por motivo de doença em pessoa da família de que trata o art. 106 da Lei nº 1.305, de 1991, desde que não ultrapasse o período de três dias corridos, mediante apresentação de atestado emitido por profissional da área da saúde devidamente habilitado, conforme o caso, que contenha justificativa quanto à necessidade de acompanhamento por terceiro.

Parágrafo único. Observado o disposto no caput deste artigo, aplicam-se as demais disposições deste decreto à licença por motivo de doença em pessoa na família.

Art. 11. Compete ao profissional de saúde devidamente habilitado designado o ato de homologação do afastamento emitido por profissional da área da saúde devidamente habilitado e a realização do abono da falta.

§ 1º O ato de avaliação do profissional de saúde designado poderá resultar em ratificação, aumento, redução ou denegação do período de afastamento sugerido no atestado.

§ 2º Nos casos previstos no parágrafo anterior, o servidor, caso seja avaliado necessário pelo Departamento de Gestão de Pessoal responsável ou por solicitação do mesmo, será encaminhado a nova avaliação, que será realizada por profissional designado pelo Departamento de Gestão de Pessoal responsável.

Art. 12. Os períodos de licença médica em decorrência de doenças alternadas ou correlacionadas que excederem a 15 (quinze) dias em um intervalo de 60 (sessenta) dias serão encaminhadas ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

§ 1º É de responsabilidade exclusiva do servidor o agendamento da perícia médica junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

§ 2º A Diretoria do Departamento de Gestão de Pessoal providenciará a suspensão do pagamento do servidor durante o período em que o segurado estiver afastado recebendo o auxílio-doença pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Art. 13. O servidor deverá enviar ao Departamento de gestão de Pessoal responsável, pelos canais de comunicação lhe oferecidos, o "Comunicado de Decisão do INSS" quando cessar o benefício previdenciário por conclusão da perícia médica do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

§ 1º Após o retorno ao trabalho, o servidor que apresentar novo atestado médico de doenças correlatas no prazo de 60 dias corridos, será encaminhado novamente ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) por meio de reconsideração;

Art. 14. Os benefícios de aposentadoria, auxílio doença, auxílio acidente, auxílio-reclusão e readaptação deverão ser requeridos ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), nos termos da Lei Federal n. 8.213/1991 e da Resolução/INSS n. 118, de 04 de novembro

de 2010.

Art. 15. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gaspar, 05 de agosto de 2016.

Pedro Celso Zuchi

Prefeito Municipal

## **ERRATA À PORTARIA Nº 4.007, DE 10 DE MAIO DE 2016**

ERRATA À PORTARIA Nº 4.007, DE 10 DE MAIO DE 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI, PREFEITO MUNICIPAL DE GASPAR, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, RETIFICA a publicação da Errata da Portaria nº 4.007, de 10 de maio de 2016, veiculado no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC, Edição 1939, de 24 de fevereiro de 2016, nos seguintes termos:

Onde se lê no art.1º:

ELIANE RITA FIELIX	02/05/2016	AUX DE PROFESSOR 8 act
--------------------	------------	------------------------

Leia-se:

ELIANE RITA FIDELIX	02/05/2016	AUX DE PROFESSOR 8 act
---------------------	------------	------------------------

Gaspar, 01 de agosto de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

## **PREGÃO PRESENCIAL 144/2016**

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

Aviso do Pregão Presencial nº 144/2016

OBJETO: Registro de Preços, visando a contratação de empresa(s) para Prestação dos Serviços de Lavagem e Borracharia para Veículos da Frota do Município de Gaspar/SC. ENTREGA DOS ENVELOPES até às 9hs do dia 22/08/2016, no Depto. de Compras, Rua São Pedro, nº 128, térreo - Edifício Edson Elias Wieser – Centro. ABERTURA a partir das 9hs, do mesmo dia e local. Integra do Edital no Depto. de Compras ou através do site: [www.gaspar.sc.gov.br](http://www.gaspar.sc.gov.br)

Gaspar (SC), 08/08/2016.

PEDRO CELSO ZUCHI – Prefeito

## **PREGÃO PRESENCIAL 65/2016**

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

PROCESSO ADMINISTRATIVO 151/2016

Aviso do Pregão Presencial nº 65/2016

OBJETO: Registro de Preços para eventual contratação de serviços de agenciamento de Viagens para Vôos domésticos e internacionais e passagens rodoviárias domésticas, destinados aos órgãos e entidades da administração pública municipal. ENTREGA DOS ENVELOPES até às 9hs do dia 24/08/2016, no Depto. de Compras, Rua São Pedro, nº 128, térreo - Edifício Edson Elias Wieser – Centro. ABERTURA a partir das 9hs, do mesmo dia e local. Integra do Edital no Depto. de Compras ou através do site: [www.gaspar.sc.gov.br](http://www.gaspar.sc.gov.br)

Gaspar (SC), 08/08/2016.

PEDRO CELSO ZUCHI – Prefeito



# Governador Celso Ramos

## SAMAE - Gov. CELSO RAMOS

### EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO 15/2015

EXTRATO AO TERCEIRO TERMO

ADITIVO DO CONTRATO Nº 015/2015

CONTRATANTE – SAMAE DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

CONTRATADO – MECÂNICA ALHO LTDA-ME

DO OBJETO – CONTRATAÇÃO DE UMA EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE MECÂNICA PESADA, COM FORNECIMENTO DE PÉÇAS, PARA OS VEÍCULOS DO SAMAE DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.

CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Objeto

O presente termo aditivo tem como objeto o acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento) ao valor original do contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – Do Valor

O valor deste termo aditivo é de R\$ 13.000,00 (treze mil reais), que corresponde a 25% (vinte e cinco por cento) do valor global do contrato. O valor total global do contrato é de R\$ 52.000,00 (cinquenta e dois mil reais) e após o acréscimo passará a R\$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais).

DOTAÇÃO – 3.3.90.00.39.19 e 33.90.30.39 (8

FUDAMENTO LEGAL – Lei 8.666/93, Carta Convite Nº 004/2015.

Governador Celso Ramos, 08 de Agosto de 2016.

KLEBER LEITE

DIRETOR GERAL DO SAMAE GOV. CELSO RAMOS



# Guaraciaba

## PREFEITURA

### HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 108.2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 88/2016

PROCESSO Nº 108/2016 HOMOLOGAÇÃO: 08/08/2016

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARACIABA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE LIXEIRAS A SEREM INSTALADAS EM RUAS DA CIDADE, OBJETIVANDO A DESTINAÇÃO CORRETA DO LIXO E MATERIAIS ORGANICOS.

CONTRATADO: GESUL COMERCIAL LTDA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 5.900,00 (cinco mil e novecentos reais)

### MINUTA EDITAL DE PREGÃO 24.16 AQUISIÇÃO DE TIRA TESTE GLICEMIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº24/2016.

O Município de Guaraciaba, através do Fundo Municipal de Saúde, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 36/16, Edital de Pregão Nº 24/16, Objeto: Aquisição de Tira Teste para determinação de glicose; recebimento de propostas até às 09:00 horas do dia 19/08/16; a abertura do Edital será às 09:00 horas do dia 19/08/16, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademir de Barros 85, Guaraciaba – SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30 e no site [www.guaraciaba.sc.gov.br](http://www.guaraciaba.sc.gov.br)

Guaraciaba em 08 de Agosto de 2016.

DAIANE DORIGON,  
Ordenadora do FMS



# Guaramirim

## PREFEITURA

### EXTRATO DO CONTRATO 16/2016 – FMS

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – SETOR DE LICITAÇÕES  
EXTRATO DO CONTRATO 16/2016 – FMS  
Processo Licitatório nº: 20/2016 – FMS

Modalidade: Pregão Presencial

Objeto da Licitação: AQUISIÇÃO DE APARELHOS DE DVD, BEBEDOUROS, CARROS PARA TRANSPORTE DE MATERIAS DE LIMPEZA, REFRIGERADORES E TELEVISORES PARA AS UNIDADES DE SAÚDE DOS BAIROS VILA AMIZADE E GUAMIRANGA DA SECRETARIA DE SAÚDE DE GUARAMIRIM.

Contratante: MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC), inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, situado na Rua 28 de agosto, nº 2042, Centro, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE GUARAMIRIM (SC), inscrito no CNPJ sob o nº 11.293.409/0001-60.

Contratado: MM COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob nº 15.275.465/0001-22, estabelecida na Rua Professor Max Humpl, nº 1136, bairro Salto do Norte, município de Blumenau (SC).

Valor: R\$ 7.536,00 (sete mil quinhentos e trinta e seis reais).

Data da Assinatura: 18/07/2016 Vigência: 31/12/2016

GUARAMIRIM (SC), 08/08/2016  
LAURO FRÖHLICH  
PREFEITO MUNICIPAL

### EXTRATO DO CONTRATO 17/2016 – FMS

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – SETOR DE LICITAÇÕES  
EXTRATO DO CONTRATO 17/2016 – FMS  
Processo Licitatório nº: 20/2016 – FMS

Modalidade: Pregão Presencial

Objeto da Licitação: AQUISIÇÃO DE APARELHOS DE DVD, BEBEDOUROS, CARROS PARA TRANSPORTE DE MATERIAS DE LIMPEZA, REFRIGERADORES E TELEVISORES PARA AS UNIDADES DE SAÚDE DOS BAIROS VILA AMIZADE E GUAMIRANGA DA SECRETARIA DE SAÚDE DE GUARAMIRIM.

Contratante: MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC), inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, situado na Rua 28 de agosto, nº 2042, Centro, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE GUARAMIRIM (SC), inscrito no CNPJ sob o nº 11.293.409/0001-60.

Contratado: RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME, inscrita no CNPJ sob nº 21.304.312/0001-69, estabelecida na Rua Amsterdam, nº 891, bairro Itoupavazinha, Blumenau (SC).

Valor: R\$ 1.140,00 (um mil cento e quarenta reais).

Data da Assinatura: 18/07/2016 Vigência: 31/12/2016

GUARAMIRIM (SC), 08/08/2016  
LAURO FRÖHLICH  
PREFEITO MUNICIPAL



# Herval d'Oeste

## PREFEITURA

**PORTARIA Nº 896/2016**

PORTARIA Nº 896/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONVOCAR PARA RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a contar do dia 08 de agosto de 2016, do servidor ADRIANO JOSÉ DE ARAUJO (Matr. 2867), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Motorista, Nível – 7, Referência "C", 40 horas semanais, anexo V da LC Nº 280/2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 08 de Agosto de 2016.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 897/2016**

PORTARIA Nº 897/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONCEDER Férias Regulamentares, a Servidora DANIELA CRISTIANE DA SILVA PASQUALLI (Matr. 2953), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Serviços de Saúde, Nível – 8, Referência "C", 40 horas semanais, Anexo V da LC Nº 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 05 de fevereiro de 2015 e 04 de fevereiro de 2016, para serem gozadas a partir de 08 de agosto de 2016 a 06 de setembro de 2016, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 08 de Agosto de 2016.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 898/2016**

PORTARIA Nº 898/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

DESIGNAR, os seguintes servidores para comporem a Comissão Permanente de Avaliação de Estágio Probatório, a qual realizará a avaliação dos servidores lotados na Secretaria de Educação pelo período de 02 (dois) anos:

- Viviane Aparecida Campanhol Sbrusi
- Elizete Marisa Peruzzo
- Simone Aparecida Radavelli
- Loreli de Deus e Silva
- Mara Terezinha Ribeiro dos Santos Kuhl
- Sadir Rovêa
- Jael Maria dos Santos Carletti

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 08 de Agosto de 2016.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 899/2016**

PORTARIA Nº 899/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

DESIGNAR, os seguintes servidores para comporem a Comissão Permanente de Avaliação de Estágio Probatório, a qual realizará a avaliação dos servidores que exercem suas atividades junto à Secretaria Municipal de Saúde pelo período de 02 (dois) anos:

- Leni Aparecida Sabei
- Secretário e/ou Diretor da Secretaria Municipal de Saúde
- Sadir Rovêa

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 08 de Agosto de 2016.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal



**PORTARIA Nº 900/2016**

PORTARIA Nº 900/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

DESIGNAR, os seguintes servidores para comporem a Comissão Permanente de Avaliação de Estágio Probatório, a qual realizará a avaliação dos servidores que exercem suas atividades junto à Secretaria Municipal de Assistência Social pelo período de 02 (dois) anos:

- Tatiana Schuh e/ou Roseli Rolin da Silva
- Secretário e/ou Diretor da Secretaria Municipal de Assistência Social
- Sadir Rovêa

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 08 de Agosto de 2016.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 901/2016**

PORTARIA Nº 901/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

DESIGNAR, os seguintes servidores para comporem a Comissão Permanente de Avaliação de Estágio Probatório, a qual realizará a avaliação dos servidores que exercem suas atividades junto à Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação, pelo período de 02 (dois) anos:

- Melissa Demo
- Secretário e/ou Diretor da Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação
- Sadir Rovêa

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 08 de Agosto de 2016.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 902/2016**

PORTARIA Nº 902/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

DESIGNAR, os seguintes servidores para comporem a Comissão Permanente de Avaliação de Estágio Probatório, a qual realizará a avaliação dos servidores que exercem suas atividades junto à Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, pelo período de 02 (dois) anos:

- Kelli Cristina Waldrigues Mohl
- Secretário e/ou Diretor da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente
- Sadir Rovêa

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 08 de Agosto de 2016.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 903/2016**

PORTARIA Nº 903/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

DESIGNAR, os seguintes servidores para comporem a Comissão Permanente de Avaliação de Estágio Probatório, a qual realizará a avaliação dos servidores que exercem suas atividades junto a UPA – Unidade de Pronto Atendimento 24 Horas, pelo período de 02 (dois) anos:

- Eugênia Bucco
- Diretor/Responsável Clínico da UPA 24 horas,
- Sadir Rovêa

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 08 de Agosto de 2016.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 904/2016**

PORTARIA Nº 904/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

DESIGNAR, os seguintes servidores para comporem a Comissão Permanente de Avaliação de Desempenho, a qual realizará a avaliação dos servidores que exercem suas atividades junto à Secretaria Municipal de Administração e Finanças pelo período de 02 (dois) anos:

- Secretário de Administração e Finanças
- Responsável pelo Setor do servidor avaliado
- Responsável pelo Setor de Recursos Humanos



Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 08 de Agosto de 2016.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 905/2016**

PORTARIA Nº 905/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

DESIGNAR, os seguintes servidores para comporem a Comissão Permanente de Avaliação de Desempenho, a qual realizará a avaliação dos servidores que exercem suas atividades junto à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, pelo período de 02 (dois) anos:

- Secretário de Educação, Cultura e Esportes
- Responsável pelo Setor do servidor avaliado
- Responsável pelo Setor de Recursos Humanos

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 08 de Agosto de 2016.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 906/2016**

PORTARIA Nº 906/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

DESIGNAR, os seguintes servidores para comporem a Comissão Permanente de Avaliação de Desempenho, a qual realizará a avaliação dos servidores que exercem suas atividades junto à Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 02 (dois) anos:

- Secretário de Saúde
- Controlador de Saúde Pública
- Responsável pelo Setor de Recursos Humanos

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 08 de Agosto de 2016.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 907/2016**

PORTARIA Nº 907/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

DESIGNAR, os seguintes servidores para comporem a Comissão Permanente de Avaliação de Desempenho, a qual realizará a avaliação dos servidores que exercem suas atividades junto a UPA – Unidade de Pronto Atendimento 24 hs., pelo período de 02 (dois) anos:

- Responsável/Diretor Clínico da UPA 24 Horas
- Administrador de Saúde Pública
- Responsável pelo Setor de Recursos Humanos

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 08 de Agosto de 2016.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 908/2016**

PORTARIA Nº 908/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

DESIGNAR, os seguintes servidores para comporem a Comissão Permanente de Avaliação de Desempenho, a qual realizará a avaliação dos servidores que exercem suas atividades junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, pelo período de 02 (dois) anos:

- Secretário de Assistência Social
- Assistente Social, responsável pelo Setor do servidor avaliado
- Responsável pelo Setor de Recursos Humanos

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 08 de Agosto de 2016.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 909/2016**

PORTARIA Nº 909/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

DESIGNAR, os seguintes servidores para comporem a Comissão Permanente de Avaliação de Desempenho, a qual realizará a avaliação dos servidores que exercem suas atividades junto à Secretaria



Municipal de Obras, Urbanismos e Serviços Públicos, pelo período de 02 (dois) anos:

- Cleimar Piovesan
- Gilberto José Durigon
- Sadir Rovêa

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 08 de Agosto de 2016.  
Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 910/2016**

PORTARIA Nº 910/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

DESIGNAR, os seguintes servidores para comporem a Comissão Permanente de Avaliação de Desempenho, a qual realizará a avaliação dos servidores que exercem suas atividades junto à Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, pelo período de 02 (dois) anos:

- Secretário e/ou Diretor da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente
- Kelli Cristina Waldrigues Mohl
- Responsável pelo Setor de Recursos Humanos

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 08 de Agosto de 2016.  
Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 911/2016**

PORTARIA Nº 911/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

DESIGNAR, os seguintes servidores para comporem a Comissão Permanente de Avaliação de Desempenho, a qual realizará a avaliação dos servidores que exercem suas atividades junto à Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação, pelo período de 02 (dois) anos:

- Secretário e/ou Diretor da Secretaria de Planejamento e Coordenação
- Melissa Demo
- Responsável pelo Setor de Recursos Humanos

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 08 de Agosto de 2016.  
Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 912/2016**

PORTARIA Nº 912/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

DESIGNAR, os seguintes servidores para comporem a Comissão Permanente de Avaliação de Desempenho, a qual realizará a avaliação dos servidores que exercem suas atividades junto à Secretaria Municipal de Habitação, pelo período de 02 (dois) anos:

- Secretário e/ou Diretor da Secretaria de Habitação
- Gilberto Durigon
- Responsável pelo Setor de Recursos Humanos

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 08 de Agosto de 2016.  
Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 913/2016**

PORTARIA Nº 913/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

DESIGNAR, os seguintes servidores para comporem a Comissão Permanente de Avaliação de Desempenho, a qual realizará a avaliação dos servidores que exercem suas atividades junto à Procuradoria Municipal, pelo período de 02 (dois) anos:

- Kátia Fátima Giacomelli Hack
- Gilberto José Durigon
- Responsável pelo Setor de Recursos Humanos

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 08 de Agosto de 2016.  
Nelson Guindani  
Prefeito Municipal



**PORTARIA Nº 914/2016**

PORTARIA Nº 914/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

DESIGNAR, os seguintes servidores para comporem a Comissão Permanente de Avaliação de Desempenho, a qual realizará a avaliação dos servidores que exercem suas atividades junto ao Gabinete do Prefeito, pelo período de 02 (dois) anos:

- Kátia Fátima Giacomelli Hack
- Gilberto José Durigon
- Responsável pelo Setor de Recursos Humanos

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 08 de Agosto de 2016.  
Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 915/2016**

PORTARIA Nº 915/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

DESIGNAR, os seguintes servidores para comporem a Comissão Permanente de Avaliação de Desempenho, a qual realizará a avaliação da servidora Kátia Fátima Giacomelli Hack que exerce suas atividades junto à Procuradoria, pelo período de 02 (dois) anos:

- Gilberto José Durigon
- Paulo Cezar Dolejal Berté
- Responsável pelo Setor de Recursos Humanos

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 08 de Agosto de 2016.  
Nelson Guindani  
Prefeito Municipal



# Ilhota

## PREFEITURA

### DECRETO 124 2016

Decreto nº 124, de 04 de agosto de 2016.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL CUSTEAR DESPESAS COM INFRAESTRUTURA ( PALCO, BANHEIROS, SEGURANÇA, SOM, ILUMINAÇÃO, FOGOS E OUTRAS PEQUENAS DESPESAS RELACIONADAS COM AS PROGRAMAÇÕES PARA INAUGURAÇÃO DE BENS PÚBLICOS, DURANTE O ANO DE 2016.

DANIEL CHRISTIAN BOSI, Prefeito Municipal de Ilhota, no uso das atribuições que lhe confere os arts. 10 e 11 da Lei Orgânica, faz saber a todos os habitantes do município promulga o seguinte:

#### DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado, mediante comprovante e procedimentos que atendam os requisitos legais, a efetuar pagamento de despesas relacionadas com a estrutura necessária ao atendimento da programação de inaugurações de bens públicos, até o montante de R\$ 52.000,00 (cinquenta e dois mil reais).

Art. 2º A importância prevista no artigo 1º deste decreto, poderá ser utilizada para pagamento das despesas necessárias com infraestrutura aos eventos de inaugurações, tais como palco, banheiros, segurança, som, iluminação, fogos e outras pequenas despesas relativas às programações para inauguração de bens públicos durante o ano de 2016.

Art. 3º As despesas correrão por conta de dotação orçamentária própria do orçamento vigente conforme abaixo:

Prefeitura Municipal de Ilhota  
02 – Gabinete do Prefeito Municipal  
02.01 – Gabinete do Prefeito Municipal  
0412200022.002 – Manutenção e Funcionamento do Gabinete do Prefeito e Vice Prefeito.  
3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 100 (6) ..... R\$ 52.000,00

Art. 4º A utilização dos recursos deverão ser comprovados no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar do encerramento de cada evento e/ou festividade.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ilhota, em 04 de agosto de 2016.  
DANIEL CHRISTIAN BOSI  
Prefeito Municipal

### EXTRATO DE RESCISÃO CONTRATO 024 - CC 001 2012 - CONCESSÃO VIAÇÃO DO VALE

Extrato de Rescisão Contratual Referente ao Contrato nº 024/2012  
Estado de Santa Catarina  
Município de Ilhota  
Prefeitura Municipal de Ilhota  
Setor de Compras e Licitações  
Processo: Concorrência Pública nº 024/2012

Objeto: Concessão da Exploração dos Serviços Públicos de Transporte Coletivo Urbano de passageiros, por ônibus, em linhas regulares, no Município de Ilhota, à PESSOA JURÍDICA, com finalidade de atender às necessidades atuais e futuras de deslocamento da

população, racionalizando sua operação e exploração, tornando-o mais eficiente, melhorando a qualidade para os usuários, pelo prazo de 25 (vinte e cinco) anos, condicionada a renovação ao cumprimento rigoroso do contrato e avaliação de oportunidade e conveniência da Administração Pública.

Fornecedor: AUTO VIAÇÃO DO VALE LTDA

Fundamento Legal: Inciso XXI, do art. 37 da CF, c/c o inciso XII do art. 78 e II do art. 79 da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993.

Assinatura: 22/07/2016  
Daniel Christian Bosi  
Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 519/2016

PORTARIA Nº 519/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

#### RESOLVE

ADMITIR, a Srª KATLIN FELISKY, no cargo de PROFESSOR NH, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 100 horas mês, a partir de 08 de agosto de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.  
Em 05 de agosto de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT  
Secretária de Administração

### PORTARIA Nº 520/2016

PORTARIA Nº 520/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

#### RESOLVE

ADMITIR, o Sr DANDREICKEE HOFFMANN MENDES, no cargo de PROFESSOR NH, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 50 horas mês, a partir de 08 de agosto de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.  
Em 05 de agosto de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT  
Secretária de Administração



# Imbituba

## PREFEITURA

### PORTARIA PMI/GGP Nº 435/2016

PORTARIA PMI/GGP Nº 435, de 04 de agosto de 2016.

Dispõe sobre pedido de retorno da Licença Sem Vencimentos, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei nº 2.140, de 30 de abril de 2001, considerando ainda, o disposto no Processo Administrativo nº 16.278, de 02 de agosto de 2016,

#### RESOLVE:

Art. 1º Retornar a pedido, a servidora REGIANE MIGUEL RODRIGUES, inscrita no CPF sob o n.º 008.588.859-13, Psicopedagoga, matrícula n.º 7886, afastada por LICENÇA SEM VENCIMENTOS através da PORTARIA PMI/GGP Nº 286/2015, para retorno de suas atividades funcionais, a partir de 04 de agosto de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba SC, 04 de agosto de 2016.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

### PORTARIA PMI/GGP Nº 436/2016

PORTARIA PMI/GGP Nº 436, de 04 de agosto de 2016.

Dispõe sobre pedido de retorno da Licença Sem Vencimentos, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei nº 2.140, de 30 de abril de 2001, considerando ainda, o disposto no Processo Administrativo nº 4.776, de 17 de março de 2016,

#### RESOLVE:

Art. 1º Retornar a pedido, a servidora MARIA NATÁLIA PIRES DE MEDEIROS, inscrita no CPF sob o n.º 613.574.729-00, Professora, matrícula n.º 344, afastada por LICENÇA SEM VENCIMENTOS através da PORTARIA PMI/GGP Nº 361/2015, para retorno de suas atividades funcionais, a partir de 03 de agosto de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba SC, 04 de agosto de 2016.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

### PORTARIA PMI/GGP Nº 437/2016

PORTARIA PMI/GGP Nº 437, de 04 de agosto de 2016.

Dispõe sobre a Demissão de Médico - ESF, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88,

#### RESOLVE:

Art.1º Demitir por término de contrato, o abaixo relacionado, admitido em 11 de dezembro de 2015, através da PORTARIA PMI/GGP Nº 632/2015, para exercer o cargo/função conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.



Nome	Cargo	CPF	Demissão
Fábio Silveira de Souza	Médico - ESF 40h	551.252.479-87	01/08/2016

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba SC, 04 de agosto de 2016.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Layra Fernandes

Superintendente de Gestão de Pessoal e Inovação

### **PORTARIA PMI/GGP Nº 438/2016**

PORTARIA PMI/GGP Nº 438, de 04 de agosto de 2016.

Dispõe sobre a Demissão de Auxiliar Cuidadora/Educadora, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e Lei Complementar nº 4.489 de 09 de dezembro de 2014 e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Demitir a pedido, a abaixo relacionada, admitida em 02/03/2016, através do Processo Seletivo Simplificado Edital nº 14/2015 e PORTARIA PMI/GGP Nº 105/2016, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Demissão
Adnilda Pereira Santos	Auxiliar Cuidadora/Educadora	052.804.049-93	01/08/2016

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 04 de agosto de 2016.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Layra Fernandes

Superintendente de Gestão de Pessoal e Inovação

### **PORTARIA PMI/GGP Nº 439/2016**

PORTARIA PMI/GGP Nº 439, de 05 de agosto de 2016.

Dispõe sobre a Demissão de Técnica em Enfermagem, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Demitir por término de contrato, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado Edital - 01/2014, admitida em 01 de abril de 2014 através da PORTARIA PMI/DGP Nº 189/2014, para exercer o cargo/função conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Demissão
Estela Maris de Souza	Técnica em Enfermagem 40h	983.803.209-30	06/08/2016

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba SC, 05 de agosto de 2016.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública



Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Layra Fernandes

Superintendente de Gestão de Pessoal e Inovação

### **PORTARIA PMI/GGP Nº 440/2016**

PORTARIA PMI/GGP Nº 440, de 08 de agosto de 2016.

Dispõe sobre a Demissão de Servente Merendeira, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88,

#### **RESOLVE:**

Art.1º Demitir por término de contrato, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado Edital - 04/2012, admitida em 23 de agosto de 2014 através da PORTARIA PMI/DGP Nº 398/2014, para exercer o cargo/função conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Demissão
Juliana Marcos Fernandes da Silva	Servente Merendeira 40h	007.446.529-52	19/08/2016

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba SC, 08 de agosto de 2016.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Layra Fernandes

Superintendente de Gestão de Pessoal e Inovação



# Indaial

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 2069/16

. DECRETO Nº 2069/16

. De 08 de agosto de 2016

EXONERA PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO / MIGUEL ÂNGELO SOAR

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 83 de 22 de dezembro de 2008 e demais dispositivos legais em vigor,

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado, a pedido, do Cargo em Comissão de Procurador Geral do Município (símbolo CC-1), previsto na Lei Complementar nº 83/2008 e alterações, Miguel Ângelo Soar, a partir de 8 de agosto de 2016.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotação própria, prevista no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos a partir de 8 de agosto de 2016.

Município de Indaial, em 8 de agosto de 2016.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

### DECRETO Nº 2070/16

. DECRETO Nº 2070/16

. De 08 de agosto de 2016

NOMEIA INTERINAMENTE PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO / JOÃO VICENTE SCHROEDER

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar 83/08 e demais dispositivos legais em vigor,

#### DECRETA

Art. 1º - Fica delegada, ao senhor JOÃO VICENTE SCHROEDER, ocupante do cargo de Chefe de Gabinete (Símbolo CC-1), competência para responder interinamente pela Procuradoria Geral do Município de Indaial a partir de 08 de agosto de 2016.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos a partir de 08 de agosto de 2016.

Município de Indaial, em 08 de agosto de 2016.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

### DECRETO Nº 2071/16

. DECRETO Nº 2071/16

. De 08 de agosto de 2016

DESINCOMPATIBILIZAÇÃO CONSELHEIRO TUTELAR / JAIR GILMAR GONZAGA.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos I, VIII e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei 4.174/2010, e demais dispositivos legais em vigor,

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica desincompatibilizado, a pedido, da função de Conselheiro Tutelar no Município de Indaial □ Gestão 2016/2020, JAIR GILMAR GONZAGA, a partir de 02 de julho de 2016.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotação própria, prevista no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos a partir de 02 de julho de 2016.

Município de Indaial, em 08 de agosto de 2016.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

### DECRETO Nº 2072/16

DECRETO Nº 2072/16

De 08 de agosto de 2016

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2016 no FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDÁIAL, provenientes de Superávit Financeiro.

SERGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei nº 5261, de 21 de dezembro de 2015,

#### DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDÁIAL, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 22.500,00 (vinte e dois mil e quinhentos reais) destinado a atender as despesas abaixo discriminadas:

Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0301	ATENCAO BASICA



30.001.0010.0301.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0301.0030.2466	MANUT ATIVIDADES DO CAPS
333900000000000	APLICACOES DIRETAS
03385700	CAPS - E.A.
	Valor: ( 22.500,00 )

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes de Superávit Financeiro apurado no Exercício Financeiro de 2015.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 08 de agosto de 2016.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

### PORTARIA Nº 99/16

. PORTARIA Nº 99/16

. De 08 de agosto de 2016

Corrige Portaria nº 92/16 – Que Regulamenta situação funcional / Gisele Maria da Silva Melo

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor, considerando que efetivamente a servidora reduziu a carga horária a partir de 1º de julho de 2016, e necessidade de correção da data constante na Portaria nº 92016,

#### RESOLVE:

Art. 1º - Fica determinada carga horária de 20 (vinte) horas semanais, a servidora Gisele Maria da Silva Melo, ocupante do cargo de Assessora de Atividade Esportiva, do quadro da estrutura administrativa da Fundação Municipal de Esportes, Município de Indaial, com redução proporcional de vencimento, a partir de 1º de julho de 2016.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigora na data de sua publicação, gerando efeitos a partir de 1º de julho 2016.

Município de Indaial, em 8 de agosto de 2016.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Cumpra-se e Publique-se na forma da Lei.

ADEMIR PACKER

Diretor Executivo da Fundação Municipal de Esportes

### PROCESSO LICITATÓRIO Nº 111/2016

MUNICIPIO DE INDAIAL

Processo Licitatório nº 111/2016

Edital de Pregão Presencial nº 033/2016-10430

Com Registro de Preços

Objeto: Aquisição de peças de reposição para equipamentos de informática.

Entrega dos envelopes: 19/08/2016 as 08:45h.

Abertura das propostas: 19/08/2016 as 09:00h

Local: Avenida Getúlio Vargas, 126, Setor de Licitações.

Local para obtenção do Edital: o mesmo.

Maiores informações: (47) 3317 8856 ou 3317 8904

licitador@indaial.sc.gov.br – licitadora@indaial.sc.gov.br

www.indaial.sc.gov.br

Sérgio Almir dos Santos

Prefeito Municipal

### PROCESSO LICITATÓRIO Nº 112/2016

MUNICIPIO DE INDAIAL

Processo Licitatório nº 110/2016

Edital de Tomada de Preços nº 018/2016-10430

Objeto: Execução de reperfilagem e pavimentação asfáltica da Rua Maranhão, com extensão de 244,51m.

Entrega dos envelopes: 25/08/2016 as 08:45h.

Abertura das propostas: 25/08/2016 as 09:00h

Local: Avenida Getúlio Vargas, 126, Setor de Licitações.

Local para obtenção do Edital: o mesmo.

Maiores informações: (47) 3317 8856 ou 3317 8904

licitador@indaial.sc.gov.br – licitadora@indaial.sc.gov.br

www.indaial.sc.gov.br

Sérgio Almir dos Santos

Prefeito Municipal

### PROCESSO LICITATÓRIO Nº 113/2016

MUNICIPIO DE INDAIAL

Processo Licitatório nº 113/2016

Edital de Tomada de Preços nº 019/2016-10430

Objeto: Execução de terraplenagem, drenagem pluvial, e pavimentação do trecho 02 Rua Arnold Ebert, extensão de 378,00m.

Entrega dos envelopes: 25/08/2016 as 14:15h.

Abertura das propostas: 25/08/2016 as 14:30h

Local: Avenida Getúlio Vargas, 126, Setor de Licitações.

Local para obtenção do Edital: o mesmo.

Maiores informações: (47) 3317 8856 ou 3317 8904

licitador@indaial.sc.gov.br – licitadora@indaial.sc.gov.br

www.indaial.sc.gov.br

Sérgio Almir dos Santos

Prefeito Municipal



**CÂMARA MUNICIPAL****PROCESSO LICITATÓRIO 19/2016 - TERMO DE DISPENSA 15/2016**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 019/2016

TERMO DE DISPENSA Nº 015/2016

DATA DE EMISSÃO: 09/08/2016
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:
Artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93.
OBJETO:
Contratação de Serviços de decoração para as Sessões Solenes da Câmara de Vereadores de Indaial.
UNIDADE REQUISITANTE:
Câmara Municipal de Indaial.

Ø Dúvidas ou Informações serão esclarecidas na Secretaria Geral da Câmara Municipal de Indaial, no horário: das 08h30min as 20h30min através do Telefone: (47) 33806900; ou por meio do e-mail: secretaria@camaraindaial.sc.gov.br.

Ø O Edital na íntegra poderá ser adquirido no mesmo local e horário, ou por meio do site: [www.camaraindaial.sc.gov.br](http://www.camaraindaial.sc.gov.br).

Vereador Anderson Luz dos Santos Presidente da Câmara	Carimbo de Publicação
--	-----------------------

**PROCESSO LICITATÓRIO 20/2016 - TERMO DE INEXIGIBILIDADE 02/2016**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 020/2016

TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº 002/2016

DATA DE EMISSÃO: 09/08/2016
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:
Artigo 25, inciso III, da Lei Federal nº 8.666/93.
OBJETO:
Contratação de Serviços de apresentações musicais para as Sessões Solenes da Câmara de Vereadores de Indaial.
UNIDADE REQUISITANTE:
Câmara Municipal de Indaial.

Ø Dúvidas ou Informações serão esclarecidas na Secretaria Geral da Câmara Municipal de Indaial, no horário: das 08h30min as 20h30min através do Telefone: (47) 33806900; ou por meio do e-mail: secretaria@camaraindaial.sc.gov.br.

Ø O Edital na íntegra poderá ser adquirido no mesmo local e horário, ou por meio do site: [www.camaraindaial.sc.gov.br](http://www.camaraindaial.sc.gov.br).

Vereador Anderson Luz dos Santos Presidente da Câmara	Carimbo de Publicação
--	-----------------------

**INDAPREV - INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE INDAIAL/SC****PORTARIA INDAPREV Nº 34/16**

. PORTARIA/INDAPREV Nº 34/16

. De 27 de julho de 2016

Concede Aposentadoria Especial de

Magistério á NEUZA MARIA DA SILVA SCHUCK

SALVADOR BASTOS, Diretor Presidente do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Servidores Públicos Municipais de Indaial - INDAPREV, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o previsto no artigo 66, inciso VII, da Lei Complementar nº 64, de 21 de dezembro de 2005 e demais dispositivos em vigor, RESOLVE:

Art. 1º - Conceder aposentadoria Especial de Magistério, a partir de 01 de agosto de 2016, a servidora Neuza Maria da Silva Schuck, ocupante do cargo de PROFESSORA, do quadro pessoal da Prefeitura Municipal de Indaial.

Art. 2º - A aposentadoria de que trata o artigo 1º desta Portaria, está com base no artigo 6º da Emenda Constitucional n. 41/2003 -Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição.

Art.3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de agosto de 2016.

Indaial/SC em 27 de julho de 2016.

SALVADOR BASTOS  
Diretor Presidente

**PORTARIA INDAPREV Nº 35/16**

. PORTARIA/INDAPREV Nº 35/16

. De 27 de julho de 2016

Concede Aposentadoria Especial de

Magistério á TATIANA CIPRIANO RUTZEN

SALVADOR BASTOS, Diretor Presidente do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Servidores Públicos Municipais de Indaial □ INDAPREV, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o previsto no artigo 66, inciso VII, da Lei Complementar nº 64, de 21 de dezembro de 2005 e demais dispositivos em vigor, RESOLVE: Art. 1º - Conceder aposentadoria Especial de Magistério, a partir de 01 de agosto de 2016, a servidora Tatiana Cipriano Rutzen, ocupante do cargo de PROFESSORA, do quadro pessoal da Prefeitura Municipal de Indaial.

Art. 2º - A aposentadoria de que trata o artigo 1º desta Portaria, está com base no artigo 6º da Emenda Constitucional n. 41/2003 - Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição.

Art.3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de agosto de 2016.

Indaial/SC em 27 de julho de 2016.

SALVADOR BASTOS  
Diretor Presidente



# Ipumirim

## PREFEITURA

### EXTRATOS DAS ATAS DE REG. DE PREÇOS DO PL 42, PP 20-MATERIAL DE CONSTRUÇÃO/PM

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 20/2016

PROCESSO DE LICITAÇÃO 42/2016

O Município de Ipumirim, faz saber que está registrando preços nos termos do inciso II do art. 15 da Lei 8.666/93, em conformidade com as propostas classificadas no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 20/2016, do PROCESSO Nº 42/2016, homologado aos 05 de agosto de 2016, cujo objeto é: aquisição de material de construção para as atividades do Departamento de Urbanismo, Indústria, Comércio e Serviço e demais órgãos da Administração Pública, para os itens constantes na atas abaixo elencadas, com características e condições de execução individualizadas no Memorial Descritivo constante no Anexo III do edital de licitação retrocitado.

EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2016.42.6042  
de 08 de agosto de 2016

FORNECEDOR: TM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA, situada na AV ASSIS BRASIL, 148, município de IPUMIRIM-SC, inscrita no CNPJ sob n. 85.201.739/0001-14 e no Cadastro de Contribuintes Estaduais n. 252.270.363, representado pela Senhora ANTOANETE ARTIFONSPRIGIO, CPF: 923.726.609-00.

Item	Descrição	Ref.	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
2	Cal hidratada sc 20kg	Sc	25,00		8,56	214,11
3	argamassa AC1 saca de 20kg	Sc	50,00		8,56	428,22
6	Forro PVC	M	80,00		13,87	1.109,29
7	Roda Forro PVC	M	80,00		2,85	228,38
8	Vaso caixa acoplada	UN	6,00		300,00	1.800,00
9	Mictorios	UN	5,00		210,00	1.050,00
Valor Total Registrado					4.830,00	

EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2016.42.7021  
de 08 de agosto de 2016

FORNECEDOR: KERBERMIX SERVIÇOS DE CONCRETAGEM LTDA, situada na ROD. SC 283 KM 07 VILA FRAG. CX. P.232, MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA-SC, inscrita no CNPJ sob n. 79.280.459/0001-46 e no Cadastro de Contribuintes Estaduais n. 251.717.372, representado pelo Senhor ERICO JOÃO FERREIRA DA SILVA, CPF: 585.401.219-72.

Item	Descrição	Ref.	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1	CONCRETO USINADO 25 MPa BOMBEADO	Mt³	100,00	KERBERMIX	350,00	35.000,00
Valor Total Registrado					35.000,00	

EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2016.42.9926  
de 08 de agosto de 2016

FORNECEDOR: CARAS REVESTIMENTOS EIRELLI ME, situada na RUA IZABETE GRIZA, Nº 508, MUNICÍPIO DE IRANI-SC, inscrita no CNPJ sob n. 21.089.749/0001-27 e no Cadastro de Contribuintes Estaduais n. 25.74.373.9, representado pelo Senhor, CARLOS ALMEIDA DOS SANTOS, CPF:790.044.669-91.

Item	Descrição	Ref.	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
4	piso cerâmico 50 x50- classe A	Mt²	100,00	ANGELGRES	14,35	1.434,79
5	Revestimento cerâmico 293 x 480- A	Mt²	130,00	ANGELGRES	14,35	1.865,21
10	Selador acrílico pigm. 18 litros	Gl	10,00	NATIVA	66,45	664,48
11	TEXTURA BARICA 25 KG	UN	10,00	NATIVA	54,93	549,30
12	lata de tinta acrílica fosco escuro e claro- 18 litros	LT	6,00	RENNER	256,93	1.541,59
13	lata tinta acrílico para psio- 18 litros- verde e laranja	LT	10,00	FENIX	172,76	1.727,65
14	Lata de verniz- 18 litros	LT	3,00	FENIX	305,66	916,98
Valor Total Registrado					8.700,00	

As atas retrocitadas possuem vigência de 12 (doze) meses.



**PORTARIA Nº. 265/2016 DE 05 DE AGOSTO DE 2016.**  
CONCEDE LICENÇA GESTAÇÃO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL NO CARGO DE AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal do município de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo o artigo 105 da Lei 001/2002, de 26 de setembro de 2002, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

**CONCEDE**

A PATRICIA PIMENTEL BRATTI, matrícula 2040, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim - SC, Carteira de Identidade nº. 4.034.632 e do CPF sob o nº. 064.445.269-22, efetiva no cargo de Agente Comunitária de Saúde, com carga horária de 40 horas semanais, licença gestação de 120 (Cento e vinte) dias, para o período de 02 de Agosto de 2016 a 29 de Novembro de 2016, conforme atestado médico.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos retroativos a partir de 02 de Agosto de 2016.

Ipumirim - SC, 05 de Agosto de 2016.

VALDIR ZANELLA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº. 266/2016 DE 08 DE AGOSTO DE 2016.**  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO EFETIVO A PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

**CONCEDE:**

A MARCOS GIOVANI COSER, matrícula 2024-9, férias de 10 dias, relativas ao período aquisitivo de 04/06/2014 a 03/06/2015 e gozo de 10/08/2016 a 19/08/2016.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 10/08/2016.

Ipumirim - SC, 08 de Agosto de 2016.

Valdir Zanella  
Prefeito de Ipumirim

Maira Comboski  
Auxiliar Administrativo.

**PORTARIA Nº. 267/2016 DE 08 DE AGOSTO DE 2016.**  
EXONERA SERVIDORA EFETIVA NO CARGO DE ZELADORA POR APOSENTADORIA E TRANSFERE PARA O QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

**EXONERA E TRANSFERE**

VILMA LANG, Matrícula 513-4, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 24614475 e do CPF

933.769.879-04, servidor público municipal, admitido por concurso público para o cargo de Zeladora, constante no Anexo II, Grupo D - Serviços Gerais, com vencimentos previstos no Anexo V, nível salarial "NIVEL CE 10", atualmente na Classe "D" e Referência "001" com proventos previstos no RGPS que concedeu Aposentadoria por Tempo de Contribuição, e atendido o disposto no §2º do artigo 69 da Lei Complementar 001/2002 que dispõe sobre Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Ipumirim SC.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 3219/2003, a presente portaria produzirá efeitos retroativos a partir de 05 de agosto de 2016.

Ipumirim - SC, 08 de agosto de 2016.

Valdir Zanella  
Prefeito de Ipumirim

Maira Comboski  
Auxiliar Administrativo.

**PORTARIA Nº. 268/2016 DE 08 DE AGOSTO DE 2016.**  
EXONERA SERVIDORA EFETIVA NO CARGO DE ZELADORA POR APOSENTADORIA E TRANSFERE PARA O QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

**EXONERA E TRANSFERE**

ADI TEREZINHA GUERINI, Matrícula 1047-2, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 2322974 e do CPF 593.732.109-04, servidor público municipal, admitido por concurso público para o cargo de Zeladora, constante no Anexo II, Grupo D - Serviços Gerais, com vencimentos previstos no Anexo V, nível salarial "NIVEL CE 10", atualmente na Classe "B" e Referência "001" com proventos previstos no RGPS que concedeu Aposentadoria por Tempo de Contribuição, e atendido o disposto no §2º do artigo 69 da Lei Complementar 001/2002 que dispõe sobre Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Ipumirim SC.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 586/2007 a presente portaria produzirá efeitos a partir de 08 de Agosto de 2016.

Ipumirim - SC, 08 de Agosto de 2016.

Valdir Zanella  
Prefeito de Ipumirim

Maira Comboski  
Auxiliar Administrativo.

**PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 45/2016, PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2016/PM**

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2016

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 45/2016

VALDIR ZANELLA - PREFEITO MUNICIPAL torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar, REGISTRO DE PREÇOS através de Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, na forma da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e 8.666/93 de 21 de junho de 199, com entrega dos envelopes fixada para às 08:30:00 horas do dia 22/08/2016, e abertura prevista para às 08:45:00 do dia 22/08/2016. Objeto da licitação: aquisição de



pneus novos, câmaras e protetores com a Certificação do Inmetro, para utilização na frota municipal, conforme anexo III do edital. O edital poderá ser obtido no endereço eletrônico [www.ipumirim.sc.gov.br](http://www.ipumirim.sc.gov.br), (link: Governo -> licitações, clicando sobre a respectiva modalidade dessa licitação). Possíveis alterações, suspensão, revogação ou anulação do edital, serão disponibilizadas no mesmo endereço eletrônico, cabendo a licitante interessada acompanhar a situação da licitação. Demais esclarecimentos e informações, poderão ser obtidas junto ao setor de licitações e contratos, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefones (49) 3438-3422 ou (49) 3438.3429, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis.

Ipumirim - SC, 08/08/2016  
VALDIR ZANELLA  
PREFEITO MUNICIPAL



**ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS REF. O PL Nº 42, PP Nº 20-2016/PM**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM</b>  <b>CNPJ: 82.814.575/0001-02</b> <b>AV. DOM PEDRO II, 230</b> <b>C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC</b>	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 20/2016 - PR</b>  <b>Processo Administrativo:</b> <b>Processo de Licitação: 42/2016</b> <b>Data do Processo: 19/07/2016</b>
	Folha: 1/2

**OBJETO DA LICITAÇÃO:**

aquisição de material de construção para as atividades do Departamento de Urbanismo, Indústria, Comércio e Serviço e demais órgãos da Administração Pública.

**ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 28/2016 (Sequência: 2)**

Ao(s) 4 de Agosto de 2016, às 09:00 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 1644/2009, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 42/2016, Licitação nº 20/2016 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

**Parecer da Comissão:** Aos quatro dias do mês agosto de 2016, às nove horas, reuniu-se o Pregoeiro Laudecir Francio e sua Equipe de Apoio, constituída pela Servidora Municipal Jucilene Goldoni Callari, designados pelo Decreto nº 1644/2009, com a finalidade de efetuar a abertura e o julgamento dos envelopes de Propostas Comerciais e Documentação de Habilitação, referentes à licitação em epígrafe. Apresentaram-se para participar desta licitação as empresas: CARAS REVESTIMENTOS EIRELLI ME, TM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME e KERBERMIX-SERVICOS DE CONCRETAGEM LTDA. Aberta a sessão pública pelo Pregoeiro, o mesmo solicitou que os representantes apresentassem a documentação comprobatória de posse de poderes para representar suas empresas e ofertar lances verbais, nos termos do item 3.4, e seus subitens, do Edital. Assim o fez o Sr. ERICO JOÃO FERREIRA DA SILVA, procurador da empresa KERBERMIX-SERVICOS DE CONCRETAGEM LTDA, o Sr. MARCIRIO AIRTON BONISSONI representante credenciado da empresa TM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME e o Sr. CARLOS ALMEIDA DOS SANTOS representante credenciado da empresa CARAS REVESTIMENTOS EIRELLI ME. Indagados pelo Pregoeiro sobre a opção de Microempresa, somente a empresa KERBERMIX-SERVICOS DE CONCRETAGEM LTDA não se credencia como Microempresa as demais são optantes. Na sequência, foi observado a apresentação da declaração de cumprimento do disposto no inciso VII do art. 4º da Lei 10.520/2002, ou seja, apresentar declaração verbal ou escrita de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, assim sendo, as licitantes apresentaram a declaração na forma escrita. Ato contínuo foi aberto os envelopes nº 1 - Propostas Comerciais os quais foram rubricados pelo Pregoeiro, sua Equipe de Apoio e os representantes das empresas presentes. Na análise da proposta constatou-se que as licitantes apresentaram as mesmas conforme os requisitos mínimos fixados no Edital, estando habilitadas para as fases seguintes do certame. Por conseguinte o Pregoeiro deu início assim a fase de lances verbais, os quais estão registrados em planilhas que serão rubricadas pelos presentes e anexadas junto aos autos. Ato contínuo procedeu-se à abertura do Envelope nº 2 - Documentação de Habilitação das licitantes vencedoras. Na análise da documentação constatou-se que as licitantes apresentaram a documentação conforme exigência do presente Edital. Após análise criteriosa da documentação do presente certame, pelos participantes presentes, as partes não manifestaram qualquer objeção, inclusive quanto ao interesse de recorrer, renunciando de forma expressa este último. Deixada à palavra livre, ninguém mais fez uso da mesma. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, com a presente Ata aprovada e assinada pelo Pregoeiro, pelos membros da Equipe de Apoio e os representantes presentes ao final da sessão.

**LOTE: 1**

**Participante: 7021 - KERBERMIX SERVIÇOS DE CONCRETAGEM LTDA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	CONCRETO USINADO 25 MPa BOMBEADO	M³	100,00	KERBERMIX	0,0000	350,00	35.000,00
<b>Total do Participante —&gt;</b>							35.000,00

**LOTE: 2**

**Participante: 6042 - TM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
2	Cal hidratada sc 20kg	Sc	25,00		0,0000	8,5644	214,11
3	argamassa 20kg	Sc	50,00		0,0000	8,5644	428,22
6	Forno PVC	M	80,00		0,0000	13,8661	1.109,29
7	Roda Forno PVC	M	80,00		0,0000	2,8548	228,38
<b>Total do Participante —&gt;</b>							1.980,00

**LOTE: 3**

**Participante: 9926 - CARAS REVESTIMENTOS EIRELLI ME**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
4	piso ceramico 50 x50- classe A	M²	100,00	ANGELGRES	0,0000	14,3479	1.434,79



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM**

CNPJ: 82.814.575/0001-02  
 AV. DOM PEDRO II, 230  
 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

**PREGÃO PRESENCIAL**
**Nr.: 20/2016 - PR**

Processo Administrativo:  
 Processo de Licitação: 42/2016  
 Data do Processo: 19/07/2016

Folha: 2/2

**LOTE: 3**
**Participante: 9926 - CARAS REVESTIMENTOS EIRELLI ME**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
5	Revestimento ceramico 293 x 480- A	Mt2	130,00	ANGELGRES	0,0000	14,3478	1.865,21

**Total do Participante ———> 3.300,00**
**LOTE: 4**
**Participante: 6042 - TM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
8	Vaso caixa acoplada	UN	6,00		0,0000	300,00	1.800,00
9	Mictorios	UN	5,00		0,0000	210,00	1.050,00

**Total do Participante ———> 2.850,00**
**LOTE: 5**
**Participante: 9926 - CARAS REVESTIMENTOS EIRELLI ME**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
10	Selador agricolo pigm. 18 litros	GI	10,00	NATIVA	0,0000	66,4479	664,48
11	TEXTURA BARICA 25 KG	UN	10,00	NATIVA	0,0000	54,9303	549,30
12	lata de tinta agricola fosco escuro- 18 litros	LT	6,00	RENNER	0,0000	256,9319	1.541,59
13	lata tinta agricolo para psio- 18 litros- verde e laranja	LT	10,00	FENIX	0,0000	172,7646	1.727,65
14	Lata de verniz- 18 litros	LT	3,00	FENIX	0,0000	305,6604	916,98

**Total do Participante ———> 5.400,00**
**Total Geral —————> 48.530,00**

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Ipumirim, 4 de Agosto de 2016

**COMISSÃO:**

LAUDECI FRANCIO - ..... - Pregoeiro(a)

JUCILENE GOLDONI CALIARI - ..... - Equipe de Apoio



**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO REFERENTE O PL Nº 42, PP Nº 20-2016/PM**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM</b>	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 20/2016 - PR</b>
CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 42/2016 Data do Processo: 19/07/2016
	Folha: 1/2

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Prefeito Municipal, VALDIR ZANELLA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 42/2016  
b) Licitação Nr.: 20/2016-PR  
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
d) Data Homologação: 05/08/2016  
e) Objeto da Licitação aquisição de material de construção para as atividades do Departamento de Urbanismo, Indústria, Comércio e Serviço e demais órgãos da Administração Pública.

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) (em Reais R\$)

	Unid.	Quantidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	------------	------------	----------------	---------------

**LOTE: 1****KERBERMIX SERVIÇOS DE CONCRETAGEM LTDA (7021)**

1 CONCRETO USINADO 25 MPa BOMBEADO - Marca: KERBERMIX	M³	100,00	0,0000	350,00	35.000,00
<b>Total do Fornecedor:</b>					<b>35.000,00</b>

**LOTE: 2****TM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (6042)**

2 Cal hidratada sc 20kg	Sc	25,00	0,0000	8,5644	214,11
3 argamassa AC1 saca de 20kg	Sc	50,00	0,0000	8,5644	428,22
6 Forro PVC	M	80,00	0,0000	13,8661	1.109,29
7 Roda Forro PVC	M	80,00	0,0000	2,8548	228,38
<b>Total do Fornecedor:</b>					<b>1.980,00</b>

**LOTE: 3****CARAS REVESTIMENTOS EIRELI ME (9926)**

4 piso ceramico 50 x50- classe A - Marca: ANGELGRES	M²	100,00	0,0000	14,3479	1.434,79
5 Revestimento ceramico 293 x 480- A - Marca: ANGELGRES	M²	130,00	0,0000	14,3478	1.865,21
<b>Total do Fornecedor:</b>					<b>3.300,00</b>

Ipumirim, 5 de Agosto de 2016.

\_\_\_\_\_  
VALDIR ZANELLA  
PREFEITO MUNICIPAL



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM****CNPJ:** 82.814.575/0001-02  
**AV. DOM PEDRO II, 230**  
**C.E.P:** 89790-000 - Ipumirim - SC**PREGÃO PRESENCIAL****Nr.: 20/2016 - PR****Processo Administrativo:**  
**Processo de Licitação:** 42/2016  
**Data do Processo:** 19/07/2016

Folha: 2/2

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO****LOTE: 4****TM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (6042)**

8 Vaso caixa acoplada	UN	6,00	0,0000	300,00	1.800,00
9 Mictorios	UN	5,00	0,0000	210,00	1.050,00
<b>Total do Fornecedor:</b>					<b>2.850,00</b>

**LOTE: 5****CARAS REVESTIMENTOS EIRELLI ME (9926)**

10 Selador acrílico pigm. 18 litros - Marca: NATIVA	GI	10,00	0,0000	66,4479	664,48
11 TEXTURA BARICA 25 KG - Marca: NATIVA	UN	10,00	0,0000	54,9303	549,30
12 lata de tinta acrílica fosco escuro e claro- 18 litros - Marca: RENNER	LT	6,00	0,0000	256,9319	1.541,59
13 lata tinta acrílico para piso- 18 litros- verde e laranja - Marca: FENIX	LT	10,00	0,0000	172,7646	1.727,65
14 Lata de verniz- 18 litros - Marca: FENIX	LT	3,00	0,0000	305,6604	916,98
<b>Total do Fornecedor:</b>					<b>5.400,00</b>
<b>Total Geral:</b>					<b>48.530,00</b>

Ipumirim, 5 de Agosto de 2016.

\_\_\_\_\_  
VALDIR ZANELLA  
PREFEITO MUNICIPAL



# Irineópolis

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 3049/2016

DECRETO N.º 3.049/2016.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE VAGA E CONVOCAÇÃO DE CANDIDATO (A) APROVADO (A) EM CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal; e,

Considerando a realização do concurso público n.º 001/2015 no qual houve candidatos (as) aprovados (as), que constituem Cadastro de Reserva para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais;

Considerando a necessidade de convocação de servidor (a) para desenvolver as atividades do cargo supracitado, em virtude da exoneração à pedido de servidora do Quadro Efetivo;

Considerando ainda, o compromisso de prestação de um serviço público eficiente, em todos os órgãos da Administração Pública Municipal;

#### DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de 01 (uma) vaga no concurso público n.º 001/2015 para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais II e, autorizada a CONVOCAÇÃO do (a) candidato (a) aprovado (a) de acordo com a ordem classificatória de aprovação, para fins de nomeação.

Art. 2º O candidato (a) convocado (a) deverá comprovar, no prazo legal, o cumprimento de todos os requisitos e exigências para o exercício do cargo.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 05 de Agosto de 2016.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

### PROCESSO LICITATÓRIO Nº 39/2016 - PM

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 39/2016

TOMADA DE PREÇOS Nº 20/2016

A Prefeitura Municipal de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 01 de setembro de 2016, às 09:00 horas, Processo Licitatório na Modalidade Tomada de Preços, com critério de adjudicação Menor Preço Global, de acordo com a Lei nº 8.666/93, visando a "Pavimentação da Rua Pernambuco, em uma extensão de 201,00 m, contemplando serviços de terraplenagem, drenagem pluvial, pavimentação da via em lajotas de concreto, com colocação de meio fio e construção de calçadas, de acordo com os projetos, planilha orçamentária e memorial descritivo, conforme Contrato de Repasse nº 829766/2016/MCIDADES/CAIXA". O edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Compras e Licitações, no horário das 08:30 às 11:30 e das 13:00 às 15:00, Rua Paraná, nº 200, Centro, Irineópolis SC, Fone 47 3625-1111, no site [www.irineopolis.sc.gov.br](http://www.irineopolis.sc.gov.br).

Irineópolis, 08 de agosto de 2016.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

## HOSPITAL Bom Jesus

### RESOLUÇÃO 017/2016

RESOLUÇÃO NR. 017 /2016

CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES QUE ESPECIFICA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Presidente do Hospital Municipal Bom Jesus de Irineópolis cidadã MARCIA MARIA KERSCHER, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto no artigo 105, inciso VII da Lei Complementar nº 07/2001, de 15.10.2001, e em conformidade com a Lei Complementar nº 01/97 de 30.12.1997,

#### RESOLVE:

Art 1st - Conceder férias regulamentares aos servidores abaixo relacionados:

Nome	Cargo	Periodo de Férias
1- Adriana Leandro Meneguel	Técnico de Enfermagem	11.08.16 a 09.09.16
2-Silvana Rodrigues da Silva	Auxiliar Administrativo	15.08.16 a 29.08.16

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Irineópolis, 08 de agosto de 2016

MARCIA MARIA KERSCHER

Presidente.



# Itaiópolis

## FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAIÓPOLIS

### AVITO DE LICITAÇÃO Nº 38/2016

AVISO DE LICITAÇÃO - Processo Licitatório nº 38/2016 – Tomada de Preços nº 7/2016 – Objeto: reforma da pintura externa edificação antiga, muro de arrimo e serviços complementares, do Centro de Educação Infantil Lucena, com fornecimento de mão de obra e materiais. LOCAL/DATA E HORÁRIO PARA ENTREGA DOS ENVELOPES: Avenida Getúlio Vargas, 308, 3º Piso, Centro, Itaiópolis – SC, no Departamento de Compras e Licitações, junto a Prefeitura Municipal, no dia 25 de agosto de 2016, até as 09h20min. ABERTURA DOS ENVELOPES: no dia 25 de agosto de 2016, as 09h30min. O Edital estará à disposição dos interessados, no endereço acima mencionado ou pelo Site [www.itaioplis.sc.gov.br](http://www.itaioplis.sc.gov.br). Itaiópolis, 08 de agosto de 2016. JOSÉ HERALDO SCHRITKE Prefeito Municipal.

### RESULTADO DE LICITAÇÃO

Extrato de Licitação Nº 17/2016. Pregão Presencial nº 15/2016. Objeto: Registro de Preços para contratação de micro ônibus com banheiro e com capacidade de no mínimo 27 lugares, e Van com no mínimo 15 lugares para transporte de pacientes de Itaiópolis à Campina Grande do Sul-PR e de Itaiópolis à Joinville para a realização de exames, consultas e procedimentos cirúrgicos. Contratante: Fundo Municipal de Saúde. Empresas vencedoras: Soetur turismo Ltda, Valor: R\$ 203.280,00; Gilnei Pedrinho Basso & Cia Ltda, Valor: R\$ 178.200,00; Vigência: 08 de agosto de 2016. Itaiópolis, 08/08/2016. José Heraldo Schritke – Prefeito Municipal.



# Itapema

## PREFEITURA

### **PROCESSO Nº 130 / 2016 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 04.090.2016 OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS – AQUISIÇÃO DE NOTEBOOKS.**

Estado de Santa Catarina

Município de Itapema

EDITAL DE LICITAÇÃO

O Município de Itapema, torna público a abertura do:

Processo nº 130 / 2016 – Pregão Presencial nº. 04.090.2016

Objeto: Registro de Preços – Aquisição de Notebooks.

Entrega dos envelopes: Até às 14:00 (quatorze) horas do dia 22 de agosto de 2016.

Abertura do Pregão: 22 de agosto de 2016, às 14:00 (quatorze) horas.

Endereço para retirada do edital: O edital poderá ser baixado pelo sítio [www.itapema.sc.gov.br](http://www.itapema.sc.gov.br), no ícone “compras e licitações – modalidades – pregão – pasta 04.090.2016” ou pessoalmente, Avenida Nereu Ramos, 134, Bairro Centro.

Dúvidas, entrar em contato pelo telefone (047) 3268-8019.

Itapema, 8 de agosto de 2016.

EVERALDO DARÓS

Diretor de Compras, Contratos e Licitações



# Itapiranga

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 125, DE 3 DE AGOSTO DE 2016

DECRETO Nº 125, DE 03 DE AGOSTO DE 2016.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Município de Itapiranga SC, por conta da previsão do "Excesso de Arrecadação" e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e de conformidade com a Lei Municipal nº 3.004 de 15 de dezembro de 2015;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Município de Itapiranga - SC, por conta da previsão do "Excesso de Arrecadação" na seguinte fonte de recurso 85 – Convênio de Trânsito - Militar, no valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais)

03.01 – Secretaria Municipal Administração, Obras e Serviços Urbanos

04.181.0014.2007 – Convênio de Trânsito

33.90.00.00.00.00.00.0085– Aplicações diretas R\$ 8.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga – SC, 3 de agosto de 2016.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antonio Scalon

Secretario Municipal de Administração.

### DECRETO Nº 123, DE 3 DE AGOSTO DE 2016

DECRETO Nº. 123, DE 3 DE AGOSTO DE 2016.

Institui SERVIDÃO DE PASSAGEM, declara de utilidade pública e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo inciso V do artigo 59 da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica instituída SERVIDÃO DE PASSAGEM, na forma de cessão de uso permanente com ônus real de uso, imposto sobre a propriedade a seguir identificada, com o fim específico da instalação da rede coletora de esgoto para ligação dos Lotes Urbanos situados nas Quadras nº 6, nº 7 e nº 8, do Loteamento Portal do Sol, situado no Município de Itapiranga/SC:

- imóvel constituído por Parte do Lote Rural nº 33, da Linha Laranjeira, situado no município de Itapiranga/SC, com a área de 30.350,00m², confrontando: ao NORTE, com o lote nº 1, da Linha Laranjeira; ao LESTE, com o lote nº 1, da Linha Baú; ao SUL, com terras do mesmo lote nº 33; ao NORDESTE, com terras do mesmo lote nº 33; ao SUESTE, com terras do mesmo lote nº 33; e ao OESTE, com o lote nº 32, objeto da Matrícula nº 11.082, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Itapiranga, de propriedade de ROQUE FÜHR, brasileiro, casado, agricultor, inscrito no CPF sob nº 346.061.909-06, portador do RG nº 461.172; e

ELISABETH ROHDEN FÜHR, brasileira, casada, agricultora, portadora do RG nº 1.157.444, inscrita no CPF sob o nº 777.234.149-00; e VERNO FÜHR, brasileiro, casado, aposentado, inscrito no CPF sob nº 219.493.609-20, portador do RG nº 460.084; e HEDWIG WOLFART FÜHR, brasileira, casada, aposentada, portadora do RG nº 994.206, inscrita no CPF sob o nº 025.271.889-58, ambos residentes e domiciliados na Linha Laranjeira Alta, Itapiranga/SC, CEP 89896-000.

Art. 2º A respectiva área da SERVIDÃO DE PASSAGEM será em favor Município de Itapiranga e terá as seguintes dimensões: largura perpendicular de 3,00 metros, composta por uma área de 530,00m² (quinhentos e trinta metros quadrados), confrontando: ao NORDESTE, em 4,95 metros, e Azimute de 336° 46' 47", com a Avenida das Laranjeiras; ao LESTE, 172,85 metros, em dois rumos, sendo em 55,55 metros, e Azimute de 14° 3' 35", e 117,30 metros, e Azimute de 350° 5' 11", com terras do próprio imóvel constituído por parte do lote rural nº 33, da Linha Laranjeira; ao SUESTE, em 3,73 metros, e Azimute de 43° 37' 7", com o lote urbano nº 4, da Quadra nº 06, do Loteamento Portal do Sol, e ao OESTE, 180,25 metros, em dois rumos, sendo em 120,15 metros, e Azimute de 350° 5' 11", e 60,10 metros e Azimute de 14° 3' 35", com terras do próprio imóvel constituído por parte do lote rural nº 33, da Linha Laranjeira.

§1º A SERVIDÃO DE PASSAGEM ora constituída está demonstrada no mapa anexo, que integra este Decreto para todos os fins e efeitos.

Art. 3º Em virtude da constituição da presente SERVIDÃO DE PASSAGEM, ficam declaradas de utilidade pública a parte ideal dos imóveis identificados neste Decreto.

Art. 4º A Servidão Administrativa de que trata este Decreto será registrada no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca.

Art. 5º Para fazer face às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, serão usados recursos do orçamento vigente.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapiranga - SC, 3 de agosto de 2016.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antonio Scalon

Secretaria Municipal de Administração.

### DECRETO Nº 124, DE 3 DE AGOSTO DE 2016

DECRETO Nº. 124, DE 3 DE AGOSTO DE 2016.

Institui SERVIDÃO ADMINISTRATIVA, declara de utilidade pública e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo inciso V do artigo 59 da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:



Art. 1º Fica instituída SERVIDÃO ADMINISTRATIVA, na forma de cessão de uso permanente com ônus real de uso, imposto sobre a propriedade a seguir identificada, com o fim específico para composição da vala de filtração de efluentes da ETE – Estação de Tratamento de Esgoto, do LOTEAMENTO PORTAL DO SOL, situado no Município de Itapiranga – SC:

- imóvel constituído por Parte do Lote Rural nº 32-B, da Linha Laranjeira, situado no município de Itapiranga/SC, com a área de 46.800,00m², confrontando: ao NORTE, com o lajeado Laranjeira; ao LESTE, em 369,10 metros, com o lote rural nº 33, ao SUL, com terras do mesmo lote nº 33; ao NORDESTE, com terras do mesmo lote nº 33; ao SUESTE, em 83,82 metros, com terras de parte do lote rural nº 32-A; e ao SUDOESTE, em 394,47 metros, com terras de parte do lote rural nº 32-C; ao SUL, em 83,82 metros, com terras de parte do lote rural nº 32-A; e ao SUDOESTE, em 394,47 metros, com terras de parte do lote rural nº 32-C, objeto da Matrícula nº 14.364, do Cartório de Registro de Imóveis da cidade e comarca de Itapiranga; o imóvel é de propriedade em condomínio de ANTONIO PREIS, funcionário público aposentado, RG-SC nº 621.591, inscrito no CPF sob o nº 423.024.479-72, e sua esposa LÚCIA WINK PREIS, empregada doméstica, RG-SC nº 2.207.857, inscrita no CPF sob o nº 941.882.899-53.

Art. 2º A respectiva área da SERVIDÃO ADMINISTRATIVA será em favor Município de Itapiranga e terá as seguintes dimensões: largura perpendicular de 5,20 metros, composta por uma área de 104,00m² (cento e quatro metros quadrados), confrontando: ao LESTE, em 5,60 metros, e Azimute de 358º 43' 30", com parte do lote rural nº 33; ao SUESTE, em 18,70 metros, e Azimute de 61º 26' 57", com terras do próprio imóvel constituído por parte do lote rural nº 32-B; ao SUDOESTE, em 5,20 metros, e Azimute de 332º 4' 11", com terras do próprio imóvel constituído por parte do lote rural nº 32-B; e ao NOROESTE, em 21,30 metros, e Azimute de 61º 26' 57", com terras do próprio imóvel constituído por parte do lote rural nº 32-B, da Linha Laranjeira.

§1º A SERVIDÃO ADMINISTRATIVA ora constituída está demonstrada no mapa anexo, que integra este Decreto para todos os fins e efeitos.

Art. 3º Em virtude da constituição da presente SERVIDÃO ADMINISTRATIVA fica declarada de utilidade pública a parte ideal dos imóveis identificados neste Decreto.

Art. 4º A Servidão Administrativa de que trata este Decreto será registrada no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca.

Art. 5º Para fazer face às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão usados recursos do orçamento vigente.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Itapiranga - SC, 3 de agosto de 2016.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antonio Scaloni

Secretaria Municipal de Administração.

## **INEXIGIBILIDADE Nº 122/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA.

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

### **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 122/2016**

OBJETO: contratação de empresa para fornecimento de peças para conserto da Motoniveladora G710, marca Volvo, à disposição da secretaria de Transportes, desta municipalidade.

Contratada: Linck Máquinas S.A.

CNPJ: 92.747.492/0010-92

Valor: R\$: 8.288,15.

Vigência: 180 dias

Fundamento: caput, do artigo 25 da Lei nº 8.666/93.

Itapiranga – SC., 05 de agosto de 2016

Milton Simon

Prefeito Municipal

## **PREGÃO PRESENCIAL Nº 125/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 125/2016

O Município de Itapiranga – SC., torna público que encontra-se aberto o Pregão Presencial nº 125/2016, cujo objeto é a aquisição de para-brisa para ônibus VW Induscar Foz, destinado para ônibus placa MGR-3373, da secretaria municipal de Educação. Entrega da documentação e proposta até às 14:00 horas do dia 19 de agosto de 2016. Maiores informações bem como cópia do edital, podem ser obtidos junto ao Departamento de Compras e Licitações, pelo fone (49) 3678-7714 ou pelo site: <http://www.itapiranga.sc.gov.br/>

Itapiranga - SC., 08 de agosto de 2016.

Milton Simon

Prefeito Municipal

## **PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 126/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 126/2016

O Município de Itapiranga – SC., torna público que encontra-se aberto o Pregão Presencial para Registro de Preços Nº 126/2016, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para a execução de serviços de desinsetização, dedetização das dependências do Complexo Oktober. Entrega da documentação e proposta até às 15:30 horas do dia 19 de agosto de 2016. Informações e cópia do edital, podem ser obtidos no Setor de Compras, pelo fone (49) 3678-7714 ou no site: [www.itapiranga.sc.gov.br/](http://www.itapiranga.sc.gov.br/)

Itapiranga – SC., 08 de agosto de 2016.

Milton Simon

Prefeito Municipal



# Itapoá

## PREFEITURA

### CMAS - ATA Nº 11/2016

Ata: 011/2016

Reunião: ORDINÁRIA

Data: 03/08/2016

Horário: 09h00

Local: SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA

Aos três dias do mês de agosto de 2016, no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV, situado na Av. das Nações Unidas, número 349, balneário Princesa do Mar, Centro, Itapoá, às 09h10 foi efetuada a contagem dos presentes, havendo quórum, estando presente os conselheiros: Cristina Bastos Pequeno (SAF), Lana Rosélia Quadros Beviláqua (Ent. S/ Fins Lucrativos), Rosana Maria de Lima Brauer (SME), Elaine Cristina Alves (OAB), Margarida G. Haas (Trabalhadores), Iraíde Galdélia Lovatel de Lemos, (Usuários), Maristela de Souza Speck (SMAS) e Marciane Rech (SMS). Dando início a reunião, a presidente, Sra. Elaine Cristina Alves informa a todos que a reunião possuirá gravação de áudio. A seguir, no expediente foi lido o ofício Of. 150/2016 - SMAS - Legislação da Assistência Social, na continuidade foi relatado o - Of. 062/2016 CRAS- Serviços socioassistenciais ofertados pela Política Pública de Assistência Social, no âmbito do município de Itapoá SC e o - Of. 065/2016 - CRAS - Correção do Of. 062/2016 encaminhados anteriormente. A presidente Elaine explanou a todos a situação junto ao MP do município. Na pauta deliberativa foi tratado a Retificação da Prestação de Contas do FMAS no exercício de 2014, conforme e-mail de 11/07/2017 do conselheiro e técnico Alexandre Ribeiro. DELIBEROU o conselho pela aprovação da ratificação do exercício 2014. EMITA-SE resolução do CMAS. As conselheiras Margarida (Trabalhadores) e Marciane (SMS) por não terem participado da reunião que foram discutidos os valores ora ratificados se abstém da votação mesmo tendo seus titulares e suplentes votados favoráveis na reunião extraordinária realizada no dia 28/06/2016. Nos assuntos diversos, a presidente convidou a todos para o 1º encontro de enfrentamento à violência e abuso sexual às crianças e adolescentes que ocorrerá na data de hoje, às 13h30 na Casa de Cultura de Itapoá. A conselheira Rosana (SME) comenta que tem presenciado em seu ambiente de trabalho que as crianças entre sete a nove anos tem demonstrado conhecimento distorcido sobre sexo e que é bastante importante a participação neste tipo de evento. Que a informação correta às crianças é ponto importante na sua formação. Nada a mais havendo a se tratar, a reunião foi encerrada às 09h42. Não houve comunicação de ausência por parte dos conselheiros. Assinam esta ata os presentes:

Lana Rosélia Quadros Beviláqua
Margarida G. Haas
Elaine Cristina Alves
Maristela de Souza Speck
Rosana Maria de Lima Brauer
Iraíde Galdélia Lovatel de Lemos
Marciane Rech
Cristina Bastos Pequeno

### CONCURSO PÚBLICO: TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 032/2016 DO EDITAL Nº 050/2015

TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 032

Processo: Concurso Público – Edital nº 050/2015

Sérgio Ferreira de Aguiar – Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, CONVOCA o(s) candidato(s) abaixo relacionado(s), para comparecer(em) no Departamento de Recursos Humanos na sede da Prefeitura, no prazo de 05 dias contados do recebimento da convocação, a fim de manifestar interesse pela nomeação mediante apresentação dos documentos exigidos no Edital e específicos para esta fase do processo:

CARGO	CANDIDATO	INSCRIÇÃO	CLASS.
Engenheiro Florestal	Francieli Pscheidt	430000791	02

Itapoá – SC, 08 de agosto de 2016

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal



**EDITAL PARA CONVOCAÇÃO COMDEMA 2016****EDITAL PARA CONVOCAÇÃO COMDEMA**

Respeitando o Art. 13 do Regimento Interno do COMDEMA, no prazo de 20 dias contados da publicação do Edital de Convocação, as entidades deverão protocolizar na Secretaria Municipal de Meio Ambiente, requerimento escrito, dirigido a Presidência do COMDEMA, solicitando sua inclusão no neste Conselho, apresentando os seguintes documentos e informações:

- a) Requerimento contendo os dados da entidade e de seu representante, especialmente endereço completo, e-mail e telefone para contato;
- b) Cartão de CNPJ atualizado, expedido pelo site da Receita Federal há menos de 30 dias;
- c) Cópia simples do documento constitutivo da entidade, em que esteja caracterizada sua pertinência como entidade social ou ambiental;
- d) Cópia simples da Ata de eleição de seu representante, se for o caso;
- e) Cópia simples do documento de identidade de seu representante;
- f) Cópia simples do decreto de utilidade pública da entidade, de houver;
- g) Cópia simples das Atas de reunião e respectivas listas de presença referentes aos 12 meses anteriores ao protocolo do requerimento;
- h) Indicação dos nomes para o cargo de Conselheiro Titular e Suplente do COMDEMA, bem como os respectivos e-mails e telefones de contato dos indicados;
- i) Cópia simples de documento que comprovem sua efetiva atuação como entidade social ou ambiental, tais como relatórios, fotografias, reportagens, participações em eventos, dentre outros.

Atenciosamente,

Itapoá, 08 de Agosto de 2016  
Conrado Schneider Junior  
Secretário Municipal de Meio Ambiente  
Prefeitura Municipal de Itapoá



# Ituporanga

## PREFEITURA

### **EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2016 CONTRATAÇÃO DE MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PROFISSIONAL DE DANÇA ESCOLAR, AULAS DE MÚSICAS E INSTRUTOR ESPORTIVO DURAÇÃO DE 6 MESES**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL nº37/2016

Processo: 51/2016

Objeto: CONTRATAÇÃO DE MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PROFISSIONAL DE DANÇA ESCOLAR, AULAS DE MÚSICAS E INSTRUTOR ESPORTIVO DURAÇÃO DE 6 MESES: Menor Preço Por lote. ENTREGA DOS ENVELOPES: Dia 22 de agosto de 2016 até as 09:00 horas no setor de protocolos. ABERTURA DOS ENVELOPES DAS PROPOSTAS E CREDENCIAMENTO: Dia 22 de agosto de 2016 às 09:30 horas no setor de licitações. INÍCIO PARA ETAPA DE LANCES: Às 10:00 horas do mesmo dia, na sala de Reuniões da Prefeitura. Informações: Esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de Licitações da Prefeitura do Município de Ituporanga, situada à Rua Vereador Joaquim Boeing, 40, Centro das 07:00 às 13:00 horas e pelo fone (\*\*47) 3533-1211.O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico: [www.ituporanga.sc.gov.br](http://www.ituporanga.sc.gov.br), no link Prefeitura/Editais/Licitações.

Ituporanga, 09 de agosto de 2016

ARNO ALEX ZIMERMANN FILHO

Prefeito do Município

### **EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 38/2016 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS ESPORTIVOS E INSTRUMENTOS MUSICAIS PARA A SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL nº38/2016

Processo: 52/2016

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS ESPORTIVOS E INSTRUMENTOS MUSICAIS PARA A SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO: Menor Preço Por Item. ENTREGA DOS ENVELOPES: Dia 23 de agosto de 2016 até as 09:00 horas no setor de protocolos. ABERTURA DOS ENVELOPES DAS PROPOSTAS E CREDENCIAMENTO: Dia 23 de agosto de 2016 às 09:30 horas no setor de licitações. INÍCIO PARA ETAPA DE LANCES: Às 10:00 horas do mesmo dia, na sala de Reuniões da Prefeitura. Informações: Esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de Licitações da Prefeitura do Município de Ituporanga, situada à Rua Vereador Joaquim Boeing, 40, Centro das 07:00 às 13:00 horas e pelo fone (\*\*47) 3533-1211.O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico: [www.ituporanga.sc.gov.br](http://www.ituporanga.sc.gov.br), no link Prefeitura/Editais/Licitações.

Ituporanga, 09 de agosto de 2016

ARNO ALEX ZIMERMANN FILHO

Prefeito do Município



# Jaraguá do Sul

## PREFEITURA

### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO AGOSTO 2016

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

O FISCAL TRIBUTARISTA Sérgio Paulo Stephani matrícula 7089-1, da Secretaria da Fazenda do Município de Jaraguá do Sul, atendendo ao disposto no inciso III, do artigo 55-A da Lei Complementar nº 35/2003 incluído pela Lei Complementar nº 153/2014 depois da(s) tentativa(s) de ciência por meio de remessa postal resultar(em) infrutífera(s), notifica os contribuintes abaixo citados, da imposição do Auto de Infração por descumprimento de Notificação Preliminar para fins de providenciar a regularização cadastral através do encaminhamento de solicitação de baixa no Cadastro Mobiliário Municipal, conforme previsto no Parágrafo 1º do art. 85 da Lei Complementar Municipal 001/1993 alterado pela Lei Complementar Municipal 26/2002.

Os Autos de Infração foram emitidos conforme está previsto nos Itens "1" e "2" da Alínea "a" do Inciso I do Parágrafo 2º do art. 86 da Lei Complementar Municipal 001/1993.

Considerar-se-á notificado o contribuinte, em 30 dias da data da publicação do edital, conforme o disposto no inciso III, do § 2º, do artigo 55-A da Lei Complementar nº 35/2003 incluído pela Lei Complementar nº 153/2014. O contribuinte poderá interpor recurso em grau de primeira instância administrativa perante a Unidade de Julgamento Singular, no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da data em que é considerado o contribuinte notificado deste Edital, conforme prevê o disposto no § 1º, do art. 23, da Lei Complementar Municipal nº 71/2007.

Jaraguá do Sul, 09/08/2016

SÉRGIO PAULO STEPHANI

Fiscal Tributalista

Matrícula 7089-1

Nº Auto de Infração	Nº da Notificação Preliminar	Data da Emissão	Inscrição Municipal	Contribuinte	Valor R\$
856/2016	15/2016	09/05/2016	29116	Paulo Cesar Vitoriano	643,60
860/2016	24/2016	09/05/2016	24061	Ataliba Cozinha Industrial Ltda	804,50

### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO - AGOSTO 2016

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

O FISCAL TRIBUTARISTA Sérgio Paulo Stephani matrícula 7089-1, da Secretaria da Fazenda do Município de Jaraguá do Sul, atendendo ao disposto no inciso III, do artigo 55-A da Lei Complementar nº 35/2003 incluído pela Lei Complementar nº 153/2014 depois da(s) tentativa(s) de ciência por meio de remessa postal resultar(em) infrutífera(s), notifica os contribuintes abaixo citados, da emissão de Notificação Preliminar para fins de providenciar a regularização cadastral encaminhando através do Protocolo, a solicitação de baixa no Cadastro Mobiliário Municipal, conforme previsto no Parágrafo 1º do art. 89 da Lei Complementar Municipal 001/1993 alterado pela Lei Complementar 26/2002.

Para saber como proceder a regularização da situação o contribuinte deverá acessar o seguinte link: <http://www.jaraguadosul.sc.gov.br/fazenda-baixa-alvara-de-localizacao>. Maiores informações poderão ser obtidas no setor de Fiscalização Tributária no fone (47) 2106-8192.

Considerar-se-á notificado o contribuinte, em 30 dias da data da publicação do edital, conforme o disposto no inciso III, do § 2º, do artigo 55-A da Lei Complementar nº 35/2003 incluído pela Lei Complementar nº 153/2014. O prazo para regularização cadastral será de 15 (quinze) dias úteis contados da data em que é considerado o contribuinte notificado deste Edital, conforme prevê o disposto no § 1º, do art. 89, da Lei Complementar Municipal nº 001/1993 alterado pela Lei Complementar 26/2002.

Jaraguá do Sul, 09/08/2016

SÉRGIO PAULO STEPHANI

Fiscal Tributalista

Matrícula 7089-1

Nº Notificação	Inscrição Municipal	Contribuinte	Data de Emissão
14/2016	24048	DRESSEL DISTRIBUIDORA DE MERCADORIAS LTDA	12/04/2016
16/2016	7895	FRITZ SCHUTTE	12/04/2016
17/2016	26452	DRESSEL ALIMENTICIOS LTDA ME	12/04/2016
19/2016	14310	PANIFICIO BAVIERA LTDA ME	12/04/2016
29/2016	18188	CANI COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA	13/04/2016
34/2016	23960	MAR MEX INDUSTRIAL E COMERCIAL LTDA	29/04/2016
37/2016	16731	FONTE DE ARTES E ARTESANATOS LTDA ME	29/04/2016
38/2016	15274	FONTE DE ARTES E ARTESANATOS LTDA ME	29/04/2016
39/2016	12403	LANA DISTRIBUIDORA DE CARNES E FRIOS LTDA	05/05/2016
41/2016	34359	LD MERCADO LTDA	17/05/2016
42/2016	27815	RENASCER INDUSTRIA E COMERCIO DE ROUPAS LTDA ME	18/05/2016



**EDITAL Nº 01 /2016 CIPA**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

EDITAL Nº 01 /2016

“Convocação de eleição da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA - Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, Gestão 2016 / 2017 e designação da Comissão Eleitoral (CE).”

ADEMAR POSSAMAI, Secretário Municipal da Administração, no exercício de suas atribuições legais, considerando Decreto 8.092/2011 que altera dispositivos do Decreto 6.153/2007, convoca os servidores públicos municipais de Jaraguá do Sul, para participarem da eleição dos representantes dos servidores na CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes), para Gestão 2016/2017, a se realizar entre os dias 20 e 27 de setembro de 2016.

**DESIGNAÇÃO DA COMISSÃO ELEITORAL**

Ficam designados, para efeito deste edital, os servidores, para comporem a Comissão Eleitoral (C.E.), a qual será responsável pela organização e acompanhamento do processo de escolha dos representantes dos servidores na Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul (PMJS): Dazilma Vozniack (id 8.195) – Presidente; Letícia Pereira (id 10.558) – representante da Secretaria Municipal da Administração; Sandro Marcos Krachinski (id 9.393) – Técnico de Segurança do Trabalho designado para acompanhar o processo; Julie Alexandra Marcchetti Poglia (id 9602) - representante do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Jaraguá do Sul e Região (SINSEP); Daiane Pommerening Schnaider (id 10.031) - representante da Secretaria Municipal da Educação (SEMED); Gilson de Assis Strobel (id 10.219) - representante da Secretaria Municipal da Saúde (SEMSA); Mariano Adelfo Born (id 9445) - representante da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos (SEMOB).

Jaraguá do Sul, 04 de agosto de 2016.

ADEMAR POSSAMAI

Secretário Municipal da Administração

**EDITAL PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 16/2016-FMS**

EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL

PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 16/2016-FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

TIPO: Menor Preço Por Item

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MEDICAMENTOS para Farmácia Básica ao longo de 12(doze) meses, destinados para atender aos usuários da rede municipal, conforme especificações e quantidades estimadas no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 6.737/2009 de 09 de julho de 2009, Decreto Municipal nº 4.698/2002, de 03 de outubro de 2002, alterado pelo Decreto Municipal nº 10.791/2016 de 1º de abril de 2016 e Lei Complementar 147/2014.

DA CONDIÇÃO PARA A PARTICIPAÇÃO: Em consonância com a LC 147/2014, este edital contempla itens para participação exclusiva ME/EPP, conforme indicado no Anexo I do Edital.

DATA, HORA e LOCAL PARA ENTREGA dos ENVELOPES (Habilitação e Proposta): Até às 08:45 horas do dia 29 de agosto de 2016, no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, sita na Rua Walter Marquardt nº 1.111, bairro: Barra do Rio Molha. ABERTURA DOS ENVELOPES 01-PROPOSTA - às 09:30 horas do mesmo dia, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos. Após, a sessão será suspensa para análise das PROPOSTAS e documentos exigidos, pela equipe Técnica da Secretaria de Saúde (obs: Para esta fase não há necessidade da presença dos representantes).

O CREDENCIAMENTO, disputa de preços e abertura dos envelopes 02-HABILITAÇÃO serão às 08:00 horas do dia 15 de setembro de 2016, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos.

VALOR ESTIMADO PARA AQUISIÇÃO: R\$ 9.530.108,00 (nove milhões quinhentos e trinta mil e cento e oito reais).

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital poderá ser obtida no endereço acima ou via Internet no endereço [www.jaraguadosul.sc.gov.br](http://www.jaraguadosul.sc.gov.br)

Jaraguá do Sul (SC), 24 de maio de 2016.

ADEMAR POSSAMAI

Secretário de Administração

DALTON FERNANDO FISCHER

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

**FC - EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2016-FC FUNDAÇÃO CULTURAL DE JARAGUÁ DO SUL 28ª SHÜTZENFEST**

EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2016-FC

FUNDAÇÃO CULTURAL DE JARAGUÁ DO SUL

28ª SHÜTZENFEST

EXCLUSIVO PARA ME E EPP

TIPO: Menor Preço Global

OBJETO: Constitui a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de gestão financeira de bilheteria e de tiro ao alvo, com fornecimento de mão de obra, software e equipamentos necessários para gerenciamento financeiro, destinados à 28ª Schützenfest, no período de 10 a 20 de novembro de 2016, em conformidade com o ANEXO I – Especificações dos Serviços e ANEXO X – Termo de Referência, deste edital.

DA CONDIÇÃO PARA A PARTICIPAÇÃO: Somente poderão participar deste CERTAME empresas que atenderem a todas as exigências deste edital e estiverem, nos termos do artigo 3º, incisos I e II, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, enquadradas como Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002, Decreto Federal nº 3.555, de 08 de agosto de 2000 e Decreto Municipal nº 4.698/2002, de 03 de outubro de 2002, e Lei Complementar 147/2014, de 07 de agosto de 2014.

DATA, HORA e LOCAL PARA ENTREGA dos ENVELOPES: Até às 13h30min do dia 22/08/2016, na Fundação Cultural de Jaraguá do Sul, localizada na Avenida Getúlio Vargas, nº405, Centro.

O CREDENCIAMENTO, disputa de preços e abertura dos envelopes serão às 13h45min do mesmo dia, na sala de reuniões da Fundação Cultural de Jaraguá do Sul.

VALOR MÁXIMO DA CONTRATAÇÃO: R\$ 30.000,00 (trinta mil reais)



INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital poderá ser obtida no endereço acima ou via Internet no endereço [www.jaraguadosul.sc.gov.br](http://www.jaraguadosul.sc.gov.br)

Jaraguá do Sul (SC), 15 de julho de 2016.  
SIDNEI MARCELO LOPES  
Presidente da Fundação Cultural

### **PORTARIA Nº 680/2016**

PORTARIANº 680/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de conformidade com o disposto na Lei Complementar Municipal Nº 138/2013, de 15/10/2013; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 173/2016/Sema-GAS, de 1º/08/2016, da Gerência de Assistência ao Servidor;

#### **RESOLVE :**

Art.1º ALTERAR, a partir de 1º/08/2016, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, de 30 horas semanais para 15 horas semanais, a carga horária de trabalho do servidor público municipal DENIS MORAES BARBOSA DE ARAUJO, matrícula 4577, ocupante do cargo efetivo de Médico, lotado na Secretaria Municipal da Saúde, sem prejuízo da remuneração.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/08/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 04 de agosto de 2016.  
DIETER JANSSEN  
Prefeito

### **PORTARIA Nº 681/2016**

PORTARIANº 681/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e nos termos do artigo 9º, da Lei Municipal Nº 7.235/2016, de 20/07/2016; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 450/2016/Semur, de 03/08/2016, da Secretaria Municipal do Urbanismo;

#### **RESOLVE :**

Art.1º CRIAR a COMISSÃO DE ANÁLISE PRÉVIA DA ÁREA URBANA CONSOLIDADA (CAP-AUC), que auxiliará os demais órgãos internos do Executivo Municipal envolvidos na aplicação da Lei Municipal Nº 7.235/2016, de 20/07/2016, composta pelos servidores públicos municipais:

I - REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DO URBANISMO (Semur)

- Cristiana de Souza - matrícula 11035

II - REPRESENTANTE DA FUNDAÇÃO JARAGUAENSE DE MEIO AMBIENTE (Fujama)

- César Humberto Rocha - matrícula 8192

III - REPRESENTANTE DA FUNDAÇÃO INSTITUTO JOURDAN DE PESQUISA E PLANEJAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO URBANO E ECONÔMICO SUSTENTÁVEL DE JARAGUÁ DO SUL (Instituto Jourdan)

- Suzane Venturin - matrícula Jou17

Art.2º As atividades desenvolvidas pelos integrantes da Comissão são consideradas de relevante interesse público e não serão remuneradas.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 04 de agosto de 2016.

DIETER JANSSEN  
Prefeito

### **PORTARIA Nº 682/2016**

PORTARIANº 682/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 038/2016/CMD, de 03/08/2016, do Conselho Municipal de Desportos;

#### **RESOLVE :**

Art.1º DESIGNAR, a partir de 1º/08/2016, KARINE FESTUGATTO, como conselheira titular, em substituição a Ricardo Zornitta Pimentel, para representar a Fundação Municipal de Esportes e Turismo (FME) - Eventos e Lazer, no CONSELHO MUNICIPAL DE DESPORTOS (CMD).

Art.2º Em consequência, fica revogada a Portaria Nº 574/2015, de 29/04/2015.

Art.3º O mandato encerrar-se-á em 10/04/2017.

Art.4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/08/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 04 de agosto de 2016.

DIETER JANSSEN  
Prefeito

### **PORTARIA Nº 683/2016**

PORTARIANº 683/2016

Substitui Conselheiros do Conselho Municipal de Juventude (CMJ).

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 038/2016/CMJ/Jaraguá do Sul, de 03/08/2016, do Conselho Municipal de Juventude;

#### **RESOLVE :**

Art.1º DESIGNAR, a partir de 02/08/2016, MARIA DA COSTA, como conselheira titular, em substituição a Douglas Rafael Venturi; e GILBERTO GESSER, como conselheiro suplente, em substituição a Maria da Costa, para representarem a Fundação Municipal de Esportes e Turismo (FME), na qualidade de Representantes do Executivo Municipal, no Conselho Municipal de Juventude (CMJ).

Art.2º Em consequência, fica parcialmente revogada a Portaria Nº 289/2016, de 25/04/2016, no que se refere a designação de Douglas Rafael Venturi e Maria da Costa.

Art.3º O mandato encerrar-se-á em 06/05/2018.

Art.4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02/08/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.



Jaraguá do Sul, 04 de agosto de 2016.  
DIETER JANSSEN  
Prefeito

**PORTARIA Nº 684/2016**  
PORTARIANº 684/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de conformidade com o disposto na Lei Complementar Municipal Nº 120/2012, de 23 de março de 2012; e

CONSIDERANDO os termos do Processo Nº 24162/2016;

RESOLVE :

Art.1º ALTERAR, a partir de 1º/09/2016, de 30 horas semanais para 40 horas semanais, a carga horária de trabalho da servidora pública municipal KAREN CRISTINA DA COSTA, ocupante do cargo efetivo de ANALISTA DE RECURSOS HUMANOS, lotada na Secretaria Municipal da Administração.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/09/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 04 de agosto de 2016.  
DIETER JANSSEN  
Prefeito

**PORTARIA Nº 685/2016**  
PORTARIANº 685/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto nos artigos 41 a 46, da Lei Complementar Municipal Nº 101/2010, de 06/10/2010, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 118/2012, de 24/02/2012, 121/2012, de 23/03/2012, 127/2012, de 25/06/2012, 164/2015, de 20/08/2015, 167/2015, de 15/10/2015, e 172/2016, de 28/03/2016; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 136/2016/Semob, de 03/08/2016, da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos;

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR, a partir de 1º/08/2016, ISMAEL NIELS, matrícula 8915, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo, lotado na Secretaria Municipal do Desenvolvimento Rural e Agricultura, para exercer a função gratificada de ENCARREGADO-LÍDER DE MANUTENÇÃO DE VIAS PÚBLICAS - Semag - (FG3), da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Rural e Agricultura, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/08/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 04 de agosto de 2016.  
DIETER JANSSEN  
Prefeito

**PORTARIA Nº 686/2016**  
PORTARIANº 686/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e nos termos do artigo 90-K, II, alínea "d", da Lei Orgânica do Município; e  
CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 447/2016/Semur, de 02/08/2016, da Secretaria Municipal do Urbanismo;

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR a COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO INTEGRADA (CFI), incumbida do planejamento e supervisão das ações preconizadas no Termo de Cooperação Técnica firmado entre o Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Santa Catarina (CAU/SC) e a Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, composta pelos servidores públicos municipais:

- Alcioneide Aparecida K. Eleutério - matrícula 1757 - titular

- Geomir Manoel Pereira - matrícula 5252 - suplente

- Eduardo Spezia Neto - matrícula 10828 - titular

- Liandro Piske - matrícula 8022 - suplente

Art.2º As atividades desenvolvidas pelos integrantes da Comissão são consideradas de relevante interesse público e não serão remuneradas.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 05 de agosto de 2016.  
DIETER JANSSEN  
Prefeito

**PORTARIA Nº 687/2016**  
PORTARIANº 687/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e com fundamento no Capítulo IV, do Título V, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03 de novembro de 2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015; e  
CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 1002/2016/Cogem, de 04/08/2016, da Controladoria-Geral do Município;

RESOLVE :

Art.1º PRORROGAR, a partir de 04/08/2016, por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão de Processo Administrativo, concernentes ao Processo Administrativo Disciplinar Nº 022/2015, instaurado pela Portaria Nº 879/2015, de 06/07/2015.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 04/08/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 05 de agosto de 2016.  
DIETER JANSSEN  
Prefeito



**PORTARIA Nº 688/2016**

PORTARIANº 688/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e com fundamento no Capítulo IV, do Título V, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03 de novembro de 2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015; e CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 1003/2016/Cogem, de 04/08/2016, da Controladoria-Geral do Município;

**RESOLVE :**

Art.1º PRORROGAR, a partir de 04/08/2016, por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão de Processo Administrativo, concernentes ao Processo Administrativo Disciplinar Nº 023/2015, instaurado pela Portaria Nº 880/2015, de 06/07/2015.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 04/08/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 05 de agosto de 2016.

DIETER JANSSEN  
Prefeito

**PORTARIA SAMAIEJSU Nº 205/2016**

PORTARIA SAMAIEJSU Nº 205/2016

Abertura de Sindicância

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso de suas atribuições que lhe são conferidas e em conformidade com o artigo 202 da Lei Complementar 154/2014 de 03 de novembro de 2014,

CONSIDERANDO o memorando 451/2016/Samae/DA-CPS;

CONSIDERANDO o incidente envolvendo o veículo do Samae, , patrimônio nº 1254, Placa MEA9902, no dia 20/07/2016,

**RESOLVE:**

Art. 1º DETERMINAR a abertura de Sindicância a fim de apurar e opinar sobre a responsabilidade de servidores no incidente envolvendo o veículo do Samae, Courier, patrimônio nº 2274, Placa MEA9902, no dia 20/07/2016.

Art. 2º A Comissão Permanente de Sindicância Administrativa designada pela Portaria nº 185/2013 de 14/10/2013, alterada pela 175/2014 de 10/09/2014, deverá apurar o fato e apresentar relatório conclusivo no prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 28 de Julho de 2016.

Ademir Izidoro  
Diretor Presidente

**PORTARIA SAMAIEJSU Nº 206/2016**

PORTARIA SAMAIEJSU Nº. – 206/2016

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas e com fundamento nos artigos 133, 134, 135 e 136, da Lei Complementar Nº. 154/2014 de 03/11/2014, e;

CONSIDERANDO os termos do requerimento do servidor para concessão de Licença Prêmio

**RESOLVE:**

Art.1º CONCEDER, Licença Prêmio ao servidor público municipal, JUREMIR OLIVEIRA FERNANDES, cargo de Motorista, matrícula 273, na seguinte forma:

I. 1/3 (um terço) convertido em Abono Pecuniário pago na folha de pagamento 08/2016;

II. 15(quinze) dias a serem gozados a partir de 05/08/2016; e

III. 45 (quarenta e cinco) dias a serem gozados oportunamente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 01/08/2016.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 01 de Agosto de 2016.

Ademir Izidoro  
Diretor Presidente

**PORTARIA SAMAIEJSU Nº 207/2016**

PORTARIA SAMAIE JSU Nº. 207/2016

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pela Lei Municipal 123/2012, e suas alterações,

CONSIDERANDO o Cap. IV – da Avaliação de Desempenho Funcional - da Lei Municipal nº. 6.088/2011, de 19/08/2011;

CONSIDERANDO a ficha de avaliação de desempenho do servidor,

**RESOLVE:**

Art. 1º PROMOVER, o servidor BETINHO DOEGE, matrícula 389, para o nível "G", do cargo de Encanador.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 23/07/2016.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 01 de Agosto 2016.

Ademir Izidoro  
Diretor Presidente



**PORTARIA SAMAESJSU Nº 208/2016**

PORTARIA SAMAESJSU Nº. – 208/2016

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas e com fundamento nos artigos 133, 134, 135 e 136, da Lei Complementar Nº. 154/2014 de 03/11/2014, e;

CONSIDERANDO os termos do requerimento do servidor para concessão de Licença Prêmio  
RESOLVE:

Art.1º Art.1º CONCEDER, a partir de 22/08/2016, 15 (quinze) dias de gozo de Licença Prêmio ao servidor público municipal EVERALDO BACHMANN, cargo de Operador de Máquina, matrícula 197-3.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 04 de Agosto de 2016.

Ademir Izidoro

Diretor Presidente

**RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2016 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

RESULTADO DE JULGAMENTO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2016

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

O Pregoeiro, designado pelo Decreto nº 10.282/2016, comunica aos interessados que o Processo Licitatório nº04/2016 na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL ao Registro de preços para aquisição de gêneros alimentícios, hortifrutigranjeiros e panificação destinados aos Grupos do Centro de Convivência de Jaraguá do Sul - SC, conforme especificações e quantidades estimadas no ANEXO I e ANEXO III – Minuta da Ata de Registro de Preços do edital nº 04/2016-FMAS , obteve o seguinte resultado:

LOTE 1 – PRODUTOS DE MERCEARIA – Exclusivo ME e EPP						
Item	Qtde	Unid	Produto	Valor un	Valor total	Marca
1	950	kg	Açúcar refinado - Embalagem plástica de 1kg 1ª qualidade, com a identificação do produto, peso, fabricante, data da fabricação, e validade mínima de 3 meses a contar da data da entrega. Registrado no órgão competente.	R\$ 2,67	R\$ 2.536,50	ALTO ALEGRE
2	1300	un	Café á vácuo 500gr - Extra forte ou super forte, torrado, moído, alto vácuo, com selo de pureza ABIC, embalagem de 500gr .Com registro no Ministério da Saúde.	R\$ 7,49	R\$ 9.737,00	COCAMAR
3	5300	L	Leite integral longa vida, embalagem tetrapak de 01L, prazo de validade mínima de 03 meses, com registro no órgão competente.	R\$ 2,79	R\$ 14.787,00	PIRACANJUBA
4	1950	un	Maionese light 500gr - Embalagem em pote plástico de 500gr 0% de gordura trans. Devendo constar: data da fabricação/validade mínima de 04 meses, com registro no ministério da agricultura.	R\$ 3,79	R\$ 7.390,50	SUAVIT LIGHT
5	2300	un	Pepino em conserva - embalagem de vidro Peso Líquido 300gr, Inteiros de 1ª qualidade, tamanho pequenos. Devendo constar: data fabricação/validade mínima 10 meses, com registro no órgão competente.	R\$ 5,29	R\$ 12.167,00	LANGA
6	4400	lata	Sardinha em lata, ao óleo, 125 g, com identificação na embalagem (rótulo) dos ingredientes, informações nutricionais, peso, fornecedor,data de fabricação e validade. Validade mínima de 06 meses a contar da data de entrega.	R\$ 3,90	R\$ 17.160,00	SOLARE
Valor total lote 1					R\$ 63.778,00	
EMPRESA VENCEDORA					COMERCIAL THOMEK LTDA-EPP	

LOTE 2 – HORTIFRUTIGRANJEIROS – Exclusivo ME e EPP						
Item	Qtde	Unid	Produto	Valor un	Valor total	Marca
1	3000	kg	Banana Branca Tipo Especial. De primeira qualidade, tamanho médio a grande, casca livre de fungos, íntegra, maturação natural.	R\$ 2,80	R\$ 8.400,00	In Natura
2	3600	kg	Laranja pera tipo especial, de 1ª qualidade, madura. A laranja deverá apresentar tamanho médio e, livre de danos fisiológicos, pragas e doenças, com perfeitas condições de conservação e maturidade.	R\$ 1,33	R\$ 4.788,00	In Natura
3	3600	kg	Maça Fuji. De primeira qualidade, tamanho médio por fruta 150g, casca livre de fungos, consistência firme, embalada em caixa de papelão, protegida contra impactos, contendo dizeres de rotulagem, prazo de validade.	R\$ 3,11	R\$ 11.188,80	In Natura
4	3600	kg	Maça Gala De primeira qualidade, tamanho médio por fruta 150g, casca livre de fungos, consistência firme, embalada em caixa de papelão, protegida contra impactos, contendo dizeres de rotulagem, prazo de validade.	R\$ 3,11	R\$ 11.188,80	In Natura



5	1800	dz	Ovos de galinha, médios, vermelhos, isento de sujidades, fungos e substâncias tóxicas, acondicionados em embalagem em caixas de papelão contendo 01 dúzia por unidade, rótulo e especificações na embalagem. Produto com inspeção Federal ou Estadual do Ministério da Agricultura. Deve conter data da embalagem e validade na embalagem.	R\$ 5,18	R\$ 9.324,00	In Natura
Valor total lote 2					R\$ 44.889,60	
EMPRESA VENCEDORA					AGL COMERCIL DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS LTDA-EPP	

LOTE 3 – PRODUTOS PERECÍVEIS – Exclusivo ME e EPP						
Item	Qtde	Unid	Produto	Valor un	Valor total	Marca
1	1350	un	Margarina light 500gr – Embalagem em pote plástico de 500gr entre 30% e 35% de Lipídios, zero gordura trans devendo constar: data da fabricação/ validade na embalagem mínima de 04 meses, com registro no ministério da agricultura.	R\$ 3,96	R\$ 5.346,00	DELÍCIA
2	1300	kg	Presunto cozido, fatiado, primeira qualidade embalado em saco plástico próprio para alimentos, peso 500g a 1kg por unidade. Devendo constar: data de fabricação/validade mínima de 30 dias, com registro no órgão competente.	R\$ 17,80	R\$ 23.140,00	SÃO PEDRO
3	1800	kg	Queijo mussarela fatiado, primeira qualidade embalado em saco plástico próprio para alimentos, por unidade. Devendo constar: data de fabricação/validade mínima de 30 dias, com registro no órgão competente.	R\$ 22,32	R\$ 40.176,00	LACTOVALE
Valor total lote 3					R\$ 68.662,00	
EMPRESA VENCEDORA					FRONTAL DISTRIBUIDORA LTDA-EPP	

LOTE 4 – PANIFÍCIOS						
Item	Qtde	Unid	Produto	Valor un	Valor total	Marca
1	1500	kg	Bolo recheado Ingredientes: farinha de trigo especial, açúcar, ovos, emustab, fermento químico, amido de milho e água. Recheios: Pêssego, frutas tropicais.	R\$ 35,00	R\$ 52.500,00	SCHERER-PAN
2	2100	un	Bolos amanteigado diversos, peso 500g. Sabores: De Laranja – Ingredientes: farinha de trigo especial, leite, açúcar, ovos, fermento químico, óleo de soja, suco de laranja. Marmore – Ingredientes: farinha de trigo especial, açúcar, leite, ovos, fermento químico, óleo de soja e chocolate em pó.. De maçã – Ingredientes: farinha de trigo especial, açúcar, ovos, leite, maçã, fermento químico e óleo de soja. De fubá – ingredientes: açúcar, fubá fino, farinha de trigo especial, fermento químico, margarina, leite, ovos e erva-doce.	R\$ 12,00	R\$ 25.200,00	SCHERER-PAN
3	1200	un	Cuca massa de pão com farofa, peso da massa 2300g. Sabores: farofa, banana, coco, abacaxi, farofa com banana, frutas tropicais, amendoim, doce de leite, morango e chocolate. Ingredientes: Ovos, leite, açúcar, farinha de trigo especial, fermento químico, óleo de soja. Embalagem: forma padrão 40X60cm.	R\$ 60,00	R\$ 72.000,00	SCHERER-PAN
4	2500	un	Pão de aipim fatiado ( 500g ): Ingredientes: farinha de trigo especial, açúcar, sal água, fermento biológico, gordura vegetal, e aipim cozido.	R\$ 6,30	R\$ 15.750,00	SCHERER-PAN
5	2200	un	Pão de Grãos ( 500g ) : Farinha de trigo especial, farinha de trigo integral, linhaça, aveia, açúcar, sal, gordura vegetal e fermento biológico e água.	R\$ 6,30	R\$ 13.860,00	SCHERER-PAN
6	2600	un	Pão de batata ( 500g ) : Farinha de trigo especial, açúcar, sal, água, gordura vegetal, fermento biológico e batata cozida.	R\$ 6,30	R\$ 16.380,00	SCHERER-PAN
7	2200	un	Pão integral fatiado ( mínimo 500g ). Ingredientes: farinha de trigo especial, fermento biológico, óleo, sal, água, mel, farinha de trigo integral.	R\$ 6,30	R\$ 13.860,00	SCHERER-PAN
8	1100	un	Pão pluma fatiado (600 gramas) Ingredientes: farinha de trigo especial, açúcar fermento biológico, sal, gordura vegetal, leite em pó e água.	R\$ 6,30	R\$ 6.930,00	SCHERER-PAN
Valor total lote 4					R\$ 216.480,00	
EMPRESA VENCEDORA					RFM SCHERER LTDA_EPP	

Jaraguá do Sul, SC, 04 de agosto de 2016.

Edson Willian Piotto

Pregoeiro – Decreto 10282/2016



**SEMASCRI - PORTARIA Nº 037/2016**

PORTARIA Nº 037/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, CRIANÇA E ADOLESCENTE DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições previstas no artigo 36 da Lei Complementar Nº101/2010; e,

CONSIDERANDO as disposições constantes na Lei Municipal Nº 6493/2012, que fixa critérios de indenização de despesas de viagem do Prefeito Municipal, do Vice Prefeito e dos servidores municipais;

CONSIDERANDO que a Assistência Social recebe cofinanciamento do Governo Federal e Estadual, sendo permitida a utilização do recurso em para capacitação da equipe técnica;

CONSIDERANDO a necessidade de prestação de contas detalhada dos recursos Federais e Estaduais a serem encaminhadas ao Governo Federal ou Estadual.

**RESOLVE:**

Art. 1º. O servidor que participar de capacitações, encontros, seminários, palestras, oficinas, cuja inscrição é custeada com recurso público (federal, estadual ou municipal), deverá efetuar no prazo máximo de 15 (quinze) dias após a conclusão do evento, entrega de cópia do Certificado ou Declaração de Participação no Evento à sua chefia imediata.

Parágrafo Único. No mesmo prazo, a chefia imediata do servidor que participou do evento deve encaminhar ao Setor Financeiro da Secretaria de Assistência Social, cópia do Certificado ou Declaração de Participação no Evento, para que sejam efetuados os encaminhamentos necessários à prestação de contas.

Art. 2º. A entrega do Certificado ou Declaração de Participação no Evento não exime do servidor de efetuar a prestação de contas prevista na Lei 6493/2012, no caso do recebimento de diária(s).

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 08 de agosto de 2016.

Jean Carlo Leutprecht

Secretário Municipal da Assistência Social, Criança e Adolescente

**SEMASCRI- PORTARIA Nº 20/2016**

PORTARIA Nº 20/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, CRIANÇA E ADOLESCENTE, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 028/2013/SEMASCRI/PMJS.

**RESOLVE:**

DISPENSAR, em 11 de agosto de 2016, nos termos do Artigo 10, inciso I, da Lei Complementar nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010, ZITA ALVES GUERREIRO VOIGT, admitida em Caráter Temporário, para atuar como Cuidadora Social junto a sede do Abrigo Provisório para Crianças e Adolescentes.

Em consequência, fica revogada a Portaria nº 034/2014 no que se refere a contratação da mesma.

Jaraguá do Sul, 09 de agosto de 2016.

Jean Carlo Leutprecht

Secretário Municipal da Assistência Social,  
Criança e Adolescente

**SEMED - PORTARIA Nº 551/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR
---

PORTARIA Nº 551/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 010/2014/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

PRORROGAR A PORTARIA Nº 277/2015, de 03.08.2015, que admitiu EMANUELLE GONÇALVES CUSTÓDIO, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, na disciplina de EDUCAÇÃO FÍSICA, nos períodos de 19.12.2015 a 18.06.2016; e de 19.06.2016 a 16.12.2016.

Jaraguá do Sul, 04 de julho de 2016.

ELSON QUIL CARDOZO

Secretário Municipal da Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 552/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR
---

PORTARIA Nº 552/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 010/2014/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

PRORROGAR A PORTARIA Nº 317/2015, de 06.08.2015, que admitiu IVONETE RASSWEILER PAIVA, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, nos ANOS INICIAIS, nos períodos de 19.12.2015 a 18.06.2016; e de 19.06.2016 a 16.12.2016.

Jaraguá do Sul, 04 de julho de 2016.

ELSON QUIL CARDOZO

Secretário Municipal da Educação



**SEMED - PORTARIA Nº 553/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR
---

PORTARIA Nº 553/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 010/2014/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

PRORROGAR A PORTARIA Nº 300/2015, de 06.08.2015, que admitiu LUAN HENRIQUE PAZ, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, na disciplina de EDUCAÇÃO FÍSICA, nos períodos de 19.12.2015 a 18.06.2016; e de 19.06.2016 a 16.12.2016.

Jaraguá do Sul, 04 de julho de 2016.

ELSON QUIL CARDOZO

Secretário Municipal da Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 554/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR
---

PORTARIA Nº 554/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 004/2015/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

PRORROGAR A PORTARIA Nº 404/2015, de 20.08.2015, que admitiu ANDREIA VIEIRA DE LIMA, para em Caráter Temporário atuar como Agente de Alimentação e Nutrição, nos períodos de 19.12.2015 a 18.06.2016; e de 19.06.2016 a 16.12.2016.

Jaraguá do Sul, 04 de julho de 2016.

ELSON QUIL CARDOZO

Secretário Municipal da Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 555/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR
---

PORTARIA Nº 555/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo

Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 010/2014/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

PRORROGAR A PORTARIA Nº 391/2015, de 19.08.2015, que admitiu SAIONARA CRISTINE DE MIRA ZIMMERMANN, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Educação Infantil, nos períodos de 19.12.2015 a 18.06.2016; e de 19.06.2016 a 16.12.2016.

Jaraguá do Sul, 04 de julho de 2016.

ELSON QUIL CARDOZO

Secretário Municipal da Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 556/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR
---

PORTARIA Nº 556/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 010/2014/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

PRORROGAR A PORTARIA Nº 459/2015, de 23.09.2015, que admitiu ASTA SCHROEDER KRETZER, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Educação Infantil, nos períodos de 19.12.2015 a 18.06.2016; e de 19.06.2016 a 16.12.2016.

Jaraguá do Sul, 04 de julho de 2016.

ELSON QUIL CARDOZO

Secretário Municipal da Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 557/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR
---

PORTARIA Nº 557/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 010/2014/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

PRORROGAR A PORTARIA Nº 392/2015, de 26.08.2015, que admitiu RAFAELA DA SILVA RECH, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Educação Infantil, nos períodos de 19.12.2015 a 18.06.2016; e de 19.06.2016 a 16.12.2016.

Jaraguá do Sul, 04 de julho de 2016.

ELSON QUIL CARDOZO

Secretário Municipal da Educação



**SEMED - PORTARIA Nº 558/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR
---

PORTARIA Nº 558/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 001/2015/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

PRORROGAR A PORTARIA Nº 379/2015, de 25.08.2015, que admitiu EDINA APARECIDA ALVES LOCH, para em Caráter Temporário atuar como Auxiliar de Sala, nos períodos de 19.12.2015 a 18.06.2016; e de 19.06.2016 a 16.12.2016.

Jaraguá do Sul, 04 de julho de 2016.  
ELSON QUIL CARDOZO  
Secretário Municipal da Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 559/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR
---

PORTARIA Nº 559/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 001/2015/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

PRORROGAR A PORTARIA Nº 380/2015, de 01.09.2015, que admitiu MARIA IZAURA SEECHIS, para em Caráter Temporário atuar como Auxiliar de Sala, nos períodos de 19.12.2015 a 18.06.2016; e de 19.06.2016 a 16.12.2016.

Jaraguá do Sul, 04 de julho de 2016.  
ELSON QUIL CARDOZO  
Secretário Municipal da Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 560/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR
---

PORTARIA Nº 560/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei

Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 001/2015/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

PRORROGAR A PORTARIA Nº 377/2015, de 01.09.2015, que admitiu LIDIA ROSA VEECK, para em Caráter Temporário atuar como Auxiliar de Sala, nos períodos de 19.12.2015 a 18.06.2016; e de 19.06.2016 a 16.12.2016.

Jaraguá do Sul, 04 de julho de 2016.  
ELSON QUIL CARDOZO  
Secretário Municipal da Educação

**SEMOB - PORTARIA N.º 004/2016/**

PORTARIA N.º 004/2016/Semob

IVAN ANDREIAS WOLTER, Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 202, da Lei Complementar Municipal nº 154/2014 e artigo 4º, do Decreto Municipal nº 8.539/2012, e;

CONSIDERANDO o conteúdo disposto no Ofício nº 127/2016/Semob, de 28/07/2016, e seus anexos, firmado pelo Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos, Ivan Andreias Wolter, o qual solicita a instauração de Sindicância Administrativa, para apurar as responsabilidades em relação ao acidente de trânsito ocorrido no dia 10/06/2016, envolvendo o veículo I/HAFEI TOWNER UP, Frota Nº 354, da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, dirigido, na ocasião, pelo servidor Josinei Cardozo;

CONSIDERANDO o conteúdo disposto no Ofício nº 141/2016/SEMA-GAS, de 14/07/2016, subscrito pelos servidores Ademiro Alves de Oliveira, Técnico de Segurança do Trabalho, Claudio Fialho dos Santos, Engenheiro de Segurança do Trabalho e Rivair Bachmann, Gerente de Assistência ao Servidor, junto a Secretaria Municipal da Administração – SEMA, o qual encaminha em anexo Laudo do Acidente, com a descrição feita pelo servidor Josinei Cardozo, fotos do local e danos causados ao veículo I/HAFEI TOWNER UP, Frota Nº 354, da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos;

CONSIDERANDO o conteúdo disposto no “Laudo Técnico de Acidente com Towner Frota Nº 354”, subscrito pelo Sr. Ademiro Alves de Oliveira, Técnico de Segurança do Trabalho, junto a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, o qual informa que no dia 10/06/2016, sexta-feira, por volta da 15h30min, conforme relato do motorista do veículo, Sr. Josinei Cardoso, o mesmo deslocava-se com o veículo I/HAFEI TOWNER UP, Frota Nº 354, pela Rua Oscar Ferreira, Bairro João Pessoa, trecho com estrada de barro, quando em uma reta avistou um veículo que vinha sentido contrário, se assustou, puxou o volante fazendo uma manobra, neste momento perdeu o controle do veículo e colidiu com um pequeno barranco, vindo a tombar o veículo. Estavam no veículo mais 05(cinco) pessoas, 02(dois) servidores, Valmir José Siqueira e Amauri Chaves, e 03(três) pessoas que fazem parte da equipe de apenados. O servidor Amauri Chaves sofreu contusão no ombro e foi encaminhado para o Hospital São José, já os apenados sofreram contusões leves e não quiseram ser encaminhados para o hospital;

CONSIDERANDO o disposto no documento “Informação de Ocorrência Relativa ao Trabalho” Registro nº 001, datado de 13/06/2016;

CONSIDERANDO o registro do Boletim de Ocorrência – BO Registro Nº 00050 – 2016 – 05013, registrado na data de 20/06/2016, tendo como comunicante o servidor Josinei Cardoso, o qual descreve os fatos ocorridos no acidente de trânsito ocorrido no dia



10/06/2016, com o veículo I/HAFEI TOWNER UP, Frota Nº 354, da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos;

CONSIDERANDO o conteúdo disposto no "Check List – Instaura S.A.", preenchido e encaminhado pelo Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos, Sr. Ivan Andreias Wolter, em 28/07/2016;  
CONSIDERANDO os princípios básicos da administração pública, dispostos na Constituição Federal e aplicáveis ao Direito Administrativo Disciplinar, que versam sobre a legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;  
CONSIDERANDO os princípios da racionalização administrativa e economia processual, bem como os princípios constitucionais do devido processo legal e o fato da sindicância tratar-se de procedimento preliminar a eventual Processo Administrativo Disciplinar;

CONSIDERANDO o disposto no Estatuto dos servidores Públicos Municipais de Jaraguá do Sul, Lei Complementar Municipal Nº 154/2014 e as normas legais em vigor;

CONSIDERANDO a existência de Comissão Permanente para a tutela dos princípios da administração pública;

CONSIDERANDO a relevância da presente matéria para a Administração Pública Municipal;

CONSIDERANDO o relatório, solicitar a abertura de sindicância para averiguação dos fatos e tomada de providências;

#### RESOLVE:

Art. 1º Instaurar Sindicância Administrativa sob o Nº 020/2016, em desfavor do servidor público JOSINEI CARDOZO, matrícula 7924-3, ocupante do cargo de Agente Operacional, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, tendo em vista os indícios e denúncias apontados anteriormente, estando sujeito o servidor ao que dispõe a Lei Complementar Municipal Nº 154/2014 e outros diplomas legais infringidos.

Art. 2º Fica designada a SEGUNDA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA, composta pelas servidoras VIVIANE STOLF, matrícula 8220-1, lotada na Secretaria Municipal da Saúde; ROBERTA ROTERMUND BARATTO, matrícula 9108-1, lotada na Secretaria Municipal da Saúde e CLARELI ADRIANO MALHEIRO,

matrícula 7045-9, lotada na Secretaria Municipal do Urbanismo, para, sob a presidência da primeira, promoverem todos os atos para apuração dos fatos anteriormente mencionados, bem como aos atos e fatos conexos que emergirem no curso dos trabalhos.

Art. 3º De imediato, a Comissão Permanente de Sindicância Administrativa deverá encaminhar cópia do documento comprobatório da publicação da presente Portaria à Controladoria Geral do Município, para tomada das providências cabíveis.

Art. 4º A Comissão Permanente de Sindicância Administrativa deverá observar o disposto no artigo 5º, do Decreto Municipal N.º 8.539/2012, promovendo todos os atos ali narrados.

Art. 5º O prazo de duração dos trabalhos da Comissão será de 30 (trinta) dias, podendo tal prazo ser prorrogado.

Art. 6º Da sindicância instaurada pela autoridade administrativa poderá resultar:

I – arquivamento do processo;

II – abertura de processo disciplinar.

Art. 7º A Comissão Permanente de Sindicância Administrativa será gratificada na forma da Lei Municipal N.º 3.826/2005, de 27/05/2005, e suas alterações.

Parágrafo Único. A gratificação de Função será devida enquanto perdurarem as atividades e em nenhuma hipótese será incorporada ao vencimento ou à remuneração do servidor.

Art. 8º As despesas decorrentes da execução da presente Portaria correrão por conta de dotação própria do Orçamento vigente.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 08 de agosto de 2016.

Jaraguá do Sul, 08 de agosto de 2016.

IVAN ANDREIAS WOLTER

Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos

## TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2016

### TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

### PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2016

Tendo analisado a Ata e Julgamento do Pregão nº04/2016 do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, efetuada pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, designada pelo Decreto nº 10.282/2016, constatei total regularidade no procedimento do Pregoeiro, tanto no que se refere ao julgamento como nas decisões apresentadas.

LOTE 1 – PRODUTOS DE MERCEARIA – Exclusivo ME e EPP						
Item	Qtde	Unid	Produto	Valor un	Valor total	Marca
1	950	kg	Açúcar refinado - Embalagem plástica de 1kg 1ª qualidade, com a identificação do produto, peso, fabricante, data da fabricação, e validade mínima de 3 meses a contar da data da entrega. Registrado no órgão competente.	R\$ 2,67	R\$ 2.536,50	ALTO ALEGRE
2	1300	un	Café á vácuo 500gr - Extra forte ou super forte, torrado, moído, alto vácuo, com selo de pureza ABIC, embalagem de 500gr .Com registro no Ministério da Saúde.	R\$ 7,49	R\$ 9.737,00	COCAMAR
3	5300	L	Leite integral longa vida, embalagem tetrapak de 01L, prazo de validade mínima de 03 meses, com registro no órgão competente.	R\$ 2,79	R\$ 14.787,00	PIRACAN-JUBA
4	1950	un	Maionese light 500gr - Embalagem em pote plástico de 500gr 0% de gordura trans. Devendo constar: data da fabricação/validade mínima de 04 meses, com registro no ministério da agricultura.	R\$ 3,79	R\$ 7.390,50	SUAVIT LIGHT
5	2300	un	Pepino em conserva - embalagem de vidro Peso Líquido 300gr, Inteiros de 1ª qualidade, tamanho pequenos. Devendo constar: data fabricação/validade mínima 10 meses, com registro no órgão competente.	R\$ 5,29	R\$ 12.167,00	LANGA



6	4400	lata	Sardinha em lata, ao óleo, 125 g, com identificação na embalagem (rótulo) dos ingredientes, informações nutricionais, peso, fornecedor, data de fabricação e validade. Validade mínima de 06 meses a contar da data de entrega.	R\$ 3,90	R\$ 17.160,00	SOLARE
Valor total lote 1					R\$ 63.778,00	
EMPRESA VENCEDORA					COMERCIAL THOMEK LTDA-EPP	

## LOTE 2 – HORTIFRUTIGRANJEIROS – Exclusivo ME e EPP

Item	Qtde	Unid	Produto	Valor un	Valor total	Marca
1	3000	kg	Banana Branca Tipo Especial. De primeira qualidade, tamanho médio a grande, casca livre de fungos, íntegra, maturação natural.	R\$ 2,80	R\$ 8.400,00	In Natura
2	3600	kg	Laranja pera tipo especial, de 1ª qualidade, madura. A laranja deverá apresentar tamanho médio e, livre de danos fisiológicos, pragas e doenças, com perfeitas condições de conservação e maturidade.	R\$ 1,33	R\$ 4.788,00	In Natura
3	3600	kg	Maça Fuji. De primeira qualidade, tamanho médio por fruta 150g, casca livre de fungos, consistência firme, embalada em caixa de papelão, protegida contra impactos, contendo dizeres de rotulagem, prazo de validade.	R\$ 3,11	R\$ 11.188,80	In Natura
4	3600	kg	Maça Gala De primeira qualidade, tamanho médio por fruta 150g, casca livre de fungos, consistência firme, embalada em caixa de papelão, protegida contra impactos, contendo dizeres de rotulagem, prazo de validade.	R\$ 3,11	R\$ 11.188,80	In Natura
5	1800	dz	Ovos de galinha, médios, vermelhos, isento de sujidades, fungos e substâncias tóxicas, acondicionados em embalagem em caixas de papelão contendo 01 dúzia por unidade, rótulo e especificações na embalagem. Produto com inspeção Federal ou Estadual do Ministério da Agricultura. Deve conter data da embalagem e validade na embalagem.	R\$ 5,18	R\$ 9.324,00	In Natura
Valor total lote 2					R\$ 44.889,60	
EMPRESA VENCEDORA					AGL COMERCIL DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS LTDA-EPP	

## LOTE 3 – PRODUTOS PERECÍVEIS – Exclusivo ME e EPP

Item	Qtde	Unid	Produto	Valor un	Valor total	Marca
1	1350	un	Margarina light 500gr – Embalagem em pote plástico de 500gr entre 30% e 35% de Lipídios, zero gordura trans devendo constar: data da fabricação/ validade na embalagem mínima de 04 meses, com registro no ministério da agricultura.	R\$ 3,96	R\$ 5.346,00	DELÍCIA
2	1300	kg	Presunto cozido, fatiado, primeira qualidade embalado em saco plástico próprio para alimentos, peso 500g a 1kg por unidade. Devendo constar: data de fabricação/validade mínima de 30 dias, com registro no órgão competente.	R\$ 17,80	R\$ 23.140,00	SÃO PEDRO
3	1800	kg	Queijo mussarela fatiado, primeira qualidade embalado em saco plástico próprio para alimentos, por unidade. Devendo constar: data de fabricação/validade mínima de 30 dias, com registro no órgão competente.	R\$ 22,32	R\$ 40.176,00	LACTOVALE
Valor total lote 3					R\$ 68.662,00	
EMPRESA VENCEDORA					FRONTAL DISTRIBUIDORA LTDA-EPP	

## LOTE 4 – PANIFÍCIOS

Item	Qtde	Unid	Produto	Valor un	Valor total	Marca
1	1500	kg	Bolo recheado Ingredientes: farinha de trigo especial, açúcar, ovos, emustab, fermento químico, amido de milho e água. Recheios: Pêssego, frutas tropicais.	R\$ 35,00	R\$ 52.500,00	SCHERERPAN
2	2100	un	Bolos amanteigado diversos, peso 500g. Sabores: De Laranja – Ingredientes: farinha de trigo especial, leite, açúcar, ovos, fermento químico, óleo de soja, suco de laranja. Marmore – Ingredientes: farinha de trigo especial, açúcar, leite, ovos, fermento químico, óleo de soja e chocolate em pó.. De maçã – Ingredientes: farinha de trigo especial, açúcar, ovos, leite, maçã, fermento químico e óleo de soja. De fubá – ingredientes: açúcar, fubá fino, farinha de trigo especial, fermento químico, margarina, leite, ovos e erva-doce.	R\$ 12,00	R\$ 25.200,00	SCHERERPAN



3	1200	un	Cuca massa de pão com farofa, peso da massa 2300g. Sabores: farofa, banana, coco, abacaxi, farofa com banana, frutas tropicais, amendoim, doce de leite, morango e chocolate. Ingredientes: Ovos, leite, açúcar, farinha de trigo especial, fermento químico, óleo de soja. Embalagem: forma padrão 40X60cm.	R\$ 60,00	R\$ 72.000,00	SCHERERPAN
4	2500	un	Pão de aipim fatiado ( 500g ): Ingredientes: farinha de trigo especial, açúcar, sal água, fermento biológico, gordura vegetal, e aipim cozido.	R\$ 6,30	R\$ 15.750,00	SCHERERPAN
5	2200	un	Pão de Grãos ( 500g ) : Farinha de trigo especial, farinha de trigo integral, linhaça, aveia, açúcar, sal, gordura vegetal e fermento biológico e água.	R\$ 6,30	R\$ 13.860,00	SCHERERPAN
6	2600	un	Pão de batata ( 500g ) : Farinha de trigo especial, açúcar, sal, água, gordura vegetal, fermento biológico e batata cozida.	R\$ 6,30	R\$ 16.380,00	SCHERERPAN
7	2200	un	Pão integral fatiado ( minimo 500g ). Ingredientes: farinha de trigo especial, fermento biológico, óleo, sal, água, mel, farinha de trigo integral.	R\$ 6,30	R\$ 13.860,00	SCHERERPAN
8	1100	un	Pão pluma fatiado (600 gramas) Ingredientes: farinha de trigo especial, açúcar fermento biológico, sal, gordura vegetal, leite em pó e água.	R\$ 6,30	R\$ 6.930,00	SCHERERPAN
Valor total lote 4					R\$ 216.480,00	
EMPRESA VENCEDORA					RFM SCHERER LTDA_EPP	

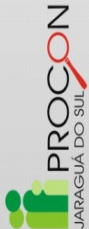
ISTO POSTO, H O M O L O G O o procedimento licitatório realizado, por oportuno e conveniência, tipo menor preço por item às empresas. Autorizando a despesa e determinando ainda que seja dada ciência aos participantes. Jaraguá do Sul (SC), 04 de agosto de 2016.

JEAN CARLO LEUTPRECHT  
Gerenciador do Fundo  
Municipal de Assistência Social



**PROCON - PESQUISA - CESTA BÁSICA - AGOSTO 2016**

**PREFEITURA DE  
JARAGUÁ DO SUL**



**CESTA BÁSICA - AGOSTO de 2016 - Pesquisa realizada nos dias 04 e 05 de AGOSTO de 2016.**

[illegible]

Julho/16 X Agosto/16			
Julho/2016	Ago/2016	%	
+barato	+barato	Aumento/ Redução	
R\$ 2,39	R\$ 2,64	10,46%	
R\$ 2,15	R\$ 2,59	20,47%	
R\$ 0,98	R\$ 2,69	174,49%	
R\$ 3,49	R\$ 1,29	<b>-63,04%</b>	
R\$ 5,10	R\$ 5,10	0,00%	
R\$ 16,89	R\$ 16,49	<b>-2,37%</b>	
R\$ 1,89	R\$ 1,55	<b>-17,99%</b>	
R\$ 3,89	R\$ 5,59	43,70%	
R\$ 2,25	R\$ 3,10	37,78%	
R\$ 4,49	R\$ 4,79	6,68%	
R\$ 2,79	R\$ 2,75	<b>-1,43%</b>	
R\$ 3,99	R\$ 4,75	19,05%	
R\$ 1,95	R\$ 1,95	0,00%	
<b>R\$ 52,25</b>	<b>R\$ 55,28</b>	<b>5,80%</b>	

Mais barato X Mais caro			
Julho/2016	Ago/2016	%	
+barato	+caro	Aumento	
R\$ 2,64	R\$ 3,39	28,41%	
R\$ 2,70	R\$ 3,29	21,85%	
R\$ 2,69	R\$ 5,45	102,60%	
R\$ 1,29	R\$ 4,99	286,82%	
R\$ 5,10	R\$ 7,29	42,94%	
R\$ 16,49	R\$ 22,89	38,81%	
R\$ 1,97	R\$ 2,99	51,78%	
R\$ 5,98	R\$ 7,47	24,92%	
R\$ 3,10	R\$ 3,69	19,03%	
R\$ 4,97	R\$ 6,60	32,80%	
R\$ 2,79	R\$ 3,79	35,84%	
R\$ 4,75	R\$ 8,99	89,26%	
R\$ 1,95	R\$ 3,98	104,10%	
<b>R\$ 56,42</b>	<b>R\$ 84,81</b>	<b>50,32%</b>	

Os preços informados referem-se ao produto mais barato encontrado no estabelecimento no dia da pesquisa, sem considerar a marca, correspondendo ao preço praticado à vista.

As redes Cooper e Brasão praticam os mesmos preços em todas as suas lojas na cidade de Jaraguá do Sul.

\*\*\* Valor correspondente à soma dos produtos mais baratos nos estabelecimentos pesquisados.

\*\*\* O Angeloni comercializa apenas a batata lavada.

\*\*\* O Santa Luzia comercializa apenas o leite "longa vida"

O Sallia Luzia comercializa apenas o leite "origem vista"  
E-MAIL: [procon@jaraguadosul.com.br](mailto:procon@jaraguadosul.com.br) - Rua Donald Gehrning, 175 - Centro - Jaraguá do Sul/SC - 89251-170 (47) 3275-1425 ou 151 - Horário de Atendimento: 09:00h às 16h30h - Sem fechar para almoço





Mais barato X Mais caro			
Julho/2016	Ago/2016		%
	+barato	+caro	
	4,50	10,17	126,00%
	5,22	9,87	89,08%
	14,93	40,88	173,78%
	9,64	29,94	213,84%
	5,39	8,75	62,30%
	95,44	151,07	58,29%
	3,14	4,04	28,50%
	15,26	33,62	120,28%
	12,68	27,68	118,26%
	11,18	24,75	121,38%
	2,87	4,55	58,47%
	27,36	53,94	97,15%
	35,91	35,82	-0,25%
	243,42	435,06	78,73%

E-MAIL: [procon@jaraquadosul.com.br](mailto:procon@jaraquadosul.com.br) - Rua Angelo Schiochet, nº 100 - Centro - Jaraquá do Sul/SC - 89251-170 (47) 3275-1425 ou 3275-3237 - Horário de Atendimento: 07:30hs as 11:30 e 13:00hs as 16:00hs.



**PROCON - PESQUISA - COMBUSTÍVEIS - AGOSTO 2016****PESQUISA DE PREÇOS DE COMBUSTÍVEIS – AGOSTO 2016**

Nome	Bandeira	Bairro	Gasolina comum	Gasolina aditivada	Álcool comum	Diesel comum	GNV	Gás GLP 13kg
Fênix	Ipiranga	Centenário	3,498	3,528	2,898	2,998	-	-
Zandoná	Ipiranga	Centenário	3,497	3,597	2,897	2,997	2,079	-
Poffo	Branca	Vila Baependi	3,528	3,598	2,898	2,998	-	-
Delta	Branca	Vila Baependi	3,498	3,598	2,898	2,998	-	-
Emmendorfer	shell	Centro	3,549	3,759	-	3,109	-	-
Maiochi	Ipiranga	Centro	3,599	3,699	3,099	3,099	-	-
Marechal	Ipiranga	Centro	3,555	3,595	3,095	-	-	-
Amizade	Branca	Jaraguá Esquerdo	3,559	3,659	2,979	3,089	-	-
Rudnick	Dibrape	Amizade	3,479	3,479	2,899	2,999	-	-
Marcolla	Shell	Chico de Paulo	3,599	3,749	2,999	3,049	-	49,99
Salomon	Branca	Chico de Paulo	3,498	3,548	2,799	2,969	-	-
Cezario	Dibrape	Santa Luzia	3,569	3,569	-	2,949	-	-
Vicenzi	Branca	Santo Antônio	3,489	3,589	2,999	2,869	-	53,00
Flex (416)	Branca	Rio Cerro I	3,399	-	2,799	2,749	-	-
Rio da Luz	Branca	Rio da Luz	3,527	3,657	2,896	2,948	-	-
Km 7	Branca	Barra do Rio Cerro	3,588	3,658	-	3,029	-	-
Rio Cerro	Shell	Rio Cerro II	3,499	3,649	-	3,052	-	49,99
GRID	Branca	Centro	3,499	3,559	2,899	2,949	-	-
Garibaldi	Branca	Garibaldi	3,589	-	-	2,999	-	-
Pérola	Branca	Ilha da Figueira	3,529	3,679	2,899	2,909	-	-
Pérola	Shell	Centro	3,528	3,679	2,899	3,059	-	-
Cidade	Br	Barra do Rio Molha	3,558	3,638	2,938	3,058	-	49,50
Cidade	Br	Barra do Rio Cerro	3,558	3,638	2,938	3,058	-	49,50
Cidade	Br	Rau	3,558	3,638	2,938	3,058	-	49,50
Cidade	Br	Centro	3,558	3,638	2,938	3,058	-	49,50
Cidade	Br	Vila Lenzi	3,558	3,638	2,938	3,058	-	49,50
Cidade	Br	Czerniewicz	3,558	3,638	2,938	3,058	-	49,50
Behling	shell	Centro	3,599	3,749	-	3,052	-	-
Mime	shell	Vila Nova	3,599	3,749	2,999	3,052	2,099	49,99
Zuza	shell	Centro (Reinoldo)	3,529	3,649	-	3,025	-	-
Mime	shell	Centro (Epitácio)	3,599	3,749	-	3,052	-	-
Mime	shell	Vila Lalau	3,599	3,749	2,999	3,052	-	-
Mime	Br	Vila Baependi	3,599	3,749	-	3,052	2,099	49,99
Mime	shell	Tifa Martins	3,599	3,749	2,999	3,052	-	49,99
Mime	shell	Nereu Ramos	3,599	3,749	-	3,052	-	-
Mime	shell	Barra do Rio Cerro	3,599	3,749	2,999	3,052	-	-
Mime	shell	Vieira	3,599	3,749	-	3,052	-	49,99
Mime	shell	Ilha da Figueira	3,599	3,749	-	3,049	-	-
<b>Valor Médio</b>			<b>3,551</b>	<b>3,662</b>	<b>2,489</b>	<b>3,0191</b>	<b>2,092</b>	<b>50,00</b>
<b>Menor preço</b>			<b>3,399</b>	<b>3,479</b>	<b>2,799</b>	<b>2,749</b>	<b>2,079</b>	<b>49,50</b>

Obs:

1) Os preços acima refletem os praticados para vendas à vista, nos dias 04 e 05 de AGOSTO de 2016, nos 38 postos de Jaraguá do Sul.

2) Nos postos de bandeira branca, consultar a distribuidora de origem junto aos postos, que são obrigados a identificar nas bombas qual a distribuidora de origem do combustível, conforme a Portaria 116/00 da ANP.





**PREFEITURA DE  
JARAGUÁ DO SUL**



<b>Combustível</b>	<b>Média JULHO/16</b>	<b>Média AGOSTO/16</b>	<b>Variação mês anterior</b>
Gasolina Com.	R\$ 3,556	R\$ 3,551	<b>-0,14%</b>
Gasolina Adit.	R\$ 3,660	R\$ 3,662	<b>0,05%</b>
Álcool comum	R\$ 2,489	R\$ 2,489	<b>0,00%</b>
Diesel comum	R\$ 3,0069	R\$ 3,0191	<b>0,41%</b>
GNV	R\$ 2,199	R\$ 2,092	<b>-4,87%</b>
Gás GLP 13kg	R\$ 49,78	R\$ 50,00	<b>0,44%</b>

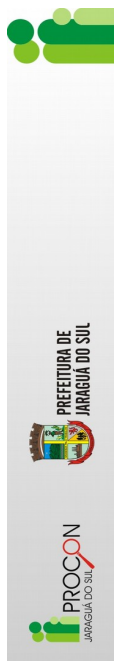
<b>Combustível</b>	<b>Média AGOSTO/15</b>	<b>Média AGOSTO/16</b>	<b>Variação anual</b>
Gasolina Com.	R\$ 3,267	R\$ 3,551	<b>8,69%</b>
Gasolina Adit.	R\$ 3,391	R\$ 3,662	<b>7,99%</b>
Álcool comum	R\$ 2,489	R\$ 2,489	<b>0,00%</b>
Diesel comum	R\$ 2,8158	R\$ 3,0191	<b>7,22%</b>
GNV	R\$ 2,174	R\$ 2,092	<b>-3,77%</b>
Gás GLP 13kg	R\$ 43,99	R\$ 50,00	<b>13,66%</b>

E-MAIL: [procon@jaraguadosul.com.br](mailto:procon@jaraguadosul.com.br)

Rua Angelo Schiochet, nº 100, sala 01 – Centro – Jaraguá do Sul/SC – 89251-170 – Tel: (47) 3275-1425 / 3275-3237  
Horário de Atendimento: 07:30hs às 11:00hs / 13:00hs às 16:00 - Agora com horário marcado.



## PROCON - PESQUISA - HIGIENE E LIMPEZA - AGOSTO 2016



## LIMPEZA – AGOSTO DE 2016

Pesquisa de preços realizada nos dias 04 e 05 de AGOSTO de 2016												
Estabelecimento	Quant./Unid.	Angeloni *	Cooper *	Brasão *	Gunz	Bertoli	Rancho Bom	Santa Luzia	Fort	Mercado 9	Mercado 10	Mercado 11
		3275-7900	3274-7500	3371-9229	3376-1031	3276-0143	3371-0700	3274-8051	3501-3200			
PRODUTOS												
Detergente	500ml	1,25	R\$ 1,35	R\$ 1,49	1,84	R\$ 1,30	R\$ 1,38	R\$ 1,69	0,99			
Espanja de aço	pcde 60g	1,87	R\$ 1,49	R\$ 1,50	1,56	R\$ 1,10	R\$ 1,39	R\$ 1,29	1,1			
Sabão em pedra	unid.	2,15	R\$ 1,45	R\$ 1,99	1,6	R\$ 1,45	R\$ 2,49	R\$ 1,49	1,69			
Sabão em pó	1kg	4,89	R\$ 4,39	R\$ 5,49	6,49	R\$ 5,19	R\$ 5,69	R\$ 4,29	3,49			
Desinfetante	500ml	1,95	R\$ 1,99	R\$ 4,99	4,59	R\$ 1,80	R\$ 2,99	R\$ 1,99	2,49			
Água sanitária	1 lt	2,27	R\$ 1,95	R\$ 2,99	2,67	R\$ 1,70	R\$ 2,49	R\$ 2,99	1,89			
Amaciante	2 lt	3,79	R\$ 3,99	R\$ 3,99	4,49	R\$ 3,92	R\$ 3,89	R\$ 4,29	3,99			
Alcool líquido	1 lt	5,79	R\$ 4,99	R\$ 5,89	5,97	R\$ 4,55	R\$ 6,49	R\$ 3,79	4,99			
Limpa vidros	500ml	5,67	R\$ 2,75	R\$ 3,59	4,43	R\$ 3,99	R\$ 6,49	R\$ 3,59	4,9			
Lustra móveis	200ml	5,27	R\$ 3,98	R\$ 4,99	4,98	R\$ 4,18	R\$ 5,49	R\$ 4,29	4,19			
Espanja p/louça	unid.	1,15	R\$ 0,95	R\$ 2,19	1,24	R\$ 0,69	R\$ 0,99	R\$ 1,19	0,55			

## HIGIENE PESSOAL – AGOSTO DE 2016

Estabelecimento	Quant./Unid.	Angeloni *	Cooper *	Brasão *	Gunz *	Bertoli	Rancho Bom	Santa Luzia	Fort	Mercado 9	Mercado 10	Mercado 11
<b>PRODUTOS</b>	<b>Quant./Unid.</b>	<b>3275-7900</b>	<b>3274-7500</b>	<b>3371-9229</b>	<b>3376-1031</b>	<b>3276-0143</b>	<b>3371-0700</b>	<b>3274-8051</b>	<b>3501-3200</b>			
Alcool Gel	500g	4,39	R\$ 4,99	R\$ 5,69	7,94	R\$ 5,98	R\$ 4,99	R\$ 6,65	5,4			
Sabonete	90g	0,99	R\$ 0,99	R\$ 0,99	1,08	R\$ 1,20	R\$ 0,99	R\$ 0,85	0,89			
Creme dental	90g	2,27	R\$ 2,15	R\$ 2,25	2,98	R\$ 2,63	R\$ 2,59	R\$ 1,99	1,99			
Shampoo	350ml	4,89	R\$ 5,45	R\$ 5,89	4,49	R\$ 5,30	R\$ 5,98	R\$ 3,97	4,79			
Condicionador	350ml	6,55	R\$ 4,99	R\$ 7,59	7,7	R\$ 6,42	R\$ 5,99	R\$ 4,99	5,49			
Cotonetes	Cx 75 unid.	1,27	R\$ 1,55	R\$ 1,99	1,68	R\$ 1,35	R\$ 1,89	R\$ 1,85	1,9			
Papel Higiénico	4x30m	5,97	R\$ 3,95	R\$ 2,99	2,83	R\$ 1,65	R\$ 3,79	R\$ 2,85	1,89			
Escova de dente	Adulto,média	2,85	R\$ 1,98	R\$ 3,29	3,38	R\$ 1,99	R\$ 2,99	R\$ 2,99	1,6			
Desodorante	rollon 50ml	8,17	R\$ 5,15	R\$ 8,89	7,14	R\$ 6,70	R\$ 5,99	R\$ 5,39	5,99			
Fio dental	25-50m	8,47	R\$ 5,35	R\$ 4,50	7,38	R\$ 2,99	R\$ 2,99	R\$ 2,99	4,4			
Apar. barbeador	2 unid.	8,45	R\$ 2,55	R\$ 2,20	2,87	R\$ 2,10	R\$ 1,89	R\$ 1,99	1,79			
Absorvente	pcde 8-10 un.	2,99	R\$ 2,15	R\$ 2,49	3,49	R\$ 2,36	R\$ 3,49	R\$ 2,99	2,1			

## COMPARATIVOS – LIMPEZA

Os mais Baratos				Os mais Baratos				Os mais Baratos				Os mais Baratos			
Julho/16	Ago/16	%	Diferença	Julho/16	Ago/16	%	Diferença	Julho/16	Ago/16	%	Diferença	Julho/16	Ago/16	%	Diferença
R\$ 0,98	R\$ 0,99	1,02%		R\$ 0,98	R\$ 1,84	87,76%		R\$ 4,95	R\$ 4,39	-11,31%		R\$ 4,39	R\$ 1,20	80,87%	
R\$ 0,98	R\$ 1,10	12,24%		R\$ 0,98	R\$ 1,87	90,82%		R\$ 0,77	R\$ 0,85	10,39%		R\$ 0,85	R\$ 1,20	41,18%	
R\$ 1,39	R\$ 1,45	4,32%		R\$ 1,39	R\$ 2,49	79,14%		R\$ 1,49	R\$ 1,99	33,56%		R\$ 1,99	R\$ 2,98	49,75%	
R\$ 3,49	R\$ 3,49	0,00%		R\$ 3,49	R\$ 6,49	85,96%		R\$ 3,98	R\$ 3,97	-0,25%		R\$ 3,97	R\$ 5,89	48,36%	
R\$ 1,80	R\$ 1,80	0,00%		R\$ 1,80	R\$ 4,99	177,22%		R\$ 5,87	R\$ 4,99	-14,99%		R\$ 4,99	R\$ 7,70	54,31%	
R\$ 1,70	R\$ 1,70	0,00%		R\$ 1,70	R\$ 2,99	75,88%		R\$ 1,75	R\$ 1,65	-5,71%		R\$ 1,27	R\$ 1,99	56,69%	
R\$ 3,92	R\$ 3,79	-3,34%		R\$ 3,92	R\$ 4,49	14,54%		R\$ 1,60	R\$ 1,60	0,00%		R\$ 1,65	R\$ 3,38	261,82%	
R\$ 4,55	R\$ 3,79	-16,70%		R\$ 4,55	R\$ 6,49	42,64%		R\$ 5,15	R\$ 5,15	0,00%		R\$ 1,60	R\$ 3,38	111,25%	
R\$ 2,40	R\$ 2,75	14,58%		R\$ 2,40	R\$ 6,49	170,42%		R\$ 2,99	R\$ 2,99	0,00%		R\$ 5,15	R\$ 8,89	72,62%	
R\$ 2,95	R\$ 3,98	34,92%		R\$ 2,95	R\$ 5,49	86,10%		R\$ 1,49	R\$ 1,79	20,13%		R\$ 2,99	R\$ 8,45	372,07%	
R\$ 0,69	R\$ 0,55	-20,29%		R\$ 0,69	R\$ 2,19	217,39%		R\$ 2,49	R\$ 2,10	-15,66%		R\$ 1,79	R\$ 3,49	66,19%	

Obs: Os preços informados referem-se ao produto mais barato encontrado no estabelecimento no dia da pesquisa, sem considerar a marca, correspondendo ao preço praticado à vista.

\* As redes Angeloni, Cooper e Brasão praticam os mesmos preços em todas as suas lojas na cidade de Jaraguá do Sul.

E-mail: procon@jaraguadosul.com.br - Rua Donald Gehring, 175 – Centro – Jaraguá do Sul/SC – 89251-470 – Fone: 47-3275-3237 ou 3275-1425 – Horário de atendimento: 07:30hs às 11:30hs e 13:00h às 16:00hs.



# Joaçaba

## PREFEITURA

**AVISO PL 53/2016/PMJ - CC 4/2016/PMJ**

PREFEITURA DE JOAÇABA (SC)

AVISO DE CONTINUAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 53/2016/PMJ

CONCORRÊNCIA Nº 4/2016/PMJ

Informamos a todos os interessados que o processo licitatório nº 53/2016/PMJ – concorrência nº 4/2016/PMJ, cujo objeto é “Contratação de empresa especializada para a execução dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para a instalação do sistema de iluminação pública (2ª etapa) no Acesso Adolfo Zigueli, neste Município.”, a ata da sessão, realizada hoje, de julgamento das propostas está disponível no site da Prefeitura ([www.joacaba.sc.gov.br](http://www.joacaba.sc.gov.br)), contando-se o prazo para apresentação dos possíveis recursos nos termos da ata da sessão. Quaisquer informações podem ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (049)3527-8805/3527-8828 ou pelo e-mail [comprasjba@yahoo.com.br](mailto:comprasjba@yahoo.com.br). Todas as informações relacionadas ao processo estão disponíveis para consulta no site da Prefeitura ([www.joacaba.sc.gov.br](http://www.joacaba.sc.gov.br)).

Joaçaba, 08 de agosto de 2016.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

Comissão de Licitação

**DECRETO Nº 4.976 DE 08 DE AGOSTO DE 2016.**

DECRETO Nº 4.976 DE 08 DE AGOSTO DE 2016.

REVOGA O DECRETO Nº 4.967/2016

O Prefeito do Município de Joaçaba, SC, usando das atribuições que são conferidas pelo art. 10, XX, da Lei Orgânica do Município de Joaçaba,

DECRETA:

Art. 1º. Revogo o Decreto nº 4.967/2016, mantendo a validade dos atos que tenham sido praticados durante a sua vigência.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação

Joaçaba/SC, 08 de agosto de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITO

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 01 AO TERMO DE ADESÃO Nº 011/2016**

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 01 AO TERMO DE ADESÃO Nº 0011/2016

MUNICIPIO: FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES

FOMENTADO: BRUNO MOREIRA PEREIRA DA SILVA

OBJETO: assegurar ao Beneficiário o pagamento da Bolsa Atleta, cuja utilização será para sua manutenção pessoal e esportiva, obedecendo ao valor mensal constante no Plano de Trabalho apresentado pelo Atleta.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA**

O benefício será pago em 05 parcelas mensais no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) mensais, valor total de R\$ 1.000,00 (um mil reais).

JOAÇABA-SC, 08 DE AGOSTO DE 2016.

ANDERSON ANDRES

Diretor da FME

BRUNO MOREIRA PEREIRA DA SILVA

Atleta de Futebol



**HOMOLOGAÇÃO PL 64/2016/PMJ - TP 16/2016/PMJ**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA</b>	<b>TOMADA DE PREÇO</b> <b>Nr.: 16/2016 - TP</b>
CNPJ: 82.939.380/0001-99 AVENIDA XV DE NOVEMBRO, 378 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	Processo Administrativo: 66/2016 Processo de Licitação: 64/2016 Data do Processo: 18/07/2016
Folha: 1/2	

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Prefeito, RAFAEL LASKE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 64/2016  
b ) Licitação Nr.: 16/2016-TP  
c ) Modalidade: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia  
d ) Data Homologação: 08/08/2016  
e ) Data da Adjudicação: 08/08/2016 Sequência: 1  
f ) Objeto da Licitação contratação de empresa especializada para a execução dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para a recuperação da Ponte Jorge Lacerda - ligação entre os municípios de Herval d'Oeste e Joaçaba, SC.

g ) Fornecedores e Itens Vencedores: (em Reais R\$)

	Unid.	Qtde	Desc'to (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	------	-------------	----------------	---------------

**ALEXANDRE CALDEIRA EIRELI - ME (11542)**

1 Execução dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para a recuperação da Ponte Jorge Lacerda - ligação entre os municípios de Herval d'Oeste e Joaçaba, SC.	VB	1	-	619.855,90	619.855,90
--	----	---	---	------------	------------

**Total do Fornecedor: 619.855,90**

**Total Geral: 619.855,90**

Joaçaba, 8 de Agosto de 2016.

\_\_\_\_\_  
RESPONSÁVEL PELA PASTA (carimbo e assin.)



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA**

CNPJ: 82.939.380/0001-99  
AVENIDA XV DE NOVEMBRO, 378  
C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC

**TOMADA DE PREÇO****Nr.: 16/2016 - TP**

Processo Administrativo: 66/2016  
Processo de Licitação: 64/2016  
Data do Processo: 18/07/2016

Folha: 2/2

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 1.071.4.4.90.00.00.00.00.00 (157), 1.071.4.4.90.00.00.00.00.00 (243)

Joaçaba, 8 de Agosto de 2016.

-----  
RESPONSÁVEL PELA PASTA (carimbo e assin.)



**SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA****PORTARIA JHL 242/2016**

PORTARIA SIMAE. JHL – Nº 242/2016 08.08.2016

"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE MENCIONA".

Aluir Flemming, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna- SC, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar à pedido a Servidora Janete Farenzena, do cargo de Auxiliar Técnico, P-5, N-1, Ref. I-2, Matrícula 123, lotada na Diretoria Técnica, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba, de conformidade a Lei Complementar nº 193 de 06 de Setembro de 2010.

Art. 2º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no Art. 34, inciso I, da Lei Complementar nº 76 de 11/12/03.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir de 09 de Agosto de 2016.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Aluir Flemming  
Diretor Presidente



# Lages

## PREFEITURA

### DISPENSA DE LICITAÇÃO 04/2016 SMS

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 04/2016

#### ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 04/2016 através da Secretaria Municipal da Saúde, para a Celebração de um Contrato com o Sr. Erzoli Alves Macedo, inscrito no CPF sob n.º 384.564.43972 sito à Rua: Maria Floriani Flores – 310– Bairro: Jardim Cepar, 88523-480, Lages/SC, para locação de Imóvel sito no mesmo, onde funcionará o Serviço Residencial Terapêutico, pelo valor de R\$ 2.000,00(dois mil reais) mensais.

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 05 de Agosto de 2016.

Rose Cristina Possato  
Secretaria Municipal da Saúde

#### RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria de Rose Cristina Possato, Secretaria Municipal da Saúde, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.

Publique-se.

Lages, 05 de Agosto de 2016.  
Elizeu Mattos  
Prefeito do Município de Lages

### EXTRATO 1º ADT CONTRATO 438/2015 PML

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 438/2015 PML.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: CCL CONSTRUTORA LTDA inscrita no CNPJ n.º 78.355.104/0001-06, com sede Rodovia BR 282, 46 – São Sebastião – CEP 88.520-05 – Lages/SC.

resolvem celebrar este 1º termo aditivo ao contrato 438/2015, conforme parecer jurídico n. 709/2016, Processo Licitatório nº 282/2015, correlato a Tomada de Preço 36/2015, homologado em 01/12/2015, consoante as seguintes alterações:

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.2 De Execução, Fica Prorrogado até 31/12/2016;

As demais cláusulas e condições permanecem inalteradas

Lages, 25 de maio de 2016.

Elizeu Mattos  
Prefeito Municipal

### EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO AO CONTRATO 24/2016 PML

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO: 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO, N.º 24/2016 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ secretaria municipal de MEIO AMBIENTE E SERVIÇOS PÚBLICOS, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: A.C.M.M. SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA LTDA - ME inscrita no CNPJ n.º 07.258.181/0001-08, com sede a Rua Erwin Haake, 954 – São Roque – Timbó/SC

Resolvem celebrar este 2º termo aditivo ao contrato 24/2016, conforme parecer jurídico n. 728/2016, Processo Licitatório nº 318/2015, correlato a Tomada de preço nº 40/2015, homologada em 29/02/2016

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

(...)

2.2 De Execução, Fica prorrogado até 28/12/2016;

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA/VALIDADE CONTRATUAL

Fica prorrogado até 28/12/2016, podendo ser prorrogado nos termos dispostos no Art. 57 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor

Lages, 27 de julho de 2016.

Elizeu Mattos  
Prefeito Municipal

### EXTRATO 2º TERMO ADITIVO ARP 12/2015 PROMEFARMA SMS

O MUNICÍPIO DE LAGES TORNA PÚBLICO:

2º TERMO ADITIVO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 45/2015

PROCESSO Nº 74/2015

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Registro de Preços para Aquisição de Medicamentos para Farmácia Básica da Secretaria Municipal da Saúde, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II – Termo de Referência, parte integrante do Edital Correlato

CLAUSULA IV – DOS PREÇOS

Conforme solicitação de reequilíbrio econômico financeiro, efetuada pela empresa, com anuência da Secretaria da Fazenda of. n. 219/2016, e com parecer jurídico PROGEM n. 730/2016 favorável, fica realinhado o item DEXAMETASONA CORTITOP CREME 1mg COM 10 g passando de R\$ 0,54 para R\$ 0,71.

PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA, INSCRITA NO CNPJ SOB Nº 81.706.2b51/0001-98, ESTABELECIDADA NA RUA PROF. LEÔNIDAS FERREIRA DA COSTA, 847 – CEP: 80220-410 – VILA PAROLIM – CURITIBA/PR

As demais cláusulas e condições permanecem inalteradas.

Lages, 03 de agosto de 2016.

Elizeu Mattos  
Prefeito Municipal



**EXTRATO 3º TERMO ADITIVO ARP 09-B/2016 PML**

O MUNICIPIO DE LAGES TORNA PUBLICO:

3º TERMO ADITIVO A ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 09-B/2016  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 163/2015  
PROCESSO Nº 317/2015

COMERCIAL AGRÍCOLA ALTO VALE LTDA - ME INSCRITA NO CNPJ  
SOB Nº 75.779223/0001-06, ESTABELECIDADA NA AV. COLOMBO  
MACHADO SALLES, 1371 – BAIRRO VILA NOVA, LAURENTINO/SC  
– CEP. 89.170-000.

As Seguintes Alterações Em Conformidade Com Parecer Jurídico  
N. 705/2016.

Conforme solicitação de Recomposição de equilíbrio econômico Fi-  
nanceiro, proposto pela Empresa, com anuência da Secretaria da  
Fazenda nº 223/2016 e com parecer Jurídico PROGEM nº 705/2016  
FAVORÁVEL, ADITA-SE os itens abaixo:

Item 04 – Banana branca passando de R\$ 1,94 kg, para R\$ 3,07  
kg. (três reais e sete centavos);

Item 05 – Banana Caturra passando de R\$ 1,37 Kg para R\$ 2,18 kg  
(dois reais e dezoito centavos);

Item 11 – Laranja passando de R\$ 1,04 Kg para R\$ 1,76 Kg (um  
real e setenta e seis centavos);

Retroagindo a data da interposição do pedido, dia 21/07/2016.

As demais Cláusulas e condições permanecem inalteradas.

Lages, 01 de agosto de 2016

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

**EXTRATO ARP 09/2016 SMS**

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 09/2015

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2015

PROCESSO Nº 46/205

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Registro de Preços para Aquisição de Materiais de Enfermagem  
para unidades de Saúde e pronto atendimento da Secretaria Muni-  
cipal da Saúde de Lages, em conformidade com as especificações  
prescritas no Anexo I do Edital Correlato

CLAÚSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (dose)  
meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE  
SAÚDE – FMS, não será obrigada a firmar as contratações que de-  
les poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica  
para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do  
Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLAÚSULA IV – DOS PREÇOS

O preço ofertado pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata  
de Registro de Preços é o especificado na tabela abaixo, de acordo  
com a respectiva classificação no Pregão nº 11/2015.

O VALOR REGISTRADO É DE R\$ 775.790,92 (setecentos e setenta  
e cinco mil setecentos e noventa reais e noventa e dois centavos).  
DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA CNPJ 05.531.725/0001-  
20 RUA ARY MIGUEL DE SILVEIRA, 391 – JARDIM ELDORADO –  
PALHOÇA/SC CEP 88.133-531.

Lages/SC 14 de JULHO de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte

**EXTRATO CONTRATO 25/2016 SMS**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: CONTRATO, N.º  
25/2016 SMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE  
SAÚDE – FMS, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com  
sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

LOCADOR: ERZOLI ALVES MACEDO inscrito no CPF n.º 384.564.439-  
72, residente e Domiciliado a Rua Emílio Schenck, 519 Santa Maria

Lages/SC.

Conforme parecer jurídico nº 674/2016, em decorrência do Pro-  
cesso Licitatório nº 31/2016, correlato à Dispensa de Licitação  
04/2016 homologada em 05/08/2016.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Locação de Imóvel, para uso do Serviço Residencial Terapêutico,  
situado a Rua Maria Floriani Flores, 310 Jardim Cepar – Lages/SC  
CEP 88.523-480.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Presente Con-  
trato;

2.2 De Execução, 12 (doze) meses a contar da assinatura do pre-  
sente contrato;

2.3 Do Contrato, 12 (doze) meses a contar da assinatura do pre-  
sente contrato, podendo ser prorrogado nos termos dispostos no  
Art. 62, § 3º, I da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares

CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

3.1 O valor a ser pago será de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) mensais.  
Lages, 05 de Agosto de 2016.

Elizeu Mattos.

Prefeito municipal.

**EXTRATO TERMO DE CONCESSÃO DE USO 03/2016 PML**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

TERMO 03/2016

CONCEDENTE: MUNICÍPIO DE LAGES/SECRETARIA DE PLANEJA-  
MENTO, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede à  
Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

CONCESSIONÁRIA: PDR MÍDIA EXTERIOR – EIRELI, inscrita no  
CNPJ sob n.º 22.348.016/0001-22, estabelecida à Rua Mar Verme-  
lho, 677 – JD Reginatice, Barueri/SC CEP 06.412-14.

Termo de Concessão de Uso, decorrente do Processo Administri-  
tivo nº 45/2016, Correlato a Concorrência n.º 04/2016, homologa-  
do em 10/06/2016, e em conformidade com Parecer Jurídico n.º  
239/2016

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Outorga de Concessão de Serviço de Utilidade Pública, com uso  
de bem público, com concessão onerosa, compreendendo a aqi-  
sição, confecção, instalação e manutenção de abrigos em ponto  
de ônibus do Município de Lages, com possibilidade de exploração  
publicitária.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, o prazo de início será de no máximo 90 (noventa)  
dias, contados a partir da assinatura do Presente Contrato.

2.2 De Instalação, deverão ser instalados 150 (cento e cinquenta)  
abrigos, distribuídos em 3 etapas de no máximo 50 abrigos cada.

A primeira etapa deverá ser instalada em até 60 (sessenta) dias  
a contar da data da assinatura do Presente Termo e as demais  
etapas, durante o período de vigência do Termo, em datas a serem  
determinadas em comum acordo entre as partes;

2.3 Do Contrato, sua vigência será de 05 (cinco) anos, podendo  
ser prorrogado nos termos dispostos no Art. 57 da Lei 8.666/93 e  
Diplomas Complementares.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR DA OFERTA:

3.1. O valor deverá ser pago ao Município em até 90 (noventa)  
dias após a instalação, com recolhimento individual por abrigo in-  
stalado;

3.2 O valor da oferta, será de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta  
reais) por Abrigos, totalizando 150 (cento e cinquenta) Abrigos,  
totalizando R\$ 52.500,00 (cinquenta e dois mil reais  
Lages, 10 de junho de 2016.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal



**PP 11-2016 FMAS****AVISO DE LICITAÇÃO**

Modalidade: PP 11-2016 FMAS

Objeto Aquisição de Materiais de Consumo e Equipamentos

Tipo: Menor Preço Por Item

Abertura: 24/08/2016 às 13:30

Valor Estimado: R\$ 31.540,97

A retirada obter-se-á no Setor de Licitações, ao custo de R\$ 10,00 ou pelo [www.lages.sc.gov.br](http://www.lages.sc.gov.br) sem ônus.

Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 08 de agosto de 2016.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário de Administração

**RERRATIFICAÇÃO PP 63-2016 PML****RERRATIFICAÇÃO**

ASSUNTO: EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 63/2016-PML

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE ESTRUTURAS PARA USO EM EVENTOS DIVERSOS DE INTERESSE DO MUNICÍPIO DE LAGES.

O Município de Lages, presente a supremacia do interesse público, com fulcro nos termos dispostos no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, torna notório aos interessados as alterações que se fazem necessárias no Anexo II – Termo de Referência do Edital, conforme segue abaixo:

- Excluir item 04 – Pavilhão móvel, estrutura em ferro galvanizado, treliçado e cobertura em lona não inflamável.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Lages, 08 de agosto de 2016.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário de Administração



# Laguna

## PREFEITURA

### ATA AUDIÊNCIA PÚBLICA 02/2016 - FLC

ATA AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 02/2016 – FLC - SISTEMA MUNICIPAL DE LAGUNA- SC, A FIM DE APRESENTAR E DEBATER A FORMA DE ELEIÇÃO DOS REPRESENTANTES DOS FÓRUNS SETORIAIS DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS CULTURAIS – CMPC

Aos 06 de agosto de 2016, às 14h, no plenário da Câmara Municipal de Laguna, situado na Av. Roberto Pedro Prudêncio, s/n - Bairro Esperança, Laguna / SC, CEP: 88790-00, foi aberta a audiência pública, o Presidente da Fundação Lagunense de Cultura apresentou a proposta de formação dos representantes dos fóruns setoriais da e foi deliberada a seguinte estratégia:

1) Foi decidido por maioria dos presentes que para Representar os fóruns setoriais, por mais que o candidato participe de outros seguimentos, só poderá se candidatar a um, mas poderá votar nos demais setores que atua.

2) Foi decidido que o representante e suplente de cada Fórum Setorial será o mais votado e o segundo, respectivamente.

3) Foi decidido por maioria dos presentes que os candidatos a Representar os Fóruns Setoriais serão aceitos apenas as pessoas físicas, porém representando suas OCIPs.

4) Foram deliberados os seguintes prazos:

4.1) De 09/08 (terça) à 19/08 (sexta): Período de inscrição de candidatos à Representante dos Fóruns Setoriais e Eleitores;

4.2) Dia 22/08 (segunda): Divulgação dos Candidatos à representante dos Fóruns Setoriais;

4.3) De 22/08 (segunda) à 24/08 (quarta): Período de análise da Fundação Lagunense de Cultura se os Eleitores fazem parte do Setor que almejam votar.

4.4) Dia 27/08 (sábado) das 14h às 17h, eleições dos representantes dos Fóruns Setoriais no Clube União Operária.

E nada mais havendo a tratar, eu Gabriel Rampinelli Siqueira, após lida e aprovada, lavro e assino junto aos demais presentes.

Norton de Araújo Mattos – 074.575.099-09

Wellington Linhares Martins – 029.621.932-33

Gabriel Rampinelli Siqueira – 075.073.429-99

### DECRETO Nº 4.698/16

DECRETO Nº 4.698 DE 03 DE AGOSTO DE 2016.

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE LAGUNA".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC., Sr. Everaldo dos Santos, no uso de suas atribuições legais, com base no art. 68 da Lei Orgânica do Município e, no art. 6º da Lei nº 1.875/2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Município de Laguna, readequando a dotação orçamentária, no valor de R\$ 230.000,00 (duzentos e trinta mil reais), na seguinte classificação:

Órgão: 09 – Prefeitura Municipal de Laguna  
Unidade: 06 – Secretaria de Educação e Esporte  
Função: 12 - Educação  
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental  
Programa: 184 - Educação Básica  
Fonte de Recursos: 1.0006 - Contribuição Salário Educação (36)

Projeto/Atividade: 2.039 – Manutenção e Melhoria do Ensino Fundamental - Salário Educação

Elementos de despesa:

89 – 3.3.90.30.00.00.00.00.01.0006 - Material de Consumo ..... R\$ 100.000,00

90 – 3.3.90.39.00.00.00.00.01.0006 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica ..... R\$ 130.000,00

Art. 2º Para atender a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste Decreto, fica utilizado em igual valor, recursos decorrentes do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior, na fonte de recursos 1.0006 - Contribuição do Salário Educação - 36, na conta bancária 672.004-6 - Salário Educação, da Agência 0421 da Caixa Econômica Federal.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 4.699/16

DECRETO Nº 4.699 DE 03 DE AGOSTO DE 2016.

"DISPÕE SOBRE A TRANSPOSIÇÃO DE VALORES DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DA FUNDAÇÃO LAGUNENSE DO MEIO AMBIENTE".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Everaldo dos Santos, no uso das suas atribuições legais e de conformidade com o art. 5º da Lei Municipal nº 1.875 de 16/12/2015,

DECRETA:

Art. 1º Ficam ajustados nos anexos do Plano Plurianual 2014/2017, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e, transpostos os valores de dotação orçamentária no orçamento vigente da Fundação Lagunense do Meio Ambiente, no valor de R\$ 34.000,00 (trinta e quatro mil reais), na seguinte dotação:

Órgão: 23 - Fundação Lagunense do Meio Ambiente

Unidade: 01 - Fundação Lagunense do Meio Ambiente

Proj/Atividade: 4.100 – Manter e Preservar o Meio Ambiente

Elementos da Despesa:

1 – 3.1.90.11.00.00.00.00.01.0000 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil ..... R\$ 30.000,00

9 – 3.3.90.39.00.00.00.00.01.0000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica ..... R\$ 4.000,00

Art. 2º Para atender a transposição de que trata o artigo 1º deste Decreto, ficam utilizados recursos de igual valor da seguinte dotação:

Órgão: 23 - Fundação Lagunense do Meio Ambiente

Unidade: 01 - Fundação Lagunense do Meio Ambiente

Proj/Atividade: 4.100 – Manter e Preservar o Meio Ambiente

Elementos da Despesa:

3 – 3.1.90.16.00.00.00.00.01.0000 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil ..... R\$ 30.000,00



6 – 3.3.90.30.00.00.00.00.01.0000 - Material de Consumo ..... R\$ 2.000,00  
 11 – 4.4.90.52.00.00.00.00.01.0000 - Equipamentos e Material Permanente ..... R\$ 2.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EVERALDO DOS SANTOS  
 Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 4.700/16

DECRETO Nº 4.700 DE 03 DE AGOSTO DE 2016.

"DISPÕE SOBRE A TRANSPOSIÇÃO DE VALORES DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE LAGUNA".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Everaldo dos Santos, no uso das suas atribuições legais e de conformidade com o art. 5º da Lei Municipal nº 1.875 de 16/12/2015,

DECRETA:

Art. 1º Ficam ajustados nos anexos do Plano Plurianual 2014/2017, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e, transpostos os valores de dotação orçamentária no orçamento vigente do Município de Laguna, no valor de R\$ 13.780,16 (treze mil, setecentos e oitenta reais e dezesseis centavos), na seguinte dotação:

Órgão: 09 - Poder Executivo  
 Unidade: 04 - Secretaria da Fazenda  
 Proj/Atividade: 2.012 – Manutenção da Administração Financeira  
 Elemento da Despesa: 68 – 3.3.90.39.00.00.00.00.01.0000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica ..... R\$ 13.780,16

Art. 2º Para atender a transposição de que trata o artigo 1º deste Decreto, ficam utilizados recursos de igual valor da seguinte dotação:

Órgão: 09 - Poder Executivo  
 Unidade: 04 - Secretaria da Fazenda  
 Proj/Atividade: 2.012 – Manutenção da Administração Financeira  
 Elementos da Despesa:  
 60 – 3.1.90.34.00.00.00.00.01.0000 - Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização ..... R\$ 795,90  
 61 – 3.1.90.91.00.00.00.00.01.0000 - Sentenças Judiciais ..... R\$ 2.000,00  
 62 – 3.1.90.92.00.00.00.00.01.0000 - Despesas de Exercícios Anteriores ..... R\$ 1.114,26  
 66 – 3.3.90.35.00.00.00.00.01.0000 - Serviços de Consultoria ..... R\$ 3.200,00  
 72 – 4.4.90.52.00.00.00.00.01.0000 - Equipamentos e Material Permanente ..... R\$ 6.670,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EVERALDO DOS SANTOS  
 Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 4.701/16

DECRETO Nº 4.701 DE 03 DE AGOSTO DE 2016.

"DISPÕE SOBRE A TRANSPOSIÇÃO DE VALORES DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE LAGUNA".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Everaldo dos Santos, no uso das suas atribuições legais e de conformidade com o art. 5º da Lei Municipal nº 1.875 de 16/12/2015,

DECRETA:

Art. 1º Ficam ajustados nos anexos do Plano Plurianual 2014/2017, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e, transpostos os valores de dotação orçamentária no orçamento vigente do Município de Laguna, no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), na seguinte dotação:

Órgão: 09 - Poder Executivo  
 Unidade: 16 - Secretaria de Administração e Serviços Públicos  
 Proj/Atividade: 2.016 – Manutenção dos Serviços Inerentes a Secretaria de Administração  
 Elemento da Despesa: 370 – 3.1.90.94.00.00.00.00.01.0000 - Indenizações e Restituições Trabalhistas ..... R\$ 60.000,00

Art. 2º Para atender a transposição de que trata o artigo 1º deste Decreto, ficam utilizados recursos de igual valor da seguinte dotação:

Órgão: 09 - Poder Executivo  
 Unidade: 16 - Secretaria de Administração e Serviços Públicos  
 Proj/Atividade: 2.016 – Manutenção dos Serviços Inerentes a Secretaria de Administração  
 Elemento da Despesa: 379 – 3.3.90.93.00.00.00.00.01.0000 - Indenizações e Restituições ..... R\$ 60.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EVERALDO DOS SANTOS  
 Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 4.702/16

DECRETO Nº 4.702 DE 03 DE AGOSTO DE 2016.

"DISPÕE SOBRE A TRANSPOSIÇÃO DE VALORES DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE LAGUNA".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Everaldo dos Santos, no uso das suas atribuições legais e de conformidade com o art. 5º da Lei Municipal nº 1.875 de 16/12/2015,

DECRETA:

Art. 1º Ficam ajustados nos anexos do Plano Plurianual 2014/2017, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e, transpostos os valores de dotação orçamentária no orçamento vigente do Município de Laguna, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), na seguinte dotação:

Órgão: 09 - Poder Executivo  
 Unidade: 07 - Secretaria de Obras e Saneamento  
 Proj/Atividade: 2.017 – Manutenção dos Serviços Inerentes a Secretaria de Obras e Saneamento  
 Elementos da Despesa:  
 176 – 3.1.90.94.00.00.00.00.01.0000 - Indenizações e Restituições Trabalhistas .....



..... R\$ 30.000,00  
178 – 3.3.90.30.00.00.00.00.01.0000 - Material de Consumo  
..... R\$ 10.000,00  
180 – 3.3.90.39.00.00.00.00.01.0000 - Outros Serviços de Ter-  
ceiros - Pessoa Jurídica .....  
..... R\$ 10.000,00

Art. 2º Para atender a transposição de que trata o artigo 1º deste Decreto, ficam utilizados recursos de igual valor da seguinte dotação:

Órgão: 09 - Poder Executivo  
Unidade: 07 - Secretaria de Obras e Saneamento  
Proj/Atividade: 2.017 – Manutenção dos Serviços Inerentes a Se-  
cretaria de Obras e Saneamento  
Elementos da Despesa: 179 – 3.3.90.36.00.00.00.00.01.0000 -  
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física .....  
..... R\$ 50.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EVERALDO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal



# Leoberto Leal

## PREFEITURA

### EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2016 - FMS

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Divisão de Licitações e Compras

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 013/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2016

TIPO: Menor Preço Global. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição de 01 (um) automóvel utilitário zero quilômetro, com capacidade para 05 pessoas, para o Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal, que faz parte integrante do Edital de Pregão Presencial nº 013/2016. LEGISLAÇÃO: Lei 8.666/93, Lei 10.520/02, Decreto Municipal 23/2007, Lei Orgânica e o Edital. ABERTURA: Prefeitura Municipal, localizada na Rua Mainolvo Lehmkuhl, 20, Leoberto Leal/SC, às 14:00 (quatorze horas), do dia 19 de agosto de 2016. Cópia do Edital pode ser obtida no endereço acima citado ou no site [www.leobertoleal.sc.gov.br](http://www.leobertoleal.sc.gov.br). Informações fone: (48) 3268 1212. Em 08/08/2016. IRENE MARIA DA CUNHA OTTO – Secretária Municipal da Saúde.

### EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2016 - FMS

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Divisão de Licitações e Compras

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 014/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2016

TIPO: Menor Preço por Item. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições parceladas de equipamentos, para o Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal, conforme Anexo I, que faz parte integrante do Edital de Pregão Presencial nº 014/2016. LEGISLAÇÃO: Lei 8.666/93, Lei 10.520/02, Decreto Municipal 23/2007, Lei Orgânica e o Edital. ABERTURA: Prefeitura Municipal, localizada na Rua Mainolvo Lehmkuhl, 20, Leoberto Leal/SC, às 14:00 (quatorze horas), do dia 23 de agosto de 2016. Cópia do Edital pode ser obtida no endereço acima citado ou no site [www.leobertoleal.sc.gov.br](http://www.leobertoleal.sc.gov.br). Informações fone: (48) 3268 1212. Em 08/08/2016. IRENE MARIA DA CUNHA OTTO – Secretária Municipal da Saúde.



# Luzerna

## PREFEITURA

**PL 066/2016 - PP 042/2016 - SONORIZAÇÃO - PML**

MUNICÍPIO DE LUZERNA

EXTRATO DE EDITAL

Processo Licitatório nº 066/2016 - PML

Pregão Presencial nº 042/2016 - PML

O MUNICÍPIO DE LUZERNA (SC), por intermédio do Prefeito Municipal, MOISES DIERSMANN, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

OBJETO: A presente Licitação tem por objeto o Registro de Preços destinado à contratação de empresa especializada para prestação de serviços de sonorização nos eventos a serem realizados pela Unidade Gestora – Prefeitura e os Fundos Especiais do Município de Luzerna.

REGIMENTO: Lei nº 10.520 de 17/07/2002 e Decreto Municipal nº 708 de 06/01/06, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 de 21/06/1993 e alterações posteriores.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 14 horas do dia 19 de agosto de 2016.

ABERTURA DAS PROPOSTAS, CREDECIAMENTO E SESSÃO DE LANCES: às 14h10min do dia 19 de agosto de 2016.

OBTENÇÃO DO EDITAL: pelo site [www.luzerna.sc.gov.br](http://www.luzerna.sc.gov.br)

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo fone/fax: (049) 3551-4700.

**PL 068/2016 - PP 044/2016 - LOCAÇÃO DE BANHEIROS QUÍMICOS - PML**

MUNICÍPIO DE LUZERNA

EXTRATO DE EDITAL

Processo Licitatório nº 068/2016 - PML

Pregão Presencial nº 044/2016 - PML

O MUNICÍPIO DE LUZERNA (SC), por intermédio do Prefeito Municipal, MOISES DIERSMANN, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

OBJETO: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços destinado a eventual locação de banheiros químicos, de acordo com o Anexo I e demais condições estabelecidas neste edital.

REGIMENTO: Lei nº 10.520 de 17/07/2002 e Decreto Municipal nº 708 de 06/01/06, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 de 21/06/1993 e alterações posteriores.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 10 horas do dia 19 de agosto de 2016.

ABERTURA DAS PROPOSTAS, CREDECIAMENTO E SESSÃO DE LANCES: às 10h10min do dia 19 de agosto de 2016.

OBTENÇÃO DO EDITAL: pelo site [www.luzerna.sc.gov.br](http://www.luzerna.sc.gov.br)

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo fone/fax: (049) 3551-4700.

**PL 069/2016 - PP 045/2016 - LOCAÇÃO DE ROLO COMPACTADOR - PML**

MUNICÍPIO DE LUZERNA

EXTRATO DE EDITAL

Processo Licitatório nº 069/2016 - PML

Pregão Presencial nº 045/2016 - PML

O MUNICÍPIO DE LUZERNA (SC), por intermédio do Prefeito Municipal, MOISÉS DIERSMANN, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

OBJETO: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preço visando a contratação de empresa para prestação de serviços de horas máquina, mediante hora trabalhada, de 01 (um) rolo compactador de acordo com as especificações do Anexo I deste Edital, para a execução de serviços de manutenção das vias públicas do Município de Luzerna/SC.

REGIMENTO: Lei nº 10.520 de 17/07/2002 e Decreto Municipal nº 708 de 06/01/06, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 de 21/06/1993 e alterações posteriores.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 8h30min do dia 19 de agosto de 2016.

ABERTURA DAS PROPOSTAS, CREDECIAMENTO E SESSÃO DE LANCES: às 08h40min do dia 19 de agosto de 2016.

OBTENÇÃO DO EDITAL: pelo site [www.luzerna.sc.gov.br](http://www.luzerna.sc.gov.br)

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo fone/fax: (049) 3551-4700.

**RESCISÃO DO CONTRATO PML Nº 052/2016 - PL 050/2016 – DL 007/2016/PML**

Rescisão ao Contrato PML nº 052/2016, oriundo do Processo Licitatório PML nº 050/2016, Dispensa nº 007/2016 que entre si celebram a MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC e SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL - SENAI/SC

Presentes de um lado, o MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Avenida 16 de fevereiro, 151, em Luzerna/SC, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, MOISÉS DIERSMANN, brasileiro, casado, professor, inscrito no CPF/MF nº 024.651.199-07 e portador da cédula de identidade nº 11/C-3. 427.769, residente e domiciliado a Rua Beno Dresch, s/n, Bairro Vila Alemanha, neste Município de Luzerna/SC, CEP 89609-000,



denominado CONTRATANTE e o SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL - SENAI/SC, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.774.688/0001-55, com sede na Rodovia Admar Gonzaga, 2765, 2º andar, Bairro Itacorubi, Município de Florianópolis/SC, CEP 88034-001, representada por seu Diretor, SILVANA MENEHINI, brasileira, casada, inscrita no CPF/MF sob o nº 892.834.909-59 e portador da cédula de identidade nº 2.634.756, residente e domiciliada na Rua Almirante Barroso, nº 181, Apto 504, Bairro Tobias, no Município de Joaçaba/SC, CEP 89600-000, denominado CONTRATADO, com fundamento no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 050/2016 - DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 007/2016, a Rescisão do Contrato em epígrafe, nos termos que segue:

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DA RESCISÃO**

1.1. O presente Termo tem por objeto o cancelamento do Contrato referido no preâmbulo, com concordância de ambas as partes devido o Município ter sido contemplada com o projeto “Eu voluntário do Movimento Santa Catarina pela Educação”.

**2. CLÁUSULA SEGUNDA - DO FORO:**

2.1 É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas do presente Cancelamento com renúncia à qualquer outro, por mais privilegiado que o seja.

E, por assim estarem justos e contratados, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo signatárias, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 08 de agosto de 2016.

MOISÉS DIERSMANN Prefeito de Luzerna CONTRATANTE	SILVANA MENEHINI Diretora do SENAI Luzerna/SC CONTRATADO
TESTEMUNHAS:  1. _____	  2. _____



# Mafra

## PREFEITURA

### COMUNICADO TOMADA DE PREÇO Nº 009/2016.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

COMUNICADO  
TOMADA DE PREÇO Nº 009/2016.

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que realizará ABERTURA DE PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE EVENTUAIS RECURSOS ACERCA DA DECISÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DE LICITAÇÃO PARA O PROCESSO LICITATÓRIO Nº 309/2016 - TOMADA DE PREÇOS Nº 009/2016 QUE TEM POR OBJETO "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAR OBRAS DE DRENAGEM PLUVIAL, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE, APROVADO PELO COMSAB COM RECURSOS DO FUMSAB". O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na sede da Prefeitura do Município de Mafra, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12. Último prazo para protocolo dos RECURSOS é dia 15/08/2016, até às 17:00 horas, no departamento de licitações. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas. Fones: (47) 3641-4021 e 4060.

Mafra, 08 de agosto de 2016  
Wellington Roberto Bielecki  
Prefeito Municipal

### CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

#### CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos a saber;

CNPJ: 23.040.430/0001-32

P2 INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS LTDA

Nota Fiscal nº. 119 R\$ 144,00

Nota Fiscal nº. 090 R\$ 1.149,50

Nota Fiscal nº. 085 R\$ 5.074,75

Nota Fiscal nº. 041 R\$ 46,25

Nota Fiscal nº. 087 R\$ 1.350,00

Nota Fiscal nº. 086 R\$ 1.004,56

VALOR TOTAL: R\$ 8.769,06

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do pagamento acima, tendo em vista que o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo, não podendo sofrer interrompimento devido a falta de pagamento, uma vez que a empresa contratada é a responsável pelo fornecimento de gêneros alimentícios para a alimentação escolar, da Secretaria Municipal de Educação, não podendo sofrer descontinuidade.

Mafra (SC), 09 de agosto de 2016.  
WELLINGTON ROBERTO BIELECKI  
Prefeito Municipal

ENALTO DE OLIVEIRA GONDRIGE  
Secretário da Fazenda e Planejamento

RODNEY LUIZ MEDEIROS  
Secretário Municipal de Administração

ESTELA MARIS BERGAMINI MACHADO  
Secretária Municipal de Educação

### CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

#### CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos a saber;

CNPJ: 10.976.220/0001-09

ITAVOL COMERCIAL LTDA

Nota Fiscal nº. 2.948 R\$ 10.112,30

Nota Fiscal nº. 2.949 R\$ 2.110,41

VALOR TOTAL: R\$ 12.222,71

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do pagamento acima, tendo em vista que o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo, não podendo sofrer interrompimento devido a falta de pagamento, uma vez que a empresa contratada é a responsável pelo fornecimento de gêneros alimentícios para a alimentação escolar, da Secretaria Municipal de Educação, não podendo sofrer descontinuidade.

Mafra (SC), 09 de agosto de 2016.  
WELLINGTON ROBERTO BIELECKI  
Prefeito Municipal

ENALTO DE OLIVEIRA GONDRIGE  
Secretário da Fazenda e Planejamento

RODNEY LUIZ MEDEIROS  
Secretário Municipal de Administração

ESTELA MARIS BERGAMINI MACHADO  
Secretária Municipal de Educação

### CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

#### CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos a saber;

CNPJ: 11.062.129.0001-40

VELOGAS LTDA – MEG GAS

Nota Fiscal nº. 2894 R\$ 5.725,00

Nota Fiscal nº. 2918 R\$ 3050,00

VALOR TOTAL: R\$ 8.775,00

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do pagamento acima, tendo em vista que o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo, não podendo sofrer interrompimento devido a falta de pagamento, conforme ofício nº 701/16 – SME/ALE da Secretaria Municipal de Educação, uma vez



que a empresa contratada é a responsável pelo fornecimento de carga de gas (GLP) destinada as Secretarias Municipais, bem como, para a alimentação escolar, da Secretaria Municipal de Educação, não podendo sofrer descontinuidade.

Mafra (SC), 09 de agosto de 2016.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI

Prefeito Municipal

ENALTO DE OLIVEIRA GONDRIGE

Secretário da Fazenda e Planejamento

RODNEY LUIZ MEDEIROS

Secretário Municipal de Administração

ESTELA MARIS BERGAMINI MACHADO

Secretária Municipal de Educação

## **CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS**

### **CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS**

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos a saber;

CNPJ: 85.129.518/0001-82

MOINHO CATARINENSE S.A

Nota Fiscal nº. 295453 R\$ 4.423,70

Valor Total: R\$ 4.423,70

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do Pagamento acima, tendo em vista o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo, não podendo sofrer interrompimento devido a falta de pagamento, uma vez que a empresa contratada é uma das responsáveis pelo fornecimento de gêneros alimentícios para as escolas e creches (merenda escolar) do Município não podendo sofrer descontinuidade. Desta maneira, comprova-se o interesse público.

Mafra (SC), 09 de agosto de 2016.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI

Prefeito Municipal

ENALTO DE OLIVEIRA GONDRIGE

Secretário da Fazenda e Planejamento

RODNEY LUIZ MEDEIROS

Secretário Municipal de Administração

ESTELA MARIS BERGAMINI MACHADO

Secretária Municipal de Educação

## **EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTRATO Nº: 064/2016**

### **EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

Contrato nº: 064/2016

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratada: LABORATÓRIO DE CITOPATOLOGIA E ANATOMIA PATOLÓGICA ANNALAB S/C LTDA.

CNPJ nº 40.426.900/0004-95

Objeto: "Credenciamento de prestadores de serviços especializados na área de saúde para fins de contratação de laboratório de citopatologia e anatomia patológica, ao preço tabela SUS, através do Fundo Municipal de Saúde"

Modalidade: Credenciamento nº 003/2016, Processo nº 316/2016

Valor Estimado: R\$ 25.191,00 (vinte e cinco mil cento e noventa e um reais) mensal.

Parágrafo único: sendo certo tratar-se de "credenciamento", o valor é apenas estimativo, não gerando por parte do CONTRATANTE a obrigação de autorizar os exames no valor total deste ajuste, uma vez que os serviços serão distribuídos as empresas credenciadas de acordo com a escolha do paciente.

Data de Pagamento 30 (trinta) dias após protocolo da nota fiscal

Data de assinatura: 08/08/2016.

Prazo: 31/12/2016, podendo ser prorrogado conforme disposto na Lei Federal 8.666/1993.

Dotação Orçamentária:

302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial

16 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

2.089 MAC-MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR -

3.3.90.00.00.0000 Aplicações Diretas

Dotação: 167 - Fonte: 165 Atenção de Media e Alta Complexidade Amb

Foro: Comarca de Mafra



# Maracajá

## PREFEITURA

### RESULTADO FINAL DA LICITAÇÃO Nº 43/2016

Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Maracajá

Resultado de Julgamento das Propostas de Preço.  
Tomada de Preço nº 43/2016

O Município de Maracajá torna público o resultado do julgamento das Propostas do Processo Licitatório nº 43/2016 – Tomada de Preço, referente a contratação de empresa para execução das obras de pavimentação com lajotas, drenagem pluvial e sinalização da rua Antonio Machado, Bairro Vila Beatriz, no Município de Maracajá – SC (trecho 02), tudo de conformidade com os projetos, memorial descritivo, orçamento e cronograma físico financeiro anexo e Programa de Transferência nº 2016006119, do Governo de Estado de Santa Catarina. a Comissão decidiu por unanimidade de seus membros: CLASSIFICAR por estar de conformidade com o ato convocatório, conforme segue: em 1º lugar a proposta da empresa PAVIMENTADORA JEREMIAS LTDA com o valor global de R\$ 155.511,85 (cento e cinquenta e cinco mil quinhentos e onze reais e oitenta e cinco centavos), em 2º lugar a empresa CONCRETUBOS OBRAS DE URBANIZAÇÃO LTDA – EPP com o valor global de 155.848,99 (cento e cinquenta e cinco mil oitocentos e quarenta e oito reais e noventa e nove centavos).

Maracajá/SC, 08 de agosto de 2016.  
Marcio Michel Jumes de Sousa.  
Presidente da Comissão de Licitação



# Maravilha

## PREFEITURA

### Decreto nº 606/2016

DECRETO Nº 606, DE 28 DE JULHO DE 2016

Autoriza a abertura de Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal, e conforme Lei Municipal nº 3.910, de 18 de novembro de 2015,

#### DECRETA:

Art. 1º Autoriza a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais) para reforçar dotações do orçamento vigente do município, conforme discriminação a seguir:

09.00 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

09.01 – Fundo Municipal de Assistência Social

08 – Assistência Social

08.244 – Assistência Comunitária

08.244.0017 – Programas Socioeducativos

08.244.0017.2.139 – SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE

Destinação de Recursos: 0.1.52 – Outras Transf. - FNAS

3.0.00.00 – Despesas Correntes

3.1.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais

3.1.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 50.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar de que trata o art. 1º do presente Decreto, serão utilizados recursos provenientes do excesso ou provável excesso de arrecadação.

Art. 3º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 28 de Julho de 2016.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

### Decreto nº 627/2016

DECRETO Nº 627, DE 8 DE AGOSTO DE 2016

Nomeia servidor público municipal e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal, e conforme art. 12, inciso II, da Lei Complementar nº 003/2002 e Edital de Concurso Público nº 001/2014,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto nomeada NATALIA TAGLIAN BONIATTI, brasileira, inscrita no CPF sob nº 070.323.35993, para ocupar o cargo de Odontóloga – Saúde da Família, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio a partir da presente data.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 8 de agosto de 2016.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

### PROCESSO LICITATÓRIO N. 078/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA.

Processo Licitatório n. 078/2016 – Modalidade de Tomada de Preços n. 010/2016.

A Senhora Prefeita de Maravilha - SC, ROSIMAR MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará no dia 12/08/2016, com início as 14 horas a abertura dos envelopes de propostas das empresas habilitadas. Qualquer informação poderá ser obtida no departamento de compras e licitações no horário de expediente, 13 às 19 horas. E-mail: [compras@maravilha.sc.gov.br](mailto:compras@maravilha.sc.gov.br). Telefone (49) 3664-0044. Maravilha - SC, 08 de agosto de 2016. ROSIMAR MALDANER – Prefeita de Maravilha.



# Massaranduba

## PREFEITURA

### FMS AD 01 QUANTIDADE LIC 19.2015 - MEDICAMENTO PA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 07/2015

Processo Licitatório nº 19/2015

Pregão Presencial nº 15/2015

Ao primeiro de fevereiro de 2016, o FUNDO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua 11 de Novembro, 3025, Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº. 11.231.203/0001-05, neste ato representado pela Secretária e Gestora do Fundo Municipal de Saúde, Sra. SIMONE APARECIDA DE SOUZA e pelo Prefeito, Sr. MÁRIO FERNANDO REINKE, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93 e alterações, Decreto Municipal nº 2051/2010 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº 15/2015 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, homologado pelo Prefeito Municipal, abaixo assinado, RESOLVE registrar os valores oferecidos para AQUISIÇÃO DE DIVERSOS MEDICAMENTOS DESTINADOS AO ATENDIMENTO DE PACIENTES NO PRONTO ATENDIMENTO DO HOSPITAL MUNICIPAL. Presente à empresa e seu representante:

#### DA ALTERAÇÃO

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO ALTERAÇÃO QUANTITATIVA

1.1. AQUISIÇÃO DE DIVERSOS MEDICAMENTOS DESTINADOS AO ATENDIMENTO DE PACIENTES NO PRONTO ATENDIMENTO DO HOSPITAL MUNICIPAL.

1.2. Este aditivo deu-se em virtude da quantidade estima não ser o suficiente para suprir as necessidades estimadas no processo licitatório. Segue abaixo as especificações e quantitativos aditados.

Empresa Vencedora								
Item	Nome Empresa	Descrição Produto	Unid	Marca	Qtd Licitada	Qtd Aditivo	R\$ Unit.	R\$ Total
37	SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	CLORIDRATO DE TRAMADOL 50MG/ML. AMPOLA CONTENDO 1ML PARA ADMINISTRAÇÃO ENDOVENOSA.	AMPOLA	TEUTO	3.100	775	R\$ 0,74	R\$ 573,50

1.3. O valor estimado para a aquisição é de R\$ 573,50 (QUINHENTOS E SETENTA E TRÊS REAIS E CINQUENTA CENTAVOS).

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

2.1. Integram esta Ata, o Edital de Pregão Presencial nº 15/2015, e as propostas das empresas classificadas no certame supranumerado.

2.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim (SC), para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.

2.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, e demais normas aplicáveis.

Massaranduba - SC	03	de	Agosto	de	2016
-------------------	----	----	--------	----	------

MARIO FERNANDO REINKE  
Prefeito Municipal

SIMONE APARECIDA DE SOUZA  
Gestora do Fundo Municipal de Saúde

SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP  
ANDRÉ CARLOS BEHNKE  
Contratada

### PMM LIC 19.2016 AD 01 - TUBOS DE CONCRETO

PRIMEIRO TERMO ADITAMENTO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 13/2016

Processo Licitatório Nº 19/2016

Pregão Presencial Nº 12/2016

Aos vinte e três dias do mês de maio de dois mil e dezesseis, a PREFEITURA DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, situado



na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.483/0001-62, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. MÁRIO FERNANDO REINKE, nos termos do Art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e alterações, Decreto Municipal nº. 2051/2010 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 19/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2016 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, homologado pela Autoridade supracitada, resolve registrar os valores oferecidos referentes à AQUISIÇÃO DE DIVERSOS TUBOS DE CONCRETO PARA USO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA – SC.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 AQUISIÇÃO DE DIVERSOS TUBOS DE CONCRETO PARA USO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA – SC.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – QUANTITATIVO

2.1. Este aditivo deu-se em virtude da quantidade estima não ser o suficiente para suprir as necessidades estimadas no processo licitatório. Segue abaixo as especificações, quantitativos aditados.

ITEM	EMPRESA	PRODUTO	UNID	MARCA	LICITADO	ADITIVO	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
4	SANTA HELENA INDUSTRIAL LTDA EPP	TUBO DE CONCRETO SIMPLES, NÃO ARMADOS, DE NOMENCLATURA PS1, BITOLA DE 0,60CM, COM CARGA MINIMA DE RUPTURA KN/M 24.	PECAS	TSH	500	125	R\$ 42,00	R\$ 5.250,00
VALOR TOTAL DO ADITIVO								R\$ 5.250,00

2.1. O valor estimado para a citada aquisição pelo período de 12 (doze) meses é de R\$ 5.250,00 (CINCO MIL E DUZENTOS E CINQUENTA REAIS).

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

3.1. Integra esta Ata, o Edital do Processo Licitatório Nº 19/2016 - Pregão Presencial Nº 12/2016, e as propostas das empresas classificadas no certame supra numerado.

3.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim (SC), para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.

3.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, e demais normas aplicáveis.

3.4. Permanecem inalteradas as demais cláusulas da Ata que deu origem a este aditivo

3.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, e demais normas aplicáveis.

3.4. Permanecem inalteradas as demais cláusulas da Ata que deu origem a este aditivo

Massaranduba – SC	05	de	Agosto	de	2016

MARIO FERNANDO REINKE  
Prefeito

SANTA HELENA INDUSTRIAL LTDA EPP  
ROLF DEGLMANN  
Contratada



# Meleiro

## PREFEITURA

### EXTRATO CONTRATO Nº 112-2016

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 112/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Contratado: PUBLIC & PRIVATE TECNOLOGIA E SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO LTDA ME

Objeto: Prestação de serviços de apoio ao Município referente à reestruturação do sistema de controle interno e também a documentação dos processos de gestão, promovendo a aderência do Município a IN-20 do TCE-SC.

Valor: R\$ 7.200,00

Vigência: Início: 01/08/2016 Término: 31/12/2016.

Data da assinatura: 01 de agosto de 2016.

### EXTRATO CONTRATO Nº 113-2016

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 113/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Contratado: MEL-TEC INFORMÁTICA E PAPELARIA LTDA ME

Objeto: AQUISIÇÃO DE CAMERAS DE MONITORAMENTO PARA A INSTALAÇÃO NA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BASICA MUNICIPAL INÊS TONÉ-LI NÁPOLI E GARAGEM MUNICIPAL DO MUNICIPIO.

Valor: R\$ 8.483,00

Vigência: Início: 05/08/2016 Término: 31/12/2016.

Data da assinatura: 05 de agosto de 2016.

### EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL Nº 004-2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE MELEIRO  
SERV. AUT. MUN. DE AGUA E ESGOTO – SAMAE.

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 004/2016

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE MELEIRO - SAMAE torna público para conhecimento dos interessados que no dia 23/08/2016 às 14h00min horas estará realizando a reunião de recebimento das propostas do PREGÃO PRESENCIAL N.º 004/2016, objetivando a PRESTAÇÃO DE SERVIÇO TÉCNICO DE MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DO SISTEMA ELÉTRICO DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA DO MUNICÍPIO. A integral do Edital e maiores informações poderá ser obtida na Prefeitura Municipal de Meleiro, sito a Rua Sete de Setembro, nº 371 – Meleiro/SC, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h00min as 17h00min de Segunda a Sexta-Feira ou pelo fone 0XX48-3537-8400. A integral do edital também estará disponível no site do município [www.meleiro.sc.gov.br](http://www.meleiro.sc.gov.br).

Meleiro/SC, 08 de agosto de 2016.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal



**PORTARIA N°405-2016**

PORTARIA n.º 405/2016

TRATA DA CONCESSÃO DE LICENÇA SAÚDE DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 809/2000 e suas alterações, e Lei nº 034/2011, de 26 de dezembro de 2011 e suas alterações, resolve:

**CONCEDER**

Art. 1.º Licença saúde por um período de 15 (quinze) dias à servidora GIOVANNA DANIEL DAL TOE, ocupante do cargo de Fisioterapeuta, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, conforme atestado médico.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir do dia 03/08/2016.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 08 de Agosto de 2016.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

**PORTARIA N°406-2016**

PORTARIA nº 406/2016

DÁ NOVA REDAÇÃO A PORTARIA N° 403/2016, DE 05 DE AGOSTO DE 2016, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 809/2000 e suas alterações, Lei n.º 1637/2014, de 26 de março de 2014, e Lei nº 1640/2014, de 03 de Abril de 2014, resolve:

**CONTRATAR**

Art. 1.º A Senhora LILIAN FIGUEIREDO PEREIRA, para ocupar o cargo de Professora ACT, com carga horária total de 30 (trinta) horas semanais, na Escola de Educação Infantil Escadinha do Tempo, em substituição à servidora MARIA ELIANE TOMAZZIA TRAMONTIN, em virtude de licença saúde, até o retorno da mesma.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir do dia 08/08/2016.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 08 de Agosto de 2016.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças



# Modelo

## PREFEITURA

### ATA DE ABERTURA DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO P.879/2016

#### ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Processo nº 879/2016

Modalidade: Tomada de Preços com o número nº 010/2016

ATA Nº 69/2016

Às 08:00 horas do dia 05 de agosto de 2016, nas dependências da Prefeitura Mun. de Modelo, reuniu-se a Comissão de Licitações, designados pelo Decreto nº 116/2016, do Senhor Prefeito Municipal conforme que segue abaixo:

Objeto: EXECUÇÃO DA OBRA DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DO JARDIM DE INFÂNCIA CANTINHO ALEGRE, SITUADO NO MUNICÍPIO DE MODELO - SC, DE CONFORMIDADE COM PROJETO, MEMORIAL, CRONOGRAMA FÍSICO, ARTs E DEMAIS ANEXOS QUE FAZEM PARTE DESTA EDITAL.

Entregaram os envelopes 01 e 02, conforme abaixo, os representantes, na forma do Edital do Processo Licitatório nº. 879/2016 na modalidade Tomada de Preços com o número 010/2016 as seguintes empresas:

Nome do Proponente
MARCO GARCIA OBRAS E SERVIÇOS
RINOVI CONSTRUTORA LTDA
MODELO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO
PAIN EMPREENDIMENTOS LTDA
EDIFICAR CONSTRUTORA LTDA
LIGHT NIGHT MATERIAIS ELÉTRICOS
CONSTRUTORA FIEL EIRELI ME
CHAVE CERTA CASA E CONSTRUÇÃO
CONSTRUTORA GUILHERME ARTHUR
CONSTRUTORA PRIMO LTDA EPP

Todos os participantes entregaram os envelopes conforme item 7 e seguintes do Edital, todavia, nenhum dos licitantes permaneceu na sessão para acompanhar a abertura dos envelopes de documentação.

Em seguida, conforme item 1.3 e ao seu tempo, deu-se início a abertura do envelope 01 – HABILITAÇÃO – sendo que compareceu para acompanhar a sessão apenas o representante da empresa RINOVI CONSTRUTORA LTDA, sendo que permaneceu até às 11:15 horas no local e saiu, ato contínuo, foi suspenso a análise dos documentos devido o horário de almoço.

Na parte da tarde, a partir das 13:30 horas, reiniciou-se novamente a Comissão de Licitação para dar continuidade na análise da documentação e, devido a quantidade de documentos e a complexidade de informações exigidas, foi convocado para auxiliar nas decisões o engenheiro da Prefeitura de Modelo, ainda, formou a equipe a ocupante do RH, que é formada em Ciências Contábeis.

Devido a compromissos agendados por parte do Engenheiro, a quem o Presidente da Comissão de Licitação incumbiu de auxiliar na análise da documentação técnica, sendo que não haviam sido analisados todos os documentos ainda, suspendeu-se novamente a análise dos envelopes de nº 01 – HABILITAÇÃO – sendo que será retornada a avaliação na segunda feira, dia 08 de agosto de 2016 a partir das 09:00 horas.

Ficam convidados os representantes das empresas para acompanhar o restante da análise dos documentos de HABILITAÇÃO, oportunidade que será marcada nova data para abertura do envelope 02 – PROPOSTA DE PREÇO após o prazo legal, desta forma eu Eder Schlosser da Silva, Presidente da Comissão de Licitações da Prefeitura Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, lavrei a presente Ata que será assinada por mim e pela equipe de apoio.

Nada mais havendo digno de registro deu-se por encerrada esta sessão pública.

Modelo SC, Quarta-Feira, 05 de agosto de 2016.

Presidente: EDER SCHLOSSER DA SILVA

Secretária: MICHELI LUANA UTZIG

Apoio: FABRÍCIO JOÃO MILAN



**DECRETO Nº 0226/2016**

DECRETO Nº 0226/2016 DE 03 DE AGOSTO DE 2016.

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DE INDICAÇÕES E DA COMPOSIÇÃO ATUALIZADA DO CMDCA – CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO MUNICÍPIO DE MODELO/SC, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo – SC, no uso das atribuições legais, em especial de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 2.249/2015 de 17.12.2015, e demais disposições legais que dispõem sobre a matéria,

Considerando a Ata nº 005/2016 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e as respectivas indicações dos representantes,

**DECRETA:**

Art. 1º - Ficam nomeados e empossados os membros conforme novas indicações, alterando as representações constantes no Decreto nº 132/2016, conforme abaixo especificado:

IV – Representantes dos adolescentes que participam de grupos como clubes de serviço, grêmio estudantil, pastoral da juventude, grupos de jovens

Titular: Gabrieli Julia Jacoby

Suplente: Diane Scarton

IV – Representantes das Secretarias/Departamentos do município de Modelo/SC

Titular: Fabricio Eberardt

Suplente: Milton Simão

Titular: Jussane Marcasoni Toseto Frandoloso

Suplente: Lovani Terezinha Baron

Parágrafo Único – Os conselheiros indicados no Art. 1º completarão o mandato de seus antecessores, conforme estabelecido no Decreto Municipal n. 132/2016 de 11/04/2016.

Art. 2º - Fica exemplificada a composição atualizada do CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Modelo SC, de conformidade com as respectivas indicações de representações registradas e as alterações de que dispõe a Ata nº 005/2016 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Modelo SC, no artigo 1º deste Decreto, devidamente nomeados e empossados na forma da Lei, em especial do conforme dispõe do Decreto Municipal 132/2016 e deste Decreto, ficando composto pelos membros, conforme abaixo especificado:

I – Representantes de Entidades de atendimento a criança e ao adolescente ou instituições de ensino

Titular: Silvainha Maria Kreutz

Suplente: Marli Schlosser

II – Representantes da OAB

Titular: Carine Ines Hubner Konzen

Suplente: Luiz Fernando Kreutz

III – Representantes dos trabalhadores que atuam no atendimento a criança e ao adolescente

Titular: Carine de Assis

Suplente: Elizabete Cristina Borre

IV – Representantes dos adolescentes que participam de grupos como clubes de serviço, grêmio estudantil, pastoral da juventude, grupos de jovens

Titular: Gabrieli Julia Jacoby

Suplente: Diane Scarton

Titular: Douglas Reichert

Suplente: Alana Rodrigues

IV – Representantes das Secretarias/Departamentos do município de Modelo/SC

Titular: Gilnei Roberto Vogel

Suplente: Francieli Pavalicini

Titular: Marizete Maria Floss

Suplente: Loraci Maura da Silva Bellaver

Titular: Fabricio Eberardt

Suplente: Milton Simão

Titular: Jussane Marcasoni Toseto Frandoloso

Suplente: Lovani Terezinha Baron



Titular: Alidiane Zamproгна  
Suplente: Marledi Decker Fritzen

Art. 3º - As atribuições do conselho são as constantes da Lei Municipal nº 2.249/2015 de 17.12.2015 e demais normas legais pertinentes à matéria.

Art. 4º - O mandato do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Modelo/SC – CMDCA de que dispõe este Decreto é de dois anos, com vigência a partir de 11 de abril de 2016.

Art. 5º - As atribuições do Conselho de que trata este Decreto, são consideradas de caráter relevante, não lhe atribuindo qualquer remuneração e nem a geração de vínculo empregatício, social ou trabalhista.

Art. 6º - As despesas decorrentes deste Decreto estão previstas no orçamento vigente e subsequente.

Art. 7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,  
aos 03 de agosto de 2016.

RICARDO LUIS MALDANER  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI  
Assessora de Departamento



# Mondaí

## PREFEITURA

### EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 019/2016 - FMS

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 019/2016

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MONDAÍ

EMPRESAS REGISTRADAS: COMÉRCIO DE ALIMENTOS ROCHA LTDA EPP – VALOR REGISTRADO R\$ 2.111,00 (dois mil, cento e onze reais); A.E.M. OESTE COMERCIAL EIRELI ME – VALOR REGISTRADO R\$ 3.200,00 (três mil e duzentos reais); SCS COMÉRCIO LTDA ME – VALOR REGISTRADO R\$ 4.450,00 (quatro mil, quatrocentos e cinquenta reais).

OBJETO: Registro de preços para eventual aquisição de material de higiene e limpeza e gêneros alimentícios, destinado para manutenção atividades Secretaria Municipal da Saúde de Mondaí - SC, conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo I, deste Edital.

ORIGEM: Pregão Presencial nº 030/2016

VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato é a partir de sua assinatura até 07 de agosto de 2017.

Mondaí – SC, 08 de agosto de 2016.

Lenoir da Rocha

Prefeito Municipal

### EXTRATO P. PRESENCIAL Nº 006/2016 FMAS

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 008/2016

O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE MONDAÍ, Estado de Santa Catarina, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação EXCLUSIVA PARA PARTICIPAÇÃO DE MICRO EMPRESAS E/OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E EMPREENDEDORES INDIVIDUAIS, conforme descrito abaixo:

MODALIDADE: Pregão Presencial nº 006/2016 – Registro de Preços

TIPO: Menor Preço (por lote)

OBJETO: Registro de Preços para eventual aquisição de gêneros alimentícios e materiais de higiene e limpeza, destinados para manutenção do Programa Frentes de Trabalho, nos termos da Lei Municipal nº 3.096 de 14 de março de 2005, desenvolvido pela Secretaria Municipal de Assistência Social de Mondaí, recursos do MUNICÍPIO/FMAS.

ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: até às 08h55min do dia 19 de agosto de 2016.

SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS E LANCES VERBAIS: às 09h00min do dia 19 de agosto de 2016.

INFORMAÇÕES: Maiores informações e esclarecimentos poderão ser obtidos no endereço acima ou pelo fone/fax (49) 3674-3125 ou pelo e-mail: [compras@mondai.sc.gov.br](mailto:compras@mondai.sc.gov.br)

MONDAÍ (SC), 08 de agosto de 2016.

Lenoir da Rocha

Prefeito Municipal

### EXTRATO P. PRESENCIAL Nº 066/2016

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 094/2016

O MUNICÍPIO DE MONDAÍ, Estado de Santa Catarina, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação tipo EXCLUSIVA PARA PARTICIPAÇÃO DE MICRO EMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS, conforme descrito abaixo:

MODALIDADE: Pregão Presencial n.º 066/2016 – REGISTRO DE PREÇOS

TIPO: Menor Preço (por lote)

OBJETO: Registro de preços para eventual aquisição de produtos químicos destinados para manutenção estações de tratamento de água nas comunidades do interior do Município de Mondaí - SC.

ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: até 10h25min do dia 19 de agosto de 2016.

SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS E LANCES VERBAIS: às 10h30min do dia 19 de agosto de 2016.

INFORMAÇÕES: Maiores informações e esclarecimentos poderão ser obtidos no endereço acima ou pelo fone/fax (49) 3674-3125 ou pelo e-mail: [compras@mondai.sc.gov.br](mailto:compras@mondai.sc.gov.br)

MONDAÍ (SC), 08 de agosto de 2016.

Lenoir da Rocha

Prefeito Municipal

### REABERTURA PRAZO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 31/2016/FMS

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 041/2016

O MUNICÍPIO DE MONDAÍ, Estado de Santa Catarina, através do Fundo Municipal de Saúde, torna público, para conhecimento dos interessados, que está reabrindo prazo para apresentação dos envelopes proposta e documentação da Licitação nº 041/2016, em virtude de alteração substancial no Instrumento Convocatório.

MODALIDADE: Pregão Presencial n.º 031/2016

TIPO: Menor Preço

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de dedetização/desinsetização/desratização/fumacê em unidades de saúde e ruas da cidade de Mondaí– SC.

NOVA DATA PARA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: até 14h55min do dia 22 de agosto de 2016.

NOVA DATA DA SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS E LANCES VERBAIS: às 15h00min do dia 22 de agosto de 2016.

MONDAÍ (SC), 08 de agosto de 2016.

Lenoir da Rocha

Prefeito Municipal



**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N°. 30/2016/FMS**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MONDAI</b>  CNPJ: 11.386.903/0001-79 RUA CRISTIANO WANDSCHEER, 27 C.E.P.: 89893-000 - Mondai - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 30/2016 - PR</b>  Processo Administrativo: 40/2016 Processo de Licitação: 40/2016 Data do Processo: 25/07/2016
	Folha: 1/2

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Prefeito Municipal, Lenoir Da rocha, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 40/2016  
b ) Licitação Nr.: 30/2016-PR  
c ) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
d ) Data Homologação: 08/08/2016  
e ) Data da Adjudicação: Sequência: 0  
f ) Objeto da Licitação Registro de preços para eventual aquisição de material de higiene e limpeza e gêneros alimentícios, destinado para manutenção atividades Secretaria Municipal da Saúde de Mondai - SC.

g ) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	---------	------------	----------------	---------------

**LOTE: 1****A.E.M OESTE COMERCIAL LTDA ME (11093)**

7	PAPEL TOALHA COM 2 ROLOS - Marca: sorela	PCT.	960,00	0,0000	3,3333	3.200,00
<b>Total do Fornecedor:</b>						<b>3.200,00</b>

**LOTE: 2****SCS COMERCIO LTDA ME (11115)**

2	DESINFETANTE 02 LITROS - Marca: ECOVILLE	UN.	100,00	0,0000	5,2334	523,34
3	DESODORIZANTE DE AR - SPRAY 360 ml - Marca: ULTRA FRESH	TB.	40,00	0,0000	10,4669	418,68
4	NAFTALINA PACOTES 50 gr - Marca: GIOCA	UN.	10,00	0,0000	2,0068	20,07
10	Saco para lixo 100 litros pct c/10 unidades - Marca: LIMPS	PCT.	150,00	0,0000	2,3511	352,67
11	Saco para lixo 30 litros - pct c/10 unidades - Marca: LIMPS	PCT.	300,00	0,0000	2,3511	705,33
14	Pedra sanitária 20 g - Marca: GIOCA	UN.	20,00	0,0000	1,4953	29,91
<b>Total do Fornecedor:</b>						<b>2.050,00</b>

**LOTE: 3****COMÉRCIO DE ALIMENTOS ROCHA LTDA (7164)**

1	COPO DESCARTÁVEL 180 mL, PCT. C/ 100 - Marca: coposul	PCT.	200,00	0,0000	3,9833	796,65
5	Toalha de chão 50 x 1,05 - Marca: panosul	UN.	40,00	0,0000	7,1738	286,95
6	PANO DE PÓ BRANCO (30 X 25 cm) - Marca: panosul	UN.	50,00	0,0000	2,1204	106,02
12	TOALHA DE PAPEL INTERFOLHAS PCT C/1.000 fis 20 x 21cm branco - Marca: elioti	UN.	20,00	0,0000	12,0785	241,57

Lenoir Da rocha  
Prefeito Municipal



<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MONDAI</b>  CNPJ: 11.386.903/0001-79 RUA CRISTIANO WANDSCHEER, 27 C.E.P.: 89893-000 - Mondai - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 30/2016 - PR</b>  Processo Administrativo: 40/2016 Processo de Licitação: 40/2016 Data do Processo: 25/07/2016
	Folha: 2/2

### TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

#### LOTE: 3

##### COMÉRCIO DE ALIMENTOS ROCHA LTDA (7164)

15	PILHA MÉDIA CARTELA COM DUAS UNIDADES - Marca: panasonic	UN.	20,00	0,0000	7,0747	141,49
16	Toalha de rosto branca felpuda 100% algodão 50x70cm - Marca: panosul	UN.	20,00	0,0000	8,016	160,32
<b>Total do Fornecedor:</b>						<b>1.733,00</b>

#### LOTE: 4

##### SCS COMERCIO LTDA ME (11115)

8	Água sanitária 2 litros com cloro ativo 2% a 2,5% - Marca: ECOVILLE	UN.	250,00	0,0000	6,0205	1.505,13
9	AMACIANTE DE ROUPAS, CONTEÚDO LÍQUIDO 02 L (DOIS LITROS) - Marca: GIOCA	GL.	20,00	0,0000	5,7118	114,24
13	PAPEL HIGIÊNICO BRANCO PICOTADO PCT COM 4 ROLOS DE 60m - Marca: HOLLY	UN.	160,00	0,0000	4,4285	708,56
17	ESPONJA LA DE AÇO - 60 g - Marca: INOVE	PCT.	5,00	0,0000	1,9682	9,84
18	ESPONJA DUPLA FACE - Marca: BETANIM	UN.	50,00	0,0000	1,2446	62,23
<b>Total do Fornecedor:</b>						<b>2.400,00</b>

#### LOTE: 5

##### COMÉRCIO DE ALIMENTOS ROCHA LTDA (7164)

19	CAFÉ SOLÚVEL - 200 g - Marca: amigo	UN.	20,00	0,0000	13,6863	273,73
20	Açúcar cristalizado pact. 5 Kg - Marca: sta izabel	UN.	6,00	0,0000	14,199	85,19
21	ADOÇANTE - 100 ml - Marca: zero cal	UN.	5,00	0,0000	3,816	19,08
<b>Total do Fornecedor:</b>						<b>378,00</b>
<b>Total Geral:</b>						<b>9.761,00</b>

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.058.3.3.90.00.00.00.00 (27) Saldo: 2.024,51

\_\_\_\_\_  
Lenoir Da rocha  
Prefeito Municipal



# Monte Carlo

## PREFEITURA

### PROCESSO LICITATÓRIO 101/2016

#### AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 101/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 77/2016

OBJETO: A presente licitação tem como objeto a AQUISIÇÃO DE PEÇAS E INSUMOS PARA SEREM UTILIZADOS NO CONserto DO ÔNIBUS PLACAS ACF-3151, PERTENCENTES A FROTA DE VEÍCULOS DE MONTE CARLO SC, conforme delimitações deste edital.

ENTREGA E ABERTURA: a partir das 08:00 do dia 09/08/2016 Propostas e Documentos até as 13:45 horas do dia 18/08/2016, para abertura às 14:00 horas do dia 18/08/2016.

MENOR PREÇO POR ITEM.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: Prefeitura

Municipal de Monte Carlo, sala de Licitações, Rod. SC 456, Km 15. HORÁRIO: Das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

TELEFONE No (0 49) 3546 0194 OU Home Page: [www.montecarlo.sc.gov.br](http://www.montecarlo.sc.gov.br)

MONTE CARLO, 08 DE AGOSTO DE 2016

MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA

Prefeito



# Morro da Fumaça

## PREFEITURA

### **TOMADA DE PREÇO 077/2016**

Município de Morro da Fumaça. Edital de Tomada de Preço 077/2016. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS NA ÁREA DE MEDICINA DO TRABALHO, conforme anexo I. Data: 25/08/2016 às 11:00. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. FERNANDO D. TEIXEIRA – Secretário do Sistema Econômico.



# Navegantes

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 14/2016 FMS - RETIFICADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Setor de Compras e Licitações

PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2016 FMS ---RETIFICADO/REPUBLICADO---

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para o OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS (AUTOMÓVEIS MODELO HATCH 0KM 1.0 4P), PARA ATENDER O DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA, AOS AGENTES COMUNITÁRIOS EM COMBATE A DENGUE E AO PROGRAMA DE ESTRATÉGIA DO NÚCLEO DE APOIO À SAÚDE DA FAMÍLIA (NASF), ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 23/08/2016 até às 08h50. Abertura envelopes: 23/08/2016 às 09h. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: [www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br) link fornecedor. Navegantes, 08 de agosto de 2016. ROBERTO CARLOS DE SOUZA - Prefeito.

### DECRETO 118/2016 CONCEDE ADIANTAMENTO

DECRETO Nº 118 DE 05 DE AGOSTO DE 2016.

CONCEDE ADIANTAMENTO DE NUMERÁRIO A SERVIDORES QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do município e de conformidade com a lei municipal nº 1674 de 27/05/2003,

DECRETA:

Art. 1º- Fica, o Poder Executivo Municipal, autorizado a conceder adiantamento de numerário ao servidor elencado abaixo, Coordenador do SAMU, dentro dos limites estabelecidos na lei municipal nº 1674 de 27/05/2003 e de acordo com o disposto na lei federal nº 4.320/64 e Resolução nº 16/94 do Tribunal de Contas do Estado, no valor abaixo especificado:

Serviço de Atendimento	NOME DO SERVIDOR	VALOR R\$
SAMU	Rafael Marchand	R\$ 1.500,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação;

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRE-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 05 DE AGOSTO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.  
Navegantes, 05 de agosto de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

### ERRATA 1 CONCORRÊNCIA 95/2016

Errata 01 – Concorrência 95/2016

Para os itens 03, 46, 75, 104, 124, 155, 196, 227, 259, 290, 321, 368, 412, 452 e 511:

Onde se le: M³ x Km

Leia-se: M³

### EXTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 08/2016 FMV.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES.

EXTRATO - DISPENSA DE LICITAÇÃO PMN Nº 08/2016 FMV

PROCESSO Nº 08/2016 FMV.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES / FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE VIGILÂNCIA.

OBJETO: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO (RÁDIOS TRANCEPTOR PORTÁTIL E FIXO COM ACESSO AO S.M.E. E MANUTENÇÃO DO SISTEMA) PARA UTILIZAÇÃO DOS AGENTES DE TRÂNSITO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE VIGILÂNCIA DE NAVEGANTES/SC.

Empresa/Fornecedor: DIRETA TELECOMUNICAÇÕES LTDA

CNPJ | 83.066.118/0001-40

VALOR TOTAL: R\$ 3.200,00

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso II, Lei de Licitações: Lei nº 8.666/93. Navegantes, 05 de agosto de 2016.

### EXTRATO HOMOLOGAÇÃO CC18/2016 FMS.

EXTRATO - HOMOLOGAÇÃO CC18/2016 FMS.

CONCORRÊNCIA Nº 18/2016 FMS.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES / Fundo Municipal de Saúde de Navegantes.

OBJETO: CONCORRÊNCIA VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E DE EQUIPAMENTOS PREVENTIVOS CONTRA INCÊNDIO (COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS) DA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO - UPA 24 HORAS LOCALIZADO NO BAIRRO GRAVATÁ NO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC, RECURSOS ORIUNDO DE PROGRAMA DO GOVERNO FEDERAL - SALDO REMANESCENTE DA CONCORRÊNCIA 03/2013.

Empresa: RJ INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA.

CNPJ: 14.780.667/0001-69.

VALOR: R\$ 267.882,72.

Navegantes, 08 de agosto de 2016.

Roberto Carlos de Souza.

Prefeito do Município.



**NOTIFICAÇÃO 101/2016 ABC & MAO DE OBRA E COMERCIO DE VIDROS, CALHAS E TOLDOS.**

NOTIFICAÇÃO 101/2016

ABC &amp; MAO DE OBRA E COMERCIO DE VIDROS, CALHAS E TOLDOS.

CNPJ: 21.180.466/0001-96

Rua: Tapajós, nº112, sala 02 Fundos

Cidade: Blumenau - SC

CEP: 89065-450

**NOTIFICAÇÃO**

Compete a Secretaria de Administração Municipal notificar a empresa supracitada pela inobservância da execução dos serviços solicitados pela Secretaria de Educação, tudo de acordo com as informações prestadas, através do Memorando nº 496/2016, Af nº1212, bem como e-mails do dia 26 de abril e 20 de maio de 2016, devidamente assinada pela Secretária, Senhora, Nerozilda Pinheiro Ferreira, docs. em anexo.

Devendo para tanto a empresa manifestar resposta no prazo máximo de 05 (cinco) dias, elucidando assim qualquer obscuridade quanto aos fatos ocorridos, conforme prevê o princípio do contraditório e da Ampla defesa assegurado pela Constituição Federal em seu artigo 5º, inc. LV "audiatur et altera pars" que significa "ouça-se também a outra parte", sob pena de culminação das penalidades previstas no contrato, no edital e legislação vigente.

Sem mais a requer para o momento,

ANNA CLÁUDIA GAYA COSTA

Encarregada do Processo Administrativo

Secretaria Municipal de Administração e Logística

**PORTARIA 1783/2016 EXONERA**

PORTARIA N º 1783 DE 05 DE AGOSTO DE 2016

EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 72 de 08/01/2010, RESOLVE:

I – EXONERAR a pedido o (a) servidor (a) MAIRA PALUMBO PACHECO, da função de Diretora de Escola, CEI,EJA (DESC II) a partir de 01.08.2016.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 05 DE AGOSTO DE 2016.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 05 de agosto de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIA 1784/2016 EXONERA**

PORTARIA N º 1784 DE 05 DE AGOSTO DE 2016

EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes, RESOLVE:

I – EXONERAR a pedido, a servidora REGINA AMARO, do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, pertencente ao quadro dos servidores públicos municipais efetivos, a partir de 03/08/2016.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 05 DE AGOSTO DE 2016.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 05 de agosto de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIA 1785/2016 EXONERA**

PORTARIA N º 1785 DE 05 DE AGOSTO DE 2016

EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes, RESOLVE:

I – EXONERAR a pedido, a servidora LEILA MARA DOS SANTOS, do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, pertencente ao quadro dos servidores públicos municipais efetivos, a partir de 02/08/2016.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 05 DE AGOSTO DE 2016.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 05 de agosto de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIA 1791/2016 PRORROGA TRABALHOS DE COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO**

PORTARIA N º 1791 DE 8 DE AGOSTO DE 2016

PRORROGA TRABALHOS DE COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I - PRORROGAR por 60 (sessenta) dias os trabalhos da Comissão de Processo Administrativo instaurada pela Portaria n º 1489 DE 3 DE JUNHO DE 2016 para Apurar possível irregularidade na supressão de valores da folha de pagamento do servidor J.S.V..

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 5/8/2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.



PREFEITURA DE NAVEGANTES, 8 DE AGOSTO DE 2016.  
Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.  
Navegantes, 8 de agosto de 2016.

Nádia Braz Bins  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIA 1792/2016 PRORROGA TRABALHOS DE COMISSÃO DE SINDICANCIA**

PORTARIA N º 1792 DE 8 DE AGOSTO DE 2016

**PRORROGA TRABALHOS DE COMISSÃO DE SINDICÂNCIA**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

**RESOLVE:**

I - PRORROGAR por 30 (trinta) dias os trabalhos da Comissão de Sindicância instaurada pela Portaria n º 1673 DE 7 DE JULHO DE 2016 para Apurar possível inobservância do dever funcional, conforme Lei Complementar nº 007 de 11 de novembro de 2003, por parte da servidora T.B.S.B..

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 7/8/2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 8 DE AGOSTO DE 2016.  
Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.  
Navegantes, 8 de agosto de 2016.

Nádia Braz Bins  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIAS 1778,1779,1780,1781,1782/2016 CONCEDE LICENÇA PRÊMIO**

PORTARIA N º 1778 DE 05 DE AGOSTO DE 2016  
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu artigo 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - CONCEDE LICENÇA PRÊMIO.

**RESOLVE:**

I - Conceder Licença Prêmio, a senhora MIRIAN REGINA SANTIA-GO GALVEZ, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal efetivo no cargo de PROFESSORA, para usufruir de 30 (TRINTA) dias, pelo período de 08/08/2016 a 06/09/2016, referente ao período aquisitivo entre 2009/2014.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 08 de agosto de 2016 a 06 de setembro de 2016, fazendo gozo de 30 (trinta) dias, restando ainda 60 dias para gozo posterior.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação,

revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 05 DE AGOSTO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.  
Navegantes, 05 de agosto de 2016.

Nádia Braz Bins  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 1779 DE 05 DE AGOSTO DE 2016  
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu artigo 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - CONCEDE LICENÇA PRÊMIO.

**RESOLVE:**

I - Conceder Licença Prêmio, a senhora SUZANA CARDOSO FLORES DA SILVA, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal efetivo no cargo de FONOAUDIÓLOGO, para usufruir de 90 (noventa) dias, pelo período de 22/08/2016 a 19/11/2016, referente ao período aquisitivo entre 2010/2015.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 22 de agosto de 2016 a 19 de novembro de 2016, fazendo gozo de 90 (noventa) dias.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 05 DE AGOSTO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.  
Navegantes, 05 de agosto de 2016.

Nádia Braz Bins  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 1780 DE 05 DE AGOSTO DE 2016  
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu artigo 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - CONCEDE LICENÇA PRÊMIO.

**RESOLVE:**

I - Conceder Licença Prêmio, a senhora CLARISSE APARECIDA DE OLIVEIRA ANTUNES, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal efetivo no cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, para usufruir de 90 (noventa) dias, pelo período de 08/08/2016 a 05/11/2016, referente ao período aquisitivo entre 2011/2016.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 08 de agosto de 2016 a 05 de novembro de 2016, fazendo gozo de 90 (noventa) dias.



III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 05 DE AGOSTO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.  
Navegantes, 05 de agosto de 2016.

Nádia Braz Bins  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 1781 DE 05 DE AGOSTO DE 2016  
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu artigo 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - CONCEDE LICENÇA PRÊMIO.

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a senhora KELLY CRISTINA GAYA NASCIMENTO, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal efetivo no cargo de PROFESSORA, para usufruir de 30 (TRINTA) dias, pelo período de 04/08/2016 a 02/09/2016, referente ao período aquisitivo entre 2008/2013.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 04 de agosto de 2016 a 02 de setembro de 2016, fazendo gozo de 30 (trinta) dias, restando 60 dias para gozo posterior.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 05 DE AGOSTO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.  
Navegantes, 05 de agosto de 2016.

Nádia Braz Bins  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 1782 DE 05 DE AGOSTO DE 2016  
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu artigo 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - CONCEDE LICENÇA PRÊMIO.

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a senhora CLAUDIA FERREIRA DE SOUZA, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal efetivo no cargo de MONITORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, para usufruir de 30 (TRINTA) dias, pelo período de 08/08/2016 a 06/09/2016, referente ao período aquisitivo entre 2011/2016.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 08 de agosto de 2016 a 06 de setembro de 2016, fazendo gozo de 30 (trinta) dias, restando 60 dias para gozo posterior.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação,

revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 05 DE AGOSTO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.  
Navegantes, 05 de agosto de 2016.

Nádia Braz Bins  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

### **PORTARIAS 1786,1787/2016 PROGRESSÃO**

PORTARIA N º 1786 DE 05 DE AGOSTO DE 2016

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER NERCI DORVALINO CRISPIM no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Agente De Serviços Gerais, posicionando para a referência "G".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2014/2016.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 01/08/2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 05 DE AGOSTO DE 2016.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.  
Navegantes, 05 de agosto de 2016.

Nádia Braz Bins  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 1787 DE 05 DE AGOSTO DE 2016

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER ANTONIO FRANCISCO DOS SANTOS no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Motorista, posicionando para a referência "L".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de



dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2014/2016.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 01/08/2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 05 DE AGOSTO DE 2016.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.  
Navegantes, 05 de agosto de 2016.

Nádia Braz Bins  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

06/08/2016 a 06/08/2018.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 05 DE AGOSTO DE 2016.  
Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.  
Navegantes, 05 de agosto de 2016.

Nádia Braz Bins  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

## **PORTARIAS 1788,1789/2016 PRORROGA LICENÇA ASSUNTOS PARTICULARES**

PORTARIA N º 1788 DE 05 DE AGOSTO DE 2016

PRORROGA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE ASSUNTOS PARTICULARES

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003,

RESOLVE:

I PRORROGAR licença para tratamento de assuntos particulares ao servidor Loreni Teixeira Barbosa, Agente de Serviços Gerais, pelo período de 06/08/2016 a 06/08/2018.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 05 DE AGOSTO DE 2016.  
Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.  
Navegantes, 05 de agosto de 2016.

Nádia Braz Bins  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 1789 DE 05 DE AGOSTO DE 2016

PRORROGA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE ASSUNTOS PARTICULARES

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003,

RESOLVE:

I PRORROGAR licença para tratamento de assuntos particulares a servidora Carla Gisele de Oliveira, Professora, pelo período de



# Novo Horizonte

## PREFEITURA

### EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO AO PL Nº 024/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 024/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 009/2016

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA: 05/08/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

OBJETO: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para eventual AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PARA REFORMA E/OU CONSTRUÇÃO DE NOVAS UNIDADES DE HABITAÇÃO QUE SERÁ DOADO ÀS FAMÍLIAS EM VULNERABILIDADE SOCIAL E QUE ESTEJAM COM SUAS

RESIDÊNCIAS EM SITUAÇÃO DE RISCO, PRECÁRIO E OU INSALUBRE, RESIDENTES NO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC, conforme quantitativos estimados e especificações constantes do Edital e seus anexos.

CONTRATADO: MADEIREIRA FAVERO LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 6.877,72 (Seis mil oitocentos e setenta sete reais e setenta dois centavos).

CONTRATADO: ALEXANDRE PANSERA E CIA LTDA EPP

VALOR DA DESPESA: R\$ 1.909,60 (Um mil novecentos e noventa reais e sessenta centavos).

CONTRATADO: BEVILAQUA CONSTRUTORA E MATERIAL DE CONSTRUÇÕES LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 5.979,87 (Cinco mil novecentos e setenta nove reais e oitenta sete centavos).

CONTRATADO: VISOLI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 2.426,30 (Dois mil quatrocentos e vinte seis reais e trinta centavos).

DATA: 05/08/2016 - ELI MARIOTT - Prefeito Municipal.

### EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO AO PL Nº 024/2016 3

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 024/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 009/2016

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA: 05/08/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

OBJETO: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para eventual AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PARA REFORMA E/OU CONSTRUÇÃO DE NOVAS UNIDADES DE HABITAÇÃO QUE SERÁ DOADO ÀS FAMÍLIAS EM VULNERABILIDADE SOCIAL E QUE ESTEJAM COM SUAS

RESIDÊNCIAS EM SITUAÇÃO DE RISCO, PRECÁRIO E OU INSALUBRE, RESIDENTES NO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC, conforme quantitativos estimados e especificações constantes do Edital e seus anexos.

CONTRATADO: MADEIREIRA FAVERO LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 6.877,72 (Seis mil oitocentos e setenta e sete reais e setenta dois centavos).

CONTRATADO: ALEXANDRE PANSERA E CIA LTDA EPP

VALOR DA DESPESA: R\$ 1.909,60 (Um mil novecentos e nove reais e sessenta centavos).

CONTRATADO: BEVILAQUA CONSTRUTORA E MATERIAL DE CONSTRUÇÕES LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 5.979,87 (Cinco mil novecentos e setenta nove reais e oitenta e sete centavos).

CONTRATADO: VISOLI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 2.426,30 (dois mil quatrocentos e vinte seis reais e trinta centavos).

DATA: 05/08/2016 - ELI MARIOTT - Prefeito Municipal.



# Palhoça

## PREFEITURA

### ATA Nº 14 DA POSSE DA 1ª GESTÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DA MULHER DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA.

Ata nº 14 da Posse da 1ª Gestão do Conselho Municipal de Direitos da Mulher do município de Palhoça. Aos vinte dias do mês de maio de 2016, às 15h no auditório do Centro de Convivência do Idoso – CCI, localizado no bairro Caminho Novo – Palhoça/SC, foi dado Posse aos membros que irão compor este Conselho no biênio 2016-2018. Fizeram-se presentes as seguintes autoridades: representando o Sr. Camilo Martins, Prefeito de Palhoça; a Sra. Rosi Meri da Silva, Secretária Municipal de Assistência Social. A Sra. Rosângela Pratis, Vereadora de Palhoça representando a Câmara Municipal. Representando a Comissão de Implementação COMDIM, a Sra. Eva Paula Franciosi e Sra. Luciamar Bittencourt Espindola, e as futuras Conselheiras e Suplentes do respectivo Conselho para o Ato de Posse, quais estarão denominados no decorrer desta Ata e demais convidados. Constituída a Mesa Diretora, a Secretária Sra. Rosi Meri declarou aberta a solenidade. Tendo sequência com a execução dos hinos Nacional e de Palhoça, e discurso das autoridades citadas. A Cerimônia de Posse desta 1ª Gestão teve início após apresentados os agradecimentos as Autoridades presentes e às futuras Conselheiras. Na sequência, proferiu-se a nomeação direta dos membros para a Gestão 2016 – 2018, sendo eles: REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS: da Secretaria Municipal de Assistência Social - Proteção Social Básica - Titular: Sabrina Aparecida da Silva, Assistente Social, Suplente: Janaina Pereira da Silva, Diretora da Proteção Social Básica; da Proteção Social de Média Complexidade – Titular: Jucélia Oliveira Schineider - Pedagoga, Suplente: Tatiane do Santos - Assistente Social; do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS – Titular: Eva Paula Franciosi - Psicóloga, Suplente: Helaine Cristina da Silva - Assistente Social; da Proteção Social de Alta Complexidade – Titular: Janete Bresciane - Monitora, Suplente: Letícia Siegel, - Monitora. Da Secretaria Municipal de Saúde – Titular: Angela Luzia Neis Assunção - Enfermeira, Suplente: Elenice Maria Mendes - Assistente Social. Da Secretaria Municipal de Educação – Titular: Cintia Tuler - Assistente de Educação, Suplente: Angelita Teodomiro - Professora. Da Secretaria Municipal de Habitação – Titular: Suzi Conceição Marques - Assistente Social, Suplente: Manuela Pereira. Da Secretaria de Finanças – Fabrícia Martins Alves, Suplente: Marinete Carmen Alves; Da Secretaria de Planejamento e Infra Estrutura – Titular: Andréia Schreiber, Suplente: Roseli Heiderscheidt; Da Secretaria de Administração – Titular: Cristina Schwinden - Secretária Municipal, Suplente: Fernanda Collaço Della Barba - Diretora de Compras. REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL – Dos Grupos de Mães: do Grupo de Mães e 3ª Idade Ação Social São Francisco de Assis-Ariuri – Titular: Avani Marcolina da Silva, Suplente: Maria Salete da Silva; do Grupo de Mães Conselho Comunitário-CCPI, Ponte do Imaruim – Titular: Neulci Terezinha Gonçalves, Suplente: Susana Nelza Nunes de Souza; da Amigos da Arte – Titular: Inez Terezinha Guarnieri, Suplente: Elizângela Linorui Antunes. Da Associação de Pessoas com Deficiência: Associação de Pais e Amigos Excepcionais - APAE de Palhoça – Titular: Ivanilda Paula Lisboa, Suplente: Ana Rúbia Raulino. Dos Movimentos Sociais: da Pastoral da Criança e da Mulher Caminho Novo – Titular: Neusa Maria Bernardo Coelho, Suplente: Dirce Luciano Borges; da União de Negros pela Igualdade – UNEGRO – Titular: Cristiane Mari da Silva, Suplente: Jussara Pereira Lima; do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Palhoça – Titular: Genesi Duarte, Suplente: Neide Martins; da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB/ Mulher – Titular: Dra. Caroline Bourdot Boek Ristow, Suplente: Gisele Helena Silveira Zachy de Souza; da Ordem Assistencial e Social Evangélica – OASE – Titular: Denise

Raschke, Suplente: Elizabete Defryn; Do Núcleo de Estudo de Gênero das Universidades: Faculdade Municipal de Palhoça FMP – Titular: Mariah Terezinha do Nascimento Pereira, Suplente: Luciana Rocha Negreiros. Após a denominação dos membros e foto oficial, foi declarada a nomeação dos Conselheiros citados e se deu por encerrada a sessão. Após aos agradecimentos, foi solicitado que as Conselheiras hora empossadas permanecessem no local para deliberar sobre a data da primeira reunião e Composição da Assembléia Geral, Mesa Diretora e Secretaria Executiva COMDIM. A Assembléia definiu que a data da 1ª Reunião/Plenária desta Gestão para escolha e composição da: Assembléia Geral, Mesa Diretora e Secretaria Executiva, acontecerá no dia 03 de junho de 2016 às 15h, neste mesmo local, sendo que as próximas reuniões acontecerão sempre na primeira sexta-feira do mês, inicialmente a cada 15 dias. As Conselheiras fizeram suas apresentações e cada uma se colocou à disposição para desenvolver as atividades em favor dos Direitos da Mulher no Município de Palhoça. Sem mais nada a tratar, encerrou-se a cerimônia, sendo que a Ata segue assinada de acordo com a lista de presença, em anexo.

-x-  
-x-  
-x-  
-x-  
-x-  
-x-  
-x-  
-x-  
-x-  
-x-  
-x-  
-x-  
-x-  
-x-  
-x-  
-x-  
-x-  
-x-  
-x-

### CONCORRÊNCIA PÚBLICA 079/2016 - HABILITAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

RESUMO DE JULGAMENTO

PROCESSO LICITATÓRIO CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº079/2016

A Prefeitura Municipal de Palhoça torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do julgamento dos Documentos de Habilitação apresentados para o PROCESSO LICITATÓRIO Nº079/2016, na modalidade CONCORRÊNCIA PÚBLICA, que consiste na contratação de empresa para a execução de drenagem, pavimentação (bloco de concreto intertravado) e sinalização viária da Rua João Antonio da Silva, Rua 727 e Rua 238 no bairro Pachecos (LOTE 01), drenagem, pavimentação (bloco de concreto intertravado) e sinalização viária da Rua João Miguel da Silva Filho no bairro Bela Vista (Lote 02) e recapeamento asfáltico e sinalização viária da Avenida São Cristóvão no bairro Aririú (Lote 03), incluindo mão de obra com fornecimento de todo o material, de acordo com as especificações contidas nos anexos.

EMPRESAS HABILITADAS:

LOTE 01:

AÇORES EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA



MAURICIO SAVULSKI DE MATOS ME  
PROPAV PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA ME  
SATÉLITE CONSTRUÇÕES E ENGENHARIA LTDA EPP  
VINICIUS GOEDERT ME

LOTE 02:  
BRITAGEM VOGELSANGER LTDA  
CONPESA CONSTRUÇÃO PESADA LTDA  
FORMULA PAVIMENTAÇÃO URBANA LTDA ME

LOTE 03:  
AÇORES EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA  
CONSTRUTORA TS LTDA ME  
MAURICIO SAVULSKI DE MATOS ME  
PROPAV PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA ME  
SATÉLITE CONSTRUÇÕES E ENGENHARIA LTDA EPP  
VINICIUS GOEDERT ME

Palhoça, 08 de Agosto de 2016.  
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito

#### **EXTRATO DE CONTRATO N.º 196/2016**

EXTRATO DE CONTRATO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
CONTRATO Nº196/2016 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa ECCL EMPRESA DE MÃO DE OBRA NA CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA EPP. OBJETO: contratação de empresa especializada para execução de drenagem da Servidão Elisa Caetana da Silva no bairro Pachecos (LOTE 03), incluindo mão de obra com fornecimento de todo material. VALOR: R\$ 15.078,57 (quinze mil setenta e oito reais e cinquenta e sete centavos). Data: 08/08/2016.

#### **EXTRATO DE CONTRATO N.º 197/2016**

EXTRATO DE CONTRATO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
CONTRATO Nº197/2016 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa SATÉLITE CONSTRUÇÕES E ENGENHARIA LTDA EPP. OBJETO: contratação de empresa especializada para execução de drenagem da Rua Vergílio Izidoro Pedro, no bairro Guarda do Cubatão (LOTE 02), incluindo mão de obra com fornecimento de todo material. VALOR: R\$ 75.978,53 (setenta e cinco mil novecentos e setenta e oito reais e cinquenta e três centavos). Data: 08/08/2016.

#### **EXTRATO DE CONTRATO N.º 198/2016**

EXTRATO DE CONTRATO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
CONTRATO Nº198/2016 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa AMVT CONSTRUÇÕES LTDA ME. OBJETO: contratação de empresa especializada para execução de drenagem, sinalização e pavimentação de blocos de concreto intertravado da Rua João da Silva (trecho 01) e Rua Valdomiro José da Silva no bairro Alto Aririú (LOTE 01), incluindo mão de obra com fornecimento de todo material. VALOR: R\$ 111.370,35 (cento e onze mil trezentos e setenta reais e trinta e cinco centavos). Data: 08/08/2016.

#### **EXTRATO DE CONTRATO N.º 199/2016**

EXTRATO DE CONTRATO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
CONTRATO Nº199/2016 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa MAURICIO SAVULSKI DE MATOS ME. OBJETO: contratação de empresa especializada para execução de drenagem das seguintes ruas: Rua Velho Leão do Ma e José Danino Campos, localizadas no bairro Praia de Fora; Atalaia (trecho 1), Itaúna e Avenida Radiante, localizadas no bairro Praia do Sonho; Rua Regina Tomásia Alves, Servidão Weber, José Candido da Silva, João Clemente Botelho, José Osni Pereira e Antonio Benjamim Batista, localizadas no bairro Pachecos; Rua João Crescêncio da Silva, localizada no bairro Aririú, José Duarte da Silva, Francisco Velho; Servidão Silvano Francisco da Silva e João Pedro Cristiano, localizadas no bairro Pachecos. VALOR: R\$ 659.730,95 (seiscentos e cinquenta e nove mil setecentos e trinta reais e noventa e cinco centavos). Data: 08/08/2016.

#### **EXTRATO DE CONTRATO N.º 200/2016**

EXTRATO DE CONTRATO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
CONTRATO Nº 200/2016 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa SATÉLITE CONSTRUÇÕES E ENGENHARIA LTDA EPP. OBJETO: contratação de empresa especializada para execução de drenagem das seguintes ruas: Servidão Ventura e Rua João Eliseu Campos localizadas no bairro Aririú, Rua Madre Paulina, Marino Francisco Martins e Veronica Maria da Luz, localizadas no Bairro Barra do Aririú, Rua Geraldo Henrique Nienkotter, Servidão Maria Helena Medeiros e Santino Marcelino da Silva, localizadas no bairro Aririú e Rua Moreira, localizada no bairro Guarda do Cubatão; Servidão João Antonio da Silva, Rua Pedro José Rosar (trecho 1) Morro das Gaivotas, Antônio José da Silva e Servidão Estácio Manoel Patrício, localizadas no bairro Aririú. VALOR: R\$ 555.287,24 (quinhentos e cinquenta e cinco mil duzentos e oitenta e sete reais e vinte e quatro centavos). Data: 08/08/2016.

#### **PREGAO PRESENCIAL 99/2016**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 99/2016

O Município de Palhoça torna público que fará realizar no dia 25 de agosto de 2016, às 09:00 hs, na Sala da Comissão Permanente de Licitações a sessão publica para recebimento de documentação e abertura das propostas, bem como a etapa dos lances, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura do PREGÃO PRESENCIAL - Nº. 99/2016, que consiste na contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de recebimento e destinação final de resíduos sólidos urbanos em Aterro Sanitário (Classe II – A) oriundos do município de Palhoça-SC. O edital que está embasado na lei de licitações, encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 07:00 às 13:00 horas, ou pelo site: [www.palhoça.atende.net](http://www.palhoça.atende.net). Palhoça, 08 de Agosto de 2016. CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS – Prefeito Municipal.



**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA****EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº108/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº108/2016 – Pregão Presencial 44/2016 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde e para uso nos atendimentos do CENTRI, CEAP e para Centro de Bem Estar Animal.

DATA: 03/08/2016 à 02/08/2017.

Nome da Empresa: DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA					CNPJ: 02.520.829/0001-40
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Brometo de fenoterol, gotas, frasco c/ 20 ml					
17	1500,00	FRS	PRATI	R\$2,4400	R\$3.660,0000
Especificação: Hidroclorotiazida 25 mg					
46	2000000,00	COMP	CIMED	R\$0,0160	R\$32.000,0000
Valor Total		(trinta e cinco mil e seiscentos e sessenta reais)			R\$35.660,00

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº109/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº109/2016 – Pregão Presencial 44/2016 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS E FARMACEUTICAS LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde e para uso nos atendimentos do CENTRI, CEAP e para Centro de Bem Estar Animal.

DATA: 03/08/2016 à 02/08/2017.

Nome da Empresa: CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS E FARMACEUTICAS LTDA.					CNPJ: 44.734.671/0001-51
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Biperideno 5 mg sol. injetável x 1 ml					
14	200,00	AMP	CRISTÁLIA	R\$1,7000	R\$340,0000
Especificação: Dimorf 30mg c/50cp.					
29	50,00	CX	CRISTÁLIA	R\$47,6500	R\$2.382,5000
Especificação: Lamotrigina 50mg c/30cp					
52	24,00	CX	CRISTÁLIA	R\$9,9000	R\$237,6000
Valor Total		(dois mil, novecentos e sessenta reais e dez centavos)			R\$2.960,10

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº110/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº110/2016 – Pregão Presencial 44/2016 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa HOSPFAR IND E COM DE PRODUTOS HOSPITALAR LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde e para uso nos atendimentos do CENTRI, CEAP e para Centro de Bem Estar Animal.

DATA: 03/08/2016 à 02/08/2017.



Nome da Empresa: HOSPFAR IND E COM DE PRODUTOS HOSPI-TALAR LTDA					CNPJ: 26.921.908/0002-02
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Diamicron MR 60mg c/30cp					
28	15,00	CX	SERVIER	R\$39,2000	R\$588,0000
Especificação: Hyperium 1mg, caixa com 30 comprimidos.					
47	30,00	CX	SERVIER	R\$55,5000	R\$1.665,0000
Especificação: Miocalven D, caixa com 60 sachês					
57	20,00	CX	CHIESI	R\$80,5485	R\$1.610,9700
Especificação: Procoralan 5mg c/56cp					
68	20,00	CX	SERVIER	R\$79,9600	R\$1.599,2000
Especificação: Valdoxan 25 mg com 28 cp					
91	30,00	CX	SERVIER	R\$111,1400	R\$3.334,2000
Especificação: Vastarel MR 35 mg, caixa com 30 comp.					
92	400,00	CX	SERVIER	R\$39,9401	R\$15.976,0400
Valor Total		(vinte e quatro mil, setecentos e setenta e três reais e quarenta e um centavos)			R\$24.773,41

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº111/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº111/2016 – Pregão Presencial 44/2016 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde e para uso nos atendimentos do CENTRI, CEAP e para Centro de Bem Estar Animal.

DATA: 03/08/2016 à 02/08/2017.

Nome da Empresa: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA					CNPJ: 81.706.251/0001-98
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Cloridrato de Dorzolamida, frasco com 5 ml.					
25	15,00	FRS	UNIÃO QUIMICA	R\$42,0000	R\$630,0000
Especificação: Glucovance 5+500mg, com 30 comprimidos.					
45	20,00	CX	MERCK	R\$22,6800	R\$453,6000
Especificação: Levotiroxina Sódica 100mcg.					
53	500000,00	COMP	MERCK	R\$0,0799	R\$39.950,0000
Especificação: Levotiroxina Sódica 25mcg.					
54	500000,00	COMP	MERCK	R\$0,0829	R\$41.450,0000
Especificação: Levotiroxina Sódica 50mcg.					
55	500000,00	COMP	MERCK	R\$0,0719	R\$35.950,0000
Especificação: Pantoprazol 40 mg, caixa com 28 comprimido					
64	45,00	CX	SANDOZ	R\$13,7900	R\$620,5500
Valor Total		(cento e dezenove mil, cinquenta e quatro reais e quinze centavos)			R\$119.054,15



**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº112/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº112/2016 – Pregão Presencial 44/2016 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa PROFARMA SPECIALTY S.A. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde e para uso nos atendimentos do CENTRI, CEAP e para Centro de Bem Estar Animal.

DATA: 03/08/2016 à 02/08/2017.

Nome da Empresa: PROFARMA SPECIALTY S.A				CNPJ: 81.887.838/0006-55	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Aclasta 5 mg/100ml - solução para infusão intravenosa					
2	3,00	FRS	NOVARTIS / ACLASTA	R\$1.288,4000	R\$3.865,2000
Especificação: Buspirona 5mg c/20cp					
19	50,00	CX	LIBBS / ANSITEC	R\$14,6000	R\$730,0000
Especificação: Diovan 320 mg, caixa com 28 comp.					
30	40,00	CX	NOVARTIS / DIOVAN	R\$52,9200	R\$2.116,8000
Especificação: Diovan anlo 320/5 mg c/28cp					
31	40,00	CX	NOVARTIS / DIOVAN AMLO FIX	R\$69,1600	R\$2.766,4000
Especificação: Diovan HCT 160mg/12,5 mg, caixa com 28 comp.					
32	30,00	CX	NOVARTIS / DIOVAN HCT	R\$55,7200	R\$1.671,6000
Especificação: Galvus 50mg c/56 comp.					
43	15,00	CX	NOVARTIS / GALVUS	R\$132,7200	R\$1.990,8000
Especificação: Galvus met 50/850 mg, caixa com 56 comp.					
44	25,00	CX	NOVARTIS / GALVUS MET	R\$132,7200	R\$3.318,0000
Especificação: Onbrize 150mg c/ 30cp					
61	30,00	CX	NOVARTIS / ONBRIZE	R\$77,7000	R\$2.331,0000
Especificação: Onbrize 300mcg c/30capsulas					
62	25,00	CX	NOVARTIS / ONBRIZE	R\$77,7000	R\$1.942,5000
Especificação: Rasilez 300 mg, com 28 comprimidos.					
70	100,00	CX	NOVARTIS / RASILEZ	R\$80,3600	R\$8.036,0000
Especificação: Ritalina LA 20mg c/ 30cp					
71	30,00	CX	NOVARTIS / RITALINA LA	R\$152,1000	R\$4.563,0000
Especificação: Ritalina LA 40mg c/30cp.					
72	30,00	CX	NOVARTIS / RITALINA LA	R\$167,7000	R\$5.031,0000
Especificação: Rivotril 2 mg, cx. c/ 30 comp.					
73	30,00	CX	ROCHE / RIVOTRIL	R\$12,5100	R\$375,3000
Especificação: Tegretol CR 400 mg, caixa com 60 comp.					
85	30,00	CX	NOVARTIS / TEGRETOL CR	R\$82,2000	R\$2.466,0000
Especificação: Trileptal 600mg, caixa com 60 comp					
89	25,00	CX	NOVARTIS / TRILEPTAL	R\$169,8000	R\$4.245,0000
Especificação: Levodopa + Benzerazida 100 + 25mg, comprimido birranhurados					
104	250000,00	COMP	ROCHE / PROLOPA BD	R\$1,0400	R\$260.000,0000
Valor Total		(trezentos e cinco mil, quatrocentos e quarenta e oito reais e sessenta centavos)			R\$305.448,60



**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº113/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº113/2016 – Pregão

Presencial 44/2016 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa

VICTORIA COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações

Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para

distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde e

para uso nos atendimentos do CENTRI, CEAP e para Centro de

Bem Estar Animal.

DATA: 03/08/2016 à 02/08/2017.

<b>Nome da Empresa: VICTÓRIA COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA</b>				<b>CNPJ: 00.088.317/0001-21</b>	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
<b>Especificação:</b> Bicalutamida 50mg, caixa com 30 comprimidos.					
12	15,00	CX	casodex / astrazeneca	R\$525,1500	R\$7.877,2500
<b>Especificação:</b> Candesartana, 8mg					
21	400,00	COMP	atacand / astrazeneca	R\$2,6900	R\$1.076,0000
<b>Especificação:</b> Onglyza 5 mg com 28 cp					
63	15,00	CX	onglyza / astrazeneca-Bristol	R\$69,3700	R\$1.040,5500
<b>Especificação:</b> Symbicort 12/400mcg c/ 60doses					
82	20,00	CX	Symbicort / astrazeneca	R\$67,7500	R\$1.355,0000
<b>Valor Total</b> (onze mil, trezentos e quarenta e oito reais e oitenta centavos)					<b>R\$11.348,80</b>

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº114/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº114/2016 – Pregão Presencial 44/2016 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa

ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas

contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde e para uso nos atendimentos do CENTRI, CEAP e para Centro de Bem Estar Animal.

DATA: 03/08/2016 à 02/08/2017.

<b>Nome da Empresa: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA</b>				<b>CNPJ: 00.802.002/0001-02</b>	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
<b>Especificação:</b> Aminofilina 10 ml injetável					
6	1000,00	AMP	TEUTO	R\$0,9490	R\$949,0000
<b>Especificação:</b> ANLODIPINO 5MG					
8	1800000,00	COMP	GEOLAB	R\$0,0234	R\$42.120,0000





Especificação: Atropina 1 ml					
11	900,00	AMP	ISOFARMA	R\$0,3340	R\$300,6000
Especificação: Bicarbonato de sódio 8,4% - 10 ml					
13	300,00	AMP	SAMTEC	R\$0,4948	R\$148,4400
Especificação: Bromazepan 6mg c/30cp					
16	120,00	CX	SANVAL	R\$1,2360	R\$148,3200
Especificação: Dorflex.					
34	6000,00	COMP	GEOLAB	R\$0,1718	R\$1.030,8000
Especificação: Rosuvastatina 20mg c/30cp					
75	15,00	CX	TORRENT	R\$34,2270	R\$513,4050
Especificação: Sulfato de Magnésio 10 % , com 10 ml					
80	500,00	AMP	SAMTEC	R\$0,3162	R\$158,1000
Especificação: Tartarato de Brimonidina 0,2%, frasco com 5ml.					
84	50,00	FRS	BRAINFARMA	R\$16,9200	R\$846,0000
Valor Total		(quarenta e seis mil, duzentos e quatorze reais e sessenta e sete centavos)			R\$46.214,67

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº115/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº115/2016 – Pregão Presencial 44/2016 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde e para uso nos atendimentos do CENTRI, CEAP e para Centro de Bem Estar Animal.

DATA: 03/08/2016 à 02/08/2017.

Nome da Empresa: DIMACI SC MATERIAL CIRÚRGICO LTDA				CNPJ: 05.531.725/0001-20	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Adenosina 3mg/ml Iv 2ml					
3	1500,00	AMP	HIPOLABOR	R\$6,3000	R\$9.450,0000
Valor Total		(nove mil e quatrocentos e cinquenta reais)			R\$9.450,00

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº116/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº116/2016 – Pregão Presencial 44/2016 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde e para uso nos atendimentos do CENTRI, CEAP e para Centro de Bem Estar Animal.

DATA: 03/08/2016 à 02/08/2017.

Nome da Empresa: COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA				CNPJ: 67.729.178/0004-91	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Anestésico lidocaina 2% sem vaso constritor, frs/amp. 20 ml					
7	5000,00	F/AM	HIPOLABOR	R\$1,4800	R\$7.400,0000
Especificação: Cetoprofeno 50mg/mL IM c/2mL					
23	2500,00	AMP	UNIÃO QUIMICA	R\$1,3690	R\$3.422,5000



Especificação: Fosfato sódico de prednisolona 3mg/ml, solução oral, frasco com 60ml.

41	10000,00	FRS	HIPOLABOR	R\$2,8000	R\$28.000,0000
----	----------	-----	-----------	-----------	----------------

Especificação: Prometazina 25mg

69	200000,00	COMP	TEUTO	R\$0,0640	R\$12.800,0000
----	-----------	------	-------	-----------	----------------

Especificação: Vitamina B1 300 mg.

105	20000,00	COMP	PRATIDONADUZZI	R\$0,1100	R\$2.200,0000
-----	----------	------	----------------	-----------	---------------

Valor Total	(cinquenta e três mil, oitocentos e vinte e dois reais e cinquenta centavos)				R\$53.822,50
-------------	--	--	--	--	--------------

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº117/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº117/2016 – Pregão Presencial 44/2016 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa PHARMALOG PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde e para uso nos atendimentos do CENTRI, CEAP e para Centro de Bem Estar Animal.

DATA: 03/08/2016 à 02/08/2017.

Nome da Empresa: PHARMALOG PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA

CNPJ: 13.485.130/0001-03

Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Butilbrometo de escopolamina 10 mg					
20	150000,00	COMP	BOEHRINGER/BUSCOPAN	R\$0,3940	R\$59.100,0000
Especificação: Cilostazol 100 mg, caixa com 30 comp.					
24	100,00	CX	LIBBS/CEBRALAT	R\$30,0200	R\$3.002,0000
Especificação: Duovent N, aerossol.					
36	60,00	TB	BOEHRINGER/DUOVENT	R\$9,4900	R\$569,4000
Especificação: Pradaxa 150mg c/30cp					
66	30,00	CX	BOEHRINGER/PRADAXA	R\$82,0500	R\$2.461,5000
Especificação: Saniskin loção 200ml					
76	25,00	FRS	SANIPLAN/SANISKIN	R\$45,7100	R\$1.142,7500
Especificação: Spiriva respimat.					
79	200,00	FRS	BOEHRINGER/SPIRIVA	R\$203,3100	R\$40.662,0000
Especificação: Thiotacid 600mg c/30cp					
87	25,00	CX	MERCK/THIOCTACID	R\$89,0700	R\$2.226,7500
Especificação: Trayenta 5mg c/30cp					
88	15,00	CX	BOEHRINGER/TRAYENTA	R\$132,3200	R\$1.984,8000
Valor Total	(cento e onze mil, cento e quarenta e nove reais e vinte centavos)				R\$111.149,20

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº118/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº118/2016 – Pregão Presencial 44/2016 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa MEDIC VET LTDA ME. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde e para uso nos atendimentos do CENTRI, CEAP e para Centro de Bem Estar Animal.

DATA: 03/08/2016 à 02/08/2017.





Nome da Empresa: MEDIC VET LTDA ME

CNPJ: 20.637.873/0001-17

Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Acepromazina 0,2% injetável frasco c/ 20ml					
98	500,00	FRS	APROMAZIN 0,2% 20ML - SYNTEC	R\$14,0000	R\$7.000,0000
Especificação: Cloridrato de cetamina 10%, 50ml.					
99	500,00	FRS	KETALEX 50ML - RHOBIFARMA	R\$98,8700	R\$49.435,0000
Especificação: Cloridrato de Xilazina 2%, 10 ml					
100	500,00	FRS	SEDALEX 10ML - RHOBIFARMA	R\$14,0000	R\$7.000,0000
Especificação: Enrofloxacin 10%, 50ml					
101	500,00	FRS	FLOXICLIN 50ML - BIOFARM	R\$25,1500	R\$12.575,0000
Especificação: Enrofloxacin 2,5%, 20ml					
102	500,00	FRS	CHEMITRIL 2,5% 20ML - CHEMITEC	R\$8,0000	R\$4.000,0000
Especificação: Meloxicam 0,2%, 20ml					
103	500,00	FRS	MAXICAM 0,2% 20ML - OURO FINO	R\$66,4200	R\$33.210,0000
Valor Total		(cento e treze mil e duzentos e vinte reais)			R\$113.220,00



# Palmitos

## PREFEITURA

### PROCESSO 09/2016 SOCIAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Processo Licitatório nº 09/2016. Modalidade: TOMADA DE PREÇO 02/2016. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE PASSEIO E CALÇADA NO CRAS E CREAS, SITUADOS NA RUA GERTRUDES RESENET, NO MUNICÍPIO DE PALMITOS - SC. Data da entrega dos envelopes: 25/08/2016 até as 08:30 horas. Data da abertura: 25/08/2016 até às 09:00 horas. Edital disponível no Setor de Licitações da Prefeitura ou no site [www.palmitos.sc.gov.br](http://www.palmitos.sc.gov.br). Palmitos, 8 de Agosto de 2016. Franciele Cristina Sangalli Casaril – Gestora do Fundo.



# Papanduva

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 064/2016

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 064/2016

Aos treze dias do mês de julho do ano de dois mil e dezesseis, na Sede da Prefeitura Municipal de Papanduva, Departamento de Compras e Licitações, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº 064/2016 – Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 19/07/2016, RESOLVE registrar os preços da empresa PAPELARIA SÃO BENTO LTDA – EPP, inscrita no CNPJ sob nº 07.634.816/0001-16, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PEÇO

1.1 – A presente Ata tem por objeto o registro de preços para aquisição de gêneros alimentícios e produtos de limpeza para atender o Serviço de Fortalecimento de Vínculos, conforme especificações constantes NA Relação De Itens Adjudicados ao fornecedor acima especificado;

1.2 – O fornecimento dos itens adjudicados somente poderá ser realizado pela contratada que assinou a Ata de Registro de Preços, mediante prévia e expressa autorização da municipalidade;

1.3 – No caso de impossibilidade no fornecimento do objeto adjudicado pelo primeiro classificado, a municipalidade poderá chamar o segundo classificado, pelo preço proposto do 1º colocado, para fornecimento deste material e assim sucessivamente;

1.4 – O valor da presente Ata de Registro de Preços é de R\$ 21.823,28 (vinte e um mil, oitocentos e vinte e três reais e vinte e oito centavos), relativos aos itens 04, 06, 08, 11, 18, 19, 25, 26, 27, 28, 29, 38, 41, 44, 45, 46, 47, 48, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 62, 67, 68, 70, 71, 72, 79, 80, 82, 84, 85, 86, 89, 90, 93, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 104, 105, 107, 109, 110, 111, 112, 113, 116, 117, 119, 120, 121, 124, 126 e 127, objeto do pregão presencial registro de preços 064/2016.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1 – A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 01 (um) ano, a partir da sua assinatura;

2.2 – Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o fornecimento dos produtos, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93;

2.3 – Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento;

2.4 – Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro;

2.5 – O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação e se houver efetiva comprovação do aumento pela contratada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte);

2.6 – Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na

forma do item 2.4.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DOCUMENTOS INTEGRANTES

3.1 – Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

3.1.1 – Edital de Pregão Presencial nº 064/2016 e seus anexos;

3.1.2 – Proposta da Contratada.

#### CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

4.1 – O(s) objeto(s) adjudicado(s) deverá(ão) ser entregue(s) em até 03 (três) dias após a solicitação da Secretaria, diretamente na sede do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV, sito a Rua Coronel Severo de Almeida, s/n, Bairro Industrial, Papanduva/SC;

4.2 – Todos os Gêneros Alimentícios deverão ser transportados em veículo próprio para alimentos, tipo furgão e estar acondicionados em caixas próprias, de forma a manter sua integridade;

4.3 – Os produtos de origem animal devem ser transportados em veículo fechado isotérmico refrigerado ou acondicionados em embalagens térmicas que permita a sua perfeita conservação durante o percurso da viagem;

4.4 – A entrega dos produtos será de acordo com o aqui estabelecido e nos quantitativos solicitados pelo município após recebimento da nota de pré empenho ou requisição emitida pela secretaria solicitante;

4.5 – O(s) pagamento(s) devido(s) à contratada será(ão) efetuado(s) em até 30 (trinta) dias após a entrega, de acordo com a data prevista e na ordem cronológica, acompanhada da respectiva Nota Fiscal.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 – A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela entrega dos produtos, bem como por quaisquer danos decorrentes da entrega, causados à esta Municipalidade ou à terceiros;

5.2 – A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo;

5.3 – Cumprir todas as disposições constantes do edital Pregão Presencial nº 064/2016 e seus anexos;

5.4 – Observado qualquer tipo de não atendimento das especificações dos objetos exigidos nesta ata, a Contratada deverá providenciar a correção em até 03 (três) dias, sem qualquer ônus para o Município.

#### CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

6.1 – Comunicar a contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto da licitação;

6.2 – Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos que a contratada fornecer fora das especificações do edital.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

7.1 – A Contratada estará sujeita a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do empenho, sem prejuízo da faculdade de rescisão e eventuais perdas e danos, apuradas na forma da legislação em vigor, quando:

7.1.1 – Houver desistência na entrega dos produtos após a



adjudicação da licitação;

7.1.2 – Não for entregue os produtos no prazo estabelecido neste Instrumento;

7.1.3 – Ocorrer o descumprimento de quaisquer disposições editais ou contratuais.

7.2 – A inadimplência sujeitará a Contratada a uma das seguintes sanções administrativas, aplicáveis na forma da Lei, após a instauração de processo administrativo:

7.2.1 – Advertência;

7.2.2 – Multa de 10 (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho;

7.2.3 – Suspensão do direito de licitar, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme previsto no Art. 7º da Lei nº 10.520/02;

7.2.4 – Expedição de declaração de inidoneidade com a consequente exclusão do quadro de fornecedores e cancelamento de seu registro cadastral.

#### CLÁUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 – O Município poderá cancelar o Registro de Preços da Contratada nos casos a seguir especificados:

8.1.1 – quando descumprir as exigências do edital ou desta ata;

8.1.2 – quando a contratada der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

8.1.3 – quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

8.1.4 – quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, a(s) entrega(s) do(s) produto(s) decorrente(s) da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;

8.1.5 – em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do objeto;

8.1.6 – perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;

8.1.7 – por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

#### CLÁUSULA NONA - DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1 – A contratada não poderá subcontratar ou transferir a terceiros o fornecimento do objeto desta ata, salvo expressa autorização da Administração Municipal.

9.2 – Elegem as partes contratantes o Foro da Comarca de Papanduva, para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

9.3 – Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 8666/93, suas alterações posteriores e demais normas aplicáveis.

Papanduva, 19 de julho de 2016.

\_\_\_\_\_ – Márcio Wisniewski – Pregoeiro  
\_\_\_\_\_ – ErliEdivinaWunscheBacellar –

Equipe de Apoio

\_\_\_\_\_ – Otávio Hunka – Equipe de Apoio  
\_\_\_\_\_ – ElitonLuis de Souza Prestes –

Equipe de Apoio

\_\_\_\_\_ – Charles Gilson Ritzmann–Pela  
Contratada

Dario Schicovski  
Prefeito Municipal



# Paraíso

## PREFEITURA

### DECRETO 1832/2016

DECRETO Nº 1832/2016.

“Dispõe sobre o Desdobramento do Lote Urbano nº62 situado na Rua Atilio Granzotto esquina com a Rua Giacomini , centro, perímetro urbano, na cidade de Paraíso, Estado de Santa Catarina, e dá Outras Providências”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais de acordo com a Lei Orgânica Municipal, promulgada em 06 de novembro de 1993,

DECRETA :

Art. 1º Fica autorizado o desdobramento do Lote Urbano Nº 62, com área de 800,00 m2 (oitocentos metros quadrados), de Propriedade de Anibal Roggia, situado na Rua Atilio Granzotto esquina com a Rua Giacomini , centro na cidade de Paraíso – SC, conforme Matrícula nº 15.352 do Cartório de Registro de Imóveis, Comarca de São Miguel do Oeste.

CONFRONTAÇÕES:

#### 1. ÁREA PRIMITIVA

O Lote Urbano nº 62, com área de 800,00 m², contendo uma edificação residencial em alvenaria e madeira com 63,00m², confronta:

Norte: com o Lote Urbano nº 61, por linha seca de 40,00 metros;

Leste: com a Rua Giacomini, medindo 20,00 metros;

Sul: com a Rua Atilio Granzotto, medindo 40,00 metros;

Oeste: com o Lote Urbano nº 32, medindo 20,00 metros.

#### 2. LOTES DESDOBRADOS

Parte do Lote Urbano nº 62 com a área de 400,00m², contendo uma edificação residencial em alvenaria e madeira com 63,00m² confronta:

Norte: com parte do Lote Urbano nº 61, por linha seca de 20,00 metros;

Leste: com a Rua Giacomini, medindo 20,00 metros;

Sul: com a Rua Atilio Granzotto, medindo 20,00 metros;

Oeste: com Parte do Lote Urbano nº 62, medindo 20,00 metros.

Parte do Lote Urbano nº 62 com a área de 400,00m², sem construções confronta:

Norte: com parte do Lote Urbano nº 61, por linha seca de 20,00 metros;

Leste: com Parte do Lote Urbano nº 62, medindo 20,00 metros;

Sul: com a Rua Atilio Granzotto, medindo 20,00 metros;

Oeste: com o Lote Urbano nº 32, medindo 20,00 metros.

Art. 2º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a praticar os atos administrativos necessários ao cumprimento do presente Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal De Paraíso – SC, em 08 de Agosto de 2016.

ERNI GIACOMINI

Prefeito Municipal

GARRIDO DE TOGNI

Secretário Municipal de Administração,  
Fazenda e Planejamento.

Este Decreto foi registrado e  
Publicado na data supra  
Paraíso (SC), 08 de Agosto de 2016.  
Servidor Responsável



# Passo de Torres

## PREFEITURA

### DEC 073/2016

DECRETO Nº. 073, DE 20 DE JULHO DE 2016.

“EXONERA À PEDIDO, MARINELMA GONÇALVES SCHEFFER DO CARGO DE ASSESSOR DE COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal.

#### DECRETA:

Art. 1º. - Fica exonerada a pedido, Marinelma Gonçalves Scheffer do cargo de Assessor de coordenação e planejamento – DAS 2.

Art.2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 20 de julho de 2016.

Juarez Godinho Scheffer  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 20 de julho de 2016.

Alexandre Ângelo Felipe  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

### DEC 077/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

DECRETO Nº 077, DE 05 DE AGOSTO DE 2016.

“PRORROGA O MANDATO DOS ATUAIS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL - CMPC (BIÊNIO 2014/2016 - DECRETO 108/2014), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

Eu, JUARES GODINHO SCHEFFER, Prefeito Municipal de Passo de Torres, CONSIDERANDO a deliberação da Plenária do Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC, tomada na reunião ordinária de 04 de agosto de 2016, no sentido de prorrogar o mandato de seus atuais membros por 4 (quatro) meses; CONSIDERANDO que o mandato dos atuais Conselheiros encerraria em 26 de setembro de 2016,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado o mandato dos atuais membros do Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC (biênio 2014/2016), referente ao Decreto 108/2014, em caráter excepcional, até 26 de novembro de 2016.

Parágrafo único. Ficam convalidados os atos dos membros do Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC (biênio 2014/2016), com mandato prorrogado por força do caput deste artigo, praticados no exercício da função anteriormente à edição deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura municipal de Passo de Torres, em 05 de agosto de 2016.  
Juarez Godinho Scheffer  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 05 de agosto de 2016.

Alexandre Angelo Fellippe  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

### PORTARIA 052/2016

PORTARIA 052 DE 19 DE JULHO DE 2016.

“CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinado com a Lei 118/94.

Considerando o atestado médico apresentado pela servidora Iolanda da Silva Gomes, onde consta que a mesma apresenta-se incapacitada para o trabalho;

Considerando que a legislação vigente dá amparo a concessão de licença para tratamento de saúde;

#### RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença para tratamento de saúde à servidora Pública Municipal, Iolanda da Silva Gomes, até a mesma apresentar a Comunicação de Decisão do fim do Benefício emitido pelo médico pericial do INSS.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 19 de julho de 2016.  
Juarez Godinho Scheffer  
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 19 de julho de 2016.

Alexandre Angelo Felipe  
Secretário Municipal de Administração e Finanças.

### PORTARIA 053/2016

PORTARIA Nº 053, DE 20 DE JULHO DE 2016.

“CESSA OS EFEITOS DA PORTARIA Nº 49 DE 04 DE JULHO DE 2016, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal:

#### RESOLVE:



Art. 1º - Fica suspensa a designação da Servidora Marinelma Gonçalves Scheffer que trata o artigo 1º da Portaria nº 049 de 04 de julho de 2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 20 de julho de 2016.

Juarez Godinho Scheffer

Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 20 de julho de 2016.

Alexandre Angelo Felipe

Secretário Municipal de Administração e Finanças.

### **PORTARIA 054/2016**

PORTARIA 054 DE 22 DE JULHO DE 2016.

“CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinado com a Lei 118/94.

Considerando o atestado médico apresentado pela servidora Maria Leberaci Dias, onde consta que a mesma apresenta-se incapacitada para o trabalho;

Considerando que a legislação vigente dá amparo a concessão de licença para tratamento de saúde;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença para tratamento de saúde à servidora Pública Municipal, Maria Leberaci Dias, até a mesma apresentar a Comunicação de Decisão do fim do Benefício emitido pelo médico pericial do INSS.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 22 de julho de 2016.

Juarez Godinho Scheffer

Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 22 de julho de 2016.

Alexandre Angelo Felipe

Secretário Municipal de Administração e Finanças.

### **PORTARIA 055/2016**

PORTARIA Nº 055 DE 01 DE AGOSTO DE 2016.

“CONCEDE LICENÇA GESTAÇÃO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, PRISCILA MIRANDA PAZ, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinado com o Artigo 211 da lei 118/94.

Considerando o atestado médico encaminhado ao Departamento Pessoal, onde consta que a referida servidora deverá entrar em licença-maternidade a partir de 06/07/2016, por 180 (cento e oitenta) dias.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Gestação à servidora Publica Municipal, Priscila Miranda Paz, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, a contar do dia 06/07/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 06 de julho de 2016.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 01 de agosto de 2016.

Juarez Godinho Scheffer

Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 01 de agosto de 2016.

Alexandre Angelo Felipe

Secretário Municipal de Administração e Finanças.

### **PORTARIA 056/2016**

PORTARIA Nº 056 DE 01 DE AGOSTO DE 2016.

“CONCEDE LICENÇA GESTAÇÃO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, ELISANGELA LUMERTZ ALVES, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinado com o Artigo 211 da lei 118/94.

Considerando o atestado médico encaminhado ao Departamento Pessoal, onde consta que a referida servidora deverá entrar em licença-maternidade a partir de 01/08/2016, por 180 (cento e oitenta) dias.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Gestação à servidora Publica Municipal, Elisangela Lumertz Alves, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, a contar do dia 01/08/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 01 de agosto de 2016.

Juarez Godinho Scheffer

Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 01 de agosto de 2016.

Alexandre Angelo Felipe

Secretário Municipal de Administração e Finanças.



**PORTARIA 057/2016**

PORTARIA Nº 057, DE 01 DE AGOSTO DE 2016.

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, NILCÉIA NILZA RAMOS PINTER, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinado com o Artigo 107 da lei 118/94.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio à servidora Pública Municipal, Nilcéia Nilza Ramos Pinter, referente ao período aquisitivo de 25/12/2009 à 24/01/2015.

Art. 2º - A Licença Prêmio, conforme prevê a Lei Municipal Nº 118/94, é de 90 dias consecutivos, iniciando em 01/08/2016 e com término em 30/10/2016.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º- Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 01 de agosto de 2016.

Juarez Godinho Scheffer  
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 01 de agosto de 2016.

Alexandre Ângelo Felipe  
Secretário Municipal de Administração e Finanças.

**PORTARIA 058/2016**

PORTARIA Nº 058, DE 04 DE AGOSTO DE 2016.

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, JOÃO ALTERISMO ROLDÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinado com o Artigo 107 da lei 118/94.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio ao servidor Público Municipal, João Alterismo Roldão, referente ao período aquisitivo de 03/07/2006 à 02/07/2011.

Art. 2º - A Licença Prêmio, conforme prevê a Lei Municipal Nº 118/94, é de 90 dias consecutivos, iniciando em 04/08/2016 e com término em 01/11/2016.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º- Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 04 de agosto de 2016.

Juarez Godinho Scheffer  
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 04 de agosto de 2016.

Alexandre Ângelo Felipe  
Secretário Municipal de Administração e Finanças.

**PORTARIA 059/2016**

PORTARIA Nº 059, DE 04 DE AGOSTO DE 2016.

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, JOÃO GOMERCINDO DA LUZ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinado com o Artigo 107 da lei 118/94.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio ao servidor Público Municipal, João Gomercindo da Luz, referente ao período aquisitivo de 07/06/2009 à 06/06/2014.

Art. 2º - A Licença Prêmio, conforme prevê a Lei Municipal Nº 118/94, é de 90 dias consecutivos, iniciando em 01/08/2016 com término em 29/10/2016.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 01/08/2016.

Art. 4º- Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 04 de agosto de 2016.

Juarez Godinho Scheffer  
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 04 de agosto de 2016.

Alexandre Ângelo Felipe  
Secretário Municipal de Administração e Finanças.



# Passos Maia

## PREFEITURA

**ATA N. 0033/2016**

ATA DE REGISTRO DE PREÇO n. 0033/2016

PROCESSO LICITATÓRIO n. 0056/2016

PREGÃO PRESENCIAL n. 0030/2016

Contratante: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA/SC

Contratada: TEREZINHA DE OLIVEIRA LUZ ME

Objeto: Constitui objeto da presente Ata de Registro de Preços o registro dos preços dos objetos especificados no Anexo I, do Edital de Pregão Presencial n. 0030/2016, com as características constantes das propostas julgadas vencedoras, que passam a fazer parte desta ATA, como parte integrante.

Valor: O valor do presente Contrato R\$ 105.370,00 ( cento e cinco mil, trezentos e setenta reais).

Vigência: – O presente contrato vigera até a data de 12 (doze) meses.

Passos Maia, SC, 05 de agosto de 2016.

Ivandre Bocalon

Prefeito Municipal

**ATA N. 0036/2016**

ATA DE REGISTRO DE PREÇO n. 0036/2016

PROCESSO LICITATÓRIO n. 0056/2016

PREGÃO PRESENCIAL n. 0030/2016

Contratante: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA/SC

Contratada: AGN FRIOS LTDA

Objeto: Constitui objeto da presente Ata de Registro de Preços o registro dos preços dos objetos especificados no Anexo I, do Edital de Pregão Presencial n. 0030/2016, com as características constantes das propostas julgadas vencedoras, que passam a fazer parte desta ATA, como parte integrante.

Valor: O valor do presente Contrato de R\$ 40.700,00 ( quarenta mil e setecentos reais). Vigência: – O presente contrato vigera até a data de 12 (doze) meses.

Passos Maia, SC, 05 de agosto de 2016.

Ivandre Bocalon

Prefeito Municipal

**ATA N. 0034/2016**

ATA DE REGISTRO DE PREÇO n. 0034/2016

PROCESSO LICITATÓRIO n. 0056/2016

PREGÃO PRESENCIAL n. 0030/2016

Contratante: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA/SC

Contratada: TEREZINHA DE OLIVEIRA LUZ ME

Objeto: Constitui objeto da presente Ata de Registro de Preços o registro dos preços dos objetos especificados no Anexo I, do Edital de Pregão Presencial n. 0030/2016, com as características constantes das propostas julgadas vencedoras, que passam a fazer parte desta ATA, como parte integrante.

Valor: O valor do presente Contrato R\$ 34.164, 60 (trinta e quatro mil, cento e sessenta e quatro reais e sessenta centavos).

Vigência: – O presente contrato vigera até a data de 12 (doze) meses.

Passos Maia, SC, 05 de agosto de 2016.

Ivandre Bocalon

Prefeito Municipal

**ATA N. 0037/2016**

ATA DE REGISTRO DE PREÇO n. 0037/2016

PROCESSO LICITATÓRIO n. 0056/2016

PREGÃO PRESENCIAL n. 0030/2016

Contratante: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA/SC

Contratada: SCS COMÉRCIO LTDA

Objeto: Constitui objeto da presente Ata de Registro de Preços o registro dos preços dos objetos especificados no Anexo I, do Edital de Pregão Presencial n. 0030/2016, com as características constantes das propostas julgadas vencedoras, que passam a fazer parte desta ATA, como parte integrante.

Valor: O valor do presente Contrato de R\$ 30.106,80 ( trinta mil, cento e seis reais e oitenta centavos).

Vigência: – O presente contrato vigera até a data de 12 (doze) meses.

Passos Maia, SC, 05 de agosto de 2016.

Ivandre Bocalon

Prefeito Municipal

**ATA N. 0035/2016**

ATA DE REGISTRO DE PREÇO n. 0035/2016

PROCESSO LICITATÓRIO n. 0056/2016

PREGÃO PRESENCIAL n. 0030/2016

Contratante: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA/SC

Contratada: NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME

Objeto: Constitui objeto da presente Ata de Registro de Preços o registro dos preços dos objetos especificados no Anexo I, do Edital de Pregão Presencial n. 0030/2016, com as características constantes das propostas julgadas vencedoras, que passam a fazer parte desta ATA, como parte integrante.

Valor: O valor do presente Contrato de R\$ 33.974, 70 (trinta e três mil, novecentos e setenta e quatro mil e setenta centavos).

Vigência: – O presente contrato vigera até a data de 12 (doze) meses.

Passos Maia, SC, 05 de agosto de 2016.

Ivandre Bocalon

Prefeito Municipal



# Paulo Lopes

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PE Nº 06/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 06/2016

O Município de Paulo Lopes, através da Prefeitura Municipal de Paulo Lopes, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob regime de entrega parcelada, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, através de sistema de registro de preços, pretendendo a aquisição de Material Permanente, conforme a necessidade das secretarias administradas pela Prefeitura e Fundo Municipal de Saúde de Paulo Lopes. As propostas deverão ser entregues por meio de sistema de compras eletrônicas no site [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br) até as 09h00min do dia 22/08/2016. A sessão pública será realizada a partir das 09h10min do dia 22/08/2016, no endereço eletrônico [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br). O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no endereço acima descrito, ou no site [www.paulolopes.sc.gov.br](http://www.paulolopes.sc.gov.br), onde poderá ser lido e/ou obtida cópia, inclusive dos seus anexos.

Paulo Lopes, 08 de agosto de 2016.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

### AVISO DE LICITAÇÃO PE Nº 07/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2016

O Município de Paulo Lopes torna público para conhecimento dos interessados, que realizará LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob regime de entrega parcelada, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, através de sistema de registro de preços, pretendendo a aquisição de materiais didáticos e materiais de expediente para atender demanda anual das unidades de ensino municipais, e para o consumo das secretarias administradas pela Prefeitura e Fundo Municipal de Saúde de Paulo Lopes. As propostas deverão ser entregues por meio do endereço eletrônico [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br) até as 10h00min do dia 22/08/2016. A sessão pública será realizada a partir das 10h10min do dia 22/08/2016, no endereço eletrônico [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br). O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no endereço acima descrito, ou no site [www.paulolopes.sc.gov.br](http://www.paulolopes.sc.gov.br), onde poderá ser lido e/ou obtida cópia, inclusive dos seus anexos.

Paulo Lopes, 08 de agosto de 2016.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 277/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 277/2016

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

CONCEDER PROGRESSÃO HORIZONTAL, de F para G, a servidora Pública Municipal efetiva e estável, Sônia Gomes Bitencourt, brasileira, portadora do CPF nº 743.998.379-34, matrícula nº 333, ocupante do cargo de Auxiliar Contábil Financeiro II, nomeada pela Portaria nº 080/1998, a disposição da Secretaria Municipal de Finanças.

Município de Paulo Lopes – SC, em 08 de Agosto 2016.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração

### PORTARIA Nº 278/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 278/2016

+

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

AMPLIAR LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, a Servidora Pública Municipal - CLT, Maria Aparecida Silvano, brasileira, portadora do CPF nº 744.175.179-91, matrícula nº 137 ocupante do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, à disposição da Secretaria Municipal de Educação, até 02/09/2016 conforme benefício nº 6153594844 em anexo.

Município de Paulo Lopes – SC, em 08 de Agosto de 2016.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração



# Penha

## PREFEITURA

### CONTRATO Nº 16/2016 -FMAS

CONTRATO ADM. DE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECER COFFE BREAK PARA OS USUARIOS DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NOS SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS NO CRAS.

CONTRATO Nº 16/2016-FMAS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2016-FMAS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 03/2016-FMAS

“Que entre si celebram o Município de Penha, Estado de Santa Catarina e a Empresa PANIFICAÇÃO E MERCEARIA PATRÍCIA LTDA ME”.

Pelo presente instrumento de Contrato Administrativo a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, por meio do PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.327/0001-00, neste ato representada por seu Prefeito Municipal Evandro Eredes dos Navegantes, brasileiro, casado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa PANIFICAÇÃO E MERCEARIA PATRICIA LTDA ME, com sede na cidade de Balneário Piçarras /SC, no Bairro Santo Antônio, na Avenida Getulio Vargas, nº 588, CEP: 88380-000, telefone 3345-0530, inscrita no CNPJ sob o nº 78.357.167/0001-00, neste ato representada Graziella Martins Teixeira, CPF: 044.158.029-74, RG: 4.146.118-5, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

### CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O presente Contrato é decorrente do Processo Licitatório nº. 03/2016 - FMAS, modalidade Pregão Presencial nº. 01/2016 - FMAS, do qual foi vencedora a CONTRATADA, obrigando-se a mesma prestar serviços para a PREFEITURA, por meio da SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, de acordo com a especificação a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUAT.	PREVISÃO DE CUSTO	
				UNITÁRIO	GLOBAL
1.	Salgado: Mini sanduíche (massa de croissant), mini sanduíche dedinho (massa choux), mini pastel assado, mini folhado, mini quiche, mini pão de queijo. Doces: Mini tortelete doce, cuja grande. Bebidas: leite, café e suco. Com fornecimento de descartáveis como: copos, pratos, talheres e guardanapos.	Por Pessoa	150	14, 1839	2.127,58
2.	Salgado: Mini sanduíche (massa de croissant), mini sanduíche dedinho (massa choux), mini pastel assado, mini folhado, mini quiche, mini pão de queijo. Doces: Mini tortelete doce, cuja grande, mini folhado doce. Bebidas: leite, café e suco. Com fornecimento de descartáveis como: copos, pratos, talheres e guardanapos.	Por Pessoa	100	18, 0794	1.807,94
3.	Tortas (12 unid.) recheadas de frutas ou chocolates, com cobertura de 5kg. Salgado: 12 empadão de camarão+12 empadão de frango tamanho grande, peso 3kg. Bebidas: 36 garrafas de refrigerantes de 02 litros. Com fornecimento de descartáveis como: copos, pratos, talheres e guardanapos.	Por Pessoa	120	60, 8707	7.304,48
	TOTAL				R\$: 11.240,00

### CLÁUSULA SEGUNDA – PAGAMENTO

Pelo objeto constante da Cláusula Primeira do presente instrumento, a PREFEITURA pagará à CONTRATADA o valor de R\$: 11.240,00 (onze mil, duzentos e quarenta reais), a ser pago no Banco do Brasil, Agência n.º: 3257-3, Conta Corrente n.º: 122807-2 em até 30 (trinta) dias, após a apresentação da Nota Fiscal/fatura com as respectivas Autorizações de Fornecimento (AF), devidamente certificada pela referida Secretaria.

### CLÁUSULA TERCEIRA – REAJUSTES

Os preços serão fixos e poderão ser reajustáveis conforme o previsto na legislação vigente e lei 8.666/93.

### CLÁUSULA QUARTA – VIGÊNCIA

Os objetos licitados deverão ser fornecidos de acordo com a solicitação da SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL até sua



totalidade ou parcialmente até 12 meses, na sede da referida Secretaria.

Parágrafo Único: Os quantitativos de objetos licitados são estimativos com base na análise histórica de consumo desta Secretaria e não obriga o mesmo a contratar um limite mínimo ou máximo, ficando a contratada obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência do contrato respeitados os limites da sua contratação.

#### CLÁUSULA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Órgão: 40 – FUNDOS MUNICIPAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 40.01 – FUNDOS MUNICIPAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Funcional: 08.244.0008 – Administração Comunitária

Projeto/Atividade: 2.070 – Piso Básico Fixo - PAIF

Elemento: 3.3.90.00.00.00.0135 – Aplicações Diretas

Código Reduzido: 31

#### CLÁUSULA SEXTA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA obriga-se a:

- a) Reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções decorrentes de sua culpa, inclusive por emprego de mão de obra, acessórios ou materiais impróprios ou de qualidade inferior.
- b) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Prefeitura ou a Terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do presente contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento por parte da PREFEITURA.
- c) Assumir todos e quaisquer encargos sociais, financeiros ou de qualquer natureza, bem como todas as despesas geradas direta ou indiretamente pelo objeto do presente, são de responsabilidade única e exclusiva da CONTRATADA, respondendo a PREFEITURA apenas e tão somente pelos pagamentos da quantia acordada na Cláusula 2, desde que confirmado o recebimento do objeto licitado de acordo com as especificações do Edital.
- d) Solicitar autorização prévia da PREFEITURA bem como justificar qualquer prorrogação de prazo para entrega do objeto licitado.
- e) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, nos termos do Art. 55, inciso XIII, da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações.
- f) Verificada a não-conformidade da mercadoria, do serviço, ou de algum dos produtos, o contratado deverá promover as correções necessárias no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sujeitando-se às penalidades previstas neste Edital.
- g) Executar o fornecimento nas condições e nos prazos constantes até sua totalidade.
- h) Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- i) Não transferirem a terceiros, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência da Administração.
- j) Entregar os objetos licitados após a emissão da Autorização de Fornecimento devidamente assinada pelo responsável e de acordo com as quantidades solicitadas no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis.

#### CLAUSULA SÉTIMA - – RESPONSÁVEL PELO CONTRATO

a) Será responsável pela conferência a SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL ou servidores por estes legalmente autorizados, que deverão atestar a prestação de serviços, para viabilizar o encaminhamento das Notas Fiscais à Secretária de Fazenda, para as providências de pagamento.

#### CLÁUSULA OITAVA – PRORROGAÇÃO DE PRAZOS

O prazo especificado na Cláusula anterior poderá ser prorrogado, a critério da PREFEITURA, e mantidas as demais cláusulas contratuais, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, no que couber:

- a) alteração do objeto ou suas especificações, pela PREFEITURA;
- b) superveniência de fato excepcional e imprevisível, estranho à vontade das partes contratantes, que altere fundamentalmente as condições de execução do presente contrato;
- c) interrupção da execução do contrato ou diminuir o ritmo de trabalho, por ordem e interesse da PREFEITURA;
- d) aumento das quantidades inicialmente previstas no presente instrumento;
- e) impedimento da execução deste contrato, por fato ou ato de terceiro, reconhecido pela PREFEITURA, em documento contemporâneo a sua ocorrência; e
- f) omissão ou atraso de providência a cargo da PREFEITURA, do qual resulte diretamente impedimento ou retardamento na execução deste contrato.

#### CLÁUSULA NONA – ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

O presente contrato poderá ser alterado:

I - unilateralmente pela PREFEITURA:

- a) Quando houver modificação das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;
- b) Quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto.

II- por acordo das partes:

- a) Quando necessária a modificação do regime de execução ou do modo de fornecimento, em face da verificação técnica da inaplicabilidade nos termos contratuais originários;
- b) Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial;
- c) Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente, entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição da PREFEITURA para a justa remuneração dos serviços, objetivando a manutenção do inicial equilíbrio econômico e financeiro do contrato.



d) Em caso de criação, alteração ou extinção de tributos e/ou encargos legais após a assinatura do presente instrumento desde que, haja comprovada repercussão nos preços ora contratados para mais ou para menos, conforme o caso.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – RESSARCIMENTO

A PREFEITURA deverá ressarcir a CONTRATADA, em caso de alteração ou extinção do contrato, desde que:

a) a alteração unilateral por parte da PREFEITURA provoque aumento dos encargos da CONTRATADA, para que se mantenha o equilíbrio financeiro inicial;

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – PENALIDADES

Caso a CONTRATADA venha a descumprir as condições aqui estabelecidas, ficará sujeita às seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa de 20% (vinte por cento) calculada sobre o valor do contrato;
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a PREFEITURA, pelo prazo de 05 (cinco) anos.
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a PREFEITURA, podendo abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO CONTRATUAL

O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido unilateralmente, se qualquer uma das partes descumprir algum dos dispositivos ora pactuados, bem como aqueles previstos nos artigos 77 a 79 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

Parágrafo Único: Constituem motivos para rescisão do presente contrato:

- a) O não cumprimento de suas cláusulas, especificações e prazos;
- b) O cumprimento irregular de quaisquer de suas cláusulas, especificações e prazos;
- c) A lentidão no seu cumprimento, levando a PREFEITURA a presumir o não fornecimento nos prazos estipulados;
- d) O atraso injustificado na entrega do objeto;
- e) A subcontratação parcial ou total do objeto do presente contrato, a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, exceto se admitida no edital, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem a boa execução deste;
- f) O desatendimento das determinações regulares da Secretaria designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução;
- g) O cometimento reiterado de faltas na execução do presente;
- h) A decretação de falência, o pedido de concordata ou a instauração de insolvência civil;
- i) A dissolução da sociedade ou o falecimento do responsável pela CONTRATADA;
- j) A alteração social ou a modificação da finalidade da CONTRATADA ou da sua estrutura que, a juízo da PREFEITURA, prejudique a execução do presente;
- k) O protesto de títulos ou a emissão de cheques sem suficiente provisão, que caracterizem a insolvência da CONTRATADA;
- l) Razões de interesse do serviço público;
- m) A supressão, por parte da PREFEITURA, das especificações acarretando modificações do valor inicial do presente contrato, além dos limites aqui estabelecidos;
- n) A suspensão de sua execução, por ordem escrita da PREFEITURA, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública ou grave perturbação da ordem interna;
- o) O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela PREFEITURA, decorrentes de objetos já recebidos, salvo em caso de calamidade pública ou grave perturbação da ordem interna; e
- p) A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do presente.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - FORO

Os contraentes expressam sua sujeição às cláusulas contratuais, à Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, bem como ao Código Civil Brasileiro e demais legislações subsidiariamente aplicáveis. Fica eleito o Foro da Comarca de Balneário Piçarras para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da execução do presente Contrato.

E, por estarem assim de acordo, firmam o presente contrato, juntamente com as testemunhas abaixo.

Penha/SC, 08 de Agosto de 2016.

PREFEITO

Evandro Eredes dos Navegantes

TESTEMUNHAS:

CONTRATADA

Panificação e Mercearia Patrícia Ltda Me

PANIFICAÇÃO E MERCEARIA PATRICIA LTDA ME

NOME: GUSTAVO JOÃO DA SILVA

DE ACORDO:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE  
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO



**TERMO ADITIVO Nº 414/2016 PMP**

TERMO ADITIVO Nº 414/2016 – PMP

AO CONTRATO Nº 208/2016

Pelo presente Termo Aditivo nº 414/2016 ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 208/2016, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190, nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr.(a), DEISE DOS SANTOS CAMILO, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 037.749.309-02, residente e domiciliado(a) na cidade de Penha/SC, Rua: João Pinto Junior, nº 19, Gravatá, neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

Fica alterada a carga horária de trabalho do (a) CONTRATADO (A) de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, para atuar na Escola Básica Municipal “João Antônio Pinto” no período de 08/08/2016 até 16/12/2016.

**CLÁUSULA SEGUNDA**

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha, 08 de agosto de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES  
PREFEITURA

DEISE DOS SANTOS CAMILO  
CONTRATADO (A)

**TESTEMUNHA**

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

**TERMO DE RESCISAO 54/2016**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA  
ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO Nº 54/2016.

Fica rescindido o Contrato de Estagiário nº 05/2016, firmado entre o Sr. RODOLFO NELSON JOÃO DE SOUZA e esta PREFEITURA, em 01 de abril de 2016, por interesse próprio, a contar desta data:

Penha, 08 de agosto de 2016.  
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES  
Prefeito Municipal

RODOLFO NELSON JOÃO DE SOUZA  
Contratado (a)

**TESTEMUNHAS:**

DANIELE S. DE SOUZA LUNGE  
Secretária de Administração

Z:\DOCUMENTOS 2016\RESCISÃO\54 - RODOLFO NELSON JOAO DE SOUZA.docx



# Peritiba

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO 40/2016 – PREGÃO PRESENCIAL 19/2016

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE PERITIBA  
AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Peritiba torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações e nas condições do edital.  
Processo de Licitação 40/2016 – Pregão Presencial 19/2016.

Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios para Merenda Escolar para o 3º quadrimestre de 2016.

DATA DA REALIZAÇÃO: A Sessão Pública do Pregão Presencial será realizada a partir das 08h30min do dia 22/08/2016.

ENVELOPES: Os envelopes devem ser entregues no Protocolo da Prefeitura Municipal até às 08h15min do dia 22/08/2016.

LOCAL: A sessão Pública será realizada na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Peritiba, sito a Rua Frei Bonifácio 63, Centro, Município de Peritiba.

Informações complementares:

O edital na íntegra está disponível no site <http://www.peritiba.sc.gov.br> e demais informações, poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Peritiba, fone (49) 3453-1122 ou e-mail [compras@peritiba.sc.gov.br](mailto:compras@peritiba.sc.gov.br).

NEUSA KLEIN MARASCHINI  
Prefeita Municipal



# Petrolândia

## PREFEITURA

### CONTRATOS CHAMADA PÚBLICA 02 2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 35/2016

CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2016

EXTRATO DE CONTRATOS

A Prefeitura Municipal de Petrolândia torna público que celebrou contratos para a AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA O SEGUNDO SEMESTRE DO ANO DE 2016.

CONTRATO Nº 28/2016: Erison Eger, inscrito no CPF nº 560.630.919-04, no valor de R\$ 4.198,40.

CONTRATO Nº 29/2016: Hercolis Bernardino, inscrito no CPF nº 063.184.509-71, no valor de R\$ 7.320,80.

CONTRATO Nº 30/2016: Augustinho Senen, inscrito no CPF nº 534.471.589-72, no valor de R\$ 4.781,25.

CONTRATO Nº 31/2016: Silvio Farias, inscrito no CPF nº 656.824.089-34, no valor de R\$ 5.684,00.

CONTRATO Nº 32/2016: Cooperativa da Agricultura Familiar do Alto Vale do Itajaí, inscrita no CNPJ nº 07.125.517/0001-56, no valor de R\$ 35.109,00.

CONTRATO Nº 33/2016: Cooperação Cooperativa Agrícola Familiar Serra Taboão, inscrita no CNPJ nº 20.432.884/0001-60, no valor de R\$ 5.478,00.

Petrolândia, 09 de agosto de 2016. JOEL LONGEN – Prefeito Municipal

### DECRETO Nº. 053/2016

DECRETO Nº. 053, de 18 de Julho de 2016.

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOEL LONGEN, Prefeito Municipal de Petrolândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Inciso VII, do Artigo 85 da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei Municipal nº. 1636 de 15 de Dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular parcialmente a importância de R\$ 13.000,00 (Treze mil reais) da seguinte dotação do orçamento vigente:

Órgão 12 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade 01 – Fundo Municipal de Saúde

Proj./Atividade – 2.010 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Elemento de Despesa – 3.3.50.00.00.00.00.00 – (9) Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos

Recursos - 0.1.0160 – Recursos Transferências SUS - MAC ..... R\$ 13.000,00

Art. 2º. Fica suplementada por conta da anulação do Artigo 1º. a importância de R\$ 13.000,00 (Treze mil reais) na seguinte dotação do orçamento vigente:

Órgão 12 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade 01 – Fundo Municipal de Saúde

Proj./Atividade – 2.010 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Elemento de Despesa – 3.3.93.00.00.00.00.00 – (27) Aplicações Diretas

Recursos - 0.1.0160 – Recursos Transferências SUS - MAC ..... R\$ 13.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Petrolândia, 18 de Julho de 2016.

JOEL LONGEN

PREFEITO MUNICIPAL

### DECRETO Nº. 054/2016

DECRETO Nº. 054, de 20 de Julho de 2016.

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOEL LONGEN, Prefeito Municipal de Petrolândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Inciso VII, do Artigo 85 da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei Municipal nº. 1636 de 15 de Dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular parcialmente a importância de R\$ 45.000,00 (Quarenta e cinco mil reais) da seguinte dotação do orçamento vigente:

Órgão 03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

Unidade 01 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Proj./Atividade – 2.050 – Manutenção do Conselho Tutelar

Elemento de Despesa – 3.1.90.00.00.00.00.00 – (26) Aplicações Diretas

Recursos - 0.1.0132 – Recursos Ordinários ..... R\$ 45.000,00

Art. 2º. Fica suplementada por conta da anulação do Artigo 1º. a importância de R\$ 45.000,00 (Quarenta e cinco mil reais) na seguinte dotação do orçamento vigente:

Órgão 03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

Unidade 01 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Proj./Atividade – 2.050 – Manutenção do Conselho Tutelar

Elemento de Despesa – 3.3.90.00.00.00.00.00 – (28) Aplicações Diretas

Recursos - 0.1.0132 – Recursos Ordinários ..... R\$ 45.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Petrolândia, 20 de Julho de 2016.

JOEL LONGEN

PREFEITO MUNICIPAL



**DECRETO Nº. 055/2016**

DECRETO Nº. 055, de 22 de Julho de 2016.

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOEL LONGEN, Prefeito Municipal de Petrolândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Inciso VII, do Artigo 85 da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei Municipal nº. 1636 de 15 de Dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular parcialmente a importância de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais) da seguinte dotação do orçamento vigente:

Órgão 12 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Unidade 01 – Fundo Municipal de Saúde

Proj./Atividade – 2.010 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Elemento de Despesa – 3.3.90.00.00.00.00.00 – (22) Aplicações Diretas

Recursos - 0.1.0608 – Recursos NASF UNIÃO .....  
..... R\$ 20.000,00

Art. 2º. Fica suplementada por conta da anulação do Artigo 1º. a importância de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais) na seguinte dotação do orçamento vigente:

Órgão 12 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Unidade 01 – Fundo Municipal de Saúde

Proj./Atividade – 2.010 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Elemento de Despesa – 3.1.90.00.00.00.00.00 – (7) Aplicações Diretas

Recursos - 0.1.0608 – Recursos NASF UNIÃO .....  
..... R\$ 20.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Petrolândia, 22 de Julho de 2016.

JOEL LONGEN

PREFEITO MUNICIPAL

**DECRETO Nº. 056/2016**

DECRETO Nº. 056, de 25 de Julho de 2016.

SUPLEMENTA MODALIDADES DE APLICAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOEL LONGEN, Prefeito Municipal de Petrolândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Municipal nº 1.636/2015, de 15 de dezembro de 2015 (Lei Orçamentária);

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar na importância de R\$ 8.827,31 (Oito mil, oitocentos e vinte e sete reais e trinta e um centavos) os saldos da Modalidade de Aplicação do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, abaixo discriminada:

Órgão 12 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Unidade 01 – Fundo Municipal de Saúde

Proj./Atividade – 2.010 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Elemento de Despesa – 3.3.90.00.00.00.00.00 – (6) Aplicação Direta

Recursos - 0.1.0158 – Recursos Vigilância Sanitária .....  
..... R\$ 8.827,31

Art. 2º. Para cobertura do Crédito Suplementar acima, utilizar-se-á recursos do Excesso de Arrecadação na Fonte de Recursos 0.1.0158 – Recursos Vigilância Sanitária, na importância de R\$ 8.827,31 (Oito mil, oitocentos e vinte e sete reais e trinta e um centavos).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Petrolândia, 25 de Julho de 2016.

JOEL LONGEN

PREFEITO MUNICIPAL



# Planalto Alegre

## PREFEITURA

### DECRETO 4579/2016

DECRETO Nº 4579/2016, DE 25 DE JULHO DE 2016

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, REDUÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e em conformidade com a Lei Municipal nº 760/2015, etc;

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um crédito adicional suplementar, no orçamento do MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE, no valor de R\$ 3.189,90 (três mil cento e oitenta e nove reais com noventa centavos), para as dotações orçamentárias constantes do Anexo I deste Decreto:

Art. 2º. Os recursos para cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o Art. 1º, serão anulados dentro das categorias de programação de despesa do orçamento vigente, no valor correspondente, nas dotações constantes do Anexo I deste decreto.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Planalto Alegre/SC, em 25 de julho de 2016.

PLINIO DALLACORTE

Prefeito

ANEXO I							
DECRETO Nº 4579/2016							
SUPLEMENTAÇÕES							
Entidade:	PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO ALEGRE						
Data da Suplementação	Mov.	Tipo Movimento	Valor R\$	Despesa	Proj/Ativ.	Elemento	Recurso
25/07/2016	1	Adicionar	3.189,90	80	2	31900000000000	1152 - PAIF - RECURSOS DO FNAS
25/07/2016	2	Subtrair	3.189,90	88	2	33900000000000	1752 - ALTA CUSTEIO - TRANSF. RECURSOS SUAS
TOTAL DA ENTIDADE			3.189,90				

Planalto Alegre/SC, em, 25 de julho de 2016.

PLINIO DALLACORTE

Prefeito.

Registre-se e Publique-se.

### DECRETO 4580/2016

DECRETO Nº 4580/2016, DE 25 DE JULHO DE 2016.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PROVENIENTE DE PROVAVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PLINIO DALLACORTE, Prefeito Municipal de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 760/2015, etc;

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um crédito adicional suplementar, no orçamento do MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE, no valor de R\$ 4.641,91 (quatro mil seiscentos e quarenta e um reais com noventa e um centavos), para a dotação orçamentária constante do Anexo I deste Decreto:

Art. 2º. Os recursos para cobertura do crédito Adicional Suplementar provenientes do provável excesso de arrecadação são oriundos das



fontes constantes do Anexo I.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Planalto Alegre/SC, em 25 de julho de 2016.

PLINIO DALLACORTE

Prefeito

ANEXO I							
DECRETO Nº 4580/2016							
SUPLEMENTAÇÕES							
Entidade:	PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO ALEGRE						
Data da Suplemen- tação	Mov.	Tipo Movimento	Valor R\$	Despesa	Proj/Ativ.	Elemento	Recurso
25/07/2016	1	Adicionar	4.641,91	41	2	33900000000000	1062 - OUTROS RE- CURSOS FNDE
TOTAL DA ENTIDADE			4.641,91				

Planalto Alegre/SC, em 25 de julho de 2016.

PLINIO DALLACORTE

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

### DECRETO 4584/2016

DECRETO Nº 4584/2016 DE 01 DE AGOSTO DE 2016.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PROVENIENTE DE PROVAVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PLINIO DALLACORTE, Prefeito Municipal de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 760/2015, etc;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um crédito adicional suplementar, no orçamento do MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE, no valor de R\$ 64.902,91 (sessenta e quatro mil novecentos e dois reais com noventa e um centavos), para a dotação orçamentária constante do Anexo I deste Decreto:

Art. 2º. Os recursos para cobertura do crédito Adicional Suplementar provenientes do provável excesso de arrecadação são oriundos das fontes constantes do Anexo I.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Planalto Alegre/SC, em 01 de agosto de 2016.

PLINIO DALLACORTE

Prefeito

ANEXO I							
DECRETO Nº 4584/2016							
SUPLEMENTAÇÕES							
Entidade:	PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO ALEGRE						
Data da Suplemen- tação	Mov.	Tipo Movimento	Valor R\$	Despesa	Proj/Ativ.	Elemento	Recurso
01/08/2016	1	Adicionar	64.902,91	83	2	33900000000000	1052 - Outras Transferên- cias de Recursos do Fundo de Assistência Social
TOTAL DA ENTIDADE			64.902,91				



Planalto Alegre/SC, em 01 de agosto de 2016.

PLINIO DALLACORTE

Prefeito.

Registre-se e Publique-se.

### DECRETO 4585/2016

DECRETO Nº 4585/2016, DE 01 DE AGOSTO DE 2016

DISPOE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, REDUÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e em conformidade com a Lei Municipal nº 760/2015, etc;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um crédito adicional suplementar, no orçamento do MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), para as dotações orçamentárias constantes do Anexo I deste Decreto:

Art. 2º. Os recursos para cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o Art. 1º, serão anulados dentro das categorias de programação de despesa do orçamento vigente, no valor correspondente, nas dotações constantes do Anexo I deste decreto.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Planalto Alegre/SC, em 01 de agosto de 2016.

PLINIO DALLACORTE

Prefeito

.

ANEXO I							
DECRETO Nº 4585/2016							
SUPLEMENTAÇÕES							
Entidade:	PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO ALEGRE						
Data da Suplementação	Mov.	Tipo Movimento	Valor R\$	Despesa	Proj/Ativ.	Elemento	Recurso
01/08/2016	1	Adicionar	30.000,00	80	2	31900000000000	1152 - PAIF - RECURSOS DO FNAS
01/08/2016	2	Subtrair	30.000,00	83	2	33900000000000	1052 - Outras Transferências de Recursos do Fundo de Assis.
01/08/2016	1	Adicionar	20.000,00	79	2	31900000000000	1000 - Recursos Ordinários
01/08/2016	2	Subtrair	20.000,00	82	2	33900000000000	1000 - Recursos Ordinários
TOTAL DA ENTIDADE			50.000,00				

Planalto Alegre/SC, em 01 de agosto de 2016.

PLINIO DALLACORTE

Prefeito.

Registre-se e Publique-se.



**TC043\_2016**

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE	
EXTRATO TERMO DE COMPROMISSO	
T Compo Nº.:	043/2016
Contratante.:	MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE
Contratada.:	PEDREIRA, EMPREITEIRA E TRANSPORTES DO ALEMÃO LTDA
Objeto ..... :	REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE CAMINHÃO PRANCHA PARA TRANSPORTE DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS, HORAS DE HORAS DE MAQUINAS DE ESCAVADEIRA HIDRAULICA COM CONCHA E HORAS DE MAQUINAS E ESCAVADEIRA HIDRAULICA COM ROMPEDOR
Valor ..... :	R\$ 86.480,00 (oitenta e seis mil quatrocentos e oitenta reais).
PROCESSO	PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS N. 037/2016
Vigência ..... :	12 meses
PLANALTO ALEGRE, 04 de Agosto de 2016	
PLINIO DALLACORTE	
PREFEITO	

**TC044\_2016**

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE	
EXTRATO TERMO DE COMPROMISSO	
T Compo Nº.:	044/2016
Contratante.:	MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE
Contratada.:	JULIANA PAULA VIVIAN CHIARELLO
Objeto ..... :	REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE MANUTENÇÃO E REPAROS.
Valor ..... :	R\$ 105.345,00 (cento e cinco mil trezentos e quarenta e cinco reais).
PROCESSO	PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS N. 035/2016
Vigência ..... :	12 meses.
PLANALTO ALEGRE, 04 de Agosto de 2016	
PLINIO DALLACORTE	
PREFEITO	

**TC045\_2016**

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE	
EXTRATO TERMO DE COMPROMISSO	
T Compo Nº.:	045/2016
Contratante.:	MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE
Contratada.:	DISMAFF ATACADISTA E COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA – EPP
Objeto ..... :	REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE MANUTENÇÃO E REPAROS
Valor ..... :	R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).
PROCESSO	PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS N. 035/2016
Vigência ..... :	12 meses
PLANALTO ALEGRE, 04 de Agosto de 2016	
PLINIO DALLACORTE	
PREFEITO	



**TC046\_2016**

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE	
EXTRATO TERMO DE COMPROMISSO	
T Compo Nº.:	046/2016
Contratante.:	MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE
Contratada.:	RODO VIAS TINTAS E SINALIZAÇÃO VIARIA EIRELI – ME.
Objeto ..... :	REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE MANUTENÇÃO E REPAROS
Valor ..... :	R\$ 10.900,00 (dez mil e novecentos reais).
PROCESSO	PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS N. 035/2016
Vigência ..... :	12 meses
PLANALTO ALEGRE, 04 de Agosto de 2016	
PLINIO DALLACORTE	
PREFEITO	



# Ponte Serrada

## PREFEITURA

**ADITIVO 2016 - PROCESSO 040- ATA 003-2016**

PROCESSO LICITATÓRIO 040/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2016

TERMO ADITIVO DE REEQUILIBRIO ECONOMICO-FICANCEIRO A ATA 003/2016

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE PONTE SERRADA –SC

CONTRATADO: JUCAR ESPORTES E PAPELARIA LTDA

CNPJ: 03.652.444/0001-08

OBJETO: O presente termo aditivo tem por objetivo o reequilíbrio econômico-financeiro do item 108, (leite UHT integral embalagens de 1000 ml) objeto do processo licitatório, conforme solicitação e parecer jurídico.

VALOR: DE R\$ 2,49 PARA 3,93, Com um reajuste de 1,44 por unidade.

VIGÊNCIA: ATÉ 01/06/2017

Ponte Serrada, 08 de agosto de 2016.

PERMITENTE

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal



# Porto União

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 113/2016

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

ATA 113/2016

Aos 21 (vinte e um) dias do mês de julho do ano de 2016, autorizado junto ao Processo Licitatório 111/2016 – Registro de Preços, Pregão Presencial 057/2016, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto no artigo 15º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e Decreto Municipal nº 640/2007 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre ORGÃO GERENCIADOR, Município de Porto União, neste ato representado pelo Sr. Anízio de Souza, Prefeito Municipal e o DETENTOR DA ATA: Servhitral Serviços Hidráulicos e Tratores Ltda – EPP.

1. Considerando-se registrados os seguintes preços do Detentor de Ata: Servhitral Serviços Hidráulicos e Tratores Ltda – EPP, inscrita no CNPJ/MF nº 79.052.171/0001-14, sita a Autovia João Paulo Reolon, nº 5987, município de União da Vitória, Estado do Paraná, CEP 84.600-000, Telefone (42) 3522-5839, representado neste ato pelo Sr. Carlos Agustini, inscrito no CPF sob o número 286.239.249-91.

Registro de Preços para contratação de hora técnica de serviços destinados a recuperação de peças de diversos veículos, máquinas e equipamentos do município, conforme segue:

#### 0.1 Descrição do Item:

Item	Quantidade estimada 12 meses	Unidade	Discriminação	Preço Unitário	Preço Total 12 meses
4	1.000	Horas	Hora técnica para serviços mecânicos em máquinas e equipamentos (retro escavadeira, pá carregadeira e motoniveladora).	R\$ 63,00	R\$ 63.000,00
Valor Total: R\$ 63.000,00 (sessenta e três mil reais)					

2. Integram e completam a presente Ata de Registro de Preços, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Edital do Processo Licitatório 111/2016, Pregão Presencial 057/2016, juntamente com seus anexos e a proposta.

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses a contar da sua assinatura.

2.2. O órgão Gerenciador efetuará seus pedidos ao fornecedor, através de Autorização de Fornecimento, na forma descrita no Edital de Pregão Presencial 057/2016.

2.3. As condições de prestação dos serviços/entrega do material é o estabelecido no item 09 (nove) do Edital de Pregão Presencial 057/2016, e sua totalidade poderá ser retirada em até 12 (doze) meses, com entregas conforme a necessidade e Autorização da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos, nas quantidades por ela determinada.

2.4. Os pagamentos serão efetuados em 30 (trinta) dias após a execução do serviço, mediante a apresentação da Nota Fiscal na forma eletrônica, conforme a quantidade solicitada pela Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos, na Nota Fiscal deverá constar o número do processo licitatório e da Ata de Registro de preços que a deu origem.

2.5. Os preços registrados serão confrontados trimestralmente, com os praticados no mercado e assim controlados pelo ORGÃO GERENCIADOR.

2.6. As despesas decorrentes do fornecimento dos materiais relativo a presente Ata de Registro de Preços correrão por conta das dotações específicas e determinadas por conta da entrega dos materiais.

2.7. O serviço ora contratado deverá ser realizado conforme a solicitação da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos nas quantidades especificadas, CONFORME NECESSIDADE, através de requisição em até 48 (quarenta e oito) horas após a solicitação.

2.8. Será de responsabilidade da empresa detentora da ata a retirada do equipamento para a realização do serviço.

2.9. A troca eventual de documentos e cartas entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA será feita através de protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas. Ainda, tem-se que toda e qualquer informação a respeito do cumprimento ou não do contrato, bem como toda e qualquer situação atinente ao mesmo deverá ser feita por escrito com o respectivo protocolo sob pena de não ser aceito pela Municipalidade.

2.10. Esta ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar contratações com o Detentor da Ata, podendo, inclusive, facultada a utilização de outros meios assegurada, nesta hipótese a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15 da lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

2.11. Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a Prefeitura do Município de Porto União poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93 e suas posteriores alterações; sendo que em caso de multa esta corresponderá a 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato.

2.12. O Registro de Preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos art. 77 e 78 da Lei Federal 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado, presente as razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.

2.13. O Detentor da Ata deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Pregão Presencial 057/2016.

2.14. Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os dispositivos, o edital do Processo Licitatório 111/2016, Pregão Presencial 057/2016, com os termos aditados e a proposta detentora da Ata naquilo que contrariar as presentes disposições.

2.15. As questões oriundas desta ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Porto União SC, esgotadas as vias administrativas.



2.16. Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo Senhor Anízio de Souza, Prefeito Municipal de Porto União e pelo Sr. Carlos Agustini, qualificado preambularmente, representando o detentor e testemunhas.

Anízio de Souza  
Prefeito Municipal

Servhital Serviços Hidráulicos e Tratores Ltda – EPP  
Empresa Detentora da Ata

Testemunhas:

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 114/2016

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
ATA 114/2016

Aos 21 (vinte e um) dias do mês de julho do ano de 2016, autorizado junto ao Processo Licitatório 111/2016 – Registro de Preços, Pregão Presencial 057/2016, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto no artigo 15º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e Decreto Municipal nº 640/2007 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre ORGÃO GERENCIADOR, Município de Porto União, neste ato representado pelo Sr. Anízio de Souza, Prefeito Municipal e o DETENTOR DA ATA: Mecânica Industrial Danielak Ltda – ME.

1. Considerando-se registrados os seguintes preços do Detentor de Ata: Mecânica Industrial Danielak Ltda – ME, inscrita no CNPJ/MF nº 95.850.293/0001-02, sita a Rua Alfredo Metzler, nº 187, Santa Rosa, município de Porto União, Estado de Santa Catarina, CEP 89.400-000, Telefone (42) 3523-2476, representado neste ato pelo Sr. Pedro Danielak, inscrito no CPF sob o número 485.883.009-82.

Registro de Preços para contratação de hora técnica de serviços destinados a recuperação de peças de diversos veículos, máquinas e equipamentos do município, conforme segue:

### 0.1 Descrição do Item:

Item	Quantidade estimada 12 meses	Unidade	Discriminação	Preço Unitário	Preço Total 12 meses
1	1.500	Horas	Horas de torno mecânico, de mandrilhamento e solda industrial com posterior usinagem, destinados a recuperação de peças de veículos, máquinas e equipamentos;	R\$ 46,00	R\$ 69.000,00
Valor Total: R\$ 69.000,00 (sessenta e nove mil reais)					

2. Integram e completam a presente Ata de Registro de Preços, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Edital do Processo Licitatório 111/2016, Pregão Presencial 057/2016, juntamente com seus anexos e a proposta.

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses a contar da sua assinatura.

2.2. O órgão Gerenciador efetuará seus pedidos ao fornecedor, através de Autorização de Fornecimento, na forma descrita no Edital de Pregão Presencial 057/2016.

2.3. As condições de prestação dos serviços/entrega do material é o estabelecido no item 09 (nove) do Edital de Pregão Presencial 057/2016, e sua totalidade poderá ser retirada em até 12 (doze) meses, com entregas conforme a necessidade e Autorização da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos, nas quantidades por ela determinada.

2.4. Os pagamentos serão efetuados em 30 (trinta) dias após a execução do serviço, mediante a apresentação da Nota Fiscal na forma eletrônica, conforme a quantidade solicitada pela Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos, na Nota Fiscal deverá constar o número do processo licitatório e da Ata de Registro de preços que a deu origem.

2.5. Os preços registrados serão confrontados trimestralmente, com os praticados no mercado e assim controlados pelo ORGÃO GERENCIADOR.

2.6. As despesas decorrentes do fornecimento dos materiais relativo a presente Ata de Registro de Preços correrão por conta das dotações específicas e determinadas por conta da entrega dos materiais.

2.7. O serviço ora contratado deverá ser realizado conforme a solicitação da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos nas quantidades especificadas, CONFORME NECESSIDADE, através de requisição em até 48 (quarenta e oito) horas após a solicitação.

2.8. Será de responsabilidade da empresa detentora da ata a retirada do equipamento para a realização do serviço.

2.9. A troca eventual de documentos e cartas entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA será feita através de protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas. Ainda, tem-se que toda e qualquer informação a respeito do cumprimento ou não do contrato, bem como toda e qualquer situação atinente ao mesmo deverá ser feita por escrito com o respectivo protocolo sob pena de não ser aceito pela Municipalidade.

2.10. Esta ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar contratações com o Detentor da Ata, podendo, inclusive, facultada a utilização de outros meios assegurada, nesta hipótese a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15 da lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

2.11. Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a Prefeitura do Município de Porto União poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93 e suas posteriores alterações; sendo que em caso de multa esta corresponderá a 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato.

2.12. O Registro de Preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos art. 77 e 78 da Lei Federal 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado, presente as razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.

2.13. O Detentor da Ata deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Pregão Presencial 057/2016.



2.14. Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os dispositivos, o edital do Processo Licitatório 111/2016, Pregão Presencial 057/2016, com os termos aditados e a proposta detentora da Ata naquilo que contrariar as presentes disposições.

2.15. As questões oriundas desta ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Porto União SC, esgotadas as vias administrativas.

2.16. Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo Senhor Anízio de Souza, Prefeito Municipal de Porto União e pelo Sr. Pedro Danielak, qualificado preambularmente, representando o detentor e testemunhas.

Anízio de Souza  
Prefeito Municipal

Mecânica Industrial Danielak Ltda – ME  
Empresa Detentora da Ata

Testemunhas:

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 115/2016

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
ATA 115/2016

Aos 21 (vinte e um) dias do mês de julho do ano de 2016, autorizado junto ao Processo Licitatório 111/2016 – Registro de Preços, Pregão Presencial 057/2016, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto no artigo 15º da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações e Decreto Municipal n.º 640/2007 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre ORGÃO GERENCIADOR, Município de Porto União, neste ato representado pelo Sr. Anízio de Souza, Prefeito Municipal e o DETENTOR DA ATA: Peças e Oficina São Jose Ltda – ME.

1. Considerando-se registrados os seguintes preços do Detentor de Ata: Peças e Oficina São Jose Ltda – ME, inscrita no CNPJ/MF nº 03.017.793/0001-40, sita a Avenida Bento Munhoz da Rocha Neto, nº 1182, centro, município de União da Vitória, Estado do Paraná, CEP 84.600-000, Telefone (42) 3523-0130, representado neste ato pelo Sr. Salvio Rafael Banaszski, inscrito no CPF sob o número 037.764.429-30.

Registro de Preços para contratação de hora técnica de serviços destinados a recuperação de peças de diversos veículos, máquinas e equipamentos do município, conforme segue:

### 0.1 Descrição do Item:

Item	Quantidade estimada 12 meses	Unidade	Discriminação	Preço Unitário	Preço Total 12 meses
3	500	Horas	Hora técnica para serviços mecânicos em veículos de linha pesada (ônibus e caminhões);	R\$ 65,00	R\$ 32.500,00
Valor Total: R\$ 32.500,00 (trinta e dois mil e quinhentos reais)					

2. Integram e completam a presente Ata de Registro de Preços, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Edital do Processo Licitatório 111/2016, Pregão Presencial 057/2016, juntamente com seus anexos e a proposta.

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses a contar da sua assinatura.

2.2. O órgão Gerenciador efetuará seus pedidos ao fornecedor, através de Autorização de Fornecimento, na forma descrita no Edital de Pregão Presencial 057/2016.

2.3. As condições de prestação dos serviços/entrega do material é o estabelecido no item 09 (nove) do Edital de Pregão Presencial 057/2016, e sua totalidade poderá ser retirada em até 12 (doze) meses, com entregas conforme a necessidade e Autorização da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos, nas quantidades por ela determinada.

2.4. Os pagamentos serão efetuados em 30 (trinta) dias após a execução do serviço, mediante a apresentação da Nota Fiscal na forma eletrônica, conforme a quantidade solicitada pela Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos, na Nota Fiscal deverá constar o número do processo licitatório e da Ata de Registro de preços que a deu origem.

2.5. Os preços registrados serão confrontados trimestralmente, com os praticados no mercado e assim controlados pelo ORGÃO GERENCIADOR.

2.6. As despesas decorrentes do fornecimento dos materiais relativo a presente Ata de Registro de Preços correrão por conta das dotações específicas e determinadas por conta da entrega dos materiais.

2.7. O serviço ora contratado deverá ser realizado conforme a solicitação da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos nas quantidades especificadas, CONFORME NECESSIDADE, através de requisição em até 48 (quarenta e oito) horas após a solicitação.

2.8. Será de responsabilidade da empresa detentora da ata a retirada do equipamento para a realização do serviço.

2.9. A troca eventual de documentos e cartas entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA será feita através de protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas. Ainda, tem-se que toda e qualquer informação a respeito do cumprimento ou não do contrato, bem como toda e qualquer situação atinente ao mesmo deverá ser feita por escrito com o respectivo protocolo sob pena de não ser aceito pela Municipalidade.

2.10. Esta ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar contratações com o Detentor da Ata, podendo, inclusive, facultada a utilização de outros meios assegurada, nesta hipótese a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

2.11. Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a Prefeitura do Município de Porto União poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666/93 e suas posteriores alterações; sendo que em caso de multa esta corresponderá a 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato.

2.12. O Registro de Preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos art. 77 e 78 da Lei Federal



8.666/93, ou a pedido justificado do interessado, presente as razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.

2.13. O Detentor da Ata deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Pregão Presencial 057/2016.

2.14. Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os dispositivos, o edital do Processo Licitatório 111/2016, Pregão Presencial 057/2016, com os termos aditados e a proposta detentora da Ata naquilo que contrariar as presentes disposições.

2.15. As questões oriundas desta ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Porto União SC, esgotadas as vias administrativas.

2.16. Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo Senhor Anízio de Souza, Prefeito Municipal de Porto União e pelo Sr. Salvio Rafael Banaszkeski, qualificado preambularmente, representando o detentor e testemunhas.

Anízio de Souza  
Prefeito Municipal

Peças e Oficina São Jose Ltda – ME  
Empresa Detentora da Ata

Testemunhas:

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 116/2016

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

ATA 116/2016

Aos 21 (vinte e um) dias do mês de julho do ano de 2016, autorizado junto ao Processo Licitatório 111/2016 – Registro de Preços, Pregão Presencial 057/2016, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto no artigo 15º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e Decreto Municipal nº 640/2007 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre ORGÃO GERENCIADOR, Município de Porto União, neste ato representado pelo Sr. Anízio de Souza, Prefeito Municipal e o DETENTOR DA ATA: Leandro Luis de Bastiani – ME.

1. Considerando-se registrados os seguintes preços do Detentor de Ata: Leandro Luis de Bastiani – ME, inscrito no CNPJ/MF nº 07.982.878/0001-19, sita a Rodovia BR 476, Km 225, nº 4831, Ouro Verde, município de União da Vitória, Estado do Paraná, CEP 84.600-000, Telefone (42) 3522-4313, representado neste ato pelo Sr. Leandro Luis de Bastiani, inscrito no CPF sob o número 872.988.309-10.

Registro de Preços para contratação de hora técnica de serviços destinados a recuperação de peças de diversos veículos, máquinas e equipamentos do município, conforme segue:

### 0.1 Descrição do Item:

Item	Quantidade estimada 12 meses	Unidade	Discriminação	Preço Unitário	Preço Total 12 meses
2	1.000	Horas	Hora técnica para serviço de solda, usinagem, retífica, brunimento e troca de reparos e retentores para a recuperação, recondicionamento e reforma de cilindros hidráulicos e pneumáticos;	R\$ 89,00	R\$ 89.000,00
Valor Total: R\$ 89.000,00 (oitenta e nove mil reais)					

2. Integram e completam a presente ATA de Registro de Preços, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Edital do Processo Licitatório 111/2016, Pregão Presencial 057/2016, juntamente com seus anexos e a proposta.

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses a contar da sua assinatura.

2.2. O órgão Gerenciador efetuará seus pedidos ao fornecedor, através de Autorização de Fornecimento, na forma descrita no Edital de Pregão Presencial 057/2016.

2.3. As condições de prestação dos serviços/entrega do material é o estabelecido no item 09 (nove) do Edital de Pregão Presencial 057/2016, e sua totalidade poderá ser retirada em até 12 (doze) meses, com entregas conforme a necessidade e Autorização da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos, nas quantidades por ela determinada.

2.4. Os pagamentos serão efetuados em 30 (trinta) dias após a execução do serviço, mediante a apresentação da Nota Fiscal na forma eletrônica, conforme a quantidade solicitada pela Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos, na Nota Fiscal deverá constar o número do processo licitatório e da Ata de Registro de preços que a deu origem.

2.5. Os preços registrados serão confrontados trimestralmente, com os praticados no mercado e assim controlados pelo ORGÃO GERENCIADOR.

2.6. As despesas decorrentes do fornecimento dos materiais relativo a presente Ata de Registro de Preços correrão por conta das dotações específicas e determinadas por conta da entrega dos materiais.

2.7. O serviço ora contratado deverá ser realizado conforme a solicitação da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos nas quantidades especificadas, CONFORME NECESSIDADE, através de requisição em até 48 (quarenta e oito) horas após a solicitação.

2.8. Será de responsabilidade da empresa detentora da ata a retirada do equipamento para a realização do serviço.

2.9. A troca eventual de documentos e cartas entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA será feita através de protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas. Ainda, tem-se que toda e qualquer informação a respeito do cumprimento ou não do contrato, bem como toda e qualquer situação atinente ao mesmo deverá ser feita por escrito com o respectivo protocolo sob pena de não ser aceito pela Municipalidade.

2.10. Esta ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar contratações com o Detentor da Ata, podendo, inclusive, facultada a utilização de outros meios assegurada, nesta hipótese a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15 da lei Federal 8.666/93 e suas alterações.



- 2.11. Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a Prefeitura do Município de Porto União poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666/93 e suas posteriores alterações; sendo que em caso de multa esta corresponderá a 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato.
- 2.12. O Registro de Preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos art. 77 e 78 da Lei Federal 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado, presente as razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.
- 2.13. O Detentor da Ata deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Pregão Presencial 057/2016.
- 2.14. Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os dispositivos, o edital do Processo Licitatório 111/2016, Pregão Presencial 057/2016, com os termos aditados e a proposta detentora da Ata naquilo que contrariar as presentes disposições.
- 2.15. As questões oriundas desta ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Porto União SC, esgotadas as vias administrativas.
- 2.16. Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo Senhor Anízio de Souza, Prefeito Municipal de Porto União e pelo Sr. Leandro Luis de Bastiani, qualificado preambularmente, representando o detentor e testemunhas.

Anízio de Souza  
Prefeito Municipal

Leandro Luis de Bastiani – ME  
Empresa Detentora da Ata

Testemunhas:

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 117/2016

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
ATA 117/2016

Aos 22 (vinte e dois) dias do mês de julho do ano de 2016, autorizado junto ao Processo Licitatório 112/2016, Pregão Presencial 058/2016, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto no artigo 15º da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações e Decreto Municipal n.º 640/2007 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre ORGÃO GERENCIADOR, Município de Porto União neste ato representado pelo Sr. Anízio de Souza, Prefeito Municipal e o DETENTOR DA ATA: Aldivino Angelo Michalichen – ME.

1. Considerando-se registrados os seguintes preços do Detentor de Ata: Aldivino Angelo Michalichen – ME, inscrito no CNPJ/MF n.º 12.951.730/0001-57, sito a Rua Frei Policarpo, n.º 302, Centro, Município de União da Vitória, Estado do Paraná, CEP 84.600-000, Telefone (42) 9963-8069, representado neste ato pelo Sr. Aldivino Angelo Michalichen, inscrito no CPF sobre o número 352.623.709-34.

Registro de Preços para contratação de empresa para prestação de serviços elétricos nas instalações físicas das Unidades de Saúde do município de Porto União, conforme segue:

#### 0.1 Descrição do Item:

ITEM	Quantidade estimada 12 meses	Unidade	Discriminação	Preço Unitário	Preço Total 12 meses
03	1.000	Horas	Serviços Elétricos a serem prestados nas Instalações Físicas Internas e Externas das Unidades de Saúde de Porto União.	R\$ 33,10	R\$ 33.100,00
Valor Total: R\$ 33.100,00 (trinta e três mil e cem reais)					

2. Integram e completam a presente Ata de Registro de Preços, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Edital do Processo Licitatório 112/2016, Pregão Presencial 058/2016, juntamente com seus anexos e a proposta.

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses a contar da sua assinatura.

2.2. O órgão Gerenciador efetuará seus pedidos ao fornecedor, através de Autorização de Fornecimento, na forma descrita no Edital de Pregão Presencial 058/2016.

2.3. As condições de prestação dos serviços é o estabelecido no item 09 (nove) do Edital do Pregão Presencial 058/2016, e sua totalidade poderá ser executada em até 12 (doze) meses, conforme a necessidade e Autorização da Secretaria Municipal de Saúde, nos locais por ela determinada.

2.4. Os pagamentos serão efetuados em 30 (trinta) após o fornecimento, mediante a apresentação da Nota Fiscal na forma eletrônica, conforme a solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, na Nota Fiscal deverá constar o número do processo licitatório e da Ata de Registro de preços que a deu origem.

2.5. Os preços registrados serão confrontados trimestralmente, com os praticados no mercado e assim controlados pelo ORGÃO GERENCIADOR.

2.6. As despesas decorrentes do fornecimento dos materiais relativo a presente Ata de Registro de Preços correrão por conta das dotações específicas e determinadas por conta da realização dos serviços.

2.7. O objeto ora contratado deverá ser executado conforme a solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, CONFORME NECESSIDADE, IMEDIATAMENTE após a solicitação.

2.8. A troca eventual de documentos e cartas entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA será feita através de protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas. Ainda, tem-se que toda e qualquer informação a respeito do cumprimento ou não do contrato, bem como toda e qualquer situação atinente ao mesmo deverá ser feita por escrito com o respectivo protocolo sob pena de não ser aceito pela Municipalidade.

2.9. Esta ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar contratações com o Detentor da Ata, podendo, inclusive, facultada



a utilização de outros meios assegurada, nesta hipótese a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15 da lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

2.10. Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a Prefeitura do Município de Porto União poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666/93 e suas posteriores alterações; sendo que em caso de multa esta corresponderá a 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato.

2.11. O Registro de Preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos art. 77 e 78 da Lei Federal 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado, presente as razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.

2.12. O Detentor da Ata deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Pregão Presencial 058/2016.

2.13. Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os dispositivos, o edital do Processo Licitatório 112/2016, Pregão Presencial 058/2016, com os termos aditados e a proposta detentora da Ata naquilo que contrariar os presentes disposições.

2.14. As questões oriundas desta ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Porto União SC, esgotadas as vias administrativas.

2.15. Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo senhor Anízio de Souza, Prefeito Municipal de Porto União e pelo Sr. Aldivino Angelo Michalichen, qualificado preambularmente, representando a detentora e testemunhas.

Anízio de Souza  
Prefeito Municipal

Aldivino Angelo Michalichen – ME  
Empresa Detentora da Ata

Testemunhas:

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 118/2016

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
ATA 118/2016

Aos 22 (vinte e dois) dias do mês de julho do ano de 2016, autorizado junto ao Processo Licitatório 112/2016, Pregão Presencial 058/2016, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto no artigo 15º da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações e Decreto Municipal n.º 640/2007 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre ORGÃO GERENCIADOR, Município de Porto União neste ato representado pelo Sr. Anízio de Souza, Prefeito Municipal e o DETENTOR DA ATA: Edson Freisleben Construções e Empreendimentos – ME.

1. Considerando-se registrados os seguintes preços do Detentor de Ata: Edson Freisleben Construções e Empreendimentos – ME, inscrito no CNPJ/MF n.º 11.420.682/0001-08, sito a Rua José Moreira, n.º 67, Bairro Sagrada Família, Município de União da Vitória, Estado do Paraná, CEP 84.600-000, Telefone (42) 9106-4595, representado neste ato pelo Sr. Edson Freisleben, inscrito no CPF sobre o número 973.541.209-87.

Registro de Preços para contratação de empresa para prestação de serviços gerais e serviços de encanador nas instalações físicas das Unidades de Saúde do município de Porto União, conforme segue:

#### 0.1 Descrição do Item:

ITEM	Quantidade estimada 12 meses	Unidade	Discriminação	Preço Unitário	Preço Total 12 meses
01	1.500	Horas	Serviços de Manutenção Geral a serem realizados nas Instalações Físicas Internas e Externas das Unidades de Saúde do Município de Porto União.	R\$ 26,70	R\$ 40.050,00
02	1.000	Horas	Serviços de Encanador a serem prestados nas Instalações Físicas Internas e Externas das Unidades de Saúde de Porto União.	R\$ 25,30	R\$ 25.300,00
Valor Total: R\$ 65.350,00 (sessenta e cinco mil trezentos e cinquenta reais)					

2. Integram e completam a presente Ata de Registro de Preços, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Edital do Processo Licitatório 112/2016, Pregão Presencial 058/2016, juntamente com seus anexos e a proposta.

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses a contar da sua assinatura.

2.2. O órgão Gerenciador efetuará seus pedidos ao fornecedor, através de Autorização de Fornecimento, na forma descrita no Edital de Pregão Presencial 058/2016.

2.3. As condições de prestação dos serviços é o estabelecido no item 09 (nove) do Edital do Pregão Presencial 058/2016, e sua totalidade poderá ser executada em até 12 (doze) meses, conforme a necessidade e Autorização da Secretaria Municipal de Saúde, nos locais por ela determinada.

2.4. Os pagamentos serão efetuados em 30 (trinta) após o fornecimento, mediante a apresentação da Nota Fiscal na forma eletrônica, conforme a solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, na Nota Fiscal deverá constar o número do processo licitatório e da Ata de Registro de preços que a deu origem.

2.5. Os preços registrados serão confrontados trimestralmente, com os praticados no mercado e assim controlados pelo ORGÃO GERENCIADOR.

2.6. As despesas decorrentes do fornecimento dos materiais relativo a presente Ata de Registro de Preços correrão por conta das dotações específicas e determinadas por conta da realização dos serviços.

2.7. O objeto ora contratado deverá ser executado conforme a solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, CONFORME NECESSIDADE,



IMEDIATAMENTE após a solicitação.

2.8. A troca eventual de documentos e cartas entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA será feita através de protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas. Ainda, tem-se que toda e qualquer informação a respeito do cumprimento ou não do contrato, bem como toda e qualquer situação atinente ao mesmo deverá ser feita por escrito com o respectivo protocolo sob pena de não ser aceito pela Municipalidade.

2.9. Esta ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar contratações com o Detentor da Ata, podendo, inclusive, facultada a utilização de outros meios assegurada, nesta hipótese a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15 da lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

2.10. Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a Prefeitura do Município de Porto União poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666/93 e suas posteriores alterações; sendo que em caso de multa esta corresponderá a 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato.

2.11. O Registro de Preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos art. 77 e 78 da Lei Federal 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado, presente as razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.

2.12. O Detentor da Ata deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Pregão Presencial 058/2016.

2.13. – Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os dispositivos, o edital do Processo Licitatório 112/2016, Pregão Presencial 058/2016, com os termos aditados e a proposta detentora da Ata naquilo que contrariar os presentes disposições.

2.14. – As questões oriundas desta ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Porto União SC, esgotadas as vias administrativas.

2.15. – Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo senhor Anízio de Souza, Prefeito Municipal de Porto União e pelo Sr. Edson Freisleben, qualificado preambularmente, representando a detentora e testemunhas.

Anízio de Souza  
Prefeito Municipal

Edson Freisleben Construções e Empreendimentos – ME  
Empresa Detentora da Ata

Testemunhas:

## **EXTRATO DE CONTRATO ADITIVO 164/2016**

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato Aditivo 164/2016

Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços 119/2015.

Partes: Município de Porto União e Gráfica e Editora Kaygange Ltda.

### **CLÁUSULA SEGUNDA – VALOR CONTRATUAL**

Concede-se o reequilíbrio financeiro ao aludido contrato superior para os seguintes itens:

Item 01 – O valor passa a ser de R\$ 183,10 (cento e oitenta e três reais e dez centavos).

Item 02 - O valor passa a ser de R\$ 355,17 (trezentos e cinquenta e cinco reais e dezessete centavos).

Item 03 - O valor passa a ser de R\$ 314,36 (trezentos e quatorze reais e trinta e seis centavos).

Item 04 - O valor passa a ser de R\$ 218,39 (duzentos e dezoito reais e trinta e nove centavos).

Item 05 - O valor passa a ser de R\$ 270,79 (duzentos e setenta reais e setenta e nove centavos).

Item 06 - O valor passa a ser de R\$ 336,42 (trezentos e trinta e seis reais e quarenta e dois centavos).

Item 07 - O valor passa a ser de R\$ 314,36 (trezentos e quatorze reais e trinta e seis centavos).

Item 08 - O valor passa a ser de R\$ 562,53 (quinhentos e sessenta e dois reais e cinquenta e três centavos).

Item 09 - O valor passa a ser de R\$ 540,47 (quinhentos e quarenta reais e quarenta e sete centavos).

Item 10 - O valor passa a ser de R\$ 475,61 (quatrocentos e setenta e cinco reais e sessenta e um centavos).

Item 11 - O valor passa a ser de R\$ 545,99 (quinhentos e quarenta e cinco reais e noventa e nove centavos).

Item 12 - O valor passa a ser de R\$ 545,99 (quinhentos e quarenta e cinco reais e noventa e nove centavos).

Item 14 - O valor passa a ser de R\$ 545,99 (quinhentos e quarenta e cinco reais e noventa e nove centavos).

Item 15 - O valor passa a ser de R\$ 474,29 (quatrocentos e setenta e quatro reais e vinte e nove centavos).

Item 16 - O valor passa a ser de R\$ 545,99 (quinhentos e quarenta e cinco reais e noventa e nove centavos).

Item 17 - O valor passa a ser de R\$ 264,72 (duzentos e sessenta e quatro reais e setenta e dois centavos).

Item 19 - O valor passa a ser de R\$ 170,97 (cento e setenta reais e noventa e sete centavos).

Item 20 – O valor passa a ser de R\$ 617,68 (seiscentos e dezessete reais e sessenta e oito centavos).

Item 21 - O valor passa a ser de R\$ 1.112,93 (um mil cento e doze reais e noventa e três centavos).

Item 23 - O valor passa a ser de R\$ 3,31 (três reais e trinta e um centavos).

Item 26 - O valor passa a ser de R\$ 9,49 (nove reais e quarenta e nove centavos).

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.

Porto União SC, 21 de julho de 2016.

Anízio de Souza  
Prefeito Municipal



**PORTARIA N.º 492/2016 - RH**

PORTARIA Nº 492, de 22 de julho de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

**RESOLVE:**

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 01 de julho a 30 de dezembro de 2016 ou até que o candidato concursado assuma a vaga, sob o Regime Jurídico Especial, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, ALYNE DUARTE BACHA, para exercer as funções do cargo de Médico - Plantonista, previsto no Anexo I, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011.

Art. 2º A servidora contratada acima mencionada, exercerá suas atividades junto a Unidade de Saúde Centro, vinculada a Secretaria Municipal de Saúde, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo a 01 de julho de 2016.

Porto União - SC, em 22 de julho de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 057/2016**

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Processo Licitatório 111/2016.

Pregão Presencial 057/2016

Termo de Homologação

Homologo o aludido processo licitatório e adjudico as empresas

Servhitral Serviços Hidráulicos e Tratores Ltda – EPP,

Mecânica Industrial Danielak Ltda – ME,

Peças e Oficina São Jose Ltda – ME e

Leandro Luis de Bastiani – ME

Porto União SC, 21 de julho de 2016.

Anízio de Souza.

Prefeito Municipal.

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 058/2016**

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Processo Licitatório 112/2016.

Pregão Presencial 058/2016

Termo de Homologação

Homologo o aludido processo licitatório e adjudico as empresas

Aldivino Angelo Michalichen – ME e

Edson Freisleben Construções e Empreendimentos – ME

Porto União SC, 22 de julho de 2016.

Anízio de Souza.

Prefeito Municipal.



# Presidente Nereu

## PREFEITURA

### CONTRATO Nº 31/2016 DE CÂMERAS DE VIGILANCIA CONTRATO Nº31/2016

Aos cinco dias do mês de agosto de 2016, por este contrato de prestação de serviços, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU, pessoa jurídica de direito público, com sede à Praça Leão Dehon, 50, Centro, Presidente Nereu, inscrita no CNPJ sob 83.102.699/0001-28, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal Senhor Antonio Francisco Comandoli, portador do CPF nº.311.919.829-72, doravante denominado "Contratante" e de outro lado a empresa VIGILANCIA VIP SECURITY LTDA ME, inscrita no CNPJ sob nº. 11.077.136/0001-16, com sede a Beco Rainoldo Arnaldo Schlemper, 110, no município de Rio do Sul, doravante denominado "Contratada", tem entre si ajustadas as seguintes cláusulas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Constitui o objeto da presente licitação, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DOS SISTEMAS ELETRONICOS DE VIGILANCIA PARA O MUNICIPIO DE PRESIDENTE NEREU

#### CLÁUSULA SEGUNDA: DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros para pagamento de que trata este Edital, serão provenientes do Município.

#### CLÁUSULA TERCEIRA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta do orçamento:

03
001
0004
0122
1301
2003
33903912000000
01000000

#### CLAUSULA QUARTA: DO PREÇO E DOS PAGAMENTOS

I - O valor global do presente instrumento contratual é de R\$ 440,00 (quatrocentos e quarenta reais)

II - O(s) pagamento(s) devido(s) à(s) adjudicada(s) será efetuado em parcelas mensais de R\$ 88,00 (oitenta e oito) reais.

CLÁUSULA QUINTA – da abrangência dos serviços prestados e responsabilidades da Contratada.

A CONTRATA deverá instalar os equipamentos descritos no QUADRO I no endereço da Contratante constante no mesmo quadro, sendo que se o local não for especificado é considerado o endereço descrito na qualificação do Contratante.

Parágrafo primeiro. Todos os custos de mão-de-obra, fiação e demais componentes necessários para a instalação são de responsabilidade da CONTRATA, salvo se alguma instalação for de difícil acesso aos funcionários da CONTRATA, o que poderá exigir que o Contratante assuma eventuais despesas extraordinárias tais como utilização de plataformas aéreas, guindastes, etc., o que deverá ser

expressamente ajustado entre as partes.

Parágrafo segundo. Havendo acesso remoto da CONTRATA ao DVR do Contratante (Conforme QUADRO II), a CONTRATA realizará uma verificação diária para averiguar a estabilidade e operacionalidade do sistema. Na hipótese de ser frustrada a verificação a CONTRATA deverá imediatamente comunicar o responsável (QUADRO III) do Contratante para que adote as medidas cabíveis ao restabelecimento do acesso remoto; não sendo a CONTRATA responsável por quaisquer falhas e/ou interferências ao sistema desde a comunicação até o restabelecimento do acesso, que deverá ser comunicado pelo Contratante à CONTRATA.

Parágrafo terceiro. Na hipótese de inexistência de acesso remoto da CONTRATA, será realizada uma verificação pessoal mensal ao sistema do Contratante.

Parágrafo quarto. Havendo falha de funcionamento de qualquer câmara a CONTRATA deverá providenciar a sua substituição no prazo de 48 (quarenta e oito horas) úteis após detectar o problema (remotamente ou pessoalmente, conforme o contrato).

Parágrafo quinto. Havendo falha de funcionamento do DVR a CONTRATA deverá providenciar a sua substituição e/ou reparo no prazo de 48 (quarenta e oito) horas úteis após detectar o problema (remotamente ou pessoalmente, conforme o contrato).

Parágrafo sexto. Havendo necessidade de reparo e/ou substituição de qualquer equipamento, instalação ou acessório por motivos alheios à CONTRATA, tais como, mas não somente: descarga elétrica, mau uso, furto ou roubo, atos de vandalismo, enchentes ou alagamentos, choques físicos (ainda que involuntários do Contratante ou outrem), ações de animais, etc. a CONTRATA realizará o reparo necessário para restabelecimento do CFTV e irá cobrar do Contratante os valores dos equipamentos, acessórios e instalações e serviços conforme valores constantes no orçamento de proposta de venda ora apresentado e anuído pelo Contratante.

#### CLAUSULA SEXTA - Das responsabilidades do Contratante.

O Contratante é responsável pela integridade física de todos os equipamentos, acessórios e instalações dos equipamentos objeto do presente ajuste.

O Contratante é único e exclusivo responsável pelos acessos às imagens captadas e armazenadas pelo objeto do presente contrato, sendo civil e criminalmente responsável por todo e qualquer uso inadequado e/ou impróprio das mesmas (imagens), devendo zelar pelo acesso às mesmas, em especial pelo uso do login constante no QUADRO II.

O Contratante é o único responsável pelos acessos realizados pelos "logins" ao sistema CFTV, incluindo o DVR.

Os usuários do Contratante não possuem permissão para manipulação das imagens gravadas no DVR.

O Contratante deverá manter acesso ininterrupto de internet na hipótese de contratação de acesso remoto da CONTRATADA, e sempre que os funcionários da CONTRATADA estiverem no local de instalação dos equipamentos deverá oportunizar o livre acesso dos mesmos a todos os equipamentos, acessórios e instalações.



É de única e exclusiva responsabilidade do Contratante a implantação de serviços que visem proteger as imagens captadas e gravadas pelos equipamentos locados, tais como firewall e toda e qualquer medida e barreira tecnológica que entender necessária para evitar acessos desautorizados.

É permitido ao Contratante sob sua responsabilidade e expensas realizar cópias de segurança das imagens armazenadas no DVR.

**CLAUSULA SÉTIMA - Da exclusão de responsabilidade da CONTRATADA.**

A CONTRATADA não é responsável pela guarda, acesso e/ou manipulação das imagens gravadas no DVR bem como igualmente não é responsável por qualquer uso das imagens captadas pelo CFTV instalado no Contratante, além de não realizar qualquer espécie de cópia de segurança das imagens do DVR do cliente.

A CONTRATADA não é responsável por qualquer falha de funcionamento dos equipamentos por problemas oriundos de mau fornecimento de energia elétrica e/ou rede lógica/comunicação (incluindo internet e intranet), ficando a critério do Contratante a instalação de sistema de no-break.

A CONTRATADA não é responsável pela frustração de acesso às imagens via internet por falha nos serviços de comunicação do Contratante.

A CONTRATADA não é responsável pelo mau funcionamento do sistema se por problemas na internet do Contratante o software da VIP não conseguir enviar mensagens de falhas à sua central.

A CONTRATADA é irresponsável por qualquer mau funcionamento (total ou parcial) dos equipamentos locados, provocado por situações tais como, mas não somente: ações de pessoas (independentemente de culpa ou dolo); ações de animais; descargas elétricas e eletromagnéticas; enchentes; alagamentos; incêndios; vandalismo; atos criminosos; desativamento – total ou parcial - e/ou desligamento do sistema (independentemente de culpa ou dolo); acesso desautorizado ao sistema; mau uso do sistema e das imagens captadas e/ou armazenadas; etc.

**CLÁUSULA OITAVA: DO REAJUSTE**

Os valores contratados poderão ser reajustados pelo índice IGPM, ao final do prazo de 12 (doze) meses, se for de comum acordo das partes.

**CLÁUSULA NONA: VIGÊNCIA**

A contagem do prazo deste contrato terá início no dia da assinatura e término previsto para 31 de dezembro de 2016.

**CLÁUSULA DÉCIMA: DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA**

- A CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente o estabelecido objeto deste edital e seus adendos.
- Fornecer ao Município, sempre que solicitado quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre o objeto do presente contrato.
- Formar o quadro de pessoal necessário à execução dos serviços contratados, sendo de sua responsabilidade as obrigações trabalhistas decorrentes da execução do presente contrato, inclusas as sociais, bem como todas as tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato.
- O presente contrato não será de nenhuma forma fundamento para a constituição de vínculo trabalhista para o Município, com empregado funcionário, preposto ou terceiros que a contratada colocar a serviço.

e) A contratada obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

f) A contratada deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei nº 9854, de 27 de outubro de 1999.

g) Cumprir todas as demais obrigações constantes do Ato de Licitação que gerou o presente contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

I - A alteração do contrato dar-se-á nos termos do Art. 65, seus incisos e parágrafos da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA ENTREGA DOS MATERIAIS E PRODUTOS**

a) Executar os objetos licitados MENSALMENTE, rigorosamente, após solicitação através de ordem de serviço, na Prefeitura Municipal de Presidente Nereu., localizada no seguinte endereço: Praça Leão Dehon, 50, Município de Presidente Nereu, de segunda a sexta-feira, das 13:00 às 18:00, devendo ser expedida a nota fiscal.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO**

A inexecução e a rescisão do contrato serão reguladas pelo Art. 58, § II e Art. 77 à 80 da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DAS PENALIDADES**

Ao contratado total ou parcialmente inadimplente serão aplicadas as sanções legais, conforme segue:

- advertência;
- multa administrativa graduável conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 10% (dez por cento) do valor contratado, cumulável com as demais sanções;
- suspensão temporária de participar em licitações e impedimento de contratar com a administração por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

\*As inadimplências supra, bem como as penalidades consequentes, serão julgadas e propostas pela Comissão Permanente de Licitações, ao Chefe do Poder Executivo, que as aplicará através de Decreto.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA VINCULAÇÃO**

Este contrato está vinculado ao Edital de Pregão nº 24/2016, bem como à proposta apresentada ao mesmo pelo contratado e aos termos da lei nº 8.666/93-consolidada, especialmente nos casos omissos.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DAS OBRIGAÇÕES GERAIS**

Quaisquer modificações entre as partes, com relação aos assuntos relacionados a este contrato, serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, e que constituirá prova de sua efetiva entrega.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DO FORO**



Para questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em três vias de igual teor, e forma sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos efeitos.

PRESIDENTE NEREU-SC, 05 de agosto de 2016.

PREFEITURA MUN. PRES NEREU  
ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI  
Prefeito Municipal  
Contratante

VIGILANCIA VIP SECURITY LTDA ME  
Gerente  
Contratada

Testemunhas:

VALDECI JOSÉ COMANDOLI  
CPF: 01856045951

ELISANDRA DELA BENETA KNIHS  
CPF:06500119967

## **CONTRATO Nº 32/2016 DE CÂMERAS DE VIGILÂNCIA NA EDUCAÇÃO**

CONTRATO Nº32/2016

Aos cinco dias do mês de agosto de 2016, por este contrato de prestação de serviços, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU, pessoa jurídica de direito público, com sede à Praça Leão Dehon, 50, Centro, Presidente Nereu, inscrita no CNPJ sob 83.102.699/0001-28, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal Senhor Antonio Francisco Comandoli, portador do CPF nº.311.919.829-72, doravante denominado "Contratante" e de outro lado a empresa VIGILANCIA VIP SECURITY LTDA ME, inscrita no CNPJ son nº. 11.077.136/0001-16, com sede a Beco Rainoldo Arnoldo Schlemper, 110, no município de Rio do Sul, doravante denominado "Contratada", tem entre si ajustadas as seguintes cláusulas:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO**

Constitui o objeto da presente licitação, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DOS SISTEMAS ELETRONICOS DE VIGILANCIA PARA O MUNICIPIO DE PRESIDENTE NEREU

### **CLÁUSULA SEGUNDA: DOS RECURSOS FINANCEIROS**

Os recursos financeiros para pagamento de que trata este Edital, serão provenientes do Município.

### **CLÁUSULA TERCEIRA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta do orçamento:

05
001
0012
0361
1501
2010

33903912000000

01010000

### **CLAUSULA QUARTA: DO PREÇO E DOS PAGAMENTOS**

I - O valor global do presente instrumento contratual é de R\$ 3.720,00 (três mil setecentos e vinte reais)

II - O(s) pagamento(s) devido(s) à(s) adjudicada(s) será efetuado em parcelas mensais de R\$ 744,00 (setecentos e quarenta e quatro reais).

CLÁUSULA QUINTA – da abrangência dos serviços prestados e responsabilidades da Contratada.

A CONTRATA deverá instalar os equipamentos descritos no QUADRO I no endereço da Contratante constante no mesmo quadro, sendo que se o local não for especificado é considerado o endereço descrito na qualificação do Contratante.

Parágrafo primeiro. Todos os custos de mão-de-obra, fiação e demais componentes necessários para a instalação são de responsabilidade da CONTRATA, salvo se alguma instalação for de difícil acesso aos funcionários da CONTRATA, o que poderá exigir que o Contratante assuma eventuais despesas extraordinárias tais como utilização de plataformas aéreas, guindastes, etc., o que deverá ser expressamente ajustado entre as partes.

Parágrafo segundo. Havendo acesso remoto da CONTRATA ao DVR do Contratante (Conforme QUADRO II), a CONTRATA realizará uma verificação diária para averiguar a estabilidade e operacionalidade do sistema. Na hipótese de ser frustrada a verificação a CONTRATA deverá imediatamente comunicar o responsável (QUADRO III) do Contratante para que adote as medidas cabíveis ao restabelecimento do acesso remoto; não sendo a CONTRATA responsável por quaisquer falhas e/ou interferências ao sistema desde a comunicação até o restabelecimento do acesso, que deverá ser comunicado pelo Contratante à CONTRATA.

Parágrafo terceiro. Na hipótese de inexistência de acesso remoto da CONTRATA, será realizada uma verificação pessoal mensal ao sistema do Contratante.

Parágrafo quarto. Havendo falha de funcionamento de qualquer câmara a CONTRATA deverá providenciar a sua substituição no prazo de 48 (quarenta e oito horas) úteis após detectar o problema (remotamente ou pessoalmente, conforme o contrato).

Parágrafo quinto. Havendo falha de funcionamento do DVR a CONTRATA deverá providenciar a sua substituição e/ou reparo no prazo de 48 (quarenta e oito) horas úteis após detectar o problema (remotamente ou pessoalmente, conforme o contrato).

Parágrafo sexto. Havendo necessidade de reparo e/ou substituição de qualquer equipamento, instalação ou acessório por motivos alheios à CONTRATA, tais como, mas não somente: descarga elétrica, mau uso, furto ou roubo, atos de vandalismo, enchentes ou alagamentos, choques físicos (ainda que involuntários do Contratante ou outrem), ações de animais, etc. a CONTRATA realizará o reparo necessário para restabelecimento do CFTV e irá cobrar do Contratante os valores dos equipamentos, acessórios e instalações e serviços conforme valores constantes no orçamento de proposta de venda ora apresentado e anuído pelo Contratante.

### **CLAUSULA SEXTA - Das responsabilidades do Contratante.**

O Contratante é responsável pela integridade física de todos os equipamentos, acessórios e instalações dos equipamentos objeto do presente ajuste.

O Contratante é único e exclusivo responsável pelos acessos às



imagens captadas e armazenadas pelo objeto do presente contrato, sendo civil e criminalmente responsável por todo e qualquer uso inadequado e/ou impróprio das mesmas (imagens), devendo zelar pelo acesso às mesmas, em especial pelo uso do login constante no QUADRO II.

O Contratante é o único responsável pelos acessos realizados pelos "logins" ao sistema CFTV, incluindo o DVR.

Os usuários do Contratante não possuem permissão para manipulação das imagens gravadas no DVR.

O Contratante deverá manter acesso ininterrupto de internet na hipótese de contratação de acesso remoto da CONTRATADA, e sempre que os funcionários da CONTRATADA estiverem no local de instalação dos equipamentos deverá oportunizar o livre acesso dos mesmos a todos os equipamentos, acessórios e instalações.

É de única e exclusiva responsabilidade do Contratante a implantação de serviços que visem proteger as imagens captadas e gravadas pelos equipamentos locados, tais como firewall e toda e qualquer medida e barreira tecnológica que entender necessária para evitar acessos desautorizados.

É permitido ao Contratante sob sua responsabilidade e expensas realizar cópias de segurança das imagens armazenadas no DVR.

A responsabilidade do contrato e dos serviços ficará a cargo do secretário de educação do município.

**CLAUSULA SÉTIMA - Da exclusão de responsabilidade da CONTRATADA.**

A CONTRATADA não é responsável pela guarda, acesso e/ou manipulação das imagens gravadas no DVR bem como igualmente não é responsável por qualquer uso das imagens captadas pelo CFTV instalado no Contratante, além de não realizar qualquer espécie de cópia de segurança das imagens do DVR do cliente.

A CONTRATADA não é responsável por qualquer falha de funcionamento dos equipamentos por problemas oriundos de mau fornecimento de energia elétrica e/ou rede lógica/comunicação (incluindo internet e intranet), ficando a critério do Contratante a instalação de sistema de no-break.

A CONTRATADA não é responsável pela frustração de acesso às imagens via internet por falha nos serviços de comunicação do Contratante.

A CONTRATADA não é responsável pelo mau funcionamento do sistema se por problemas na internet do Contratante o software da VIP não conseguir enviar mensagens de falhas à sua central.

A CONTRATADA é irresponsável por qualquer mau funcionamento (total ou parcial) dos equipamentos locados, provocado por situações tais como, mas não somente: ações de pessoas (independentemente de culpa ou dolo); ações de animais; descargas elétricas e eletromagnéticas; enchentes; alagamentos; incêndios; vandalismo; atos criminosos; desativamento – total ou parcial - e/ou desligamento do sistema (independentemente de culpa ou dolo); acesso desautorizado ao sistema; mau uso do sistema e das imagens captadas e/ou armazenadas; etc.

**CLÁUSULA OITAVA: DO REAJUSTE**

Os valores contratados poderão ser reajustados pelo índice IGPM, ao final do prazo de 12 (doze) meses, se for de comum acordo das partes.

**CLÁUSULA NONA: VIGÊNCIA**

A contagem do prazo deste contrato terá início no dia da assinatura e término previsto para 31 de dezembro de 2016.

**CLÁUSULA DÉCIMA: DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA**

- a) A CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente o estabelecido objeto deste edital e seus adendos.
- b) Fornecer ao Município, sempre que solicitado quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre o objeto do presente contrato.
- c) Formar o quadro de pessoal necessário à execução dos serviços contratados, sendo de sua responsabilidade as obrigações trabalhistas decorrentes da execução do presente contrato, inclusas as sociais, bem como todas as tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato.
- d) O presente contrato não será de nenhuma forma fundamento para a constituição de vínculo trabalhista para o Município, com empregado funcionário, preposto ou terceiros que a contratada colocar a serviço.
- e) A contratada obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.
- f) A contratada deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei nº 9854, de 27 de outubro de 1999.
- g) Cumprir todas as demais obrigações constantes do Ato de Licitação que gerou o presente contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

I - A alteração do contrato dar-se-á nos termos do Art. 65, seus incisos e parágrafos da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA ENTREGA DOS MATERIAIS E PRODUTOS**

a) Executar os objetos licitados MENSALMENTE, rigorosamente, após solicitação através de ordem de serviço, na Prefeitura Municipal de Presidente Nereu., localizada no seguinte endereço: Praça Leão Dehon, 50, Município de Presidente Nereu, de segunda a sexta-feira, das 13:00 às 18:00, devendo ser expedida a nota fiscal.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO**

A inexecução e a rescisão do contrato serão reguladas pelo Art. 58, § II e Art. 77 à 80 da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DAS PENALIDADES**

Ao contratado total ou parcialmente inadimplente serão aplicadas as sanções legais, conforme segue:

- a) advertência;
- b) multa administrativa graduável conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 10% (dez por cento) do valor contratado, cumulável com as demais sanções;
- c) suspensão temporária de participar em licitações e impedimento de contratar com a administração por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.



\*As inadimplências supra, bem como as penalidades consequentes, serão julgadas e propostas pela Comissão Permanente de Licitações, ao Chefe do Poder Executivo, que as aplicará através de Decreto.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA VINCULAÇÃO

Este contrato está vinculado ao Edital de Pregão nº 24/2016, bem como à proposta apresentada ao mesmo pelo contratado e aos termos da lei nº 8.666/93-consolidada, especialmente nos casos omissos.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

Quaisquer modificações entre as partes, com relação aos assuntos relacionados a este contrato, serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, e que constituirá prova de sua efetiva entrega.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DO FORO

Para questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em três vias de igual teor, e forma sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos efeitos.

PRESIDENTE NEREU-SC, 05 de agosto de 2016.

PREFEITURA MUN. PRES NEREU  
ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI  
Prefeito Municipal  
Contratante

VIGILANCIA VIP SECURITY LTDA ME  
Gerente  
Contratada

Testemunhas:

VALDECI JOSÉ COMANDOLI  
CPF: 01856045951

ELISANDRA DELA BENETA KNIHS  
CPF:06500119967

#### PORTARIA 320/2016

PORTARIA N.º 320, DE 06 DE JULHO DE 2016.  
CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA.

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito Municipal de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e em conformidade com a Lei Complementar Nº 001/2002, Capítulo V, Subseção III, Art. 129, § 2º, baixa a seguinte:

#### PORTARIA

Art. 1º. – Fica concedido licença por motivo de doença em pessoa da família ao (a) Servidor (a) JOSE ALTAIR KRAUS, conforme atestado médico do familiar em anexo, pelo período de até 30 dias, podendo ser prorrogado por igual período.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 06 de Julho de 2016.  
ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI  
Prefeito Municipal

#### PORTARIA 321/2016

PORTARIA Nº. 321 DE 08 DE JULHO DE 2016.  
NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO COMO ESPECIFICA

ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, em conformidade com a Lei Complementar Nº. 41 de 22 de Junho de 2016 baixa a seguinte;

#### PORTARIA

Art. 1º - Fica nomeado, a partir desta data, o senhor ROBERTO RAIZER, para exercer as funções e ocupar o Cargo de Provimento em Comissão de ASSESSOR JURÍDICO, carga horária de 20 horas semanais, Nível de Vencimentos XIX do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 08 de Julho de 2016.  
ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI  
PREFEITO MUNICIPAL

#### PORTARIA 322/2016

PORTARIA Nº. 322 DE 12 DE JULHO DE 2016.  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte;  
PORTARIA

Art. 1º - Ficam concedido férias parciais (15 dias) a CARLOS BRAND, Gerente Administrativo, pelo período de 12 de Julho de 2016 a 26 de Julho de 2016, relativo ao período aquisitivo de 02/05/2015 à 01/05/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 12 de Julho de 2016.  
ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI  
Prefeito Municipal

#### PORTARIA 323/2016

PORTARIA Nº. 323, DE 12 DE JULHO DE 2016.

INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito Municipal de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e firmado no disposto da Lei Complementar Nº. 001/2002, Título VI, Capítulos I, II e III e em conformidade com a Lei orgânica do Município de Presidente Nereu, baixa a seguinte.

#### PORTARIA



Art. 1 – Determinar, com fulcro no Art. 188, Inciso III, da Lei Complementar nº. 001/2002, a instauração de PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 003/2016 em desfavor do senhor: VALDEMAR PETRI matrícula nº. 751.0-00, onde ocupa o cargo de Agente Político de Secretário Municipal de Educação, mediante notificação relatando sobre o pagamento irregular de despesas médicas autorizadas pelo Gestor do Fundo Municipal de Saúde, para apurar a possível prática de ato de improbidade administrativa.

Art. 2 – Constituir COMISSÃO ESPECIAL DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, composta pelos servidores: ALINE MOREIRA, Coordenador Administrativo, Matrícula nº. 3662.5-01, JAQUELINE CONHAQUE, Agente Administrativo, matrícula nº. 2723.5-01, e CARLA SCHAUFELBERGER, Coordenador Administrativo, Matrícula nº. 8990-3 para, sob a presidência da primeira, dar cumprimento ao item precedente.

Art. 3 – Deliberar que os membros da Comissão terão dedicação exclusiva e poderão reportar-se diretamente aos demais órgãos da administração pública, em diligências necessárias à instrução processual, coletando provas, depoimentos, enfim, tudo que for necessário ao esclarecimento e a busca da verdade, sem desprezar o princípio constitucional da ampla defesa.

Art. 4 – O prazo de conclusão será de 60 (sessenta) dias, admitida a prorrogação por igual prazo.

Art. 5 – Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Presidente Nereu, 12 de julho de 2016.  
ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI  
PREFEITO MUNICIPAL

#### **PORTARIA 324/2016**

PORTARIA Nº 324/2016, DE 13 DE JULHO DE 2016.  
DISPENSA SERVIDOR MUNICIPAL DO REGISTRO DE CONTROLE DE PONTO ELETRÔNICO COMO ESPECIFICA.

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito do Município de Presidente Nereu, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, na forma do disposto no artigo 65, incisos VII e IX, da Lei Orgânica do Município, de 05 de abril de 1990, bem como com fundamento no artigo 18, parágrafo 3º, da Lei Complementar nº. 001/2002, e ainda de acordo com o parágrafo único do artigo 31 da Lei Complementar 11/2011 e,  
CONSIDERANDO a relevância e a natureza das atribuições do cargo de Assessor Jurídico;  
CONSIDERANDO que, em razão da necessidade de cumprimento de prazos e no atendimento de serviços urgentes, cumpre horas de trabalho em sua residência ou fora da sede deste município, inclusive, nos finais de semana e em horário noturno;  
CONSIDERANDO a incompatibilidade das suas atribuições com o controle da jornada através de ponto, nos termos da súmula nº 09, da Comissão Nacional da Advocacia Pública, instituída pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, a citar, "O controle de ponto é incompatível com as atividades do Advogado Público, cuja atividade intelectual exige flexibilidade de horário", RESOLVE:  
Art. 1º - O Assessor Jurídico do Município é dispensado de registrar o controle ponto, nos termos do parágrafo único, do artigo 31 da Lei Complementar Municipal nº 11/2011, de 01 de setembro de 2011 e nos moldes do parágrafo 1º, do artigo 3º, do Decreto nº 118, de 01 de dezembro de 2015, estando obrigado a permanecer na sede do Município por um dia na semana.  
Art. 2º - É ainda atribuição do referido profissional a administração do Portal Eletrônico/SAJ do Município de Presidente Nereu junto ao Tribunal de Justiça de Santa Catarina, onde receberá citação, intimações e demais atos processuais, destinando 1/3 de sua carga

horária semanal para o fiel acompanhamento do referido Portal.

Art. 3º - É obrigação do Assessor Jurídico do Município além dos atos administrativos e processuais que lhe são atribuídos, comparecer todas as sextas-feiras junto ao Fórum da Comarca de Rio do Sul (SC), visando receber intimações e dar andamento a eventuais processos físicos, bem como para acompanhar e prestar informações em Inquéritos Cíveis existentes junto as Promotorias de Justiça da Comarca.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 08/07/2016.

Presidente Nereu, em 13 de julho de 2016.

FRANCISCO ANTÔNIO COMANDOLI  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA 325/2016**

PORTARIA Nº. 325, DE 13 DE JULHO DE 2016.

PRORROGA PRAZO PARA POSSE DO CARGO DE ODONTÓLOGO.

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito Municipal de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e em conformidade com os § 1º e § 2º, Art. 11º da Lei Complementar Nº 001/2002, baixa a seguinte:  
RESOLVE:

Art. 1º - Fica prorrogado por 12 dias o prazo de posse do cargo de Odontólogo em decorrência de atestado médico em anexo apresentado pela convocada VITORIA MONTEIRO, nomeada pela Portaria Nº 286/2016 de 14/07/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Presidente Nereu, 13 de Julho de 2016.  
ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA 326/2016**

PORTARIA Nº. 326 DE 15 DE JULHO DE 2016.  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte;  
PORTARIA

Art. 1º - Ficam concedido férias a MARIA GORETE ELEOTÉRIO, Re-creadora, pelo período de 15 de Julho de 2016 a 13 de Agosto de 2016, relativo ao período aquisitivo de 17/05/2015 à 16/05/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 15 de Julho de 2016.  
ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI  
PREFEITO MUNICIPAL

#### **PORTARIA 327/2016**

PORTARIA Nº. 327 DE 18 DE JULHO DE 2016.  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte;  
PORTARIA



Art. 1º - Ficam concedidas férias a LUIZ VITORINO, Operário Braçal, pelo período de 18 de Julho de 2016 a 16 de Agosto de 2016, relativo ao período aquisitivo de 02/08/2014 à 01/08/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 18 de Julho de 2016.  
ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI  
PREFEITO MUNICIPAL

### **PORTARIA 328/2016**

PORTARIA Nº. 328 DE 18 DE JULHO DE 2016.  
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito Municipal de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e em conformidade com a Lei Complementar Nº 001/2002, Capítulo V, Subseção I, Art. 121, baixa a seguinte:

PORTARIA

Art. 1º. - Fica concedido Licença para Tratamento de Saúde ao (a) Servidor (a) ENIVALDO TOMIO, Operário Braçal, pelo período de até 15 (quinze) dias, conforme atestado médico em anexo, sendo que após esse período o mesmo (a) será encaminhado (a) ao INSS.

Art. 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar da data do dia 13/07/2016.

Presidente Nereu, 18 de Julho de 2016.  
ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI  
PREFEITO MUNICIPAL

### **PORTARIA 329/2016**

PORTARIA Nº. 329 DE 18 DE JULHO DE 2016.  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte;  
PORTARIA

Art. 1º - Ficam concedido férias parciais (15 dias) a ELIANE SCHAUFELBERGER, Atendente de Consultório, pelo período de 18 de Julho de 2016 a 01 de Agosto de 2016, relativo ao período aquisitivo de 07/10/2014 à 06/10/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 18 de Julho de 2016.  
ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI  
PREFEITO MUNICIPAL

### **PORTARIA 330/2016**

PORTARIA Nº. 330 DE 18 DE JULHO DE 2016.  
CONCEDE FÉRIAS PARCIAIS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte:  
PORTARIA

Art. 1º - Ficam concedidas férias parciais (15 dias) a LUCINEIA DA SILVA SCHWARTZ, Agente de Serviços Gerais, pelo período de 18 de Julho de 2016 a 01 de Agosto de 2016, relativo ao período aquisitivo de 14/05/2014 à 13/05/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 18 de Julho de 2016.  
ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA 331/2016**

PORTARIA Nº. 331 DE 18 DE JULHO DE 2016.  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte;  
PORTARIA

Art. 1º - Ficam concedido férias a LAUDICEIA MAINCHAIN DA SILVA, Auxiliar de Serviços Gerais, pelo período de 18 de Julho de 2016 a 16 de Agosto de 2016, relativo ao período aquisitivo de 03/03/2015 à 02/03/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 18 de Julho de 2016.  
ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI  
PREFEITO MUNICIPAL

### **PORTARIA 332/2016**

PORTARIA Nº. 332 DE 20 DE JULHO DE 2016.  
CONCEDE FÉRIAS PARCIAIS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte;  
PORTARIA

Art. 1º - Ficam concedidas férias a, DINEIDE MEYER COMANDOLI, Administrador Escolar, pelo período de 20 de Julho de 2016 a 29 de Julho de 2016, relativo ao período aquisitivo de 03/05/2015 à 02/05/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 20 de Julho de 2016.  
ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI  
PREFEITO MUNICIPAL

### **PORTARIA 333/2016**

PORTARIA Nº. 333 DE 20 DE JULHO DE 2016.  
CONCEDE FÉRIAS PARCIAIS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte;  
PORTARIA

Art. 1º - Ficam concedido férias parciais (10 dias) a VALDECI JOSE



COMANDOLI, Gerente de Licitações, (apenas fruição) pelo período de 20 de Julho de 2016 a 29 de Julho de 2016, relativo ao período aquisitivo de 03/04/2015 à 02/04/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 20 de Julho de 2016.  
ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI  
PREFEITO MUNICIPAL

### **PORTARIA 334/2016**

PORTARIA Nº. 334 DE 20 DE JULHO DE 2016.  
CONCEDE PATERNIDADE A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e em conformidade com a Lei Complementar Nº. 001/2002, Capítulo V, Subseção IV, Art. 133, baixa a seguinte:

#### **PORTARIA**

Art. 1.º- Fica concedido Licença paternidade ao servidor DIONE STAROSKY BURG, Operador de Equipamentos, pelo período de 05 (Cinco) dias, conforme certidão de nascimento em anexo.

Art. 2.º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação, com efeitos retroativos a contar da data do dia 19/07/2016.

Presidente Nereu, 20 de Julho de 2016.  
ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI  
PREFEITO MUNICIPAL

### **PORTARIA 335/2016**

PORTARIA Nº. 335 DE 26 DE JULHO DE 2016.  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte:  
PORTARIA

Art. 1º - Fica concedido férias a MARLENE KRAUS, Orientadora Escolar, pelo período de 26 de Julho de 2016 a 04 de Agosto de 2016, (fruição), relativo ao período aquisitivo de 02/04/2015 à 01/04/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 26 de Julho de 2016.  
ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA 336/2016**

PORTARIA Nº. 336, DE 26 DE JULHO DE 2016.  
FICA ALTERADA A PORTARIA Nº 286/2016 COMO ESPECIFICA

ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito Municipal de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, obedecendo aos resultados do Concurso Público nº 001/2016, e de conformidade com o que estabelece a Lei Complementar nº. 11,

de 01 de Setembro de 2011, que Dispõe sobre o Quadro de Pessoal, Plano de Cargos, Vencimentos e Desenvolvimento Funcional e, ainda em conformidade com a Lei Complementar nº 39/2016 de 01/04/2016, baixa a seguinte;

#### **PORTARIA:**

Art. 1º - fica alterada a redação do Art. 1- e Paragrafo Único da Portaria nº 286/2016, como segue: "Art. 1º - Nomear, por Concurso Público, VITORIA MONTEIRO, para o cargo de provimento efetivo de ODONTOLOGO, Faixa I, Nível de Vencimentos XIV, constante do Anexo I, da Lei Complementar nº. 11/2011".

Parágrafo Único - A carga horária será de 40 horas semanais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Presidente Nereu, 26 de Julho de 2016.  
ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA 337/2016**

PORTARIA N.º 337 DE 26 DE JULHO DE 2016.  
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito Municipal de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e em conformidade com a Lei Complementar Nº 001/2002, Capítulo V, Subseção I, Art. 121, baixa a seguinte:

#### **PORTARIA**

Art. 1º. - Fica concedido Licença para Tratamento de Saúde ao (a) Servidor (a) VALDENIR BURG, Operador de Equipamentos pelo período de ate 15 (quinze) dias, conforme atestado médico em anexo, sendo que após esse período o mesmo (a) será encaminhado (a) ao INSS.

Art. 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar da data do dia 09/07/2016.

Presidente Nereu, 26 de Julho de 2016.  
ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI  
PREFEITO MUNICIPAL

### **PORTARIA 338/2016**

PORTARIA N.º 338 DE 29 DE JULHO DE 2016.  
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito Municipal de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e em conformidade com a Lei Complementar Nº 001/2002, Capítulo V, Subseção I, Art. 121, baixa a seguinte:

#### **PORTARIA**

Art. 1º. - Fica concedido Licença para Tratamento de Saúde ao (a) Servidor (a) ZENAIDE HAMES, Merendeira pelo período de ate 15 (quinze) dias, conforme atestado médico em anexo, sendo que após esse período o mesmo (a) será encaminhado (a) ao INSS.

Art. 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



Presidente Nereu, 29 de Julho de 2016.  
ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA 339/2016**

PORTARIA Nº. 339 DE 01 DE AGOSTO DE 2016.  
CONCEDE FÉRIAS PARCIAIS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte  
PORTARIA

Art. 1º - Ficam concedido férias parciais a JULIA GUEDERT, Fisioterapeuta, pelo período de 01 de agosto de 2016 a 15 de agosto de 2016, relativo ao período aquisitivo de 01/12/2014 à 30/11/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 01 de Agosto de 2016.  
ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA 340/2016**

PORTARIA Nº. 340 DE 01 DE AGOSTO DE 2016.  
CONCEDE FÉRIAS PARCIAIS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte  
PORTARIA

Art. 1º - Ficam concedido férias parciais a ELIZETE GILI, Auxiliar de Enfermagem, pelo período de 01 de agosto de 2016 a 15 de agosto de 2016, relativo ao período aquisitivo de 07/07/2014 à 06/07/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 01 de Agosto de 2016.  
ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI  
PREFEITO MUNICIPAL



# Princesa

## PREFEITURA

### DECRETO 143 DE 08.08.2016

DECRETO Nº 143, DE 08 DE AGOSTO DE 2016.

HOMOLOGA O DEFERIMENTO E INDEFERIMENTO DAS INSCRIÇÕES DOS CANDIDATOS RELATIVAS AO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 003/2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em lei,

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o Deferimento e Indeferimento das inscrições dos candidatos abaixo relacionados, referente ao Processo Seletivo Edital nº 003/2016 da Prefeitura Municipal de Princesa – SC.

Monitor de Creche			
Nº	INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
1	435932	Alessandra Carol Markus	DEFERIDA
2	416108	Ana Paula Knop	DEFERIDA
3	436746	Carina Bonfante	DEFERIDA
4	438026	Cleice da Silva	DEFERIDA
5	436098	Debora Marta Bruzzo	DEFERIDA
6	417685	Deisi Gralow	DEFERIDA
7	437858	Edeli Dittrich Bolgenhagen	DEFERIDA
8	436925	Fernanda Fatima Franzosi Castelli	DEFERIDA
9	437351	Giordana Monique Lorenzon	DEFERIDA
10	435203	Irene Margarida Nardes Hofstaetter	DEFERIDA
11	431798	Juliana Ines Kern	DEFERIDA
12	428641	Marciane Bitsch	DEFERIDA
13	438100	Marinalva De Moraes	DEFERIDA
14	435745	Micheli Carla Sartori	DEFERIDA
15	437516	Rosane Dos Santos	DEFERIDA
16	435655	Saete Terezinha Gerlach	DEFERIDA
17	432915	Sandra Zanotelli Martinelli	DEFERIDA
18	437971	Simone Patricia Corti	DEFERIDA
19	436814	Taisa Markus	DEFERIDA
20	437737	Thais Regina Hoffmann	DEFERIDA
Professor de Artes - Habilitado			
Nº	INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
1	435629	Marines Philipsen	DEFERIDA
2	419005	Rubia Taisi Pinheiro	DEFERIDA
3	417088	Silvana Ester Delevatti	DEFERIDA
Professor de Artes – Não Habilitado			
Não há candidatos deferidos neste cargo.			
Professor de Educação Física - Habilitado			
Nº	INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
1	435663	Ana Jucely De Souza	DEFERIDA



2	428743	Carolina Brustolin	DEFERIDA
3	423810	Caroline Markus	DEFERIDA
4	435462	Eider Carlos Silva	DEFERIDA
5	436400	Gustavo Andrioli	DEFERIDA
6	417730	Jaqueline Lazzari	DEFERIDA
7	435709	Jossiel Becker	DEFERIDA
8	435657	Karen Zanetti Bizotto	DEFERIDA
9	430096	Leandro Schein	DEFERIDA
10	426548	Paloma Schuerz	DEFERIDA
11	436603	Sirlei Rubin	DEFERIDA

## Professor de Educação Física - Não Habilitado

Nº	INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
1	427358	Elizandra Fontana	DEFERIDA
2	437306	Guilherme Smaniotto Toigo	DEFERIDA

## Professor de Ensino Fundamental Séries Iniciais - Habilitado

Nº	INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
1	435370	Adenice Maria Winter Noll	DEFERIDA
2	435987	Aline Cristina Dittrich	DEFERIDA
3	419451	Claudiane Pauli	DEFERIDA
4	424953	Cleusa De Fatima Telles Fantinelli	DEFERIDA
5	425807	Daiane Pavin	DEFERIDA
6	428485	Deise Cristina Da Silva Rockenbach	DEFERIDA
7	431080	Deise Michele Tiecher	DEFERIDA
8	428284	Dionara Decarli	DEFERIDA
9	435814	Edina Seibel Backes	DEFERIDA
10	436380	Eduarda Noro	DEFERIDA
11	436804	Elisandra Dos Reis	DEFERIDA
12	425589	Franciele Da Rosa	DEFERIDA
13	437968	Ivanete Zimmer	DEFERIDA
14	437663	Janete Bernardy	DEFERIDA
15	435940	Jovana Neinas	DEFERIDA
16	436454	Judite Lorenzon Deicke	DEFERIDA
17	425854	Juliana Seibel Freddi	DEFERIDA
18	428066	Keila Cieplak	DEFERIDA
19	419467	Mara De Re	DEFERIDA
20	427067	Marcia Beatriz Stein Scain	DEFERIDA
21	428242	Patricia Noll	DEFERIDA
22	418443	Rosamar Mazzoneto	DEFERIDA
23	435635	Vera Lucia Schmitz	DEFERIDA

## Professor de Ensino Fundamental Séries Iniciais - Habilitado com Magistério

Nº	INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
1	429449	Helena Cristine Pacheco	DEFERIDA
2	430807	Maria Carolina Araujo Johner	DEFERIDA
3	420850	Marisa Lassen	DEFERIDA
4	435925	Roseli Maria Bonfante	DEFERIDA



Professor de Ensino Fundamental Séries Iniciais - Não Habilitado			
Nº	INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
1	436118	Cristiane Knob	DEFERIDA
2	437719	Cristiane Maria Bolgenhagen	DEFERIDA
3	437659	Marta Elena Bernardy Apio	DEFERIDA
Professor de Ensino Infantil - Habilitado			
Nº	INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
1	435413	Aline Andreia Spironello	DEFERIDA
2	435989	Aline Cristina Ditttrich	DEFERIDA
3	424164	Ana Maria Casagrande Conferri	DEFERIDA
4	426806	Angela Cristina Both	DEFERIDA
5	427227	Beatriz De Mello Martini	DEFERIDA
6	418364	Camila Regina Kummer Brum	DEFERIDA
7	436227	Catiane Regina Lavall	DEFERIDA
8	435815	Edina Seibel Backes	DEFERIDA
9	436381	Eduarda Noro	DEFERIDA
10	435360	Elisiane Alves	DEFERIDA
11	435808	Ivanete Da Silva	DEFERIDA
12	437969	Ivanete Zimmer	DEFERIDA
13	434689	Juliana Both Maldaner	DEFERIDA
14	425855	Juliana Seibel Freddi	DEFERIDA
15	428756	Juliane Kafer	DEFERIDA
16	437597	Katia Sirlene Kuhn Dallo	DEFERIDA
17	436117	Leila Sandra Baierle Bittencourt	DEFERIDA
18	427068	Marcia Beatriz Stein Scain	DEFERIDA
19	436902	Neiva Maria Becker Bossa	DEFERIDA
20	418444	Rosamar Mazzoneto	DEFERIDA
21	428724	Sandra Luiza Back	DEFERIDA
22	430162	Yeligel Laris Delevatti	DEFERIDA
Professor de Ensino Infantil - Habilitado com Magistério			
Nº	INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
1	429450	Helena Cristine Pacheco	DEFERIDA
2	437007	Lidiane Siqueira Weppo	DEFERIDA
3	430808	Maria Carolina Araujo Johner	DEFERIDA
Professor de Ensino Infantil - Não Habilitado			
Nº	INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
1	437570	Andressa Gräf	DEFERIDA
2	436119	Cristiane Knob	DEFERIDA
3	416950	Daiane Cristina Giehl	DEFERIDA
4	430193	Karline Elizabete Back	DEFERIDA
5	437480	Lisane Lucia Warken	DEFERIDA
6	437660	Marta Elena Bernardy Apio	DEFERIDA
7	416139	Natalia Pasqualon	DEFERIDA



## Professor de Espanhol - Habilitado

Nº	INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
1	437295	Arci Deicke Pagno	DEFERIDA
2	431829	Graciela Neumann	DEFERIDA
3	437021	Marciele Dreyer Schneider	DEFERIDA
4	435748	Raquelly Taube	DEFERIDA

## Professor de Espanhol - Não Habilitado

Nº	INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
1	425378	Vanderlisse Ribeiro Alves	DEFERIDA

## Segundo Professor – Ensino Fundamental e Ensino Infantil - Habilitado

Nº	INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
1	435414	Aline Andreia Spironello	DEFERIDA
2	424165	Ana Maria Casagrande Conferri	DEFERIDA
3	426807	Angela Cristina Both	DEFERIDA
4	427228	Beatriz De Mello Martini	DEFERIDA
5	418365	Camila Regina Kummer Brum	DEFERIDA
6	436228	Catiane Regina Lavall	DEFERIDA
7	424954	Cleusa De Fatima Telles Fantinelli	DEFERIDA
8	428486	Deise Cristina Da Silva Rockenbach	DEFERIDA
9	431081	Deise Michele Tiecher	DEFERIDA
10	428285	Dionara Decarli	DEFERIDA
11	436805	Elisandra Dos Reis	DEFERIDA
12	435361	Elisiane Alves	DEFERIDA
13	425590	Franciele Da Rosa	DEFERIDA
14	437664	Janete Bernardy	DEFERIDA
15	435941	Jovana Neinas	DEFERIDA
16	434690	Juliana Both Maldaner	DEFERIDA
17	428067	Keila Cieplak	DEFERIDA
18	419468	Mara De Re	DEFERIDA
19	428243	Patricia Noll	DEFERIDA
20	428725	Sandra Luiza Back	DEFERIDA
21	436868	Tathiane Mary Garcias Stangerlin	DEFERIDA

## Vigia

Nº	INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
1	437212	Alex Verfer	DEFERIDA
2	428314	Anderson Cassiano Noll	DEFERIDA
3	437276	Carlos Reckziegel	DEFERIDA
4	437395	Evair Salvati	DEFERIDA
5	427265	Maico Luis Klauss	DEFERIDA
6	437857	Mateus Della Flora	DEFERIDA
7	418236	Nelson Mendes da Silva Andrade	DEFERIDA
8	437010	Uelinton Joao Da Silva	DEFERIDA

Art. 2º. Por este decreto ficam indeferidas, por não atenderem as instruções contidas no Edital de Processo Seletivo nº 003/2016 do Município de Princesa – SC, as seguintes inscrições:



Monitor de Creche			
Nº	INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
1	419560	Amanda Pereira	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, letra d) do edital.
2	423383	Andressa Gräf	ANULADA
3	432243	Carine Goncalves Megier Bonavigo	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, letra d) do edital.
4	418010	Cristine Pena De Oliveira	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, letra d) do edital.
5	432105	Eliane Ruth Mendes De Campos Campos	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, letra d) do edital.
6	422031	Elizandra Fontana	ANULADA
7	417240	Jaqueline Nunes Da Silva	ANULADA
8	437988	Jucele Maria Kerkhoven	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, letra d) do edital.
9	437496	Leticia Regina Machado	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, letra d) do edital.
10	418053	Marineusa Cherubini	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, letra d) do edital.
11	422917	Marisa Cristina Almeida Arent	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, letra d) do edital.
12	419989	Tainara Aparecida Nilsson Paulus	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, letra d) do edital.
13	418782	Vanessa Steffen	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, letra d) do edital.

## Professor de Artes - Habilitado

Nº	INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
1	430630	Viviane Mocelin	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, letra d) do edital.

## Professor de Artes – Não Habilitado

Não há candidatos indeferidos neste cargo.

--	--	--	--

## Professor de Educação Física - Habilitado

Não há candidatos indeferidos neste cargo.

--	--	--	--

## Professor de Educação Física - Não Habilitado

Nº	INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
1	422040	Elizandra Fontana	ANULADA
2	436169	Mateus Della Flora	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, letra d) do edital.
3	429818	Nicholas Rossini Rohenkohl	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, letra d) do edital.

## Professor de Ensino Fundamental Séries Iniciais - Habilitado

Nº	INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
1	435564	Catiane Markus	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, letra d) do edital.
2	424832	Deise Michele Tiecher	ANULADA
3	435805	Ivanete Da Silva	ANULADA
4	419765	Maide Luiza Klein Anzolin	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, letra d) do edital.
5	422251	Mara Regina Acco	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, letra d) do edital.
6	426857	Patricia Noll	ANULADA



Professor de Ensino Fundamental Séries Iniciais - Habilitado com Magistério			
Nº	INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
1	437294	Arci Deicke Pagno	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, letra d) do edital.
2	422870	Carlos Henrique Goncalves Luz	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, letra d) do edital.
Professor de Ensino Fundamental Séries Iniciais - Não Habilitado			
Nº	INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
1	417242	Jaqueline Nunes Da Silva	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, letra d) do edital.
Professor de Ensino Infantil - Habilitado			
Nº	INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
1	435565	Catiane Markus	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, letra d) do edital.
2	421322	Daiane Mireli Gularte De Mattos Passarin	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, letra d) do edital.
3	419812	Edinara Aparecida Spezia	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, letra d) do edital.
Professor de Ensino Infantil - Habilitado com Magistério			
Nº	INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
1	418781	Gilmaro Costa Dos Santos	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, letra d) do edital.
Professor de Ensino Infantil - Não Habilitado			
Nº	INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
1	436654	Cleonara De Lima Vieira	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, letra d) do edital.
Professor de Espanhol - Habilitado			
Não há candidatos indeferidos neste cargo.			
Professor de Espanhol - Não Habilitado			
Nº	INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
1	422713	Graciele Ines Junges	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, letra d) do edital.
Segundo Professor – Ensino Fundamental e Ensino Infantil - Habilitado			
Nº	INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
1	424838	Deise Michele Tiecher	ANULADA
2	419766	Maide Luiza Klein Anzolin	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, letra d) do edital.
3	426858	Patricia Noll	ANULADA
4	434823	Quelem Gesswein Giacomelli	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, letra d) do edital.
5	435926	Roseli Maria Bonfante	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, letra d) do edital.
Vigia			
Nº	INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
1	437299	Francisco Machado Botelho Filho	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, letra d) do edital.



2	434567	Gutemberg Santos Da Silva	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, letra d) do edital.
3	438180	Jeferson Douglas Gularte	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, letra d) do edital.
4	417653	Lucas Leonardo Rosa e Silva	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, letra d) do edital.
5	438046	Valdecir Ribeiro Alves	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, letra d) do edital.

Art. 3º. Os candidatos com as inscrições indeferidas terão os dias 09 e 10 de agosto de 2016 para interpor recurso pelo site da AMEOSC: <http://www.ameosc.org.br>.

Art. 4º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa,  
08 de Agosto de 2016.  
OLI DO NASCIMENTO  
Prefeito Municipal



# Rio do Sul

## PREFEITURA

### CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 149/2016 - ANTONIA ARAUJO DE LIMA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 149/2016

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) ANTONIA ARAUJO DE LIMA, portador(a) do CPF nº 897.169.906-00, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Evaldir José Jasper, nº 124 - Bairro Fundo Canoas - Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

**CLÁUSULA PRIMEIRA:** O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Centro Educação Infantil Dr. Romão Trauczynski, em substituição a Francisca Auricélia de Matos, que está afastada em Licença para Tratamento de Saúde.

**CLÁUSULA SEGUNDA:** Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 3.523,81 (Três mil quinhentos e vinte e três reais e oitenta e um centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

**Parágrafo único -** De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

**CLÁUSULA TERCEIRA:** O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 09/08/2016 e encerrando-se em 08/09/2016, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

**Parágrafo único -** Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

**CLÁUSULA QUARTA:** Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

**CLÁUSULA QUINTA:** Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

**CLÁUSULA SEXTA:** Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

**CLÁUSULA SÉTIMA:** Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

**CLÁUSULA OITAVA:** Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E

por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 08 de agosto de 2016.

GIVANILDO SILVA	ANTONIA ARAUJO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração	Contratado (a)

### DECRETO Nº 5449, DE 02 DE AGOSTO DE 2016.

DECRETO Nº 5449, 02 de agosto de 2016.

"HOMOLOGA RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO TOMADA DE PREÇOS Nº 049/2016".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o inciso VI, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul, e com a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993,

#### DECRETA:

Art. 1º- Fica homologado de acordo com o parecer do pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 5043/2015, de 14.06.16, o resultado do Tomada de Preços nº 049/2016, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante:

ORBIS ENGENHARIA EIRELI ME.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

#### GABINETE DO PREFEITO.

02 de agosto de 2016.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

#### NICANOR GABRIEL ALEGRI

Secretária Municipal de Planejamento e Urbanismo e Meio Ambiente.

#### ANEXO AO DECRETO Nº 5449/2016

Tomada de Preço nº 049/2016 de 14.06.2016

Objeto da Licitação: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS E MATERIAIS PARA EXECUÇÃO DE DRENAGEM PLUVIAL DA VILA IPIRANGA, BAIRRO CANOAS, SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, URBANISMO E MEIO AMBIENTE.

#### Participantes:

EMPRESA NAJ EMPREITEIRA LTDA ME;  
ORBIS ENGENHARIA EIRELI ME.

Decisão: Pelo critério de menor preço por item o pregoeiro declarou vencedor o licitante:

ORBIS ENGENHARIA EIRELI ME.



**DECRETO Nº 5459, DE 05 DE AGOSTO DE 2016.**

DECRETO Nº 5459, de 05 de agosto de 2016.

"HOMOLOGA RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 017/2016 FMS, DE 15.07.2016".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o inciso VI, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul e com a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002,

**DECRETA:**

Art. 1º- Fica homologado, de acordo com o parecer do pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 5043/2015, de 01 de dezembro de 2015, o resultado do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 017/2016 de 15.07.16 FMS, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor dos licitantes:

METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA;  
ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA;  
CIRUPAR – COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS CIRÚRGICOS LTDA –EPP;  
ALF COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA;  
SALVI E LOPES E CIA LTDA;  
ALIANÇA HOSPITALAR LTDA;  
PROHOSPITAL SUL COM. MAT. MED. E ODONTO. LTDA;  
MERCOSOLUÇÕES EM SAÚDE;  
PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA;  
PRESTOMEDI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SAÚDE – LTDA;  
OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA;  
STOKMED PRODUTOS HOSPITALARES LTDA – EPP;  
ISAMED MATERIAIS MÉDICO HOSPITALARES LTDA ME;  
LM FARMA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA;  
SEBOLD COMERCIAL ATACADO DE PRODUTOS, ALIMENTOS EQUIP. LTDA;  
SULMEDIC COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

05 de agosto de 2016.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

RODRIGO DUARTE

Secretário Municipal de Saúde

**ANEXO AO DECRETO Nº 5459/2016**

Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 017/2016 FMS, DE 15.07.2016.

Objeto da Licitação: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR PARA ATENDER NECESSIDADE DE DIVERSOS SETORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

**Participantes:**

METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA;  
ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA;

CIRUPAR – COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS CIRÚRGICOS LTDA –EPP;  
ALF COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA;  
SALVI E LOPES E CIA LTDA;  
ALIANÇA HOSPITALAR LTDA;  
PROHOSPITAL SUL COM. MAT. MED. E ODONTO. LTDA;  
MERCOSOLUÇÕES EM SAÚDE;  
PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA;  
PRESTOMEDI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SAÚDE – LTDA;  
OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA;  
STOKMED PRODUTOS HOSPITALARES LTDA – EPP;  
ISAMED MATERIAIS MÉDICO HOSPITALARES LTDA ME;  
LM FARMA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA;  
SEBOLD COMERCIAL ATACADO DE PRODUTOS, ALIMENTOS EQUIP. LTDA;  
SULMEDIC COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.

Decisão: Pelo critério de menor preço por item o pregoeiro declarou vencedores os licitantes:

METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA;  
ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA;  
CIRUPAR – COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS CIRÚRGICOS LTDA –EPP;  
ALF COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA;  
SALVI E LOPES E CIA LTDA;  
ALIANÇA HOSPITALAR LTDA;  
PROHOSPITAL SUL COM. MAT. MED. E ODONTO. LTDA;  
MERCOSOLUÇÕES EM SAÚDE;  
PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA;  
PRESTOMEDI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SAÚDE – LTDA;  
OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA;  
STOKMED PRODUTOS HOSPITALARES LTDA – EPP;  
ISAMED MATERIAIS MÉDICO HOSPITALARES LTDA ME;  
LM FARMA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA;  
SEBOLD COMERCIAL ATACADO DE PRODUTOS, ALIMENTOS EQUIP. LTDA;  
SULMEDIC COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.

**DECRETO Nº 5460, DE 08 DE AGOSTO DE 2016**

DECRETO Nº 5460, de 08 de agosto de 2016.

"ESTABELECE LIMITAÇÃO DE EMPENHO NO ÂMBITO DOS ÓRGÃOS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. "

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Garibaldi Antônio Ayroso, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no disposto nos arts. 1º e 9º da Lei Complementar n. 101, de 04 de maio de 2000, e o Art. 13 da Lei n. 5.661 de 30 de novembro de 2015 e, considerando a necessidade de limitação de empenho e movimentação financeira, com o objetivo de manter, na execução orçamentária, o equilíbrio das contas públicas e o cumprimento das metas fiscais estabelecidas para o exercício financeiro de 2016,

**DECRETA:**

Art. 1º – Para fins de limitação de empenhos, de acordo com o Art. 13, da Lei Municipal n. 5.661/15 – LDO, a emissão de empenhos, fica vinculada à arrecadação da receita orçamentária, observando ainda, o que determinam os parágrafos do artigo em questão.

Parágrafo único – A limitação está pautada na análise por fonte de recursos, que indica o contingenciamento de R\$ 24.048.529,82



(vinte e quatro milhões, quarenta e oito mil, quinhentos e vinte e nove reais e oitenta e dois centavos).

Art. 2º – São responsáveis pelas implementações das ações necessárias ao cumprimento deste Decreto, os secretários municipais.

Parágrafo único – As Unidades Orçamentárias e Administrativas competentes, adotarão as medidas e procedimentos, inclusive com relação aos contratos e às licitações, necessários à redução das despesas e a sua adequação aos limites fixados neste Decreto.

Art. 3º - As Unidades Orçamentárias e Administrativas Municipais terão dotações orçamentárias bloqueadas como segue.

#### ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Órgão: 02 – Gabinete do Prefeito  
Unidade: 01 – Gabinete do Prefeito

Projeto/Atividade: 1.122 – Cidade Digital  
Elemento de Despesa: 240 - 3.3.3.90.00.00.00.00.0.1.83.000  
0 – Aplicações Diretas ..... R\$673.686,55

Projeto/Atividade: 1.428 – Construção do Ginásio de Esportes  
Elemento de Despesa: 282 - 3.4.4.90.00.00.00.00.0.1.83.000  
0 – Aplicações Diretas ..... R\$ 800.000,00

Órgão: 05 – Secretaria Municipal de Planejamento Urbanismo e Meio Ambiente  
Unidade: 03 – Departamento de Urbanismo

Projeto/Atividade: 1.022 – Pavimentação de Ruas, Execução de Galeria e Aquisição de Equipamentos – Operações de Crédito  
Elemento de Despesa: 224 – 3.4.4.90.00.00.00.00.0.1.83.000  
0 – Aplicações Diretas ..... R\$ 2.387.374,58

Projeto/Atividade: 1.120 – Pac 2 – Segunda Fase  
Elemento de Despesa: 158 – 3.4.4.90.00.00.00.00.0.1.83.000  
0 – Aplicações Diretas ..... R\$ 757.165,75

Projeto/Atividade: 1.123 – Obras de Prevenção e Recuperação de Desastres  
Elemento de Despesa: 279 – 3.4.4.90.00.00.00.00.0.1.34.540  
5 – Aplicações Diretas ..... R\$ 198.646,56

Projeto/Atividade: 1.136 – Recuperação de Pontes e Taludes  
Elemento de Despesa: 261 – 3.4.4.90.00.00.00.00.0.1.34.540  
5 – Aplicações Diretas ..... R\$ 2.870.000,00

TOTAL DA ENTIDADE: 7.686.873,44 (sete milhões, seiscentos e oitenta e seis mil, oitocentos e setenta e três reais e quarenta e quatro centavos).

#### ENTIDADE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Órgão: 40 – Fundo Municipal de Saúde  
Unidade: 01 – Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade: 1.035 – Construção e Equipamentos Policlínica de Referência – Vinculados  
Elemento de Despesa: 970 – 3.4.4.90.00.00.00.00.0.1.33.544  
0 – Aplicações Diretas ..... R\$ 4.000.000,00

Projeto/Atividade: 1.037 – Construção e Equipamento da Unidade de Pronto Atendimento (UPA) – Vinculados  
Elemento de Despesa: 97 – 3.4.4.90.00.00.00.00.0.1.33.5440 – Aplicações Diretas ..... R\$ 2.000.000,00

Órgão: 40 – Fundo Municipal de Saúde  
Unidade: 02 – Atenção Básica

Projeto/Atividade: 2.135 – Blatb – Manutenção da Unidade de Pronto Atendimento – UPA  
Elemento de Despesa: 336 – 3.3.1.90.00.00.00.00.0.1.38.2000 – Aplicações Diretas ..... R\$ 907.299,65

Órgão: 40 – Fundo Municipal de Saúde  
Unidade: 03 – Média e Alta Complexidade Ambulatorial Hospitalar

Projeto/Atividade: 2.136 – BLMAC – Oncologia  
Elemento de Despesa: 358 – 3.3.3.90.00.00.00.00.0.1.38.220  
0 – Aplicações Diretas ..... R\$ 3.000.000,00  
Elemento de Despesa: 359 – 3.4.4.90.00.00.00.00.0.1.67.090  
0 – Aplicações Diretas ..... R\$ 4.800.000,00

TOTAL DA ENTIDADE: 14.707.299,65 (catorze milhões, setecentos e sete mil, duzentos e noventa e nove reais e sessenta e cinco centavos).

#### ENTIDADE: FUNDO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES

Órgão: 70 – Fundo de Aposentadorias e Pensões  
Unidade: 01 – Fundo de Aposentadorias e Pensões

Projeto/Atividade: 2.109 – Aposentadorias, Pensões e Benefícios  
Elemento de Despesa: 6 – 3.3.1.90.00.00.00.00.0.1.03.0000 – Aplicações Diretas ..... R\$ 1.654.356,73

TOTAL DA ENTIDADE: 1.654.356,73 (um milhão, seiscentos e cinquenta e quatro mil, trezentos e cinquenta e seis reais e setenta e três centavos).

TOTAL CONSOLIDADO: R\$ 24.048.529,82 (vinte e quatro milhões, quarenta e oito mil, quinhentos e vinte e nove reais e oitenta e dois centavos).

Art. 4º – No caso de restabelecimento da receita prevista, ainda que parcial, a recomposição das dotações cujo empenho foi limitado, dar-se-á de forma proporcional às reduções efetivadas, mediante ato próprio.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 6º – Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.  
08 de agosto de 2016.  
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO  
Prefeito do Município de Rio do Sul  
Prefeito do Município de Rio do Sul



**PAUTA DE SORTEIO Nº 005/2016**  
CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES  
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL – SC

**Pauta de Sorteio Nº 005/2016**

Leonice Witte, Secretária Geral do Conselho Municipal de Contribuintes de Rio do Sul, no uso das obrigações definidas no inciso I do art. 7º do Regimento Interno do Conselho e de acordo com o previsto no art. 16 do mesmo instrumento legal, torna público que o Conselho Municipal de Contribuintes estará reunido em Sessão Extraordinária no dia 15 de Agosto de 2016, às 08hs00min no Plenário da Câmara de Vereadores, sito 2º andar do prédio Central da Prefeitura Municipal, para realização do sorteio de distribuição do seguinte Recurso:

Número do Protocolo: Protocolo Nº 149831/2014  
Nome do Recorrente: ITAMAR TASCHNER & CIA LTDA ME  
Nº do Recurso: 002/2016

Rio do Sul, 08 de Agosto de 2016.

LEONICE WITTE  
Secretaria Geral do Conselho Municipal de Contribuintes

**Portaria n. 0927/RH**  
PORTARIA N. 0927/RH

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Art. 37, inciso II, da Lei Orgânica do Município e, considerando o Protocolo Nº 159414/2016, e demais documentos em anexo,

**RESOLVE:**

Art. 1º Determinar a instauração do Processo Administrativo Especial n. 001/2016 para apurar os fatos, eventuais irregularidades e responsabilidades, relatados no Protocolo supracitado, envolvendo a empresa DOC Comércio e Construção Civil Ltda – ME e a desistência em cumprir o previsto na Licitação n. 012/2016 e Contrato nº 046/2016.

Art. 2º Constituir, a Comissão de Processo Administrativo n. 001/2016, composta pelos seguintes servidores:

- a) Patrícia Raquel Mayr, matrícula n. 78158-2, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo;
- b) Edgar Cunha, matrícula n. 102890-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo;
- c) Fábio de Campos Freire, matrícula n. 102938-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Engenheiro Civil.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio do Sul, 05 de agosto de 2016.  
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO  
Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
Asfj

**Portaria n. 0940/RH**  
PORTARIA N. 0940/RH

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Art. 37, inciso II, da Lei Orgânica do Município e, considerando o Protocolo Nº 159415/2016, e demais documentos em anexo,

**RESOLVE:**

Art. 1º Determinar a instauração do Processo Administrativo Especial n. 002/2016 para apurar os fatos, eventuais irregularidades e responsabilidades, relatados no Protocolo supracitado, envolvendo a empresa DOC Comércio e Construção Civil Ltda – ME e a desistência em cumprir o previsto na Licitação n. 009/2016 e Contrato nº 021/2016.

Art. 2º Constituir, a Comissão de Processo Administrativo n. 001/2016, composta pelos seguintes servidores:

- a) Patrícia Raquel Mayr, matrícula n. 78158-2, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo;
- b) Edgar Cunha, matrícula n. 102890-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo;
- c) Fábio de Campos Freire, matrícula n. 102938-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Engenheiro Civil.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio do Sul, 05 de agosto de 2016.  
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO  
Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
Asfj



# Romelândia

## PREFEITURA

### DECRETO 3.747/2016

DECRETO Nº 3.747/2016

DISPÕE SOBRE DESDOBRO DE LOTE URBANO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOCI SAUL, Prefeito Municipal de Romelândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições Legais e de acordo com a Lei DECRETA:

Art. 1º - Fica aprovado pelo presente Decreto o Desdobro do Lote Urbano nº (125) situado na Rua Getúlio Vargas, no Município de Romelândia, SC, Comarca de Anchieta, com a área de "Um Mil Metros Quadrados" (1.000,00m²); sem edificações, objeto da Matrícula nº 4.108, da Serventia Registral Imobiliária da Comarca de Anchieta - SC, de propriedade de ERCY SCHNEIDER BREITENBACH:

#### DESCRIÇÃO DO IMÓVEL APÓS DESDOBRO

Lote "A", Parte do Lote Urbano nº (125), situado no Município de Romelândia, SC, Comarca de Anchieta, SC, e localizado no lado par da Rua Getúlio Vargas, distando 25,00 metros da esquina formada pela Rua 12 de Outubro, com área de "Quinhentos Metros Quadrados" (500,00m²) sem edificações, confrontando:

Ao NOROESTE: com Partes do Lote Urbano nº (124), de Atilio Francisco Ferreira, Mat.: 2.192, de Rosimeri Giotto, Mat.: 3.110 e de Marilei Carmem de Castro, Mat.: 1.720, na extensão de 40,00 metros;

Ao SUDESTE: com o Lote "B" Parte do lote Urbano nº (125), na extensão de 40,00 metros, de Ercy Schneider Breitenbach, Mat.: 2.706;

Ao NORDESTE: com Parte do lote Urbano nº (134), na extensão de 12,50 metros, de Claudinei Umberto Simom, Mat.: 2.706;

Ao SUDOESTE: com a Rua Getulio Vargas, na extensão de 12,50 metros;

Lote "B", Parte do Lote Urbano nº (125), situado no Município de Romelândia, SC, Comarca de Anchieta, SC, e localizado no lado par da Rua Getúlio Vargas, distando 37,50 metros da esquina formada pela Rua 12 de Outubro, com área de "Quinhentos Metros Quadrados" (500,00m²) sem edificações, confrontando:

Ao NOROESTE: com o Lote "A" Parte do Lote Urbano nº (125), na extensão de 40,00 metros, de Ercy Schneider Breitenbach, Mat.: 4.108;

Ao SUDESTE: com o Parte do lote Urbano nº (126), na extensão de 40,00 metros, de Fabiani Draszewski, Mat.: 4.592;

Ao NORDESTE: com Parte do lote Urbano nº (134), na extensão de 12,50 metros, de Claudinei Umberto Simoim, Mat.: 2.706;

Ao SUDOESTE: com a Rua Getulio Vargas, na extensão de 12,50 metros;

Art. 2º - Esse Decreto é de responsabilidade técnica do Engenheiro Agrônomo Samuel Ailton Ristow inscrito no CREA/SC sob nº 107.0269-1, sendo a ART nº 5503846-0.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Romelândia – SC, 08 de agosto de 2016.

VALDOCI SAUL

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto em data supra.

Dariz Genz

Auxiliar de Movimento Econômico



# Santiago do Sul

## PREFEITURA

### EDITAL 58/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Administrativo Nº. 69/2016.
Edital: PREGÃO Nº. 58/2016.
Objeto: Aquisição de material didático/expediente para uso no desenvolvimento dos trabalhos com os alunos da Educação Básica do Município.
Entrega dos Envelopes: 09:00 horas do dia 19 de agosto de 2016.
Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 19 de agosto de 2016.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Angelo Toazza, 600, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, pelo fone (49) 3345-3000 ou site <a href="http://www.santiagodosul.sc.gov.br">www.santiagodosul.sc.gov.br</a> .
SANTIAGO DO SUL, 05 de agosto de 2016.
VOLMIR ANTONIO SOTILLE
PREFEITO MUNICIPAL



# São Bento do Sul

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 160/2016

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 160/2016

MENOR PREÇO POR ITEM

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 08:30 horas do dia 19 de agosto de 2016, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS – HORTIFRUTI, PARA O PERÍODO DE SETEMBRO À DEZEMBRO/16.

Os interessados poderão obter maiores informações através do telefone (47) 3631-6125 ou retirar o Edital completo através do site: [www.saobentodosul.sc.gov.br/licitacao](http://www.saobentodosul.sc.gov.br/licitacao).

São Bento do Sul, 28 de julho de 2016.

EDEMILSON BENEDITO DE ASSIS

Secretário de Administração – Autoridade Competente

SANDRA MARIA SADOWSKI ANDRZEJEWSKI

Pregoeira Municipal

telefone (47)36316163 ou retirar o Edital completo através do site [www.saobentodosul.sc.gov.br/licitacao](http://www.saobentodosul.sc.gov.br/licitacao).

São Bento do Sul, 01 de agosto de 2016.

DEODATO RAUL HRUSCHKA

Presidente do Fundo Municipal de Saúde

DEBORAH CINTIA DE QUADROS

Pregoeira

### DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 64/2016 FMS

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 64/2016 - FMS

Objeto: Aquisição de medicamentos (Cloridrato de Prometazina, Fosfato de Codeína, Tenoxicam e Complexo Vitamina B) para reposição na Farmácia Básica do Fundo Municipal de Saúde.

Contratado: Cristalia Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda.

Valor Total: R\$ 10.997,00

São Bento do Sul, 02 de agosto de 2016.

Deodato Raul Hruschka – Presidente do Fundo Municipal de Saúde

### DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 65/2016 FMS

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 65/2016 - FMS

Objeto: Aquisição de medicamento (Levodopa) para reposição na Farmácia Básica do Fundo Municipal de Saúde.

Contratado: Profarma Specialty S.A.

Valor Total: R\$ 12.480,00

São Bento do Sul, 02 de agosto de 2016.

Deodato Raul Hruschka – Presidente do Fundo Municipal de Saúde

### DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 68/2016 FMS

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 68/2016 - FMS

Objeto: Aquisição de medicamentos (Acetato de Hidrocortisona, Dintrato de Isossorbida, Espiramicina, Metilfenidato e Sulfato de Gentamicina) para reposição na Farmácia Básica do Fundo Municipal de Saúde.

Contratado: Agil Distribuidora de Medicamentos Ltda - ME.

Valor Total: R\$ 19.220,00

São Bento do Sul, 02 de agosto de 2016.

Deodato Raul Hruschka – Presidente do Fundo Municipal de Saúde

### JUSTIFICATIVA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 64/2016 FMS

JUSTIFICATIVA

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 26 da Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação com dispensa de licitação.

I – Objeto: Aquisição de medicamentos (Cloridrato de Prometazina, Fosfato de Codeína, Tenoxicam e Complexo Vitamina B) para reposição na Farmácia Básica do Fundo Municipal de Saúde.

II – Contratado: CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA.

III - Caracterização da Situação Emergencial que Justifica a Dispensa: A dispensa de licitação para a aquisição dos medicamentos se funda no Art. 24, IV, da Lei 8.666/93, e se justifica no caráter de

### AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 66/2016 FMS

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 66/2016 FMS

MENOR PREÇO POR ITEM

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Presidente do Fundo Municipal de Saúde, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 09:00 horas do dia 19 de agosto de 2016, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE PNEUS PARA VEÍCULOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE CONFORME ANEXO.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 17h00min.

São Bento do Sul, 01 de agosto de 2016.

DEODATO RAUL HRUSCHKA

Presidente do Fundo Municipal de Saúde

DEBORAH CINTIA DE QUADROS

Pregoeira

### AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 67/2016 FMS

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 67/2016 - FMS

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Presidente do Fundo Municipal de Saúde, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 09:00 horas do dia 25 de agosto de 2016, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE ZELADORIA PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME ANEXO.

Os interessados poderão obter maiores informações através do



urgência para atender a demanda dos pacientes para a continuidade no tratamento que são beneficiados através do Fundo Municipal de Saúde deste município. A quantidade dos medicamentos que se esta requerendo vai suprir a demanda do Fundo Municipal de Saúde até que finalize o novo processo licitatório em andamento, o qual, esta com a data de abertura prevista para o dia 05 de agosto de 2016. O Processo de Dispensa de Licitação nº 64/2016 são para atender os pacientes do SUS no período que compreende da abertura até o encerramento do segundo processo licitatório Pregão Presencial nº 55/2016. Já foi realizado o processo licitatório na modalidade de "Pregão" sendo o Pregão Presencial nº 28/2016, onde alguns medicamentos ficaram prejudicados. Desta forma, os pacientes necessitam da continuidade desses medicamentos para não prejudicarem o tratamento.

Além do que foi supra citado, enalteçemos o que segue: são medicamentos essenciais para reposição na Farmácia Básica do Fundo Municipal de Saúde.

Por fim considerando os motivos expostos acima, ressaltamos a importância da aquisição destes medicamentos que são necessários para o tratamento desses pacientes conforme estabelecido pela assistência farmacêutica do município.

IV - Razão da Escolha do Fornecedor: A empresa Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda foi escolhida porque (I) é do ramo pertinente (fabricação de medicamentos alopáticos para uso humano); e (II) possui disponibilidade para o fornecimento da quantidade solicitada pelo Fundo Municipal de Saúde;

V - Justificativa do Preço: O preço de R\$ 10.997,00 para o fornecimento desses medicamentos é o praticado no mercado.

Assim, ratifico a justificativa e determino a publicação no site da Prefeitura e, por extrato, em jornal de circulação local ou estadual, em, no máximo, 5 dias.

DEODATO RAUL HRUSCHKA

PRESIDENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

### **JUSTIFICATIVA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 65/2016 FMS**

#### **JUSTIFICATIVA**

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 26 da Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação com dispensa de licitação.

I – Objeto: Aquisição de medicamento (Levodopa) para reposição na Farmácia Básica do Fundo Municipal de Saúde.

II – Contratado: PROFARMA SPECIALTY S.A.

III - Caracterização da Situação Emergencial que Justifica a Dispensa: A dispensa de licitação para a aquisição do medicamento se funda no Art. 24, IV, da Lei 8.666/93, e se justifica no caráter de urgência para atender a demanda dos pacientes para a continuidade no tratamento que são beneficiados através do Fundo Municipal de Saúde deste município. A quantidade do medicamento que se esta requerendo vai suprir a demanda do Fundo Municipal de Saúde até que finalize o novo processo licitatório em andamento, o qual, esta com a data de abertura prevista para o dia 05 de agosto de 2016. O Processo de Dispensa de Licitação nº 65/2016 são para atender os pacientes do SUS no período que compreende da abertura até o encerramento do segundo processo licitatório Pregão Presencial nº 55/2016. Já foi realizado o processo licitatório na modalidade de "Pregão" sendo o Pregão Presencial nº 28/2016, onde alguns medicamentos ficaram prejudicados. Desta forma, os pacientes necessitam da continuidade desses medicamentos para não prejudicarem o tratamento.

Além do que foi supra citado, enalteçemos o que segue: são medicamentos essenciais para reposição na Farmácia Básica do Fundo Municipal de Saúde.

Por fim considerando os motivos expostos acima, ressaltamos a importância da aquisição destes medicamentos que são necessários

para o tratamento desses pacientes conforme estabelecido pela assistência farmacêutica do município.

IV - Razão da Escolha do Fornecedor: A empresa Profarma Specialty S.A. foi escolhida porque (I) é do ramo pertinente (comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano); e (II) possui disponibilidade para o fornecimento da quantidade solicitada pelo Fundo Municipal de Saúde;

V - Justificativa do Preço: O preço de R\$ 12.480,00 para o fornecimento desse medicamento é o praticado no mercado.

Assim, ratifico a justificativa e determino a publicação no site da Prefeitura e, por extrato, em jornal de circulação local ou estadual, em, no máximo, 5 dias.

DEODATO RAUL HRUSCHKA

PRESIDENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

### **JUSTIFICATIVA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 68/2016 FMS**

#### **JUSTIFICATIVA**

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 26 da Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação com dispensa de licitação.

I – Objeto: Aquisição de medicamentos (Acetato de Hidrocortisona, Dintrato de Isossorbida, Espiramicina, Metilfenidato e Sulfato de Gentamicina) para reposição na Farmácia Básica do Fundo Municipal de Saúde.

II – Contratado: AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.

III - Caracterização da Situação Emergencial que Justifica a Dispensa: A dispensa de licitação para a aquisição dos medicamentos se funda no Art. 24, IV, da Lei 8.666/93, e se justifica no caráter de urgência para atender a demanda dos pacientes para a continuidade no tratamento que são beneficiados através do Fundo Municipal de Saúde deste município. A quantidade dos medicamentos que se esta requerendo vai suprir a demanda do Fundo Municipal de Saúde até que finalize o novo processo licitatório em andamento, o qual, esta com a data de abertura prevista para o dia 05 de agosto de 2016. O Processo de Dispensa de Licitação nº 68/2016 são para atender os pacientes do SUS no período que compreende da abertura até o encerramento do segundo processo licitatório Pregão Presencial nº 55/2016. Já foi realizado o processo licitatório na modalidade de "Pregão" sendo o Pregão Presencial nº 28/2016, onde alguns medicamentos ficaram prejudicados. Desta forma, os pacientes necessitam da continuidade desses medicamentos para não prejudicarem o tratamento.

Além do que foi supra citado, enalteçemos o que segue: são medicamentos essenciais para reposição na Farmácia Básica do Fundo Municipal de Saúde.

Por fim considerando os motivos expostos acima, ressaltamos a importância da aquisição destes medicamentos que são necessários para o tratamento desses pacientes conforme estabelecido pela assistência farmacêutica do município.

IV - Razão da Escolha do Fornecedor: A empresa Agil Distribuidora de Medicamentos Ltda foi escolhida porque (I) é do ramo pertinente (comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano); e (II) possui disponibilidade para o fornecimento da quantidade solicitada pelo Fundo Municipal de Saúde;

V - Justificativa do Preço: O preço de R\$ 19.220,00 para o fornecimento desses medicamentos é o praticado no mercado.

Assim, ratifico a justificativa e determino a publicação no site da Prefeitura e, por extrato, em jornal de circulação local ou estadual, em, no máximo, 5 dias.

DEODATO RAUL HRUSCHKA

PRESIDENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



**SAMAE - SÃO BENTO DO SUL****CONTRATO Nº 46/2016**

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo nº 38/2014

Contrato Nº: 46/2016

Contratante: SERVIÇO AUT. MUN. DE ÁGUA E ESGOTO-SAMAE

Contratada: Gente Seguradora S.A.

Vigência: Início: 22/07/2016 - Término: 22/07/2017

Recursos: Dotação:

(113) – 3.3.90.39.00.00.00 – Setor de Saneamento Geral - EXERCÍCIO VIGENTE

Objeto: Prestação de serviços de seguro veicular contra terceiros.

Valores: R\$ 7.780,00 (Sete Mil, Setecentos e Oitenta Reais) valor anual.

São Bento do Sul, 08 de agosto de 2016.

OSVALCIR PETERS

Diretor Presidente



# São João do Oeste

## PREFEITURA

**PP 65/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 109/2016  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 065/2016

O Município de São João do Oeste torna público e para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, conforme descrito a seguir:

OBJETO: Aquisição de materiais e equipamentos para estruturação do Corpo de Bombeiros Militar de Itapiranga, através da conta convênio Funrebom, firmado entre o Corpo de Bombeiros Militar de Itapiranga e o município de São João do Oeste.

Tipo: menor preço por item.

Entrega dos envelopes até as 14:00 horas do dia 22 de Agosto de 2016 e abertura no mesmo dia e horário, no setor de compras e licitações da Prefeitura Municipal. Maiores informações e cópia do edital junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste, pelo fone (49) 3636.1122 no horário de expediente ou pelo e-mail [compras@saojoao.sc.gov.br](mailto:compras@saojoao.sc.gov.br). São João do Oeste, SC, 09 de agosto de 2.016. SÉRGIO LUIS THEISEN – PREFEITO MUNICIPAL.



# São João do Sul

## PREFEITURA

**EXTRATO DE CONTRATO Nº. 037/2016**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 037/2016

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 053/2014

OBJETO: Fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, sendo o início de sua vigência a partir de 07/08/2016, com término em 07/08/2017, o seguinte objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO TOTAL PARA OS VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL da Secretaria Mun. de Saúde, amparado pela previsão do art 57 II da lei 8.666/93.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul, através do Fundo Municipal de Saúde

CONTRATADA: MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A

VALOR: R\$ 5.280,00

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 023/2014 – Pregão Presencial nº. 011/2014 de 24/07/2014, de acordo com a Lei 10.520/02 e Subsidiariamente a Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÃO: 0701 – 10.301.0127.2024 - 3.90.39.69.00.00.00.0085

São João do Sul, 05 de Agosto de 2016.

REJANE ELIBIO BORBA

Presidente do Fundo Municipal de Saúde



# São Joaquim

## PREFEITURA

**PROCESSO 20/2016 FMS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ERRATA EDITAL DA LICITAÇÃO

No edital publicado no DOM dia 27/07/2016 edição nº 2047 página 914

Processo Nº 20/2016

Pregão Presencial Nº: 12/2016

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção de Equipamentos Odontológicos em todas as unidades de saúde, inclusive do interior.

Tipo: Menor Preço global

NOVA DATA DE ABERTURA: 12/08/2016 às 09:30 horas

Novo Valor estimado: R\$ 23.960,04

No edital

Nos subitens 13.8.3 e 13.8.4 os documentos exigidos serão inseridos no envelope nº2 (Documentação de Habilitação) em um novo item "15.3 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA"

São Joaquim, 08 de agosto de 2016

A Comissão



# São José

## PREFEITURA

### REVOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 117/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

REVOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 117/2015 – Processo nº 382/2015 – Proc. Adm. 20013/2015: Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EVENTUAL FORNECIMENTO DE REDES DE PROTEÇÃO PARA ATENDER AS UNIDADES ESCOLARES DA REDE DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC, INCLUINDO EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO.. Motivo: Por razões de interesse público.

### COMUNICADO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 073/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

COMUNICADO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 073/2016 – Processo nº 282/2016 – Proc. Adm 13209/2016: Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM SEGURANÇA, COM MONITORAMENTO ELETRÔNICO, CONTEMPLANDO LOCAÇÃO E INSTALAÇÃO DE TODOS OS EQUIPAMENTOS PERTINENTES E NECESSÁRIOS PARA MANUTENÇÃO, COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA. Motivo: FICA SUSPENSO SINE-DIE o processo em epígrafe, para análise e resposta ao Tribunal de Contas de Santa Catarina, referente a REP 16/00366152.

### COMUNICADO - SUSPENSÃO - PR 064/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

COMUNICADO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 064/2016 – Processo nº 243/2016 – Proc. Adm 10546/2016: Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PRESERVATIVOS E GEL LUBRIFICANTE PARA SEREM DISTRIBUÍDOS PELO PROGRAMA DST/HIV/AIDS E HEPATITES VIRAIS, CONFORME CUMPRIMENTO DE PACTUAÇÃO, VINCULADO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ/SC. Motivo: FICA SUSPENSO SINE-DIE o processo em epígrafe, para análise e resposta ao Tribunal de Contas de Santa Catarina, referente a REP 16/00373604.

### EXTRATO DA INEXIGIBILIDADE Nº 012/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DA INEXIGIBILIDADE Nº 012/2016. Contratado: HANNA INSTRUMENTS BRASIL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. Objeto: "INEXIGIBILIDADE PARA CONTRATAÇÃO DA EMPRESA HANNA INSTRUMENTS BRASIL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. PARA FORNECIMENTO DE KIT DE REAGENTES PARA CLORO LIVRE E TOTAL FAIXA ALTA, 100 TESTES PARA USO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA, VINCULADA À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ/SC.". Valor total do contrato: R\$ 951,90 (novecentos e cinquenta e um reais e noventa centavos). Fundamento Legal: art. 25, caput e inciso I, da Lei nº 8.666/93.

### PORTARIA - SA - N.º 762/2016

P O R T A R I A- SMA - N.º 762/2016

A Secretária de Administração, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos II e IV do art. 66 da Lei nº 2132/90, Lei Orgânica Municipal, e pelas demais disposições contidas na Legislação Municipal,

Considerando a declaração protocolada na Diretoria de Recursos Humanos da Secretaria de Administração, no dia 04 de agosto de 2016, pelo Partido Trabalhista Brasileiro – PTB, onde se declarou que o servidor José Silvino de Souza não concorrerá às eleições de 2016, em razão da redução da nominata de candidatas.

#### RESOLVE:

I – Cessar os efeitos da Portaria nº 557/2016 que concedeu o afastamento remunerado para concorrer ao pleito eleitoral ao servidor JOSÉ SILVINO DE SOUZA do período de 01 de julho a 02 de outubro de 2016, em conformidade com a Lei Complementar nº 64/1990 e de 02 de outubro de 2016 a 17 de outubro de 2016 em consonância com o §2º do art. 124 da Lei Municipal 5.218/2012, que alterou a redação original do §2º do art. 124 da Lei Municipal 2.248/1991.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 05 de agosto de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

São José, 08 de agosto de 2016.

VERA SUELY DE ANDRADE  
Secretária de Administração

### PORTARIA Nº 1.237/2016

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
Secretaria de Educação

#### PORTARIA Nº 1.237/2016

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE O ARTIGO 66, INCISO IV, DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ – SC,

#### RESOLVE:

I – DESIGNAR a Comissão responsável pela organização, coordenação e execução das ações pertinentes ao Processo Seletivo para o Magistério Público Municipal, para o ano letivo de 2017, em conformidade com o estabelecido na Lei Municipal nº 4.670/2008, e suas alterações posteriores, integrada pelos seguintes membros:

ALZIRA IZABEL DA ROSA  
BRUNO MONGUILHOTT KOWALSKI  
JENAIR MARIA PATRÍCIO  
LENICE LÚCIA CAUDURO DA SILVA  
MÁRCIA CRISTINA FIGUEREDO RIZZARO  
PATRÍCIA SERRATINE DA PAIXÃO

II – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as demais disposições em contrário.



Paço Municipal em São José (SC), 08 de agosto de 2016.  
DANIELA DA SILVA FRAGA  
Secretária Municipal de Educação  
São José - SC

### **PREGÃO PRESENCIAL 075/2016 – PROCESSO Nº 288/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 075/2016 – Processo nº 288/2016 – Proc. Adm. 15312/2016. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS DESTINADOS A DIVERSAS SECRETARIAS, FUNDAÇÕES E AUTARQUIA DA PREFEITURA DE SÃO JOSÉ/SC. Data e período de recebimento dos envelopes de proposta e habilitação: dia 19/08/2016 às 14h00min. Sessão de abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 19/08/2016 às 14h30min. Retirada do edital no link: <http://wbc.pmsj.sc.gov.br/>. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 3381-0000.

### **PREGÃO PRESENCIAL 091/2016 – PROCESSO Nº 345/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 091/2016 – Processo nº 345/2016 – Proc. Adm. 17968/2016: Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) PARA O EVENTUAL FORNECIMENTO DE UNIFORMES PARA ATENDER AOS AGENTES DE ENDEMIAS DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA, FISCAIS SANITÁRIOS DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA, AGENTES COMUNITÁRIOS DA ATENÇÃO BÁSICA E SERVIDORES DO SAMU VINCULADOS À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ/SC. Data e período de recebimento dos envelopes de proposta e habilitação: dia 22/08/2016 às 14h00min. Sessão de abertura das propostas,

lances verbais e habilitação: dia 22/08/2016 às 14h30min. Retirada do edital no link: <http://wbc.pmsj.sc.gov.br/>. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 3381-0000.

### **RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 083/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 083/2016 - Processo nº 318/2016 – Proc. Adm. 17246/2016. Fornecedor: KHRONOS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE ENTREGA DE MEDICAMENTOS EM DOMICÍLIO, NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, INCLUINDO O EMPACOTAMENTO DOS KITS DE MEDICAMENTOS. Valor Total: R\$ 187.999,92 – cento e oitenta e sete mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e dois centavos. Cláudia Schweitzer - Diretora de Compras.

### **TERMO DE DISTRATO AO CONTRATO Nº 008/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

TERMO DE DISTRATO AO CONTRATO Nº 008/2015 – IN 024/2015 - Processo 440/2015 – Proc. Adm. 15216/2016 – Contratado: SPECTO PAINÉIS ELETRÔNICOS LTDA. Objeto: INEXIGIBILIDADE PARA CONTRATAÇÃO DA EMPRESA SPECTO PAINÉIS LTDA, ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE SENHAS, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS, PERTENCENTE A DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA DE SÃO JOSÉ/SC. Ressalta-se que a Prefeitura Municipal de São José, através da Secretaria Municipal de Segurança, Defesa Social e Trânsito, registra que o presente Distrato se faz unilateralmente, e sem ônus para administração. Data da assinatura: 25 de julho de 2016.

---

## **CÂMARA MUNICIPAL**

---

### **EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 011/2013 – PREGÃO PRESENCIAL N.º 010/2013**

EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 011/2013 – PREGÃO PRESENCIAL N.º 010/2013

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ - SC

CONTRATADA: EMPRESA DS MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO LTDA/ME

OBJETO: Termo Aditivo de prazo ao Contrato n.º 011/2013, cujo objeto é a prestação de serviços de manutenção corretiva e preventiva nos aparelhos de ar condicionado instalados na Câmara Municipal de São José.

VALOR GLOBAL: R\$ 7.159,47 (sete mil, cento e cinquenta e nove reais e quarenta e sete centavos).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.90.39.00 e 3.3.90.30.00.

PRAZO DE EXECUÇÃO: 12 (doze) meses.



# São José do Cedro

## PREFEITURA

### EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL N.22/2016

PREFEITURA MUN. DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº22/2016

O Fundo Municipal de Saúde, do Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520/02 promove Processo Licitatório nº 22/2016, Edital de Pregão Nº 22/2016, Objeto: AQUISIÇÃO DE UM VEICULO TIPO MINIVAN PARA USO DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLOGICA e UM VEICULO TIPO PICK-UP PARA USO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. Recebimento das propostas até às 09:00 horas do dia 19/08/2016. Abertura dos envelopes às 09:00 horas do dia 19/08/2016, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro – SC, maiores informações, [www.prefcedro.sc.gov.br](http://www.prefcedro.sc.gov.br), e-mail [compras@prefcedro.sc.gov.br](mailto:compras@prefcedro.sc.gov.br), telefone: 0xx49-36430247, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30. São José do Cedro. Fernando Julio Will – Responsável pelo FMS.

### EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL N.97/2016

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº97/2016

O Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520/02 promove Processo Licitatório nº97/2016, Edital de Pregão Nº97/2016, Objeto: CONTRATAÇÃO DE SEGUROS PARA O VEÍCULO GM/SPIN PLACA QHB-4775 DE USO DO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO, VISANDO ASSEGURAR OS USUÁRIOS, O PATRIMONIO DO MUNICÍPIO, BEM COMO TERCEIROS ENVOLVIDOS EM EVENTUAIS ACIDENTES E OUTROS DANOS. Recebimento do credenciamento, envelope de proposta e habilitação até às 14:00 horas do dia 19/08/2016. Abertura e julgamento às 14:00 horas do dia 19/08/2016, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro SC, maiores informações, [www.prefcedro.sc.gov.br](http://www.prefcedro.sc.gov.br), e-mail, [compras@prefcedro.sc.gov.br](mailto:compras@prefcedro.sc.gov.br), ou telefone: 0xx49-36430247, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30, site da Prefeitura de São José do Cedro – SC. Antonio Plinio de Castro Silva – Prefeito Municipal.



# São Lourenço do Oeste

## PREFEITURA

### **AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 107/2016 - PR Nº 079/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE–SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 19/08/2016, às 08h30min, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 107/2016. MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 079/2016. OBJETO: AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS E PAINÉIS PARA SEREM INSTALADOS NA NOVA SEDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramal 8502. Site [www.saolourenco.sc.gov.br](http://www.saolourenco.sc.gov.br).

São Lourenço do Oeste – SC, 05 de agosto de 2016.

GERALDINO CARDOSO

PREFEITO MUNICIPAL



# São Miguel da Boa Vista

## PREFEITURA

### CONTRATO Nº 29/2016

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº.29/2016.

Contrato de Prestação de Serviço.

O Município de São Miguel da Boa Vista, Estado de Santa Catarina, com sede na Rua São Luiz 210, inscrito no CNPJ N.º 80.912.124/0001-82 neste ato representado pelo Prefeito Municipal em exercício o Sr. GILNEI ANTONIO GUTH, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua São Luiz, neste Município, inscrito no CPF N.º 469.398.579-15, RG Nº. 5.041.812, doravante denominado CONTRATANTE e a pessoa física RUBENS ANTENOR PIZZATTO, residente e domiciliado na Rua Florianópolis, nº182E, Município de Chapecó, Estado de Santa Catarina, inscrito no CPF 393.935.260-87, RG 13R1417476 SSI-SC registro nacional CREA/SC 034973-2, doravante denominado de CONTRATADA, resolvem contratar o objeto do presente, de acordo com o Edital do Processo Licitatório n.º 43/2016, pelas seguintes cláusulas que seguem:

#### CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de pessoa física ou jurídica para prestação de serviços profissionais de engenharia civil/arquitetura, para desempenhar as atribuições do cargo junto a Secretaria Municipal de Administração e Fazenda do Município de São Miguel da Boa Vista, para o período da assinatura do contrato até 31 de dezembro de 2016 ou até que se realize novo concurso publico para este objeto, conforme item a seguir:

Item	Quant	Und.	Descrição	R\$ Unt.	R\$ Total
01	05	Meses	Serviço profissional de 01 ((um)a) Arquiteto(a) ou Engenheiro Civil ou Urbanista, para desempenhar as atribuições do cargo junto a Secretaria Municipal de Administração e Fazenda do Município de São Miguel da Boa Vista, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, sendo: elaboração de projetos habitacionais, urbanísticos, paisagísticos, outros trabalhos de competência dentro da área e acompanhamento técnico de obras em execução da administração municipal. Atualizações do sistema e-sfinge obras; análise e aprovação de projetos residências e comerciais do Município de São Miguel da Boa Vista, conforme atribuições do cargo constantes no estatuto do servidor publico municipal do Município de São Miguel da Boa Vista.	1.950,00	9.750,00

#### CLAUSULA SEGUNDA - DAS CONDICÕES ECONOMICO-FINANCEIRAS

##### DO PREÇO

O preço total dos itens adjudicados é de R\$ 9.750,00 (nove mil setecentos e cinquenta reais), perfazendo um valor mensal de R\$ 1.950,00 (um mil novecentos e cinquenta reais), incluindo-se nele o frete, tributos e demais custos.

##### DAS FORMAS DE PAGAMENTO

O pagamento será feito pela Prefeitura, em moeda nacional, Mediante Depósito Bancário, até o dia 12 do mês subsequente a prestação dos serviços e apresentação de Nota Fiscal, devidamente atestada pelo Secretário Municipal de Administração e/ou servidor por ele designado sob sua responsabilidade.

A critério da Contratante poderão ser utilizada parte dos pagamentos devidos para cobrir possíveis despesas com multas, indenizações a terceiros ou outras, de responsabilidade da Contratada.

A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ/CPF apresentado nos documentos de habilitação e das propostas e no próprio instrumento de contrato, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs/CPF, mesmo aqueles de filiais ou da matriz.

##### DO REAJUSTAMENTO.

Os preços apresentados não sofrerão nenhum tipo de reajuste ou reequilíbrio para o ano de 2016.

#### CLAUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

I - realizar a prestação dos serviços, objeto da presente licitação, nos prazos e condições previstos conforme Edital;

II - pagar todos os tributos, contribuições fiscais e para fiscais que incidam ou venham a incidir, direta e indiretamente, sobre os materiais fornecidos;

III - cumprir a carga horária estipulada no objeto;

IV - atender prontamente quaisquer exigências da fiscalização do contrato, inerentes ao objeto da contratação;

V - manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação.

VI - assumir todos os gastos e despesas que fizerem necessárias para o adimplemento das obrigações decorrentes da contratação, tais



como: transportes, combustível, veículos, uniformes, IPIs, e demais custos para a realização dos serviços.

A contratação da proponente, em hipótese alguma, constitui vínculo empregatício (trabalhista) entre as partes, ficando a contratada responsável por quaisquer despesas e responsabilidade, fiscal, trabalhista, previdenciária, entre outras, que por ventura possam advir e incidir sobre a contratação do serviço.

Cumprir todas as demais obrigações constantes do Processo Licitatório nº43/2016.

As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta da atividade:

Proj/Atividade	Modalidade de aplicação.	Descrição
2.004 - manutenção das atividades da Administração Geral.	339000000	Aplicação direta.

VIII - Manter o Município permanentemente informado sobre o andamento do que se refere o objeto do presente Processo Licitatório.

IVX - Permitir que os prepostos do Município inspecionem a qualquer tempo e hora o andamento dos serviços.

#### CLAUSULA QUARTA - DAS OBRIGACOES DO MUNICIPIO

Incumbe a ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL:

I - Fiscalizar através do secretário Municipal de Administração, ora nominado fiscal do contrato, a entrega do objeto licitado, bem como atestar nas notas fiscais/faturas a efetiva entrega do objeto desta licitação.

II – efetuar os pagamentos à Contratada.

III - aplicar à Contratada por intermédio do fiscal do contrato as penalidades regulamentares e contratuais.

IV - Recusar os serviços/objetos licitados que não atenderem as especificações contidas nos itens 2.1 do Edital.

#### CLAUSULA QUINTA - LOCAL E PRAZO DE ENTREGA DO OBJETO DA LICITAÇÃO

Os serviços previstos na Cláusula Primeira deverão ser prestados em todo o perímetro do Município de São Miguel da Boa Vista/SC, conforme solicitação da secretaria e atribuições de cargo, de segunda a sexta-feira, no horário estipulados e acompanhados pelo Secretário Municipal de Administração, conforme carga horaria estipulada no objeto.

A fiscalização será exercida no interesse da Administração Municipal e não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

Estando o objeto licitado em conformidade, os documentos de cobrança deverão ser atestados pela fiscalização do contrato (Secretario da Pasta) e enviados ao Departamento Financeiro, para o devido pagamento.

#### CLAUSULA SEXTA - DAS SANÇÕES

A contratada que deixar de entregar documentação exigida, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na entrega do objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste e das demais cominações legais.

Em caso de inexecução do objeto, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multas:

a) Multa de 0.5% (zero virgula cinco por cento), sobre o valor total do contrato, por hora de atraso no serviço e/ou por hora que o(a) Contratada sair antecipadamente do serviço.

b) Multa de 3% (três por cento), sobre o valor do contrato, por dia que o profissional não comparecer no trabalho.

c) Multa de 90% (sessenta por cento), calculada sobre o valor do contrato, pela rescisão do contrato por culpa da Contratada.

No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

No caso de suspensão do direito de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital, no contrato e das demais cominações legais.

O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

As sanções previstas inciso I da clausula sexta poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II.

#### CLAUSULA SÉTIMA - DAS DISPOSICOES GERAIS

Nenhuma modificação poderá ser introduzida no objeto, sem o consentimento prévio do Município, mediante acordo escrito, obedecido os limites legais permitidos.

Quaisquer comunicações entre as parte com relação a assuntos relacionados a este Contrato, serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, o que constituirá prova de sua efetiva entrega.



A fiscalização e o controle aludidos na clausula quarta, não implicarão qualquer responsabilidade executiva por parte do Município nem exoneração da Contratada no cumprimento de qualquer das responsabilidades aqui assumidas.

Os casos omissos a este Contrato, reger-se-ão pela legislação pertinente a matéria na lei Federal nº. 8.666/93 e alterações posteriores. Ficam fazendo parte integrante do presente as clausulas fixadas no Processo Licitatório nº. 43/2016.

#### CLAUSULA SETIMA - DA RESCISAO

O presente contrato poderá ser rescindido por mútuo acordo ou a qualquer momento, por conveniência administrativa.

A comunicação da vontade de rescindir, para a contratada, deverá ser comunicada com antecedência de, no mínimo, 30 (trinta) dias, por documento devidamente assinado e protocolado.

Em caso de inexecução contratual prevista no art. 78 da Lei nº. 8666/93, consolidada, por culpa da Contratada, fica estabelecido à multa prevista no item 11.2.2 do Edital, atualizado monetariamente pelos índices iniciais.

#### CLAUSULA OITAVA - DO FORO

Para as questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Maravilha, Estado de Santa Catarina, com renuncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente, em duas vias ou mais vias de igual forma e teor, sem emendas ou rasuras, para que produza seus efeitos jurídicos e legais.

São Miguel da Boa Vista (SC), 08 de agosto de 2016.

GILNEI ANTONIO GUTH Prefeito Municipal	RUBENS ANTENOR PIZZATTO CPF sob nº 393.935.260-87 Representante Legal	GILBERTO JOSE MIORANDO Assessor Jurídico
---	---	---

#### Testemunhas

RICARDO JUNIOR BONFANTI S  
CPF: 067.561.069-96

ILVIO RICHARDT  
CPF: 401.225.739-00

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº.29/2016.  
Contrato de Prestação de Serviço.

#### CONTRATO Nº 30/2016

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 30/2016.  
Contrato de Prestação de Serviço.

O Município de São Miguel da Boa Vista, Estado de Santa Catarina, com sede na Rua São Luiz, nº. 210, inscrito no CNPJ Nº. 80.912.124/0001-82 neste ato representado pelo Prefeito Municipal em exercício o Sr. GILNEI ANTONIO GUTH, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua São Luiz, neste Município, inscrito no CPF Nº. 469.398.579-15, RG Nº. 5.041.812, doravante denominado CONTRATANTE e a empresa GAIA RODOVIAS LTDA, estabelecida na Rodovia BR 282, s/nº, interior, CEP 89874-000, no Município de Maravilha, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ Nº. 03.257.777/0001-24, neste ato representado pelo Sr. RENATO ADRIANO SEIBT, administrador, brasileiro, divorciado, residente e domiciliado na Avenida Araucária, nº570, apartamento 205, Centro, CEP 89874-000, no Município de Maravilha, Estado de Santa Catarina, inscrito no CPF 526.393.209-04 e RG 1.612.469 SESP/SC, doravante denominado de CONTRATADA, resolvem contratar o objeto do presente, de acordo com o Edital do Processo Licitatório n.º 42/2016, pelas seguintes clausulas que seguem:

#### CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Empreitada GLOBAL, para execução de obra de de Drenagem Pluvial, Sinalização e Pavimentação asfáltica na Rua Edvino Scwerz, conforme projeto de engenharia, memorial descritivo, cronograma e orçamento em anexo.

Item	Quant.	Unid.	Descrição do produto	Valor Total
01	01	Obra	Empreitada Global para Execução da Obra de pavimentação asfáltica, drenagem pluvial, meio fio, sinalização, pintura entre outros, abrangendo uma área total de 1.081,62 m², na Rua Edvino Scwerz, conforme Cronograma, Memorial descritivo, Orçamento e Projeto de Engenharia em anexo.	R\$ 123.866,00

Parágrafo segundo: É terminantemente vedado a terceirização ou sublocar, em todo ou em parte, da obra objeto desta contratação.

Parágrafo terceiro: É terminantemente vedado a utilização do maquinário e mão de obra da Administração Municipal na execução dos serviços.

Parágrafo quarto: A Obra deverá ser executada nos endereços indicados no Objeto do Edital e conforme Memorial descritivo, Orçamento e Projeto Engenharia Completo em anexo.

#### CLAUSULA SEGUNDA - DAS CONDICÕES ECONOMICO-FINANCEIRAS

##### DO PREÇO

O preço total dos itens adjudicados à empresa é de R\$ 123.866,00 (cento e vinte e três mil oitocentos e sessenta e seis mil reais),



incluindo-se nele o frete, tributos e demais custos.

#### DA FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado, mensalmente, até o dia 12 do mês subsequente a emissão do boletim de medição, em moeda nacional, mediante Depósito Bancário, na proporção narrada no Boletim de medição da Obra, que deverá estar assinado pelo Engenheiro responsável pela obra e pela fiscalização do contrato, mediante emissão de Nota Fiscal, observando-se, antes do pagamento, a comprovação da regularidade da documentação.

A critério da Contratante poderão ser utilizada parte dos pagamentos devidos para cobrir possíveis despesas com multas, indenizações a terceiros ou outras, de responsabilidade da Contratada.

A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas e no próprio instrumento de contrato, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJ, mesmo aqueles de filiais ou da matriz.

O objeto licitado deve estar dentro das características solicitadas, sob pena de devolução sem pagamento da respectiva nota fiscal correspondente.

As despesas decorrentes deste processo licitatório correrão por conta do projeto/atividade:

Proj/Atividade	Modalidade de aplicação	Descrição
1.023 – Pavimentação de vias urbanas.	4490000000	Aplicações diretas.

#### DO REAJUSTAMENTO.

Os preços que contemplam o projeto original não sofrerão qualquer tipo de reajuste ou reequilíbrio financeiro.

#### CLAUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGACOES DA CONTRATADA

Incumbe à Contratada, além de outras incluídas neste Edital e seus Anexos:

Realizar a entrega do objeto da presente licitação, nos prazos e condições previstos neste Edital.

Pagar todos os tributos, contribuições fiscais e para fiscais que incidam ou venham a incidir, direta e indiretamente, sobre os materiais fornecidos.

Substituir e refazer, sem custos adicionais para a Administração, e em, no máximo, 10 (dez) dias a partir da comunicação o objeto/serviço rejeitado(s), recusado(s) pela fiscalização do contrato e/ou que esteja em desacordo com o Projeto.

Atender prontamente quaisquer exigências da fiscalização do contrato, inerentes ao objeto da contratação.

Manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação.

Assumir todos os gastos e despesas que fizer, para o adimplemento das obrigações decorrentes da contratação, tais como: trabalhistas, transportes, alimentação, hospedagem e demais custos que se fizerem necessários para a execução e entrega do objeto.

Fornecer toda mão de obra, material, veículos, caminhão e maquinário necessários para a execução da obra.

Fornecer os EPIs para os operários que trabalharão na obra, fiscalizando o seu uso.

Utilizar somente material de primeira linha e ótima qualidade, sendo vedado a utilização de materiais em desacordo com os padrões usuais de qualidade.

Responsabilizar-se civil e criminalmente por todo e quaisquer problema sofrido pelos seus colaboradores e/ou terceiros, sem direito de regresso contra a Contratante.

#### CLAUSULA QUARTA - DAS OBRIGACOES DO MUNICIPIO

Incumbe a ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL:

Fiscalizar através do Secretario(a) Municipal de Administração ora nominado fiscal do contrato, com o respaldo do setor de engenharia da AMERIOS, a execução/entrega efetiva do objeto licitado, bem como atestar nas notas fiscais/faturas e aplicar as sanções cabíveis.

Efetuar os pagamentos à Contratada.

Aplicar à Contratada as penalidades regulamentares e contratuais.

Recusar os serviços/objetos licitados que não atenderem as especificações contidas no Edital e no Contrato.

Não efetuar o pagamento da obra que estiver em desacordo com o contido no Edital ou no memorial descritivo, no orçamento e no projeto de engenharia e, também, que apresentar qualquer tipo de problema e defeito detectado pela fiscalização do contrato até que a mesma não seja regularizada.

#### CLAUSULA QUINTA – DA FISCALIZAÇÃO E ENTREGA DO OBJETO DA LICITAÇÃO

A execução/entrega do objeto desta será acompanhada e fiscalizada pelo Secretário Municipal de Administração do Município.

A fiscalização será exercida no interesse da Administração Municipal e não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive trabalhista e perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

Estando o objeto licitado em conformidade, os documentos de cobrança deverão ser atestados pela fiscalização do contrato e enviados ao Departamento Financeiro, para o devido pagamento.

A Obra deverá ser executada no endereço indicado pela Municipalidade e conforme Memorial descritivo, Orçamento e Projeto Engenharia Completo em anexo.

O prazo para execução da Obra será de, no Máximo, 60 (sessenta) dias, a contar da assinatura do Termo Contratual.

#### CLAUSULA SEXTA - DAS SANÇÕES

A contratada que deixar de entregar documentação exigida, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na entrega do objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste e das demais cominações legais.

Em caso de inexecução do objeto, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento ou não veracidade das



informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multas:

a) de 3% (três por cento) por dia de atraso, até 45 (quarenta e cinco) dias, calculado sobre o valor global do contrato, entendendo-se como atraso a não entrega do bem no prazo estabelecido no item 12.5 do edital 35/2016;

b) de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada na alínea "a" deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.

c) de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, nos termos do item 11.2. III do Edital 32/2016, pela recusa/demora em corrigir defeito e/ou substituir os serviços ou materiais rejeitados;

d) de 60% (sessenta por cento) sobre o valor do contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso da licitante requerer e/ou der causa a rescisão do Contrato.

No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

No caso de suspensão do direito de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

As sanções previstas inciso I da cláusula sexta poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II.

#### CLAUSULA SÉTIMA - DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO

A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, se houver uma das ocorrências prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº. 8.666/93.

Constituem motivo para rescisão do Contrato:

a) Não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

b) O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

c) A lentidão do seu cumprimento e na solução dos problemas com as impressoras;

d) O atraso injustificado da conclusão do contrato sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

e) A paralisação do fornecimento sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

f) O descumprimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

g) O cometimento reiterado de falta na sua execução, anotadas na forma do parágrafo primeiro do artigo 67 da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;

h) A decretação da falência ou instauração da insolvência civil;

i) A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

j) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, desde que prejudique a execução do Contrato;

k) Razões de interesse público, de relevância e amplo conhecimento justificada e determinadas pela autoridade máxima Administrativa a que está subordinado o contrato e exaradas no processo Administrativo a que se refere o Contrato;

l) A suspensão de sua execução por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 03 (três) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

m) O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes dos serviços ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

n) A não liberação, por parte da Administração, de área ou local para o fornecimento dos materiais, nos prazos contratuais;

o) a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução do contrato;



p) A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial da posição contratual, bem como a fusão, cisão ou incorporação, desde que prejudique a execução do contrato ou implique violação, ainda que indireta, das normas que disciplinam as licitações.

Quanto à sua forma a rescisão poderá ser:

a) Por ato unilateral e estrito da Administração, nos casos previstos neste Contrato, na minuta do Edital e nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;

b) Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de Licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

c) Judicial, nos termos da legislação.

O presente contrato poderá ser rescindido por mútuo acordo ou a qualquer momento, por conveniência administrativa.

Em caso de inexecução contratual prevista no art. 78 da Lei nº. 8.666/93, consolidada, por culpa da Contratada, fica estabelecido à multa prevista na Clausula Sexta, atualizada monetariamente pelos índices iniciais.

#### CLAUSULA OITAVA - DAS DISPOSICOES GERAIS

Nenhuma modificação poderá ser introduzida no objeto, sem o consentimento prévio do Município, mediante acordo escrito, obedecido os limites legais permitidos.

Quaisquer comunicações entre as parte com relação a assuntos relacionados a este Contrato, serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visada pelo destinatário, o que constituirá prova de sua efetiva entrega.

A fiscalização e o controle aludidos na clausula quarta, não implicarão qualquer responsabilidade executiva por parte do Município nem exoneração da Contratada no cumprimento de qualquer das responsabilidades aqui assumidas.

Os casos omissos a este Contrato reger-se-ão pela legislação pertinente a matéria na lei Federal nº. 8.666/93 e alterações posteriores.

Ficam fazendo parte integrante do presente às clausulas fixadas no Processo Licitatório nº. 42/2016.

#### CLAUSULA NONA - DO FORO

Para as questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Maravilha, Estado de Santa Catarina, com renuncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente, em duas vias ou mais vias de igual forma e teor, sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

São Miguel da Boa Vista (SC), 08 de agosto de 2016.

GILNEI ANTONIO GUTH Prefeito Municipal	GAIA RODOVIAS LTDA CNPJ sob nº. 03.257.777/0001-24 Representante Legal	GILBERTO JOSE MIORANDO Assessor Jurídico
---	--	---

#### Testemunhas

MARCELO JONEZ MULLER  
CPF: 033.100.669-32

RICARDO JUNIOR BONFANTI  
CPF: 067.561.069-96

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 30/2016.  
Contrato de Prestação de Serviço.

#### CONTRATO Nº 31/2016

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 31/2016.  
Contrato de Prestação de Serviço.

O Município de São Miguel da Boa Vista, Estado de Santa Catarina, com sede na Rua São Luiz, nº. 210, inscrito no CNPJ Nº. 80.912.124/0001-82 neste ato representado pelo Prefeito Municipal em exercício o Sr. GILNEI ANTONIO GUTH, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua São Luiz, neste Município, inscrito no CPF Nº. 469.398.579-15, RG Nº. 5.041.812, doravante denominado CONTRATANTE e a empresa GILVANO GONÇALVES-ME, estabelecida na Rua São José, nº288, Bairro União, CEP 89874-000, no Município de Maravilha, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ nº. 12.755.072/0001-28, neste ato representado pelo Sr. GILVANO ANTONIO GONSALVES, brasileiro, residente e domiciliado na Rua São José, nº288, Bairro União, CEP 89874-000, no Município de Maravilha, Estado de Santa Catarina, inscrito no CPF sob o nº 036.351.899-10 e RG 4.269.923, doravante denominado de CONTRATADA, resolvem contratar o objeto do presente, de acordo com o Edital do Processo Licitatório n.º 41/2016, pelas seguintes clausulas que seguem:

#### CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Empreitada GLOBAL, para Execução da Obra de Ampliação da Escola Básica Municipal Professora Erminda Ivanir Ferraz (Cobertura Frontal e Fundos), conforme projeto de engenharia, memorial descritivo, cronograma e orçamento em anexo.



Item	Quant.	Unid.	Descrição do produto	Valor Total
01	01	Obra	Empreitada global para execução de obra de ampliação da Escola Básica Municipal Professora Ermindia Ivanir Ferraz (cobertura frontal e fundos), abrangendo uma área total de 193,33 m², no perímetro urbano do Município de São Miguel da Boa Vista, conforme Cronograma, Memorial descritivo, Orçamento e Projeto de Engenharia em anexo.	R\$ 62.993,70

Parágrafo segundo: É terminantemente vedado a terceirização ou sublocar, em todo ou em parte, da obra objeto desta contratação.

Parágrafo terceiro: É terminantemente vedado a utilização do maquinário e mão de obra da Administração Municipal na execução dos serviços.

Parágrafo quarto: A Obra deverá ser executada nos endereços indicados no Objeto do Edital e conforme Memorial descritivo, Orçamento e Projeto Engenharia Completo em anexo.

#### CLAUSULA SEGUNDA - DAS CONDICOES ECONOMICO-FINANCEIRAS

##### DO PRECO

O preço total dos itens adjudicados à empresa é de R\$ 62.993,70 (sessenta e dois mil novecentos e noventa e três reais com setenta centavos), incluindo-se nele o frete, tributos e demais custos.

##### DA FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado, mensalmente, até o dia 12 do mês subsequente a emissão do boletim de medição, em moeda nacional, mediante Depósito Bancário, na proporção narrada no Boletim de medição da Obra, que deverá estar assinado pelo Engenheiro responsável pela obra e pela fiscalização do contrato, mediante emissão de Nota Fiscal, observando-se, antes do pagamento, a comprovação da regularidade da documentação.

A critério da Contratante poderão ser utilizada parte dos pagamentos devidos para cobrir possíveis despesas com multas, indenizações a terceiros ou outras, de responsabilidade da Contratada.

A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas e no próprio instrumento de contrato, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJ, mesmo aqueles de filiais ou da matriz.

O objeto licitado deve estar dentro das características solicitadas, sob pena de devolução sem pagamento da respectiva nota fiscal correspondente.

As despesas decorrentes deste processo licitatório correrão por conta do projeto/atividade:

Proj/Atividade	Modalidade de aplicação	Descrição
1.011 – Readequação e/ou Ampliação Prédio Centro Educacional.	4490000000	Aplicações diretas.

##### DO REAJUSTAMENTO.

Os preços que contemplam o projeto original não sofrerão qualquer tipo de reajuste ou reequilíbrio financeiro.

#### CLAUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGACOES DA CONTRATADA

Incumbe à Contratada, além de outras incluídas neste Edital e seus Anexos:

Realizar a entrega do objeto da presente licitação, nos prazos e condições previstos neste Edital.

Pagar todos os tributos, contribuições fiscais e para fiscais que incidam ou venham a incidir, direta e indiretamente, sobre os materiais fornecidos.

Substituir e refazer, sem custos adicionais para a Administração, e em, no máximo, 10 (dez) dias a partir da comunicação o objeto/serviço rejeitado(s), recusado(s) pela fiscalização do contrato e/ou que esteja em desacordo com o Projeto.

Atender prontamente quaisquer exigências da fiscalização do contrato, inerentes ao objeto da contratação.

Manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação.

Assumir todos os gastos e despesas que fizer, para o adimplemento das obrigações decorrentes da contratação, tais como: trabalhistas, transportes, alimentação, hospedagem e demais custos que se fizerem necessários para a execução e entrega do objeto.

Fornecer toda mão de obra, material, veículos, caminhão e maquinário necessários para a execução da obra.

Fornecer os EPIs para os operários que trabalharão na obra, fiscalizando o seu uso.

Utilizar somente material de primeira linha e ótima qualidade, sendo vedado a utilização de materiais em desacordo com os padrões usuais de qualidade.

Responsabilizar-se civil e criminalmente por todo e quaisquer problema sofrido pelos seus colaboradores e/ou terceiros, sem direito de regresso contra a Contratante.

#### CLAUSULA QUARTA - DAS OBRIGACOES DO MUNICIPIO

Incumbe a ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL:

Fiscalizar através do Secretario(a) Municipal de Educação ora nominado fiscal do contrato, com o respaldo do setor de engenharia da AME-RIOS, a execução/entrega efetiva do objeto licitado, bem como atestar nas notas fiscais/faturas e aplicar as sanções cabíveis.

Efetuar os pagamentos à Contratada.

Aplicar à Contratada as penalidades regulamentares e contratuais.

Recusar os serviços/objetos licitados que não atenderem as especificações contidas no Edital e no Contrato.

Não efetuar o pagamento da obra que estiver em desacordo com o contido no Edital ou no memorial descritivo, no orçamento e no projeto de engenharia e, também, que apresentar qualquer tipo de problema e defeito detectado pela fiscalização do contrato até que a mesma não seja regularizada.



**CLAUSULA QUINTA – DA FISCALIZAÇÃO E ENTREGA DO OBJETO DA LICITAÇÃO**

A execução/entrega do objeto desta será acompanhada e fiscalizada pelo Secretário Municipal de Administração do Município.

A fiscalização será exercida no interesse da Administração Municipal e não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive trabalhista e perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

Estando o objeto licitado em conformidade, os documentos de cobrança deverão ser atestados pela fiscalização do contrato e enviados ao Departamento Financeiro, para o devido pagamento.

A Obra deverá ser executada no endereço indicado pela Municipalidade e conforme Memorial descritivo, Orçamento e Projeto Engenharia Completo em anexo.

O prazo para execução da Obra será de, no Máximo, 60 (sessenta) dias, a contar da assinatura do Termo Contratual.

**CLAUSULA SEXTA - DAS SANÇÕES**

A contratada que deixar de entregar documentação exigida, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na entrega do objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste e das demais cominações legais.

Em caso de inexecução do objeto, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multas:

a) de 1% (um por cento) por dia de atraso, até 30 (trinta) dias, calculado sobre o valor global do contrato, entendendo-se como atraso a não entrega do bem no prazo estabelecido no item 12.5 do edital 41/2016;

b) de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada na alínea "a" deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.

c) de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, nos termos do item 11.2. III do Edital 41/2016, pela recusa/demora em corrigir defeito e/ou substituir os serviços ou materiais rejeitados;

d) de 60% (sessenta por cento) sobre o valor do contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso da licitante requerer e/ou der causa a rescisão do Contrato.

No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

No caso de suspensão do direito de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

As sanções previstas inciso I da cláusula sexta poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II.

**CLAUSULA SÉTIMA - DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO**

A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, se houver uma das ocorrências prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº. 8.666/93.

Constituem motivo para rescisão do Contrato:

a) Não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

b) O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

c) A lentidão do seu cumprimento e na solução dos problemas com as impressoras;

d) O atraso injustificado da conclusão do contrato sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

e) A paralisação do fornecimento sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

f) O descumprimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

g) O cometimento reiterado de falta na sua execução, anotadas na forma do parágrafo primeiro do artigo 67 da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;

h) A decretação da falência ou instauração da insolvência civil;

i) A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;



- j) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, desde que prejudique a execução do Contrato;
- k) Razões de interesse público, de relevância e amplo conhecimento justificada e determinadas pela autoridade máxima Administrativa a que está subordinado o contrato e exaradas no processo Administrativo a que se refere o Contrato;
- l) A suspensão de sua execução por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 03 (três) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;
- m) O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes dos serviços ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;
- n) A não liberação, por parte da Administração, de área ou local para o fornecimento dos materiais, nos prazos contratuais;
- o) a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução do contrato;
- p) A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial da posição contratual, bem como a fusão, cisão ou incorporação, desde que prejudique a execução do contrato ou implique violação, ainda que indireta, das normas que disciplinam as licitações.

Quanto à sua forma a rescisão poderá ser:

- a) Por ato unilateral e estrito da Administração, nos casos previstos neste Contrato, na minuta do Edital e nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;
- b) Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de Licitação, desde que haja conveniência para a Administração;
- c) Judicial, nos termos da legislação.

O presente contrato poderá ser rescindido por mútuo acordo ou a qualquer momento, por conveniência administrativa.

Em caso de inexecução contratual prevista no art. 78 da Lei nº. 8.666/93, consolidada, por culpa da Contratada, fica estabelecido à multa prevista na Clausula Sexta, atualizada monetariamente pelos índices iniciais.

#### CLAUSULA OITAVA - DAS DISPOSICOES GERAIS

Nenhuma modificação poderá ser introduzida no objeto, sem o consentimento prévio do Município, mediante acordo escrito, obedecido os limites legais permitidos.

Quaisquer comunicações entre as parte com relação a assuntos relacionados a este Contrato, serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visada pelo destinatário, o que constituirá prova de sua efetiva entrega.

A fiscalização e o controle aludidos na clausula quarta, não implicarão qualquer responsabilidade executiva por parte do Município nem exoneração da Contratada no cumprimento de qualquer das responsabilidades aqui assumidas.

Os casos omissos a este Contrato reger-se-ão pela legislação pertinente a matéria na lei Federal nº. 8.666/93 e alterações posteriores.

Ficam fazendo parte integrante do presente às clausulas fixadas no Processo Licitatório nº. 41/2016.

#### CLAUSULA NONA - DO FORO

Para as questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Maravilha, Estado de Santa Catarina, com renuncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente, em duas vias ou mais vias de igual forma e teor, sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

São Miguel da Boa Vista (SC), 05 de agosto de 2016.

GILNEI ANTONIO GUTH Prefeito Municipal	GILVANO GONÇALVES-ME CNPJ sob nº. 12.755.072/0001-28 Representante Legal	GILBERTO JOSE MIORANDO Assessor Jurídico
---	--	---

#### Testemunhas

MARCELO JONEZ MULLER  
CPF: 033.100.669-32

RICARDO JUNIOR BONFANTI  
CPF: 067.561.069-96

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 31/2016.  
Contrato de Prestação de Serviço.



**ATA DE REGISTRO DE PREÇO 01/2016 FMS****ESTADO DE SANTA CATARINA**

Página: 1/7

**FUNDO MUN. DE SAUDE DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA****Processo Nº.: 5/2016****PREGÃO PRESENCIAL Nº. 5/2016****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 1/2016**

No dia 3 do mês de Agosto do ano de 2016, compareceram, de um lado a(o) FUNDO MUN. DE SAUDE DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 11.463.599/0001-16, com sede administrativa localizada na RUA SÃO LUIZ, Nº440, bairro CENTRO, CEP nº. 89879-000, nesta cidade de São Miguel da Boa Vista/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). GILNEI ANTONIO GUTH, inscrito no CPF sob o nº. 469.398.579-15, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 5/2016, Processo Licitatório nº. 5/2016, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) A presente licitação tem por objeto o registro de preço para aquisição de medicamentos, nas quantidades estimadas para o período de 01 (um) ano, conforme itens, quantidades e valores máximos expressos. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
3254	INFINITY MEDICAMENTOS EIRELI - EPP	2

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: ..... (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
INFINITY MEDICAMENTOS EIRELI - EPP	23.240.000/0001-64		

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

A presente licitação tem por objeto o registro de preço para aquisição de medicamentos, nas quantidades estimadas para o período de 01 (um) ano, conforme itens, quantidades e valores máximos expressos.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO**

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

**Fornecedor: 3254 - INFINITY MEDICAMENTOS EIRELI - EPP**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
2	Insulina novorapid pen 3 ml	un	NovoNordisk	36,000	36,0000	1.296,00



**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Página: 2/7

**FUNDO MUN. DE SAUDE DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA****Processo Nº.: 5/2016**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº. 5/2016**

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na aliena "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com conseqüente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.



**ESTADO DE SANTA CATARINA****FUNDO MUN. DE SAUDE DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA**

Página: 3/7

**Processo N°.: 5/2016****PREGÃO PRESENCIAL N°. 5/2016****CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS**

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

**CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES****5.1. Compete ao Órgão Gestor:**

- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

**5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:**

- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Página: 4/7

**FUNDO MUN. DE SAUDE DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA****Processo Nº.: 5/2016****PREGÃO PRESENCIAL Nº. 5/2016****5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:**

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

**CLÁUSULA SE TA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Página: 5/7

**FUNDO MUN. DE SAUDE DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA****Processo Nº.: 5/2016****PREGÃO PRESENCIAL Nº. 5/2016****CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO LOCAL E PRA O DE ENTREGA**

- 7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.
- 7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.
- 7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.
- 7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.
- 7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.
- 7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.
- 7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.
- 7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.
- 7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.
- 7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.
- 7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.
- 7.8.1. Serão recusados os materiais impréstáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.
- 7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.
- 7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.
- 7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

**CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO**

- 8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.
- 8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.
- 8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.
- 8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.
- 8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.
- 8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.
- 8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUN. DE SAUDE DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA**

Página: 6/7  
Processo Nº.: 5/2016  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 5/2016

**CLÁUSULA NONA - DOS ACR SCIMOS E SUPRESS ES**

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

**CLÁUSULA D CIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

**CLÁUSULA D CIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS**

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**

**FUNDO MUN. DE SAUDE DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA**

Página: 7/7

Processo Nº.: 5/2016

**PREGÃO PRESENCIAL Nº: 5/2016**

### **CLÁUSULA D CIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA**

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

### **CLÁUSULA D CIMA TERCEIRA - DO FORO**

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de São Miguel da Boa Vista para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

São Miguel da Boa Vista, 3 de Agosto de 2016.

**GILNEI ANTONIO GUT  
PREFEITO MUNICIPAL**

### **Empresas Participantes:**

INFINITY MEDICAMENTOS EIRELI - EPP

CNPJ: 23.240.000/0001-64



# São Pedro de Alcântara

## PREFEITURA

### DECRETO Nº120/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO

Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro  
CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.  
www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO Nº120/2016

TRANSFERE SALDO DE DOTAÇÃO DENTRO DA MESMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere o Art. 5º da Lei 1.017/2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica transferido o saldo de dotação dentro da mesma categoria de programação.

10 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

10.01.18.541.6-2.030 – Func. e Manutenção do Meio Ambiente R\$ 5.000,00

Anula:

4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Suplementa:

3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 02 de agosto de 2016.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

### PORTARIA N.º 258/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –  
Fone: 48-32770122 – R.222  
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 258/2016

Autoriza a averbação de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS e Prefeitura Municipal de Itaquí - RS.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município de acordo com o art. 45, Inciso XVI,

RESOLVE:

Art. 1.º- Autorizar a averbação nos assentos funcionais da servidora

ALINA LOPES GOYA, matrícula funcional nº.3173, detentora do cargo de provimento efetivo de Professora II Horista, do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal, a certidão de Tempo de Contribuição, expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, sob o nº.19028030.1.00028/11-3, e certidão de Tempo de Contribuição da Prefeitura Municipal de ITAQUI, sob nº 018/2016, para fins de aposentadoria ou abono de permanência.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 04 de agosto de 2016.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2016.

### PORTARIA N.º 259/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –  
Fone: 48-32770122 – R.222  
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 259/2016

Concede férias a servidora ROSEMERI CLASEN.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder a servidora ROSEMERI CLASEN, ocupante do cargo de Fiscal, férias por 18 dias que gozará a partir de 08/08/2016 a 25/08/2016, referente ao período aquisitivo de 2014/2015.

Parágrafo Único: O saldo de 12 (doze) dias será descontado, haja vista, o recesso de final de ano, conforme determina o decreto nº. 149/2015.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 08 de agosto de 2016.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2016.



**PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO Nº. 024/2016, CELEBRANDO ENTRE O MUNICIPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA E A SENHORITA CRISTIANE HOFFMANN OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA II.**

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO Nº. 024/2016, CELEBRANDO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA E A SENHORITA CRISTIANE HOFFMANN OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA II.

O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro – São Pedro de Alcântara/SC – Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal e.e, Sr. EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 041.337.639-71, residente e domiciliado a Rua Leopoldo Stein, s/nº, Santa Teresa, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado a Senhorita CRISTIANE HOFFMANN, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob nº. 066.457.329-02, residente a Rua Antônio José Raulino, nº. 2321, Santa Teresa, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 001/2015, conforme as disposições que seguem:

## CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração da cláusula quarta do contrato de trabalho nº. 024/2016, passando a vigorar com a seguinte redação:

Fica Prorrogado o prazo de vigência do contrato de trabalho nº. 024/2016 até 16/12/2016.

## CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas constantes do contrato ficam ratificadas de acordo com o contrato original.

São Pedro de Alcântara, 09 de agosto de 2016.

MUNICÍPIO	CONTRATADO
-----------	------------

TESTEMUNHAS:

**SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO Nº. 023/2016, CELEBRANDO ENTRE O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA E O SENHOR EDUARDO PATRICK BELTRAN MONASTERIO OCUPANTE DO CARGO DE MEDICO CLINICO GERAL.**

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO Nº. 023/2016, CELEBRANDO ENTRE O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA E O SENHOR EDUARDO PATRICK BELTRAN MONASTERIO OCUPANTE DO CARGO DE MEDICO CLINICO GERAL.

O Fundo Municipal de Saúde de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 08.971.900/0001-98, cuja Sede se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro – São Pedro de Alcântara/SC – Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal e.e, Sr. EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 041.337.639-71, residente e domiciliado a Rua Leopoldo Stein, s/nº, Santa Teresa, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado o Senhor EDUARDO PATRICK BELTRAN MONASTERIO, boliviano, casado, inscrito no CPF sob nº 744.945.891-87, residente

e domiciliado a Rua das Orquideas, nº. 283 – Pedra Branca – Palhoça/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 001/2015, conforme as disposições que seguem:

## CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração da cláusula quarta do contrato de trabalho nº. 023/2016, passando a vigorar com a seguinte redação:

Fica Prorrogado o prazo de vigência do contrato de trabalho nº. 023/2016 até 30/12/2016.

## CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas constantes do contrato ficam ratificadas de acordo com o contrato original.

São Pedro de Alcântara, 08 de agosto de 2016.

MUNICÍPIO	CONTRATADO
-----------	------------

TESTEMUNHAS:



# Schroeder

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 75/2016-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000  
- SCHROEDER – SC

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 75/2016-PMS

PROCESSO Nº. 137/2016-PMS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de expediente para atender as necessidades das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo, Secretaria de Saúde, Secretaria de Assistência Social e Gabinete do Prefeito do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII – Termo de Referência, deste instrumento convocatório.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 23 de agosto de 2016 às 08h45min

Abertura das Propostas: 23 de agosto de 2016 às 09h.

Etapa de lances: 25 de agosto de 2016 às 08h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder ([www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br)) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br)

Schroeder, 09 de agosto de 2016.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 76/2016-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000  
- SCHROEDER – SC

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 76/2016-PMS

PROCESSO Nº. 138/2016-PMS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de materiais

de Consumo para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer e Gabinete do Prefeito do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 22 de agosto de 2016 às 08h45min

Abertura do Processo: 22 de agosto de 2016 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder ([www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br)) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br)

Schroeder, 09 de agosto de 2016.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 3.833/2016, DE 08 DE AGOSTO DE 2016.

DECRETO Nº 3.833/2016, de 08 de agosto de 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, em exercício no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o nível salarial do cargo efetivo dos funcionários abaixo relacionados, conforme disposto no art. 15 do Plano de Carreira e Remuneração do Pessoal da Administração do Município de Schroeder – LC nº. 004/98, de 19/05/1998:

Nome	Nível Anterior	Nível Atual
Aldo Lindner	26	27
Daniela Samulescki	28	29
Debora Patricia Grando Borges	52	53
Elmer Sandro Quadros	47	48
Eloir José Wendt	25	26
Francisco Machado dos reis	36	37
Iria Schons	10	11
Jamile Jung Pasquali	25	26
José Luiz Pinheiro da Silva	36	37
Karine Viergutz Marques	23	24
Leontino José de Oliveira	26	27
Marcelo de oliveira	22	23
Maria Aparecida Fanderuff da Silva	08	09



Maria Aparecida Schmidt Miodutzki	27	28
Maria Dalzita Alves	11	12
Moises Junior formagini	08	09
Raquel Fuckter	57	58
Valderi Rocha Camargo	40	41

Art. 2º Fica alterado o nível salarial do cargo efetivo dos funcionários abaixo relacionados, conforme disposto no art. 25 do Plano de Carreira e Remuneração do Pessoal do Magistério do Município de Schroeder – LC nº. 096/2010, de 14/12/2010:

Nome Nível Anterior Nível Atual  
 Alexandra Luchini C-6-IV C-7-IV  
 Arlene da Silva Ropelato C-2-II C-3-II  
 Dalila Isabel Ronchi konell C-12-VI C-13-VI  
 Edaisse Sasse C-6-IV C-7-IV  
 Elaine Cristina Raimundi C-1-I C-2-I

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder (SC), 08 de agosto de 2016.  
 OSVALDO JURCK  
 Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
 Assessor Jurídico

### **DECRETO Nº 3.834/2016, DE 08 DE AGOSTO DE 2016.**

DECRETO Nº 3.834/2016, de 08 de agosto de 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando a abertura do Protocolo nº 19630/2016, do Município de Schroeder, efetuado pela servidora desta municipalidade, senhora Roberta Meireles Gonzales;

Considerando o disposto no art. 33, da Lei Complementar nº 096/2010, de 14/12/2010;

DECRETA:

Art. 1º Fica determinado o acesso de uma classe do cargo de professor para outra, da funcionária abaixo relacionada, conforme disposto no art. 33 do Plano de Carreira e Remuneração do Magistério do Município de Schroeder – LC nº. 096/2010, de 14/12/2010, e suas alterações:

Nome Cargo Anterior Cargo Atual Nível Anterior Nível Atual  
 Roberta Meireles Gonzales Professor A Professor B A-3 B-3

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder (SC), 08 de agosto de 2016.  
 OSVALDO JURCK  
 Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
 Assessor Jurídico

### **DECRETO Nº 3.835/2016 DE 8 DE AGOSTO DE 2016**

DECRETO Nº 3.835/2016 de 8 de agosto de 2016

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.148/2015 de 2 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 1.385,67 (um mil trezentos e oitenta e cinco reais e sessenta e sete centavos) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER  
 05.02 - UNIDADE DE EDUCAÇÃO  
 05.02.12.122.3001.2.308 - Manutenção das Ações do Gabinete da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer  
 3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 1.385,67

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER  
 05.02 - UNIDADE DE EDUCAÇÃO  
 05.02.12.122.3001.2.308 - Manutenção das Ações do Gabinete da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer  
 3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Material de Consumo R\$ 1.385,67

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 08 de agosto de 2016.  
 OSVALDO JURCK  
 Prefeito Municipal

ELMER SANDRO QUADROS  
 Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
 Assessor Jurídico



**EXTRATO DO CONTRATO Nº. 10/2016-FAS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 10/2016-FAS

Dispensa de Licitação nº. 08/2016-FAS - Processo nº. 11/2016-FAS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: TOMAZELLI AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o no 08.174.661/0001-45, estabelecida Rua Francisco Fischer, nº 90, sala 05, Centro, na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.252-070.

Objeto: aquisição de passagem aérea para atender as necessidades da Secretaria de Assistência Social do Município de Schroeder/SC, sendo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Passagem aérea de Joinville/SC destino a Campinas/SP, escala para Belo Horizonte pra dia 20/09/2016, saída do aeroporto 06h10min. Sendo 4 passagens para dois adultos, 2 crianças e um bebê.	01	Pacote	1.330,66	1.330,66
VALOR R\$ TOTAL					1.330,66

Valor do contrato: R\$ 1.330,66 (um mil, trezentos e trinta reais e sessenta e seis centavos).

Data da Assinatura: 08/08/2016 – Vigência: 31/12/2016

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 6.640/2016, DE 08 DE AGOSTO DE 2016.**

PORTARIA Nº 6.640/2016, DE 08 DE AGOSTO DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando o Decreto nº. 3.831/2016, de 05 de agosto de 2016, que autoriza a contratação emergencial de Recepcionista para atender a necessidade de especial interesse público, na Secretaria Municipal de Saúde;

**RESOLVE:**

Art. 1º ADMITIR, a Sra. Ana Paula Peroti, para exercer o cargo de Recepcionista, percebendo o nível salarial nº 21 (Administração), conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 004/1998, de 19/05/1998, e alterações, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, por necessidade de atendimento aos serviços essenciais deste Município conforme o disposto no Art. 2º, IV, da Lei Municipal nº 1.690/2008, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 08 de agosto de 2015.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

ORLANDO TECILLA

Secretário de Saúde

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico



## ATA REGISTRO DE PREÇOS PR 68/2016-PMS

Página: 1/5

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 54/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

Número do Registro de Preços: 54/2016 Data do Registro: 08/08/2016 Válido até: 08/08/2017

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de serviço de recapagem de pneus: caminhões e máquinas para atender as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental e da Secretaria de Agr

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Recapagem de pneu 1000 X 20 borrachudo radial.	UN	RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA (10464)	Rubbernaw	0	497,0000	1
			F.M. PNEUS LTDA (10362)	VIPAL	0	499,0000	2
			RB RECAPAGENS BLUMENAU LTDA (11522)		0	508,0000	3
			GRANDO PNEUS LTDA - ME (12739)	RUZI	0	518,0000	4
2	Recapagem de pneu 1400 X 24 garra normal (mdo niveladora),	UN	RB RECAPAGENS BLUMENAU LTDA (11522)		0	1.270,0000	1
			GRANDO PNEUS LTDA - ME (12739)	RUZI	0	1.273,0000	2
			F.M. PNEUS LTDA (10362)	VIPAL	0	1.280,0000	3
			RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA (10464)	Rubbernaw	0	1.285,0000	4
3	Recapagem de pneu 17,5 X 25 garra normal (carregadeira),	UN	RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA (10464)	Rubbernaw	0	1.600,0000	1
			RB RECAPAGENS BLUMENAU LTDA (11522)		0	1.605,0000	2
			GRANDO PNEUS LTDA - ME (12739)	RUZI	0	1.623,0000	3
			F.M. PNEUS LTDA (10362)	VIPAL	0	1.640,0000	4
4	Recapagem de pneu 12,5/60 X 24 (reto dianteiro),	UN	GRANDO PNEUS LTDA - ME (12739)	RUZI	0	799,0000	1
			RB RECAPAGENS BLUMENAU LTDA (11522)		0	800,0000	2



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 54/2016

Página: 2/5

Número do Registro de Preços: 54/2016 Data do Registro: 08/08/2016 Válido até: 08/08/2017

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de serviço de recapagem de pneus, caminhões e máquinas para atender as necessidades da Secretária de Obras e Serviços Urbanos, Secretária de Saneamento e Gestão Ambiental e da Secretária de Agr

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
5	Recapagem de pneu 19,5 X 24 (retro traseiro),	UN	RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA (10464)	Rubbernew	0	818,0000	3
			F.M. PNEUS LTDA (10362)	VIPAL	0	830,0000	4
			GRANDO PNEUS LTDA - ME (12739)	RUZI	0	1.635,0000	1
			RB RECAPAGENS BLUMENAU LTDA (11522)		0	1.640,0000	2
6	Recapagem de pneu recapagem de pneu dianteiro 14/3 24 (arrozeiro)	UN	RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA (10464)	Rubbernew	0	1.668,0000	3
			F.M. PNEUS LTDA (10362)	VIPAL	0	1.678,0000	4
			F.M. PNEUS LTDA (10362)	VIPAL	0	1.360,0000	1
			RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA (10464)	Rubbernew	0	1.370,0000	2
7	Recapagem de pneu traseiro 23,1/28 (arrozeiro),	UN	RB RECAPAGENS BLUMENAU LTDA (11522)		0	1.375,0000	3
			F.M. PNEUS LTDA (10362)	VIPAL	0	2.535,0000	1
			RB RECAPAGENS BLUMENAU LTDA (11522)		0	2.540,0000	2
			RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA (10464)	Rubbernew	0	2.550,0000	3
8	Recapagem de pneu traseiro 18/4/30 (garrá normal),	UN	GRANDO PNEUS LTDA - ME (12739)	RUZI	0	2.570,0000	4
			F.M. PNEUS LTDA (10362)	VIPAL	0	1.555,0000	1



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 54/2016

Página: 3/5

Número do Registro de Preços: 54/2016		Data do Registro: 08/08/2016		Válido até: 08/08/2017			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de serviço de recapagem de pneus: caminhões e máquinas para atender as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental e da Secretaria de Agr							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

9	Recapagem de pneu dianteiro 12,4 X 24 (garr normal),	UN	RB RECAPAGENS BLUMENAU LTDA (11522)		0	1.660,0000	2
			GRANDO PNEUS LTDA - ME (12739)	RUZI	0	1.680,0000	3
			RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA (10464)	Rubbernew	0	1.710,0000	4
			F.M. PNEUS LTDA (10362)	VIPAL	0	798,0000	1
10	Recapagem de pneu 7.5/16 (borrachudo) - distribuidor de esteroo	UN	GRANDO PNEUS LTDA - ME (12739)	RUZI	0	800,0000	2
			RB RECAPAGENS BLUMENAU LTDA (11522)		0	805,0000	3
			RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA (10464)	Rubbernew	0	820,0000	4
			F.M. PNEUS LTDA (10362)	VIPAL	0	305,0000	1
			RB RECAPAGENS BLUMENAU LTDA (11522)		0	310,0000	2



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 54/2016

Número do Registro de Preços: 54/2016		Data do Registro: 08/08/2016		Válido até: 08/08/2017			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de serviço de recapagem de pneus: caminhões e máquinas para atender as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental e da Secretaria de Agr							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA (10464)	Rubbernew	0	338,0000	3



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 54/2016

Página: 5/5

Número do Registro de Preços: 54/2016		Data do Registro: 08/08/2016		Válido até: 08/08/2017			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de serviço de recapagem de pneus: caminhões e máquinas para atender as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental e da Secretaria de Agr							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 54/2016  
PROCESSO Nº 128/2016  
(10362) - F.M. PNEUS LTDA  
(10464) - RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA  
(11522) - RB RECAPAGENS BLUMENAU LTDA  
(12739) - GRANDO PNEUS LTDA - ME

Schroeder, 8 de Agosto de 2016.



**DISPENSA Nº 08/2016-FAS****ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SCHROEDER****DISPENSA DE LICITAÇÃO**  
**Nr.: 8/2016 - DL****CNPJ:** 83.102.491/0001-09  
**RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201**  
**C.E.P.:** 89275-000 - Schroeder - SC**Processo Nr.:** 11/2016  
**Data:** 08/08/2016

Folha: 1/2

**Fornecedor:** TOMAZELLI AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA - ME**Código:** 12327**Endereço:** R FRANCISCO FISCHER, 90, SALA 05**Cidade:** Jaraguá do Sul - SC**CNPJ:** 08.174.661/0001-45**Inscrição Estadual:****Objeto da Compra:** Aquisição de passagem aérea para atender as necessidades da Secretaria de Assistência Social do Município de Schroeder/SC.**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	1,00	Passagem aérea de Joinville/SC destino a Campinas/SP, escala para Belo Horizonte pra dia 20/09/2016, saída do aeroporto 06h10min. Sendo 4 passagens para dois adultos, 2 crianças e um bebê.	PCTE	1.330,66	1.330,66

**FUNDAMENTO LEGAL:****Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

**JUSTIFICATIVA**

Conforme previsão nº 2.085 de 10/12/2014, que regulamente a concessão de benefício eventual (auxílio passagem), em situações de vulnerabilidades sociais e baixa renda, visando atender famílias ou sujeitos que necessitem dos mesmos pra retorno a cidade de origem. (resolução CMAS, nº 009/2015 de 20/08/2016, em seu art. 7º).

Schroeder, 8 de Agosto de 2016

-----  
OSVALDO JURCK  
PREFEITO MUNICIPAL



<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SCHROEDER</b>		<b>DISPENSA DE LICITAÇÃO</b> <b>Nr.: 8/2016 - DL</b>
<b>CNPJ:</b> 83.102.491/0001-09 <b>RUA</b> MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 <b>C.E.P.:</b> 89275-000 - Schroeder - SC	<b>Processo Nr.:</b> 11/2016 <b>Data:</b> 08/08/2016	
		Folha: 2/2

5/8/2016

**DESPACHO FINAL:**

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 5 de Agosto de 2016

**Valor da Despesa:**

1.330,66 (um mil trezentos e trinta reais e sessenta e seis centavos)

**Pagamento.....:**

15 dias após recebimento do documento fiscal



# Seara

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 1102

DECRETO Nº 1102, de 08 de agosto de 2016

Nomeia Membros do Fórum Municipal de Educação.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SEARA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei e nos termos do inciso X, artigo 108 da Lei Orgânica Municipal, e nos termos do artigo 4º do decreto nº 584, de 11 de abril de 2013,

#### DECRETA

Art. 1º Ficam nomeados os seguintes membros do Fórum Municipal de Educação - FME.

I – Representantes da Secretaria Municipal da Educação:

- a) Marlene Manorov – Titular
- b) Veranice Grebin Franke – Suplente

II - Representantes do Conselho Municipal de Educação:

- a) Isandra Salvagni – Titular
- b) Fabíola Trentin Barrionuevo – Suplente

III - Representantes dos Trabalhadores em Educação:

- a) Elenita Terezinha Gehm – Titular
- b) Daniela Solange Ribeiros – Suplente

IV - Representantes dos Gestores da Educação:

- a) Gabriella Carraro – Titular
- b) Marcia Benetti – Suplente

V - Representantes dos Pais:

- a) Eduarda Renata Galuppo – Titular
- b) Neudi Miranda – Suplente

VI - Representantes dos Estudantes:

- a) Gisele Wermeier – Titular
- b) Suelen Oldoni – Suplente

§ 1º Nos termos do § 1º do artigo 3º do Decreto nº 584, de 11 de abril de 2013, o mandato dos membros do fórum será de 2 (dois) anos, com direito a uma recondução.

§ 2º Nos termos do § 4º do artigo 4º do Decreto nº 584, de 11 de abril de 2013, as funções dos membros do Fórum Municipal de Educação não serão remuneradas, ressalvando o ressarcimento das despesas inerentes à participação em reuniões.

Art.2º Este Decreto entra vigor na data de sua publicação.

Seara-SC, 08 de agosto de 2016

LACI GRIGOLO

Prefeita Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 08 de agosto 2016

Claudiomar Garghetti

Secretário Adjunto

### PORTARIAS 469/2016 A 470/2016

Portaria nº. 469/2016. A Prefeita Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do inciso X do artigo 108 da Lei Orgânica Municipal, resolve, Designar, O servidor Marcel Schiavini, matrícula 233702, ocupante do cargo de provimento efetivo de Médico, constante no Anexo I – Grupo B - Serviços Técnicos Profissionais, do Plano de Cargos e o Sistema de Evolução Funcional dos Servidores Públicos da Administração Direta do Município de Seara, para atuar como médico responsável junto a Vigilância Epidemiológica, a partir de 05 de agosto de 2016, concomitantemente com as atividades inerentes ao cargo.

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Seara – SC., 08 de agosto de 2016.

Laci Grigolo

Prefeita Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 08 de agosto de 2016.

Claudiomar Garghetti

Secretário Adjunto

Portaria nº. 470/2016. A Prefeita Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do inciso VIII, do artigo 2º da Lei Complementar nº 30/2008, que dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, combinado com as disposições do Edital de Processo Seletivo nº. 17/2016, para a contratação de pessoal em caráter temporário, resolve,

Contratar, Lourdes Lecardeli Gabrielli, em caráter temporário para exercer a função de Técnica em Enfermagem, constante no Anexo I – Grupo B - Serviços Técnicos Profissionais, e vencimentos previstos no anexo IV, nível 120, classe inicial, do Plano de Cargos e o Sistema de Evolução Funcional dos Servidores Públicos da Administração Direta do Município de Seara, com carga horária de 40 horas semanais, para substituir servidor legalmente afastado, no período de 09 de agosto a 31 de dezembro de 2016, podendo ser rescindido nos termos do artigo 10 da Lei Complementar 30/2008, aplicando-se no que couber a Lei Complementar nº. 18/2003, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores do Município de Seara, das Fundações Municipais e dá outras providências e as disposições contratuais estabelecidas entre as partes.

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Seara – SC., 08 de agosto de 2016.

Laci Grigolo

Prefeita Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 08 de agosto de 2016.

Claudiomar Garghetti

Secretário Adjunto



# Serra Alta

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 144/2016

DECRETO Nº. 144/2016 DE 08 DE AGOSTO DE 2016.

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE FERNAN JUNIOR TASCA PARA O CARGO DE NUTRICIONISTA DO NASF, APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL DE SERRA ALTA/SC, EDITAL Nº. 001/2016, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com a Lei Municipal nº. 498/2001 de 10/09/2001, Lei Municipal nº. 684/2005 de 13/12/2005 e alterações posteriores, e de acordo com o Edital de Concurso Público nº. 001/2016, do Município de Serra Alta/SC,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado, a partir desta data, o Sr. Fernan Junior Tasca, portador do CPF nº.073.547.029-43, RG nº 4.843.189, para o Cargo de Nutricionista do Nasf, 20 (vinte) horas semanais, com lotação junto a Secretaria Municipal de Saúde, Nível 50, do Grupo 05 – TEC, conforme Plano de Cargos e Remuneração dos Servidores Públicos da Prefeitura Municipal de Serra Alta/SC.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste decreto serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Aplica-se a nomeação deste decreto o Regime Geral de Previdência Social, conforme Art. 154, da Lei Municipal nº. 498/2001 de 10/09/2001.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013 de 22/05/2013, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 08 de Agosto de 2016.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário de Administração

### PORTARIA Nº 064/2016

PORTARIA Nº. 064/2016 DE 05 DE AGOSTO DE 2016.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE FISCAL DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS TITULAR E SUBSTITUTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear fiscal das Atas de Registro de Preços e substituto referente ao Processo Licitatório nº. 036/2016, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL/SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS para acompanhar e fiscalizar a execução das referidas Atas na forma e condições abaixo relacionadas:

ATAS REGISTRO DE PREÇOS Nº:	061/2016 / 062/2016/ 063/2016 E 064/2016		
OBJETO:	AQUISIÇÃO DE CÂMERAS DE SEGURANÇA PARA A GRAVAÇÃO DE IMAGENS DE AMBIENTES LOCALIZADOS EM PRÉDIOS PÚBLICOS PERTENCENTES AO PATRIMÔNIO DESTA MUNICIPALIDADE, OFERECENDO DESTA FORMA MAIOR SEGURANÇA E TENTANDO EVITAR A AÇÃO DE VÂNDALOS NESSES LOCAIS.		
EMPRESA:	ATUAL INFORMÁTICA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA		
CNPJ Nº:	04.326.894/0001-65		
EMPRESA:	TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA EPP		
CNPJ:	04.303.600/0001-80		
EMPRESA:	ELETRO LIGHT PROVENCE LTDA ME		
CNPJ:	12.572.403/001-94		
EMPRESA:	MICHAEL DIECKSON HAAS ME		
CNPJ:	22.679.673/0001-52		
FISCAL TITULAR			
SERVIDOR:	DELMAR FRANTZ		
CARGO:	SECRETÁRIO MUNICIPAL		
CPF:	607.108.969-72	MATRÍCULA:	784
LOTAÇÃO:	Secretaria de Planejamento e Finanças		
FISCAL SUBSTITUTO			
SERVIDOR:	VANDERLI RUI DE GASPARI		
CARGO:	SECRETÁRIO MUNICIPAL		
CPF:	418.827.760-20	MATRÍCULA:	783
LOTAÇÃO:	Secretaria de Administração e Desenv. Econômico		

Art. 2º O serviço de fiscal das Atas e suplente são considerados de caráter público relevante, sendo vedada qualquer remuneração.



Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013 de 22/05/2013, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 05 de agosto de 2016.  
FRANCISCO ARTUR BOTH  
Prefeito Municipal de Serra Alta

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI  
Secretário de Administração



# RELAÇÃO DE COMPRAS MÊS JULHO/2016- PMSA

Página: 1/10

## ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Julho/2016**  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
A.E.M OESTE COMERCIAL LTDA ME	ÁLCOOL LÍQUIDO ETÍLICO HIDRATADO 46,2º INPM DE 1L.	1717	100,000	4,1800	418,00
A.E.M OESTE COMERCIAL LTDA ME	AROMATIZANTE DE AMBIENTE; DESODORIZADOR DE AMBIENTES COM INGREDIENTES QUE INIBEM O CRESCIMENTO E PROLIFERAÇÃO MICROBIANA, IDEAL PARA HIGIENIZAÇÃO, NEUTRALIZAÇÃO DE ODORES; RESÍDUOS METABÓLICOS MAL CHEIROSO. NÃO PODER CONTER CFC E OUTROS AGENTES TÓXICOS OU PREJUDICIAIS AO MEIO AMBIENTE.	1717	100,000	12,0000	1.200,00
	COMPOSIÇÃO: ÁLCOOL REFINADO DE SERIAIS, TENSOATIVO, FRAGRÂNCIA.				
	CONCENTRAÇÃO 1 LITRO PREPARA 33 LITROS DE ÁGUA.				
A.E.M OESTE COMERCIAL LTDA ME	APRESENTAR FICHA TÉCNICA. (GALÃO DE 5LITROS)	1717	200,000	2,7900	558,00
A.E.M OESTE COMERCIAL LTDA ME	COPO DESCARTÁVEL EM POLIESTIRENO NÃO TÓXICO, 200 ML COM 100 UND.	1717	100,000	6,3900	639,00
A.E.M OESTE COMERCIAL LTDA ME	ESPONJA PARA LOUCA. (LADO VERDE E LADO AMARELO) ESPUMA EM POLIURETANO E FIBRA SINTÉTICA COM ABRASIVO, TAMANHO 110MM X 75MM X 20MM. (PACOTES COM 10 UNIDADES CADA).	1717	400,000	1,7700	708,00
A.E.M OESTE COMERCIAL LTDA ME	PRATOS DESCARTÁVEIS BRANCO EM PLÁSTICO PACOTES COM 10 UND., 21 CM PRODUZIDO COM POLIESTIRENO E PIGMENTOS DE ALTA PUREZA.	1717	100,000	7,7900	779,00
A.E.M OESTE COMERCIAL LTDA ME	SACO DE LIXO, EM ROLO COM 25UND. NA COR AZUL, SUPER RESISTENTE EM PLÁSTICO NOS TAMANHOS DE 100 LITROS, NA MICREGEM DE 0,10.	1714	300,000	2,4900	747,00
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA ME	COPO DESCARTÁVEL EM POLIESTIRENO NÃO TÓXICO, 180 ML COM 100UND.	1714	200,000	0,8800	176,00
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA ME	PEDRA SANITÁRIA 20G EM P-DICLOROBENZENO, PHMB, ESSÊNCIA E CORANTE.	1716	50,000	9,3700	468,50
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	LUIVA SILICONADA COM 39CM DE COMPRIMENTO, COM PALMA ANATÔMICA, ESPESSURA 0,60MM. TAMANHOS DIVERSOS.	1716	100,000	59,6000	5.960,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	PAPEL HIGIÊNICO COM FOLHAS DUPLAS, PICOTADO, ALTA QUALIDADE, GOFRADO, NÃO PERFUMADO, ANTIALÉRGICO, BRANCO LUXO, 100% CELULOSE VIRGEM 30MX10CM, ACONDICIONADOS EM SACOS PLÁSTICOS, FARDOS COM 16X4X30MTS. TOTAL 64 ROLOS.	1716	80,000	3,5900	287,20
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	SABÃO EM PÓ - 1 KG COM BRANQUEADOR ÓPTICO, GRANULADO NA COR AZUL, EMBALADO EM CAIXA DE PAPELÃO, CONTEENDO A QUANTIDADE DE KG DESCRITO.	1716	30,000	5,9700	179,10
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	VASSOURA DE NYLON - REFORÇADA DE 33CM COM CABO DE 1,20MTS	1716	133,900	66,4900	8.903,01
CIDIR - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESEI	2 - RECUPERAÇÃO DE BASE AV. DOM PEDRO II				
CIDIR - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESEI	2.3 Base para Pavimentação de Brita Graduada.				
CIDIR - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESEI	2 - RECUPERAÇÃO DE BASE AV. DOM PEDRO II				
CIDIR - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESEI	2.4 Imprimação de Base para Pavimentação Asfáltica emulsão CM30				
CIDIR - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESEI	3 - PAVIMENTAÇÃO				
CIDIR - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESEI	3.2 Pintura e Ligação de Emulsão r-2c				
CIDIR - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESEI	3 - PAVIMENTAÇÃO				
CIDIR - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESEI	3.3 Execução de CBUQ com CAP 50/70 5,5% - DMT 30Km.				



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SERRA ALTA**

Página: 2/10

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Julho/2016**  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtdde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
CIDR - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESEI	EXECUÇÃO DA OBRA DE RECUPERAÇÃO/ REFORMA DA PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA DA AV. DOM PEDRO II, LOCALIZADA NO CENTRO DO MUNICÍPIO DE SERRA ALTA/SC. COMPREENDENDO AOS SEGUINTE ITENS DO PROJETO DE ENGENHARIA: 01 - RETIRADA DE MATERIAL DANIFICADO 1.1 REMOÇÃO DE CAPA ASFALTICA COM FRESA E REMOÇÃO INCLUINDO REMOÇÃO. (Fresagem contínua do revestimento Betuminoso). GRAXA PARA O USO EM TODAS AS APLICAÇÕES COMO MANCAIS, ROLAMENTOS, JUNTAS, ACOPLAMENTOS, EIXOS E OUTRAS PARTES DE TODOS OS EQUIPAMENTOS DE MAQUINAS AGRICOLAS E CONSTRUÇÃO, COM FUNÇÃO DE INIBIR A OXIDAÇÃO, INIBIR A CORROSÃO E AGENTES ANTIDEGASTES OU DE EXTREMA PRESSÃO, QUE ATENDA A CLASSIFICAÇÃO QUANTO A SUA CONSISTENCIA NLGI 1, NLGI 2 e NLGI 3. ACONDICIONADA EM EMBALAGENS (TAMBOR) DE 170 KG. ÓLEO 68 PARA SISTEMAS HIDRAULICO, DE EQUIPAMENTOS E MAQUINAS AGRICOLAS E DE CONTRUÇÃO, QUE ATENDA AS ESPECIFICAÇÕES ISO VG 68. ACONDICIONADA EM EMBALAGENS DE 20 LT.		207,630	105,8400	21.975,56
COMERCIAL INCERTI LTDA	ÓLEO PARA CAIXA DE MUDANÇA DE MARCHAS (CÂMBIO), DIFERENCIAL, REDUÇÃO FINAL, FREIOS (A BANHO DE ÓLEO) E TOMADA DE POTENCIA (TDP), DE EQUIPAMENTOS E MAQUINAS AGRICOLAS E CONTRUÇÃO, QUE ATENDA A CLASSIFICAÇÃO SAE 80W-90, API GL 5. ACONDICIONADA EM EMBALAGENS DE 20 LT.	1815	1,000	1.899,0000	1.899,00
COMERCIAL INCERTI LTDA	ÓLEO PARA CAIXA DE MUDANÇA DE MARCHAS (CÂMBIO), DIFERENCIAL, REDUÇÃO FINAL, FREIOS (A BANHO DE ÓLEO) E TOMADA DE POTENCIA (TDP), DE EQUIPAMENTOS E MAQUINAS AGRICOLAS E CONTRUÇÃO, QUE ATENDA A CLASSIFICAÇÃO SAE 15W-40, API GL 4. ACONDICIONADA EM EMBALAGENS DE 20 LT.	1815	20,000	102,0000	2.040,00
COMERCIAL INCERTI LTDA	ÓLEO PARA MOTORES A DIESEL DE CAMINHÕES, ONIBUS, EQUIPAMENTOS E MAQUINAS AGRICOLAS E CONTRUÇÃO, QUE ATENDA A CLASSIFICAÇÃO SAE 15W-40, API GL 4. ACONDICIONADA EM EMBALAGENS DE 20 LT.	1815	5,000	190,0000	950,00
COMERCIAL INCERTI LTDA	ÓLEO PARA MOTORES A DIESEL DE CAMINHÕES, ONIBUS, EQUIPAMENTOS E MAQUINAS AGRICOLAS E CONTRUÇÃO, QUE ATENDA A CLASSIFICAÇÃO SAE 15W-40, API GL 4. ACONDICIONADA EM EMBALAGENS DE 20 LT.	1815	15,000	163,0000	2.445,00
COMERCIAL INCERTI LTDA	ÓLEO PARA SISTEMAS HIDRAULICO, TRANSMISSÃO, DIFERENCIAL, DE EQUIPAMENTOS E MAQUINAS AGRICOLAS E CONTRUÇÃO, QUE ATENDA AS ESPECIFICAÇÕES 10W-30, API GL 4. ACONDICIONADA EM EMBALAGENS DE 20 LT.	1815	20,000	179,0000	3.580,00
CORRIANTE TINTAS LTDA - FILIAL	SOLVENTE PARA TINTA DE DEMARCAÇÃO VIÁRIA (DILUIÇÃO 5%) LATA COM 18 LITROS.	1850	6,000	96,0000	576,00
EM INFORMÁTICA LTDA	CAIXA PARA ARQUIVO MORTO - COR BRANCA, MEDIDAS 237X125X344MM	1847	40,000	1,5400	61,60
EM INFORMÁTICA LTDA	CANETA ESFEROGRÁFICA; CORPO EM POLIESTIRENO CRISTAL; FORMATO DO CORPO REDONDO EXTERNAENTE; MODELO DESCARTÁVEL; PONTA LIGA DE LATÃO; COM ESFÉRA EM TUNGSTÊNIO; ESPESSURA DE 1,0 MM; RENDIMENTO MÍNIMO DE 1400 METROS; NA COR AZUL; COM TAMPA PROTETORA REMOVÍVEL ANTIASTAXIANTE. COM CLIP NA COR DA TINTA; TOPEIRA (TAMPA DO TOPO) COM RESPIRO; CAIXA COM 50 UNIDADES. O LICITANTE DEVERÁ APRESENTAR LAUDO DO FABRICANTE ASSEVERANDO QUE O PRODUTO CONTEM AS CARACTERÍSTICAS SOLICITADAS NO EDITAL, APROVADA PELO INMETRO.	1847	4,000	23,2000	92,80



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SERRA ALTA**

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Julho/2016**  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 3/10

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
EM INFORMÁTICA LTDA	CANETA ESFEROGRÁFICA; CORPO EM POLIESTIRENO CRISTAL; FORMATO DO CORPO REDONDO EXTERNAENTE; MODELO DESCARTAVEL; PONTA LIGA DE LATAO; COM ESFERA EM TUNGSTENIO; ESPESSURA DE 1,0 MM; RENDIMENTO MINIMO DE 1400 METROS; NA COR AZUL; COM TAMPA PROTETORA REMOVIVEL ANTIASFIXIANTE, COM CLIP NA COR DA TINTA; TOPEIRA (TAMPA DO TOPO) COM RESPIRO; CAIXA COM 50 UNIDADES. O LICITANTE DEVERA APRESENTAR LAUDO DO FABRICANTE ASSEVERANDO QUE O PRODUTO CONTEM AS CARACTERISTICAS SOLICITADAS NO EDITAL, APROVADA PELO INMETRO.	1847	10,000	23,2000	232,00
EM INFORMÁTICA LTDA	CANETA ESFEROGRÁFICA; CORPO EM POLIESTIRENO CRISTAL; FORMATO DO CORPO REDONDO EXTERNAENTE; MODELO DESCARTAVEL; PONTA LIGA DE LATAO; COM ESFERA EM TUNGSTENIO; ESPESSURA DE 1,0 MM; RENDIMENTO MINIMO DE 1400 METROS; NA COR PRETA; COM TAMPA PROTETORA REMOVIVEL ANTIASFIXIANTE, COM CLIP NA COR DA TINTA; TOPEIRA (TAMPA DO TOPO) COM RESPIRO; CAIXA COM 50 UNIDADES. O LICITANTE DEVERA APRESENTAR LAUDO DO FABRICANTE ASSEVERANDO QUE O PRODUTO CONTEM AS CARACTERISTICAS SOLICITADAS NO EDITAL, APROVADA PELO INMETRO.	1847	2,000	23,2000	46,40
EM INFORMÁTICA LTDA	CANETA ESFEROGRÁFICA; CORPO EM POLIESTIRENO CRISTAL; FORMATO DO CORPO REDONDO EXTERNAENTE; MODELO DESCARTAVEL; PONTA LIGA DE LATAO; COM ESFERA EM TUNGSTENIO; ESPESSURA DE 1,0 MM; RENDIMENTO MINIMO DE 1400 METROS; NA COR PRETA; COM TAMPA PROTETORA REMOVIVEL ANTIASFIXIANTE, COM CLIP NA COR DA TINTA; TOPEIRA (TAMPA DO TOPO) COM RESPIRO; CAIXA COM 50 UNIDADES. O LICITANTE DEVERA APRESENTAR LAUDO DO FABRICANTE ASSEVERANDO QUE O PRODUTO CONTEM AS CARACTERISTICAS SOLICITADAS NO EDITAL, APROVADA PELO INMETRO.		10,000	23,2000	232,00
EM INFORMÁTICA LTDA	CANETA ESFEROGRÁFICA; CORPO EM POLIESTIRENO CRISTAL; FORMATO DO CORPO REDONDO EXTERNAENTE; MODELO DESCARTAVEL; PONTA LIGA DE LATAO; COM ESFERA EM TUNGSTENIO; ESPESSURA DE 1,0 MM; RENDIMENTO MINIMO DE 1400 METROS; NA COR VERMELHA; COM TAMPA PROTETORA REMOVIVEL ANTIASFIXIANTE, COM CLIP NA COR DA TINTA; TOPEIRA (TAMPA DO TOPO) COM RESPIRO; CAIXA COM 50 UNIDADES. O LICITANTE DEVERA APRESENTAR LAUDO DO FABRICANTE ASSEVERANDO QUE O PRODUTO CONTEM AS CARACTERISTICAS SOLICITADAS NO EDITAL, APROVADA PELO INMETRO.	1847	1,000	23,2000	23,20
EM INFORMÁTICA LTDA	CANETA ESFEROGRÁFICA; CORPO EM POLIESTIRENO CRISTAL; FORMATO DO CORPO REDONDO EXTERNAENTE; MODELO DESCARTAVEL; PONTA LIGA DE LATAO; COM ESFERA EM TUNGSTENIO; ESPESSURA DE 1,0 MM; RENDIMENTO MINIMO DE 1400 METROS; NA COR VERMELHA; COM TAMPA PROTETORA REMOVIVEL ANTIASFIXIANTE, COM CLIP NA COR DA TINTA; TOPEIRA (TAMPA DO TOPO) COM RESPIRO; CAIXA COM 50 UNIDADES. O LICITANTE DEVERA APRESENTAR LAUDO DO FABRICANTE ASSEVERANDO QUE O PRODUTO CONTEM AS CARACTERISTICAS SOLICITADAS NO EDITAL, APROVADA PELO INMETRO.		10,000	23,2000	232,00
EM INFORMÁTICA LTDA	PALITOS DE CHURRASCO PARA ESPETO COM 100UND DE 25CM	1847	21,000	3,9400	82,74



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SERRA ALTA**

Página: 4/10

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Julho/2016**  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
EM INFORMÁTICA LTDA	PALITOS DE CHURRASCO PARA ESPETO COM 100UND DE 25CM		20,000	3,9400	78,80
EM INFORMÁTICA LTDA	PAPEL OFÍCIO A4 210x297mm 75g m² (caixa c/5000 folhas)		10,000	157,9000	1.579,00
EM INFORMÁTICA LTDA	PASTA PLÁSTICA 5CM, COM ELÁSTICO TRANSPARENTE, 100% PLÁSTICA (PP), DIMENSÕES DO PRODUTO ACABADO 245 LARGURA X 335 ALTURA X 50 DORSO MM.	1847	60,000	2,9400	176,40
EM INFORMÁTICA LTDA	PASTA PLÁSTICA 5CM, COM ELÁSTICO TRANSPARENTE, 100% PLÁSTICA (PP), DIMENSÕES DO PRODUTO ACABADO 245 LARGURA X 335 ALTURA X 50 DORSO MM.		50,000	2,9400	147,00
GATTO & MONTEIRO REVESTIMENTOS LTDA ME	TINTA PARA DEMARCAÇÃO VIÁRIA A BASE DE RESINA ACRÍLICA E SOLVENTES ORGÂNICOS COR AMARELA, PADRÃO NBR 11862, ACONDICIONADA EM BALDE DE 18 LITROS, DE PRIMEIRA LINHA, COR PADRÃO DE MUNSSELL 10 YR 7/14 DE ACORDO COM AS NORMAS DER 3.09 E NBR 11862 LAUDEADA E LACRADA POR INSTITUTO DE CERTIFICAÇÃO OFICIAL, COM DURABILIDADE NO MÍNIMO 06 MESES APÓS A DATA DE ENTREGA DO PRODUTO. * A tinta a ser aplicada na demarcação viária deve ser específica para uso em superfície betuminosa ou de concreto de cimento Portland. * A tinta logo após a abertura do recipiente, não deve apresentar sedimentos, nata e ou grumos, que não possam ser facilmente dispersos por ação manual. * A tinta deve apresentar características anti-derrapantes. * A tinta não deve apresentar coágulos, nata, crostas ou separação de cor. BASTÃO DE COLA QUENTE GROSSA, EM RESINA DE E.V.A E RESINA TAQUIFICANTE. PACOTE DE 1KG. 11,2MM/30CM. CADERNOS BROCHURA DE 48 FOLHAS, FORMATO 140 MMX 202MM COM FOLHAS NÃO RECICLÁVEL. FITA CREPE LARGA, adesiva de papel crepado Kraft, que lhe dá características impermeabilizantes. Metragem 38 x 50 metros. Composição: papel crepado saturado, base de borracha e resinas. Cor: Marrom MASSA DE MODELAR CONTENDO 12 UNIDADES, PESO MÍNIMO 180GR. COMPOSIÇÃO MÍNIMA: a base de amido, água, aditivos e pigmentos. Não tóxica, super macia, com aroma de tui-frutti e cores vivas brilhantes, aditivos e pigmentos, selo do INMETRO impresso na embalagem. PAPEL A3 197MMX420MM. 140G/M². BRANCO. BLOCOS COM 20 FOLHAS. PAPEL DUPLEX, DIVERSAS CORES DIMENSÕES 66 X 48CM PNEU NOVO 275 X 80R 22.5 RADIAL MISTO DE 1ª LINHA. DEVERÁ CONTER EM ALTO RELEVO AS SEGUINTES ESPECIFICAÇÕES: ÍNDICE DE CARGA NO MÍNIMO (3200/2.900 Kg por Pneu) E ÍNDICE DE VELOCIDADE MÁXIMA COM NO MÍNIMO O ÍNDICE "L", SÍMBOLO DO INMETRO, DATA DE FABRICAÇÃO IGUAL OU SUPERIOR A 2016. PNEU NOVO 275 X 80R 22.5 RADIAL MISTO DE 1ª LINHA. DEVERÁ CONTER EM ALTO RELEVO AS SEGUINTES ESPECIFICAÇÕES: ÍNDICE DE CARGA NO MÍNIMO (3200/2.900 Kg por Pneu) E ÍNDICE DE VELOCIDADE MÁXIMA COM NO MÍNIMO O ÍNDICE "L", SÍMBOLO DO INMETRO, DATA DE FABRICAÇÃO IGUAL OU SUPERIOR A 2016.	1852	10,000	158,0000	1.580,00
JP EQUIPAMENTOS LTDA ME			20,000	15,5000	310,00
JP EQUIPAMENTOS LTDA ME			200,000	0,7000	140,00
JP EQUIPAMENTOS LTDA ME			20,000	8,5100	170,20
JP EQUIPAMENTOS LTDA ME			100,000	2,2000	220,00
JP EQUIPAMENTOS LTDA ME			20,000	4,3900	87,80
JP EQUIPAMENTOS LTDA ME			100,000	0,5800	58,00
LAGB ACESSÓRIOS E PEÇAS LTDA		1814	2,000	1.103,0000	2.206,00
LAGB ACESSÓRIOS E PEÇAS LTDA		1817	2,000	1.103,0000	2.206,00



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SERRA ALTA**

Página: 5/10

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Julho/2016**  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LT	ARLA 32 - SOLUÇÃO UTILIZADA EM MOTORES À DIESEL COM SISTEMA SRC. QUE POSSUI UMA COMPOSIÇÃO DE 32,5% DE UREIA TÉCNICA E 67,5% DE ÁGUA PURA, ACONDICIONADA EM EMBALAGENS DE 20 LT.	1818	25,000	40,0000	1.000,00
MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LT	FLUIDO PARA RADIADORES QUE CONTROLA A CORROÇÃO E FERRUGEM DOS COMPONENTES METÁLICOS DO MOTOR, INIBE A FORMAÇÃO DE ESPUMA, POSSUI AÇÃO PREVENTIVA CONTRA CONGELAMENTO DO SISTEMA, AÇÃO PREVENTIVA CONTRA SUPERAQUECIMENTO DO SISTEMA, RECOMENDADO PARA EQUIPAMENTOS E MÁQUINAS AGRÍCOLAS E CONSTRUÇÃO. QUE ATENDA A NORMA ASTM D4985 E NORMA DA ABNT NBR 13.705. ACONDICIONADA EM EMBALAGENS DE 20 LT.	1816	5,000	280,0000	1.400,00
MILLENIUM COM. DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS LT	AQUISIÇÃO DE BOMBA CENTRÍFUGA COM 04 ESTÁGIOS, ACIONADA POR MOTOR ELÉTRICO COM NO MÍNIMO 2,0CV, IP 21 60HZ, COM 3500RPM 127/220V, MONOFÁSICO CONSTRUÍDA EM FERRO FUNDIDO, ROTORES EM ALUMÍNIO, VEDAÇÃO SELO MECÂNICO 3/4" TIPO 21 BUNA (ÁGUA) COM BOCAL DE SUÇÃO (ENTRADA) 1" ROSCA BSP E BOCAL DE RECALQUE (SAÍDA) 1" ROSCA BSP.		1,000	1.569,0000	1.569,00
MILLENIUM COM. DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS LT	AQUISIÇÃO DE BOMBA CENTRÍFUGA COM 06 ESTÁGIOS, ACIONADA POR MOTOR ELÉTRICO COM NO MÍNIMO 15CV, IP-55 60HZ, COM 3450RPM 220/380/440V, TRIFÁSICO CONSTRUÍDA EM FERRO FUNDIDO, EIXO AÇO INOX, ROTORES EM ALUMÍNIO, VEDAÇÃO SELO MECÂNICO TIPO 21 BUNA (ÁGUA) COM BOCAL DE SUÇÃO (ENTRADA) 1 1/2" ROSCA BSP E BOCAL DE RECALQUE (SAÍDA) 1 1/2" ROSCA BSP.		1,000	5.449,0000	5.449,00
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	DESINFETANTE DE USO GERAL, GERMICIDA E BACTERICIDA, UM PRODUTO PARA LIMPAR E DAR UM AROMA AGRAVÁVEL, PARA LIMPEZA DE COZINHA E PISOS, PIAS, AZULEJOS, SANITÁRIOS E OUTRAS SUPERFÍCIES LAVÁVEIS, CONTENDO NO MÍNIMO CLORETO DE BENZALCÔNIO 1,14% DILUIÇÃO 1 LITRO PARA 15 LITROS DESINFETANTE SUPERCONCENTRADO DEVE ELIMINAR AS BACTÉRIAS GRAM POSITIVAS, GRAM NEGATIVAS, FUNGOS E GRAN-VIRUS EM SUPERFÍCIES FIXAS EM GERAL. COMPOSIÇÃO: CLORETO DE BENZALCÔNIO, EMULSIFICANTE, ESSENCIA, CONSERVANTE, CORANTE E VEÍCULO. PRINCÍPIO PRINCIPAATIVO: CLORETO DE BENZALCÔNIO. APRESENTAR REGISTRO NA ANVISA E FICHA TÉCNICA (Galão de 5L).	1715	70,000	7,5000	525,00
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	DETERGENTE LÍQUIDO PARA ROUPA, EM ÁCIDO SULFÔNICO, LAURIL ÉTER SULFATO DE SÓDIO, AL CALINIZANTES, ESPESANTE, CONSERVANTES, BRANQUEADOR ÓPTICO, COM FRAGRÂNCIA, CORANTE E VEÍCULO. (GALÃO DE 5LITROS). APRESENTAR O REGISTRO NA ANVISA E FICHA TÉCNICA.	1715	50,000	10,0800	504,00
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	ESPONJÃO FIBRA ABRASIVA SINTÉTICA. TAMANHO: 99MM X 70MM X 13MM. UTILIZADA PARA LIMPEZA PESADA (Alumínio e Ferro) E SUJEIRAS MAIS IMPREGNADAS.	1715	50,000	1,4900	74,50
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	GUARDANAPO 100% CELULOSE FOLHA DUPLA 32CMX32CM CX. COM 40 PACOTES CONTENDO 50UND. CADA. TOTALIZANDO 2.000 UND.	1715	50,000	60,0000	3.000,00



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SERRA ALTA**

Página: 6/10

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Julho/2016**  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	PAPEL TOALHA (BANHEIRO) 3 DOBRAS 100% FIBRAS CELULOSE. FOLHAS BRANCAS SIMPLES - TAMANHO 21X23CM GRAMATURA 24G. EMBALAGEM COM 1.500UN. APRESENTAR NO ATO DA LICITAÇÃO LAUDO MICROBIOLÓGICO DE GRAMATURA.	1715	300,000	14,7000	4.410,00
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	RODO DE ESPUMA DUPLA FACE, TAMANHO: 40CM X 0,10X16CM COM MANTA ABRASIVA COM CABO DE MADEIRA DE 1,50MTS.	1715	50,000	8,0000	400,00
PÉGASUS ATACADISTA LTDA ME	FITA DUREX COLORIDA 12MM X 10M NAS CORES: VERDE, AZUL, AMARELO, VERMELHO, PRETO, ROSA, BRANCA.		10,000	0,5400	5,40
PÉGASUS ATACADISTA LTDA ME	GRAMPEADOR MÉDIO EM METAL, fabricado em chapa de aço, pintura epóxi (líquida) apoio da base em polietileno e coberto em resina termoplástica, dimensões: 10,5x5,2x3,2cm. Base de fechamento de grampo em duas posições (grampo fechado e grampo aberto), em aço, com acabamento niquelado, estojo de alojamento dos grampos em chapa de aço, mola resistente com retração automática. Capacidade de grampear até 25 folhas.		2,000	8,7000	17,40
PÉGASUS ATACADISTA LTDA ME	MARCA TEXTO DIVERSAS CORES, PONTA CHANFRADA PARA TRAÇO FINO E GROSSO. EM RESINA TERMOPLÁSTICA, PONTA DE FELTRO E TINTA A BASE DE CORANTES E SOLVENTES. CAIXA COM 12 UNID.		5,000	11,4000	57,00
PÉGASUS ATACADISTA LTDA ME	PALITOS DE PICOLÉ COM 100 UNIDADES O PACOTE, COLORIDOS E NÃO COLORIDOS.		10,000	1,9500	19,50
PÉGASUS ATACADISTA LTDA ME	PINCEL ARTÍSTICO Nº 04, Nº 06, Nº 08, Nº 10 E Nº 12 PARA PINTURA, PACOTES COM 12 UNIDADES CADA.		3,000	14,0000	42,00
PÉGASUS ATACADISTA LTDA ME	RÉGUAS PLÁSTICAS TRANSPARENTES 30 CM		100,000	0,4200	42,00
PÉGASUS ATACADISTA LTDA ME	TINTA SPRAY, USO INTERNO E EXTERNO, SECAGEM RÁPIDA EM RESINA ACRÍLICA, CONTEÚDO 400ML/250G, RESINA HIDROCARBÔNICA, DIOXÍDO DE TITÂNIO, DISPERSANTE, PIGMENTO ORGÂNICO E INORGÂNICO, ACETONA, XÍLOL, GÁS BUTANO E PROPANO. CORES DOS FRASCOS: DOURADO, PRATA, ROSA, VERDE, AZUL, VERMELHO, LARANJA, LILÁS, PRETO, BRANCO, AMARELO.		5,000	11,4000	57,00
POTENCIA SOM E INFORMÁTICA LTDA	CLIPS GRANDE Nº 08/0, PRODUZIDO COM ARAME DE AÇO, EMBALAGEM COM 25 UNID.		10,000	1,3300	13,30
POTENCIA SOM E INFORMÁTICA LTDA	CLIPS MÉDIO Nº 10/0, PRODUZIDO COM ARAME DE AÇO, EMBALAGEM COM 100GR.		20,000	2,4900	49,80
POTENCIA SOM E INFORMÁTICA LTDA	FITA BRANCA COM COLA ADESIVA LARGURA 24MM X 50M		10,000	5,9000	59,00
POTENCIA SOM E INFORMÁTICA LTDA	PISTOLA DE COLA QUENTE GRANDE, suporte dobrável, bico emborrachado, utiliza refil grosso. Especificações técnicas: bivolt (110V/220V), 40W, cabo e plug segundo as normas do INMETRO, secagem em 60 segundos. Refil com 30 cm de comp. garantia de 3 meses.		5,000	15,3700	76,85
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE	PRANCHAS PARA CAMINHÃO TRUCK, COM CAPACIDADE DE 15 TONELADAS, COM RAMPA MECÂNICA.		1,000	3.500,0000	3.500,00
RODO VIAS TINTAS E SINALIZAÇÃO VIÁRIA EIRE	MICRO ESFERA DE VIDRO REFLETIVA TIPO DROP-ON TIPO II-A, ACONDICIONADA EM SACAS CONTENDO 25KG, EM CONFORMIDADE COM A NBR 6831/01 DA ABNT.	1851	5,000	120,0000	600,00



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SERRA ALTA**

Página: 7/10

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Julho/2016**  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
RODO VIAS TINTAS E SINALIZAÇÃO VIÁRIA EIRE	TINTA PARA DEMARCAÇÃO VIÁRIA A BASE DE RESINA ACRÍLICA E SOLVENTES ORGÂNICOS COR BRANCA, PADRÃO NBR 11862, ACONDICIONADA EM BALDE DE 18 LITROS, DE PRIMEIRA LINHA, (COR PADRÃO DE MUNSELL 9,5) DE ACORDO COM AS NORMAS DER 3,09 E NBR 11862 LAUDEADA E LACRADA POR INSTITUTO DE CERTIFICAÇÃO OFICIAL, COM VALIDADE NO MÍNIMO 06 MESES APOS A DATA DA ENTREGA DO PRODUTO. * A tinta a ser aplicada na demarcação viária deve ser específica para uso em superfície betuminosa ou de concreto de cimento Portland. * A tinta logo após a abertura do recipiente, não deve apresentar sedimentos, natais e ou grumos, que não possam ser facilmente dispersos por ação manual. * A tinta deve apresentar características anti-derrapantes. * A tinta não deve apresentar coágulos, natais, crostas ou separação de cor. ÁGUA SANITÁRIA, EM HIPOCLORITO DE SÓDIO, ESTABILIZANTES, COM TEOR DE CLORO ATIVO ENTRE 2,0% A 2,5%, (Galão de 1 Litros). Apresentar Registro na Anvisa e Ficha Técnica. ÁGUA SANITÁRIA, EM HIPOCLORITO DE SÓDIO, ESTABILIZANTES, COM TEOR DE CLORO ATIVO ENTRE 2,0% A 2,5%, (Galão de 5 Litros). Apresentar Registro na Anvisa e Ficha Técnica. ALVEJANTE SEM CLORO GALÃO DE 5L, EM PERÓXIDO DE HIDROGENIO, LAURIL ÉTER SULFATO DE SÓDIO, SOLVENTE DISPERSANTE, FRAGÂNCIA, CORANTE. Apresentar Registro da Anvisa e Ficha Técnica.	1851	10,000	153,0000	1.530,00
SCS COMÉRCIO LTDA - ME	DETERGENTE LÍQUIDO AMONÍACAL, É USADO PARA A LAVAGEM DE ROUPAS E LIMPEZA DE PISOS EM GERAL. COMPOSIÇÃO: ÁCIDO SULFÔNICO, LAURIL, ÉTER SULFATO DE SÓDIO, ESPESSENTES, ALCALINIZANTE, COADJUVANTE, CORANTE. SUPER CONCENTRADO COM DILUIÇÃO ATE 1/100LTS COM BAIXO ODORE DE ALTO GRAU DE VISCOSIDADE. APRESENTAR O REGISTRO NA ANVISA E FICHA TÉCNICA (GALÃO DE 5LITROS)	1719	50,000	1,6700	83,50
SIPROLIMP - SIMIONATO PRODUTOS DE LIMPEZ	HIPOCLORITO DE SÓDIO - DESINFETANTE CLORADO A 200 PPM DE CLORO ATIVO PARA VEGETAIS. DESINFECÇÃO DE FRUTAS, LEGUMES E VERDURAS E DEVE SER APROVADA PARA TAL ESPECIFICIDADE. EMBALAGEM DE 5 LITROS.	1718	20,000	5,6800	113,60
SIPROLIMP - SIMIONATO PRODUTOS DE LIMPEZ	APAGADOR DE QUADRO BRANCO, RESINAS TERMOPLÁSTICA, FELTRO E MADEIRA.	1718	50,000	7,8700	393,50
SIPROLIMP - SIMIONATO PRODUTOS DE LIMPEZ	CARTOLINAS BRANCAS DIMENSÕES 50 X 66, GRAMATURA 150 G	1718	30,000	9,7100	291,30
SIPROLIMP - SIMIONATO PRODUTOS DE LIMPEZ	CARTOLINAS BRANCAS DIMENSÕES 50 X 66, GRAMATURA 150 G	1718	50,000	7,3000	365,00
SIPROLIMP - SIMIONATO PRODUTOS DE LIMPEZ	CARTOLINAS CORES DIVERSAS: AZUL, VERDE, ROSA E AMARELO DIMENSÕES 50 X 66CM, GRAMATURA 150G.	1718	8,000	1,4000	11,20
SIPROLIMP - SIMIONATO PRODUTOS DE LIMPEZ	CARTOLINAS CORES DIVERSAS: AZUL, VERDE, ROSA E AMARELO DIMENSÕES 50 X 66CM, GRAMATURA 150G.	1718	100,000	0,3400	34,00
SIPROLIMP - SIMIONATO PRODUTOS DE LIMPEZ	COLA EM BASTÃO ATÓXICA lavável polivinilpirrolidona (PVP). A base água com glicerina, rápida, limpa e econômica, no mínimo 20gr.	1718	297,000	0,3400	100,98
SIPROLIMP - SIMIONATO PRODUTOS DE LIMPEZ	COLA ESCOLAR TUBO GRANDE 110GR, LAVÁVEL E ATÓXICA	1718	400,000	0,3400	136,00
TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	CARTOLINAS CORES DIVERSAS: AZUL, VERDE, ROSA E AMARELO DIMENSÕES 50 X 66CM, GRAMATURA 150G.	1718	100,000	0,3400	34,00
TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	COLA EM BASTÃO ATÓXICA lavável polivinilpirrolidona (PVP). A base água com glicerina, rápida, limpa e econômica, no mínimo 20gr.	1718	50,000	0,9000	45,00
TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	COLA ESCOLAR TUBO GRANDE 110GR, LAVÁVEL E ATÓXICA	1718	10,000	1,2000	12,00



Página: 8/10

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SERRA ALTA**

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Julho/2016**  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	COLA GLITER CAIXA COM 06 POTES PLÁSTICOS 23G CADA NÃO TOXICA, SOLÚVEL EM AGUA, COMPOSIÇÃO RESINA DE P.V.A., GLITER E CONSERVANTE. DIVERSAS CORES		10,000	5,0500	50,50
TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	COLA GLITER CAIXA COM 06 POTES PLÁSTICOS 23G CADA NÃO TOXICA, SOLÚVEL EM AGUA, COMPOSIÇÃO RESINA DE P.V.A., GLITER E CONSERVANTE. DIVERSAS CORES		7,000	5,0500	35,35
TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	E.V.A COM GLITER. ESPUMA VINILICA ACETINADA, ATÓXICO, LAVÁVEL. SEM CHEIRO. FLEXÍVEL. MODELAGEM ALTO DESEMPENHO. ESPECIALMENTE DESENVOLVIDO PARA USO ESCOLAR. LIVRE DE ACETOFENONA, DICOMILA E FORMAMIDA. APROVADO CONFORME A NORMA EUROPEIA EM 71/3 TAMANHO 60CM X 40CM X 2 MM VÁRIAS CORES		20,000	3,2000	64,00
TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	E.V.A COM GLITER. ESPUMA VINILICA ACETINADA, ATÓXICO, LAVÁVEL. SEM CHEIRO. FLEXÍVEL. MODELAGEM ALTO DESEMPENHO. ESPECIALMENTE DESENVOLVIDO PARA USO ESCOLAR. LIVRE DE ACETOFENONA, DICOMILA E FORMAMIDA. APROVADO CONFORME A NORMA EUROPEIA EM 71/3 TAMANHO 60CM X 40CM X 2 MM VÁRIAS CORES		198,000	3,2000	633,60
TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	GRAMPOS PARA GRAMPEADOR 26/6 C/1000 UND POR CAIXA		2,000	0,6500	1,30
TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	LÁPIS DE COR CAIXA GRANDE COM 12 CORES, formato sextavado, com a seguinte composição: pigmentos, aglutinantes, carga inerte, ceras e madeira plantada, procedência nacional e selo do inseto.		20,000	2,6300	52,60
TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	PAPEL CARTÃO, TAMANHO 48X66, ESPESSURA 0,25MM, CORES DIVERSAS. CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CX COM 20UND		5,000	12,8000	64,00
TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	PAPEL CARTÃO, TAMANHO 48X66, ESPESSURA 0,25MM, CORES DIVERSAS. CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CX COM 20UND		6,000	12,8000	76,80
TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	PAPEL CREPOM NAS DIMENSÕES MÍNIMAS DE 2M X 0,48CM, 19GR CORES DIVERSAS CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.		50,000	0,4500	22,50
TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	PAPEL CREPOM NAS DIMENSÕES MÍNIMAS DE 2M X 0,48CM, 19GR CORES DIVERSAS CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.		183,000	0,4500	82,35
TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	PAPEL DUPLA FACE NAS DIMENSÕES MÍNIMAS DE 48X66CM, GRAMATURA 180G. NAS SEGUINTES CORES: VERMELHO, VERDE, AZUL, PRETO, ROSA, AMARELO, ROXO, PRATA, LARANJA.		50,000	0,4600	23,00
TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	PAPEL DUPLA FACE NAS DIMENSÕES MÍNIMAS DE 48X66CM, GRAMATURA 180G. NAS SEGUINTES CORES: VERMELHO, VERDE, AZUL, PRETO, ROSA, AMARELO, ROXO, PRATA, LARANJA.		152,000	0,4600	69,92
TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	PLACA E.V.A ARTÍSTICO, SEM CHEIRO, FLEXÍVEL, MODELAGEM ALTO DESEMPENHO, ESPECIALMENTE DESENVOLVIDO PARA USO ESCOLAR. LIVRE DE ACETOFENONA, DICOMILA E FORMAMIDA. APROVADO CONFORME A NORMA EUROPEIA EM 71/3. NAS DIMENSÕES: 600 X 400 X 2MM. VÁRIAS CORES.		40,000	0,8200	32,80



Página: 9/10

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SERRA ALTA**

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Julho/2016**  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	PLACA E.V.A ARTÍSTICO, SEM CHEIRO, FLEXÍVEL, MODELAGEM ALTO DESEMPENHO, ESPECIALMENTE DESENVOLVIDO PARA USO ESCOLAR. LIVRE DE ACETOFENONA, DICOMILA E FORMAMIDA. APROVADO CONFORME A NORMA EUROPEIA EM 71/3. NAS DIMENSÕES: 600 X 400 X 2MM. VÁRIAS CORES.		120,000	0,8200	98,40
TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	PLACA E.V.A ATOALHADO, SEM CHEIRO, FLEXÍVEL, MODELAGEM ALTO DESEMPENHO, ESPECIALMENTE DESENVOLVIDO PARA USO ESCOLAR. LIVRE DE ACETOFENONA, DICOMILA E FORMAMIDA. APROVADO CONFORME A NORMA EUROPEIA EM 71/3 TAMANHO 60CM X 40CM X 2 MM VÁRIAS CORES		20,000	2,1000	42,00
TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	PLACA E.V.A ATOALHADO, SEM CHEIRO, FLEXÍVEL, MODELAGEM ALTO DESEMPENHO, ESPECIALMENTE DESENVOLVIDO PARA USO ESCOLAR. LIVRE DE ACETOFENONA, DICOMILA E FORMAMIDA. APROVADO CONFORME A NORMA EUROPEIA EM 71/3 TAMANHO 60CM X 40CM X 2 MM VÁRIAS CORES		102,000	2,1000	214,20
TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	PLACA E.V.A POÁ SEM CHEIRO, FLEXÍVEL, MODELAGEM ALTO DESEMPENHO, ESPECIALMENTE DESENVOLVIDO PARA USO ESCOLAR. LIVRE DE ACETOFENONA, DICOMILA E FORMAMIDA. APROVADO CONFORME A NORMA EUROPEIA EM 71/3 TAMANHO 60CM X 40CM X 2 MM VÁRIAS CORES		30,000	2,9000	87,00
TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	PLACA E.V.A QUADRICULADO, SEM CHEIRO, FLEXÍVEL, MODELAGEM ALTO DESEMPENHO, ESPECIALMENTE DESENVOLVIDO PARA USO ESCOLAR. LIVRE DE ACETOFENONA, DICOMILA E FORMAMIDA. APROVADO CONFORME A NORMA EUROPEIA EM 71/3 TAMANHO 60CM X 40CM X 2 MM VÁRIAS CORES		30,000	4,9000	147,00
TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	PLACA E.V.A QUADRICULADO, SEM CHEIRO, FLEXÍVEL, MODELAGEM ALTO DESEMPENHO, ESPECIALMENTE DESENVOLVIDO PARA USO ESCOLAR. LIVRE DE ACETOFENONA, DICOMILA E FORMAMIDA. APROVADO CONFORME A NORMA EUROPEIA EM 71/3 TAMANHO 60CM X 40CM X 2 MM VÁRIAS CORES		62,000	4,9000	303,80
TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	PLACA E.V.A, ESPECIAL, SEM CHEIRO, FLEXÍVEL, MODELAGEM ALTO DESEMPENHO, ESPECIALMENTE DESENVOLVIDO PARA USO ESCOLAR. LIVRE DE ACETOFENONA, DICOMILA E FORMAMIDA. APROVADO CONFORME A NORMA EUROPEIA EM 71/3 TAMANHO 60CM X 40CM X 2 MM VÁRIAS CORES		30,000	2,9000	87,00
TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	PLACA E.V.A, ESPECIAL, SEM CHEIRO, FLEXÍVEL, MODELAGEM ALTO DESEMPENHO, ESPECIALMENTE DESENVOLVIDO PARA USO ESCOLAR. LIVRE DE ACETOFENONA, DICOMILA E FORMAMIDA. APROVADO CONFORME A NORMA EUROPEIA EM 71/3 TAMANHO 60CM X 40CM X 2 MM VÁRIAS CORES		34,000	2,9000	98,60
TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	ROLO DE TNT, GRAMATURA 45GR, 1,40M DE ALTURA X 50M DE COMP., PESO APROXIMADO DE 5,6KG. CORES DIVERSAS conforme solicitação da secretaria municipal de educação.		3,000	44,9000	134,70
TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	TESOURA ESCOLAR MÉDIA, LÂMINA DE AÇO INÓX, CABO DE PLÁSTICO REFORÇADO, NO MÍNIMO 13CM, SEM PONTA.		10,000	1,3000	13,00
TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	TESOURA ESCOLAR MÉDIA, LÂMINA DE AÇO INÓX, CABO DE PLÁSTICO REFORÇADO, NO MÍNIMO 13CM, SEM PONTA.		28,000	1,3000	36,40
TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	TESOURA GRANDE, CABO PLÁSTICO EMBORRACHADO, LÂMINA EM AÇO INOXIDÁVEL, TAMANHO 21,5CM.		5,000	4,3000	21,50



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA**

Página: 10/10

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Julho/2016**  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	TUBO DE COLA, COMPOSIÇÃO: POLIACETADO DE VINILA PVA EM DISPERSÃO ACUOSA. COR BRANCA 1000GR. EXTRA FORTE.		5,000	6,9000	34,50
TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	TUBO DE COLA, COMPOSIÇÃO: POLIACETADO DE VINILA PVA EM DISPERSÃO ACUOSA. COR BRANCA 1000GR. EXTRA FORTE.		4,000	6,9000	27,60
TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	TUBO DE COLA, COMPOSIÇÃO: RESINA VINILICA, TENSOATIVOS, PLASTIFICANTES E CONSERVANTES. COR BRANCA, NÃO TÓXICA, LAVÁVEL, CONTENDO 1000GR.		5,000	5,1000	25,50
TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	TUBO DE COLA, COMPOSIÇÃO: RESINA VINILICA, TENSOATIVOS, PLASTIFICANTES E CONSERVANTES. COR BRANCA, NÃO TÓXICA, LAVÁVEL, CONTENDO 1000GR.		4,000	5,1000	20,40
<b>Total Geral do Mês —&gt;</b>					<b>312.192,71</b>



# Sombrio

## PREFEITURA

**DEC. 311/2016**

DECRETO Nº 311, DE 29 DE JULHO DE 2016.  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio - SC, de 06 de abril de 1990 e o artigo 6º, da Lei nº 2250 de 22 de Dezembro de 2015, (Lei Orçamentária)

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica aberto ao orçamento fiscal da Prefeitura Municipal de Sombrio, crédito suplementar, no valor de R\$ 115.000,00 (cento e quinze mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

05.04 - DIRET. DE ASSIST. TÉCNICA E ADMINISTRATIVA  
2.051 - Manutenção do Ensino Infantil  
3.3.90.00.00.00.00.0086(69) - Aplicações Diretas  
..... R\$ 30.000,00  
11.02 - DIRETORIA DE ESPORTES  
2.047 - Manut. do Esporte Amador e Estudantil  
3.3.90.00.00.00.00.0080(146) - Aplicações Diretas  
..... R\$ 79.000,00  
4.4.90.00.00.00.00.0080(147) -Aplicações Diretas  
..... R\$ 6.000,00

Art. 2º A abertura de Crédito de que trata o art. 1º, correrá por conta do provável excesso de arrecadação das fontes 80 e 86

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Município de Sombrio – SC, 29 de julho de 2016.  
Zênio Cardoso  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário  
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

**PORT. 201/2016**

PORTARIA Nº. 201 DE 08 DE AGOSTO DE 2016  
NOMEIA SERVIDORES APROVADOS PELO CONCURSO PÚBLICO  
EDITAL Nº 001/2015 (ADMINISTRAÇÃO)

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, no uso da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990 combinado com a Lei nº. 1.414 de 20 de Maio de 2003.

**RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear o servidor abaixo relacionado, aprovado no Concurso Público Edital nº. 001/2015 (Administração), para o cargo de Operador de Equipamentos, com Carga Horária de 40 (quarenta) horas semanais, como segue:

NOME
Ricardo Daboit Possamai

Esta Portaria Entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio – SC, 08 de agosto de 2016.  
Zênio Cardoso  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário  
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

**PORT. 202/2016**

PORTARIA Nº. 202 DE 08 DE AGOSTO DE 2016  
NOMEIA SERVIDORES APROVADOS PELO CONCURSO PÚBLICO  
EDITAL Nº 001/2015 (SAMAE)

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, no uso da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990, Lei nº. 1.414 de 20 de Maio de 2003 combinado com a Lei Complementar nº 006, de 07 de agosto de 2007.

**RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear o servidor abaixo relacionado, aprovado no Concurso Público Edital nº. 001/2015 (SAMAE), para o cargo de Operador de ETE/ETA, com Carga Horária de 40 (quarenta) horas semanais, como segue:

NOME
Paulo Rogério de Quadros Rosa

Esta Portaria Entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio – SC, 08 de agosto de 2016.  
Zênio Cardoso  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário  
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento



# Sul Brasil

## PREFEITURA

### DECRETO 187/2016

DECRETO Nº 187/2016 DE 08/08/2016

“DISPÕE SOBRE O REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal do Município de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto na Lei nº 1072/2015 de 17 de dezembro de 2015.

Artigo 1º – FICA o Setor de Contabilidade autorizado e efetuar o remanejamento de dotações orçamentárias nos (as) seguintes Projetos/Atividades do Orçamento Municipal Vigente:

DE:

03.01.0004.122.0005.2.011- Contribuição às entidades municipalistas

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
4.4.71.00 (21)	0.1.00.000000	Transferência a Consórcios Públicos – Aplic. Diretas (1000)	R\$ 3.000,00

PARA:

03.01.0004.122.0005.2.011- Contribuição às entidades municipalistas

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.3.50.00 (18)	0.1.00.000000	Transferência a Entidades s/ Fins Lucrativos – Aplic. Diretas (1000)	R\$ 3.000,00

DE:

03.01.0004.122.0005.2.011- Contribuição às entidades municipalistas

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.3.71.00 (19)	0.1.00.000000	Transferência a Consórcios Públicos – Aplic. Diretas (1000)	R\$ 6.500,00
3.3.93.00 (20)	0.1.00.000000	Aplicação Direta Decorrente de Consórcio Público Operação entre Órgãos – Aplic. Diretas (1000)	R\$ 5.500,00

PARA:

03.01.0004.122.0005.2.011- Contribuição às entidades municipalistas

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.1.71.00 (17)	0.1.00.000000	Transferência a Consórcios Públicos – Aplic. Diretas (1000)	R\$ 12.000,00

Artigo 2º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e esta vinculada a Lei 1.027 de 06 de abril de 2015 que institui o DOM - Diário Oficial dos Municípios.

Artigo 3º – Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil – SC,  
aos 08 de agosto de 2016.

EDER IVAN MARMITT  
Prefeito Municipal

Gabinete do Prefeito Municipal Registrado e Publicado na Data Supra.

PAULO CESAR HUBNER  
CONTADOR CRC/SC 024848/O-0



# Timbé do Sul

## PREFEITURA

### DECRETO 160/2016; NOMEIA SERVIDOR COMISSIONADO

DECRETO Nº. 160, DE 04 DE AGOSTO DE 2016.

NOMEIA SERVIDOR COMISSIONADO

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal Nº 899/96 que dispõe sobre a estrutura administrativa do Poder Executivo do Município de Timbé do Sul:

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada Claudione Panatto Ghellere, CPF nº 552.337.249-87 e RG 537.555, no Cargo de Diretor do Departamento de Esportes, no Quadro de Pessoal Comissionado do Município de Timbé do Sul.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul/SC, 04 de agosto de 2016.

Eclair Alves Coelho

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na data supra.

Helder Pessetti

Secretário de Administração e Finanças

### PORTARIA 63/2016; CONCEDE GRATIFICAÇÃO

PORTARIA Nº. 63, DE 05 DE AGOSTO DE 2016.

CONCEDE GRATIFICAÇÃO

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao servidor abaixo identificado, gratificação de 30% sobre seus vencimentos:

Nome do Servidor	Matrícula	Cargo
CLAUDIONE PANATTO GHELLERE	3153	DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ESPORTES

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul/SC, 05 de agosto de 2016.

ECLAIR ALVES COELHO

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

HELDER PESSETTI

Secretário de Administração e Finanças



# Timbó

## PREFEITURA

### **ATA DILIGÊNCIA ACERCA DOCUMENTO JUCESC - TOMADA DE PREÇO N.º 46 2016 PMT**

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

TOMADA DE PREÇO Nº 46/2016 – PMT  
ATA DE DILIGÊNCIA

Às oito horas do oitavo dia, do mês de agosto de dois mil e dezesseis, na sala de Licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ-SC reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº 1894, de 1º de março de 2016, sob a presidência da Sra. Marlise Theilacker, estando presentes os membros Barbara Luiza Poffo de Azevedo e Lourdes Moser, com o objetivo de dar continuidade no procedimento licitatório – Tomada de Preço nº 46/2016 – PMT, em especial após o retorno da análise técnica contábil dos documentos de habilitação.

Analisado o parecer técnico contábil, verificou-se que, em que pese todas as empresas tenham juntado certidão simplificada da JUCESC, certificando constituírem-se de Microempresas e/ou empresas de pequeno porte, da análise da demonstração dos resultados contábeis apresentados pelas empresas, constatou-se que as empresas CONSTRUTORA LOVEMBERGER LTDA ME e EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA VB LTDA EPP não se enquadram mais nesse requisito, de acordo com a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Diante deste fato, e considerando o que dispõe o art. 43, §3º da Lei 8.666/93, com o objetivo de esclarecer o motivo pelo qual as certidões foram juntadas mesmo quando, a princípio, as demonstrações contábeis apontam diversidade do conteúdo certificado, resolvem os membros desta Comissão Permanente de Licitações INTIMAR as empresas CONSTRUTORA LOVEMBERGER LTDA ME e EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA VB LTDA EPP do inteiro teor desta Ata e do parecer técnico contábil para que, querendo, se manifestem no prazo improrrogável de 5 dias úteis, a contar da data de publicação desta ata no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC), sobre a regularidade ou não das certidões por elas juntadas respectivamente a fls. 143 e 242 do processo licitatório nº 46/2016, sob pena de inabilitação, viabilizando assim a continuidade do certame.

Nada mais havendo, a Senhora Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão.

MARLISE THEILACKER

Presidente

BARBARA L. POFFO DE AZEVEDO

Membro

LOURDES MOSER

Membro

### **AVISO PREGÃO PRESENCIAL N.º 15 2016 FCT- RESTAURANTE OFICIAL 26ª FESTA DO IMIGRANTE**

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2016 PMT

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica destinada à prestação de serviço de alimentação, sem autonomia no espaço, para fornecimento de alimentação - venda de almoços e jantares - buffet livre- junto ao Restaurante Oficial da 26ª Festa do Imigrante,

disponibilizando toda estrutura necessária, mão de obra, balcão térmico ou richô para buffet, talheres (em inox), pratos (de porcelana), e limpeza do local, que acontecerá no período de 07 a 12 de outubro. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até às 08h30min do dia 22 de agosto de 2016. ABERTURA: dia 22 de agosto de 2016 às 08h40min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro □ Timbó/SC, ou no site: [www.timbo.sc.gov.br](http://www.timbo.sc.gov.br).

Timbó, 08 de agosto de 2016

JORGE R. FERREIRA

Diretor Presidente Fundação Cultural de Timbó

### **AVISO PREGÃO PRESENCIAL N.º 16 2016 FCT - RESTAURANTE DE SERVIÇO 26ª FESTA DO IMIGRANTE**

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2016 PMT

OBJETO: contratação de pessoa jurídica para o fornecimento de alimentação durante a 26ª Festa do Imigrante, no período de 07 a 12 de outubro de 2016 - Restaurante de Serviço, de acordo com as condições previstas nos anexos do edital. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até às 10h00min do dia 22 de agosto de 2016. ABERTURA: dia 22 de agosto de 2016 às 10h10min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro □ Timbó/SC, ou no site: [www.timbo.sc.gov.br](http://www.timbo.sc.gov.br).

Timbó, 08 de agosto de 2016

JORGE R. FERREIRA

Diretor Presidente Fundação Cultural de Timbó

### **AVISO TOMADA DE PREÇO N.º 65 2016 PMT - PROLONGAMENTO ILUMINAÇÃO RUA NICARÁGUA**

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE TOMADA DE PREÇO Nº 65/2016 PMT

OBJETO: contratação de empresa especializada para execução do prolongamento da iluminação pública da Rua Nicarágua e trevos da Rua Marechal Deodoro. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até às 09h00min do dia 25 de agosto de 2016. ABERTURA: dia 25 de agosto de 2016 às 09h10min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro □ Timbó/SC, ou no site: [www.timbo.sc.gov.br](http://www.timbo.sc.gov.br).

Timbó, 08 de agosto de 2016

ORLEI ADAZIR PEDRON

Secretário de Obras e Serviços Urbanos



**DECISÃO IMPUGNAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL N.º 11 2016 SAMAE**

Pregão Presencial nº 11/2016

**Dos Fatos:**

O SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó publicou em 27/07/2016 para abertura em 09/08/2016 às 8:40h, o Edital de Pregão nº. 11/2016, tendo como objeto “contratação de mão de obra especializada em eletro eletrônica, manutenção de bombas, serviços de torno e solda, serralheria e manutenção técnica em geral, com fornecimento de peças”.

Na data de 06 de agosto do corrente, a empresa RAFAEL OTTO RECKELBERG, inscrita no CNPJ n. 18.901.142/0001-95, por intermédio de seu representante Sr Rafael Otto Reckelberg, apresentou impugnação ao edital supra mencionado, questionando-o em relação ao item 7.3.4.

**Preliminarmente:****Da intempestividade**

O edital em seu item 4.1 determina que as impugnações ao ato convocatório e dos recursos devem ser protocolados, em se tratando de pretensões participantes, em até dois dias úteis, antes da abertura de envelopes.

Diante de tal previsão e considerando que a data da abertura das propostas será dia 09 de agosto, o último dia útil do prazo para as empresas participantes protocolarem tempestivamente sua impugnação seria o dia 05 de agosto de 2016, caracterizando assim a intempestividade, o que prejudica não apenas o seu recebimento, mas análise de quaisquer de seus termos.

Em que pese à efetiva caracterização de intempestividade da impugnação perpetrada pela empresa impugnante, salvo melhor juízo e buscando zelar pela regularidade procedimental do certame licitatório, também no mérito não se vislumbra qualquer razão aos termos da impugnação, senão vejamos:

**Do Mérito:**

Ao contrário do que consta da impugnação, o SAMAE não violou qualquer dispositivo legal e tampouco impediu, obsteu ou limitou a participação de nenhum interessado junto ao certame, ao revés, oportuniza e resguarda aos licitantes, em todos os momentos, o direito ao devido processo legal (contraditório e ampla defesa).

A empresa impugnante apenas alega que para a realização dos serviços dispostos no edital é necessária que a licitante vencedora detenha qualificação técnica profissional comprovada, através do registro de profissional e da empresa perante a entidade de classe, que no caso seria o CREA/SC.

Contudo, em nenhum momento a impugnante apresenta fundamentos de fato e de direito que possam justificar tal entendimento.

Pelo contrário, a impugnante ampara seu pleito em resposta à consulta informal realizada por email junto ao CREA/SC, que assim asseverou:

“(…) Sim, se os artefatos fabricados não possuam fins estruturais, o responsável poderá ser um técnico em mecânica. Caso fabrique estruturas, o tecnólogo em mecânica ou o engenheiro mecânico são habilitados. Caso a empresa realize, também, o projeto/dimensionamento dos artefatos estruturais, somente o engenheiro é habilitado.”

Vislumbra-se que a resposta emitida pelo CREA/SC através do Sr. Jaison Nicolodi não se presta a amparar a pretensão da empresa impugnante, visto que o objeto do Pregão Presencial n. 11/2016 SAMAE sequer contempla projeto e dimensionamento de artefatos estruturais, sendo desnecessária a exigência descrita pela Impugnante.

É certo que o SAMAE, ao lançar o referido edital de licitação, cumpriu com todos os requisitos legais aplicáveis à espécie, não impondo restrição ou limitação a qualquer direito, seja ele com relação à impugnante ou a qualquer outro interessado.

Ante todo o exposto e atendendo ao princípio da legalidade, impessoalidade, interesse público, economicidade e vinculação ao instrumento convocatório, e considerando os fundamentos acima apresentados, DECIDO pelo INDEFERIMENTO da Impugnação ao Edital de Pregão nº. 11/2016 apresentado pela empresa RAFAEL OTTO RECKELBERG, mantendo-se na íntegra o disposto na redação original do item 7.3.4 do edital.

Timbó (SC), 08 de agosto de 2016.

JEAN MESSIAS RODRIGUES VARGAS  
PREGOEIRO



# Três Barras

## PREFEITURA

### PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº. 91/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS

CONCORRÊNCIA Nº 01/2015.

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 91/2015.

RESULTADO FINAL

O Município de Três Barras, através da Prefeitura Municipal de Três Barras inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.400/0001-35 com sede à Av. Santa Catarina, 616 – Centro – Três Barras - SC, através da Comissão Especial de Licitação, vem DIVULGAR o resultado final após análise das propostas TÉCNICAS E COMERCIAIS apresentadas pelas licitantes:

\* AEGEA Saneamento e Participações S/A

Nota Técnica: 823,000 – Nota Comercial: 1000,000 – Nota Final: 893,800

\* CONSÓRCIO TRÊS BARRAS SANEAMENTO

Nota Técnica: 960,00 – Nota Comercial: 803,810 – Nota Final: 897,524

O prazo para interposição de recurso é de 05 (cinco) dias úteis a partir da data de publicação deste Extrato.

Maiores informações poderão ser obtidas pessoalmente na Coordenadoria de Licitações da Prefeitura Municipal situada no Paço municipal, cito a Avenida Santa Catarina, 616 - Centro, ou ainda por e-mail [licitacao@tresbarras.sc.gov.br](mailto:licitacao@tresbarras.sc.gov.br), no horário de expediente em vigor.

Três Barras - SC, 08 de agosto de 2016.

Sidilon Pazda - Presidente da Comissão Especial de Licitação.



# Treze Tílias

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PP 52/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS  
Processo Licitatório nº 51/2016 – PREGÃO PRESENCIAL

Objeto: A presente licitação tem por objeto o registro de preços para aquisição de pedras para atender a necessidade da Secretaria de Transportes e Obras e demais secretarias do município de Treze Tílias, conforme itens constantes no Anexo I.

O recebimento dos envelopes contendo a “proposta” e “documentação” será até as 14h00 min do dia 19/08/2016, sendo que a abertura e o julgamento do processo licitatório serão no mesmo dia e horário, na Sala de Reuniões da Prefeitura de Treze Tílias, situada na Praça Ministro Andreas Thaler, 25, Centro, Treze Tílias, CEP 89650-000. Mesmo local onde pode ser obtido o edital na íntegra. Maiores informações no telefone (49) 35370166.

MAURO DRESCH  
Prefeito

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 36/2016

EXTRATO DE CONTRATO 36/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS

CONTRATADO: BETHA SISTEMAS LTDA

OBJETO: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para fornecimento de forma parcelada, de licença de uso de aplicativos de gestão pública, com acesso simultâneo de usuários, e que atenda as especificações técnicas, os quantitativos e os serviços técnicos correlatos descritos neste edital e em seus Anexos I e II.

DOTAÇÃO: Para cobrir a despesa decorrente da execução do objeto desta licitação, serão empregadas as dotações orçamentárias próprias, do orçamento vigente para 2016:

Prefeitura Municipal: 03.01.2003.3.3.90.00.00.00.00.00

Fundo Municipal de Saúde: 04.01.2104.3.3.90.00.00.00.00

Fundo Municipal de Assistência Social: 10.03.2407.3.3.90.00.00.00

VALOR: O valor hora contratado é R\$ 176.246,80 (Cento e setenta e seis mil, duzentos e quarenta e seis reais e oitenta centavos) de acordo com o itens constante no Anexo I.

VIGÊNCIA: O presente instrumento terá duração de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura do contrato. Podendo ser renovado por períodos sucessivos até o limite de 48 (quarenta e oito) meses, nos termos do artigo 57, inciso IV da Lei 8.666/93, através de termos Aditivos.

DATA ASSINATURA: 18/07/2016

TREZE TÍLIAS, 18/07/2016

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 37/2016

EXTRATO DE CONTRATO 37/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS

CONTRATADO: R.N.LOGISTICA & SOLUCOES EM TRANSPORTE RODOVIARIO DE CARGAS LTDA – EPP

OBJETO: A presente licitação tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de horas máquina de escavadeira para atender as necessidades da Secretaria de Transportes e Obras e Secretaria da Agricultura do município de Treze Tílias, em

conformidade com as especificações do Anexo I

DOTAÇÃO: Para cobrir a despesa decorrente da execução do objeto desta licitação, serão empregadas as dotações orçamentárias próprias, do orçamento vigente para 2016: 05.01.2005.33.90.00.00.00.00.

VALOR: O valor total ora contratado é de R\$ 106.050,00 (Cento e seis mil e cinquenta reais), de acordo com os itens vencedores do Processo de Licitação nº 46/2016, conforme Termo de Homologação.

VIGÊNCIA: O presente contrato é válido por 12 meses, contados da data de sua assinatura.

DATA ASSINATURA: 08/08/2016

TREZE TÍLIAS, 08/08/2016

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 38//2016

EXTRATO DE CONTRATO 38/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS

CONTRATADO: SUPERMERCADO E AÇOUGUE J.J LTDA

OBJETO: A presente licitação tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de horas máquina de escavadeira para atender as necessidades da Secretaria de Transportes e Obras e Secretaria da Agricultura do município de Treze Tílias, em conformidade com as especificações do Anexo I

DOTAÇÃO: Para cobrir a despesa decorrente da execução do objeto desta licitação, serão empregadas as dotações orçamentárias próprias, do orçamento vigente para 2016: 05.01.2005.33.90.00.00.00.00.

VALOR: O valor total ora contratado é de R\$ 76.000,00 (Setenta e seis mil reais), de acordo com o item vencedor do Processo de Licitação nº 46/2016, conforme Termo de Homologação.

VIGÊNCIA: O presente contrato é válido por 12 meses, contados da data de sua assinatura.

DATA ASSINATURA: 08/08/2016

TREZE TÍLIAS, 08/08/2016

### EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO 71/2012

EXTRATO DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 71/2012

CONTRATANTE: Município de Treze Tílias.

CONTRATADO: PRAX CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA

OBJETO: Este contrato tem origem no edital de Tomada de preços nº 32/2012 no qual, a contratada, como vencedora, se compromete a efetuar a construção de uma Pré Escola, Padrão FNDE, na Rua Tirol em Treze Tílias, conforme projeto constante no Anexo I, integrante do edital.

REAJUSTE: O preço total ajustado para a aquisição do objeto deste Aditivo é de R\$ 12.482,89 (Doze mil, quatrocentos e oitenta e dois reais e oitenta e nove centavos), conforme solicitação e parecer técnico em anexo.

DEMAIS CLAUSULAS: Todas as demais cláusulas permanecem inalteradas

DATA ASSINATURA: 08/08/2016.

TREZE TÍLIAS, 08 de Agosto de 2016.



**EXTRATO DO I TERMO ADITIVO AO CONTRATO  
25/2016**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 25/2016

CONTRATANTE: Município de Treze Tílias.

CONTRATADO: SETEP CONSTRUÇÕES S.A

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para pavimentação asfáltica C.A.U.Q, nas ruas: Frantz Pointl, José Kandler, 29 de Abril e Fredolino Rambo no município de Treze Tílias – SC, conforme planilha contendo os valores máximos, no Anexo I, integrante deste edital.

VALOR: O preço total ajustado para a aquisição do objeto deste Aditivo é de R\$ 5.269,38 (Cinco mil, duzentos e sessenta e nove reais, e trinta e oito centavos), conforme solicitação em anexo.

DEMAIS CLAUSULAS: Todas as demais cláusulas permanecem inalteradas

DATA ASSINATURA: 08/08/2016.

TREZE TÍLIAS, 08 de Agosto de 2016.



# Trombudo Central

## PREFEITURA

### 133/2016

PORTARIA 133/2016 DE 08 DE AGOSTO DE 2016.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

#### RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a servidora Pública Municipal Sra. JUDITE CEOLIN DA ROSA, ocupante do cargo de provimento efetivo Merendeira, licença para tratamento de saúde por 30 dias, conforme atestado médico emitido no dia 23 de julho de 2016.

Art. 2º - O afastamento de que trata o Artigo Primeiro, a partir do 16º (décimo sexto) dia será custeado pelo Regime Geral da Previdência.

Art. 3º - Esta Portaria tem efeitos retroativos á 23 de julho de 2016, entrando em vigor na data de sua assinatura, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 08 de agosto de 2016.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS

Secretária da Educação e do Esporte

### Edital 005/2016

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 05/2016

O Município de Trombudo Central - SC, torna público que se acham abertas as inscrições ao Processo Seletivo Simplificado para preenchimento de vagas temporárias em seu Quadro de Pessoal, conforme quadro demonstrativo:

Emprego Público	Nº de Vagas	Carga Horária Semanal	Habilitação necessária para a posse	Remuneração Inicial	Tipos de Provas
Agente Comunitário de Saúde	01 + Cadastro reserva	40 h	Ser portador de diploma de conclusão de curso em nível de ensino fundamental e conhecimentos específicos na área de atuação	1.096,34.	Escrita

Inscrições: Serão realizadas no período de 08 de agosto a 09 de setembro de 2016 das 08:00 às 12:00, nas dependências da Secretaria Municipal de Administração, Departamento de Pessoal, sito à Praça Arthur Siewerdt, 01 - Centro.

Provas: Serão realizadas às 09:00 horas do dia 24 de setembro de 2016, nas dependências da Escola de Educação Básica Dr. Hermann Blumenau, sito à Rua Blumenau, no Bairro Vila Nova, cidade de Trombudo Central SC.

O Edital completo está afixado no mural das publicações da Prefeitura Municipal. O Edital está disponível no site [www.trombudocentral.sc.gov.br](http://www.trombudocentral.sc.gov.br)

Trombudo Central, em 02 de Agosto de 2016.

SILVIO VENTURI

PREFEITO MUNICIPAL

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 05/2016.

O Prefeito do Município de Trombudo Central - SC, torna público que se acham abertas, no período de 08 de agosto a 09 de setembro de 2016 das 08:00 às 12:00, as inscrições ao Processo Seletivo Simplificado para preenchimento de vagas do Quadro Temporário de Pessoal da Administração Municipal, a seguir relacionadas, o qual reger-se-á pelas instruções deste Edital:

#### 1. DAS VAGAS, HABILITAÇÕES, CARGA HORÁRIA, REMUNERAÇÃO



1.1 O Candidato concorrerá às vagas oferecidas para apenas um dos cargos, conforme o seguinte quadro demonstrativo:

Emprego Público	Nº de Vagas	Carga Horária Semanal	Habilitação necessária para a posse	Remuneração Inicial	Tipos de Provas
Agente Comunitário de Saúde	01 + CR*	40 h	Ser portador de diploma de conclusão de curso em nível de ensino fundamental e conhecimentos específicos na área de atuação	1.096,34	Escrita

\* CR - Cadastro Reserva

## 2 - DA INSCRIÇÃO

2.1 As inscrições serão realizadas mediante procuração simples ou pessoalmente, no período de 08 de agosto a 09 de setembro de 2016 das 08:00 às 12:00, nas dependências da Secretaria Municipal de Administração, sito à Praça Arthur Siewerdt, 01 – Centro, na cidade de Trombudo Central, nos termos deste Edital.

2.1.2. Valores da taxa de inscrição:

Cargos	Escolaridade	Valor da taxa de inscrição
01	Ensino Fundamental completo	R\$ 30,00

2.2. Para realizar sua inscrição o candidato deve cumprir os seguintes procedimentos:

a) O candidato deverá efetuar o valor da taxa de inscrição através de depósito bancário na seguinte conta e agência:

Banco do Brasil

Agência: 3694-3

Conta Corrente: 12134-7

b) Após o pagamento da taxa de inscrição o candidato deve preencher a ficha de inscrição (anexo V) juntar a documentação necessária e dirigir-se novamente a Prefeitura Municipal, no setor responsável pelas inscrições para finalizar sua inscrição e receber seu comprovante devidamente numerado.

2.2 No ato da inscrição o candidato deverá apresentar:

a) Original e uma fotocópia do documento de identidade (Carteira de Identidade Civil ou Profissional);

b) Duas fotos 3 x 4, iguais e recentes;

c) Comprovante de residência junto à área de abrangência.

2.3 Dos requisitos para a inscrição;

2.3.1 Ao preencher e assinar a respectiva ficha de inscrição, o candidato receberá, no ato, o cartão de identificação com a fotografia e a indicação de seu número, sem o qual não terá ingresso no recinto onde se realizarão as provas.

2.3.2 Os documentos de identidade e pessoais do candidato serão devolvidos no ato de apresentação, após as devidas anotações na ficha de inscrição.

2.3.3 O candidato cuja documentação não for considerada em ordem, terá sua inscrição indeferida.

2.3.4 Deferidos os pedidos de inscrição com o exame da documentação apresentada e satisfeitas as exigências, o Prefeito Municipal homologará as inscrições, ocorrendo, após, a publicação e afixação, em local público.

2.3.5 Após a data e horário fixado como termo final do prazo para recebimento de inscrição, não mais serão admitidas quaisquer outras inscrições, sob qualquer condição ou pretexto.

2.3.6 Para o cargo de Agente Comunitário de Saúde, de acordo com a Lei 11.350 de 05 de outubro de 2006 – “O Agente Comunitário de Saúde deve residir na área da comunidade em que atuar, desde a data da Publicação do Edital do Processo Seletivo Público”.

2.4 Efetuada a inscrição, não será aceito pedido de alteração no requerimento, exceto referente ao endereço do candidato.

2.5 Vagas destinadas aos portadores de deficiência.

2.5.1 É considerada pessoa portadora de deficiência a que se enquadre nas categorias descritas no art. 4º do Decreto Federal nº 3.298 de 20 de dezembro de 1999.

2.5.2 O Candidato abrangido pelo Decreto Federal nº 3.298 é assegurado o direito de inscrever-se na condição de portador de deficiência, desde que declare essa condição no ato da inscrição e a deficiência de que é portador não seja incompatível com as atribuições do cargo ao qual pretende concorrer.

2.5.3 O candidato portador de deficiência deverá declarar tal condição em local apropriado, na ficha de inscrição.

2.5.4 Conforme disposto no referido Decreto Federal, em seu art. 39, o candidato deverá protocolar na Prefeitura Municipal de Trombudo Central, laudo médico atestando a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças – CID, bem como a provável causa da deficiência.

2.5.5 Os portadores de deficiência somente poderão disputar cargos cujas atividades sejam compatíveis com a deficiência de que são portadores.

2.5.6 Os portadores de deficiência participarão do Concurso em igualdade de condições com os demais candidatos.

2.6 O candidato que necessite de condições especiais para a realização da prova deverá solicitar expressamente no ato da inscrição tal necessidade.

## 3. DA COMISSÃO ORGANIZADORA



3.1 – A Comissão Organizadora do referido Processo Seletivo, será composta de 03 (três) servidores efetivos do Quadro Funcional da Municipalidade, sendo:

- 01 servidor da Secretaria municipal de Administração e Finanças
- 01 Servidor da Secretaria Municipal da Saúde;
- 01 Servidor da Secretaria Municipal da Educação e Esportes.

3.2 – A Comissão será nomeada por Ato do Chefe do Poder Executivo, sendo dentre eles, designado o Coordenador.

3.3 – A comissão nomeada, terá a responsabilidade de:

- a) Aplicar e corrigir as provas;
- b) Resolver todas e quaisquer dúvidas que por ventura possam surgir;
- c) Dar recebimento e resposta à eventuais Recursos;
- d) Proclamar e divulgar o resultado final do Processo Seletivo, conforme o ANEXO IV CRONOGRAMA DAS ATIVIDADES.

#### 4. CONDIÇÕES PARA O PROVIMENTO DO CARGO (POSSE)

4.1 No ato da posse o candidato deverá apresentar:

- a) Comprovante de escolaridade e/ou habilitação exigida para o cargo;
- b) Prova de aptidão física e mental para o exercício do cargo, mediante atestado médico;
- c) Declaração de bens que constituem seu patrimônio;
- d) Declaração que a posse do cargo não implica em acumulação proibida de cargo, emprego ou função pública;
- e) Registro de Identidade;
- f) Certificado de reservista, para candidatos do sexo masculino;
- g) CPF;
- h) Título de eleitor e comprovante de que votou na última eleição;
- i) Comprovante de idade mínima de 18 anos;
- j) Comprovante de inscrição no PIS/PASEP;
- k) Para o cargo de Agente de Saúde, comprovação de residência junto à área de abrangência.

#### 5. DO REGIME EMPREGATÍCIO

5.1 Os habilitados e classificados no Processo Seletivo Simplificado nº 05/2016 serão admitidos sob o regime Administrativo da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, com fundamento na Lei Federal nº 11.350 e serão vinculados ao Regime Geral de Previdência do País.

#### 6. DAS PROVAS

6.1 As provas objeto do presente Edital serão realizadas no dia 24 de setembro de 2016 e constituir-se-á de prova escrita.

6.1.1 As provas escritas serão constituídas de questões de múltipla escolha, 4 (quatro) opções de resposta em cada questão e somente uma correta e terão 14 (quatorze) questões objetivas de conhecimentos específicos, 5 (cinco) questões de língua Portuguesa e 5 (cinco) questões de Matemática

6.1.2 Os candidatos aos cargos de Agente de Saúde serão classificados levando em consideração a nota obtida na prova escrita, em cada uma das áreas de abrangência, de acordo com o anexo III, parte integrante deste Edital.

6.1.3 Os candidatos interessados a prestar prova para o cargo de Agente de Saúde para as áreas de abrangência cujas vagas não se encontram abertas, passarão a constituir um cadastro de reserva pelo período de validade do Processo Seletivo Simplificado, cabendo-lhes a responsabilidade de manter atualizado, junto ao departamento de Recursos Humanos, seu endereço para fins de convocação, sob pena de serem considerados desistentes.

##### 6.2 Da realização das provas

6.2.1 As provas escritas para o emprego de Agente Comunitário de Saúde serão realizadas no dia 24 de setembro de 2016, na Escola de Educação Básica Dr. Hermann Blumenau situada à Rua Blumenau no município de Trombudo Central, com início às 9h e término às 11h30min.

6.2.2 Ficam os candidatos convocados a comparecerem com antecedência de 30min (trinta minutos) ao local das provas escritas, munidos de caneta esferográfica azul ou preta de ponta grossa.

6.2.3 O ingresso na sala de provas, só será permitido ao candidato que apresentar o documento de identidade que originou a inscrição, e o documento de inscrição no Processo Seletivo Simplificado, entregue quando do ato de inscrição.

6.2.4 No recinto de provas não será permitida a utilização de equipamentos eletrônicos de qualquer natureza. O porte e/ou uso de bip, telefone celular, walkman, receptor/transmissor de qualquer natureza, gravador, agenda eletrônica, note book, calculadora, palm-top, relógio digital com transmissor, entre outros, bem como folha de rascunho, incorrerá em exclusão do candidato do concurso.

6.2.5 O caderno de prova é o espaço pelo qual o candidato poderá desenvolver todas as técnicas para chegar à resposta correta, permitindo-se o rabisco e a rasura em qualquer folha, EXCETO no Cartão Respostas.

6.3. Será nula a resposta dada pelo candidato quando:

- a) o cartão resposta apresentar emendas e/ou rasuras, ainda que legíveis;
- b) a questão apresentar mais de uma opção assinalada;
- c) não estiver assinalada no cartão respostas;
- d) estiver preenchida fora das especificações.

6.4 O candidato é inteiramente responsável pelo preenchimento do cartão respostas, que não poderá ser substituído.



6.5 As questões que eventualmente forem anuladas pela Comissão Organizadora do Concurso objeto do presente Edital, serão computadas para todos os candidatos como resposta correta.

6.6 O conteúdo das questões levará em conta o grau de escolaridade exigido para o preenchimento do cargo, conforme conteúdo programático constante do anexo II deste Edital.

6.7 Em nenhuma hipótese haverá segunda chamada para a realização das provas.

6.8 A prova escrita terá a duração máxima 2h30min (duas horas e trinta minutos). O caderno de provas somente será liberado ao candidato que terminar a prova após transcorrido uma (1) hora do início da mesma. Desejando o candidato retirar-se do recinto antes de decorrido este prazo, poderá fazê-lo, desde que devolva o caderno de prova e o cartão resposta.

6.8.1 O candidato, ao terminar a prova escrita, fará a entrega do seu cartão respostas aos fiscais de sala, devidamente assinados.

6.8.2 No cartão respostas, não poderá haver questões em branco, devendo todas as questões estar com uma das alternativas assinaladas.

6.8.3 Os fiscais de sala farão o recebimento do cartão respostas, verificando se eventualmente houver alternativas em branco.

6.8.4 Caso haja alternativas em branco no cartão resposta, tal situação deverá ser relatada em ata a ser elaborada no momento da realização das provas, onde deverão constar todas as ocorrências do processo e principalmente as questões em branco do cartão respostas.

6.8.5 Todos os Cartões Respostas deverão ser assinados, no ato da entrega, por no mínimo 02 (dois) fiscais de sala.

6.8.6 Ao final das provas escritas os três últimos candidatos deverão permanecer no recinto, a fim de assinarem o lacre do envelope das provas, juntamente com os fiscais, na coordenação do Processo Seletivo Simplificado.

6.8.7 O candidato só poderá retirar-se da sala após 30 (trinta) minutos do início das provas.

6.8.8 O Gabarito das Provas será divulgado no site [www.trombudocentral.sc.com.br](http://www.trombudocentral.sc.com.br) até as 12:00 horas do segundo dia útil posterior à realização do Processo Seletivo Simplificado.

## 7 - DOS RECURSOS

7.1 Serão admitidos recursos das seguintes fases:

- a) do presente edital;
- b) do não deferimento do pedido de inscrição;
- c) da formulação das questões;
- d) da discordância com o gabarito das provas escritas;
- e) da classificação;
- f) da homologação do resultado do Processo Seletivo Simplificado;

7.2 A impugnação a este Edital poderá ser efetuada por qualquer cidadão no prazo de dois dias, contados da data de publicação do mesmo, mediante requerimento dirigido ao Prefeito Municipal.

7.3 Os demais recursos indicados nas letras "b" a "f" do item 7.1 deverão conter nome do candidato recorrente, número de inscrição, endereço completo para correspondência, assinatura do mesmo, sua fundamentação e será dirigido à Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado. O protocolo do requerimento deverá ser efetuado na Prefeitura Municipal e o prazo para tanto será de dois dias úteis, a partir da publicação:

- a) da listagem dos candidatos inscritos, para o caso de indeferimento de sua inscrição ou de deferimento da inscrição de outro candidato;
- b) dos gabaritos, para impugnação de questões formuladas, sendo um recurso para cada questão.
- c) da lista de classificação dos candidatos, para impugnar a classificação, assim como para a revisão de suas provas e notas e para impugnar a homologação do resultado do Processo Seletivo Simplificado.

7.4 Os recursos somente serão apreciados se apresentados tempestivamente.

7.5 Findo o prazo para recurso, o Processo Seletivo Simplificado será homologado pelo Prefeito Municipal.

## 8 – RESULTADO FINAL E CLASSIFICAÇÃO

8.1 Para o cargo de Agente Comunitário de Saúde, atribuir-se-á às provas notas de 0,0 (zero) a 10,0 (dez), permitidas as frações, considerando-se aprovado o candidato que alcançar nota igual ou superior a 3 (três) As Específicas terão peso 7,0(sete) 0,5 cada questão e as de matemática e língua Portuguesa terão peso 3,0 (três) 0,3 cada questão.

8.2 A classificação dos candidatos aprovados obedecerá a ordem decrescente das notas obtidas, expressas com 2 (duas) casas decimais.

8.3 Havendo classificação de mais de um candidato na área de atuação/abrangência será observado o disposto na Lei nº 11.350 de 05 de outubro de 2006.

8.4 Se ocorrer empate na nota final, para efeito de desempate, serão utilizados, sucessivamente, os seguintes critérios:

- a) Maior acertos de questões específicas;
- b) Maior número de acertos de questões de Língua Portuguesa;
- c) Maior número de acertos de questões de Matemática;
- d) Maior Idade;
- e) Maior número de dependentes.

## 9- DA VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO E DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1 A validade do Processo Seletivo Simplificado será de 02 (dois) anos, podendo ser prorrogado por igual período;



9.2 O Processo Seletivo Simplificado não gera o direito à admissão, mas credencia o aprovado à nomeação durante o prazo de sua validade ou eventual prorrogação, de acordo com a necessidade do Município, obedecida a ordem de classificação, computadas as vagas existentes na data do edital, as que decorrerem de vacância do cargo e as que vierem a ser criadas.

9.3 Caberá à Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado a anulação de questões.

9.4 Serão publicados os resultados dos candidatos habilitados que atingirem a nota mínima exigida para cada um dos cargos.

9.5 A guarda das provas escritas deste Processo Seletivo Simplificado ficará sob responsabilidade da Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado, por um período de 06 (seis) meses, após a homologação do resultado, quando serão incineradas.

9.6 É vedada a inscrição neste Processo Seletivo Simplificado de quaisquer membros da Comissão. Será destituído da Comissão Organizadora, se constatado em qualquer fase do Processo Seletivo Simplificado, o membro que tiver qualquer parentesco com os candidatos inscritos.

9.7 O cônjuge, companheiro(a) ou parente – consanguíneos (em linha reta ou colateral até o terceiro grau) ou por afinidade (em linha reta até o terceiro grau ou em linha colateral até o segundo grau) – de qualquer candidato não poderá compor:

- a) na comissão organizadora, no grupo de funcionários ligados à organização do Processo Seletivo Simplificado, na comissão de aplicação das provas, enquanto durar o impedimento;
- b) na banca elaboradora de prova para o cargo no qual estiver inscrita a pessoa que deu causa ao impedimento;
- c) como fiscal, na sala ou ala em que estiver realizando a prova.

9.8 Será excluído do certame, por ato da Comissão Organizadora do Processo Seletivo, o candidato que:

- a) faltar a qualquer uma das fases do Processo Seletivo Simplificado;
- b) portar-se de maneira inadequada nos locais de realização de provas, de modo a prejudicar o andamento normal do concurso;
- c) for surpreendido, durante a realização das provas, em comunicação com outro candidato;
- d) for apanhado em flagrante tentativa de burla, fraude, falsificação na realização da prova, sem prejuízo do indiciamento cabível;
- e) prestar, em qualquer documento, declaração falsa ou inexata.

9.9 A inscrição do candidato implicará no conhecimento do conhecimento do presente edital, bem como o compromisso expresso, ao assinar a ficha de inscrição, de aceitar as condições do concurso, tais como se acham estabelecidas.

9.10 São partes integrantes deste Edital os anexos I, II, III, IV e V que o acompanham.

9.11 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Organizadora.

Trombudo Central, em 02 de Agosto de 2016.

SILVIO VENTURI  
Prefeito Municipal

Celso Marcelino  
Controlador Interno

Tania Bini Azevedo Waltrick  
Secretária de Saúde Interina

#### ANEXO I – ATRIBUIÇÕES DO EMPREGO

EMPREGO	ATRIBUIÇÕES
Agente Comunitário de Saúde	Realizar mapeamento. Cadastrar as famílias e atualizar, permanentemente esse cadastro. Identificar indivíduos e famílias expostos à situação de risco. Identificar áreas de risco. Orientar as famílias para utilização adequada dos serviços de saúde, encaminhando-as, e até agendando consultas, exames e atendimento odontológico, quando necessário. Realizar ações e atividades, no nível de sua competência, nas áreas prioritárias da Atenção Básica. Realizar, por meio de visitas domiciliares, acompanhamento mensal de todas as famílias sob sua responsabilidade. Estar sempre bem informado e informar aos demais membros da equipe a situação das famílias acompanhadas, particularmente daquelas em situação de risco. Desenvolver ações de educação e vigilância à saúde, para promoção da saúde e prevenção de doenças. Promover a educação e a mobilização comunitária, visando desenvolver ações coletivas de saneamento e melhoria do meio ambiente, entre outras., Convidar a população para atividades coletivas realizadas pela equipe. Participar de campanhas de vacinação. Participar, em caráter excepcional, de campanhas de controle de endemias e epidemias, mediante convocação de setor responsável. Atender as normas de higiene e segurança de trabalho. Executar outras atividades correlatas.

#### ANEXO II

##### CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS DAS PROVAS ESCRITAS OBJETIVAS DE MÚLTIPLA ESCOLHA

##### CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS DAS PROVAS ESCRITAS OBJETIVAS DE MÚLTIPLA ESCOLHA - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE: Generalidades e conceitos fundamentais; Noções de biossegurança; Noções elementares referente a assistência à saúde do adulto (problemas respiratórios, cardiológicos, diabetes mellitus, hipertensão arterial, etc; Noções elementares



referente a assistência à saúde da mulher, (pré-natal, preventivo do câncer do colo de útero e mama, planejamento familiar, etc); Noções elementares referente a assistência à saúde da criança e do adolescente; Noções elementares referente a Saneamento Básico; Sistema Único de Saúde – SUS – princípios e diretrizes; Noções elementares referente ao processo saúde e doença; Equipe de saúde e Equipe de Saúde da Família; Programa de Saúde da Família – estratégia de reorientação do modelo assistencial – Princípios e diretrizes (equipe mínima, territorialização, etc.); Programa de Agente Comunitário de Saúde; Atribuições do Agente Comunitário de Saúde; Noções elementares referente às Doenças Sexualmente Transmissíveis, tipos, forma de contágio e prevenção; Visita Domiciliar (características e objetivos); E-SUS AB – Sistema de Informação EM Saúde para a Atenção da Atenção Básica – Fichas; O Cadastro das Famílias e o Acompanhamento a Gestante, Hipertenso, Diabético; Noções referente a Doenças de Notificação Compulsória Noções elementares referente o acompanhamento ao paciente com tuberculose e hanseníase; Noções elementares referente à Saúde Bucal; Portaria 2488 de 21 de outubro de 2011 e a Lei 11.350 de 05 de outubro de 2006; Promoção da Saúde e Prevenção de doenças. CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS DAS PROVAS ESCRITAS OBJETIVAS DE MÚLTIPLA ESCOLHA LINGUA PORTUGUESA

#### AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE:

Interpretação e classificação de texto. Tipos de linguagem. Linguagem figurada.

#### CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS DAS PROVAS ESCRITAS OBJETIVAS DE MÚLTIPLA ESCOLHA MATEMÁTICA

#### AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE:

Resolução de problemas envolvendo as operações de adição, subtração, multiplicação e divisão. Interpretação de tabelas e gráficos

#### ANEXO III

#### ANEXO III – ÁREA DE ATUAÇÃO DOS AGENTES COMUNITÁRIO DE SAÚDE

ÁREA	ABRANGÊNCIA	QUANTIDADE DE VAGAS
Micro Área 1 – ESF 1	Rua Rui Barbosa, Rua Bento Ferreira e Rua São Paulo, até o limite da Ponte da entrada para a Vila Teodoro e imediações.	Cadastro Reserva
Micro Área 2– ESF 1	Comunidade de Vila Teodoro	Cadastro Reserva
Micro Área 3– ESF 1	Km 05 e Bairro Lorenal, incluindo a Rua Canadá e Rua Estados Unidos e imediações	Cadastro Reserva
Micro Área 4– ESF 1	Rua Getúlio Vargas e Bairro Botafogo, até o trevo principal de acesso e imediações	Cadastro Reserva
Micro Área 5– ESF 1	Comunidade de Bracatinga I	Cadastro Reserva
Micro Área 6– ESF 1	Comunidade de Bracatinga II, a partir da entrada da Tifa Prada, incluindo a Tifa Prada e acesso até a BR 470 com saída no Motel Central, até a divisa com o município de Agronômica e imediações	Cadastro Reserva
Micro Área 7– ESF 1	Comunidade Fruteira.	Cadastro Reserva
Micro Área 1 – ESF 2	Bairro Liberdade, incluindo todas as Ruas e imediações	Cadastro Reserva
Micro Área 2– ESF 2	Comunidade de Km 10, Ribeirão Kindel e Tifa Baasch.	Cadastro Reserva
Micro Área 3– ESF 2	Centro, Rua Jorge Lacerda, até a entrada da tifa Prada e imediações e Estação	Cadastro Reserva
Micro Área 4– ESF 2	Rua Adolfo Konder, Rua Ernesto Prada, Rua Blumenau, Rua Itajaí, Rua Joinville, Rua Florianópolis, Rua Atilio Lenzi, Rua Aleixo Venturi e imediações.	Cadastro Reserva
Micro Área 5– ESF 2	Loteamento Ervino José da Cunha, Rua Walter Bell, Germano Kolm, Arnaldo Goede, Pedro Sandrini e imediações.	1 vaga + Cadastro Reserva
Micro Área 6– ESF 2	Loteamento Alto Vale, Rua Emilio Graubner, Rua Nereu Ramos e imediações	Cadastro Reserva
Micro Área 7– ESF 2	Comunidade de Sabugueiro, Ribeirão Café e Palhocinha.	Cadastro Reserva

#### ANEXO IV

#### CRONOGRAMA DAS ATIVIDADES

1. A realização do certame seguirá as datas e prazos estipulados de acordo com o cronograma a seguir:

Item	Cronograma das Atividades	Período
1	Período de inscrições	08/08/2016 a 09/09/2016
2	Divulgação das inscrições	12/09/2016
3	Recurso das inscrições	13 a 14/09/2016
4	Divulgação dos inscritos	19/09/2016
5	Aplicação da prova escrita e da prova prática	24/09/2016
6	Divulgação do gabarito preliminar da prova escrita	26/09/2016
7	Recursos contra as questões e ao gabarito preliminar da prova escrita	27 e 28/09/2016
8	Divulgação do gabarito definitivo da prova escrita	30/09/2016
9	Divulgação da classificação preliminar com a divulgação das notas da prova escrita e da prova prática	03/10/2016
10	Recursos contra a classificação preliminar	04 e 05/10/2016
11	Divulgação da classificação final	06/10/2016
12	Homologação do Processo Seletivo	07/10/2016

2. O cronograma acima poderá sofrer alterações, dependendo do número de inscritos, do número de recursos e intempéries que, por



ventura, ocorrerem.

**ANEXO V**

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL INSCRIÇÃO PARA PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 005/2016		Foto 3x4
Nº DA INSCRIÇÃO _____		
Emprego: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE DO PSF		
Área de abrangência (o candidato deverá residir na área de abrangência)		
Nome do(a) Candidato(a):		
Identidade:	Data de Nascimento: / /	Sexo: M ( ) F ( )
CPF:	Título Eleitoral:	
Estado Civil:	e-mail:	
Endereço:	Bairro:	
Município:	Estado:	Fone: ( )
Declaro que aceito todas as exigências especificadas no Edital de abertura deste Processo Seletivo Público, responsabilizando-me pelas informações aqui prestadas.		
Trombudo Central, em ...../ ..... /.....		Assinatura do Candidato:

.....

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL INSCRIÇÃO PARA PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 005/2016		Foto 3x4
Nº DA INSCRIÇÃO _____		
Emprego: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE DO PSF		
Nome do(a) Candidato(a):		
Obrigatório a apresentação deste, juntamente com a carteira de identidade no local da prova.		
Trombudo Central, em ...../ ..... /.....		Assinatura do Responsável pelo recebimento

Via Candidato.



# Tunápolis

## PREFEITURA

### PROCESSO LICITATÓRIO Nº 45/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/2016 REGISTRO DE PREÇO Nº 08/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 45/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/2016

REGISTRO DE PREÇO Nº 08/2016

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS COM EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS PARA MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS.

Aos 17 dias do mês de março de 2016, o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho nº111, Centro, na cidade de Tunápolis, SC com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Enoi Scherer, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade e Município de Tunápolis, SC, portador do CPF sob nº 656.321.769-91 no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº. 45/2016 sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para 08/2016, observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

#### 1. DO FORNECEDOR REGISTRADO

1.1 - A partir desta data, fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso de fornecimento dos serviços constantes do Anexo I do edital nas condições estabelecidas no ato convocatório.

Fornecedor : A empresa E B INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA, pessoa jurídica, de direito privado, inscrita sob o CNPJ: 00.212.337/0001-62, situada na ROD. SC 386 KM 26 SN, no Bairro Industrial, no Município de Descanso- SC, neste ato representado pelo Sr. Edegar Bussolotto identidade nº 714.411, Sócio diretor da empresa.

#### a) Descrição do item

Item	Unid.	Quantidade estimada	Discriminação	Marca	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$
01	hora	150	hora técnica de serviços de iluminação pública equipada de acordo com os requisitos da nr-10 -segurança e serviços em eletricidade e da nr-12, segurança em máquinas e equipamentos e da nr-35 - segurança em trabalhos em altura devidamente cadastrada na CELESC	E B	290,00	43.500,00
			TOTAL GERAL			43.500,00

#### 2. DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 - O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo Município de Tunápolis, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório de Pregão Presencial para Registro de Preços nº 08/2016.

2.2 - O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial nº 32/2016 que se fará de acordo com a necessidade da municipalidade.

2.3 - O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata de Registro de Preços.

#### 3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 - A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

3.2 - O Contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos dos itens licitados, respeitados os limites legais, conforme estabelece o §1º, artigo 65 da Lei 8.666/93.

3.3 - Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do artigo 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.



3.3.1 - A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

3.4 - Mesmo comprovada a ocorrência da situação prevista na alínea "d", inciso II do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

3.5 - O Município adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.6 - Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.7 - A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

#### 4. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

4.1 - Os pagamentos devidos aos vencedores serão efetuados ATE O QUINTO DIA DO MES SUBSEQUENTE a execução dos serviços. A nota fiscal deverá conter todas as especificações dos serviços, conforme itens, objeto deste Edital, devidamente atestada pela Secretaria responsável, pela pessoa indicada como responsável pelo recebimento.

4.2 - O contratado deverá apresentar Notas Fiscais no valor dos serviços prestados, acompanhado de relatório das atividades executadas, devidamente vistada pelos responsáveis pelo seu acompanhamento.

4.3 - O pagamento somente poderá ser efetuado após comprovação do recolhimento das contribuições sociais (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Previdência Social), correspondentes ao mês da última competência vencida, compatível com o efetivo declarado, na forma do § 4º, do art. 31, da Lei nº 9.032/95.

4.4 - Se o contratante não efetuar o pagamento no prazo previsto e tendo o contratado, à época, adimplido integralmente as obrigações avençadas, os valores devidos serão monetariamente atualizados, a partir do dia de seu vencimento e até o dia de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para atualização de obrigações tributárias, conforme estabelecido no artigo 117 da Constituição Estadual.

#### 5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 - A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:

5.1.1 - automaticamente:

5.1.1.1 - por decurso de prazo de vigência;

5.1.1.2 - quando não restarem fornecedores registrados;

5.1.1.3 - pela Administração Municipal, quando caracterizado o interesse público.

5.2 - O Proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa.

5.2.1 - A pedido, quando:

5.2.1.1 - comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;

5.2.1.2 - O seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do serviço.

5.2.1.3 - A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no Item 12 do Edital, caso não aceitas as razões do pedido.

5.2.2 - Por iniciativa da Administração Municipal, quando:

5.2.2.1 - o fornecedor perder qualquer condição de habilitação exigida no processo licitatório, ou seja, não cumprir o estabelecido no item 6 do Edital;

5.2.2.2 - por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;

5.2.2.3 - o fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

5.2.2.4 - o fornecedor não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

5.2.2.5 - caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço ou nos pedidos dela decorrentes;

5.2.2.6 - não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado.

5.3 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos, será feita por meio de documento oficial.

#### 6. DA EXECUÇÃO

6.1 - Todos os materiais para a manutenção da iluminação pública serão fornecidos pelos Município.

6.2 - A iluminação pública do Município de Tunápolis está, em sua maior parte, instalada nas estruturas das redes aéreas de distribuição de energia elétrica da CELESC e adota luminárias abertas ou fechadas, conforme padrão da mesma. Porém, estruturas específicas para iluminação pública, alimentadas por circuitos aéreos ou subterrâneos e com luminárias especiais são encontradas em praças, avenidas e outros logradouros públicos.

6.3 - Os serviços de manutenção da iluminação pública englobam todas as atividades e cuidados técnicos necessários para assegurar o funcionamento regular e permanente do sistema, a correção de não conformidades detectadas, a substituição ou reparo nos equipamentos e acessórios, o atendimento a solicitações para substituição de lâmpadas apagadas, triagem, recuperação dos materiais retirados da rede



e o descarte dos inservíveis.

6.3.1 – Os serviços serão executados de forma continuada, com início imediato a partir da assinatura do contrato.

6.3.2 – A empresa contratada deverá atender, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis as solicitações para as providências relativas à manutenção da iluminação pública do Município. Em situações adversas, intempéries e situações emergenciais o atendimento deverá ser imediato.

6.3.4 – Os serviços deverão ser executados em conformidade com as disposições contidas no Termo de Transferência de Responsabilidade para Manutenção da Rede de Iluminação Pública firmado entre o Município de Tunápolis e a CELESC S.A.

6.3.5 – A partir da contratação, a empresa assume integralmente as responsabilidades atribuídas ao Município no Termo de Responsabilidade para Manutenção da Rede de Iluminação Pública, junto a CELESC Distribuição S.A.

6.3.6 – A empresa contratada deverá dar destinação as lâmpadas substituídas, descartando-as ou armazenando-as por sua conta e risco, em local devidamente apropriado que não comprometa a saúde e segurança das pessoas e não traga risco, em local devidamente apropriado que não comprometa a saúde e segurança das pessoas e não traga risco de contaminação ao meio ambiente.

6.3.7 – Todos os serviços executados deverão ter garantia por, no mínimo, 06 (seis) meses contados da entrada em funcionamento.

6.3.8 – Os empregados da empresa contratada, ao prestarem serviços em campo deverão dispor de uniforme, identificação e equipamentos de proteção individual e coletiva, além de possuir caixa de ferramentas necessárias à perfeita execução dos serviços e telefone móvel.

6.3.9 – A empresa contratada deverá emitir Relatórios Sintéticos e Analíticos mensais com a relação de serviços realizados.

6.3.10 – Para o início dos serviços, a empresa contratada deverá disponibilizar os seguintes documentos:

- a) Visto junto ao CREA/SC, em conformidade com o disposto da Lei nº 5.194/66 e em consonância com o art. 1º, II, da Resolução nº 413/97 do CONFEA, caso a empresa contratada seja sediada em outro Estado;
- b) ART's de execução, que deverão ser entregues ao Município, antes da execução dos serviços a elas vinculados;
- c) Carta de apresentação do responsável pela execução dos serviços, que responderá também perante a Administração por todos os atos e comunicações formais;

6.3.11 – Na execução dos serviços deverá ser observada, de modo geral, as especificações das normas técnicas e legais vigentes no Sistema CONFEA/CREA's, as da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e aquelas complementares e pertinentes aos respectivos projetos e serviços ora licitados, bem como, as instruções, recomendações e determinações da fiscalização, dos órgãos ambientais de controle e demais aplicáveis a espécie.

6.3.12 – O Município reserva-se o direito de exercer ampla fiscalização do fornecimento dos serviços, verificando se estão sendo cumpridos os termos contratuais, não se excluindo a empresa contratada da responsabilidade por qualquer irregularidade. Constatado o fornecimento de serviços de má qualidade, o Município poderá utilizar-se do disposto na Lei 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.

6.3.13 – A prestação dos serviços de forma inadequada que não atenderem as exigibilidades não serão recebidos e o pagamento ficará suspenso até sua regularização de forma integral.

6.3.14 – A empresa deverá, durante a contratualidade:

- a) Fornecer, as suas expensas, os veículos para o transporte do pessoal, as ferramentas, equipamentos, necessários a execução dos serviços;
- b) Montar a infraestrutura necessária, adequada e indispensável a integral execução de todos os serviços, compreendendo instalações, veículos com escada giratória e cesta aérea, escadas e demais ferramentas de uso individual e coletivo e pessoal técnico especializado.

6.3.15 – As despesas de locomoção, diárias, hospedagem e alimentação, quando do deslocamento e permanência no Município para a prestação dos serviços, são de inteira responsabilidade da empresa contratada;

6.3.15.1 - Serão de total responsabilidade da empresa contratada, eventuais danos decorrentes de acidentes de veículos quando do deslocamento para realização dos trabalhos contratados, sejam eles pessoais, materiais ou morais, inclusive de terceiros, além de notificações por infrações ao Código de Trânsito Brasileiro.

6.3.15.2 – Caberá exclusivamente à empresa contratada, na prestação dos serviços, a responsabilidade pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários e de acidentes do trabalho, referentes ao pessoal integrante de sua sociedade, e bem assim, empregados, funcionários, prepostos ou terceiros que a empresa contratada colocar a serviço no atendimento do objeto.

6.3.16 – A empresa contratada obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e as supressões que se fizerem necessárias, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do contrato, conforme o disposto nas alíneas "a" e "b" do inciso I e § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93.

6.3.17 – Obter todo e qualquer tipo de licença junto aos Órgãos Fiscalizadores para a perfeita prestação dos serviços, sem ônus adicionais ao Município.

6.3.18 – Prestar os serviços ora contratados, vedada a subcontratação parcial ou total da mesma.



6.3.19 – A contratada deverá dar ampla divulgação dos serviços contratados, bem como do nº do telefone que será utilizado pelo município para realizar suas solicitações, através de diversos meios de comunicação.

#### 07 – DO PRAZO E OBRIGAÇÕES DO LICITANTE VENCEDOR:

7.1 – O licitante vencedor deverá executar rigorosamente os serviços conforme autorizações e instruções repassadas pelo responsável.

7.2 – A execução da ata de registro de preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por servidor ou comissão especial designada, que anotará em registro próprio todas as ocorrências, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos observados.

7.3 - Reembolsar à CELESC quaisquer danos aos materiais, equipamentos ou ao seu patrimônio durante a execução dos serviços.

7.4 - Fornecer toda a mão de obra, ferramental e equipamentos necessários à execução dos serviços.

7.5 - Substituir todas as lâmpadas queimadas, bem como, relés, reatores, base para fusíveis e soquetes avariados ou com defeitos, refratores de luminárias quebrados, a fim de permitir o perfeito funcionamento da rede de iluminação pública.

7.6 - Reparar e/ou substituir os braços de luminárias e as próprias luminárias defeituosas ou em mau estado de conservação, bem como sua fiação interna.

7.7 - Substituir fiação interna desde o chão até o topo dos postes, quando deficientes.

7.8 - Executar reparos ou substituições de chaves de comando, bem como, a revisão e o reaperto de conexões.

7.9 - Responsabilizar-se pelo seguro de seu pessoal, das suas instalações, edificações e todos os equipamentos e veículos que utilizar na execução de qualquer trabalho.

7.10- Executar os trabalhos, observando as normas de Segurança e Medicina do Trabalho, exigindo e fiscalizando o uso por seus empregados.

7.11- Utilizar somente pessoal comprovadamente habilitado para todos os serviços.

7.12 - Obedecer rigorosamente às normas de operação e de segurança para serviços em rede de energia elétrica, conforme orientação da CELESC, visto que o sistema de iluminação pública do Município está instalado em redes de distribuição de energia elétrica daquela Concessionária.

7.13 - Informar à Concessionária, todas as intervenções no sistema de distribuição que possam determinar mudanças no diagrama unifilar e na operação das redes de distribuição.

7.14 - Recolher e entregar ao Município, mediante termo de recebimento devidamente especificado, com exceção das lâmpadas, todos os materiais substituídos, tais como reatores, luminárias, conectores, relés fotoelétricos, braços de iluminação pública e outros.

7.15 - Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas no Edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

7.16 - Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;

7.17 - Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato;

7.18 - Manter todos os seus empregados colocados a serviço na execução do objeto devidamente uniformizados e munidos dos EPI's adequados, com a identificação da empresa contratada.

7.19 - Apresentar laudo técnico de profissional qualificado, quando solicitado, responsabilizando-se pelos serviços;

7.20 - Formalizar expediente de designação do Responsável Técnico da empresa;

7.21 - Facilitar todas as atividades de fiscalização;

7.22 - Fornecer ART dos serviços executados.

#### 8 - OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

8.1 - O Município ficará obrigado a:

a) Promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio, falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada.



- b) Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.  
c) Fornecer todos os materiais destinados para a prestação dos serviços.

8.2- O Município de Tunápolis emitirá as Autorizações de Fornecimento, de FORMA PARCELADA, de acordo com suas necessidades, tendo como prazo limite 12 meses a partir da assinatura da Ata de Registro de Preços.

8.3 - Imediatamente após a execução dos serviços, objeto desta Licitação, os mesmos serão devidamente inspecionados pelo Setor Responsável. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade nos itens fornecidos em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas neste Edital.

8.4 – O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da DETENTORA DA ATA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do Empenho, se a qualquer tempo se verificarem, vícios, defeitos ou incorreções.

## 9. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 A presente Ata terá validade até 31/12/2016, a contar da data da assinatura.

9.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis, não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

## 10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento do prazo de entrega sujeitara a contratada às seguintes sanções, sem prejuízo, das previstas no item n.12 do Edital de Pregão Presencial n.32/2016

10.1.1. Pelo atraso injustificado na entrega do objeto desta Ata, sujeita-se a empresa detentora à penalidade de multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor total da(s) obrigação(ões) não cumprida(s), por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento).

10.1.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto desta Ata, o Município de Tunápolis poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa detentora as sanções previstas artigo 7 da Lei Federal nº 10.520/2002, e, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da(s) obrigação(ões) não cumprida(s).

10.2. O Município de Tunápolis poderá deixar de aplicar as penalidades previstas nesta cláusula, se admitidas as justificativas apresentadas pela empresa detentora, nos termos do que dispõe o artigo 43, parágrafo 6º c/c artigo 81, e artigo 87, "caput", da Lei Federal nº8.666/1993.

10.3. Sem prejuízo das penalidades de multa, fica a empresa detentora que não cumprir as cláusulas desta Ata, sujeitas ainda:

10.3.1. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a dois anos.

10.3.2. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultante e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

## 11 - DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1 - A presente Ata de Registro de Preços será divulgada na Imprensa Oficial do Município. Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.

## 12. DO FORO

12.1 - Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 32/2016 e a proposta da empresa abaixo relacionada.

12.2 - As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga – SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, SC., 17 de Março de 2016.

ENOI SCHERER  
Prefeito Municipal  
CONTRATANTE

E B INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA  
CONTRATADA  
Edegar Bussolotto  
Sócio administrador



**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 58/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nº 44/2016 REGISTRO DE PREÇO Nº 10/2016**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 58/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 44/2016

REGISTRO DE PREÇO Nº 10/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas, visando o REGISTRO DE PREÇO PARA A CONTRATAÇÃO DE HORAS DE SERVIÇOS MECANICOS EM CAMINHÕES E MÁQUINAS PESADAS DA PREFEITURA MUNICIPAL, DE ACORDO COM OS SERVIÇOS DISCRIMINADOS NO ANEXO I do presente processo licitatório.

Aos 05 dias do mês de abril de 2016, o MUNICIPIO DE TUNÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho, 111, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr: Enoi Scherer, portador do RG nº 2.529.279-0 e CPF nº 656.321.769-91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município, doravante denominado de CONTRATANTE, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº. 58/2016, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para 10/2016, observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

**1.DO FORNECEDOR REGISTRADO**

1.1 - A partir desta data, fica registrado no MUNICIPIO DE TUNÁPOLIS, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso de fornecimento dos SERVIÇOS constantes do Anexo I deste instrumento, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

Fornecedor: A empresa AUTO MECÂNICA GRIEBELER LTDA- ME, pessoa jurídica de direito privado, devidamente estabelecida na Rua Caar, 190, Centro, no Município de Tunápolis, SC, inscrito no CNPJ sob o número 72.378.052-0001-07, considerado doravante REGISTRADO.

Item	Quantidade	Unid.	Preço unit.R\$	Preço Total R\$	Especificação
1	100,00	HRS	75,00	7.500,00	HORAS DE MAO DE OBRA DE SERVIÇOS MECANICOS COM REPARAÇÃO DO AR CONDICIONADO, PARTE ELÉTRICA, INJEÇÃO ELETRONICA CUMMON, RAIL, ARREFECIMENTO, MOTORES, DIFERENCIAIS E CAIXA, NOS CAMINHÕES CONFORME SEGUE ABAIXO DESCRIÇÃO.

Item	Quantidade	Unid.	Preço Unit. R\$	Preço Total R\$	Especificação
2	150,00	HRS	79,00	11.850,00	HORAS DE MAO DE OBRA DE SERVIÇOS MECANICOS COM REPARAÇÃO DO AR CONDICIONADO, PARTE ELÉTRICA, INJEÇÃO ELETRONICA CUMMON, RAIL, ARREFECIMENTO, MOTORES, DIFERENCIAIS E CAIXA, NAS MÁQUINAS PESADAS CONFORME SEGUE ABAIXO DESCRIÇÃO.

**2.DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO**

2.1 - O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo MUNICIPIO DE TUNÁPOLIS, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório de Pregão Presencial para Registro de Preços nº 10/2016.

2.2 - O compromisso de execução só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial nº. 37/2016, que se fará de acordo com a necessidade da municipalidade.

2.3 - O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata de Registro de Preços.

**3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS**

3.1 – A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

3.2 - O Contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos dos itens licitados, respeitados os limites legais, conforme estabelece o §1º, artigo 65 da Lei 8.666/93.

3.3 - Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do artigo 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

3.3.1 - A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

3.4 - Mesmo comprovada a ocorrência da situação prevista na alínea "d", inciso II do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93, a Administração,



se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

3.5 - O MUNICIPIO DE TUNÁPOLIS adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.6 - Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.7 - A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

#### 4. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

4.1 - Os pagamentos devidos aos vencedores serão efetuados EM ATE 10 DIAS após a execução dos serviços e efetiva apresentação da nota fiscal. A nota fiscal deverá conter todas as especificações dos materiais, conforme itens, objeto deste Edital, devidamente atestada pela Secretaria responsável, pela pessoa indicada como responsável pelo recebimento.

#### 5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 - A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:

5.1.1 - Automaticamente:

5.1.1.1 - por decurso de prazo de vigência;

5.1.1.2 - quando não restarem fornecedores registrados;

5.1.1.3 - pela Administração Municipal, quando caracterizado o interesse público.

5.2 - O Proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa.

5.2.1 - A pedido, quando:

5.2.1.1 - comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;

5.2.1.2 - O seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do serviço.

5.2.1.3 - A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no Item 12 do Edital, caso não aceitas as razões do pedido.

5.2.2 - Por iniciativa da Administração Municipal, quando:

5.2.2.1 - O fornecedor perder qualquer condição de habilitação exigida no processo licitatório, ou seja, não cumprir o estabelecido no item 6 do Edital;

5.2.2.2 - por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;

5.2.2.3 - o fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

5.2.2.4 - o fornecedor não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

5.2.2.5 - caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço ou nos pedidos dela decorrentes;

5.2.2.6 - não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado.

5.3 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos, será feita por meio de documento oficial.

#### 6. DO PRAZO E FORMA PARA ENTREGA DOS SERVIÇOS

6.1 - Os serviços deverão ser prestados em estabelecimento devidamente habilitado, devendo ocorrer em até 05 (cinco) dias consecutivos após a emissão da Autorização de Fornecimento feita pelo MUNICIPIO DE TUNÁPOLIS.

6.1.1 O Translado das máquinas pesas e caminhões até a oficina do fornecedor registrado, será por conta do licitante vencedor.

6.2 - O MUNICIPIO DE TUNÁPOLIS emitirá as Autorizações de Fornecimento, de FORMA PARCELADA, de acordo com suas necessidades, tendo como prazo limite o dia 31/12/2016.

6.3 - A contratada é obrigada a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em caso de defeito ou incorreção decorrente da produção e/ou fabricação, ou uso de produto diverso do que foi relacionado em sua proposta.

6.4 - Imediatamente após a execução dos serviços, objeto desta Licitação, os mesmos serão devidamente inspecionados pelo Setor Responsável. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade nos serviços fornecidos em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas neste Edital.

6.5 - Na hipótese da não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pelo fornecedor no prazo de 5 (cinco) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

6.6 - O MUNICIPIO DE TUNÁPOLIS terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias para processar a conferência do que foi entregue, lavrando termo de recebimento definitivo ou notificando a DETENTORA DA ATA para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.



6.7 – O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da DETENTORA DA ATA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do Empenho, se a qualquer tempo se verificar, vícios, defeitos ou incorreções.

6.8 – O licitante vencedor dos serviços mecânicos deverá apresentar ao MUNICIPIO DE TUNÁPOLIS lista das peças e materiais com seus respectivos preços que deverão ser substituídas para executar os serviços, cujo deverá ser previamente autorizado pelo MUNICIPIO DE TUNÁPOLIS, conforme autoriza o Prejulgado n. 803 do Tribunal de Contas do Estado de SC.

## 7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A presente Ata terá validade até 31/12/2016, a contar da data da homologação do Processo Licitatório nº. 58/2016, que a originou.

7.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o MUNICIPIO DE TUNÁPOLIS, não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

## 8. DAS PENALIDADES

8.1. O descumprimento do prazo de entrega sujeitara a contratada às seguintes sanções, sem prejuízo, das previstas no item n.11 do Edital de Pregão Presencial n. 44/2016.

8.1.1. Pelo atraso injustificado na entrega do objeto desta Ata, sujeita-se a empresa detentora à penalidade de multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor total da(s) obrigação(ões) não cumprida(s), por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento).

8.1.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto desta Ata, o MUNICIPIO DE TUNÁPOLIS poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa detentora as sanções previstas artigo 7 da Lei Federal nº 10.520/2002, e, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da(s) obrigação(ões) não cumprida(s).

8.2. O MUNICIPIO DE TUNÁPOLIS poderá deixar de aplicar as penalidades previstas nesta cláusula, se admitidas as justificativas apresentadas pela empresa detentora, nos termos do que dispõe o artigo 43, parágrafo 6º c/c artigo 81, e artigo 87, "caput", da Lei Federal nº8.666/1993.

8.3. Sem prejuízo das penalidades de multa, fica a empresa detentora que não cumprir as cláusulas desta Ata, sujeitas ainda:

8.3.1. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a dois anos.

8.3.2. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultante e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

## 9 - DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A presente Ata de Registro de Preços será divulgada na Imprensa Oficial do Município. Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.

## 10. DO FORO

10.1 - Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 17/2016 e a proposta da empresa abaixo relacionada.

10.2 - As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga – SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, 05 de abril de 2016.

ENOI SCHERER

PREFEITO MUNICIPAL

AUTO MECÂNICA GRIEBELER LTDA- ME  
FORNECEDOR REGISTRADO

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 73/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nº 55/2016 REGISTRO DE PREÇOS Nº: 13/2016**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 73/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 55/2016

REGISTRO DE PREÇOS Nº: 13/2016

ANEXO VI



## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ao processo de licitação nº 73/2016

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas, visando o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição Peças destinadas na manutenção da frota de máquinas e veículos pertencentes ao Município, de acordo com as especificações técnicas, itens, e quantitativos constantes em seus anexos, parte integrante neste ato convocatório.

Aos 13 dias do mês de Maio de 2016, o Município de Tunápolis, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado pelo Prefeito Enoi Scherer, portador da Cédula de Identidade nº 2.529.279-0 e inscrito no CPF sob nº 656.321.769-91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município,, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº. 73/2016, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para FORNECIMENTO de Peças destinadas na manutenção da frota de máquinas e veículos pertencentes ao Município, observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

## 1. DO FORNECEDOR REGISTRADO

1.1 A partir desta data fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso referente o fornecimento de Peças destinadas na manutenção da frota de máquinas e veículos pertencentes ao Município, de acordo com as especificações técnicas, itens, e quantitativos constantes em seus anexos, parte integrante neste ato convocatório.

a) Fornecedor – MARAVIMAQUINAS COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA EPP, estabelecida na ROD. BR 282, no Município de Maravilha/SC, devidamente inscrito no CNPJ sob o n. 01.704.0749/0001-02, telefone de contato (49) 3646-0203.

Item	Qtade	Unid	Lote VIII Especificação das peças para garagem	Valor Unit R\$	Valor Total R\$
01	15	unid	Dentais Centrais MARCA GTLF	52,4622	786,93
02	5	unid	Dentais Laterais L.E MARCA GTLF	94,0674	470,34
03	5	unid	Dentais Laterais L.D MARCA GTLF	94,0674	470,34
04	60	unid	Parafusos lamina ¾ x3.3/4 MARCA FEY	4,4104	264,62
05	60	unid	Porca Lamina 10.9 ¾ MARCA FEY	1,7962	107,77
			Total do Lote VIII		2.100,00

ITEM	QTADE	UNID	Lote XV Peças para Conserto da Motoniveladora 120 B Caterpillar Especificação das peças	Valor Unit	Valor Total
01	01	unid	Rolamento cone código 2D9457	259,5546	259,55
02	01	unid	Rolamento Capa código 4F2041	153,0932	153,09
03	01	unid	Retentor 7B0368	62,909	62,91
04	03	unid	Anel 6B4841	2,6395	7,92
05	01	jogo	Jogo correia 7M0185	121,4188	121,42
06	01	unid	Anel 5H4081	5,2791	5,28
07	01	unid	ANEL 1M9015	12,3178	12,32
08	01	unid	Anel 4D6695	9,6783	9,68
09	01	unid	Junta 5D0043	14,0775	14,08
10	02	unid	Cone Rolamento 4B9373	301,7872	603,57
11	02	unid	Capa Rolamento 4B9374	175,0894	350,18
			Total do Lote XV		1.600,00

## 2. DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo Município de Tunápolis, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório n.º 73/2016.

2.2. O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial nº. 55/2016.

2.3 O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

## 3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 O Município adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.2 Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.2 A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

## 4. DA READEQUAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS



4.1 Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

## 5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não receber a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) houver razões de interesse público.

5.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

5.3 O fornecedor registrado poderá solicitar o cancelamento de seu registro de preço na ocorrência de caso fortuito ou de força maior comprovados.

## 6. DO PRAZO PARA ENTREGA DOS MATERIAIS:

6.1 A CONTRATANTE, a cada pedido de fornecimento, especificará formalmente a quantidade necessária do objeto contratado. Quantitativo indicado por estimativa podendo variar para mais ou para menos de acordo com a necessidade e manutenção da frota de máquinas e veículos do MUNICÍPIO. A entrega deverá ocorrer de maneira fragmentada de acordo com o andamento dos serviços de manutenção do setor, mediante requisição prévia a ser explicada e emitida pelo setor competente. Uma vez expedida a ordem de fornecimento, a entrega deverá em até 5(cinco) dias úteis tendo por local a Garagem do DMER do centro deste município.

6.2 – A Secretaria Municipal dos Transportes Obras e Urbanismo terá o prazo máximo de 02 (dois) dias para processar a conferência do que foi entregue, lavrando termo de recebimento definitivo ou notificando a DETENTORA DA ATA para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

6.3 – O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da DETENTORA DA ATA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do Empenho, se a qualquer tempo se verificar vícios, defeitos ou incorreções.

## 7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data da homologação do Processo Licitatório nº 73/2016, que a originou.

7.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

## 8. DO PAGAMENTO:

8.1 Os pagamentos serão efetuados até 8(oito) após faturamento do montante fornecido, mediante a apresentação da Nota Fiscal.

8.2 O atesto somente será efetuado pelo órgão após verificação da conformidade da entrega das peças, conforme especificações e certificações constantes em edital.

## 9. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços será divulgada no site do Município de Tunápolis ([www.tunapolis.sc.gov.br](http://www.tunapolis.sc.gov.br)) e Diário Oficial dos Municípios ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)). Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.

## 10. DO FORO

As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga – SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, SC., 13 de maio de 2016.

Enoi Scherer  
Prefeito Municipal

Fornecedor Registrado  
MARAVIMAQUINAS COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA EPP



**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 84/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nº 66/2016 REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2016**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 84/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 66/2016

REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2016

## ANEXO VI

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ao processo de licitação nº 84/2016

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas, visando o REGISTRO DE PREÇOS PARA CONFECÇÃO DE PLACAS, destinados para as atividades administrativas dos órgãos do município, de acordo com as especificações técnicas, itens, e quantitativos constantes em seus anexos, parte integrante neste ato convocatório.

Aos 7 dias do mês de junho de 2016, o Município de Tunápolis, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado pelo Prefeito Enoi Scherer, portador da Cédula de Identidade nº 2.529.279-0 e inscrito no CPF sob nº 656.321.769-91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município,, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº. 84/2016, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para CONFECÇÃO DE PLACAS, observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

## 1. DO FORNECEDOR REGISTRADO

1.1 A partir desta data fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso para CONFECÇÃO DE PLACAS constantes do Anexo I do edital licitatório n. 84/2016, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

a) Fornecedor – A empresa Julcimar Gaboardi, estabelecida na Rua General Daltro Filho, 1330, Centro, no Município de Campinas do Sul/Rio Grande do Sul, CEP 99660-000, inscrita no CNPJ sob o número 08.834..989.0001-40, neste ato representado pelo Sr. JULCIMAR GABOARDI, considerado Registrado nos seguintes itens conforme segue abaixo:

10	Placa de sinalização refletiva tamanho 50x50 cm, Advertência: "Lombada" A-18 instaladas com Poste Suporte em Aço Galvanizado: instalação por engastamento, diâmetro externo 2" e comprimento de 3.000mm. Deverá ser construída em aço SAE 1020 com espessura de parede de 2.00mm DIN 2440 EB 182 ABNT. Na parte superior do poste suporte deverão existir dois furos de 10mm a 50mm e 250mm respectivamente. Na parte inferior deverá ser provida de trava anti giro com 01 aleta soldada, deverá ser galvanizada a fogo, deverá conter fechamento superior. Placas com espessura de 18mm	und	30	96,00	2.880,00
12	Placa de sinalização refletiva tamanho 50x50 cm, Advertência: PARE instaladas com Poste Suporte em Aço Galvanizado: instalação por engastamento, diâmetro externo 2" e comprimento de 3.000mm. Deverá ser construída em aço SAE 1020 com espessura de parede de 2.00mm DIN 2440 EB 182 ABNT. Na parte superior do poste suporte deverão existir dois furos de 10mm a 50mm e 250mm respectivamente. Na parte inferior deverá ser provida de trava anti giro com 01 aleta soldada, deverá ser galvanizada a fogo, deverá conter fechamento superior. Placas com espessura de 18mm	und	15	110,00	1.650,00
Total geral					4.530,00

## 2. DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo Município de Tunápolis, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório n.º 84/2016.

2.2. O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial nº. 84/2016.

2.3 O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

## 3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 O Município adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.2 Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.2 A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo



ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

#### 4. DA READEQUAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1 Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

#### 5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não receber a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) houver razões de interesse público.

5.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

5.3 O fornecedor registrado poderá solicitar o cancelamento de seu registro de preço na ocorrência de caso fortuito ou de força maior comprovados.

#### 6. DO PRAZO PARA ENTREGA DOS PRODUTOS:

6.1 A entrega dos itens deverão ocorrer no prazo máximo de 8(oito) dias consecutivos após emissão da Autorização de fornecimento, de acordo com o cronograma estabelecido pela municipalidade. A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas aquisições, até 25% (vinte e cinco por cento), conforme dispõe o § 1º do Artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93 atualizada.

6.2. Os materiais deverão ser fornecidos à municipalidade, pelo licitante vencedor na Prefeitura Municipal, situada na Rua João Castilho n. 111, Centro no Município de Tunápolis sem cobrança de frete ou outros custos e o fornecimento se fará de acordo com a necessidade da Administração Municipal.

#### 7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A presente Ata terá validade de até o dia 31/12/2016, a contar da data da homologação do Processo Licitatório nº 84/2016, que a originou.

7.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

#### 8. DO PAGAMENTO:

8.1. O pagamento da presente licitação será efetivado em até 10 (dez) dias após a entrega da nota fiscal/fatura, que deverá ser emitida em nome da Prefeitura de Tunápolis/SC, devendo constar o CNPJ, o número da licitação, e da autorização de fornecimento.

#### 9. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços será divulgada no site do Município de Tunápolis ([www.tunapolis.sc.gov.br](http://www.tunapolis.sc.gov.br)) e Diário Oficial dos Municípios ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)). Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.

#### 10. DO FORO

As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga – SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, SC., 07 de junho de 2016.

Enoi Scherer  
Prefeito Municipal

Julcimar Gaboardi  
Fornecedor Registrado



**FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DEPARTAMENTO DE COMPRAS PROCESSO DE COMPRA Nº: 40/2015 PREGÃO PRESENCIAL Nº: 35/2015 REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2015**

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS  
PROCESSO DE COMPRA Nº: 40/2015  
PREGÃO PRESENCIAL Nº: 35/2015  
REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2015

**ANEXO V****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL nº 03/2015.**

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas, visando o REGISTRO DE PREÇOS para a realização de exames laboratoriais, em pacientes deste município, de acordo com as especificações técnicas, itens, e quantitativos constantes em seus anexos, parte integrante deste ato convocatório.

Aos 04 dias do mês de janeiro de 2015, o Município de Tunápolis, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado pelo Gestor do Fundo Municipal da Saúde, senhor Bruno José Heberle, portador do RG nº 2.201.747 e CPF nº 626.965.569-20, residente e domiciliado na Linha São Pedro, interior neste Município, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº. 40/2015, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para a REALIZAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS, observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

**1. DO FORNECEDOR REGISTRADO**

1.1 A partir desta data fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso para a REALIZAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS constantes do Anexo I do edital licitatório, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

a) Fornecedor –HCL Laboratório Clínico Ltda – ME, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 10.611.027/0001-74, estabelecida à Rua Albino Frantz, 148, Centro, no município de Tunápolis – SC, neste ato representado pelo sócio administrador Sr. Hilton Cezar Lamuor, inscrito no CPF nº 544.362.909-30.

Item	Especificação Produto	Und	Qtidade	Marca	Vlr Un. R\$	Vlr Total R\$
1	Análise de urina	Und	1000		3,70	3.700,00
2	Antibiograma	Und	150		4,98	747,00
3	Cultura de bactérias	Und	300		5,62	1.686,00
4	Determinação de fator reumatóide	Und	200		2,83	566,00
5	Determinação de tempo de coagulação	Und	100		2,73	273,00
6	Tempo e atividade da protrombina (TAP)	Und	350		2,73	955,50
7	Velocidade de hemossedimentação (VHS)	Und	300		2,73	819,00
8	Determinação de grupos ABO	Und	50		1,37	68,50
9	Fator RH	Und	50		1,37	68,50
10	Tempo de tromboplastina ativada (KTP)	Und	450		5,77	2.596,50
11	Dosagem de ácido úrico	Und	300		1,85	555,00
12	PSA total e livre	Und	600		18,59	11.154,00
13	Dosagem de bilirrubinas totais e frações	Und	150		2,01	301,50
14	Dosagem de colesterol total	Und	2500		1,85	4.625,00
15	Dosagem de colesterol HDL	Und	2500		3,51	8.775,00
16	Dosagem de colesterol LDL	Und	2500		3,51	8.775,00
17	Creatinina	Und	2500		1,85	4.625,00
18	Dosagem de fosfatase alcalina	Und	100		2,01	201,00
19	Dosagem de glicose	Und	2500		1,85	4.625,00
20	Beta HCG	Und	50		7,85	392,50



21	Dosagem de proteína c reativa (PCR)	Und	100		2,83	283,00
22	Dosagem de triglicerídeos	Und	2500		3,51	8.775,00
23	Dosagem de uréia	Und	2000		1,85	3.700,00
24	Hemograma	Und	3000		4,11	12.330,00
25	Aslo	Und	100		2,83	283,00
26	Anti hiv1 + anti hiv2	Und	200		10,00	2.000,00
27	Antitoxoplasma IGG	Und	150		18,55	2.782,50
28	Antitoxoplasma IGM	Und	150		18,55	2.782,50
29	HBSAG	Und	200		18,55	3.710,00
30	VDRL	Und	150		2,83	424,50
31	Teste indireto de antiglobulina humana	Und	30		2,73	81,90
32	Determinação de curva glicêmica	Und	10		25,50	255,00
33	Dosagem de transaminase (TGO)	Und	1500		2,01	3.015,00
34	Dosagem de transaminase (TGP)	Und	1500		2,01	3.015,00
35	Pesquisa de ovos e parasitas (EPF)	Und	50		1,65	82,50
36	Contagem de plaquetas	Und	500		6,48	3.240,00
TOTAL GERAL						102.268,90

## b) 2. DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 A empresa a ser contratada deverá prestar o serviço de (coleta) para a realização dos exames de laboratório, em consultório próprio ou locado pelo mesmo, estabelecido no perímetro da cidade de Tunápolis/SC.

2.2 Ainda, em caso da empresa não possuir consultório ou local para a prestação de tais serviços, poderá realizá-los nas dependências da unidade central da Secretaria Municipal de Saúde, sito na Rua Albino Frantz, nº 67, centro de Tunápolis, junto a consultório existente nesta unidade.

2.3 A contratada deverá fornecer os exames por mês, todos encaminhados através de autorização da Secretaria Municipal de Saúde, sendo que serão pagas somente as efetivamente realizadas. Para efetivo controle, a contratada deverá registrar no corpo da própria autorização de encaminhamento do FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, através do seu Gestor, de próprio punho ou com carimbo.

## 3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 O FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.2 Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.2 A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.



#### 4. DA READEQUAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1 Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

#### 5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não receber a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) houver razões de interesse público.

5.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

5.3 O fornecedor registrado poderá solicitar o cancelamento de seu registro de preço na ocorrência de caso fortuito ou de força maior comprovados.

#### 6. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1 A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data da homologação do dia 04 de janeiro de 2015 do Processo Licitatório nº 40/2015, até o dia 31/12/2016.

6.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

#### 7. DO PAGAMENTO:

7.1 O pagamento será feito pelo FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, em até 10 (dez) dias, após execução do objeto desta licitação, mediante a apresentação da Nota Fiscal ou Fatura, diretamente na tesouraria da Prefeitura Municipal, ou mediante a emissão de Ordem Bancária em conta corrente indicada pela contratada.

7.2 A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura, informando a Agência Bancária e o número da Conta a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas.

7.3 Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

7.4 Os valores mencionados neste Edital não sofrerão reajuste

7.5 A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.

#### 8. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços será divulgada no site do Município de Tunápolis ([www.tunapolis.sc.gov.br](http://www.tunapolis.sc.gov.br)) e Diário Oficial dos Municípios ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)). Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.

#### 9. DO FORO

As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga – SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, SC, 04 de janeiro de 2016.

GESTOR DO FUNDO

Fornecedor Registrado

**PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAPOLIS DEPARTAMENTO DE COMPRAS PROCESSO DE COMPRA Nº: 138/2015  
PREGÃO PRESENCIAL Nº: 108/2015 REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/2015**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 73/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 55/2016

REGISTRO DE PREÇOS Nº: 13/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ao processo de licitação nº 73/2016



**OBJETO:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas, visando o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição Peças destinadas na manutenção da frota de máquinas e veículos pertencentes ao Município, de acordo com as especificações técnicas, itens, e quantitativos constantes em seus anexos, parte integrante neste ato convocatório.

Aos 13 dias do mês de Maio de 2016, o FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 12.273.240/0001-49, neste ato representado por seu gestor do Fundo Municipal da Saúde o Sr. Bruno José Heberle, portador do RG nº 2.201.747 e CPF nº 626.965.569-20 no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº. 73/2016, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para FORNECIMENTO de Peças destinadas na manutenção da frota de máquinas e veículos pertencentes ao Município, observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

## 1. DO FORNECEDOR REGISTRADO

1.1 A partir desta data fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso referente o fornecimento de Peças destinadas na manutenção da frota de máquinas e veículos pertencentes ao Município, de acordo com as especificações técnicas, itens, e quantitativos constantes em seus anexos, parte integrante neste ato convocatório.

Fornecedor – : A empresa AUTO MECÂNICA GRIEBELER LTDA- ME, pessoa jurídica de direito privado, devidamente estabelecida na Rua Caaro,190, Centro, no Município de Tunápolis, SC, inscrito no CNPJ sob o número 72.378.052-0001-07, considerado doravante REGISTRADO

**LOTE II**  
DUCATO MULT JAEDI T PLACA QHM 2263, ANO 2015/2015, FIAT DUCATO COM 15 PASSAGEIROS. CHASSI 93W245H3RF2151098.  
VEÍCULO FIAT DUCATO COM 17 PASSAGEIROS PLACA MHW 2690, ANO 2005/2006, CHASSI 93W245H3362001537

Item	Unid	Qtade	Especificação das peças	Valor unit	Valor total
01	Unid	01	Rolamento roda dianteira MARCA SKF	236,51	236,51
02	Unid	02	Correia alternador MARCA GATES	43,1213	86,24
03	Unid	06	Filtros de combustível MARCA BOSCH	49,3434	296,06
04	Jogo	04	Jogos pastilha de freio traseira MARCA BOSCH	55,2949	221,18
05	Jogo	06	Jogos pastilha de freio dianteira MARCA BOSCH	139,6439	837,86
06	Unid	01	Cubo de roda traseiro MARCA IMA	285,1311	285,13
07	Unid	02	Filtros de ar 2.8 MARCA BOSCH	46,07	92,14
08	Unid	05	Filtros de óleo 2.8 MARCA BOSCH	32,6521	163,25
09	Unid	04	Discos de freio MARCA FREMAX	87,7847	351,14
10	Kit	01	Kit correia dentada 2.3 MARCA GATES	477,3376	477,34
11	Kit	01	Kit correia dentada 2.8 MARCA GATES	256,0228	256,02
12	Unid	02	Filtros de ar 2.3 MARCA BOSCH	50,7501	101,50
13	Unid	04	Filtros de óleo 2.3 MARCA BOSCH	21,3172	85,27
14	Jogo	04	Jogos de palhetas MARCA BOSCH	57,8378	231,35
15	Unid	02	Amortecedores traseiros MARCA COFAP	145,379	290,76
16	Kit	02	Kit amortecedor traseiro MARCA SAMPEL	48,2072	96,41
17	Lt	40	Óleo 15w40 MARCA SHELL	9,1978	367,91
18	Lt	32	Óleo 5w30 MARCA SHELL	19,4776	623,28
19	Unid	01	Condensador de ar condicionado 2.8 MARCA ROYCE	400,6443	400,64
			Total geral do LOTE II		5.500,00

**LOTE III**  
PEUGE0 1.4 ANO: 2008/2008 PLACA:MFY-4006 5 PASSAGEIROS ALCOOL/GASOLINA CHASSI 9362AKFW98B083837

Item	Unid	Qtade	Especificação das peças	Valor unit	Valor total
01	Unid	02	Bandejas de suspensão MARCA GRAZZIMETAL	129,425	258,85
02	Unid	02	Filtros de óleo MARCA BOSCH	12,159	24,32
03	Unid	01	Filtro de ar condicionado MARCA BOSCH	17,1766	17,18
04	Unid	01	Filtro de ar MARCA BOSCH	19,4171	19,42
05	Jogo	02	Jogos pastilha de freio MARCA BOSCH	65,0192	130,04
06	Unid	02	Discos de freio MARCA FREMAX	38,7875	77,58
07	Lt	08	Óleo 10w40 MARCA SHELL	14,0027	112,02



08	Jogo	02	Palhetas MARCA BOSCH	37,2005	74,40
09	Unid	02	Cilindro de roda MARCA BOSCH	93,0946	186,19
			Total geral do lote III		900,00

## LOTE V

VOYAGE 1.6 ALCOOL/GASOLINA SNO 2013/2014 PLACA: MLR-7638 5 PASSAGEIROS CHASSI 9BWDB45ESET111475

Item	Unid	Qtade	Especificação das peças	Valor unit	Valor total
01	Unid	01	Correia dentada MARCA GATES	25,61	25,61
02	Unid	01	Tensor correia dentada MARCA NYTRON	64,2828	64,28
03	Unid	04	Velas de ignição MARCA BOSCH	10,9223	43,69
04	Unid	02	Filtro de ar condicionado MARCA BOSCH	11,5959	23,19
05	Unid	02	Filtro de ar MARCA BOSCH	24,2023	48,40
06	Jogo	01	Jogo cabo de vela MARCA BOSCH	93,1523	93,15
07	Unid	05	Filtros de óleo MARCA BOSCH	10,3209	51,60
08	Jogo	02	Jogos de pastilha de freio MARCA BOSCH	62,0935	124,19
09	Jogo	02	Jogos de palhetas MARCA BOSCH	36,4237	72,85
10	Lt	20	Óleo 5w40 MARCA SHELL	21,6521	433,04
			Total geral do lote V		980,00

## LOTE VI

PEÇAS DIVERSAS PARA A GARAGEM DA PREFEITURA

Item	Unid	Qtade	Especificação das peças	Valor unit	Valor total
01	Unid	20	Lâmpadas pingo MARCA PHILIPS	2,45	49,00
02	Unid	20	Lâmpadas 1 polo MARCA PHILIPS	2,45	49,00
03	Unid	20	Lâmpadas 2 polos MARCA PHILIPS	3,45	69,00
04	Unid	15	Lâmpadas h7 MARCA PHILIPS	40,55	608,25
05	Unid	05	Cargas de gás veículos médios MARCA DUGOOLD	179,00	895,00
06	Unid	04	Cargas de gás veículos pequenos MARCA DUGOOLD	139,00	556,00
07	Unid	10	Limpa para brisas MARCA WURTH	4,95	49,50
08	Unid	06	Lâmpadas h4 MARCA PHILIPS	16,95	101,70
09	Unid	10	Lâmpadas h3 MARCA PHILIPS	18,45	184,50
10	Unid	10	Lâmpadas h1 MARCA PHILIPS	19,20	192,00
11	Unid	04	baterias 60 amperes MARCA BOSCH	300,00	1.200,00
12	Unid	03	bateria 95 amperes MARCA BOSCH	540,00	1.620,00
13	Lt	20	Litros de aditivo MARCA WURTH	19,90	398,00
14	Unid	10	Colas de silicone MARCA WURTH	30,40	304,00
15	Unid	04	Conexões MARCA ROYCE	13,45	53,80
16	Unid	08	Clip ar condicionado MARCA ROYCE	3,00	24,00
17	M	03	Metros de mangueira ar condicionado MARCA ROYCE	54,90	164,70
18	Unid	08	Óleo compressor MARCA ROYCE	39,90	319,20
19	Unid	08	Contraste de ar condicionado MARCA ROYCE	19,90	159,20
20	Unid	30	Fusíveis MARCA MARILIA	0,50	15,00



21	Unid	30	Maxi fusíveis MARCA MARILIA	3,50	105,00
22	Unid	50	Capas de terminal de embutir MARCA MARILIA	0,50	25,00
23	Unid	50	Terminais de embutir MARCA MARILIA	0,50	25,00
24	Unid	5	Fluido de freio Dot 3 MARCA BOSCH	16,90	84,50
25	Unid	5	Fluido de freio Dot 4 MARCA BOSCH	26,90	134,50
26	Unid	3	Lâmpada H11 MARCA PHILIPS	84,50	253,50
			Total do lote VI		7.639,35

**LOTE VII**

MASTER THB VA PLACA MHD 8166, ANO 2009/2010, 12 PASSAGEIROS. CHASSI 93YAADCUH6AJ408414.

AMBULANCIA CAMIONETE RENAULT/MASTER TCA ANO 2012/2013 8 PASSAGEIROS PLACA MKL 6103 CHASSI

ITEM	UNID	QUAN.	DESCRIÇÃO DA PEÇA	V.UND.	V.TOTAL
01	unid	02	Rolamentos de roda MARCA SKF	148,2053	296,41
02	unid	01	Cubo de roda traseiroMARCA IMA	244,6084	244,61
03	unid	02	Discos de freio dianteiro MARCA FREMAX	129,8539	259,71
04	jogo	08	Jogos pastilha de freio dianteira MARCA BOSCH	175,5831	1.404,66
05	jogo	06	Jogos de pastilha de freio traseira MARCA BOSCH	97,1996	583,20
06	unid	04	Pivos de suspensão superior MARCA TRW	104,0357	416,14
07	unid	04	Pivos de suspensão inferior MARCA TRW	96,735	386,94
08	unid	02	Trizetas MARCA IMA	83,9255	167,85
09	unid	10	Filtros de ar MARCA BOSCH	66,3041	663,04
10	kit	02	Kit correia dentada MARCA GATES	540,9195	1.081,84
11	unid	10	Filtros de óleo MARCA BOSCH	52,2999	523,00
12	unid	10	Filtros de combustível MARCA BOSCH	39,059	390,59
13	unid	02	Articuladores de direção MARCA VIEMAR	86,9453	173,89
14	unid	02	Correias MARCA GATES	67,5652	135,13
15	jogo	04	Jogos de palheta MARCA BOSCH	92,5868	370,35
16	lt	80	Óleo 15w40 MARCA SHELL	11,283	902,64
			Total Geral VII		8.000,00

**2. DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO**

2.1 O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo Município de Tunápolis, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório n.º 73/2016.

2.2. O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial nº. 55/2016.

2.3 O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

**3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS**

3.1 O Município adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.2 Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.2 A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

**4. DA READEQUAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**



4.1 Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

## 5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não receber a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) houver razões de interesse público.

5.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

5.3 O fornecedor registrado poderá solicitar o cancelamento de seu registro de preço na ocorrência de caso fortuito ou de força maior comprovados.

## 6. DO PRAZO PARA ENTREGA DOS MATERIAIS:

6.1 A CONTRATANTE, a cada pedido de fornecimento, especificará formalmente a quantidade necessária do objeto contratado. Quantitativo indicado por estimativa podendo variar para mais ou para menos de acordo com a necessidade e manutenção da frota de máquinas e veículos do MUNICÍPIO. A entrega deverá ocorrer de maneira fragmentada de acordo com o andamento dos serviços de manutenção do setor, mediante requisição prévia a ser explicada e emitida pelo setor competente. Uma vez expedida a ordem de fornecimento, a entrega deverá em até 5(cinco) dias úteis tendo por local a Garagem do DMER do centro deste município.

6.2 – A Secretaria Municipal dos Transportes Obras e Urbanismo terá o prazo máximo de 02 (dois) dias para processar a conferência do que foi entregue, lavrando termo de recebimento definitivo ou notificando a DETENTORA DA ATA para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

6.3 – O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da DETENTORA DA ATA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do Empenho, se a qualquer tempo se verificar vícios, defeitos ou incorreções.

## 7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data da homologação do Processo Licitatório nº 73/2016, que a originou.

7.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

## 8. DO PAGAMENTO:

8.1 Os pagamentos serão efetuados até 8(oito) após faturamento do montante fornecido, mediante a apresentação da Nota Fiscal.

8.2 O atesto somente será efetuado pelo órgão após verificação da conformidade da entrega das peças, conforme especificações e certificações constantes em edital.

## 9. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços será divulgada no site do Município de Tunápolis ([www.tunapolis.sc.gov.br](http://www.tunapolis.sc.gov.br)) e Diário Oficial dos Municípios ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)). Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.

## 10. DO FORO

As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga – SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, SC., 13 de maio de 2016.

Enoi Scherer  
Prefeito Municipal

Bruno José Heberle  
GESTOR DO FUNDO

AUTO MECÂNICA GRIEBELER LTDA- ME  
Fornecedor Registrado



**PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2016 REGISTRO DE PREÇOS Nº: 07/2016 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS AO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 27/2016**

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAPOLIS/DEPARTAMENTO DE COMPRAS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 24/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2016

REGISTRO DE PREÇOS Nº: 04/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ao processo de licitação nº 04/2016

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas, visando o REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE ÓLEO LUBRIFICANTE DESTINADO PARA AS MÁQUINAS PESADAS, ÔNIBUS, E VEÍCULOS de acordo com as especificações técnicas, itens, e quantitativos constantes em seus anexos, parte integrante neste ato convocatório.

Aos 19 dias do mês de fevereiro de 2016, o Município de Tunápolis, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado pelo Prefeito Enoi Scherer, portador da Cédula de Identidade nº 2.529.279-0 e inscrito no CPF sob nº 656.321.769-91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município,, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº. 24/2016, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para aquisição de ÓLEO LUBRIFICANTE, observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

**1.DO FORNECEDOR REGISTRADO**

1.1 A partir desta data fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso para fornecer ÓLEO LUBRIFICANTE DESTINADO PARA AS MÁQUINAS PESADAS, ÔNIBUS, E VEÍCULOS constantes do Anexo I do edital licitatório n. 24/2016, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

a) Fornecedor-Auto Posto Canarinho Ltda EPP, inscrito sob o CNPJ n.º 83.523.407/0001-20, com sede na Rua Caaró, nº 110, centro, no Município de Tunápolis/SC, telefone: (49) 36321108, neste ato representado pelo Sr. Canisio Thomas-sócio administrador.

Item	Especificações do objeto	unit	Qtda	Preço unit	Preço total
1	Óleo Hidráulico 68 de companhia, balde 20 litros, para máquinas PESADAS. Marca: TEXACO	Bal	50,00	189,45	9.472,50
2	Óleo Hidráulico 15 x 40 para motor diesel alta viscosidade, balde com 20 litros, para máquinas PESADAS. Marca: TEXACO	Bal	60,00	195,00	11.700,00
3	Óleo lubrificante 10w40 SM semi sintético 1 litro.Marca: TEXACO	litro	48,00	25,00	1.200,00
4	Óleo lubrificante 5W30 SM sintético 1 litro.Marca: TEXACO	litro	48,00	21,00	1.008,00
5	Tambor de graxa MGL 12 com 170 Kg.Marca PETROBRAS	Tb	1,00	2.117,00	2.117,00
6	Óleo Arla 32, acondicionado em tambor de 200 litros. Marca PETROBRAS	Tb	2,00	450,00	900,00
	Total geral				26.397,50

**2.DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO**

2.1 O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo Município de Tunápolis, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório n.º 24/2016.

2.2. O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial nº. 18/2016.

2.3 O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

**3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS**

3.1 O Município adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.2 Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.2 A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

**4. DA READEQUAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**



4.1 Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

## 5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não receber a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) houver razões de interesse público.

5.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

5.3 O fornecedor registrado poderá solicitar o cancelamento de seu registro de preço na ocorrência de caso fortuito ou de força maior comprovados.

## 6. DO PRAZO PARA ENTREGA DOS ITENS:

6.1 A entrega dos óleos lubrificantes deverão ocorrer no prazo máximo de 8(oito) dias consecutivos após emissão da Autorização de fornecimento, de acordo com o cronograma estabelecido pela municipalidade. A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas aquisições, até 25% (vinte e cinco por cento), conforme dispõe o § 1º do Artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93 atualizada.

6.2. Os óleos lubrificantes deverão ser fornecidos à municipalidade, pelo licitante vencedor na Garagem do DMER, situada na Rua 25 e julho, Centro no Município de Tunápolis, sem cobrança de frete ou outros custos e o fornecimento se fará de acordo com a necessidade da Administração Municipal.

## 7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A presente Ata terá validade de até o dia 31/12/2016, a contar da data da homologação do Processo Licitatório nº 24/2016, que a originou.

7.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

## 8. DO PAGAMENTO:

8.1. O pagamento da presente licitação será efetivado em até 10 (dez) dias após a entrega da nota fiscal/fatura, que deverá ser emitida em nome da Prefeitura de Tunápolis/SC, devendo constar o CNPJ, o número da licitação, e da autorização de fornecimento.

## 9. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços será divulgada no site do Município de Tunápolis ([www.tunapolis.sc.gov.br](http://www.tunapolis.sc.gov.br)) e Diário Oficial dos Municípios ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)). Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.

## 10. DO FORO

As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga – SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, Sc,. 19 de fevereiro de 2016.

Enoi Scherer  
Prefeito Municipal

Canisio Thomas-sócio administrador



**PREGÃO PRESENCIAL Nº 66/2016 REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2016 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS AO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 84/2016**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 84/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 66/2016

REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ao processo de licitação nº 84/2016

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas, visando o REGISTRO DE PREÇOS PARA CONFECÇÃO DE FAIXAS, PLACAS, BANNERS, FOLDERS destinados para as atividades administrativas dos órgãos do município, de acordo com as especificações técnicas, itens, e quantitativos constantes em seus anexos, parte integrante neste ato convocatório.

Aos 7 dias do mês de Junho de 2016, o Município de Tunápolis, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado pelo Prefeito Enoi Scherer, portador da Cédula de Identidade nº 2.529.279-0 e inscrito no CPF sob nº 656.321.769-91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município,, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº. 84/2016, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para CONFECÇÃO DE FAIXAS, PLACAS, BANNERS, FOLDERS, observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

**1. DO FORNECEDOR REGISTRADO**

1.1 A partir desta data fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso para CONFECÇÃO DE FAIXAS, PLACAS, BANNERS, FOLDERS constantes do Anexo I do edital licitatório n. 84/2016, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

a) Fornecedor – Fabio Lindomar Franzon-ME, estabelecido na Rua: Cristovão Colombo, Centro, no Município de Santa Helena – SC, inscrito no CNPJ.10.197.113/0001-82., doravante REGISTRADO, conforme segue abaixo:

ÍTEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	PREVISÃO DE CUSTOS	
				Unitário	Global
5	Placa em chapa galvanizada 26mm com estrutura em madeira, medindo 0.80x 0.60 cm poste de madeira	und	6	40,00	240,00
8	Banner (arte e impressão), com informações a serem definidas pela Administração, colorido, lona tencionada, tamanho de 100x70 cm , suporte superior em madeira com cordão	und	6	35,00	210,00
	Total geral				450,00

**2. DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO**

2.1 O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo Município de Tunápolis, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório n.º 84/2016.

2.2. O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial nº. 84/2016.

2.3 O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

**3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS**

3.1 O Município adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.2 Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.2 A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

**4. DA READEQUAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

4.1 Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

**5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS**



5.1 O fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não receber a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) houver razões de interesse público.

5.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

5.3 O fornecedor registrado poderá solicitar o cancelamento de seu registro de preço na ocorrência de caso fortuito ou de força maior comprovados.

#### 6. DO PRAZO PARA ENTREGA DOS PRODUTOS:

6.1 A entrega dos itens deverão ocorrer no prazo máximo de 8(oito) dias consecutivos após emissão da Autorização de fornecimento, de acordo com o cronograma estabelecido pela municipalidade. A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas aquisições, até 25% (vinte e cinco por cento), conforme dispõe o § 1º do Artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93 atualizada.

6.2. Os materiais deverão ser fornecidos à municipalidade, pelo licitante vencedor na Prefeitura Municipal, situada na Rua João Castilho n. 111, Centro no Município de Tunápolis sem cobrança de frete ou outros custos e o fornecimento se fará de acordo com a necessidade da Administração Municipal.

#### 7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A presente Ata terá validade de até o dia 31/12/2016, a contar da data da homologação do Processo Licitatório nº 84/2016, que a originou.

7.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

#### 8. DO PAGAMENTO:

8.1. O pagamento da presente licitação será efetivado em até 10 (dez) dias após a entrega da nota fiscal/fatura, que deverá ser emitida em nome da Prefeitura de Tunápolis/SC, devendo constar o CNPJ, o número da licitação, e da autorização de fornecimento.

#### 9. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços será divulgada no site do Município de Tunápolis ([www.tunapolis.sc.gov.br](http://www.tunapolis.sc.gov.br)) e Diário Oficial dos Municípios ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)). Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.

#### 10. DO FORO

As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga – SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, SC., 07 de junho de 2016.

Enoi Scherer  
Prefeito Municipal

Fabio Lindomar Franzon-ME  
Fornecedor Registrado



**PROCESSO DE COMPRA Nº.: 05/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nº: 03/2016 REGISTRO DE PREÇOS Nº.: 01/2016**

PROCESSO DE COMPRA Nº.: 05/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº: 03/2016

REGISTRO DE PREÇOS Nº.: 01/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS AO PROCESSO 05.2016.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AGENCIAMENTO DE PASSAGENS AÉREAS, DA PREFEITURA MUNICIPAL E FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, PARA O ANO 2016.

Aos 19 dias do mês de janeiro de 2016, o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS E FUNDO, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho nº111, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. ENOI SCHERER, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade e Município de Tunápolis, SC, portador do CPF n. 656.321.769/91, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº 05/2016 sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para 01/2016, observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

**1.DO FORNECEDOR REGISTRADO**

1.1 - A partir desta data, fica registrado neste Município e Fundo, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso de fornecimento dos serviços constantes do Anexo I deste instrumento, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

a) Fornecedor :Noar Turismo Ltda ME, inscrito sob o CNPJ n.º 18.780.623.0001-90, com sede na Rua Cunha Porã,136 D, Bairro Efapi, no Município de Chapecó, telefone: neste ato representado Mauro Alves Ferreira, portadora do RG n.º 3.927.356 e do CPF n.º 036.115.609-01.

b) Descrição do(s) item(s):

Item Fornecimento e reserva de bilhetes de passagens e serviços de transporte aéreo nacional e internacional. Preço Total R\$ 46.000,00(quarenta e seis mil reais)

**2.DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO**

2.1 - O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo Município de Tunápolis, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório de Pregão Presencial para Registro de Preços n.º 01/2016.

2.2 - O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial nº 03/2016 que se fará de acordo com a necessidade da municipalidade.

2.3 - O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata de Registro de Preços.

**3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS**

3.1 – A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-lhe

a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

3.2 - O Contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos dos itens licitados, respeitados os limites legais, conforme estabelece o §1º, artigo 65 da Lei 8.666/93.

3.3 - Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irredutíveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do artigo 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

3.3.1 - A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

3.4 - Mesmo comprovada a ocorrência da situação prevista na alínea "d", inciso II do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

3.5 - O Município adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.6 - Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.7 - A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

**4. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:**

4.1 - Os pagamentos devidos aos vencedores serão efetuados EM ATÉ 10 DIAS APOS O FORNECIMENTO dos serviços e efetiva apresentação da nota fiscal. A nota fiscal deverá conter todas as especificações dos serviços, conforme itens, objeto deste Edital, devidamente atestada pela Secretaria responsável, pela pessoa indicada como responsável pelo recebimento.

**5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS**

5.1 - A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:

5.1.1 - Automaticamente:

5.1.1.1 - por decurso de prazo de vigência;

5.1.1.2 - quando não restarem fornecedores registrados;

5.1.1.3 - pela Administração Municipal, quando caracterizado o interesse público.

5.2 - O Proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa.

5.2.1 - A pedido, quando:

5.2.1.1 - comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;

5.2.1.2 - O seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado que compõem o custo do serviço.

5.2.1.3 - A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no Item 11 do Edital, caso não aceitas as razões do pedido.

5.2.2 - Por iniciativa da Administração Municipal, quando:

5.2.2.1 - O fornecedor perder qualquer condição de habilitação exigida no processo licitatório, ou seja, não cumprir o estabelecido no item 6 do Edital;



5.2.2.2 - por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;  
5.2.2.3 - o fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços;  
5.2.2.4 - o fornecedor não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes desta Ata de Registro de Preços;  
5.2.2.5 - caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço ou nos pedidos dela decorrentes;  
5.2.2.6 - não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado.

5.3 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos, será feita por meio de documento oficial.

## 6. DO PRAZO PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1 - O prazo de entrega dos bilhetes será de até 24 (vinte e quatro) horas, contados da solicitação do município.

6.2 - O Município de Tunápolis emitirá as Autorizações de Fornecimento, de FORMA PARCELADA, de acordo com suas necessidades, tendo como prazo de 12 meses a contar da data de assinatura da Ata de Registro de Preços.

6.3 - Imediatamente após a entrega das passagens aéreas, objeto desta Licitação, os mesmos serão devidamente inspecionados pelo Setor Responsável. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade nos itens fornecidos em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas neste Edital.

## 7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A presente Ata terá validade de 12 meses, a contar da data da assinatura da mesma.

7.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis, não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

## 8. DAS PENALIDADES

8.1. O descumprimento do prazo de entrega sujeitara a contratada às seguintes sanções, sem prejuízo, das previstas no item n.11 do Edital de Pregão Presencial n.03/2016.

8.1.1. Pelo atraso injustificado na entrega do objeto desta Ata, sujeita-se a empresa detentora à penalidade de multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor total da(s) obrigação(ões) não cumprida(s), por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento).

8.1.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto desta Ata, o Município de Tunápolis poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa detentora as sanções previstas artigo 7 da Lei Federal nº 10.520/2002, e, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da(s) obrigação(ões) não cumprida(s).

8.2. O Município de Tunápolis poderá deixar de aplicar as penalidades previstas nesta cláusula, se admitidas as justificativas apresentadas pela empresa detentora, nos termos do que dispõe o artigo 43, parágrafo 6º c/c artigo 81, e artigo 87, "caput", da Lei Federal nº8.666/1993.

8.3. Sem prejuízo das penalidades de multa, fica a empresa detentora que não cumprir as cláusulas desta Ata, sujeitas ainda:

8.3.1. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a dois anos.

8.3.2. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultante e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

## 9 - DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A presente Ata de Registro de Preços será divulgada na Imprensa Oficial do Município. Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.

## 10. DO FORO

10.1 - Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 03/2016 e a proposta da empresa abaixo relacionada.

10.2 - As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga – SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, de 19 de janeiro de 2016.

ENOI SCHERER	Noar Turismo Ltda ME
Prefeito Municipal	Fornecedor Registrado.
Contratante	Contratada

Testemunhas:

CleversonInácioKerkhoff	Sheila InêsBieger
CPF:918.368.409-34	CPF: 020.226.259.60

**PROCESSO DE COMPRA Nº: 138/2015 PREGÃO PRESENCIAL Nº: 108/2015 REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/2015**  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAPOLIS  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS  
PROCESSO DE COMPRA Nº: 138/2015  
PREGÃO PRESENCIAL Nº: 108/2015  
REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/2015

ANEXO VI

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ao processo de licitação nº 138/2015



**OBJETO:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de Combustíveis, destinados ao abastecimento dos veículos, máquinas e demais equipamentos desta municipalidade, para o exercício financeiro de 2016.

Aos 23 dias do mês de dezembro de 2015, o Município de Tunápolis, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Enoi Scherer, portador do RG nº 2.529.279-0 e CPF nº 656.321.769-91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº. 138/2015, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS, observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

#### 1. DO FORNECEDOR REGISTRADO

1.1 A partir desta data fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso de fornecimento dos combustíveis constantes do Anexo I deste instrumento, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

a) Fornecedor empresa Abastecedora de Combustíveis Tunápolis Ltda ME, inscrito sob o CNPJ n.º 08.473.148/0001-55, com sede na Rua Santa Maria, 157, Bairro: Progresso, no Município de Tunápolis, telefone: (49)3.6321222.

Item	Especificações do objeto	unit	Qtda	Preço máximo admitido R\$
2	Óleo Diesel S 500	LT	420.00,00	2,89

#### 2. DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo Município de Tunápolis, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório n.º 138/2015.

2.2. O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial nº. 108/2015.

2.3 O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

2.4 O objeto deste Edital, os combustíveis, deverão ser fornecidos ao Município, em bomba de abastecimento habilitada, localizada no perímetro urbano da sede do Município, diretamente no reservatório dos veículos, máquinas ou equipamentos apresentado ou em vasilhame para transporte até obras específicas, durante todo o ano de 2016.

#### 3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 O Município adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.2 Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.2 A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

#### 4. DA READEQUAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1 O valor do preço unitário do objeto do presente Edital sofrerá reajuste pelo mesmo índice de majoração aplicado pelos Distribuidores ao proponente vencedor do presente certame, devendo este apresentar as notas fiscais da compra dos combustíveis toda vez que haja alteração nos preços dos combustíveis. Na hipótese de o Governo Federal promover diminuição no preço dos combustíveis, o mesmo desconto será aplicado aos preços do objeto do presente contrato.

#### 5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não receber a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) houver razões de interesse público.

5.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

5.3 O fornecedor registrado poderá solicitar o cancelamento de seu registro de preço na ocorrência de caso fortuito ou de força maior comprovados.



**6. DO PRAZO PARA ENTREGA DOS PRODUTOS:**

6.1 Os combustíveis, deverão ser fornecidos ao Município, em bomba de abastecimento habilitada, no horário das 6:00 (seis) às 19:00 (dezenove) horas, de segunda a sábado, em bomba de abastecimento devidamente habilitada de acordo com a legislação pertinente, localizada no perímetro urbano do Município de TUNÁPOLIS, diretamente no reservatório dos veículos, máquinas ou equipamentos apresentado ou em vasilhame para transporte até obras específicas, durante todo o ano de 2016.

6.2 – As retiradas dos produtos somente poderão ser efetuadas mediante requisição do contratante, a qual mencionará o veículo ou máquina a ser abastecida e a quantidade de litros a serem entregues, sendo que a contratada deverá emitir nota fiscal correspondente ao abastecimento, discriminando o veículo abastecido, a quantidade de litros e respectivos valores, bem como a quilometragem ou horas do mesmo. Para cada abastecimento deverá ser emitida uma nota fiscal, a qual deverá ser assinada pelo operador / motorista do veículo abastecido.

**7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

7.1 A efetivação da contratação de fornecimento se caracterizará pela assinatura da Ata de Registro de Preços, pré agendada para o dia 04/01/2016 podendo ser válida até doze meses após a homologação.

7.2. Esta Ata tem seu prazo de validade até 31/12/2016.

7.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

**8. DO PAGAMENTO:**

8.1. O pagamento da presente licitação será efetivado em até 5 (cinco) dias após a entrega da nota fiscal/fatura, que deverá ser emitida em nome da Prefeitura de Tunápolis/SC, devendo constar o CNPJ, o número da licitação, e da autorização de fornecimento.

8.2. A emissão das NOTAS FISCAIS que comprovem os litros abastecidos deve ser obrigatoriamente quantificada, com as quantidades e valores praticados naquele instante e acompanhadas da ordem de abastecimento autorizada pelo titular da pasta à qual pertencer o veículo ou máquina.

**9. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

A presente Ata de Registro de Preços será divulgada no site do Município de Tunápolis ([www.tunapolis.sc.gov.br](http://www.tunapolis.sc.gov.br)) e Diário Oficial dos Municípios ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)). Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.

**10. DO FORO**

As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga – SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Enoi Scherer  
Prefeito Municipal

Abastecedora de Combustíveis Tunápolis Ltda ME  
Fornecedor Registrado

**PROCESSO DE COMPRA Nº: 67/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nº: 51/2016 REGISTRO DE PREÇO Nº 13/2016**

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAPOLIS

DEPARTAMENTO DE COMPRAS

PROCESSO DE COMPRA Nº: 67/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº: 51/2016

REGISTRO DE PREÇO Nº 13/2016

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a contratação de empresas para a prestação de serviços de Transporte de Entidades Culturais, Grupos da 3ª Idade, atletas e Outros conforme Lei Autorizativa nº 1.037/2011 de 26/05/2011 e especificações e condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, os quais passam a fazer parte integrante do presente processo licitatório..

Aos 27 dias do mês de abril de 2016, o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho nº111, Centro, na cidade de Tunápolis,SC com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado



pelo Prefeito Enoi Scherer, portador do Cédula de Identidade nº 2.529.279-0 e inscrito no CPF sob nº 656.321.769-91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº 67/2016, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

#### 1.DO FORNECEDOR REGISTRADO

1.1 - A partir desta data, fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando a contratação de empresas para a prestação de serviços de Transporte de Entidades Culturais, Atletas, Grupos da 3ª Idade e Outros do pregão presencial nº 51/2016, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

a) Fornecedor: A empresa TUNAPOLIS TUR LTDA-ME, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 05.303.910.0001-67, estabelecida na Linha Real, Interior deste Município de Tunápolis/SC, fone (49) 9127-4876.

Item	Quant	Unid.	Especificação	Valor unit.	Valor Total
1	2.000,00	Km	Quilômetros percorridos para viagens educativas, culturais e esportivas, para transporte de atletas, entidades culturais e pessoas da terceira idade deste município, em viagens, municipais, intermunicipais e interestaduais, com micrônibus convencional com ar condicionado para no mínimo 15 passageiros. .	4,24	8.480,00
2	2.000,00	Km	Quilômetros percorridos para viagens educativas, culturais e esportivas, para transporte de atletas, entidades culturais e pessoas da terceira IDADE deste município, em viagens, municipais, intermunicipais e interestaduais, com ônibus convencional (com banheiro) para no mínimo 40 passageiros.	5,39	10.780,00
3	2.500,00	km	Quilômetros percorridos para viagens educativas, culturais e esportivas, para transporte de atletas, entidades culturais e pessoas da terceira IDADE deste município, em viagens, municipais, intermunicipais e interestaduais, com ônibus convencional (com banheiro) para no mínimo 40 passageiros. Roteiro de viagem para a festa municipal, a empresa vencedora deverá excepcionalmente neste dia disponibilizar de 6(seis) ônibus seguindo assim o seguinte itinerário em estrada de chão batido • Ônibus saindo de Tunápolis passando por Canaleta ate o clube de São Jorge, Clube de Linha Fátima, voltando via Wilges ate Tunápolis. • Ônibus saindo de Tunápolis ate o clube de São Sebastiao, por Hugo Nicknig voltando ate a entrada de Sete Tombos, estrada geral, clube de Pitangueira ate Tunápolis. • Ônibus saindo no Clube de Bonita passando em Raigão Baixo na igreja, estrada geral via Zoz ate no Clube em Raigão Alto voltando ate Tunápolis. • Ônibus saindo de Tunápolis passando Linha Baumgratz ate São Pedro no clube, passando via João Bourscheid até na Olinda Epping, voltando até o Clube de São José, Linha Scherer até Tunápolis. • Ônibus saindo de Tunápolis via Olaria Schorr, até no Clube em São Pedro, voltando volta Wirth até Tunápolis. • Ônibus saindo no Clube de Pitangueira, passando estrada geral até Tunápolis.	6,65	16.625,00
TOTAL GERAL					35.885,00

#### 2. DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 - O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo Município de Tunápolis, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório de Pregão Presencial para Registro de Preços n.º13/2016.

2.2 - O compromisso da prestação de serviço só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial nº. 51/2016 que se fará de acordo com a necessidade da municipalidade.

2.3 - O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata de Registro de Preços.

#### 3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 – A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-lhe a



realização de licitação específica para contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

3.2 - O Contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos dos itens licitados, respeitados os limites legais, conforme estabelece o §1º, artigo 65 da Lei 8.666/93.

3.3 - Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do artigo 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

3.3.1 - A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

3.4 - Mesmo comprovada a ocorrência da situação prevista na alínea "d", inciso II do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

3.5 - O Município adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.6 - Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.7 - A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

#### 4. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

4.1 O pagamento será feito por quilometro (Km) rodado, 10 (dez) dias após a prestação dos serviços, mediante a apresentação de nota fiscal / fatura, e planilha específica emitida pela Secretaria responsável pela execução dos serviços de transporte, em moeda corrente nacional, salvo se este dia coincidir com sábado, domingo ou feriado, hipóteses em que o pagamento será ultimado para o primeiro dia útil que se seguir, sendo pré-requisito para o recebimento, a apresentação do comprovante de pagamento do seguro, quando o mesmo for contratado com pagamento mensal pela CONTRATADA.

4.2 O Município, por ocasião da liquidação das despesas, oriundas deste contrato, comunicará aos órgãos incumbidos da arrecadação e fiscalização de tributos da União e do Estado, as características e os valores pagos ao Contratado.

#### 5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 - A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:

5.1.1 - automaticamente:

5.1.1.1 - por decurso de prazo de vigência;

5.1.1.2 - quando não restarem fornecedores registrados;

5.1.1.3 - pela Administração Municipal, quando caracterizado o interesse público.

5.2 - O Proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa.

5.2.1 - A pedido, quando:

5.2.1.1 - comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;

5.2.1.2 - o seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do serviço.

5.2.1.3 - a solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades, caso não aceitas as razões do pedido.

5.2.2 - por iniciativa da Administração Municipal, quando:

5.2.2.1 - o fornecedor perder qualquer condição de habilitação exigida no processo licitatório;

5.2.2.2 - por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;

5.2.2.3 - o fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

5.2.2.4 - o fornecedor não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

5.2.2.5 - caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço ou nos pedidos dela decorrentes;

5.2.2.6 - não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado.

5.3 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos, será feita por meio de documento oficial.

#### 6. DO PRAZO PARA A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO E DAS OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA

6.1 Para atender ao objeto do presente contrato, o Licitante vencedor deverá realizar as viagens de acordo com as necessidades da municipalidade. O Município encaminhará solicitação para a realização de viagens com no mínimo 05 (cinco) dias consecutivos de antecedência.

6.2 O Licitante vencedor deverá disponibilizar veículo em boas condições, e que atenda às exigências mínimas do edital para cada item. O veículo disponibilizado deverá ser aquele cuja documentação foi apresentada no ato da assinatura do contrato, ou outro, desde que em condições idênticas e que tenha sido previamente aprovado pelo Município.

6.3 O Licitante vencedor deverá arcar com as despesas de alimentação e hospedagem, se for o caso, em decorrência de problemas



mecânicos ocorridos nos veículos durante as viagens.

6.4 O Licitante vencedor fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas aquisições, até 25% (vinte e cinco por cento), conforme dispõe o § 1º do artigo 65 da Lei nº 8666/93 atualizada.

6.5. Todas as despesas, inclusive combustível, motorista, manutenção do veículo, dentre outras necessárias a correta execução destes serviços deverão estar inclusas no preço.

6.6 O Licitante vencedor é responsável pela prestação total dos serviços ora contratados, respeitando os itinerários e horários estabelecidos;

6.7 O Licitante vencedor é responsável pelos danos que possa causar ao Município ou a terceiros em qualquer caso, durante a execução dos serviços, bem como a reparação ou indenização sem ônus para a Prefeitura ou a terceiros;

6.8 O Licitante vencedor é responsável por seus funcionários ou pessoal contratado, obriga-se a executar, nas condições estipuladas, a prestação dos serviços objeto deste contrato, bem como é de sua inteira responsabilidade os encargos trabalhistas, previdenciárias, tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato, de conformidade com o que prevê o artigo 71 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

6.9 Deverá o Licitante vencedor manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidos no Pregão Presencial nº 28/2016.

6.10 A Licitante vencedora deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei n. 9854, de 27 de outubro de 1999.

6.11 O Licitante vencedor é responsável por formar o quadro de pessoal necessário à execução dos serviços contratados, sendo de sua responsabilidade as obrigações trabalhistas decorrentes da execução do presente contrato, inclusas as sociais, bem como todas as tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato. Será também responsável pelos custos com alimentação e estadia dos motoristas.

6.12 O Licitante vencedor deverá disponibilizar veículo em boas condições, e que atenda às exigências mínimas do edital para cada item. O veículo disponibilizado deverá ser aquele cuja documentação foi apresentada no ato da assinatura do contrato, ou outro, desde que em condições idênticas e que tenha sido previamente aprovado pelo Município.

6.13 O Licitante vencedor deverá arcar com as despesas de alimentação e hospedagem, se for o caso, em decorrência de problemas mecânicos ocorridos nos veículos durante as viagens.

6.14 O Licitante vencedor do certame deverá providenciar junto ao DER/SC o ATR – Autorização de Transporte Rodoviário para cada viagem ficando por sua inteira responsabilidade a retirada de tal documento, além de pegar junto a secretaria correspondente a listagem dos passageiros a serem transportados

## 7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A presente Ata terá validade até 31/12/2016, a contar da data da homologação do Processo Licitatório nº. 67/2016 que a originou.

7.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

## 8. DAS PENALIDADES

8.1. O descumprimento do prazo de entrega sujeitara a contratada às seguintes sanções, sem prejuízo, do Edital de Pregão Presencial n.51/2016.

8.1.1. Pelo atraso injustificado do objeto desta Ata, sujeita-se a empresa detentora à penalidade de multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor total da(s) obrigação(ões) não cumprida(s), por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento).

8.1.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto desta Ata, o Município de Tunápolis poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa detentora as sanções previstas artigo 7 da Lei Federal nº 10.520/2002, e, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da(s) obrigação(ões) não cumprida(s).

8.2. O Município de Tunápolis poderá deixar de aplicar as penalidades previstas nesta cláusula, se admitidas as justificativas apresentadas pela empresa detentora, nos termos do que dispõe o artigo 43, parágrafo 6º c/c artigo 81, e artigo 87, "caput", da Lei Federal nº8.666/1993.

8.3. Sem prejuízo das penalidades de multa, fica a empresa detentora que não cumprir as cláusulas desta Ata, sujeitas ainda:

8.3.1. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a dois anos.

8.3.2. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultante e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.



**9 - DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

9.1 - A presente Ata de Registro de Preços será divulgada na Imprensa Oficial do Município. Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.

**10. DO FORO**

10.1 - Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 51/2016 e a proposta da empresa abaixo relacionada.

10.2 - As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga – SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, de 27 de abril de 2016.

Enoi Scherer

Prefeito Municipal

Contratante

TUNAPOLIS TUR LTDA-ME

Fornecedor Registrado

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 15/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2016 REGISTRO DE PREÇOS Nº: 01/2016**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 15/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2016

REGISTRO DE PREÇOS Nº: 01/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ao processo de licitação nº 15/2016.

**OBJETO:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas, visando o REGISTRO DE PREÇOS AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS DESTINADOS PARA OS VEÍCULOS DO FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, de acordo com as especificações técnicas, itens, e quantitativos constantes em seus anexos, parte integrante deste ato convocatório.

Aos 18 dias do mês de fevereiro de 2016, o Fundo Municipal da Saúde, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 12.273.240.0001-49, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado pelo Gestor do Fundo Municipal da Saúde, senhor Bruno José Heberle, portador do RG nº 2.201.747 e CPF nº 626.965.569-20, residente e domiciliado na Linha São Pedro, interior neste Município, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº. 15/2016, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para FORNECIMENTO DE PNEUS NOVOS PARA O FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

**1. DO FORNECEDOR REGISTRADO**

1.1 A partir desta data fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso de FORNECIMENTO DE PNEUS NOVOS DESTINADOS PARA OS VEÍCULOS DO FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE constantes do Anexo I do edital licitatório, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

a) Fornecedor: RODOMAX Comércio de Pneus, Lubrificantes e Acessórios Ltda-ME, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrito no CNPJ sob o n. 20.519.809/0001-31, fone (55) 35441041, e-mail comercial.rodomax@gmail.com, estabelecido na Avenida Pratos, 376, sala 01, no Município de Novo Machado-Rio Grande do Sul.

ITEM	Medicamento	Uni.	Quant.	R\$ Unit.
1	PNEU NOVO 205X75 R 16 MARCA FALKEN R51	UNID	28	449,90
2	PNEU NOVO 185X70 R 14, MARCA DUNLOP SP	UNID	24	265,95
3	PNEU NOVO 175X70 R 14 MARCA DUNLOP SP	UNID	12	267,90
4	PNEU NOVO 165X70 R 13 MARCA DUNLOP SP	UNID	8	185,95
5	PNEU NOVO 165X70 R 14, MARCA GOODYEAR	UNID	8	294,95
6	PNEU NOVO 185X65 R 15, MARCA DUNLOP SP	UNID	8	313,90

**2. DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO**

2.1 – A entrega dos PNEUS licitados deverá ocorrer no prazo máximo de 8(oito) dias consecutivos após emissão da Autorização de fornecimento, de acordo com o cronograma estabelecido pela municipalidade. O FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE terá prazo de um ano para



aquisição total dos produtos licitados. A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas aquisições, até 25% (vinte e cinco por cento), conforme dispõe o § 1º do Artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93 atualizada.

2.2 A contratada é obrigada a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em caso de defeito ou incorreção decorrente da produção e/ou fabricação, ou uso de produto diverso do que foi relacionado em sua proposta.

2.5 Imediatamente após a entrega dos PNEUS, objeto desta Licitação, os mesmos serão devidamente inspecionados pelo Setor Responsável. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade nos itens fornecidos em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas neste Edital.

2.6 Na hipótese da não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pelo fornecedor no prazo de 5 (cinco) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

2.7 O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da DETENTORA DA ATA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do Empenho, se a qualquer tempo se verificar vícios, defeitos ou incorreções

### 3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 O FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.2 Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.2 A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

### 4. DA READEQUAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1 Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

### 5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não receber a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) houver razões de interesse público.

5.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

5.3 O fornecedor registrado poderá solicitar o cancelamento de seu registro de preço na ocorrência de caso fortuito ou de força maior comprovados.

### 6. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1 A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data da homologação do Processo Licitatório nº 15/2016, que a originou.

6.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

### 7. DO PAGAMENTO:

7.1 – O pagamento dos PNEUS serão efetivados em até 10 (dez) dias após a entrega da nota fiscal/fatura, que deverá ser emitida em nome do FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, devendo constar o CNPJ, o número da licitação, e da autorização de fornecimento.

7.2 - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

7.3 – A licitante que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões sobre o valor inicial do contrato que se fizerem necessários, dentro do limite permitido pelo artigo 65, § 1º, da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.

### 8. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços será divulgada no site do Município de Tunápolis ([www.tunapolis.sc.gov.br](http://www.tunapolis.sc.gov.br)) e Diário Oficial dos Municípios ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)). Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.



**9. DO FORO**

As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga – SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, SC., 18 de fevereiro de 2016.

Bruno José Heberle  
GESTOR DO FUNDO

RODOMAX  
Comércio de Pneus, Lubrificantes e Acessórios Ltda-ME

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 15/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2016 REGISTRO DE PREÇOS Nº: 01/2016**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 15/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2016

REGISTRO DE PREÇOS Nº: 01/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ao processo de licitação nº 15/2016.

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas, visando o REGISTRO DE PREÇOS AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS DESTINADOS PARA OS VEÍCULOS DO FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, de acordo com as especificações técnicas, itens, e quantitativos constantes em seus anexos, parte integrante deste ato convocatório.

Aos 18 dias do mês de fevereiro de 2016, o Fundo Municipal da Saúde, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 12.273.240.0001-49, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado pelo Gestor do Fundo Municipal da Saúde, senhor Bruno José Heberle, portador do RG nº 2.201.747 e CPF nº 626.965.569-20, residente e domiciliado na Linha São Pedro, interior neste Município, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº. 15/2016, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para FORNECIMENTO DE PNEUS NOVOS PARA O FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

**1. DO FORNECEDOR REGISTRADO**

1.1 A partir desta data fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso de FORNECIMENTO DE PNEUS NOVOS DESTINADOS PARA OS VEÍCULOS DO FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE constantes do Anexo I do edital licitatório, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

a) Fornecedor: RODOMAX Comércio de Pneus, Lubrificantes e Acessórios Ltda-ME, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrito no CNPJ sob o n. 20.519.809/0001-31, fone (55) 35441041, e-mail comercial.rodomax@gmail.com, estabelecido na Avenida Pratos, 376, sala 01, no Município de Novo Machado-Rio Grande do Sul.

ITEM	Medicamento	Uni.	Quant.	R\$ Unit.
1	PNEU NOVO 205X75 R 16 MARCA FALKEN R51	UNID	28	449,90
2	PNEU NOVO 185X70 R 14, MARCA DUNLOP SP	UNID	24	265,95
3	PNEU NOVO 175X70 R 14 MARCA DUNLOP SP	UNID	12	267,90
4	PNEU NOVO 165X70 R 13 MARCA DUNLOP SP	UNID	8	185,95
5	PNEU NOVO 165X70 R 14, MARCA GOODYEAR	UNID	8	294,95
6	PNEU NOVO 185X65 R 15, MARCA DUNLOP SP	UNID	8	313,90

**2. DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO**

2.1 – A entrega dos PNEUS licitados deverá ocorrer no prazo máximo de 8(oito) dias consecutivos após emissão da Autorização de fornecimento, de acordo com o cronograma estabelecido pela municipalidade. O FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE terá prazo de um ano para aquisição total dos produtos licitados. A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas aquisições, até 25% (vinte e cinco por cento), conforme dispõe o § 1º do Artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93 atualizada.

2.2 A contratada é obrigada a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em caso de defeito ou incorreção decorrente da produção e/ou fabricação, ou uso de produto diverso do que foi relacionado em sua proposta.



2.5 Imediatamente após a entrega dos PNEUS, objeto desta Licitação, os mesmos serão devidamente inspecionados pelo Setor Responsável. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade nos itens fornecidos em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas neste Edital.

2.6 Na hipótese da não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pelo fornecedor no prazo de 5 (cinco) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

2.7 O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da DETENTORA DA ATA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do Empenho, se a qualquer tempo se verificar vícios, defeitos ou incorreções

### 3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 O FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.2 Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.2 A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

### 4. DA READEQUAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1 Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

### 5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não receber a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) houver razões de interesse público.

5.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

5.3 O fornecedor registrado poderá solicitar o cancelamento de seu registro de preço na ocorrência de caso fortuito ou de força maior comprovados.

### 6. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1 A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data da homologação do Processo Licitatório nº 15/2016, que a originou.

6.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

### 7. DO PAGAMENTO:

7.1 – O pagamento dos PNEUS serão efetivados em até 10 (dez) dias após a entrega da nota fiscal/fatura, que deverá ser emitida em nome do FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, devendo constar o CNPJ, o número da licitação, e da autorização de fornecimento.

7.2 - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

7.3 – A licitante que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões sobre o valor inicial do contrato que se fizerem necessários, dentro do limite permitido pelo artigo 65, § 1º, da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.

### 8. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços será divulgada no site do Município de Tunápolis ([www.tunapolis.sc.gov.br](http://www.tunapolis.sc.gov.br)) e Diário Oficial dos Municípios ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)). Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.

### 9. DO FORO

As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga – SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 02 (duas) vias de igual teor e forma.



Tunápolis,SC., 18 de fevereiro de 2016.  
Bruno José Heberle  
GESTOR DO FUNDO

RODOMAX  
Comércio de Pneus, Lubrificantes e Acessórios Ltda-ME

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 25/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2016 REGISTRO DE PREÇOS Nº: 05/2016**  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAPOLIS/DEPARTAMENTO DE COMPRAS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 25/2016  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2016  
REGISTRO DE PREÇOS Nº: 05/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ao processo de licitação nº 04/2016.

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO, DESTINADOS PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS. .

Aos 23 dias do mês de fevereiro de 2016, o Município de Tunápolis, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado pelo Prefeito Enoi Scherer, portador da Cédula de Identidade nº 2.529.279-0 e inscrito no CPF sob nº 656.321.769-91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município,, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº. 25/2016, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para aquisição de TUBOS DE CONCRETO, observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

**1.DO FORNECEDOR REGISTRADO**

1.1 A partir desta data fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso para fornecer TUBOS DE CONCRETO, DESTINADOS PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS constantes do Anexo I do edital licitatório n. 25/2016, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

Fornecedor – A empresa VELENICE TERESINHA VIVIANI PELOSO ME inscrita sob o CNPJ n.º 12.841.464/0001-00 , estabelecida na Rua Presidente Venceslau Brás 170 Centro, no Município de Belmonte-SC, credenciado o Sr. Laureci José Bortoluzzi, representante legal, inscrito no CPF sob o n. 656.094.179-53.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTDE.	UN.	Valor Unit R\$	Valor Total R\$
1	Tubo de concreto 20x 1m	230,00	un	21,70	4.991,00

**2.DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO**

2.1 O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo Município de Tunápolis, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório n.º 25/2016.

2.2. O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial nº. 19/2016.

2.3 O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

**3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS**

3.1 O Município adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.2 Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.2 A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo



ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

#### 4. DA READEQUAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1 Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

#### 5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não receber a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) houver razões de interesse público.

5.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

5.3 O fornecedor registrado poderá solicitar o cancelamento de seu registro de preço na ocorrência de caso fortuito ou de força maior comprovados.

#### 6. DO PRAZO PARA ENTREGA DOS ITENS:

6.1 – Os tubos de concreto deverão ser entregues livres de frete e descarga, na Garagem da Prefeitura, sito na Rua 25 de Julho, ou ainda em outro local designado pelo requisitante, devendo ocorrer em até 05 (cinco) dias consecutivos após a emissão da Autorização de Fornecimento feita pelo Município.

6.2 – O Município de TUNÁPOLIS emitirá as Autorizações de Fornecimento, de FORMA PARCELADA, de acordo com suas necessidades, tendo como prazo limite doze meses após a homologação.

6.3 – A contratada é obrigada a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em caso de defeito ou incorreção decorrente da produção e/ou fabricação, ou uso de produto diverso do que foi relacionado em sua proposta.

6.4 - Imediatamente após a entrega dos materiais, objeto desta Licitação, os mesmos serão devidamente inspecionados pelo Setor Responsável. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade nos itens fornecidos em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas neste Edital.

6.5 – Na hipótese da não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pelo fornecedor no prazo de 5 (cinco) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

6.6 – Cada Secretaria terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias para processar a conferência do que foi entregue, lavrando termo de recebimento definitivo ou notificando a DETENTORA DA ATA para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

6.7 – O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da DETENTORA DA ATA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do Empenho, se a qualquer tempo se verificar vícios, defeitos ou incorreções..

#### 7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A presente Ata terá validade de até o dia 31/12/2016, a contar da data da homologação do Processo Licitatório nº 25/2016, que a originou.

7.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

#### 8. DO PAGAMENTO:

8.1.– O pagamento dos tubos da presente licitação será efetivado em até 10 (dez) dias após a entrega da nota fiscal/fatura, que deverá ser emitida em nome da Prefeitura de Tunápolis/SC, devendo constar o CNPJ, o número da licitação, e da autorização de fornecimento.

8.2 - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

8.3 – A licitante que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões sobre o valor inicial do contrato que se fizerem necessários, dentro do limite permitido pelo artigo 65, § 1º, da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.

#### 9. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS



A presente Ata de Registro de Preços será divulgada no site do Município de Tunápolis ([www.tunapolis.sc.gov.br](http://www.tunapolis.sc.gov.br)) e Diário Oficial dos Municípios ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)). Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.

#### 10. DO FORO

As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga – SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, SC., 23 de fevereiro de 2016.

Enoi Scherer

Prefeito Municipal

VELENICE TERESINHA VIVIANI PELOSO ME

Laureci José Bortoluzzi.

FORNECEDOR REGISTRADO

### PROCESSO LICITATÓRIO Nº 25/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2016 REGISTRO DE PREÇOS Nº: 05/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAPOLIS/DEPARTAMENTO DE COMPRAS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 25/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2016

REGISTRO DE PREÇOS Nº: 05/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ao processo de licitação nº 04/2016

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO, DESTINADOS PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.

Aos 23 dias do mês de fevereiro de 2016, o Município de Tunápolis, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado pelo Prefeito Enoi Scherer, portador da Cédula de Identidade nº 2.529.279-0 e inscrito no CPF sob nº 656.321.769-91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município,, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº. 25/2016, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para aquisição de TUBOS DE CONCRETO, observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

#### 1.DO FORNECEDOR REGISTRADO

1.1 A partir desta data fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso para fornecer TUBOS DE CONCRETO, DESTINADOS PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS constantes do Anexo I do edital licitatório n. 25/2016, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

Fornecedor: A empresa IMPERIAL COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E TRANSPORTES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 02.645.439/0001-52, com sede na Rua Victor Meirelles, nº 1462, Bairro Cidade Alta, no Município de Cunha Porá, SC.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTDE.	UN.	Valor Unit R\$	Valor Total R\$
8	Tubo de concreto 0,80 x 100 com ferragem	150	un	159,80	23.970,00

#### 2.DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo Município de Tunápolis, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório n.º 25/2016.

2.2. O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial nº. 19/2016.

2.3 O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

#### 3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 O Município adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.



3.2 Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.2 A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

#### 4. DA READEQUAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1 Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

#### 5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não receber a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) houver razões de interesse público.

5.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

5.3 O fornecedor registrado poderá solicitar o cancelamento de seu registro de preço na ocorrência de caso fortuito ou de força maior comprovados.

#### 6. DO PRAZO PARA ENTREGA DOS ITENS:

6.1 – Os tubos de concreto deverão ser entregues livres de frete e descarga, na Garagem da Prefeitura, sito na Rua 25 de Julho, ou ainda em outro local designado pelo requisitante, devendo ocorrer em até 05 (cinco) dias consecutivos após a emissão da Autorização de Fornecimento feita pelo Município.

6.2 – O Município de TUNÁPOLIS emitirá as Autorizações de Fornecimento, de FORMA PARCELADA, de acordo com suas necessidades, tendo como prazo limite doze meses após a homologação.

6.3 – A contratada é obrigada a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em caso de defeito ou incorreção decorrente da produção e/ou fabricação, ou uso de produto diverso do que foi relacionado em sua proposta.

6.4 - Imediatamente após a entrega dos materiais, objeto desta Licitação, os mesmos serão devidamente inspecionados pelo Setor Responsável. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade nos itens fornecidos em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas neste Edital.

6.5 – Na hipótese da não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pelo fornecedor no prazo de 5 (cinco) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

6.6 – Cada Secretaria terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias para processar a conferência do que foi entregue, lavrando termo de recebimento definitivo ou notificando a DETENTORA DA ATA para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

6.7 – O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da DETENTORA DA ATA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do Empenho, se a qualquer tempo se verificar vícios, defeitos ou incorreções..

#### 7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A presente Ata terá validade de até o dia 31/12/2016, a contar da data da homologação do Processo Licitatório nº 25/2016, que a originou.

7.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

#### 8. DO PAGAMENTO:

8.1.– O pagamento dos tubos da presente licitação será efetivado em até 10 (dez) dias após a entrega da nota fiscal/fatura, que deverá ser emitida em nome da Prefeitura de Tunápolis/SC, devendo constar o CNPJ, o número da licitação, e da autorização de fornecimento.

8.2 - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

8.3 – A licitante que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões sobre o valor inicial do contrato que se fizerem necessários, dentro do limite permitido pelo artigo 65, § 1º, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.



**9. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

A presente Ata de Registro de Preços será divulgada no site do Município de Tunápolis ([www.tunapolis.sc.gov.br](http://www.tunapolis.sc.gov.br)) e Diário Oficial dos Municípios ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)). Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.

**10. DO FORO**

As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga – SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, SC., 23 de fevereiro de 2016.

Enoi Scherer

Prefeito Municipal

IMPERIAL COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E TRANSPORTES LTDA

André Kort

SÓCIO ADMINISTRADOR

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 25/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2016 REGISTRO DE PREÇOS Nº: 05/2016**

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAPOLIS/DEPARTAMENTO DE COMPRAS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 25/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2016

REGISTRO DE PREÇOS Nº: 05/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ao processo de licitação nº 04/2016.

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO, DESTINADOS PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS. .

Aos 23 dias do mês de fevereiro de 2016, o Município de Tunápolis, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado pelo Prefeito Enoi Scherer, portador da Cédula de Identidade nº 2.529.279-0 e inscrito no CPF sob nº 656.321.769-91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município,, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº. 25/2016, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para aquisição de TUBOS DE CONCRETO, observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

**1.DO FORNECEDOR REGISTRADO**

1.1 A partir desta data fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso para fornecer TUBOS DE CONCRETO, DESTINADOS PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS constantes do Anexo I do edital licitatório n. 25/2016, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

a) Fornecedor – A empresa CAIBÍ ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA - ME inscrita sob o CNPJ n.º 12.683.308/0001-68, estabelecida na Rua Egidio Ferronato, 161, centro, no Município de Caibí/SC neste ato representado por Jaison Cadoná, representante legal portadora do RG n.º 3.583.202 e do CPF n.º 062.281.639-06.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTDE.	UN.	Valor Unit R\$	Valor Total R\$
7	Tubo de concreto de 100 x 100 (com ferragem)	100	un	299,50	29.950,00
					29.950,00

**2.DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO**

2.1 O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo Município de Tunápolis, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório n.º 25/2016.



2.2. O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial nº. 19/2016.

2.3 O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

### 3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 O Município adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.2 Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.2 A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

### 4. DA READEQUAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1 Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

### 5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não receber a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) houver razões de interesse público.

5.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

5.3 O fornecedor registrado poderá solicitar o cancelamento de seu registro de preço na ocorrência de caso fortuito ou de força maior comprovados.

### 6. DO PRAZO PARA ENTREGA DOS ITENS:

6.1 – Os tubos de concreto deverão ser entregues livres de frete e descarga, na Garagem da Prefeitura, sito na Rua 25 de Julho, ou ainda em outro local designado pelo requisitante, devendo ocorrer em até 05 (cinco) dias consecutivos após a emissão da Autorização de Fornecimento feita pelo Município.

6.2 – O Município de TUNÁPOLIS emitirá as Autorizações de Fornecimento, de FORMA PARCELADA, de acordo com suas necessidades, tendo como prazo limite doze meses após a homologação.

6.3 – A contratada é obrigada a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em caso de defeito ou incorreção decorrente da produção e/ou fabricação, ou uso de produto diverso do que foi relacionado em sua proposta.

6.4 - Imediatamente após a entrega dos materiais, objeto desta Licitação, os mesmos serão devidamente inspecionados pelo Setor Responsável. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade nos itens fornecidos em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas neste Edital.

6.5 – Na hipótese da não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pelo fornecedor no prazo de 5 (cinco) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

6.6 – Cada Secretaria terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias para processar a conferência do que foi entregue, lavrando termo de recebimento definitivo ou notificando a DETENTORA DA ATA para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

6.7 – O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da DETENTORA DA ATA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do Empenho, se a qualquer tempo se verificar vícios, defeitos ou incorreções..

### 7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A presente Ata terá validade de até o dia 31/12/2016, a contar da data da homologação do Processo Licitatório nº 25/2016, que a originou.

7.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

### 8. DO PAGAMENTO:



8.1.– O pagamento dos tubos da presente licitação será efetivado em até 10 (dez) dias após a entrega da nota fiscal/fatura, que deverá ser emitida em nome da Prefeitura de Tunápolis/SC, devendo constar o CNPJ, o número da licitação, e da autorização de fornecimento.

8.2 - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

8.3 – A licitante que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões sobre o valor inicial do contrato que se fizerem necessários, dentro do limite permitido pelo artigo 65, § 1º, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

#### 9. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços será divulgada no site do Município de Tunápolis ([www.tunapolis.sc.gov.br](http://www.tunapolis.sc.gov.br)) e Diário Oficial dos Municípios ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)). Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei nº 8.666/93.

#### 10. DO FORO

As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga – SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis,SC,. 23 de fevereiro de 2016.

Enoi Scherer

Prefeito Municipal

CAIBÍ ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA – ME  
FORNECEDOR REGISTRADO

### **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 25/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2016 REGISTRO DE PREÇOS Nº: 05/2016** PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAPOLIS/DEPARTAMENTO DE COMPRAS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 25/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2016

REGISTRO DE PREÇOS Nº: 05/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ao processo de licitação nº 04/2016.

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO, DESTINADOS PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS. .

Aos 23 dias do mês de fevereiro de 2016, o Município de Tunápolis, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado pelo Prefeito Enoi Scherer, portador da Cédula de Identidade nº 2.529.279-0 e inscrito no CPF sob nº 656.321.769-91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município,, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº. 25/2016, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para aquisição de TUBOS DE CONCRETO, observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

#### 1.DO FORNECEDOR REGISTRADO

1.1 A partir desta data fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso para fornecer TUBOS DE CONCRETO, DESTINADOS PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS constantes do Anexo I do edital licitatório n. 25/2016, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

Fornecedor – A empresa Pré Moldados Maravilha LTDA -EPP inscrita sob o CNPJ nº 86.739.364.0001-03 , estabelecida na Rua Nereu Ramos, 63, centro, no Município de Maravilha/SC neste ato representado Anivo Jung, credenciado como representante legal portador do RG nº 1.382.170 e do CPF n. ° 460.171.439-72.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTDE.	UN.	Valor Unit R\$	Valor Total
9	Tubo de concreto de 150x 100 CA2	50	UN	667,00	33.500,00
	TOTAL GERAL				33.500,00



## 2.DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo Município de Tunápolis, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório nº 25/2016.

2.2. O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial nº. 19/2016.

2.3 O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

## 3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 O Município adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.2 Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.2 A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

## 4. DA READEQUAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1 Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

## 5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não receber a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) houver razões de interesse público.

5.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

5.3 O fornecedor registrado poderá solicitar o cancelamento de seu registro de preço na ocorrência de caso fortuito ou de força maior comprovados.

## 6. DO PRAZO PARA ENTREGA DOS ITENS:

6.1 – Os tubos de concreto deverão ser entregues livres de frete e descarga, na Garagem da Prefeitura, sito na Rua 25 de Julho, ou ainda em outro local designado pelo requisitante, devendo ocorrer em até 05 (cinco) dias consecutivos após a emissão da Autorização de Fornecimento feita pelo Município.

6.2 – O Município de TUNÁPOLIS emitirá as Autorizações de Fornecimento, de FORMA PARCELADA, de acordo com suas necessidades, tendo como prazo limite doze meses após a homologação.

6.3 – A contratada é obrigada a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em caso de defeito ou incorreção decorrente da produção e/ou fabricação, ou uso de produto diverso do que foi relacionado em sua proposta.

6.4 - Imediatamente após a entrega dos materiais, objeto desta Licitação, os mesmos serão devidamente inspecionados pelo Setor Responsável. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade nos itens fornecidos em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas neste Edital.

6.5 – Na hipótese da não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pelo fornecedor no prazo de 5 (cinco) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

6.6 – Cada Secretaria terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias para processar a conferência do que foi entregue, lavrando termo de recebimento definitivo ou notificando a DETENTORA DA ATA para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

6.7 – O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da DETENTORA DA ATA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do Empenho, se a qualquer tempo se verificar vícios, defeitos ou incorreções..

## 7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A presente Ata terá validade de até o dia 31/12/2016, a contar da data da homologação do Processo Licitatório nº 25/2016, que a originou.



7.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

#### 8. DO PAGAMENTO:

8.1.– O pagamento dos tubos da presente licitação será efetivado em até 10 (dez) dias após a entrega da nota fiscal/fatura, que deverá ser emitida em nome da Prefeitura de Tunápolis/SC, devendo constar o CNPJ, o número da licitação, e da autorização de fornecimento.

8.2 - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

8.3 – A licitante que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões sobre o valor inicial do contrato que se fizerem necessários, dentro do limite permitido pelo artigo 65, § 1º, da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.

#### 9. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços será divulgada no site do Município de Tunápolis ([www.tunapolis.sc.gov.br](http://www.tunapolis.sc.gov.br)) e Diário Oficial dos Municípios ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)). Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.

#### 10. DO FORO

As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga – SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, SC., 23 de fevereiro de 2016.

Enoi Scherer

Prefeito Municipal

Pré Moldados Maravilha LTDA –EPP

Fornecedor Registrado

### **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 25/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2016 REGISTRO DE PREÇOS Nº: 05/2016** PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAPOLIS/DEPARTAMENTO DE COMPRAS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 25/2016  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2016  
REGISTRO DE PREÇOS Nº: 05/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ao processo de licitação nº 04/2016.

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO, DESTINADOS PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS. .

Aos 23 dias do mês de fevereiro de 2016, o Município de Tunápolis, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado pelo Prefeito Enoi Scherer, portador da Cédula de Identidade nº 2.529.279-0 e inscrito no CPF sob nº 656.321.769-91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município,, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº. 25/2016, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para aquisição de TUBOS DE CONCRETO, observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

#### 1.DO FORNECEDOR REGISTRADO

1.1 A partir desta data fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso para fornecer TUBOS DE CONCRETO, DESTINADOS PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS constantes do Anexo I do edital licitatório n. 25/2016, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

Fornecedor – A empresa ARTEFATOS DE CIMENTO FRONTEIRA LTDA -ME inscrita sob o CNPJ n.º 10.494.614/0001-20 , estabelecida na Estrada Linha Pitangueira, s/n, Interior, no Município de Tunápolis/SC , neste ato representado pelo representante legal e sócio da empresa Sr. Benicio Schnorrenberger.



ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTDE.	UN.	VALOR R\$	Valor Total R\$
2	Tubo de concreto 30cm x 1m	430	un	29,80	12.814,00
3	Tubo de concreto 40cm x 1m	420	un	37,90	15.918,00
6	Tubo de concreto de 0,80 cm x 1m pa1 (com ferragem)	150	un	70,75	29.715,00
	Total geral				58.447,00

## 2.DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo Município de Tunápolis, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório n.º 25/2016.

2.2. O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial nº. 19/2016.

2.3 O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

## 3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 O Município adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.2 Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.2 A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

## 4. DA READEQUAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1 Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

## 5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não receber a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) houver razões de interesse público.

5.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

5.3 O fornecedor registrado poderá solicitar o cancelamento de seu registro de preço na ocorrência de caso fortuito ou de força maior comprovados.

## 6. DO PRAZO PARA ENTREGA DOS ITENS:

6.1 – Os tubos de concreto deverão ser entregues livres de frete e descarga, na Garagem da Prefeitura, sito na Rua 25 de Julho, ou ainda em outro local designado pelo requisitante, devendo ocorrer em até 05 (cinco) dias consecutivos após a emissão da Autorização de Fornecimento feita pelo Município.

6.2 – O Município de TUNÁPOLIS emitirá as Autorizações de Fornecimento, de FORMA PARCELADA, de acordo com suas necessidades, tendo como prazo limite doze meses após a homologação.

6.3 – A contratada é obrigada a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em caso de defeito ou incorreção decorrente da produção e/ou fabricação, ou uso de produto diverso do que foi relacionado em sua proposta.

6.4 - Imediatamente após a entrega dos materiais, objeto desta Licitação, os mesmos serão devidamente inspecionados pelo Setor Responsável. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade nos itens fornecidos em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas neste Edital.

6.5 – Na hipótese da não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pelo fornecedor no prazo de 5 (cinco) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

6.6 – Cada Secretaria terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias para processar a conferência do que foi entregue, lavrando termo de recebimento definitivo ou notificando a DETENTORA DA ATA para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.



6.7 – O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da DETENTORA DA ATA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do Empenho, se a qualquer tempo se verificar vícios, defeitos ou incorreções..

## 7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A presente Ata terá validade de até o dia 31/12/2016, a contar da data da homologação do Processo Licitatório nº 25/2016, que a originou.

7.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

## 8. DO PAGAMENTO:

8.1.– O pagamento dos tubos da presente licitação será efetivado em até 10 (dez) dias após a entrega da nota fiscal/fatura, que deverá ser emitida em nome da Prefeitura de Tunápolis/SC, devendo constar o CNPJ, o número da licitação, e da autorização de fornecimento.

8.2 - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

8.3 – A licitante que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões sobre o valor inicial do contrato que se fizerem necessários, dentro do limite permitido pelo artigo 65, § 1º, da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.

## 9. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços será divulgada no site do Município de Tunápolis ([www.tunapolis.sc.gov.br](http://www.tunapolis.sc.gov.br)) e Diário Oficial dos Municípios ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)). Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.

## 10. DO FORO

As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga – SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis,SC., 23 de fevereiro de 2016.

Enoi Scherer

Prefeito Municipal

ARTEFATOS DE CIMENTO FRONTEIRA LTDA –ME

Benicio Schnorrenberger

Representante Legal

FORNECEDOR REGISTRADO

## **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 26/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2016 REGISTRO DE PREÇOS Nº: 06/2016**

PREFEITURA MUNICIPAL DA TUNÁPOLIS

DEPARTAMENTO DE COMPRAS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 26/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2016

REGISTRO DE PREÇOS Nº: 06/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ao processo de licitação nº 26/2016.

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas, visando o REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS ORIGINAIS E FORNECIMENTO DA RESPECTIVA MÃO DE OBRA PARA O CONserto DO ROLO COMPACTADOR CR 12HD, E PECAS ORIGINAIS PARA MANUTENÇÃO DAS MOTONIVELADORAS CATTERPILAR 120 B, E RG 170 B, DO DMER, de acordo com as especificações técnicas, itens, e quantitativos constantes em seus anexos, parte integrante deste ato convocatório..

Aos 26 dias do mês de fevereiro de 2016, o Município de Tunápolis, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado pelo Prefeito Enoi Scherer, portador da Cédula de Identidade nº 2.529.279-0 e inscrito no CPF sob nº 656.321.769-91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município,, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº. 26/2016, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para AQUISIÇÃO DE PEÇAS ORIGINAIS E FORNECIMENTO DA RESPECTIVA MÃO DE OBRA PARA O CONserto DO ROLO COMPACTADOR CR 12HD, E PECAS ORIGINAIS PARA MANUTENÇÃO DAS MOTONIVELADORAS CATTERPILAR 120 B, E RG 170 B, DO DMER, observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas



alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

## 1. DO FORNECEDOR REGISTRADO

1.1 A partir desta data fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso de FORNECIMENTO PEÇAS ORIGINAIS E DA RESPECTIVA MÃO DE OBRA PARA O CONCERTO DO ROLO COMPACTADOR CR 12HD, E PEÇAS ORIGINAIS PARA MANUTENÇÃO DAS MOTONIVELADORAS CATERPILAR 120 B, E RG 170 B, DO DMER, constantes do Anexo I do edital licitatório, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

a) Fornecedor – A empresa AUTO MECÂNICA JACARÉ LTDA-EPP, pessoa jurídica de direito privado devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 01.244.199-0001-72, estabelecida na Rodovia BR 282, Linha Limeira, Acesso Paraíso, no Município de São Miguel do Oeste-SC.

### Lote III Peças ORIGINAIS destinadas para manutenção da máquina Motoniveladora RG-170 B

Item	Especificações do objeto	unit	Qtda	Preço unit	Preço total
1	Lamina 9 furos ¾ 6 curva Marca NTX	2	peças	563,61	1.127,23
2	Lamina 8 furos ¾ 6 curva Marca NTX	2	unid	534,04	1.068,10
3	Porca Lamina 5/8 reforçada Marca FEY	34	unid	0,86	29,36
4	Parafuso 5/8 x 2.1/4 Marca FIBAN	34	unid	2,21	75,31
	Total Geral				2.300,00

### Lote IV. Peças ORIGINAIS com a devida mão de obra para o Concerto do Rolo compactador CB12HD

Item	Especificações do objeto	unit	Qtda	Preço unit	Preço total
1	Elementos código 17	06	uni	225,00	1.350,00
2	Válvulas código 23	06	uni	420,00	2.520,00
3	Jogo de reparo código 23	01	jg	22,00	22,00
4	Jogo de reparo código 23	01	jg	36,00	36,00
5	Junta tampa código 23	01	uni	29,00	29,00
6	junta código 23	01	uni	16,00	16,00
7	Anel do flange código 163	01	uni	12,00	12,00
8	Bicos injetores	06	uni	200,83	1.204,88
9	Reparo Bom alimentadora	01	uni	150,00	150,00
10	Mão de obra com concerto de bicos injetores	01	Mão obra	375,00	375,00
	Total Geral das peças e Mão de Obra				5.714,98

## 2. DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 – As Peças deverão ser entregues livres de frete e descarga, na garagem da Prefeitura Municipal, sito na Rua 25 de Julho, Centro, neste Município ou ainda em outro local designado pelo requisitante, dentro de perímetro urbano do município, devendo ocorrer em até 8 (oito) dias consecutivos após a emissão da Autorização de Fornecimento feita pelo Município, que se fará de acordo com a necessidade.

2.2 A Mão de obra referente o Lote IV concerto do Rolo compactador CR12 HD, bem a entrega das Peças deverá ocorrer de forma imediata em no máximo 5(cinco) dias após a emissão de fornecimento, e o concerto da máquina deverá ser executado pela CONTRATADA na Oficina Mecânica da Prefeitura, sito a Rua 25 de julho, Centro, deste Município.

2.2.1 O deslocamento, estadia e demais despesas inerentes ao concerto do Rolo Compactador serão por conta e risco do Licitante vencedor.

2.3 – A contratada é obrigada a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, as Peças e Mão de Obra.

2.4 - Imediatamente após a entrega das peças, objeto desta Licitação, as mesmas serão devidamente inspecionados pelo Mecânico responsável. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade no item fornecido em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas neste Edital.

2.5 – Na hipótese da não aceitação dos pneus, os mesmos deverão ser retiradas pelo fornecedor no prazo de 5 (cinco) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

## 3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 O MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.2 Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.



3.2 A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

#### 4. DA READEQUAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1 Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

#### 5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não receber a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) houver razões de interesse público.

5.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

5.3 O fornecedor registrado poderá solicitar o cancelamento de seu registro de preço na ocorrência de caso fortuito ou de força maior comprovados.

#### 6. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1 A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data da homologação do Processo Licitatório nº 26/2016, que a originou.

6.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

#### 7. DO PAGAMENTO:

7.1 – O pagamento de R\$ 8.014,99(oito mil catorze reais e noventa e nove centavos) devido ao vencedor será efetuado EM ATE 8 DIAS APOS O RECEBIMENTO DAS PEÇAS, e efetiva apresentação da nota fiscal. A nota fiscal deverá conter todas as especificações dos materiais, conforme item, objeto deste Edital, devidamente atestada pela Secretaria responsável, pela pessoa indicada como responsável pelo recebimento.

7.2 O Pagamento das Peças e Mão de Obra referente o lote IV ocorrerá em no máximo 5(cinco) dias após o conserto e mais perfeito funcionamento do Rolo compactador.

#### 8. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços será divulgada no site do Município de Tunápolis ([www.tunapolis.sc.gov.br](http://www.tunapolis.sc.gov.br)) e Diário Oficial dos Municípios ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)). Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.

#### 9. DO FORO

As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga – SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis,SC., 26 de fevereiro de 2016.

PREFEITO MUNICIPAL

AUTO MECÂNICA JACARÉ LTDA-EPP  
FORNECEDOR REGISTRADO



**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 26/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2016 REGISTRO DE PREÇOS Nº: 06/2016**

PREFEITURA MUNICIPAL DA TUNÁPOLIS

DEPARTAMENTO DE COMPRAS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 26/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2016

REGISTRO DE PREÇOS Nº: 06/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ao processo de licitação nº 26/2016.

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas, visando o REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS ORIGINAIS PARA MANUTENÇÃO DAS MOTONIVELADORAS CATTERPILAR 120 B, E RG 170 B, DO DMER, de acordo com as especificações técnicas, itens, e quantitativos constantes em seus anexos, parte integrante deste ato convocatório..

Aos 26 dias do mês de fevereiro de 2016, o Município de Tunápolis, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado pelo Prefeito Enoi Scherer, portador da Cédula de Identidade nº 2.529.279-0 e inscrito no CPF sob nº 656.321.769-91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município,, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº. 26/2016, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para AQUISIÇÃO DE PEÇAS ORIGINAIS PARA MANUTENÇÃO DAS MOTONIVELADORAS CATTERPILAR 120 B, E RG 170 B, DO DMER, observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

**1. DO FORNECEDOR REGISTRADO**

1.1 A partir desta data fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso de FORNECIMENTO PEÇAS ORIGINAIS PARA MANUTENÇÃO DAS MOTONIVELADORAS CATTERPILAR 120 B, E RG 170 B, DO DMER, constantes do Anexo I do edital licitatório, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

a) Fornecedor – A empresa PAVIMAQUINAS COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 85.199.578/0001-71, estabelecida na Avenida Leopoldo Sander, 400 E, Bairro Eldorado, no Município de Chapecó/SC, considerada Registrada.

Lote I Peças ORIGINAIS destinadas para manutenção da máquina Motoniveladora Caterpillar 120 k

Item	Especificações do objeto	unit	Qtda	Preço unit	Preço total
1	Lamina 13 furos 5/8 6 furo ¾ Marca Metisa	4	peças	435,50	1.742,00
2	Parafusos Lamina ¾ x2. ¾ Marca Metisa	52	unid	3,35	174,20
3	Porca Lamina ¾ Marca Metisa	52	unid	2,25	117,00
	Total Geral				2.033,20

Lote II Peças ORIGINAIS destinadas para manutenção da máquina Motoniveladora Caterpillar 120 k

Item	Especificações do objeto	unit	Qtda	Preço unit	Preço total
1	Lamina 13 furos 5/8 6 curva Marca Metisa	2	peças	406,97	813,95
2	Porca Lamina 5/8 Marca Metisa	26	unid	1.18	30,74
3	Parafuso Lamina 5/8 Marca Metisa	26	unid	1,55	40,31
	Total Geral				885,00

**2. DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO**

2.1 – As Peças deverão ser entregues livres de frete e descarga, na garagem da Prefeitura Municipal, sito na Rua 25 de Julho, Centro, neste Município ou ainda em outro local designado pelo requisitante, dentro de perímetro urbano do município, devendo ocorrer em até 8 (oito) dias consecutivos após a emissão da Autorização de Fornecimento feita pelo Município, que se fará de acordo com a necessidade.

2.2 A Mão de obra referente o Lote IV conserto do Rolo compactador CR12 HD, bem a entrega das Peças deverá ocorrer de forma imediata em no máximo 5(cinco) dias após a emissão de fornecimento, e o conserto da máquina deverá ser executado pela CONTRATADA na Oficina Mecânica da Prefeitura, sito a Rua 25 de julho, Centro, deste Município.

2.2.1 O deslocamento, estadia e demais despesas inerentes ao conserto do Rolo Compactador serão por conta e risco do Licitante vencedor.

2.3 – A contratada é obrigada a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, as Peças e Mão de Obra.

2.4 - Imediatamente após a entrega das peças, objeto desta Licitação, as mesmas serão devidamente inspecionados pelo Mecânico responsável. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade no item fornecido em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas neste Edital.

2.5 – Na hipótese da não aceitação dos pneus, os mesmos deverão ser retiradas pelo fornecedor no prazo de 5 (cinco) dias contados da



notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

### 3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 O MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.2 Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.2 A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

### 4. DA READEQUAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1 Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

### 5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não receber a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) houver razões de interesse público.

5.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

5.3 O fornecedor registrado poderá solicitar o cancelamento de seu registro de preço na ocorrência de caso fortuito ou de força maior comprovados.

### 6. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1 A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data da homologação do Processo Licitatório nº 26/2016, que a originou.

6.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

### 7. DO PAGAMENTO:

7.1 – O pagamento de R\$ 2.918,20(dois mil novecentos e dezoito reais e vinte centavos) devido ao vencedor será efetuado EM ATE 8 DIAS APOS O RECEBIMENTO DAS PEÇAS, e efetiva apresentação da nota fiscal. A nota fiscal deverá conter todas as especificações dos materiais, conforme item, objeto deste Edital, devidamente atestada pela Secretaria responsável, pela pessoa indicada como responsável pelo recebimento.

### 8. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços será divulgada no site do Município de Tunápolis ([www.tunapolis.sc.gov.br](http://www.tunapolis.sc.gov.br)) e Diário Oficial dos Municípios ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)). Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.

### 9. DO FORO

As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga – SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, SC., 26 de fevereiro de 2016.

PREFEITO MUNICIPAL

PAVIMAQUINAS COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA  
FORNECEDOR REGISTRADO



**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 26/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2016 REGISTRO DE PREÇOS Nº: 06/2016**

PREFEITURA MUNICIPAL DA TUNÁPOLIS  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 26/2016  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2016  
REGISTRO DE PREÇOS Nº: 06/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ao processo de licitação nº 26/2016.

**OBJETO:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas, visando o REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS ORIGINAIS PARA MANUTENÇÃO DAS MOTONIVELADORAS CATERPILAR 120 B, E RG 170 B, DO DMER, de acordo com as especificações técnicas, itens, e quantitativos constantes em seus anexos, parte integrante deste ato convocatório..

Aos 26 dias do mês de fevereiro de 2016, o Município de Tunápolis, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado pelo Prefeito Enoi Scherer, portador da Cédula de Identidade nº 2.529.279-0 e inscrito no CPF sob nº 656.321.769-91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município,, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº. 26/2016, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para AQUISIÇÃO DE PEÇAS ORIGINAIS PARA MANUTENÇÃO DAS MOTONIVELADORAS CATERPILAR 120 B, E RG 170 B, DO DMER, observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

## 1. DO FORNECEDOR REGISTRADO

1.1 A partir desta data fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso de FORNECIMENTO PEÇAS ORIGINAIS PARA MANUTENÇÃO DAS MOTONIVELADORAS CATERPILAR 120 B, E RG 170 B, DO DMER, constantes do Anexo I do edital licitatório, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

a) Fornecedor – A empresa PAVIMAQUINAS COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 85.199.578/0001-71, estabelecida na Avenida Leopoldo Sander, 400 E, Bairro Eldorado, no Município de Chapecó/SC, considerada Registrada.

Lote I Peças ORIGINAIS destinadas para manutenção da máquina Motoniveladora Caterpillar 120 k

Item	Especificações do objeto	unit	Qtda	Preço unit	Preço total
1	Lamina 13 furos 5/8 6 furo ¾ Marca Metisa	4	peças	435,50	1.742,00
2	Parafusos Lamina ¾ x2. ¾ Marca Metisa	52	unid	3,35	174,20
3	Porca Lamina ¾ Marca Metisa	52	unid	2,25	117,00
	Total Geral				2.033,20

Lote II Peças ORIGINAIS destinadas para manutenção da máquina Motoniveladora Caterpillar 120 k

Item	Especificações do objeto	unit	Qtda	Preço unit	Preço total
1	Lamina 13 furos 5/8 6 curva Marca Metisa	2	peças	406,97	813,95
2	Porca Lamina 5/8 Marca Metisa	26	unid	1.18	30,74
3	Parafuso Lamina 5/8 Marca Metisa	26	unid	1,55	40,31
	Total Geral				885,00

## 2. DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 – As Peças deverão ser entregues livres de frete e descarga, na garagem da Prefeitura Municipal, sito na Rua 25 de Julho, Centro, neste Município ou ainda em outro local designado pelo requisitante, dentro de perímetro urbano do município, devendo ocorrer em até 8 (oito) dias consecutivos após a emissão da Autorização de Fornecimento feita pelo Município, que se fará de acordo com a necessidade.

2.2 A Mão de obra referente o Lote IV conserto do Rolo compactador CR12 HD, bem a entrega das Peças deverá ocorrer de forma imediata em no máximo 5(cinco) dias após a emissão de fornecimento, e o conserto da máquina deverá ser executado pela CONTRATADA na Oficina Mecânica da Prefeitura, sito a Rua 25 de julho, Centro, deste Município.

2.2.1 O deslocamento, estadia e demais despesas inerentes ao conserto do Rolo Compactador serão por conta e risco do Licitante vencedor.

2.3 – A contratada é obrigada a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, as Peças e Mão de Obra.

2.4 - Imediatamente após a entrega das peças, objeto desta Licitação, as mesmas serão devidamente inspecionados pelo Mecânico responsável. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade no item fornecido em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas neste Edital.

2.5 – Na hipótese da não aceitação dos pneus, os mesmos deverão ser retiradas pelo fornecedor no prazo de 5 (cinco) dias contados da



notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

### 3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 O MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.2 Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.2 A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

### 4. DA READEQUAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1 Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

### 5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não receber a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) houver razões de interesse público.

5.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

5.3 O fornecedor registrado poderá solicitar o cancelamento de seu registro de preço na ocorrência de caso fortuito ou de força maior comprovados.

### 6. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1 A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data da homologação do Processo Licitatório nº 26/2016, que a originou.

6.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

### 7. DO PAGAMENTO:

7.1 – O pagamento de R\$ 2.918,20(dois mil novecentos e dezoito reais e vinte centavos) devido ao vencedor será efetuado EM ATE 8 DIAS APOS O RECEBIMENTO DAS PEÇAS, e efetiva apresentação da nota fiscal. A nota fiscal deverá conter todas as especificações dos materiais, conforme item, objeto deste Edital, devidamente atestada pela Secretaria responsável, pela pessoa indicada como responsável pelo recebimento.

### 8. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços será divulgada no site do Município de Tunápolis ([www.tunapolis.sc.gov.br](http://www.tunapolis.sc.gov.br)) e Diário Oficial dos Municípios ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)). Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.

### 9. DO FORO

As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga – SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, SC., 26 de fevereiro de 2016.

PREFEITO MUNICIPAL

PAVIMAQUINAS COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA  
FORNECEDOR REGISTRADO



**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 35/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2016 REGISTRO DE PREÇOS Nº: 07/2016**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 35/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2016

REGISTRO DE PREÇOS Nº: 07/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ao processo de licitação nº 27/2016

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas, visando o REGISTRO DE PREÇOS de Materiais de Construção e demais materiais destinados para manutenção de imóveis, locais públicos e diversas ruas desta Municipalidade, de acordo com as especificações técnicas, itens, e quantitativos constantes em seus anexos, parte integrante neste ato convocatório.

Aos 07 dias do mês de março de 2016, o Município de Tunápolis, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado pelo Prefeito Enoi Scherer, portador da Cédula de Identidade nº 2.529.279-0 e inscrito no CPF sob nº 656.321.769-91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município,, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº. 35/2016, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para FORNECIMENTO DO OBJETO, observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

**1.DO FORNECEDOR REGISTRADO**

1.1 A partir desta data fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso de fornecimento dos MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO constantes do Anexo I do edital licitatório, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

a) Fornecedor: MADEIREIRA BAMBERG LTDA ME- inscrita no CNPJ sob o n. 82.819.806/0001-70, estabelecida á Estrada Felipe Schmidt, SN, Interior, no Município de Tunápolis/SC, neste ato representada pela Sra. Neide Maria Scherer Bamberg fica registrado nesta ata de REGISTRO DE PREÇOS o seguinte item:

14	60	M³	Madeira de eucalipto vermelho, serrada diversas bitolas	670,00	40.200,00
----	----	----	---	--------	-----------

**2.DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO**

2.1 O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo Município de Tunápolis, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório n.º 35/2016.

2.2. O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial nº. 27/2016.

2.3 O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

**3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS**

3.1 O Município adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.2 Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.2 A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

**4. DA READEQUAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

4.1 Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

**5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS**

5.1 O fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não receber a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) houver razões de interesse público.

5.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

5.3 O fornecedor registrado poderá solicitar o cancelamento de seu registro de preço na ocorrência de caso fortuito ou de força maior comprovados.



**6. DO PRAZO PARA ENTREGA DOS MATERIAIS:**

6.1 – A entrega dos materiais licitados deverá ocorrer no prazo máximo de 5(cinco) dias consecutivos após emissão da Autorização de fornecimento, de acordo com o cronograma estabelecido pela municipalidade. O município terá prazo de um ano para aquisição total dos produtos licitados. A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas aquisições, até 25% (vinte e cinco por cento), conforme dispõe o § 1º do Artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93 atualizada.

6.2 A retirada do material referente o item 38 será efetuada diretamente na sede da empresa vencedora, com veículo próprio do município, conforme a necessidade, sendo que a localização da empresa não poderá exceder à 90 Km de distância do município de Tunápolis.

6.3 – A contratada é obrigada a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em caso de defeito ou incorreção decorrente da produção e/ou fabricação, ou uso de produto diverso do que foi relacionado em sua proposta.

6.4 - Imediatamente após a entrega dos materiais, objeto desta Licitação, os mesmos serão devidamente inspecionados pelo Setor Responsável. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade nos itens fornecidos em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas neste Edital.

6.5 – Na hipótese da não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pelo fornecedor no prazo de 5 (cinco) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

6.6 – Cada Secretaria terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias para processar a conferência do que foi entregue, lavrando termo de recebimento definitivo ou notificando a DETENTORA DA ATA para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

6.7 – O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da DETENTORA DA ATA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do Empenho, se a qualquer tempo se verificar vícios, defeitos ou incorreções.

**7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

7.1 A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data da homologação do Processo Licitatório nº 35/2016, que a originou.

7.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

**8. DO PAGAMENTO:**

8.1. O pagamento da presente licitação será efetivado em até 10 (dez) dias após a entrega da nota fiscal/fatura, que deverá ser emitida em nome da Prefeitura de Tunápolis/SC, devendo constar o CNPJ, o número da licitação, e da autorização de fornecimento.

**9. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

A presente Ata de Registro de Preços será divulgada no site do Município de Tunápolis ([www.tunapolis.sc.gov.br](http://www.tunapolis.sc.gov.br)) e Diário Oficial dos Municípios ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)). Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.

**10. DO FORO**

As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga – SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis,SC., 07 de Março de 2016.

Enoi Scherer  
Prefeito Municipal

MADEIREIRA BAMBERG LTDA ME  
Fornecedor Registrado

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 35/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2016 REGISTRO DE PREÇOS Nº: 07/2016**  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAPOLIS/DEPARTAMENTO DE COMPRAS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 35/2016  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2016  
REGISTRO DE PREÇOS Nº: 07/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ao processo de licitação nº 27/2016



OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas, visando o REGISTRO DE PREÇOS de Materiais de Construção e demais materiais destinadas para manutenção de imóveis, locais públicos e diversas ruas desta Municipalidade, de acordo com as especificações técnicas, itens, e quantitativos constantes em seus anexos, parte integrante neste ato convocatório.

Aos 07 dias do mês de Março de 2016, o Município de Tunápolis, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado pelo Prefeito Enoi Scherer, portador da Cédula de Identidade nº 2.529.279-0 e inscrito no CPF sob nº 656.321.769-91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município,, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº. 35/2016, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para FORNECIMENTO DO OBJETO, observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

#### 1.DO FORNECEDOR REGISTRADO

1.1 A partir desta data fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso de fornecimento dos MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO constantes do Anexo I do edital licitatório, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

a) Fornecedor:Prestadora de Serviços Jantsch Eireli EPP, inscrito sob o CNPJ n.º 06.330.226/0001-37, com sede na Avenida Gustavo Fetter, 2777, sala 02, Centro, no Município de Iporã do Oeste/SC.

39	100	M³	Concreto Usinado FCK 20. JANTSCH	335,00	33.500,00
40	100	M³	Concreto Usinado FCK 15JANTSCH	315,00	31.500,00

#### 2.DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo Município de Tunápolis, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório n.º 35/2016.

2.2. O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial nº. 27/2016.

2.3 O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

#### 3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 O Município adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.2 Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.2 A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

#### 4. DA READEQUAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1 Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

#### 5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não receber a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) houver razões de interesse público.

5.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

5.3 O fornecedor registrado poderá solicitar o cancelamento de seu registro de preço na ocorrência de caso fortuito ou de força maior comprovados.

#### 6. DO PRAZO PARA ENTREGA DOS MATERIAIS:

6.1 – A entrega dos materiais licitados deverá ocorrer no prazo máximo de 5(cinco) dias consecutivos após emissão da Autorização de fornecimento, de acordo com o cronograma estabelecido pela municipalidade. O município terá prazo de um ano para aquisição total dos produtos licitados. A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas aquisições, até 25% (vinte e cinco por cento), conforme dispõe o § 1º do Artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93 atualizada.



6.2 A retirada do material referente oitem38 será efetuada diretamente na sede da empresa vencedora, com veículo próprio do município, conforme a necessidade, sendo que a localização da empresa não poderá exceder à 90 Km de distância do município de Tunápolis.

6.3 – A contratada é obrigada a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em caso de defeito ou incorreção decorrente da produção e/ou fabricação, ou uso de produto diverso do que foi relacionado em sua proposta.

6.4 - Imediatamente após a entrega dos materiais, objeto desta Licitação, os mesmos serão devidamente inspecionados pelo Setor Responsável. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade nos itens fornecidos em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas neste Edital.

6.5 – Na hipótese da não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pelo fornecedor no prazo de 5 (cinco) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

6.6 – Cada Secretaria terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias para processar a conferência do que foi entregue, lavrando termo de recebimento definitivo ou notificando a DETENTORA DA ATA para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

6.7 – O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da DETENTORA DA ATA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do Empenho, se a qualquer tempo se verificar vícios, defeitos ou incorreções.

## 7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data da homologação do Processo Licitatório nº 35/2016, que a originou.

7.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

## 8. DO PAGAMENTO:

8.1. O pagamento da presente licitação será efetivado em até 10 (dez) dias após a entrega da nota fiscal/fatura, que deverá ser emitida em nome da Prefeitura de Tunápolis/SC, devendo constar o CNPJ, o número da licitação, e da autorização de fornecimento.

## 9. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços será divulgada no site do Município de Tunápolis ([www.tunapolis.sc.gov.br](http://www.tunapolis.sc.gov.br)) e Diário Oficial dos Municípios ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)). Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.

## 10. DO FORO

As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga – SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis SC., 07 de março de 2016.

Enoi Scherer  
Prefeito Municipal

Prestadora de Serviços Jantsch Eireli EPP  
Fornecedor Registrado

## **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 53/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nº 39/2016 REGISTRO DE PREÇOS Nº: 09/2016** PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAPOLIS/DEPARTAMENTO DE COMPRAS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 53/2016  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 39/2016  
REGISTRO DE PREÇOS Nº: 09/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ao processo de licitação nº 39/2016

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas, visando o REGISTRO DE PREÇOS para a aquisição de Massa asfáltica, destinados a manutenção de imóveis, locais públicos e ruas desta Municipalidade, de acordo com as especificações técnicas, itens, e quantitativos constantes em seus anexos, parte integrante neste ato convocatório.



No dia 01 do mês de abril de 2016, o Município de Tunápolis, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado pelo Prefeito Enoi Scherer, portador da Cédula de Identidade nº 2.529.279-0 e inscrito no CPF sob nº 656.321.769-91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município,, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº. 39/2016, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para FORNECIMENTO DO OBJETO referente aquisição de Massa asfáltica e Emulsão asfáltica RR-1C e , observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

#### 1. DO FORNECEDOR REGISTRADO

1.1 A partir desta data fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso de fornecimento de Massa asfáltica e Emulsão asfáltica RR-1C , constantes do Anexo I do edital licitatório, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

a) Fornecedor – Gaia Rodovias Ltda, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 03.257.777/0001-24, estabelecida na Rodovia BR-282-Km 607,s/nº Bairro Industrial, Município de Maravilha/SC referente os seguintes itens abaixo:

ITEM	QUANTI.	UNID.	ESPECIFICAÇÃO	Preço unit.	Preço Total
89	100	t	Massa asfáltica (faixa "C"DNIT) MARCA GAIA	245,00	24.500,00
90	30	l	Emulsão asfáltica RR-1C MARCA GAIA	3,50	105,00
			TOTAL GERAL		24.605,00

#### 2. DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo Município de Tunápolis, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório n.º 53/2016.

2.2. O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial nº. 39/2016.

2.3 O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

#### 3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 O Município adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.2 Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.2 A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

#### 4. DA READEQUAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1 Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

#### 5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não receber a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) houver razões de interesse público.

5.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

5.3 O fornecedor registrado poderá solicitar o cancelamento de seu registro de preço na ocorrência de caso fortuito ou de força maior comprovados.

#### 6. DO PRAZO PARA ENTREGA DOS MATERIAIS:

6.1 – A entrega dos materiais/serviços licitados deverá ocorrer no prazo máximo de 5(cinco) dias consecutivos após emissão da Autorização de fornecimento, de acordo com o cronograma estabelecido pela municipalidade. O município terá prazo de um ano para aquisição total dos produtos licitados. A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas aquisições, até 25% (vinte e cinco por cento), conforme dispõe o § 1º do Artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93 atualizada.

6.2 A retirada do material referente o item 89 será efetuada diretamente na sede da empresa vencedora, com veículo próprio do município,



conforme a necessidade, sendo que a localização da empresa não poderá exceder à 90 Km de distância do município de Tunápolis.

6.3 – A contratada é obrigada a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em caso de defeito ou incorreção decorrente da produção e/ou fabricação, ou uso de produto diverso do que foi relacionado em sua proposta.

6.4 - Imediatamente após a entrega dos materiais, objeto desta Licitação, os mesmos serão devidamente inspecionados pelo Setor Responsável. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade nos itens fornecidos em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas neste Edital.

6.5 – Na hipótese da não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pelo fornecedor no prazo de 5 (cinco) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

6.6 – Cada Secretaria terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias para processar a conferência do que foi entregue, lavrando termo de recebimento definitivo ou notificando a DETENTORA DA ATA para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

6.7 – O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da DETENTORA DA ATA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do Empenho, se a qualquer tempo se verificar vícios, defeitos ou incorreções.

## 7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data da homologação do Processo Licitatório nº 53/2016, que a originou.

7.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

## 8. DO PAGAMENTO:

8.1. O pagamento da presente licitação será efetivado em até 10 (dez) dias após a entrega da nota fiscal/fatura, que deverá ser emitida em nome da Prefeitura de Tunápolis/SC, devendo constar o CNPJ, o número da licitação, e da autorização de fornecimento.

## 9. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços será divulgada no site do Município de Tunápolis ([www.tunapolis.sc.gov.br](http://www.tunapolis.sc.gov.br)) e Diário Oficial dos Municípios ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)). Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.

## 10. DO FORO

As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga – SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, SC., 01 de abril de 2016.

Enoi Scherer  
Prefeito Municipal

Gaia Rodovias Ltda  
Fornecedor registrado

## **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 53/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nº 39/2016 REGISTRO DE PREÇOS Nº: 09/2016** PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAPOLIS/DEPARTAMENTO DE COMPRAS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 53/2016  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 39/2016  
REGISTRO DE PREÇOS Nº: 09/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ao processo de licitação nº 39/2016

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas, visando o REGISTRO DE PREÇOS para a aquisição de Furadeira, Carrinho de mão, ferro, Lâmpadas e Reatores a vapor, e demais Materiais de Construção destinados a manutenção de imóveis, locais públicos e ruas desta Municipalidade, de acordo com as especificações técnicas, itens, e quantitativos constantes em seus anexos, parte integrante neste ato convocatório.

No sai 01 dias do mês de abril de 2016, o Município de Tunápolis, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº



78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado pelo Prefeito Enoi Scherer, portador da Cédula de Identidade nº 2.529.279-0 e inscrito no CPF sob nº 656.321.769-91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município,, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº. 39/2016, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para FORNECIMENTO DO OBJETO referente aquisição Furadeira, Carrinho de mão, ferro, Lâmpadas e Reatores a vapor, e demais Materiais de Construção observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

## 1. DO FORNECEDOR REGISTRADO

1.1 A partir desta data fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso para fornecimento de Furadeira, Carrinho de mão, ferro, Lâmpadas e Reatores a vapor, e demais Materiais de Construção constantes do Anexo I do edital licitatório, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

a) Fornecedor – WEBER MÁQUINAS E CAMPEIRA AGRIPÉCUÁRIA LTDA ME- inscrita no CNPJ sob o n. 00.506.993/0001-78, estabelecida na Avenida Cerro Largo,693 Centro no Município de Tunápolis /SC,Fone 49 36321542, ficam registrados nesta ata de REGISTRO DE PREÇOS os seguintes itens conforme segue abaixo:

ITEM	QTD	UNID	ESPECIFICAÇÃO	Preço unit. R\$	Preço Total R\$
5	15	uni	Lápis de carpinteiro MARCA IRWIN	2,20	33,00
6	10	uni	Pincel para pintura ½ polegada MARCA ATLAS	2,80	28,00
7	10	uni	Pincel para pintura 1 polegada MARCA ATLAS	6,30	63,00
8	10	uni	Pincel para pintura 1x ½ polegada MARCA ATLAS	9,00	90,00
9	4	uni	Arco para serra de ferro MARCA WORKER	20,00	80,00
10	10	uni	Rolo de lã para pintura 9cm MARCA ROMA	7,00	70,00
11	10	uni	Rolo de lã para pintura 15cm MARCA ROMA	12,50	125,00
12	10	uni	Rolo de lã para pintura 23cm MARCA ROMA	29,00	290,00
13	10	uni	Rolo de espuma para pintura 9cm MARCA ROMA	4,50	45,00
14	10	uni	Rolo de espuma para pintura 15cm MARCA ROMA	7,75	77,50
15	10	uni	Rolo de espuma para pintura 23cm MARCA ROMA	16,00	160,00
16	15	uni	Fita isolante 19 mmX 20m MARCA AMANCO	6,00	90,00
17	15	uni	Fita veda rosca 18 mm X50 m MARCA KRONA	5,75	86,25
18	12	uni	Cola adesivo pvc 17 gr MARCA AMANCO	2,99	35,88
19	12	uni	Tubo pvc esgoto 150 mm MARCA PEVESUL	102,00	1,224,00
20	30	uni	Tubo pvc esgoto 100 mm MARCA PEVESUL	37,90	1,137,00
21	15	uni	Tubo pvc esgoto 75 mm MARCA PEVESUL	35,00	525,00
22	12	uni	Tubo pvc esgoto 50 mm MARCA PEVESUL	26,50	318,00
23	12	uni	Tubo pvc esgoto 40 mm MARCA PEVESUL	14,00	168,00
24	20	uni	Joelho pvc esgoto 100 mm90° MARCA CORRPLASTIC	4,30	86,00
25	20	uni	Joelho pvc esgoto 100 mm45° MARCA CORRPLASTIC	6,50	130,00
26	20	uni	Tee pvc esgoto 100 mm MARCA CORRPLASTIC	9,40	188,00
27	10	uni	Y pvc esgoto 100 mm MARCA CORRPLASTIC	9,80	98,00
28	10	uni	Joelho pvc esgoto 150 mm90° MARCA CORRPLASTIC	23,80	238,00
29	10	uni	Joelho pvc esgoto 150 mm45° MARCA CORRPLASTIC	29,00	290,00
30	10	uni	Tee pvc esgoto 150mm MARCA CORRPLASTIC	29,00	290,00
34	2	uni	Régua de alumínio de 2 metros, com reforço interno MARCA SCHROEDER	49,99	99,98
36	2	uni	Régua de alumínio de 5 metros, com reforço interno. MARCA SCHROEDER	125,00	250,00
37	2	uni	Pá redonda com cabo MARCA PANDOLFO	27,00	54,00
40	50	uni	Parafuso chumbador 10mm MARCA ECOFER	11,00	550,00
41	150	uni	Cimento sacos com 50 kg MARCA SUPREMO	32,50	4.875,00
45	5	uni	Trena auto retrátil de 8 metros MARCA IRWIN	25,00	125,00
46	5	uni	Plastificante para argamassas de 5 litros MARCA MAXTON	20,00	100,00
47	20	sc	Cal hidratado saco com 20 kg MARCA HIDRA	12,75	255,00
48	8	uni	Balde plástico reforçado para pedreiro MARCA ASTRA	32,90	263,20
51	30	mt	Mangueira trançada siliconada ½ polegada jardim MARCA PABOVI	2,60	78,00
54	250	br	Ferro construção 12 mt 4.2 mm MARCA ARCELOR	6,40	1.600,00
55	150	br	Ferro construção 12 mt 5.0 mm MARCA ARCELOR	9,79	1.468,00
56	150	br	Ferro construção 12 mt 6,3mm MARCA ARCELOR	16,49	2.473,00
57	150	br	Ferro construção 12 mt 8mm MARCA ARCELOR	21,99	3.298,50
58	150	br	Ferro construção 12mt 10mm MARCA ARCELOR	32,99	4,948,50
59	15	uni	Lamina serra de ferro MARCA NICHOLSON	6,90	103,50



60	4	uni	Enxada 18 cm com cabo MARCA AÇOTERRA	30,00	120,00
61	8	kg	Grampo para cerca MARCA GERDAU	12,00	96,00
65	20	uni	Joelho pvc esgoto 75mm90° MARCA CORRPLASTIC	4,70	94,00
66	20	uni	Joelho pvc 75mm90° MARCA CORRPLASTIC	4,65	93,00
67	20	uni	Tee pvc esgoto 75 mm MARCA CORRPLASTIC	7,99	159,80
68	20	uni	Y pvc esgoto 75 mm MARCA CORRPLASTIC	11,49	229,80
69	20	uni	Joelho pvc esgoto 50mm45° MARCA CORRPLASTIC	2,49	49,80
70	20	uni	Joelho pvc esgoto 50mm90° MARCA CORRPLASTIC	3,19	63,80
71	20	uni	Tee pvc esgoto 50mm MARCA CORRPLASTIC	5,59	111,88
72	20	uni	Y pvc esgoto 50mm MARCA CORRPLASTIC	7,99	159,80
73	20	uni	Joelho pvc esgoto 40mm45° MARCA CORRPLASTIC	1,69	33,80
74	20	uni	Joelho pvc esgoto 40mm90° MARCA CORRPLASTIC	1,89	37,80
75	20	uni	Tee pvc esgoto 40mm MARCA CORRPLASTIC	2,29	45,80
76	20	uni	Y pvc esgoto 40 mm MARCA CORRPLASTIC	3,19	63,80
77	5000	uni	Tijolo cerâmico 6 furos 9/14/24CM0, MARCA SCHORR	0,51	2.550,00
78	5000	uni	Tijolo cerâmico maciço 5/10/20cm MARCA SCHORR	0,60	3.000,00
79	1	uni	Furadeira, alto impacto, de velocidades múltiplas, regulação contínua das rotações, rotação reversível direita/ esquerda, com no mínimo de 0-1100/3000 r.p.m. rotações sem carga, sistema de aceleração eletrônica com mandril de aperto rápido sem chave, mandril ½ 13 mm com chave, embreagem de segurança contra sobrecarga, potência 800w, com no mínimo de 48000 impactos por minuto, com amplitude de perfuração de no mínimo 20 mm concreto, 40 mm madeira e 13 mm em aço. MARCA BOSCH	820,00	820,00
80	1	Uni	Bateria para parafusadeira skil modelo F 000.621.992 bkrmr 23/43 9,6 v = 1,2 ah MARCA SKILL	190,00	190,00
81	2	lata	Tinta verniz transparente para pintura em madeira, lata de 3,6 litros MARCA SPARLACK	80,50	161,00
82	2	uni	Tinta automotiva verde, lata de 3,6 lts MARCA FARBEM	105,00	210,00
83	4		Solvente para tintas lata de 900 ml MARCA FARBEM	13,00	52,00
84	230	M2	Lona plástica, dupla face branca/preta, com 8 metros de largura, de 160 a 200 micras MARCA ELETROPLAST	2,07	476,10
86	10	un	Cola de silicone, bisnaga de 280 gr MARCA WURTH	9,00	90,00
87	22	peça	Malha de ferro 20cmx20cm, tamanho de 3 x 2 m, ferro 4.2 MARCA ARCELOR	24,00	528,00
95	14	uni	Lâmpada vapor metálico 2000W tubular MARCA GLIGHT	770,00	10.780,00
97	03	unid	Carrinho de mão com caçamba plástica 90 litros resistente MARCA TRAMONTINA	168,00	504,00
98	30	unid	Bussal de nylon para Terneiro com destorcedor. MARCA RIDELF	26,40	792,00
99	225	m	Corda de nylon 10mm não reciclado MARCA RIDELF	3,90	117,00
			TOTAL GERAL		48.137,41

## 2. DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo Município de Tunápolis, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório n.º 53/2016.

2.2. O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial nº. 39/2016.

2.3 O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

## 3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 O Município adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.2 Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.2 A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

## 4. DA READEQUAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1 Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

## 5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS



5.1 O fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não receber a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) houver razões de interesse público.

5.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

5.3 O fornecedor registrado poderá solicitar o cancelamento de seu registro de preço na ocorrência de caso fortuito ou de força maior comprovados.

#### 6. DO PRAZO PARA ENTREGA DOS MATERIAIS:

6.1 – A entrega dos materiais/serviços licitados deverá ocorrer no prazo máximo de 5(cinco) dias consecutivos após emissão da Autorização de fornecimento, de acordo com o cronograma estabelecido pela municipalidade. O município terá prazo de um ano para aquisição total dos produtos licitados. A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas aquisições, até 25% (vinte e cinco por cento), conforme dispõe o § 1º do Artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93 atualizada.

6.2 A retirada do material referente o item 89 será efetuada diretamente na sede da empresa vencedora, com veículo próprio do município, conforme a necessidade, sendo que a localização da empresa não poderá exceder à 90 Km de distância do município de Tunápolis.

6.3 – A contratada é obrigada a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em caso de defeito ou incorreção decorrente da produção e/ou fabricação, ou uso de produto diverso do que foi relacionado em sua proposta.

6.4 - Imediatamente após a entrega dos materiais, objeto desta Licitação, os mesmos serão devidamente inspecionados pelo Setor Responsável. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade nos itens fornecidos em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas neste Edital.

6.5 – Na hipótese da não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pelo fornecedor no prazo de 5 (cinco) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

6.6 – Cada Secretaria terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias para processar a conferência do que foi entregue, lavrando termo de recebimento definitivo ou notificando a DETENTORA DA ATA para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

6.7 – O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da DETENTORA DA ATA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do Empenho, se a qualquer tempo se verificar vícios, defeitos ou incorreções.

#### 7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data da homologação do Processo Licitatório nº 53/2016, que a originou.

7.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

#### 8. DO PAGAMENTO:

8.1. O pagamento da presente licitação será efetivado em até 10 (dez) dias após a entrega da nota fiscal/fatura, que deverá ser emitida em nome da Prefeitura de Tunápolis/SC, devendo constar o CNPJ, o número da licitação, e da autorização de fornecimento.

#### 9. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços será divulgada no site do Município de Tunápolis ([www.tunapolis.sc.gov.br](http://www.tunapolis.sc.gov.br)) e Diário Oficial dos Municípios ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)). Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.

#### 10. DO FORO

As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga – SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis,SC.,01 de abril de 2016.

Enoi Scherer  
Prefeito Municipal



WEBER MÁQUINAS E CAMPEIRA AGRIPECUÁRIA LTDA ME  
Fornecedor Registrado

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 53/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nº 39/2016 REGISTRO DE PREÇOS Nº: 09/2016**  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAPOLIS/DEPARTAMENTO DE COMPRAS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 53/2016  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 39/2016  
REGISTRO DE PREÇOS Nº: 09/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ao processo de licitação nº 39/2016

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas, visando o REGISTRO DE PREÇOS referente serviço de bombeamento de concreto armado, e demais Materiais de Construção destinados a manutenção de imóveis, locais públicos e ruas desta Municipalidade, de acordo com as especificações técnicas, itens, e quantitativos constantes em seus anexos, parte integrante neste ato convocatório.

No dia 01 do mês de abril de 2016, o Município de Tunápolis, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado pelo Prefeito Enoi Scherer, portador da Cédula de Identidade nº 2.529.279-0 e inscrito no CPF sob nº 656.321.769-91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município,, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº. 39/2016, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para FORNECIMENTO DO OBJETO referente serviço de bombeamento de concreto armado, e demais Materiais de Construção observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

#### 1. DO FORNECEDOR REGISTRADO

1.1 A partir desta data fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso de fornecimento de serviço de bombeamento de concreto armado, e demais Materiais de Construção constantes do Anexo I do edital licitatório, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

a) Fornecedor – PRESTADORA DE SERVIÇOS JANTSCH LTDA, inscrito sob o CNPJ n.º 06.330.226/0001-37 , com sede na Linha São Lourenço, interior do município de IPORÃ DO OESTE /SC telefone 49 3634-1302, referente os itens abaixo.

Item	Qtade	unid	Especificação do item	Valor Unit	Valor Total
42	30	M³	Brita nº1 MARCA JANTSCH	84,00	2.520,00
43	15	M³	Pedrisco MARCA JANTSCH	84,00	1.260,00
44	15	M³	Pó de brita MARCA JANTSCH	84,00	1.260,00
94	15	SER	Serviço com bombeamento pra concreto usinado. Jantsch	300,00	4.500,00
			Total geral		9.540,00

#### 2. DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo Município de Tunápolis, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório n.º 53/2016.

2.2. O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial nº. 39/2016.

2.3 O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

#### 3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 O Município adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.2 Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.2 A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

#### 4. DA READEQUAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1 Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

#### 5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS



5.1 O fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não receber a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) houver razões de interesse público.

5.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

5.3 O fornecedor registrado poderá solicitar o cancelamento de seu registro de preço na ocorrência de caso fortuito ou de força maior comprovados.

#### 6. DO PRAZO PARA ENTREGA DOS MATERIAIS:

6.1 – A entrega dos materiais/serviços licitados deverá ocorrer no prazo máximo de 5(cinco) dias consecutivos após emissão da Autorização de fornecimento, de acordo com o cronograma estabelecido pela municipalidade. O município terá prazo de um ano para aquisição total dos produtos licitados. A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas aquisições, até 25% (vinte e cinco por cento), conforme dispõe o § 1º do Artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93 atualizada.

6.2 A retirada do material referente o item 89 será efetuada diretamente na sede da empresa vencedora, com veículo próprio do município, conforme a necessidade, sendo que a localização da empresa não poderá exceder à 90 Km de distância do município de Tunápolis.

6.3 – A contratada é obrigada a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em caso de defeito ou incorreção decorrente da produção e/ou fabricação, ou uso de produto diverso do que foi relacionado em sua proposta.

6.4 - Imediatamente após a entrega dos materiais, objeto desta Licitação, os mesmos serão devidamente inspecionados pelo Setor Responsável. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade nos itens fornecidos em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas neste Edital.

6.5 – Na hipótese da não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pelo fornecedor no prazo de 5 (cinco) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

6.6 – Cada Secretaria terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias para processar a conferência do que foi entregue, lavrando termo de recebimento definitivo ou notificando a DETENTORA DA ATA para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

6.7 – O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da DETENTORA DA ATA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do Empenho, se a qualquer tempo se verificar vícios, defeitos ou incorreções.

#### 7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data da homologação do Processo Licitatório nº 53/2016, que a originou.

7.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

#### 8. DO PAGAMENTO:

8.1. O pagamento da presente licitação será efetivado em até 10 (dez) dias após a entrega da nota fiscal/fatura, que deverá ser emitida em nome da Prefeitura de Tunápolis/SC, devendo constar o CNPJ, o número da licitação, e da autorização de fornecimento.

#### 9. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços será divulgada no site do Município de Tunápolis ([www.tunapolis.sc.gov.br](http://www.tunapolis.sc.gov.br)) e Diário Oficial dos Municípios ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)). Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei nº 8.666/93.

#### 10. DO FORO

As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga – SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, SC., 01 de abril de 2016.

Enoi Scherer

Prefeito Municipal



PRESTADORA DE SERVIÇOS JANTSCH LTDA,  
Fornecedor Registrado

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 53/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nº 39/2016 REGISTRO DE PREÇOS Nº: 09/2016**  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAPOLIS/DEPARTAMENTO DE COMPRAS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 53/2016  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 39/2016  
REGISTRO DE PREÇOS Nº: 09/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ao processo de licitação nº 39/2016

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas, visando o REGISTRO DE PREÇOS para a aquisição, Maravalha destinados a manutenção de imóveis, locais públicos e ruas desta Municipalidade, de acordo com as especificações técnicas, itens, e quantitativos constantes em seus anexos, parte integrante neste ato convocatório.

No 01 dias do mês de abril de 2016, o Município de Tunápolis, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado pelo Prefeito Enoi Scherer, portador da Cédula de Identidade nº 2.529.279-0 e inscrito no CPF sob nº 656.321.769-91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município,, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº. 39/2016, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para FORNECIMENTO DO OBJETO referente aquisição Maravalha observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

**1. DO FORNECEDOR REGISTRADO**

1.1 A partir desta data fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso de fornecimento Maravalha constante do Anexo I do edital licitatório, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

a) Fornecedor – A empresa MARAVALHA SCHMITT LTDA-ME, estabelecida na Linha Pitangueira, interior do Município de Tunápolis, SC, devidamente inscrito inscrita no CNPJ sob o n.08.640.356.00001-00, fica registrado o item abaixo:

100	150	M3	Maravalha	45,00	6.750,00
-----	-----	----	-----------	-------	----------

**2. DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO**

2.1 O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo Município de Tunápolis, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório n.º 53/2016.

2.2. O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial nº. 39/2016.

2.3 O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

**3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS**

3.1 O Município adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.2 Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.2 A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

**4. DA READEQUAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

4.1 Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

**5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS**

5.1 O fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não receber a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) houver razões de interesse público.

5.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.



5.3 O fornecedor registrado poderá solicitar o cancelamento de seu registro de preço na ocorrência de caso fortuito ou de força maior comprovados.

#### 6. DO PRAZO PARA ENTREGA DOS MATERIAIS:

6.1 – A entrega dos materiais/serviços licitados deverá ocorrer no prazo máximo de 5(cinco) dias consecutivos após emissão da Autorização de fornecimento, de acordo com o cronograma estabelecido pela municipalidade. O município terá prazo de um ano para aquisição total dos produtos licitados. A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas aquisições, até 25% (vinte e cinco por cento), conforme dispõe o § 1º do Artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93 atualizada.

6.2 A retirada do material referente o item 89 será efetuada diretamente na sede da empresa vencedora, com veículo próprio do município, conforme a necessidade, sendo que a localização da empresa não poderá exceder à 90 Km de distância do município de Tunápolis.

6.3 – A contratada é obrigada a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em caso de defeito ou incorreção decorrente da produção e/ou fabricação, ou uso de produto diverso do que foi relacionado em sua proposta.

6.4 - Imediatamente após a entrega dos materiais, objeto desta Licitação, os mesmos serão devidamente inspecionados pelo Setor Responsável. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade nos itens fornecidos em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas neste Edital.

6.5 – Na hipótese da não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pelo fornecedor no prazo de 5 (cinco) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

6.6 – Cada Secretaria terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias para processar a conferência do que foi entregue, lavrando termo de recebimento definitivo ou notificando a DETENTORA DA ATA para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

6.7 – O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da DETENTORA DA ATA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do Empenho, se a qualquer tempo se verificar vícios, defeitos ou incorreções.

#### 7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data da homologação do Processo Licitatório nº 53/2016, que a originou.

7.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

#### 8. DO PAGAMENTO:

8.1. O pagamento da presente licitação será efetivado em até 10 (dez) dias após a entrega da nota fiscal/fatura, que deverá ser emitida em nome da Prefeitura de Tunápolis/SC, devendo constar o CNPJ, o número da licitação, e da autorização de fornecimento.

#### 9. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços será divulgada no site do Município de Tunápolis ([www.tunapolis.sc.gov.br](http://www.tunapolis.sc.gov.br)) e Diário Oficial dos Municípios ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)). Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.

#### 10. DO FORO

As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga – SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, SC, 01 de abril de 2016.

Enoi Scherer

Prefeito Municipal

MARAVALHA SCHMITT LTDA-ME

Fornecedor Registrado

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 53/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nº 39/2016 REGISTRO DE PREÇOS Nº: 09/2016**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 35/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2016

REGISTRO DE PREÇOS Nº: 07/2016



**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ao processo de licitação nº 27/2016**

**OBJETO:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas, visando o REGISTRO DE PREÇOS de Materiais de Construção e demais materiais destinados para manutenção de imóveis, locais públicos e diversas ruas desta Municipalidade, de acordo com as especificações técnicas, itens, e quantitativos constantes em seus anexos, parte integrante neste ato convocatório.

Aos 07 dias do mês de março de 2016, o Município de Tunápolis, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado pelo Prefeito Enoi Scherer, portador da Cédula de Identidade nº 2.529.279-0 e inscrito no CPF sob nº 656.321.769-91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município,, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº. 35/2016, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para FORNECIMENTO DO OBJETO, observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

**1.DO FORNECEDOR REGISTRADO**

1.1 A partir desta data fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso de fornecimento dos MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO constantes do Anexo I do edital licitatório, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

a) Fornecedor: MADEIREIRA BAMBERG LTDA ME- inscrita no CNPJ sob o n. 82.819.806/0001-70, estabelecida á Estrada Felipe Schmidt, SN, Interior, no Município de Tunápolis/SC, neste ato representada pela Sra. Neide Maria Scherer Bamberg fica registrado nesta ata de REGISTRO DE PREÇOS o seguinte item:

14	60	M³	Madeira de eucalipto vermelho, serrada diversas bitolas	670,00	40.200,00
----	----	----	---	--------	-----------

**2.DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO**

2.1 O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo Município de Tunápolis, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório n.º 35/2016.

2.2. O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial nº. 27/2016.

2.3 O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

**3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS**

3.1 O Município adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.2 Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.2 A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

**4. DA READEQUAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

4.1 Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

**5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS**

5.1 O fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não receber a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) houver razões de interesse público.

5.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

5.3 O fornecedor registrado poderá solicitar o cancelamento de seu registro de preço na ocorrência de caso fortuito ou de força maior comprovados.

**6. DO PRAZO PARA ENTREGA DOS MATERIAIS:**

6.1 – A entrega dos materiais licitados deverá ocorrer no prazo máximo de 5(cinco) dias consecutivos após emissão da Autorização de fornecimento, de acordo com o cronograma estabelecido pela municipalidade. O município terá prazo de um ano para aquisição total dos produtos licitados. A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas aquisições,



até 25% (vinte e cinco por cento), conforme dispõe o § 1º do Artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93 atualizada.

6.2 A retirada do material referente o item 38 será efetuada diretamente na sede da empresa vencedora, com veículo próprio do município, conforme a necessidade, sendo que a localização da empresa não poderá exceder à 90 Km de distância do município de Tunápolis.

6.3 – A contratada é obrigada a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em caso de defeito ou incorreção decorrente da produção e/ou fabricação, ou uso de produto diverso do que foi relacionado em sua proposta.

6.4 - Imediatamente após a entrega dos materiais, objeto desta Licitação, os mesmos serão devidamente inspecionados pelo Setor Responsável. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade nos itens fornecidos em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas neste Edital.

6.5 – Na hipótese da não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pelo fornecedor no prazo de 5 (cinco) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

6.6 – Cada Secretaria terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias para processar a conferência do que foi entregue, lavrando termo de recebimento definitivo ou notificando a DETENTORA DA ATA para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

6.7 – O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da DETENTORA DA ATA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do Empenho, se a qualquer tempo se verificar vícios, defeitos ou incorreções.

## 7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data da homologação do Processo Licitatório nº 35/2016, que a originou.

7.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

## 8. DO PAGAMENTO:

8.1. O pagamento da presente licitação será efetivado em até 10 (dez) dias após a entrega da nota fiscal/fatura, que deverá ser emitida em nome da Prefeitura de Tunápolis/SC, devendo constar o CNPJ, o número da licitação, e da autorização de fornecimento.

## 9. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços será divulgada no site do Município de Tunápolis ([www.tunapolis.sc.gov.br](http://www.tunapolis.sc.gov.br)) e Diário Oficial dos Municípios ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)). Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei nº 8.666/93.

## 10. DO FORO

As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga – SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, SC., 07 de Março de 2016.

Enoi Scherer  
Prefeito Municipal

MADEIREIRA BAMBERG LTDA ME  
Fornecedor Registrado

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 60/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nº 46/2016 REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2016**  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAPOLIS/DEPARTAMENTO DE COMPRAS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 60/2016  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 46/2016  
REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ao processo de licitação nº 60/2016

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas, visando o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição e Plantio de Leivas de Grama para Campo de Futebol do Centro Esportivo, de acordo com as especificações técnicas, itens, e quantitativos constantes em seus anexos, parte integrante neste ato convocatório.



Aos 13 dias do mês de abril de 2016, o Município de Tunápolis, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado pelo Prefeito Enoi Scherer, portador da Cédula de Identidade nº 2.529.279-0 e inscrito no CPF sob nº 656.321.769-91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município,, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº. 60/2016, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para FORNECIMENTO DO OBJETO referente Leivas de Grama para Campo de Futebol do Centro Esportivo e Plantio da mesma, observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

#### 1. DO FORNECEDOR REGISTRADO

1.1 A partir desta data fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso de fornecimento de Leivas de Grama e plantio da mesma no Campo de Futebol do Centro Esportivo, de acordo com as especificações técnicas, itens, e quantitativos constantes em seus anexos, parte integrante neste ato convocatório

a) Fornecedor – ROQUE MARX-ME, estabelecido na Avenida Gustavo Fetter,1085, centro, no Município de Iporã do Oeste/SC, devidamente inscrito no CNPJ sob o n. 11.875.383.0001-68, telefone de contato (49) 36342062, fica registrado neste ato o item 01, referente 2.000,00 mt<sup>2</sup> de grama tipo “sempre verde” em leiva, limpa de erva daninhas, bem adubadas, viçosa, e pesando aproximadamente 15kg cada placa para o plantio, bem como a mesma deverá ser plantada pela fornecedor supra mencionado.

ITEM	QUANTI.	UNID.	ESPECIFICAÇÃO	Preço unit	Preço Total
1	2.000,00	Mt <sup>2</sup>	Leiva de grama variedade “sempre verde” e devido plantio da mesma.	8,30	16.600,00

#### 2. DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo Município de Tunápolis, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório n.º 60/2016.

2.2. O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial nº. 46/2016.

2.3 O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

#### 3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 O Município adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.2 Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.2 A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

#### 4. DA READEQUAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1 Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea “d”, do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

#### 5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não receber a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) houver razões de interesse público.

5.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

5.3 O fornecedor registrado poderá solicitar o cancelamento de seu registro de preço na ocorrência de caso fortuito ou de força maior comprovados.

#### 6. DO PRAZO PARA ENTREGA DOS MATERIAIS:

6.1 A entrega e plantio da leiva de grama deverá ocorrer em 8(oito)dias, após a emissão da Autorização de Fornecimento, e deveser plantada no campo de futebol no Centro esportivo pela empresa vencedora, sem cobrança de quantidade mínima a ser entregue sendo que as despesas com frete e demais encargos ficam por conta e risco do licitante vencedor.



6.2 Os quantitativos descritos no Anexo I constituem mera previsão, dimensionada com a demanda atualmente existente, podendo o Município acrescê-los ou diminuí-los, de acordo com a determinação legal, não ficando obrigado a executá-los.

6.3 – A Secretaria da Educação terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias para processar a conferência do que foi entregue, lavrando termo de recebimento definitivo ou notificando a DETENTORA DA ATA para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

6.4 – O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da DETENTORA DA ATA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do Empenho, se a qualquer tempo se verificar vícios, defeitos ou incorreções.

## 7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data da homologação do Processo Licitatório nº 60/2016, que a originou.

7.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

## 8. DO PAGAMENTO:

8.1 O pagamento será realizado após a entrega da leiva de grama e plantio da mesma e, será creditado em nome da contratada, mediante ordem bancária em conta corrente por ela indicada ou, por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras, uma vez satisfeitas às condições estabelecidas.

8.2 O prazo para pagamento será, em até 10 (dez) dias úteis, contado a partir da data do atesto das faturas/notas fiscais.

8.3 O atesto somente será efetuado pelo órgão após verificação da conformidade da entrega da leiva de grama e dos serviços prestados com o plantio, conforme especificações e certificações constantes em edital.

## 9. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços será divulgada no site do Município de Tunápolis ([www.tunapolis.sc.gov.br](http://www.tunapolis.sc.gov.br)) e Diário Oficial dos Municípios ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)). Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.

## 10. DO FORO

As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga – SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, SC 13 de abril de 2016.

Enoi Scherer  
Prefeito Municipal

ROQUE MARX-ME  
Fornecedor Registrado

## **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 61/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nº 47/2016 REGISTRO DE PREÇOS Nº: 12/2016**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 61/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 47/2016

REGISTRO DE PREÇOS Nº: 12/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ao processo de licitação nº 61/2016

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas, visando o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição Peças e Materiais destinados na manutenção da frota de máquinas do DMER, de acordo com as especificações técnicas, itens, e quantitativos constantes em seus anexos, parte integrante neste ato convocatório.

Aos 14 dias do mês de Abril de 2016, o Município de Tunápolis, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado pelo Prefeito Enoi Scherer, portador da Cédula de Identidade nº 2.529.279-0 e inscrito no CPF sob nº 656.321.769-91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município,, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº. 61/2016, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para FORNECIMENTO de Peças e Materiais



destinados na manutenção da frota de máquinas do DMER, observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

## 1. DO FORNECEDOR REGISTRADO

1.1 A partir desta data fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso de aquisição Peças e Materiais destinados na manutenção da frota de máquinas do DMER, de acordo com as especificações técnicas, itens, e quantitativos constantes em seus anexos, parte integrante neste ato convocatório.

a) Fornecedor Auto Posto Canarinho Ltda EPP, inscrito sob o CNPJ n.º 83.523.407/0001-20, com sede na Rua Caaró, nº 110, centro, no Município de Tunápolis/SC, telefone: (49) 36321108. Ficam registrados os lotes 01 e 03 conforme segue abaixo:

### Lote I

ITEM	QUANTI.	UNID.	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	Preço unit.	
1	01	unid	Filtro de óleo 442	TECFIL	26,00	26,00
2	02	jogo	Filtro de Combustível 1/2	TECFIL	17,00	34,00
3	01	unid	Filtro de ar 2029	XANFIL	78,00	78,00
4	01	unid	Filtro de óleo 519	TECFIL	24,80	24,80
5	07	unid	Filtro de óleo 12300	TECFIL	98,00	686,00
6	04	unid	Filtro de combustível R28 a 30	RACOR	50,00	200,00
7	15	unid	Filtro de combustível 731	TECFIL	19,60	294,00
8	01	unid	Filtro de AR 2035	XANFIL	139,00	139,00
9	06	unid	Filtro Água 923/1	TECFIL	42,80	256,80
10	12	unid	Filtro de óleo 950/26	TECFIL	84,00	1.008,00
11	02	unid	Filtro Combustível 75	TECFIL	39,60	79,20
12	02	unid	Filtro combustível 960/1	TECFIL	52,80	105,60
13	02	unid	Filtro Ar esct 9839	TECFIL	94,40	188,80
14	02	unid	Filtro Ar int 839	TECFIL	46,00	92,00
15	02	unid	Filtro de óleo 47	TECFIL	23,00	46,00
16	02	unid	Filtro combustível 551039	DONALDSON	49,00	98,00
17	02	unid	Filtro combustível 1257	BOLDWIN	73,00	146,00
18	01	unid	Filtro Ar 14179	MANN	78,00	78,00
19	01	unid	Filtro hidráulico 616	TECFIL	165,00	165,00
20	02	unid	Filtro óleo 940/34	TECFIL	23,30	46,60
21	01	unid	Filtro combustível 24057	MANN	51,00	51,00
22	01	unid	Filtro óleo 940	TECFIL	26,50	26,50
23	07	unid	Filtro combustível longo	TECFIL	16,80	117,60
24	02	unid	Filtro de óleo 940/1	TECFIL	32,00	64,00
25	02	unid	Filtro curta	TECFIL	9,80	19,60
26	01	unid	Filtro AR ext 7109	TECFIL	51,50	51,50
27	01	unid	Filtro AR int 300	TECFIL	48,00	48,00
28	02	unid	Filtro combustível 493	TECFIL	72,50	145,00
29	02	unid	Filtro combustível 19773	FLEEGUARD	134,00	134,00
30	02	unid	Filtro óleo 174 D	MAHLE	37,00	37,00
31	09	unid	Filtro combustível 62418	JOHDEERE	95,75	861,75
32	03	unid	Filtro ó495,00leo 7350	BOLDWIN	159,00	477,00
33	03	unid	Filtro combustível 765325	DONALDSON	165,00	495,00
34	02	unid	Filtro óleo 9.50/16	TECFIL	41,40	82,80
35	10	unid	Filtro Combustível 940/7	TECFIL	44,20	442,00
36	02	unid	Filtro óleo 417	TECFIL	42,90	85,80
37	02	unid	Filtro Combustível 9.50/13	TECFIL	29,50	59,00
38	01	unid	Filtro AR ext 4934	TECFIL	158,00	158,00
39	01	unid	Filtro AR int 4935	TECFIL	147,00	147,00
40	02	unid	Filtro óleo 313	RACOR	56,50	113,00



41	01	unid	Filtro óleo 11/02/27	MANN	56,75	56,75
42	02	unid	Filtro Combustível 1060/1	TECFIL	59,00	118,00
43	01	unid	Filtro óleo 11102/4	MANN	47,00	47,00
44	02	unid	Filtro Combustível 962/13	TECFIL	74,00	148,00
45	02	unid	Filtro AR ext 271340	MANN	213,50	427,00
46	02	unid	Filtro AR int 1651	MANN	124,50	249,00
47	04	unid	Filtro óleo 550909	DONALDSON	47,50	142,50
48	04	unid	Filtro Combustível 550881	MANN	72,50	217,50
49	02	unid	Filtro AR ext.613334	DONALDSON	376,00	752,00
50	06	unid	Filtro AR int. 613335	DONALDSON	198,00	1.188,00
51	02	unid	Filtro de óleo 26114	MANN	109,00	218,00
52	02	unid	Filtro de Combustível 19538	FLEEGUARD	133,00	266,00
53	02	unid	Filtro de Combustível 5624	DONALDSON	107,00	214,00
54	02	unid	Filtro óleo 699	TECFIL	32,20	64,40
55	02	unid	Filtro de Combustível 60049	FLEEGUARD	122,00	244,00
56	03	unid	Filtro Separador 19728	FLEEGUARD	86,00	258,00
57	02	unid	Filtro Separador 10002	MANN	95,00	190,00
58	03	unid	Filtro Separador 551864	DONALDSON	74,50	223,50
59	03	unid	Filtro Separador 20007	FLEETGUARD	113,00	339,00
60	01	unid	Filtro óleo PEL 2002	TECFIL	34,00	34,00
61	01	unid	Filtro de Combustível PEC	TECFIL	79,00	79,00
62	01	unid	Filtro Separador Combustível WK 1060/4 para caminhão placa OKE 2315	MANN	89,00	89,00
63	02	unid	Espátulas para desmontar Pneus	KRAUCHER	90,00	180,00
64	04	unid	Pasta Gel Desengraxante acondicionada em embalagem de 2,5kg	PINHEIRO	36,00	144,00
Total Geral						13.296,00

## Lote III

Item	Qtade	Unid	Especificação dos itens	Marca	Valor Unit	Valor Total
01	01	lata	Cola para remendos 1kg	VIPAL	47,00	47,00
02	01	caixa	Remendos para câmeras n.1com 100 unidades na caixa	VIPAL	38,50	38,50
03	01	caixa	Remendos para câmeras n.3 com 40 unidades na caixa	VIPAL	39,50	39,50
04	10	uni	Válvula para pneu sem câmara aro 13	BREMER	3,00	30,00
05	03	cx	Remendo para pneu sem câmara com 60 unidades na caixa.	VIPAL	49,00	147,00
06	20	uni	Remendo Tip-Top n.3 Pneu máquina Pesada	VIPAL	12,00	240,00
07	20	uni	Remendo Tip-Top n.4 Pneu máquina Pesada	VIPAL	15,00	300,00
08	20	uni	Remendo Tip-Top n.5 Pneu máquina Pesada	VIPAL	17,00	340,00
Total Geral						1.182,00

## 2. DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo Município de Tunápolis, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório n.º 61/2016.

2.2. O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial nº. 47/2016.

2.3 O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

## 3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 O Município adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.2 Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.2 A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

## 4. DA READEQUAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1 Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.



## 5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não receber a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) houver razões de interesse público.

5.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

5.3 O fornecedor registrado poderá solicitar o cancelamento de seu registro de preço na ocorrência de caso fortuito ou de força maior comprovados.

## 6. DO PRAZO PARA ENTREGA DOS MATERIAIS:

6.1 A CONTRATANTE, a cada pedido de fornecimento, especificará formalmente a quantidade necessária do objeto contratado. Quantitativo indicado por estimativa podendo variar para mais ou para menos de acordo com a necessidade e manutenção da frota de máquinas e veículos do DMER. A entrega deverá ocorrer de maneira fragmentada de acordo com o andamento dos serviços de manutenção do setor, mediante requisição prévia a ser explicada e emitida pelo setor competente. Uma vez expedida a ordem de fornecimento, a entrega deverá ser em até 5(cinco) dias úteis tendo por local a Garagem do DMER do centro deste município.

6.2 A entrega do Lote IV e V deverão ocorrer de forma imediata num prazo máximo de 5(cinco) corridos dias após a emissão da Autorização de Fornecimento e na sua totalidade, tendo por local a Garagem do DMER do centro deste município.

6.3 – A Secretaria Municipal dos Transportes Obras e Urbanismo terá o prazo máximo de 02 (dois) dias para processar a conferência do que foi entregue, lavrando termo de recebimento definitivo ou notificando a DETENTORA DA ATA para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

6.4 – O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da DETENTORA DA ATA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do Empenho, se a qualquer tempo se verificar vícios, defeitos ou incorreções.

## 7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data da homologação do Processo Licitatório nº 61/2016, que a originou.

7.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

## 8. DO PAGAMENTO:

8.1 Os pagamentos serão efetuados até 8(oito) após faturamento do montante fornecido, mediante a apresentação da Nota Fiscal.

8.2 O atesto somente será efetuado pelo órgão após verificação da conformidade da entrega das peças e materiais, conforme especificações e certificações constantes em edital.

## 9. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços será divulgada no site do Município de Tunápolis ([www.tunapolis.sc.gov.br](http://www.tunapolis.sc.gov.br)) e Diário Oficial dos Municípios ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)). Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.

## 10. DO FORO

As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga – SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis,SC., 14 de abril de 2016.

Enoi Scherer  
Prefeito Municipal

Auto Posto Canarinho Ltda EPP  
Fornecedor Registrado



**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 61/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nº 47/2016 REGISTRO DE PREÇOS Nº: 12/2016**  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAPOLIS/DEPARTAMENTO DE COMPRAS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 61/2016  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 47/2016  
REGISTRO DE PREÇOS Nº: 12/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ao processo de licitação nº 61/2016

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas, visando o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição Peças e Materiais destinados na manutenção da frota de máquinas do DMER, de acordo com as especificações técnicas, itens, e quantitativos constantes em seus anexos, parte integrante neste ato convocatório.

Aos 14 dias do mês de Abril de 2016, o Município de Tunápolis, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado pelo Prefeito Enoi Scherer, portador da Cédula de Identidade nº 2.529.279-0 e inscrito no CPF sob nº 656.321.769-91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município,, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº. 61/2016, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para FORNECIMENTO de Peças e Materiais destinados na manutenção da frota de máquinas do DMER, observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

#### 1. DO FORNECEDOR REGISTRADO

1.1 A partir desta data fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso de aquisição Peças e Materiais destinados na manutenção da frota de máquinas do DMER, de acordo com as especificações técnicas, itens, e quantitativos constantes em seus anexos, parte integrante neste ato convocatório.

a) Fornecedor – Auto Mecânica Griebeler Ltda ME, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 72.378.052/0001-07, estabelecida na Rua Caaro, 190 Centro, no Município de Tunápolis-SC, neste ato representado pelo Sr. Ivo Pedro Griebeler, Procurador, inscrito no CPF:249.546.169-72, considerado REGISTRADO.

item	quantidade	Unid	Especificações	Marca	Preço Unit	Preço Total
01	15	unid	Bateria 150 ah	EXCEL	609,71	9.145,75
02	12	unid	Bateria105 ah	EXCEL	432,79	5.193,59
03	12	uni	Bateria 60 ah	EXCEL	240,88	2.890,66
			Total Geral			17.230,00

#### 2. DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo Município de Tunápolis, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório n.º 61/2016.

2.2. O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial nº. 47/2016.

2.3 O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

#### 3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 O Município adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.2 Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.2 A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

#### 4. DA READEQUAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1 Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

#### 5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não receber a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) houver razões de interesse público.



5.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

5.3 O fornecedor registrado poderá solicitar o cancelamento de seu registro de preço na ocorrência de caso fortuito ou de força maior comprovados.

#### 6. DO PRAZO PARA ENTREGA DOS MATERIAIS:

6.1 A CONTRATANTE, a cada pedido de fornecimento, especificará formalmente a quantidade necessária do objeto contratado. Quantitativo indicado por estimativa podendo variar para mais ou para menos de acordo com a necessidade e manutenção da frota de máquinas e veículos do DMER. A entrega deverá ocorrer de maneira fragmentada de acordo com o andamento dos serviços de manutenção do setor, mediante requisição prévia a ser explicada e emitida pelo setor competente. Uma vez expedida a ordem de fornecimento, a entrega deverá em até 5(cinco) dias úteis tendo por local a Garagem do DMER do centro deste município.

6.2 A entrega do Lote IV e V deverão ocorrer de forma imediata num prazo máximo de 5(cinco) corridos dias após a emissão da Autorização de Fornecimento e na sua totalidade, tendo por local a Garagem do DMER do centro deste município.

6.3 – A Secretaria Municipal dos Transportes Obras e Urbanismo terá o prazo máximo de 02 (dois) dias para processar a conferência do que foi entregue, lavrando termo de recebimento definitivo ou notificando a DETENTORA DA ATA para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

6.4 – O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da DETENTORA DA ATA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do Empenho, se a qualquer tempo se verificar vícios, defeitos ou incorreções.

#### 7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data da homologação do Processo Licitatório nº 61/2016, que a originou.

7.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

#### 8. DO PAGAMENTO:

8.1 Os pagamentos serão efetuados até 8(oito) após faturamento do montante fornecido, mediante a apresentação da Nota Fiscal.

8.2 O atesto somente será efetuado pelo órgão após verificação da conformidade da entrega das peças e materiais, conforme especificações e certificações constantes em edital.

#### 9. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços será divulgada no site do Município de Tunápolis ([www.tunapolis.sc.gov.br](http://www.tunapolis.sc.gov.br)) e Diário Oficial dos Municípios ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)). Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.

#### 10. DO FORO

As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga – SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, SC., 14 de abril de 2016.

Enoi Scherer  
Prefeito Municipal

Auto Mecânica Griebeler Ltda ME  
Fornecedor registrado



**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 61/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nº 47/2016 REGISTRO DE PREÇOS Nº: 12/2016**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 61/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 47/2016

REGISTRO DE PREÇOS Nº: 12/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ao processo de licitação nº 61/2016

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas, visando o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição Peças e Materiais destinados na manutenção da frota de máquinas do DMER, de acordo com as especificações técnicas, itens, e quantitativos constantes em seus anexos, parte integrante neste ato convocatório.

Aos 14 dias do mês de Abril de 2016, o Município de Tunápolis, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado pelo Prefeito Enoi Scherer, portador da Cédula de Identidade nº 2.529.279-0 e inscrito no CPF sob nº 656.321.769-91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município,, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº. 61/2016, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para FORNECIMENTO de Peças e Materiais destinados na manutenção da frota de máquinas do DMER, observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

**1. DO FORNECEDOR REGISTRADO**

1.1 A partir desta data fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso de aquisição Peças e Materiais destinados na manutenção da frota de máquinas do DMER, de acordo com as especificações técnicas, itens, e quantitativos constantes em seus anexos, parte integrante neste ato convocatório.

a) Fornecedor Auto Posto Canarinho Ltda EPP, inscrito sob o CNPJ n.º 83.523.407/0001-20, com sede na Rua Caaró, nº 110, centro, no Município de Tunápolis/SC, telefone: (49) 36321108. Ficam registrados os lotes 01 e 03 conforme segue abaixo:

Lote I

ITEM	QUANTI.	UNID.	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	Preço unit.	
1	01	unid	Filtro de óleo 442	TECFIL	26,00	26,00
2	02	jogo	Filtro de Combustível 1/2	TECFIL	17,00	34,00
3	01	unid	Filtro de ar 2029	XANFIL	78,00	78,00
4	01	unid	Filtro de óleo 519	TECFIL	24,80	24,80
5	07	unid	Filtro de óleo 12300	TECFIL	98,00	686,00
6	04	unid	Filtro de combustível R28 a 30	RACOR	50,00	200,00
7	15	unid	Filtro de combustível 731	TECFIL	19,60	294,00
8	01	unid	Filtro de AR 2035	XANFIL	139,00	139,00
9	06	unid	Filtro Água 923/1	TECFIL	42,80	256,80
10	12	unid	Filtro de óleo 950/26	TECFIL	84,00	1.008,00
11	02	unid	Filtro Combustível 75	TECFIL	39,60	79,20
12	02	unid	Filtro combustível 960/1	TECFIL	52,80	105,60
13	02	unid	Filtro Ar esct 9839	TECFIL	94,40	188,80
14	02	unid	Filtro Ar int 839	TECFIL	46,00	92,00
15	02	unid	Filtro de óleo 47	TECFIL	23,00	46,00
16	02	unid	Filtro combustível 551039	DONALDSON	49,00	98,00
17	02	unid	Filtro combustível 1257	BOLDWIN	73,00	146,00
18	01	unid	Filtro Ar 14179	MANN	78,00	78,00
19	01	unid	Filtro hidráulico 616	TECFIL	165,00	165,00
20	02	unid	Filtro óleo 940/34	TECFIL	23,30	46,60
21	01	unid	Filtro combustível 24057	MANN	51,00	51,00
22	01	unid	Filtro óleo 940	TECFIL	26,50	26,50
23	07	unid	Filtro combustível longo	TECFIL	16,80	117,60
24	02	unid	Filtro de óleo 940/1	TECFIL	32,00	64,00
25	02	unid	Filtro curta	TECFIL	9,80	19,60
26	01	unid	Filtro AR ext 7109	TECFIL	51,50	51,50
27	01	unid	Filtro AR int 300	TECFIL	48,00	48,00
28	02	unid	Filtro combustível 493	TECFIL	72,50	145,00
29	02	unid	Filtro combustível 19773	FLEEGUARD	134,00	134,00
30	02	unid	Filtro óleo 174 D	MAHLE	37,00	37,00
31	09	unid	Filtro combustível 62418	JOHDEERE	95,75	861,75
32	03	unid	Filtro 6495,00leo 7350	BOLDWIN	159,00	477,00



33	03	unid	Filtro combustível 765325	DONALDSON	165,00	495,00
34	02	unid	Filtro óleo 9.50/16	TECFIL	41,40	82,80
35	10	unid	Filtro Combustível 940/7	TECFIL	44,20	442,00
36	02	unid	Filtro óleo 417	TECFIL	42,90	85,80
37	02	unid	Filtro Combustível 9.50/13	TECFIL	29,50	59,00
38	01	unid	Filtro AR ext 4934	TECFIL	158,00	158,00
39	01	unid	Filtro AR int 4935	TECFIL	147,00	147,00
40	02	unid	Filtro óleo 313	RACOR	56,50	113,00
41	01	unid	Filtro óleo 11/02/27	MANN	56,75	56,75
42	02	unid	Filtro Combustível 1060/1	TECFIL	59,00	118,00
43	01	unid	Filtro óleo 11102/4	MANN	47,00	47,00
44	02	unid	Filtro Combustível 962/13	TECFIL	74,00	148,00
45	02	unid	Filtro AR ext 271340	MANN	213,50	427,00
46	02	unid	Filtro AR int 1651	MANN	124,50	249,00
47	04	unid	Filtro óleo 550909	DONALDSON	47,50	142,50
48	04	unid	Filtro Combustível 550881	MANN	72,50	217,50
49	02	unid	Filtro AR ext.613334	DONALDSON	376,00	752,00
50	06	unid	Filtro AR int. 613335	DONALDSON	198,00	1.188,00
51	02	unid	Filtro de óleo 26114	MANN	109,00	218,00
52	02	unid	Filtro de Combustível 19538	FLEEYGUARD	133,00	266,00
53	02	unid	Filtro de Combustível 5624	DONALDSON	107,00	214,00
54	02	unid	Filtro óleo 699	TECFIL	32,20	64,40
55	02	unid	Filtro de Combustível 60049	FLEEYGUARD	122,00	244,00
56	03	unid	Filtro Separador 19728	FLEEYGUARD	86,00	258,00
57	02	unid	Filtro Separador 10002	MANN	95,00	190,00
58	03	unid	Filtro Separador 551864	DONALDSON	74,50	223,50
59	03	unid	Filtro Separador 20007	FLEETGUARD	113,00	339,00
60	01	unid	Filtro óleo PEL 2002	TECFIL	34,00	34,00
61	01	unid	Filtro de Combustível PEC	TECFIL	79,00	79,00
62	01	unid	Filtro Separador Combustível WK 1060/4 para caminhão placa OKE 2315	MANN	89,00	89,00
63	02	unid	Espátulas para desmontar Pneus	KRAUCHER	90,00	180,00
64	04	unid	Pasta Gel Desengraxante acondicionada em embalagem de 2,5kg	PINHEIRO	36,00	144,00
			Total Geral			13.296,00

## Lote III

Item	Qtade	Unid	Especificação dos itens	Marca	Valor Unit	Valor Total
01	01	lata	Cola para remendos 1kg	VIPAL	47,00	47,00
02	01	caixa	Remendos para câmeras n.1com 100 unidades na caixa	VIPAL	38,50	38,50
03	01	caixa	Remendos para câmeras n.3 com 40 unidades na caixa	VIPAL	39,50	39,50
04	10	uni	Válvula para pneu sem câmara aro 13	BREMER	3,00	30,00
05	03	cx	Remendo para pneu sem câmara com 60 unidades na caixa.	VIPAL	49,00	147,00
06	20	uni	Remendo Tip-Top n.3 Pneu máquina Pesada	VIPAL	12,00	240,00
07	20	uni	Remendo Tip-Top n.4 Pneu máquina Pesada	VIPAL	15,00	300,00
08	20	uni	Remendo Tip-Top n.5 Pneu máquina Pesada	VIPAL	17,00	340,00
			Total Geral			1.182,00

## 2. DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo Município de Tunápolis, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório n.º 61/2016.

2.2. O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial nº. 47/2016.



2.3 O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

### 3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 O Município adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.2 Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.2 A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

### 4. DA READEQUAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1 Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

### 5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não receber a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) houver razões de interesse público.

5.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

5.3 O fornecedor registrado poderá solicitar o cancelamento de seu registro de preço na ocorrência de caso fortuito ou de força maior comprovados.

### 6. DO PRAZO PARA ENTREGA DOS MATERIAIS:

6.1 A CONTRATANTE, a cada pedido de fornecimento, especificará formalmente a quantidade necessária do objeto contratado. Quantitativo indicado por estimativa podendo variar para mais ou para menos de acordo com a necessidade e manutenção da frota de máquinas e veículos do DMER. A entrega deverá ocorrer de maneira fragmentada de acordo com o andamento dos serviços de manutenção do setor, mediante requisição prévia a ser explicada e emitida pelo setor competente. Uma vez expedida a ordem de fornecimento, a entrega deverá em até 5(cinco) dias úteis tendo por local a Garagem do DMER do centro deste município.

6.2 A entrega do Lote IV e V deverão ocorrer de forma imediata num prazo máximo de 5(cinco) corridos dias após a emissão da Autorização de Fornecimento e na sua totalidade, tendo por local a Garagem do DMER do centro deste município.

6.3 – A Secretaria Municipal dos Transportes Obras e Urbanismo terá o prazo máximo de 02 (dois) dias para processar a conferência do que foi entregue, lavrando termo de recebimento definitivo ou notificando a DETENTORA DA ATA para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

6.4 – O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da DETENTORA DA ATA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do Empenho, se a qualquer tempo se verificar vícios, defeitos ou incorreções.

### 7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data da homologação do Processo Licitatório nº 61/2016, que a originou.

7.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

### 8. DO PAGAMENTO:

8.1 Os pagamentos serão efetuados até 8(oito) após faturamento do montante fornecido, mediante a apresentação da Nota Fiscal.

8.2 O atesto somente será efetuado pelo órgão após verificação da conformidade da entrega das peças e materiais, conforme especificações e certificações constantes em edital.

### 9. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços será divulgada no site do Município de Tunápolis ([www.tunapolis.sc.gov.br](http://www.tunapolis.sc.gov.br)) e Diário Oficial dos Municípios ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)). Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.



## 10. DO FORO

As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga – SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, SC., 14 de abril de 2016.

Enoi Scherer

Prefeito Municipal

Auto Posto Canarinho Ltda EPP

Fornecedor Registrado

# **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 73/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nº 55/2016 REGISTRO DE PREÇOS Nº: 13/2016**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 73/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 55/2016

REGISTRO DE PREÇOS Nº: 13/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ao processo de licitação nº 73/2016

**OBJETO:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas, visando o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição Peças destinadas na manutenção da frota de máquinas e veículos pertencentes ao Município, de acordo com as especificações técnicas, itens, e quantitativos constantes em seus anexos, parte integrante neste ato convocatório.

Aos 13 dias do mês de maio de 2016, o Município de Tunápolis, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado pelo Prefeito Enoi Scherer, portador da Cédula de Identidade nº 2.529.279-0 e inscrito no CPF sob nº 656.321.769-91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município,, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº. 73/2016, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para FORNECIMENTO de Peças destinadas na manutenção da frota de máquinas e veículos pertencentes ao Município, observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

## 1. DO FORNECEDOR REGISTRADO

1.1 A partir desta data fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso referente o fornecimento de Peças destinadas na manutenção da frota de máquinas e veículos pertencentes ao Município, de acordo com as especificações técnicas, itens, e quantitativos constantes em seus anexos, parte integrante neste ato convocatório.

a) Fornecedor – AUTO MECANICA BERLIN LTDA ME, devidamente inscrita, sob o CNPJ n.º 07.625.024/0001-85, com sede na Avenida Cerro Largo,99, Centro, no Município de Tunápolis, neste ato representado pelo sócio administrador Sr. Bernildo José Bourscheidt, portadora do RG n.º4.219.458 e do CPF n. º039.595.539-45.

			Lote X Peugeot /Partner ano 2009/2009 2 passageiros chassi 8AE5C-N6A99G5163040		
Item	Qtade	Unid	Especificação do Item	Valor Unit	Valor Total
01	01	unid	Biela Estabilizador MARCA AXIOS	38,82	38,82
02	01	unid	Badeja L. Esquerdo MARCA AXIOS	350,6342	350,63
03	01	unid	Junta Homocinética L. Esquerdo MARCA DANA	190,5536	190,55
			Total do Lote X		580,00

			Lote XI Camionete com abertura modelo I/Hafei Ruiyi Pickup L, ano de 2011/2011 Laca MIC 4593, Chassi LKHNC1BGXBAT05063		
Item	Qtade	Unid	Especificação do Item	Valor Unit	Valor Total
01	12	Unid	Buchas feixe de mola MARCA AXIOS	24,70	296,40
02	1	Unid	Cruzeta cardan MARCA ZM	155,00	155,00
03	1	Unid	Terminal direção esquerda MARCA DRIVEWAY	99,50	99,50
04	2	Unid	Bucha estabilizador MARCA AXIOS	15,50	31,00
05	2	Unid	Bielas suspensão MARCA AXIOS	64,00	128,00
06	1	kit	Kit batente amortecedor DT MARCA SAMPEL	185,00	185,00



07	1	Unid	Lâmpada 2polo 12v MARCA OSRAM	5,00	5,00
08	1	Unid	Filtro combustível MARCA TECFIL	55,00	55,00
09	1	Unid	Fechadura Porta TS MARCA JBC	479,50	479,50
10	1	Unid	Batente Porta TS MARCA JBC	48,00	48,00
11	1	Unid	Fechadura Posta Lateral L.D MARCA JBC	88,00	88,00
12	1	Unid	Maçaneta externa L.D MARCA JBC	64,00	64,00
13	1	Unid	Silencioso Interm. MARCA MASTRA	147,00	147,00
14	1	Unid	Silencioso final MARCA MASTRA	174,50	174,50
15	1	Unid	Filtro AR MARCA TECFIL	35,50	35,50
			Total geral do Lote XI		1.991,40

## 2. DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo Município de Tunápolis, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório n.º 73/2016.

2.2. O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial n.º. 55/2016.

2.3 O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

## 3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 O Município adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.2 Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.2 A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

## 4. DA READEQUAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1 Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

## 5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não receber a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) houver razões de interesse público.

5.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

5.3 O fornecedor registrado poderá solicitar o cancelamento de seu registro de preço na ocorrência de caso fortuito ou de força maior comprovados.

## 6. DO PRAZO PARA ENTREGA DOS MATERIAIS:

6.1 A CONTRATANTE, a cada pedido de fornecimento, especificará formalmente a quantidade necessária do objeto contratado. Quantitativo indicado por estimativa podendo variar para mais ou para menos de acordo com a necessidade e manutenção da frota de máquinas e veículos do MUNICIPIO. A entrega deverá ocorrer de maneira fragmentada de acordo com o andamento dos serviços de manutenção do setor, mediante requisição prévia a ser explicada e emitida pelo setor competente. Uma vez expedida a ordem de fornecimento, a entrega deverá em até 5(cinco) dias úteis tendo por local a Garagem do DMER do centro deste município.

6.2 – A Secretaria Municipal dos Transportes Obras e Urbanismo terá o prazo máximo de 02 (dois) dias para processar a conferência do que foi entregue, lavrando termo de recebimento definitivo ou notificando a DETENTORA DA ATA para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

6.3 – O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da DETENTORA DA ATA pela perfeita execução do Empenho,



ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do Empenho, se a qualquer tempo se verificar vícios, defeitos ou incorreções.

## 7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data da homologação do Processo Licitatório nº 73/2016, que a originou.

7.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

## 8. DO PAGAMENTO:

8.1 Os pagamentos serão efetuados até 8(oito) após faturamento do montante fornecido, mediante a apresentação da Nota Fiscal.

8.2 O atesto somente será efetuado pelo órgão após verificação da conformidade da entrega das peças, conforme especificações e certificações constantes em edital.

## 9. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços será divulgada no site do Município de Tunápolis ([www.tunapolis.sc.gov.br](http://www.tunapolis.sc.gov.br)) e Diário Oficial dos Municípios ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)). Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.

## 10. DO FORO

As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga – SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis SC., 13 de Maio de 2016.

Enoi Scherer

Prefeito Municipal

AUTO MECANICA BERLIN LTDA ME

Fornecedor Registrado

## PROCESSO LICITATÓRIO Nº 73/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nº 55/2016 REGISTRO DE PREÇOS Nº: 13/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 73/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 55/2016

REGISTRO DE PREÇOS Nº: 13/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ao processo de licitação nº 73/2016

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas, visando o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição Peças destinadas na manutenção da frota de máquinas e veículos pertencentes ao Município, de acordo com as especificações técnicas, itens, e quantitativos constantes em seus anexos, parte integrante neste ato convocatório.

Aos 13 dias do mês de Maio de 2016, o Município de Tunápolis, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado pelo Prefeito Enoi Scherer, portador da Cédula de Identidade nº 2.529.279-0 e inscrito no CPF sob nº 656.321.769-91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município,, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº. 73/2016, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para FORNECIMENTO de Peças destinadas na manutenção da frota de máquinas e veículos pertencentes ao Município, observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

## 1. DO FORNECEDOR REGISTRADO

1.1 A partir desta data fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso referente o fornecimento de Peças destinadas na manutenção da frota de máquinas e veículos pertencentes ao Município, de acordo com as especificações técnicas, itens, e quantitativos constantes em seus anexos, parte integrante neste ato convocatório.

a) Fornecedor: AUTO MECÂNICA IVAL LTDA ME, devidamente inscrito no CNPJ sob o n. 02.735.563.0001-53, estabelecida na AC BR 282, KM 602,5, Linha Chinelo Queimado, Interior do Município de Maravilha/SC, CEP 89.874-000, telefone 49 36530427, 49 36530427, considerado REGISTRADO.

			Lote IX		
--	--	--	---------	--	--



Item	Qtade	Unid	Especificação das peças para garagem	Valor Unit	Valor Total
01	15	mt	Haste de pistão 40mm MARCA PONTUBOS	182,4299	2.736,45
02	15	mt	Haste de pistão 50mm MARCA PONTUBOS	239,4393	3.591,59
03	15	mt	Haste de pistão 60mm MARCA PONTUBOS	391,4642	5.871,96
			TOTAL DO LOTE IX		12.200,00

## 2. DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo Município de Tunápolis, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório n.º 73/2016.

2.2. O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial nº. 55/2016.

2.3 O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

## 3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 O Município adotar a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.2 Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.2 A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

## 4. DA READEQUAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1 Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

## 5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não receber a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) houver razões de interesse público.

5.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

5.3 O fornecedor registrado poderá solicitar o cancelamento de seu registro de preço na ocorrência de caso fortuito ou de força maior comprovados.

## 6. DO PRAZO PARA ENTREGA DOS MATERIAIS:

6.1 A CONTRATANTE, a cada pedido de fornecimento, especificará formalmente a quantidade necessária do objeto contratado. Quantitativo indicado por estimativa podendo variar para mais ou para menos de acordo com a necessidade e manutenção da frota de máquinas e veículos do MUNICÍPIO. A entrega deverá ocorrer de maneira fragmentada de acordo com o andamento dos serviços de manutenção do setor, mediante requisição prévia a ser explicada e emitida pelo setor competente. Uma vez expedida a ordem de fornecimento, a entrega deverá em até 5(cinco) dias úteis tendo por local a Garagem do DMER do centro deste município.

6.2 – A Secretaria Municipal dos Transportes Obras e Urbanismo terá o prazo máximo de 02 (dois) dias para processar a conferência do que foi entregue, lavrando termo de recebimento definitivo ou notificando a DETENTORA DA ATA para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

6.3 – O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da DETENTORA DA ATA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do Empenho, se a qualquer tempo se verificar vícios, defeitos ou incorreções.

## 7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data da homologação do Processo Licitatório nº 73/2016, que a originou.

7.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.



**8. DO PAGAMENTO:**

8.1 Os pagamentos serão efetuados até 8(oito) após faturamento do montante fornecido, mediante a apresentação da Nota Fiscal.

8.2 O atesto somente será efetuado pelo órgão após verificação da conformidade da entrega das peças, conforme especificações e certificações constantes em edital.

**9. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

A presente Ata de Registro de Preços será divulgada no site do Município de Tunápolis ([www.tunapolis.sc.gov.br](http://www.tunapolis.sc.gov.br)) e Diário Oficial dos Municípios ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)). Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.

**10. DO FORO**

As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga – SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, SC., 13 de maio de 2016.

Enoi Scherer

Prefeito Municipal

AUTO MECÂNICA IVAL LTDA ME

Fornecedor Registrado

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 73/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nº 55/2016 REGISTRO DE PREÇOS Nº: 13/2016**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 73/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 55/2016

REGISTRO DE PREÇOS Nº: 13/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ao processo de licitação nº 73/2016

**OBJETO:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas, visando o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição Peças destinadas na manutenção da frota de máquinas e veículos pertencentes ao Município, de acordo com as especificações técnicas, itens, e quantitativos constantes em seus anexos, parte integrante neste ato convocatório.

Aos 13 dias do mês de Maio de 2016, o FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 12.273.240/0001-49, neste ato representado por seu gestor do Fundo Municipal da Saúde o Sr. Bruno José Heberle, portador do RG nº 2.201.747 e CPF nº 626.965.569-20 no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº. 73/2016, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para FORNECIMENTO de Peças destinadas na manutenção da frota de máquinas e veículos pertencentes ao Município, observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

**1. DO FORNECEDOR REGISTRADO**

1.1 A partir desta data fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso referente o fornecimento de Peças destinadas na manutenção da frota de máquinas e veículos pertencentes ao Município, de acordo com as especificações técnicas, itens, e quantitativos constantes em seus anexos, parte integrante neste ato convocatório.

Fornecedor – : A empresa AUTO MECÂNICA GRIEBELER LTDA- ME, pessoa jurídica de direito privado, devidamente estabelecida na Rua Caaro,190, Centro, no Município de Tunápolis, SC, inscrito no CNPJ sob o número 72.378.052-0001-07, considerado doravante REGISTRADO

**LOTE II**

DUCATO MULT JAEDI T PLACA QHM 2263, ANO 2015/2015, FIAT DUCATO COM 15 PASSAGEIROS. CHASSI 93W245H3RF2151098.

VEÍCULO FIAT DUCATO COM 17 PASSAGEIROS PLACA MHW 2690, ANO 2005/2006, CHASSI 93W245H3362001537

Item	Unid	Qtade	Especificação das peças	Valor unit	Valor total
01	Unid	01	Rolamento roda dianteira MARCA SKF	236,51	236,51
02	Unid	02	Correia alternador MARCA GATES	43,1213	86,24
03	Unid	06	Filtros de combustível MARCA BOSCH	49,3434	296,06
04	Jogo	04	Jogos pastilha de freio traseira MARCA BOSCH	55,2949	221,18
05	Jogo	06	Jogos pastilha de freio dianteira MARCA BOSCH	139,6439	837,86



06	Unid	01	Cubo de roda traseiro MARCA IMA	285,1311	285,13
07	Unid	02	Filtros de ar 2.8 MARCA BOSCH	46,07	92,14
08	Unid	05	Filtros de óleo 2.8 MARCA BOSCH	32,6521	163,25
09	Unid	04	Discos de freio MARCA FREMAX	87,7847	351,14
10	Kit	01	Kit correia dentada 2.3 MARCA GATES	477,3376	477,34
11	Kit	01	Kit correia dentada 2.8 MARCA GATES	256,0228	256,02
12	Unid	02	Filtros de ar 2.3 MARCA BOSCH	50,7501	101,50
13	Unid	04	Filtros de óleo 2.3 MARCA BOSCH	21,3172	85,27
14	Jogo	04	Jogos de palhetas MARCA BOSCH	57,8378	231,35
15	Unid	02	Amortecedores traseiros MARCA COFAP	145,379	290,76
16	Kit	02	Kit amortecedor traseiro MARCA SAMPEL	48,2072	96,41
17	Lt	40	Óleo 15w40 MARCA SHELL	9,1978	367,91
18	Lt	32	Óleo 5w30 MARCA SHELL	19,4776	623,28
19	Unid	01	Condensador de ar condicionado 2.8 MARCA ROYCE	400,6443	400,64
			Total geral do LOTE II		5.500,00

## LOTE III

PEUGE0 1.4 ANO: 2008/2008 PLACA:MFY-4006 5 PASSAGEIROS ALCOOL/GASOLINA CHASSI 9362AKFW98B083837

Item	Unid	Qtade	Especificação das peças	Valor unit	Valor total
01	Unid	02	Bandejas de suspensão MARCA GRAZZIMETAL	129,425	258,85
02	Unid	02	Filtros de óleo MARCA BOSCH	12,159	24,32
03	Unid	01	Filtro de ar condicionado MARCA BOSCH	17,1766	17,18
04	Unid	01	Filtro de ar MARCA BOSCH	19,4171	19,42
05	Jogo	02	Jogos pastilha de freio MARCA BOSCH	65,0192	130,04
06	Unid	02	Discos de freio MARCA FREMAX	38,7875	77,58
07	Lt	08	Óleo 10w40 MARCA SHELL	14,0027	112,02
08	Jogo	02	Palhetas MARCA BOSCH	37,2005	74,40
09	Unid	02	Cilindro de roda MARCA BOSCH	93,0946	186,19
			Total geral do lote III		900,00

## LOTE V

VOYAGE 1.6 ALCOOL/GASOLINA SNO 2013/2014 PLACA: MLR-7638 5 PASSAGEIROS CHASSI 9BWDB45ESET111475

Item	Unid	Qtade	Especificação das peças	Valor unit	Valor total
01	Unid	01	Correia dentada MARCA GATES	25,61	25,61
02	Unid	01	Tensor correia dentada MARCA NYTRON	64,2828	64,28
03	Unid	04	Velas de ignição MARCA BOSCH	10,9223	43,69
04	Unid	02	Filtro de ar condicionado MARCA BOSCH	11,5959	23,19
05	Unid	02	Filtro de ar MARCA BOSCH	24,2023	48,40
06	Jogo	01	Jogo cabo de vela MARCA BOSCH	93,1523	93,15
07	Unid	05	Filtros de óleo MARCA BOSCH	10,3209	51,60
08	Jogo	02	Jogos de pastilha de freio MARCA BOSCH	62,0935	124,19
09	Jogo	02	Jogos de palhetas MARCA BOSCH	36,4237	72,85
10	Lt	20	Óleo 5w40 MARCA SHELL	21,6521	433,04
			Total geral do lote V		980,00

## LOTE VI





## PEÇAS DIVERSAS PARA A GARAGEM DA PREFEITURA

Item	Unid	Qtade	Especificação das peças	Valor unit	Valor total
01	Unid	20	Lâmpadas pingo MARCA PHILIPS	2,45	49,00
02	Unid	20	Lâmpadas 1 polo MARCA PHILIPS	2,45	49,00
03	Unid	20	Lâmpadas 2 polos MARCA PHILIPS	3,45	69,00
04	Unid	15	Lâmpadas h7 MARCA PHILIPS	40,55	608,25
05	Unid	05	Cargas de gás veículos médios MARCA DUGOOLD	179,00	895,00
06	Unid	04	Cargas de gás veículos pequenos MARCA DUGOOLD	139,00	556,00
07	Unid	10	Limpa para brisas MARCAWURTH	4,95	49,50
08	Unid	06	Lâmpadas h4 MARCA PHILIPS	16,95	101,70
09	Unid	10	Lâmpadas h3 MARCA PHILIPS	18,45	184,50
10	Unid	10	Lâmpadas h1 MARCA PHILIPS	19,20	192,00
11	Unid	04	baterias 60 amperes MARCA BOSCH	300,00	1.200,00
12	Unid	03	bateria 95 amperes MARCA BOSCH	540,00	1.620,00
13	Lt	20	Litros de aditivo MARCAWURTH	19,90	398,00
14	Unid	10	Colas de silicone MARCAWURTH	30,40	304,00
15	Unid	04	Conexões MARCA ROYCE	13,45	53,80
16	Unid	08	Clip ar condicionado MARCA ROYCE	3,00	24,00
17	M	03	Metros de mangueira ar condicionado MARCA ROYCE	54,90	164,70
18	Unid	08	Óleo compressor MARCA ROYCE	39,90	319,20
19	Unid	08	Contraste de ar condicionado MARCA ROYCE	19,90	159,20
20	Unid	30	Fusíveis MARCA MARILIA	0,50	15,00
21	Unid	30	Maxi fusíveis MARCA MARILIA	3,50	105,00
22	Unid	50	Capas de terminal de embutir MARCA MARILIA	0,50	25,00
23	Unid	50	Terminais de embutir MARCA MARILIA	0,50	25,00
24	Unid	5	Fluido de freio Dot 3 MARCA BOSCH	16,90	84,50
25	Unid	5	Fluido de freio Dot 4 MARCA BOSCH	26,90	134,50
26	Unid	3	Lâmpada H11 MARCA PHILIPS	84,50	253,50
			Total do lote VI		7.639,35

			LOTE VII MASTER THB VA PLACA MHD 8166, ANO 2009/2010, 12 PASSAGEIROS. CHASSI 93YAADCUH6AJ408414. AMBULANCIA CAMIONETE RENAULT/MASTER TCA ANO 2012/2013 8 PASSAGEIROS PLACA MKL 6103 CHASSI		
ITEM	UNID	QUAN.	DESCRIÇÃO DA PEÇA	V.UND.	V.TOTAL
01	unid	02	Rolamentos de roda MARCA SKF	148,2053	296,41
02	unid	01	Cubo de roda traseiroMARCA IMA	244,6084	244,61
03	unid	02	Discos de freio dianteiro MARCA FREMAX	129,8539	259,71
04	jogo	08	Jogos pastilha de freio dianteira MARCA BOSCH	175,5831	1.404,66
05	jogo	06	Jogos de pastilha de freio traseira MARCA BOSCH	97,1996	583,20
06	unid	04	Pivos de suspensão superior MARCA TRW	104,0357	416,14
07	unid	04	Pivos de suspensão inferior MARCA TRW	96,735	386,94
08	unid	02	Trizetas MARCA IMA	83,9255	167,85



09	unid	10	Filtros de ar MARCA BOSCH	66,3041	663,04
10	kit	02	Kit correia dentada MARCA GATES	540,9195	1.081,84
11	unid	10	Filtros de óleo MARCA BOSCH	52,2999	523,00
12	unid	10	Filtros de combustível MARCA BOSCH	39,059	390,59
13	unid	02	Articuladores de direção MARCA VIEMAR	86,9453	173,89
14	unid	02	Correias MARCA GATES	67,5652	135,13
15	jogo	04	Jogos de palheta MARCA BOSCH	92,5868	370,35
16	lt	80	Óleo 15w40 MARCA SHELL	11,283	902,64
			Total Geral VII		8.000,00

## 2. DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo Município de Tunápolis, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório n.º 73/2016.

2.2. O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial nº. 55/2016.

2.3 O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

## 3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 O Município adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.2 Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.2 A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

## 4. DA READEQUAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1 Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

## 5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não receber a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) houver razões de interesse público.

5.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

5.3 O fornecedor registrado poderá solicitar o cancelamento de seu registro de preço na ocorrência de caso fortuito ou de força maior comprovados.

## 6. DO PRAZO PARA ENTREGA DOS MATERIAIS:

6.1 A CONTRATANTE, a cada pedido de fornecimento, especificará formalmente a quantidade necessária do objeto contratado. Quantitativo indicado por estimativa podendo variar para mais ou para menos de acordo com a necessidade e manutenção da frota de máquinas e veículos do MUNICIPIO. A entrega deverá ocorrer de maneira fragmentada de acordo com o andamento dos serviços de manutenção do setor, mediante requisição prévia a ser explicada e emitida pelo setor competente. Uma vez expedida a ordem de fornecimento, a entrega deverá ser em até 5(cinco) dias úteis tendo por local a Garagem do DMER do centro deste município.

6.2 – A Secretaria Municipal dos Transportes Obras e Urbanismo terá o prazo máximo de 02 (dois) dias para processar a conferência do que foi entregue, lavrando termo de recebimento definitivo ou notificando a DETENTORA DA ATA para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

6.3 – O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da DETENTORA DA ATA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do Empenho, se a qualquer tempo se verificar vícios, defeitos ou



incorrekções.

## 7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data da homologação do Processo Licitatório nº 73/2016, que a originou.

7.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

## 8. DO PAGAMENTO:

8.1 Os pagamentos serão efetuados até 8(oito) após faturamento do montante fornecido, mediante a apresentação da Nota Fiscal.

8.2 O atesto somente será efetuado pelo órgão após verificação da conformidade da entrega das peças, conforme especificações e certificações constantes em edital.

## 9. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços será divulgada no site do Município de Tunápolis ([www.tunapolis.sc.gov.br](http://www.tunapolis.sc.gov.br)) e Diário Oficial dos Municípios ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)). Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.

## 10. DO FORO

As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga – SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, SC., 13 de maio de 2016.

Enoi Scherer  
Prefeito Municipal

Bruno José Heberle  
GESTOR DO FUNDO

AUTO MECÂNICA GRIEBELER LTDA- ME  
Fornecedor Registrado

## **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 73/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nº 55/2016 REGISTRO DE PREÇOS Nº: 13/2016**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 73/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 55/2016

REGISTRO DE PREÇOS Nº: 13/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ao processo de licitação nº 73/2016

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas, visando o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição Peças destinadas na manutenção da frota de máquinas e veículos pertencentes ao Município, de acordo com as especificações técnicas, itens, e quantitativos constantes em seus anexos, parte integrante neste ato convocatório.

Aos 13 dias do mês de Maio de 2016, o Município de Tunápolis, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado pelo Prefeito Enoi Scherer, portador da Cédula de Identidade nº 2.529.279-0 e inscrito no CPF sob nº 656.321.769-91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município,, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº. 73/2016, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para FORNECIMENTO de Peças destinadas na manutenção da frota de máquinas e veículos pertencentes ao Município, observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

## 1. DO FORNECEDOR REGISTRADO

1.1 A partir desta data fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso referente o fornecimento de Peças destinadas na manutenção da frota de máquinas e veículos pertencentes ao Município, de acordo com as especificações técnicas, itens, e quantitativos constantes em seus anexos, parte integrante neste ato convocatório.

a) Fornecedor: TRATOR PEÇAS SÃO MIGUEL LTDA ME, devidamente inscrito no CNPH sob o n. 09.637.623.0001-44, estabelecida na Rua



Marcilio dias ,1917, Centro no Município de São Miguel do Oeste/SC CEP 89.900-000, telefone 49 3622-0960, considerado REGISTRADO.

			Lote XIV Mangueiras e terminais de alta Pressão Hidráulica primeira Linha de Montagem, destinados para as Máquinas Esteiras, Escavadeiras, Rolo compactador, e Retroescavadeiras		
Item	unid	Qtade	Especificação do item	Valor unit R\$	Valor Total R\$
01	unid	20	Mangueira hidráulica 1/4 - 2 tramas MARCA LEMMAN	17,7584	355,17
02	unid	20	Mangueira hidráulica 3/8 - 2 tramas MARCA LEMMAN	25,1578	503,16
03	unid	20	Mangueira hidráulica 1/2 - 4 tramas MARCA LEMMAN	59,9347	1.198,69
04	unid	20	Mangueira hidráulica 5/8 - 4 tramas MARCA LEMMAN	70,2938	1.405,88
05	unid	20	Mangueira hidráulica 3/4 - 4 tramas MARCA LEMMAN	73,9935	1.479,87
06	unid	20	Mangueira hidráulica 1" - 4 tramas MARCA LEMMAN	103,59,09	2.071,82
07	unid	5	Terminal fêmea sede plana 90° - 1/4 MARCA LEMMAN	13,3188	66,59
08	unid	5	Terminal fêmea sede plana reto - 1/4 MARCA LEMMAN	13,3188	66,59
09	unid	5	Terminal fêmea sede plana 90° - 3/8 MARCA LEMMAN	16,6485	83,24
10	unid	5	Terminal fêmea sede plana reto - 3/8 MARCA LEMMAN	15,5386	77,69
11	unid	5	Terminal fêmea sede plana 90° - 1/2 MARCA LEMMAN	18,4984	92,49
12	unid	5	Terminal fêmea sede plana reto - 1/2 MARCA LEMMAN	17,0185	85,09
13	unid	5	Terminal fêmea sede plana 90° - 5/8 MARCA LEMMAN	29,5974	147,99
14	unid	5	Terminal fêmea sede plana reto - 5/8 MARCA LEMMAN	27,3776	136,89
15	unid	5	Terminal fêmea sede plana 90° - 3/4 MARCA LEMMAN	29,5974	147,99
16	unid	5	Terminal fêmea sede plana reto - 3/4 MARCA LEMMAN	28,1175	140,59
17	unid	5	Terminal fêmea sede plana 90° - 1" MARCA LEMMAN	43,6561	218,28
18	unid	5	Terminal fêmea sede plana reto - 1" MARCA LEMMAN	44,3961	221,98
			Total do Lote XIV		8.500,00

## 2. DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo Município de Tunápolis, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório n.º 73/2016.

2.2. O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial n.º. 55/2016.

2.3 O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

## 3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 O Município adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.2 Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.2 A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

## 4. DA READEQUAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1 Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

## 5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não receber a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) houver razões de interesse público.

5.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.



5.3 O fornecedor registrado poderá solicitar o cancelamento de seu registro de preço na ocorrência de caso fortuito ou de força maior comprovados.

#### 6. DO PRAZO PARA ENTREGA DOS MATERIAIS:

6.1 A CONTRATANTE, a cada pedido de fornecimento, especificará formalmente a quantidade necessária do objeto contratado. Quantitativo indicado por estimativa podendo variar para mais ou para menos de acordo com a necessidade e manutenção da frota de máquinas e veículos do MUNICÍPIO. A entrega deverá ocorrer de maneira fragmentada de acordo com o andamento dos serviços de manutenção do setor, mediante requisição prévia a ser explicada e emitida pelo setor competente. Uma vez expedida a ordem de fornecimento, a entrega deverá em até 5(cinco) dias úteis tendo por local a Garagem do DMER do centro deste município.

6.2 – A Secretaria Municipal dos Transportes Obras e Urbanismo terá o prazo máximo de 02 (dois) dias para processar a conferência do que foi entregue, lavrando termo de recebimento definitivo ou notificando a DETENTORA DA ATA para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

6.3 – O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da DETENTORA DA ATA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do Empenho, se a qualquer tempo se verificar vícios, defeitos ou incorreções.

#### 7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data da homologação do Processo Licitatório nº 73/2016, que a originou.

7.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

#### 8. DO PAGAMENTO:

8.1 Os pagamentos serão efetuados até 8(oito) após faturamento do montante fornecido, mediante a apresentação da Nota Fiscal.

8.2 O atesto somente será efetuado pelo órgão após verificação da conformidade da entrega das peças, conforme especificações e certificações constantes em edital.

#### 9. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços será divulgada no site do Município de Tunápolis ([www.tunapolis.sc.gov.br](http://www.tunapolis.sc.gov.br)) e Diário Oficial dos Municípios ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)). Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.

#### 10. DO FORO

As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga – SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, SC., 13 de maio de 2016.

Enoi Scherer

Prefeito Municipal

TRATOR PEÇAS SÃO MIGUEL LTDA ME

Fornecedor Registrado

### **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 73/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nº 55/2016 REGISTRO DE PREÇOS Nº: 13/2016 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS AO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 73/2016 BERLIN**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 73/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 55/2016

REGISTRO DE PREÇOS Nº: 13/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ao processo de licitação nº 73/2016

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas, visando o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição Peças destinadas na manutenção da frota de máquinas e veículos pertencentes ao Município, de acordo com as especificações técnicas, itens, e quantitativos constantes em seus anexos, parte integrante neste ato convocatório.

Aos 13 dias do mês de maio de 2016, FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 12.273.240/0001-49, neste ato representado por seu gestor do Fundo Municipal da Saúde o Sr. Bruno José Heberle, portador do RG nº 2.201.747 e CPF nº 626.965.569-20 no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº. 73/2016, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para FORNECIMENTO de Peças destinadas na manutenção da frota de máquinas e veículos pertencentes ao Município, observadas as disposições



contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

## 1. DO FORNECEDOR REGISTRADO

1.1 A partir desta data fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso referente o fornecimento de Peças destinadas na manutenção da frota de máquinas e veículos pertencentes ao Município, de acordo com as especificações técnicas, itens, e quantitativos constantes em seus anexos, parte integrante neste ato convocatório.

a) Fornecedor – GL Lismotor Retifica de Motores EIRELI EPP, estabelecida na Avenida Luiz Antonio Faedo,1800, centro, no Município de Francisco Beltão PR, CEP 85.601.270, devidamente inscrito no CNPJ n.95.377.990/0001-98, considerado REGISTRADO.

Lote I

FIAT/DOBLO HLX 1.8 FLEX ANO 2008/2008 PLACA MDX8124 CHASSI 9BD11920581051377 7 PASSAGEIROS

Item	Unid	Qtade	Especificação das peças	Valor unit	Valor total
01	Unid	02	Cilindros de roda MARCA CONTROIL	31,0759	62,15
02	Unid	01	Jogo sapata de freio MARCA FRAS LE	55,9366	55,94
03	Unid	03	Jogos de pastilha de freio MARCA FRAS LE	55,9366	167,81
04	Unid	01	Escape traseiro MARCA SICAP	55,9366	55,94
05	Unid	02	Discos de freio MARCA FREMAX	55,9366	111,87
06	Unid	01	Correia dentada MARCA DAYCO	24,86	24,86
07	Unid	01	Tensor da correia dentada MARCA DAYCO	55,9366	55,94
08	Unid	02	Terminais de direção MARCA DRIVEWAY	43,5062	87,01
09	Unid	02	Pivôs de suspensão MARCA DRIVEWAY	31,0759	62,15
10	Unid	02	Filtros de ar MARCA TECFIL	43,5062	87,01
11	Unid	10	Filtros de óleo MARCA TECFIL	5,5937	55,94
12	Unid	04	Filtros de ar condicionado MARCA TECFIL	9,3228	37,29
13	Unid	04	Filtros de combustível MARCA TECFIL	5,5937	22,37
14	Unid	01	Junta homocinetica MARCA IMA	124,3035	124,30
15	Unid	01	Cubo de roda MARCA IMA	55,9366	55,94
16	Unid	01	Rolamento de roda dianteiro MARCA FAG	94,4706	94,47
17	Jogo	03	Jogos de palhetas MARCA BOSCH	31,0759	93,23
18	Lt	45	Litros de óleo 5w30 MARCA VALVOLINE	15,5379	699,21
19	Unid	02	Guia de porta superior MARCA UNIVERSAL	93,2276	186,46
20	Unid	02	Guia de porta central MARCA UNIVERSAL	111,8731	223,75
21	Unid	02	Guia de porta inferior MARCA UNIVERSAL	180,24	360,48
22	Jogo	01	Jogo cabos de vela MARCA BOSCH	67,1239	67,12
23	Unid	12	Velas de ignição MARCA BOSCH	6,2152	74,58
24	Unid	01	Mangueira arrefecimento MARCA JAMAICA	34,1835	34,18
			Total do lote I		2.900,00

## LOTE IV

RENAULT/LOGAN 1.0 16V ANO: 2007/2008 PLACA:MFW-3318 5 PASSAGEIROS CHASSI 93YLSRORHBJ950928

Item	Unid	Quat	Especificação das peças	Valor unit	Valor total
01	Unid	01	Correia dentada MARCA DAYCO	45,61	45,61
02	Unid	02	Pivos de suspensão MARCA DRIVEWAY	45,61	91,22
03	Unid	04	Filtros de ar MARCA TECFIL	17,1038	68,42
04	Unid	04	Filtros de óleo MARCA FECFIL	11,4025	45,61
05	Jogo	01	Jogo sapata de freio MARCA FRAS LE	51,3113	51,31



06	Unid	01	Rolamento de roda dianteiro MARCA FAG	85,5188	85,52
07	Unid	01	Rolamento de roda traseiro MARCA FAG	51,3113	51,31
08	Unid	01	Escape intermediário MARCA SICAP	45,61	45,61
09	Unid	01	Escape traseiro MARCA SICAP	44,4698	44,47
10	Jogo	02	Jogos de palhetas MARCA DYNA	22,805	45,61
11	Lt	16	Óleo 10w40 MARCA LUBRAX	8,5519	136,83
12	Jogo	03	Jogos pastilhas de freio MARCA FRAS LE	51,3113	153,93
13	Unid	02	Discos de freio MARCA FREMAX	67,2748	134,55
			Total geral do Lote IV		1.000,00

## 2. DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo Município de Tunápolis, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório n.º 73/2016.

2.2. O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial nº. 55/2016.

2.3 O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

## 3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 O Município adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.2 Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.2 A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

## 4. DA READEQUAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1 Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

## 5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não receber a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) houver razões de interesse público.

5.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

5.3 O fornecedor registrado poderá solicitar o cancelamento de seu registro de preço na ocorrência de caso fortuito ou de força maior comprovados.

## 6. DO PRAZO PARA ENTREGA DOS MATERIAIS:

6.1 A CONTRATANTE, a cada pedido de fornecimento, especificará formalmente a quantidade necessária do objeto contratado. Quantitativo indicado por estimativa podendo variar para mais ou para menos de acordo com a necessidade e manutenção da frota de máquinas e veículos do MUNICIPIO. A entrega deverá ocorrer de maneira fragmentada de acordo com o andamento dos serviços de manutenção do setor, mediante requisição prévia a ser explicada e emitida pelo setor competente. Uma vez expedida a ordem de fornecimento, a entrega deverá em até 5(cinco) dias úteis tendo por local a Garagem do DMER do centro deste município.

6.2 – A Secretaria Municipal dos Transportes Obras e Urbanismo terá o prazo máximo de 02 (dois) dias para processar a conferência do



que foi entregue, lavrando termo de recebimento definitivo ou notificando a DETENTORA DA ATA para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

6.3 – O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da DETENTORA DA ATA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do Empenho, se a qualquer tempo se verificar vícios, defeitos ou incorreções.

## 7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data da homologação do Processo Licitatório nº 73/2016, que a originou.

7.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

## 8. DO PAGAMENTO:

8.1 Os pagamentos serão efetuados até 8(oito) após faturamento do montante fornecido, mediante a apresentação da Nota Fiscal.

8.2 O atesto somente será efetuado pelo órgão após verificação da conformidade da entrega das peças, conforme especificações e certificações constantes em edital.

## 9. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços será divulgada no site do Município de Tunápolis ([www.tunapolis.sc.gov.br](http://www.tunapolis.sc.gov.br)) e Diário Oficial dos Municípios ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)). Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.

## 10. DO FORO

As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga – SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, SC 13 de maio de 2016.

Bruno José Heberle  
GESTOR DO FUNDO

GL Lismotor Retifica de Motores EIRELI EPP  
Fornecedor Registrado

## **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 84/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nº 66/2016 REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2016**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 84/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 66/2016

REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ao processo de licitação nº 84/2016

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas, visando o REGISTRO DE PREÇOS PARA CONFECÇÃO DE FAIXAS, PLACAS, BANNERS, FOLDERS destinados para as atividades administrativas dos órgãos do município, de acordo com as especificações técnicas, itens, e quantitativos constantes em seus anexos, parte integrante neste ato convocatório.

Aos 07 dias do mês de junho de 2016, o Município de Tunápolis, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado pelo Prefeito Enoi Scherer, portador da Cédula de Identidade nº 2.529.279-0 e inscrito no CPF sob nº 656.321.769-91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município,, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº. 84/2016, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para CONFECÇÃO DE FAIXAS, PLACAS, BANNERS, FOLDERS, observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

## 1. DO FORNECEDOR REGISTRADO

1.1 A partir desta data fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso para CONFECÇÃO DE FAIXAS, PLACAS, BANNERS, FOLDERS constantes do Anexo I do edital licitatório n. 84/2016, nas condições estabelecidas no ato convocatório.



a) Fornecedor : A Empresa Gilson Wuttke- ME, inscrita sob o CNPJ: 78.988.177/0001-35, situada na Avenida Gustavo Fetter, 201, no Município de Iporã do Oeste- SC, denominada doravante REGISTRADO, conforme segue abaixo:

ÍTEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	PREVISÃO DE CUSTOS	
				Unitário	Global
1	Banner 1.25x 0.90 cm, em lona, impressão digital, 4 cores, acabamento em bastão com ponteiros	und	8	44,00	352,00
2	Banner 1.00x 0.80 cm, em lona, impressão digital, 4 cores, acabamento em bastão com ponteiros	und	6	31,00	186,00
3	faixa 3.00 x 0.70 cm, em lona, com impressão digital, 4 cores	und	10	60,00	600,00
4	Outdoor 3.00x9.00 m , colorido 4/0 de papel,( impressão e fixação)	und	2	229,00	458,00
6	Faixa 3.00 x 0.70 cm, em lona, com impressão digital, 4 cores	und	6	60,00	360,00
7	Placa em chapa galvanizada 26mm com estrutura em madeira, medindo 1mx2m poste de madeira	und	6	139,00	834,00
11	Placa de sinalização refletiva, indicando "Lombada a 50 metros", tamanho 50x50 cm, instalada com Poste Suporte em Aço Galvanizado: instalação por engastamento, diâmetro externo 2" e comprimento de 3.000mm. Deverá ser construída em aço SAE 1020 com espessura de parede de 2.00mm DIN 2440 EB 182 ABNT. Na parte superior do poste suporte deverão existir dois furos de 10mm a 50mm e 250mm respectivamente. Na parte inferior deverá ser provida de trava anti giro com 01 aleta soldada, deverá ser galvanizada a fogo, deverá conter fechamento superior. com 18mm de espessura.	und	30	108,00	3.240,00
13	Placa em chapa galvanizada 26mm tamanho 80x60 cm poste de madeira	und	6	45,00	270,00
14	Placa em chapa galvanizada 26 mm tamanho 1.00x0.70cm, educativa com inscrição "ATENÇÃO FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO POR VÍDEO MONITORAMENTO Res:471/2013 e 532/2015 - Contran - Município de Tunápolis	und	10	64,00	640,00
	Total geral				6.940,00

## 2. DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo Município de Tunápolis, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório n.º 84/2016.

2.2. O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial nº. 84/2016.

2.3 O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

## 3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 O Município adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.2 Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.2 A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

## 4. DA READEQUAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1 Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

## 5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS



5.1 O fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não receber a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) houver razões de interesse público.

5.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

5.3 O fornecedor registrado poderá solicitar o cancelamento de seu registro de preço na ocorrência de caso fortuito ou de força maior comprovados.

#### 6. DO PRAZO PARA ENTREGA DOS PRODUTOS:

6.1 A entrega dos itens deverão ocorrer no prazo máximo de 8(oito) dias consecutivos após emissão da Autorização de fornecimento, de acordo com o cronograma estabelecido pela municipalidade. A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas aquisições, até 25% (vinte e cinco por cento), conforme dispõe o § 1º do Artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93 atualizada.

6.2. Os materiais deverão ser fornecidos à municipalidade, pelo licitante vencedor na Prefeitura Municipal, situada na Rua João Castilho n. 111, Centro no Município de Tunápolis sem cobrança de frete ou outros custos e o fornecimento se fará de acordo com a necessidade da Administração Municipal.

#### 7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A presente Ata terá validade de até o dia 31/12/2016, a contar da data da homologação do Processo Licitatório nº 84/2016, que a originou.

7.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

#### 8. DO PAGAMENTO:

8.1. O pagamento da presente licitação será efetivado em até 10 (dez) dias após a entrega da nota fiscal/fatura, que deverá ser emitida em nome da Prefeitura de Tunápolis/SC, devendo constar o CNPJ, o número da licitação, e da autorização de fornecimento.

#### 9. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços será divulgada no site do Município de Tunápolis ([www.tunapolis.sc.gov.br](http://www.tunapolis.sc.gov.br)) e Diário Oficial dos Municípios ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)). Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.

#### 10. DO FORO

As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga – SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, SC 07 de junho de 2016.

Enoi Scherer  
Prefeito Municipal

Gilson Wuttke- ME  
Fornecedor Registrado

### **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 85/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nº 67/2016 REGISTRO DE PREÇOS Nº: 15/2016**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 85/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 67/2016

REGISTRO DE PREÇOS Nº: 15/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ao processo de licitação nº 85/2016

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas, visando a AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL, DESTINADOS PARA DISTRIBUIÇÃO AOS SERVIDORES DESTA MUNICIPALIDADE destinados para as atividades administrativas dos órgãos do município, de acordo com as especificações técnicas, itens, e quantitativos constantes em seus anexos, parte integrante neste ato convocatório.

Aos 7 dias do mês de junho de 2016, o Município de Tunápolis, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº



78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado pelo Prefeito Enoi Scherer, portador da Cédula de Identidade nº 2.529.279-0 e inscrito no CPF sob nº 656.321.769-91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município,, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº. 84/2016, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL, DESTINADOS PARA DISTRIBUIÇÃO AOS SERVIDORES DESTA MUNICIPALIDADE observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

## 1. DO FORNECEDOR REGISTRADO

1.1 A partir desta data fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso para AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL, DESTINADOS PARA DISTRIBUIÇÃO AOS SERVIDORES DESTA MUNICIPALIDADE constantes do Anexo I do edital licitatório n. 85/2016, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

a) Fornecedor: Jaime Luiz Fontana - ME, inscrito sob o CNPJ n.º95.881.900/0001-00, com sede na Rua XV de novembro, nº 1715, no Município de São Miguel Do Oeste, e-mail: antichama@clcrapido.com.br, neste ato representado por Marizalete Ferreira dos Santos Fontana, portadora do CPF n.º 563.407.379-00.

PROGRAMA DE TRABALHO				PREVISÃO DE CUSTOS	
ITEM	QUANTI.	UNID.	ESPECIFICAÇÃO	Preço unit.	Preço Total R\$
01	15	Par	Sapato de segurança preto feminino marca Conforto	60,30	904,50
02	6	Par	Bota de borracha branca cano médio marca Bracol	32,00	192,00
03	5	Par	Sapato de segurança preto masculino marca Conforto	60,30	301,50
06	5	Uni	avental para solda de raspa de couro inteiriço marca Luma	27,10	135,50
07	5	uni	Luvas para solda de raspa de couro manga longa marca luma	10,05	50,25
08	3	uni	Óculos transparente para solda	23,50	70,50
09	3	uni	Calças masculinas marca Ciacix	44,20	132,60
10	3	uni	Jalecos manga longa marca Ciacix	45,20	135,60
TOTAL GERAL				1.922,45	

## 2. DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo Município de Tunápolis, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório n.º 85/2016.

2.2. O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial nº. 67/2016.

2.3 O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

## 3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 O Município adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.2 Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.2 A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

## 4. DA READEQUAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1 Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

## 5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não receber a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) houver razões de interesse público.

5.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

5.3 O fornecedor registrado poderá solicitar o cancelamento de seu registro de preço na ocorrência de caso fortuito ou de força maior comprovados.



**6. DO PRAZO PARA ENTREGA DOS PRODUTOS:**

6.1 A entrega dos itens deverão ocorrer no prazo máximo de 8(oito) dias consecutivos após emissão da Autorização de fornecimento, de acordo com o cronograma estabelecido pela municipalidade. A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas aquisições, até 25% (vinte e cinco por cento), conforme dispõe o § 1º do Artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93 atualizada.

6.2. Os materiais deverão ser fornecidos à municipalidade, pelo licitante vencedor na Prefeitura Municipal, situada na Rua João Castilho n. 111, Centro no Município de Tunápolis sem cobrança de frete ou outros custos e o fornecimento se fará de acordo com a necessidade da Administração Municipal.

**7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

7.1 A presente Ata terá validade de até o dia 31/12/2016, a contar da data da homologação do Processo Licitatório nº 85/2016, que a originou.

7.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

**8. DO PAGAMENTO:**

8.1. O pagamento da presente licitação será efetivado em até 10 (dez) dias após a entrega da nota fiscal/fatura, que deverá ser emitida em nome da Prefeitura de Tunápolis/SC, devendo constar o CNPJ, o número da licitação, e da autorização de fornecimento.

**9. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

A presente Ata de Registro de Preços será divulgada no site do Município de Tunápolis ([www.tunapolis.sc.gov.br](http://www.tunapolis.sc.gov.br)) e Diário Oficial dos Municípios ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)). Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.

**10. DO FORO**

As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga – SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, SC., 07 de junho de 2016.

Enoi Scherer  
Prefeito Municipal

Jaime Luiz Fontana - ME  
Fornecedor Registrado

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 87/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nº 69/2016 REGISTRO DE PREÇOS Nº: 15/2016**  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAPOLIS/DEPARTAMENTO DE COMPRAS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 87/2016  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 69/2016  
REGISTRO DE PREÇOS Nº: 15/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ao processo de licitação nº 87/2016

**OBJETO:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas, visando o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de Peças destinadas na manutenção dos distribuidores de adubo e calcário e dos ônibus do Transporte Escolar, de acordo com as especificações técnicas, itens, e quantitativos constantes em seus anexos, parte integrante neste ato convocatório.

Aos 15 dias do mês de junho de 2016, o Município de Tunápolis, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado pelo Prefeito Enoi Scherer, portador da Cédula de Identidade nº 2.529.279-0 e inscrito no CPF sob nº 656.321.769-91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município,, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº. 87/2016, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para FORNECIMENTO de Peças destinadas na manutenção dos distribuidores de adubo e calcário e dos ônibus do Transporte Escolar, observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

**1. DO FORNECEDOR REGISTRADO**



1.1 A partir desta data fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso referente o fornecimento de Peças destinadas na manutenção dos distribuidores de adubo e calcário e dos ônibus do Transporte Escolar, de acordo com as especificações técnicas, itens, e quantitativos constantes em seus anexos, parte integrante neste ato convocatório.

a) Fornecedor – AUTO MECANICA BERLIN LTDA ME, devidamente inscrita, sob o CNPJ n.º 07.625.024/0001-85, com sede na Avenida Cerro Largo,99, Centro, no Município de Tunápolis, neste ato representado pelo sócio administrador Sr. Bernildo José Bourscheidt, portadora do RG n.º4.219.458 e do CPF n.º 039.595.539-45.

Lote I

VEÍCULO ÔNIBUS 29 PASSAGEIROS PLACA MKW 7416, ANO 2013/2013 IVECO/CITY CLASS 70C17. CHASSI 93ZL68C01D8443013

ÍTEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	PREVISÃO DE CUSTOS	
				P.UNIT.	Global
1	Pivo Inferior Suspensão. Original	unid	02	285,00	570,00
2	Pivo Superior Suspensão.Original		02	285,00	570,00
Total Geral					1.140,00

Lote II

VEÍCULO MICRO ONIBUS, DIESEL, RENAULT/MASTER, ANO DE 2008/2009, BRANCA PLACA MFW 7896.

ÍTEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	PREVISÃO DE CUSTOS	
				P.UNIT.	Global
01	Pivô superior .Viemar	unid	02	115,00	230,00
02	Rolamento cubo dianteiro Ima	unid	01	345,00	345,00
03	Coifa lado Roda .Dana	unid	01	60,00	60,00
04	Amortecedor dianteiro. Kayaba	unid	02	232,00	464,00
Total					1.099,00

Lote III

PEÇAS VEÍCULO ÔNIBUS 48 PASSAGEIROS PLACA MJD 3436, ANO 2011/2011 VW/15.190 EOD E HD ORE. CHASSI 9532882W7BR169203.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	PREVISÃO DE CUSTOS	
				P.UNIT.	Global
1	Grampo Mola 7/8	unid	01	68,00	68,00
2	Porca dupla 7/8	unid	02	6,50	13,00
3	Fusíveis	unid	02	1,00	2,00
4	Interruptor liga/desliga. MARFLEX	unid	01	10,00	10,00
5	Rolamento Cardan . ZM	unid	01	132,00	132,00
Total Geral					225,00

## 2. DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo Município de Tunápolis, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório n.º 87/2016.

2.2. O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial nº. 69/2016.

2.3 O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

## 3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 O Município adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.2 Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.2 A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

## 4. DA READEQUAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS



4.1 Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

## 5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não receber a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) houver razões de interesse público.

5.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

5.3 O fornecedor registrado poderá solicitar o cancelamento de seu registro de preço na ocorrência de caso fortuito ou de força maior comprovados.

## 6. DO PRAZO PARA ENTREGA DOS MATERIAIS:

6.1 A CONTRATANTE, a cada pedido de fornecimento, especificará formalmente a quantidade necessária do objeto contratado. Quantitativo indicado por estimativa podendo variar para mais ou para menos de acordo com a necessidade e manutenção da dos ônibus e dos distribuidores de calcário do MUNICÍPIO. A entrega deverá ocorrer de maneira fragmentada de acordo com o andamento dos serviços de manutenção do setor, mediante requisição prévia a ser explicada e emitida pelo setor competente. Uma vez expedida a ordem de fornecimento, a entrega deverá em até 5(cinco) dias úteis tendo por local a Garagem do DMER do centro deste município.

6.2 – A Secretaria Municipal responsável terá o prazo máximo de 02 (dois) dias para processar a conferência do que foi entregue, lavrando termo de recebimento definitivo ou notificando a DETENTORA DA ATA para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

6.3 – O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da DETENTORA DA ATA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do Empenho, se a qualquer tempo se verificar vícios, defeitos ou incorreções.

## 7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data da homologação do Processo Licitatório nº 89/2016, que a originou.

7.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

## 8. DO PAGAMENTO:

8.1 Os pagamentos serão efetuados até 8(oito) após faturamento do montante fornecido, mediante a apresentação da Nota Fiscal.

8.2 O atesto somente será efetuado pelo órgão após verificação da conformidade da entrega das peças, conforme especificações e certificações constantes em edital.

## 9. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços será divulgada no site do Município de Tunápolis ([www.tunapolis.sc.gov.br](http://www.tunapolis.sc.gov.br)) e Diário Oficial dos Municípios ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)). Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.

## 10. DO FORO

As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga – SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, 15 de junho de 2016.

Enoi Scherer  
Prefeito Municipal

AUTO MECANICA BERLIN LTDA ME  
Fornecedor Registrado



# Turvo

## PREFEITURA

### PORTARIA 222/2016

PORTARIA Nº 222/16, de 01 de Agosto de 2016.  
DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA E DESIGNA COMISSÃO DE SINDICÂNCIA PARA APURAR FATOS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 124 e seguintes da Lei Municipal no 1.154/95 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Turvo).

#### RESOLVE

Art. 1º. Determinar a instauração de Sindicância e designa os Servidores Valdete Cordeiro, Fatima Miguel e Marisete Osório Monteiro, para sob a presidência da primeira, compor a Comissão de Sindicância, destinada a apurar fatos envolvendo o Conselho Tutelar.

Art. 2º. O prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão será de 30 (trinta) dias, a contar da publicação desta Portaria, podendo ser prorrogado por igual prazo.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 01 de agosto de 2016.

RONALDO CARLESSI  
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

### PORTARIA 223/2016

PORTARIA Nº 223/16, de 01 de Agosto de 2016.  
ALTERA TEMPORARIAMENTE A CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR EFETIVO, DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.071/1994, combinado com a Lei Complementar nº 10/11 de 24 de Agosto de 2011,

#### RESOLVE

Art. 1º - Alterar a carga horária da Servidora abaixo relacionada, no Cargo de Professor, de 20 (vinte) horas semanais para 40 (quarenta) horas semanais, com início em 03 de Agosto de 2016 e término em 19 de Dezembro de 2016.

MATRÍCULA SERVIDOR (A) CPF  
0756 Claudete Fávoro 828.377.089-68

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 01 de agosto de 2016.

RONALDO CARLESSI  
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

### PORTARIA 224/2016

PORTARIA Nº 224/16, de 01 de Agosto de 2016.

REDUZ A PEDIDO CARGA HORÁRIA DE SERVIDORA ALTERA TEMPORARIAMENTE NOMEADA EM CARATER TEMPORÁRIO, DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.071/1994, combinado com a Lei Complementar nº 10/11 de 24 de Agosto de 2011,

#### RESOLVE

Art. 1º - Reduzir a pedido a carga horária da Servidora abaixo relacionada, no Cargo de Professor, de 30 (trinta) horas semanais para 20 (vinte) horas semanais, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

MATRÍCULA SERVIDOR (A) CPF  
3645 Thaise V. Gonçalves Vicentin 010.062.009-40

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 01 de agosto de 2016.

RONALDO CARLESSI  
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

### PORTARIA 225/2016

PORTARIA Nº 225/16, de 01 de Agosto de 2016.  
EXONERA A PEDIDO AGENTE ADMINISTRATIVO ESCOLAR, NOMEADA EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de acordo com o que estabelece os incisos, "IX" e "XII" do artigo 52 da Lei Orgânica do Município de Turvo,

#### RESOLVE

Art. 1º - Exonerar a pedido, a Servidora abaixo relacionada, ocupante da função pública de Agente Administrativo Escolar, nomeada temporariamente através do Processo Seletivo nº 004/15 - SME, do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

NOME CPF MATRICULA  
Maria Tereza Scarabelot Pazini 086.485.939-21 3569

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 01 de agosto de 2016.

RONALDO CARLESSI  
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.



**PORTARIA 226/2016**

PORTARIA Nº 226/16, de 01 de Agosto de 2016.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o artigo 6º da Lei nº. 1.001/93, de 03 de Maio de 1993, combinado com o artigo 98 e seguintes da Lei nº 1.154/95, de 11 de Dezembro de 1995 (Estatuto dos Servidores Públicos),

**RESOLVE**

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio a Servidora ELIANE REGINA BRETZ ARCENO CPF nº. 657.066.929-04, matrícula nº. 0208, exercendo o Cargo de provimento em Caráter Efetivo de Auxiliar de Enfermagem, no período de 01.08.2016 a 29.10.2016, referente ao período aquisitivo de 01.01.1998 a 31.12.2002.

Art. 2º - Conceder Licença Prêmio a Servidora LUCILENA ZAVARIZ CPF nº. 004.283.279-90, matrícula nº. 1310, exercendo o Cargo de provimento em Caráter Efetivo de Professor IV, no período de 01.08.2016 a 26.08.2016, referente ao período aquisitivo de 21.02.2010 a 31.08.2011.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 01 de agosto de 2016.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

**PORTARIA 227/2016**

PORTARIA Nº 227/16, de 01 de Agosto de 2016.

PRORROGA A CONTRATAÇÃO DE AGENTE ADMINISTRATIVO ESCOLAR, NOMEADA EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.071/1994, combinado com a Lei Complementar nº 10/11 de 24 de Agosto de 2011,

**RESOLVE**

Art. 1º - Prorrogar até 20 de Dezembro de 2016, a contratação da servidora abaixo relacionada nomeada através do Processo Seletivo nº 004/2015-SME, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, exercendo a função pública de Agente Administrativo Escolar, do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal, com os vencimentos estabelecidos em Lei, em substituição a servidora Maria Tereza Scarabelot Pazini por ter pedido Exoneração.

NOME MATRICULA

Franciele Velho Biz 3700

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 01 de agosto de 2016.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

**PORTARIA 228/2016**

PORTARIA Nº 228/16, de 01 de Agosto de 2016.

CESSA CONCESSÃO DE LICENÇA SEM REMUNERAÇÃO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o artigo 97, da Lei nº. 1.154/95, de 11 de Dezembro de 1995,

**RESOLVE**

Art. 1º - Cessar a partir do dia 02 de Agosto de 2016 a concessão da Licença sem Remuneração, concedida a servidora JOSIANE ACORDI FERNANDES CPF nº 072.709.389-46, matrícula nº 1875, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Ensino da Educação Infantil, do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal de Turvo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 01 de agosto de 2016.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

**PORTARIA 229/2016**

PORTARIA Nº 229/16, de 01 de Agosto de 2016.

CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o artigo 90, da Lei nº 1.154/95, de 11 de Dezembro de 1995,

**RESOLVE**

Art. 1º - Conceder Licença Maternidade a servidora MICHELLE DA SILVA SCARSANELLA, CPF nº 035.245.309-58, matrícula nº 2878, exercendo a Função Pública de Odontólogo, no período de 01 de Agosto de 2016 a 28 de Novembro de 2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 01 de agosto de 2016.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.



**PREGAO PRESENCIAL PMT 43/2016**

Aviso de Licitação

Processo de Licitação nº 43/2016 - Pregão Presencial Nº. 43/2016

Objeto: Construção de travessias elevadas em trecho da Rua Jorge Lacerda.

Entrega dos envelopes: até às 08h45min do dia 19/08/2016

Abertura da Sessão: á partir das 09:00 horas do dia 19/08/2016

Informações e cópia do edital: Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Turvo, sito a Rua Nereu Ramos, 609 – Centro – Turvo/SC, no horário das 07:30 as 11:30 e das 13:30 as 17:00 horas em dias úteis. Fone (48) 3525-8100.

Turvo – SC, 08 de agosto de 2016.

Soeli Fatima Fernandes

Pregoeira



# União do Oeste

## PREFEITURA

**DECRETO N. 3198/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.198, De 08 de agosto de 2016.

“DECLARA FRACASSADA A LICITAÇÃO N.º 34/2016, NA MODALIDADE DE CONCORRÊNCIA PARA CONCESSÃO DE USO DE BENS PÚBLICOS N.º 01/2016”.

EVERALDO LUIS CASONATTO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e, considerando o fato da única empresa participante do Processo Licitatório N.º 34/2016 não haver preenchido os requisitos mínimos para sua habilitação no certame,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica declarada Fracassada a Licitação N.º 34/2016, na modalidade de Concorrência para Concessão de Uso de Bens Públicos n.º 01/2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 08 de agosto de 2016.

EVERALDO LUIS CASONATTO

Prefeito Municipal

Registrado em da data supra e Publicado conforme Lei Municipal N.º 1010/2014.



# Urussanga

## PREFEITURA

### **EDITAL PL 05 2016 FMAS PR 01 2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE URUSSANGA

Comissão Permanente de Licitação Julgamento - CPLJ

### **AVISO DE EDITAL DE PREGÃO N.º 01/2016/FMAS**

Objeto: aquisição parcelada de equipamentos de informática. Recebimento dos envelopes: até as 10h do dia 23/08/2016, na Prefeitura Municipal de Urussanga/SC, sito à Praça da Bandeira, 12 – Setor de Licitações. Abertura dos envelopes: às 10h do dia 23/08/2016, no mesmo local. Edital: o edital estará à disposição dos interessados das 07h às 13h, de segunda-feira à sexta-feira, em dias úteis, no Paço Municipal Lydio de Brida, na Praça da Bandeira, n.º 12 ou retirado no site oficial desta municipalidade, no ícone LICITAÇÕES. Outras informações através do e-mail [rosane@urussanga.sc.gov.br](mailto:rosane@urussanga.sc.gov.br).



# Vargem Bonita

## PREFEITURA

**PROCESSO 043/2016 PR 027/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº043/2016  
PREGÃO PRESENCIAL Nº027/2016

OBJETO: Contratação de Serviços de Transporte Escolar para Alunos matriculados na Rede municipal e Estadual de Ensino, residentes no Município de Vargem Bonita, nos Roteiros Escolares estabelecidos no Edital e seus Anexos, parte integrante deste Processo.

Tipo: Menor Preço.

Julgamento pelo Tipo: Menor Preço por Item.

Sessão de Abertura e Julgamento das Propostas: Dia 19 de agosto de 2016 às 09:30 horas.

Informações: Prefeitura Municipal de Vargem Bonita – SC, de Segunda a Sexta Feira, das 08:30 às 12:00 e das 14:00 às 16:00 horas, na Rua Coronel Vitório, 966,

Centro. Fone: 49 3548-3000. Endereço eletrônico: [compras@vargembonita.sc.gov.br](mailto:compras@vargembonita.sc.gov.br).

Vargem Bonita, 08 de Agosto de 2016.

MELÂNIA A. ROMAN MENECHINI

Prefeita Municipal



# Videira

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 13.188/16

DECRETO Nº 13.188/16, DE 03 DE AGOSTO DE 2016.  
Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.377/16 de 03 de agosto de 2016,

#### DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 66.387,38 (sessenta e seis mil, trezentos e oitenta e sete reais e trinta e oito centavos), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

11 – Secretaria Municipal de Turismo e Cultura  
01 – Departamento de Turismo e Cultura  
2.056 – Manutenção da Secretaria de Turismo e Cultura  
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações diretas R\$ 42.887,38

11 – Secretaria Municipal de Turismo e Cultura  
01 – Departamento de Turismo e Cultura  
2.058 – Manutenção da Camerata  
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações diretas R\$ 23.500,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES R\$ 66.387,38

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta da anulação parcial das seguintes dotações:

11 – Secretaria Municipal de Turismo e Cultura  
01 – Departamento de Turismo e Cultura  
2.056 – Manutenção da Secretaria de Turismo e Cultura  
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações diretas R\$ 20.000,00

11 – Secretaria Municipal de Turismo e Cultura  
01 – Departamento de Turismo e Cultura  
2.057 – Manutenção da Banda Municipal  
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações diretas R\$ 5.000,00

11 – Secretaria Municipal de Turismo e Cultura  
01 – Departamento de Turismo e Cultura  
2.059 – Manutenção do CEVI  
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações diretas R\$ 20.000,00

11 – Secretaria Municipal de Turismo e Cultura  
01 – Departamento de Turismo e Cultura  
2.060 – Manutenção do Museu  
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações diretas R\$ 10.000,00

11 – Secretaria Municipal de Turismo e Cultura  
01 – Departamento de Turismo e Cultura  
2.060 – Manutenção do Observatório  
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações diretas R\$ 11.387,38

TOTAL DAS ANULAÇÕES R\$ 66.387,38

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 03 de agosto de 2016.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 03 dias do mês de agosto de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO  
Secretário de Administração

### DECRETO Nº 13.189/16

DECRETO Nº 13.189/16, DE 05 DE AGOSTO DE 2016.

Torna sem efeito o Decreto nº 13.127/16.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com base no Processo Administrativo nº 14.198/2016,

#### RESOLVE

Art. 1º Tornar sem efeito o Decreto nº 13.127/16, que nomeou ELIANE DE FATIMA VAZ MACHADO, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 05 de agosto de 2016.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de agosto de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO  
Secretário de Administração

### DECRETO Nº 13.190/16

DECRETO Nº 13.190/16, DE 05 DE AGOSTO DE 2016.

Nomeia Auxiliar de Serviços Gerais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

#### RESOLVE

Art. 1º Nomear, ELIZABETE MORAIS TAVARES DA SILVA, tendo



em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 05 de agosto de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de agosto de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

### **DECRETO Nº 13.191/16**

DECRETO Nº 13.191/16, DE 05 DE AGOSTO DE 2016.

Torna sem efeito o Decreto nº 13.009/16.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com base no Processo Administrativo nº 14.265/2016,

RESOLVE

Art. 1º Tornar sem efeito o Decreto nº 13.009/16, que nomeou ALINI BETTONI, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 05 de agosto de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de agosto de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

### **DECRETO Nº 13.192/16**

DECRETO Nº 13.192/16, DE 05 DE AGOSTO DE 2016.

Nomeia Auxiliar de Serviços Gerais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, CRISTIANE PASQUALIN, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei

Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 05 de agosto de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de agosto de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

### **DECRETO Nº 13.193/16**

DECRETO Nº 13.193/16, DE 05 DE AGOSTO DE 2016.

Torna sem efeito o Decreto nº 13.042/16.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com base no Processo Administrativo nº 14.264/2016,

RESOLVE

Art. 1º Tornar sem efeito o Decreto nº 13.042/16, que nomeou SANDRA NATALI, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 05 de agosto de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de agosto de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

### **DECRETO Nº 13.194/16**

DECRETO Nº 13.194/16, DE 05 DE AGOSTO DE 2016.

Institui e Nomeia equipe técnica para monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Educação – PME, do município de Videira/SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e à vista do que consta na Comunicação Interna nº 1071, da Secretaria Municipal de Educação,

RESOLVE

Art. 1º Instituir e nomear a Equipe Técnica de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação – PME do Município de Videira/ SC, responsável por subsidiar a Comissão Coordenadora em todo o processo de Monitoramento e Avaliação do Plano



Municipal de Educação (Lei nº 3.247 de 27 de maio de 2015), decênio 2015-2024.

Art. 2º São atribuições da Equipe Técnica de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação:

I – Coletar dados, anualmente, em fontes de pesquisa oficiais relativos à educação em âmbito municipal;

II – Relacionar metas e estratégias de forma cronológica;

III – Analisar os relatórios anuais de monitoramento;

IV – Apresentar e encaminhar as fichas de monitoramento à Comissão Coordenadora;

V – Elaborar a Versão Preliminar do Documento – Avaliação do Plano Municipal de Educação e encaminhar à Secretaria Municipal de Educação para análise e validação;

VI – Divulgar anualmente os resultados do monitoramento e das avaliações, do cumprimento das metas e estratégias do PME, nos respectivos sítios institucionais e em outros meios de divulgação que a Equipe Técnica de Monitoramento e Avaliação e Comissão Coordenadora entender;

VII – Verificar previsões orçamentárias;

VIII – Verificar prazos e períodos de avaliação (trianual);

IX – Verificar e analisar a evolução dos indicadores que foram definidos;

X – Verificar se os indicadores estão apropriados para aferir a meta.

Art. 3º Nomear, para compor a Equipe Técnica de que trata o presente Decreto, os seguintes membros:

I- Camila Regina Rostirola

II- Marisa Rosane Delani

III- Lisnéia Aparecida da Silva

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 05 de agosto de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de agosto de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

### **DECRETO Nº 13.195/16**

DECRETO Nº 13.195/16, DE 05 DE AGOSTO DE 2016.

Nomeia Auxiliar de Serviços Gerais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, MICHELE DA SILVA BARBOSA, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 05 de agosto de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de agosto de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

### **DECRETO Nº 13.196/16**

DECRETO Nº 13.196/16, DE 05 DE AGOSTO DE 2016.

Torna sem efeito o Decreto nº 12.736/16.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com base no Processo Administrativo nº 14.269/2016,

RESOLVE

Art. 1º Tornar sem efeito o Decreto nº 12.736/16, que nomeou CLAUDETE DIAS HEINEMANN, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 05 de agosto de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de agosto de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

### **DECRETO Nº 13.197/16**

DECRETO Nº 13.197/16, DE 05 DE AGOSTO DE 2016.

Nomeia Auxiliar de Serviços Gerais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, ANDERSSON VOLPATTO, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 05 de agosto de 2016.



WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de agosto de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO  
Secretário de Administração

## **DECRETO Nº 13.198/16**

DECRETO Nº 13.198/16, DE 05 DE AGOSTO DE 2016.

Dispõe sobre os Conselhos Escolares nos estabelecimentos de ensino da rede pública municipal de Videira.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e à vista do que consta na Comunicação Interna nº 1069, da Secretaria Municipal de Educação,

Considerando que a Constituição Federal em seu art. 205, estabelece que a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho;

Considerando que a Constituição Federal em seu art. 206, inciso VI, prevê a gestão democrática do ensino público, na forma da lei;

Considerando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei federal nº 9.394/96, art.14, que estabelece que os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

- I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;
- II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes;

Considerando o Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007, que dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica;

Considerando a Portaria Ministerial nº 2.896/2004, que estabelece a criação do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, cujo objetivo é desenvolver ações de fomento à implantação e ao fortalecimento de Conselhos Escolares nas escolas públicas de educação básica, estimulando o exercício da cidadania, a participação efetiva de todos e, sobretudo, a gestão democrática;

## **RESOLVE**

Art. 1º Fica criado em cada unidade escolar da rede municipal de ensino, um órgão colegiado denominado Conselho Escolar, com funções deliberativa, consultiva, propositiva, mobilizadora e fiscalizadora, cujos objetivos precípuos são:

- I – garantir a participação da comunidade escolar nas ações pedagógica e administrativa;
- II – analisar as questões encaminhadas pelos diversos segmentos da escola, propondo sugestões; e
- III – mobilizar a comunidade escolar e local para a participação em atividades em prol da melhoria da qualidade da educação.

Art. 2º Os Conselhos Escolares são colegiados permanentes de

debate e órgãos articuladores de vários segmentos da comunidade escolar e local, por meio de fórum permanente de discussão e de análise, com objetivo de estabelecer, em parceria, no âmbito da escola, critérios relativos à sua ação, organização e funcionamento.

Parágrafo único. Entende-se por comunidade escolar, o conjunto de alunos, pais ou responsáveis legais, membros do magistério e demais servidores em exercício na unidade de ensino.

Art. 3º A instalação e o funcionamento do Conselho tem caráter obrigatório em todas as unidades escolares de ensino fundamental, e Centros de Educação Infantil da rede pública municipal de ensino.

Art. 4º O Conselho Escolar, vinculado ao corpo diretivo da escola, será formado por representantes de todos os segmentos da comunidade escolar, constituindo-se em agente de participação na construção da gestão democrática da escola.

Parágrafo único. Nas suas ações de natureza deliberativa, o Conselho Escolar se norteará pelos princípios constitucionais, normas legais vigentes, políticas educacionais e diretrizes emanadas dos órgãos do sistema.

Art. 5º Compete ao Conselho Escolar:

- I – deliberar sobre as diretrizes e metas do Projeto Político Pedagógico da Escola, seus mecanismos de elaboração, aprovação, supervisão e avaliação permanente, garantindo a participação das comunidades escolar e local na sua definição, aprovação e alteração;
- II – aprovar o plano de ação anual elaborado pela direção da escola, sobre a programação e a aplicação de recursos financeiros, sugerindo alterações, se for o caso;
- III – propor alternativas de solução, prioridades e procedimentos para melhoria da qualidade do trabalho escolar, respeitando as normas legais vigentes;
- IV – colaborar com a direção da escola na elaboração, aprovação e alteração do regimento escolar e calendário letivo;
- V – fiscalizar o cumprimento dos dias de efetivo trabalho escolar e horas-aula, estabelecidos na respectiva grade curricular, bem como a gestão administrativa e pedagógica da unidade de ensino;
- VI – convocar assembleias gerais da comunidade escolar, com a equipe gestora da escola, quando houver necessidade de discussão de assunto pertinente a sua competência;
- VII – apropriar-se dos resultados das avaliações internas e externas para acompanhar e propor alternativas de solução, prioridades e procedimentos para a melhoria da qualidade do trabalho escolar, respeitando as normas legais vigentes;
- VIII – promover relações pedagógicas que favoreçam o respeito ao saber do estudante e valorize a cultura da comunidade local, buscando a parceria da escola, família e comunidade;
- IX – elaborar o plano de formação continuada dos conselheiros escolares, bem como participar de atividades de formação elaboradas pela Secretaria de Educação do Município, visando ampliar a qualificação de sua atuação;
- X – propor e coordenar alterações curriculares na unidade escolar, respeitada a legislação vigente, a partir da análise, entre outros aspectos, do aproveitamento significativo do tempo e dos espaços pedagógicos na escola;
- XI – articular-se com outros Conselhos Escolares, criando mecanismos de acompanhamento e execução das políticas educacionais e planos de desenvolvimento da escola;
- XII – elaborar o seu Regimento Interno, de acordo com a legislação e normas vigentes, submetendo-o à apreciação da Assembleia Geral da unidade escolar, para conhecimento de todos e devida aprovação.

Parágrafo único. O Conselho Escolar poderá criar subcomissões que tratem de temas, discussões, proposições e encaminhamentos



específicos, resguardando as normas e diretrizes da Secretaria de Educação do Município.

Art. 6º O Conselho escolar, eleito a cada 02 (dois) anos, será constituído por um número de no mínimo 5 (cinco) e no máximo 21 (vinte e um) conselheiros, de acordo com a realidade de cada escola, assegurando-se a proporcionalidade de 50% (cinquenta por cento) ao segmento pais/alunos/comunidade local.

Art. 7º Poderão atuar como representantes no Conselho Escolar:

- I - pais ou responsáveis de alunos;
- II - alunos a partir do 5º ano, devidamente matriculados e frequentando a unidade escolar;
- III - membros do corpo docente em efetivo exercício (professores e coordenadores pedagógicos);
- IV - servidores em efetivo exercício;
- V - atendentes das unidades de educação infantil;
- VI - integrantes da Associação de Pais e Professores (APP) nas unidades de educação infantil; e
- VII - membros da comunidade local (sociedade civil organizada).

§ 1º O Diretor da Unidade Escolar tem assento nato no Conselho Escolar, não podendo, entretanto, ser eleito para os cargos de Presidente e Vice-Presidente do conselho.

§ 2º Nenhum membro poderá participar de mais de uma categoria na mesma unidade de ensino, votando ou concorrendo.

§ 3º Para cada representação haverá um suplente, que assumirá no caso de impedimento ou desistência do titular.

Art. 8º O processo de eleição do Conselho Escolar será coordenado por uma Comissão Eleitoral Escolar, composta por 1 (um) representante titular e seu respectivo suplente, de cada segmento da comunidade escolar.

§ 1º Para a primeira eleição a Assembleia Geral será convocada pela direção da unidade escolar, e para as demais, será convocada pelo Conselho Escolar.

§ 2º Os membros que integram a Comissão Eleitoral não poderão concorrer como candidatos ao Conselho Escolar.

Art. 9º A Comissão Eleitoral Escolar terá como função coordenar, executar, escrutinar e promulgar os resultados das eleições do Conselho Escolar.

Art. 10 O presidente da Comissão Eleitoral, escolhido entre seus pares, baixará edital de convocação para eleição dos membros do Conselho Escolar.

Art.11 Do edital, publicação com 15 (quinze) dias de antecedência, constará:

- I – pré-requisitos e prazos para inscrição e homologação dos candidatos;
- II – dia, hora e local de votação;
- III – credenciamento de fiscais de cada segmento para acompanhar o processo eleitoral;
- IV – demais instruções necessárias ao pleno desenvolvimento do processo eleitoral.

Art.12 Poderão votar para eleger os membros do Conselho Escolar:

- I – os alunos a partir do 5º ano/série, regularmente matriculados e frequentando as aulas;
- II – os pais ou responsável legal por aluno regularmente matriculado e frequentando as aulas;
- III – diretor, professor, coordenador pedagógico, servidores lotados na unidade escolar.

Parágrafo único. O eleitor que pertencer a mais de um segmento poderá votar e ser votado apenas uma vez e por um só segmento;

Art. 13 Ter-se-ão como eleitos ao Conselho Escolar, os candidatos mais votados e por suplente os subsequentes, por segmento e ordem decrescente de votos e, em caso de empate, o mais idoso.

Art. 14 Será lavrada ata competente da eleição, cabendo ao Presidente da Comissão Eleitoral, promulgar seu resultado.

Art. 15 A posse do Conselho Escolar ocorrerá em 15 (quinze) dias após as eleições.

Parágrafo único. A posse do primeiro Conselho Escolar será dada pelo Chefe do Poder Executivo, e das posteriores pelo próprio presidente do Conselho Escolar, que deixará o cargo face ao término do mandato

Art. 16 Em caso de impedimento temporário e/ou vacância do representante titular, assumirá o suplente, e na falta deste será convocada nova eleição para o cumprimento do mandato, dentro do prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 17 O Conselho Escolar elegerá o Presidente, o Vice-Presidente e o Secretário entre os integrantes que o compõem, sendo estes maiores de 18 (dezoito) anos.

Art. 18 O Conselho Escolar reunir-se-á bimestralmente, com pauta previamente estabelecida, e extraordinariamente sempre que convocado pelo presidente ou atendendo solicitação de, no mínimo, 1/3 (um terço) de seus integrantes titulares.

Art. 19 A vacância do membro do Conselho Escolar dar-se-á por conclusão do mandato, renúncia, aposentadoria, desligamento da escola, morte ou destituição.

Art. 20 O exercício da função de membro do Conselho Escolar não será remunerado e é considerado de relevante interesse público.

Art. 21 Cabe a Secretaria de Educação do Município baixar as orientações e normas complementares ao funcionamento do Conselho Escolar.

Art. 22 Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 05 de agosto de 2016.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de agosto de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO  
Secretário de Administração

## **DECRETO Nº 13.199/16**

DECRETO Nº 13.199/16, DE 05 DE AGOSTO DE 2016.

Torna sem efeito o Decreto nº 12.817/16.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na Lei Complementar nº 130/12 e alterações. E à vista do que consta no Processo Administrativo nº 14.270/2016.

RESOLVE



Art. 1º Tornar sem efeito o Decreto nº 12.817/2016, que nomeou LUCIANE CORREA DA ROCHA, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor – Área de Atuação: Educação Física Ensino Infantil, criado pela Lei Complementar nº 122/12 e alterações.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 05 de agosto de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de agosto de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

### DECRETO Nº 13.200/16

DECRETO Nº 13.200/16, DE 05 DE AGOSTO DE 2016.

Nomeia Professor – Área de Atuação: Educação Infantil

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 130/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 122/12 e alterações,

#### RESOLVE

Art. 1º Nomear, CASSANDRA SOARES BALESTIERI, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 003/2014, homologado em 17 de dezembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor – Área de Atuação: Educação Infantil, criado pela Lei Complementar nº 122/12 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 05 de agosto de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de agosto de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

### ERRATA

ERRATA 001/2016-COMAD

O Conselho Municipal Antidrogas - COMAD de Videira/SC, responsável pela Ata 009/2016-COMAD, publicada na Edição 2053, de 04 de agosto de 2016, na página 457, do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, em razão de equívoco, informa a retificação da Ata 009/2016-COMAD, para:

Onde se lê:

"ATA 009/2016-COMAD – Aos dois dias do mês de agosto de dois mil e dezesseis, às 13h30min, nas dependências da Associação Municipal Alto Vale do Rio Peixe - AMARP, situada na Avenida Manoel Roque, 99, Bairro Alvorada, nesse Município de Videira - SC, reuniram-se ordinariamente os membros do Conselho Municipal Antidrogas – COMAD com a seguinte pauta: 1. Repasse do andamento da parceria com a UNOESC para elaboração do regulamento do Concurso de Frases para o COMAD; 2. Andamento da Comissão de atualização do Regimento interno do COMAD; 3. Data do "Encontro de COMADs"; e, 4. Assuntos gerais. Instalado o quórum, iniciou-se a reunião, foram cumprimentados todos os presentes e apresentada a pauta. Repassada a palavra à Presidente do COMAD, Sra. Jociane de Oliveira Dutra, tratando-se do andamento da parceria com a UNOESC para elaboração do regulamento do Concurso de Frases para o COMAD, repassou-se que \*. Quanto à atualização do Regimento Interno do Conselho, \*. Em sequência à pauta, acerca do "Encontro de COMADs", informou-se que \*. Ao final, definiu-se pelo adiantamento a próxima reunião ordinária do COMAD para a data de 06/09/2016. Encerradas as discussões, às \*, nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente do COMAD agradeceu a presença de todos. Eu, Sabrina Surdi \_\_\_\_\_, Secretária Executiva dos Conselhos Municipais, digitei, procedi à leitura e assino esta Ata. Eu, Jociane de Oliveira Dutra \_\_\_\_\_, Presidente do COMAD, assim como os demais presentes em lista própria, após a leitura e a aprovação da redação, assino esta Ata".

Leia-se:

"ATA 009/2016-COMAD – Aos dois dias do mês de agosto de dois mil e dezesseis, às 13h30min, nas dependências da Associação Municipal Alto Vale do Rio Peixe - AMARP, situada na Avenida Manoel Roque, 99, Bairro Alvorada, nesse Município de Videira/SC, reuniram-se ordinariamente os membros do Conselho Municipal Antidrogas – COMAD com a seguinte pauta: 1. Repasse do andamento da parceria com a UNOESC para elaboração do regulamento do Concurso de Frases para o COMAD; 2. Andamento da Comissão de atualização do Regimento interno do COMAD; 3. Data do "Encontro de COMADs"; e, 4. Assuntos gerais. Instalado o quórum, iniciou-se a reunião, foram cumprimentados todos os presentes e apresentada a pauta. Repassada a palavra ao Vice-Presidente do COMAD, Sr. Francisco Rosalino Marcheti, informou-se que a Presidente do Conselho não pode se fazer presente, em razão de motivos profissionais. Em seguida, tratando-se do andamento da parceria com a UNOESC, para elaboração do regulamento do Concurso de Frases para o COMAD, repassou-se que se está aguardando o encaminhamento da minuta Regulamento. Quanto à atualização do Regimento Interno do Conselho, repassou-se que deverá haver a apresentação pela Comissão nas próximas reuniões. Em sequência à pauta, acerca do "Encontro de COMADs", informou-se que foi definida a data de 01/09/2016, a partir das 8h, nas dependências da Câmara Municipal de Vereadores. Os conselheiros titulares e suplentes deverão ser convocados para a capacitação. Cientificou-se o COMAD, de igual forma, que haverá designação de nova reunião com a presidente do CMDCA para se tratar da possibilidade de financiamento de projetos do COMAD pelo FIA no ano de 2017. Após, os Conselheiros trataram da necessidade de reiterar a todos os membros do COMAD a importância de participação nas reuniões, conforme as convocações realizadas. O Sr. Francisco, Vice-Presidente, prontificou-se a entrar em contato com todos os Conselheiros. Ao final, definiu-se que a próxima reunião ordinária do COMAD ocorrerá na data de 01/09/2016, após o Encontro de COMADs, e que fica cancelada a reunião designada para o dia 08/09/2016. A Conselheira Sonia informou a sua participação na Comissão Intersetorial formada pela CMDCA para elaboração do Plano Decenal dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente. Encerradas as discussões, às 14h22min, nada mais havendo a tratar, o Vice-Presidente do COMAD agradeceu a presença de todos. Eu, Sabrina Surdi \_\_\_\_\_, Secretária Executiva dos



Conselhos Municipais, digitei, procedi à leitura e assino

esta Ata. Eu, Francisco Rosalino Marcheti \_\_\_\_\_, Vice-Presidente do COMAD, assim como os demais presentes em lista própria, após a leitura e a aprovação da redação, assino esta Ata".

Videira/SC, 04 de agosto de 2016

Jociane de Oliveira Dutra

Presidente do COMAD

### LEI Nº 3.377/16

LEI Nº 3.377/16, DE 03 DE AGOSTO DE 2016.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, faço saber a todos os munícipes que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 66.387,38 (sessenta e seis mil, trezentos e oitenta e sete reais e trinta e oito centavos), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

11 – Secretaria Municipal de Turismo e Cultura  
01 – Departamento de Turismo e Cultura  
2.056 – Manutenção da Secretaria de Turismo e Cultura  
3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações diretas R\$ 42.887,38

11 – Secretaria Municipal de Turismo e Cultura  
01 – Departamento de Turismo e Cultura  
2.058 – Manutenção da Camerata  
3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações diretas R\$ 23.500,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES R\$ 66.387,38

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta da anulação parcial das seguintes dotações:

11 – Secretaria Municipal de Turismo e Cultura  
01 – Departamento de Turismo e Cultura  
2.056 – Manutenção da Secretaria de Turismo e Cultura  
4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações diretas R\$ 20.000,00

11 – Secretaria Municipal de Turismo e Cultura  
01 – Departamento de Turismo e Cultura  
2.057 – Manutenção da Banda Municipal  
4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações diretas R\$ 5.000,00

11 – Secretaria Municipal de Turismo e Cultura  
01 – Departamento de Turismo e Cultura  
2.059 – Manutenção do CEVI  
4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações diretas R\$ 20.000,00

11 – Secretaria Municipal de Turismo e Cultura  
01 – Departamento de Turismo e Cultura  
2.060 – Manutenção do Museu  
4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações diretas R\$ 10.000,00

11 – Secretaria Municipal de Turismo e Cultura

01 – Departamento de Turismo e Cultura

2.060 – Manutenção do Observatório

4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações diretas R\$ 11.387,38

TOTAL DAS ANULAÇÕES R\$ 66.387,38

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 03 de agosto de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 03 dias do mês de agosto de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

### PORTARIA Nº 0640/16

PORTARIA nº 0640/16

Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 129/12 e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 13803/2016.

RESOLVE

Art. 1º Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses ao servidor JAIR CELSO CHEROBIN, Motorista IV – Caminhões e Caminhonetes, a partir de 02 de outubro de 2016 até 02 de janeiro de 2017, referente ao quinquênio de 03 de junho de 2008 até 02 de junho de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 02 de outubro de 2016, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 05 de agosto de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de agosto de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

### PORTARIA Nº 0641/16

PORTARIA nº 0641/16

Concede Licença Maternidade

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 216, da Lei Complementar nº 129/12, e à vista do que consta no Memorando nº 081/16DEPLD

RESOLVE



Art. 1º Conceder Licença Maternidade de 120 (cento e vinte) dias à servidora DANIELA TEIXEIRA CHAVES, Auxiliar de Serviços Gerais, a partir do dia 03 de agosto de 2016 até 30 de novembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos à 03 de agosto de 2016.

Videira, 05 de agosto de 2016.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de agosto de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO  
Secretário de Administração

### **PREGÃO PRESENCIAL Nº 97/2016 - PMV**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 97/2016 – PMV

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 97/2016 - PMV. 1. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA TRANSFORMAÇÃO DE FURGÃO MERCEDES-BENZ SPRINTER, ZERO KM, EM AMBULÂNCIA, PARA USO DO CORPO DE BOMBEIROS DE VIDEIRA. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 09:00:00h do dia 19/08/2016. Abertura da sessão no mesmo dia às 09:00:00h. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br). 5. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9026/3566-9034.

Videira/SC, 08 de agosto de 2016.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

### **RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO DA TP Nº 14/2016 – PMV**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 14/2016-PMV

A Comissão Permanente de Licitações, em cumprimento ao disposto no art. 109, §1º da Lei nº 8.666/93, torna público o resultado do julgamento da fase de habilitação do processo licitatório em epígrafe, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ELABORAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E EXECUÇÃO DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROVIMENTO DE VAGAS TEMPORÁRIAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO restando INABILITA a empresa Premier Concursos Ltda e considera HABILITADAS para a segunda fase do prélio as empresas Instituto O Barriga Verde, ASSCON-PP Assessoria e Consultoria Ltda e Legal Concursos e Soluções Integradas Ltda EPP. Outrossim, ficam as licitantes participantes notificadas para, caso queiram, apresentem recurso, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação deste extrato.

Videira, 08 de agosto de 2016.  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

### **TERMO ADITIVO Nº 86/2016**

Termo Aditivo nº 86/2016

Contrato/Ata nº: CT nº 97/2015

Processo: PR nº 44/2015-PMV

Contratada: CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA DO ESTADO DE SANTA CATARINA – CIEE/SC.

Objeto: Reajustar o valor mensal da contribuição previsto na Cláusula 2ª, por meio do IPC-A (IBGE) acumulado nos últimos 12 (doze) meses (julho/2015 a junho/2016), no percentual de 8,8444600%, com efeitos a partir de 07 de agosto de 2016.

Valor: R\$ 2.738,56.

Data: 08/08/2016.

### **TERMO ADITIVO Nº 87/2016**

Termo Aditivo nº 87/2016

Contrato/Ata nº: CT nº 88/2016

Processo: PR nº 48/2016-PMV

Contratada: DISTRIBUIDORA CURITIBA DE PAPÉIS E LIVROS S/A.

Objeto: Suprimir das Cláusulas 1ª e 2ª do Contrato de Fornecimento nº 88/2016 os itens 6, 7 e 15 do Lote 01 e 23 do Lote 02, relativamente aos títulos esgotados e sem previsão para reimpressão ou nova edição, conforme comprovação apresentada pela Contratada. Valor da supressão: R\$ 314,21.

Data: 08/08/2016.

### **TERMO ADITIVO Nº 88/2016**

Termo Aditivo nº 88/2016

Contrato/Ata nº: CT nº 163/2015

Processo: DL nº 02/2015-FMS

Contratada: IEAS – HOSPITAL SALVATORIANO DIVINO SALVADOR.

Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do Contrato de Prestação de Serviços nº 163/2015 por mais 06 (seis) meses, com efeitos a partir de 12 de agosto de 2016 até o dia 11 de fevereiro de 2017, e reajustar os valores dos serviços previstos na Cláusula 3ª, por meio do IPC-A (IBGE) acumulado nos últimos 12 (doze) meses (julho/2015 a junho/2016), no percentual de 8,8444600%, conforme solicitação e justificativa apresentada pela Secretaria Municipal de Saúde e pela Contratada.

Valor: R\$ 620.413,44.

Data: 08/08/2016.

### **TOMADA DE PREÇOS Nº 16/2016 - PMV**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

TOMADA DE PREÇOS Nº 16/2016 – PMV

O Prefeito Municipal de Videira comunica aos interessados que se encontra aberta a Tomada de Preços nº 16/2016 – PMV para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A EXECUÇÃO DO PROJETO DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL DA ÁREA DO ANTIGO DEPÓSITO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, LOCALIZADO NO IMBUIAL, NA ÁREA RURAL DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA, CONFORME PROJETOS ANEXOS, PELO FUNDO DE SANEAMENTO BÁSICO. As propostas e documentos serão recebidos até as 08:30:00h do dia 30 de agosto de 2016. O Edital em inteiro teor encontra-se à disposição dos interessados na home page: [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br), link "Licitações", sendo que os interessados poderão obter a cópia impressa junto ao Departamento de Licitações, mediante o pagamento de taxa no valor de R\$ 30,00 (trinta reais). Informações na Avenida Manoel Roque, nº 188, Alvorada, no horário das 08h00min às 11h45min e das 13h30min às 17h45min ou pelos telefones (49) 3566-9026/3566-9034.

Videira/SC, 08 de agosto de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal



# Vitor Meireles

## PREFEITURA

**PORTARIA Nº 174/2016**

PORTARIANº 174/2016

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve PRORROGAR:

de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 023/2006, de 02 de agosto de 2006,

Nome: ZENEIDE ROCHA

Cargo: SERVENTE/MERENDEIRA

Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, licença de parte da jornada de trabalho, concedida em 11 de agosto de 2014, a qual reduziu sua carga horária de 40 (quarenta) horas para 20 (vinte) horas semanais, sem prejuízo dos vencimentos, para cuidar de sua filha, Diovana Feliciano, portadora de deficiência, conforme laudo da Fundação Catarinense de Educação Especial e parecer expedido pela Assistência Social do município, a partir de 11 de agosto de 2016 até 10 de agosto de 2017, dentro da Secretaria de Educação.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 11 de agosto de 2016, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 08 DE AGOSTO DE 2016.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, \_\_/\_\_/\_\_\_\_

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/2011.



# Xanxerê

## PREFEITURA

### DECRETO Nº AJG 147/2016

DECRETO Nº AJG 147/2016

HOMOLOGA RESOLUÇÃO Nº 002/2016 DE 29.03.2016 E RESOLUÇÃO Nº 003/2016 DE 30.06.2016, DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XANXERÊ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI, Prefeito do Município de Xanxerê, SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 69 incisos III e VIII da Lei Orgânica Municipal, e,

Considerando a decisão do Conselho Municipal de Saúde, no sentido da aprovação do relatório anual de gestão 2015, bem como da pactuação dos indicadores de gestão (Sispacto) referente a o ano de 2016;

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica homologada a Resolução nº 002/2016, de 29 de março de 2016, do Conselho Municipal de Saúde de Xanxerê, que dispõe sobre a aprovação do Relatório Anual de Gestão 2015, parte integrante deste decreto.

Art. 2º - Fica homologada a Resolução nº 003/2016, de 30 de junho de 2016, do Conselho Municipal de Saúde de Xanxerê, que dispõe sobre a aprovação da Pactuação dos Indicadores de Gestão (SISPACTO) do Relatório Anual de Gestão 2015, parte integrante deste decreto.

Art. 3º - Fica determinado aos órgãos competentes a divulgação e os encaminhamentos necessários, objetivando o atendimento aos objetivos propostos.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Xanxerê/SC, 05 de agosto de 2016.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº AJG 148/2016

DECRETO Nº AJG 148/2016

FIXA PREÇOS DAS TARIFAS DE TÁXI PARA O MUNICÍPIO DE XANXERÊ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI, Prefeito do Município de Xanxerê, SC, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 69 incisos III, XIV e XXI da Lei Orgânica do Município, e em especial;

Considerando que as tarifas de serviços de táxi do Município de Xanxerê ainda estão sendo praticadas com valores determinados pelo Decreto nº AJG 120/2013 de 13 de março de 2013; Considerando o resultado da reunião realizada entre a administração municipal, por meio do Departamento municipal de Trânsito, e o Sindicato dos Condutores Autônomos de Veículos Rodoviários de Xanxerê, no dia 19 de julho de 2016;

#### DECRETA:

Art. 1º. Os serviços de Táxi do Município de Xanxerê passam a vigorar com a cobrança das tarifas abaixo especificadas:

I – Dias úteis das 06h00min às 20h00min – tarifa mínima – no Centro – Perímetro Urbano ..... R\$ 10,00

II – Deslocamento para os Bairros: Bortolon, Colatto, Esportes, João Batista Tonial, La salle, Matinho e Veneza ..... R\$ 11,50

III – Deslocamento para os Bairros: Castelo Branco, Maria Winckler, Nossa Senhora de Fátima, Primo Tacca, Santos Dias, São Pedro, Vila Sésamo e Vista Alegre ..... R\$ 13,00

IV – Deslocamento para os Bairros: Bela Vista, Frederico Ferronato, Jardim Tarumã, João de Barro, João Winckler, Leandro, Monte Castelo, Nossa Senhora Aparecida, Nossa Senhora de Lourdes, Pinheiro, Santa Cruz, São Jorge, São Romero e Soffiatti ..... R\$ 15,00

V – Km rodado em estrada não pavimentada, fora dos locais e bairros acima discriminados ..... R\$ 2,60

VI – Km rodado em estrada pavimentada, fora dos locais e bairros acima discriminados ..... R\$ 2,00

VII- Cobrança de hora em espera - horário de tarifa normal ..... R\$ 30,00

Parágrafo único – Nos sábados, domingos e feriados das 18h00min às 06h00min e nos dias úteis das 20h00min às 06h00min haverá acréscimo de 30% (trinta por cento) sobre os valores mencionados no “caput” do presente artigo, inclusive nas horas em espera.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Xanxerê/SC, 05 de agosto de 2016.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº AJG 149/2016

DECRETO Nº AJG 149/2016

CRIA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO FORMADA POR EQUIPE TÉCNICA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III, da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando o disposto no artigo 5º da lei municipal nº 3748/2015 que trata do monitoramento contínuo do Plano Municipal de Educação;

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica criada a Comissão de Acompanhamento e Monitoramento do Plano Municipal de Educação formada por equipe técnica da Secretaria Municipal de Educação, composta pelos seguintes representantes:



I – DEONILDE BALDUINO;  
II – JEAN FIORINI;  
III – MELÂNIA ZULIAN FIORENTIN;  
IV – SALETE BRIZOLA DE JESUS;  
V – VERA LUCIA CORREA.

Art. 2º. Aos integrantes da Comissão, não será atribuída remuneração, sendo considerados serviços relevantes prestados à comunidade.

Art. 3º. Os membros nomeados exercerão suas funções na Comissão por um período de 04 (quatro) anos, a partir da publicação do presente decreto.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Xanxerê/SC, 05 de agosto de 2016.  
ADEMIR JOSÉ GASPARINI  
Prefeito Municipal

### **LEI Nº AJG 3858/2016**

LEI Nº AJG 3858/2016  
(Origem Projeto de Lei Nº AJG 016/2016)

**AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A RECEBER POR DOAÇÃO IMÓVEL RURAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

ADEMIR JOSÉ GASPARINI, Prefeito Municipal de Xanxerê/SC, no uso das atribuições de seu cargo, FAZ SABER a todos os habitantes do município que a Câmara Municipal de Vereadores votou, aprovou e ele sanciona a seguinte

#### **LEI**

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a receber por doação do Estado de Santa Catarina, com sede na Rodovia SC 401, nº 4600, Km 5, Saco Grande II, na cidade de Florianópolis/SC, inscrito no CNPJ sob nº 82.951.229/0001-76, através da Lei Estadual nº 16.735/2015, de 21 de outubro de 2015, o bem imóvel com área de 3.025,00 m², transcrito sob a matrícula nº 14.780, à fl. 77 do Livro nº 3H do Registro de Imóveis da Comarca de Xanxerê.

Parágrafo único – A doação ocorrerá mediante lavratura da competente escritura pública de doação, cujas despesas ficarão ao encargo do Município.

Art. 2º. Fica determinado ao Departamento de Contabilidade e de registros patrimoniais as providências para inclusão do imóvel no patrimônio público do Município de Xanxerê.

Art. 3º. A doação da área especificada no artigo anterior destina-se à instalação de equipamentos da defesa civil municipal.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL  
5 de Agosto de 2016  
ADEMIR JOSÉ GASPARINI  
Prefeito Municipal

### **RETIFICA PORTARIA RH-AJG 267/2015**

PORTARIA Nº RH-AJG 267/2015

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigos 69 inciso VIRAM e VIII e Lei nº HW 1.775/91, Lei Complementar nº AM 2907/06, Decreto AM 096/08 e Lei BLB 3112/09.

RESOLVE

CONCEDER a pedido, Licença Prêmio por assiduidade por um período de 12 (doze) dias a partir de 30.11.2015 a 11.12.2015 a Servidora Pública Municipal, a Sra. ROSEMARY PISETTA BONA, brasileira, casada, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê - Santa Catarina, portador (a) da CI nº 17/R-2.429.566, CPF nº 701.670.959-00 nomeada conforme Decreto nº JB 265/94 no cargo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO, com quarenta (40) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

O deferimento atende ao requerimento protocolado sob o nº 04413/2015 datado de 30.11.2015.

A licença prêmio concedida refere-se ao período de: 08.06.2009 a 07.06.2012: 12 (doze) dias.

Esta portaria entra em vigor nesta data, passando a vigorar a Licença Prêmio a partir desta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 30 de Novembro de 2015.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI  
Prefeito Municipal



**CÂMARA MUNICIPAL****LEI ORDINÁRIA Nº 3859/2016**

LEI Nº 3859 / 2016

(Origem Projeto de Lei Nº 20/2016 – Legislativo)

DENOMINA LOGRADOURO DO MUNICÍPIO DE XANXERÊ, DE FRANCISCO MARTINELLI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC, FAZ SABER a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores votou, aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte,

LEI

Art. 1º - Fica denominada de Rua Francisco Martinelli, a "Rua B", localizada no Loteamento Residencial Jardim Carolina, matrícula nº 25.564.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

5 de Agosto de 2016.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal



# Xaxim

## PREFEITURA

**AVISO PREGÃO 0064/2016**

AVISO DE LICITAÇÃO

MUNICÍPIO DE XAXIM, SC- Fundo Municipal de Saúde.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 0118/2016

PREGÃO PRESENCIAL N. 0064/2016

O Município de Xaxim – SC torna público que se encontra aberto o processo licitatório acima especificado objetivando: o registro de preços para aquisição de condensador de oxigênio para atendimento de pacientes a domicilio, através da Secretaria Municipal de Saúde. Os envelopes da documentação e da proposta deverão ser entregues até às 08h:30min do dia 19 de agosto de 2016, procedendo à abertura às 08h:45min do mesmo dia. O Edital e seus anexos poderão ser retirados pelo site [www.xaxim.sc.gov.br](http://www.xaxim.sc.gov.br) maiores informações poderão ser obtidas junto à sede do Município de Xaxim - SC, sito à Rua Rui Barbosa nº 347, com o Setor de Licitações, em horário de expediente de segunda a sexta feira.

Xaxim - SC, 08 de agosto de 2016.

Idacir Antônio Orso

Prefeito Municipal



## AGIR

Página 1 de 11  
Impresso em: 08/ago/2016  
As 14:44:37 Horas

AGEN. INTERM. REG. CONTR. FISC. SERV. MUN. MEDIO VALE DO ITAJAI - AGIR  
Relatório de Empenhos/Notas Extras(Pago)  
Emiss:00/00/0000 A 99/99/9999 Pcto:01/07/2016 A 31/07/2016

Atende net - Contabilidade										Usuário: -		
PM - Informática Pública Municipal										CP403301		
Nr. Empenho	E O. U.	P. A.	Elem/Cta	Iti	Vinc	DT.E.	Vcto	Dt. Pg Credor	Ens.	Vlr Empenho	Vlr Pago	Vlr Retenção
038	G 05001	2012	339039900000000		1000816	29/01 31/12 22/07 CENTRO DE INTEGRAÇÃO DE ESTUDANTES - EST		Histórico: Ref pago serviço prestado de recrutamento e acomp anamento de estagiários, para fins de provimento de vagas de estágio, visando, portanto, suprir as necessidades atuais da AGIR, bem como às atividades pertinentes à comunicação conf contrato CL n°002 /2015 com vigência de Junho a Dezembro/2016 e doc anexo.		1.800,00	150,00	
038	006 S 05001	2012	339039900000000		1000816	18/07 22/07 CENTRO DE INTEGRAÇÃO DE ESTUDANTES - EST		Histórico: Ref pago serviço prestado de recrutamento e acomp anamento de estagiários, para fins de provimento de vagas de estágio, visando, portanto, suprir as necessidades atuais da AGIR, bem como às atividades de jornalismo, administrativas e técnicas conf C ontrato CL n° 002/2015 e Primeiro Termo Aditivo ao Contrato CL n° 002/2015 com vigência de Janeiro a Dezembro/2016 competencia JUNHO/2016 conf doc anex o.		150,00	150,00	
039	E 05001	2012	339030010000000		1000816	29/01 31/12 18/07 AUTO POSTO BAILER LTDA		Histórico: Ref Pagto CONSUMO COMBUSTÍVEL FIAT/PALIO/WEEKEND P lacas MID-4148 P/ o exercicio/2016 conf doc anexo.		4.200,00	691,14	
039	006 S 05001	2012	339030010000000		1000816	01/07 16/07 AUTO POSTO BAILER LTDA		Histórico: Ref pago consumo de 203,405 lts de Gasolina para o veículo da AGIR FIAT/PALIO/WEEKEND PLACA MID-414 8, com a finalidade de deslocamento de servidores da AGIR durante a competência JUNHO/2016, conf doc em anexo.		691,14	691,14	
087	G 05001	2012	339039080000000		1000816	01/03 31/12 11/07 ALINE GOMES OLIVEIRA MEI		Histórico: Ref pago serviço prestado cujo objeto consiste na revitalização de layout do portal de informações (sítio) e do canal de ouvidoria da AGIR, a fim de contribuir para a transparência de informações e melhoria de comunicação entre órgão regulador, rég ulados e usuários, conf Contrato CL n° 001/2016 e doc anexo.		5.720,00	520,00	
087	005 S 05001	2012	339039080000000		1000816	01/07 11/07 ALINE GOMES OLIVEIRA MEI		Histórico: Ref pago MANUTENÇÃO MENSAL DO PORTAL DE INFORMAÇÃO ES (SÍTIO) DA AGIR E MANUTENÇÃO MENSAL DO CANAL D E OUVIDORIA DA AGIR para o EXERCÍCIO/2016, competê ncia JUNHO/2016, Conforme Contrato CL n° 001/2016 e doc anexo.		520,00	520,00	
122	E 05001	2012	339039900000000		1000816	24/03 00/00 08/07 PREFEITURA MUNICIPAL DE ASCURRA		Histórico: Ref PGTG REMBOLSO MENSAL DA REMUNERAÇÃO DA SERVID ORA MARIA DE FÁTIMA MARTINS POR SESSÃO DO ENTE CON SORTADO CONF RESOLUÇÃO N° 24/2016 DE 17 DE MARÇO DE 2016 PARA O PERÍODO DE MARÇO/16 A DEZEMBRO/16 CONF DOC ANEXO. BCO BRASIL/ AG-1478-8/ C/C 524-X.		45.000,00	4.783,15	
Atende net - Contabilidade										Usuário: -		
PM - Informática Pública Municipal										CP403301		



AGEN. INTERM. REG. CONTR. FISC. SERV. MUN. MEDIO VALE DO ITAJAI - AGIR

Relatório de Empenhos/Notas Extras(Pago)

Emis:00/00/0000 A 99/99/9999 Pgtc:01/07/2016 A 31/07/2016

Página 2 de 11  
Impresso em: 08/ago/2016  
As 14:44:38 Horas

Nr. Empenho	E/O.U.	P.A.	Elem/Cta	It	Vinc	Dt.E. Vcto	Dt. Pg	Credor	Ens.	Vlr Empenho	Vlr Pago	Vlr Retenção
122/005	S	05001	2012 339039900000000			1000816	01/07/08/07	PREFEITURA MUNICIPAL DE ASCURÇA		4.783,15	4.783,15	
Histórico: REF PGT REEMBOLSO MENSAL DA REMUNERAÇÃO DA SERV												
ORA MARIA DE FÁTIMA MARTINS POR SESSÃO DO ENTE CON												
SORCIADO CONF RESOLUÇÃO Nº 24/2016 DE 17 DE MARÇO												
DE 2016 PARA O PERÍODO DE MARÇO/16 A DEZEMBRO/16												
COMPETÊNCIA JUNHO/2016 CONF DOC ANEXO. BCO BRASIL/												
AG:1478-8/ C/C 524-X.												
259	O	05001	2012 339030390000000			1000816	10/06/24/06	RIVEL VEICULOS LTDA		795,00	795,00	
Histórico: Ref pagto de Material utilizado na Revisão periódica de 45.000KM do veículo Palio Weekend 1.6 da AGIR												
R sendo eles: 01 lanterna traseira/ 01 braco limp												
tras week/ 01 filtro comb.flex/ 01 filtro ar e-to												
rg 1.6/1.8 16v/ 01 jogo palheta família fire/ 1jg												
pastilha diant linea 1.9Ideapunt, conf doc anexo.												
260	O	05001	2012 339039190000000			1000816	10/06/24/06	RIVEL VEICULOS LTDA		425,00	425,00	
Histórico: Ref pagto serviço prestado na Revisão periódica de 45.000km do veículo Palio Weekend 1.6 da AGIR com f. doc anexo.												
261	O	05001	2012 339030390000000			1000816	10/06/24/06	RIVEL VEICULOS LTDA		293,52	293,52	
Histórico: Ref pagto de Material utilizado em manutencao do v												
eículo Palio Weekend 1.6 da AGIR sendo 01 sensor a												
bs traseiro, conf doc anexo.												
262	O	05001	2012 339039190000000			1000816	10/06/24/06	RIVEL VEICULOS LTDA		170,00	170,00	
Histórico: Ref pagto serviço prestado na manutencao do veicul												
o Palio Weekend 1.6 da AGIR, na troca da peca 01 s												
ensor abs traseiro, conf doc anexo.												
264	O	05001	2012 339039990000000			1000816	10/06/08/07	DS TRAVEL TUR AGENCIA DE VIAGENS E TURIS		492,71	492,71	
Histórico: Ref pagto de passagem aerea NAVEGANTES/BELO HORIZO												
NTE/NAVEGANTES p/ o Assessor Juridico da AGIR, sen												
hor Luciano Gabriel Henning participar da II Camar												
a Tecnica da ABAR sobre Aspectos Juridicos e Insti												
tucionais da Regulacao a ser realizada nos dias 0												
6 e 07/07/2016 em Belo Horizonte/MG conf doc anexo												
268	O	05001	2012 339039990000000			3000812	10/06/30/06	ISMAE SERVICO AUT MUNICIPAL DE AGUA E ES		7.834,20	7.834,20	
Histórico: REF PGT REEMBOLSO MENSAL DA REMUNERAÇÃO, VALE ALI												
MENTAÇÃO E ENCARGOS PATRONAIS DO SERVIDOR ANDRÉ DO												
MINGOS GOETZINGER POR SESSÃO DO CONSORCIADO CONF P												
ORTARIA Nº 5.224/2012 E PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº												
340/1210 COMPETÊNCIA MAIO/2016 CONF DOC ANEXO.												
269	O	05001	2012 339039990000000			1000816	10/06/30/06	ISMAE SERVICO AUT MUNICIPAL DE AGUA E ES		459,53	459,53	
Histórico: REF PGT REEMBOLSO MENSAL DA REMUNERAÇÃO, VALE ALI												
MENTAÇÃO E ENCARGOS PATRONAIS DO SERVIDOR ANDRÉ DO												
MINGOS GOETZINGER POR SESSÃO DO CONSORCIADO CONF P												
ORTARIA Nº 5.224/2012 E PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº												
340/1210 COMPETÊNCIA MAIO/16 CONF DOC ANEXO. COMPL												
EMENTO DO EMP 268/16.												

IPM - Informática Pública Municipal

Atende net - Contabilidade Usuário: -

CP403301



AGEN. INTERM. REG. CONTR. FISC. SERV. MUN. MEDIO VALE DO ITAJAI - AGIR

Relatório de Empenhos/Notas Extras(Pago)

Emiss:00/00/0000 A 99/99/9999 Pgto:01/07/2016 A 31/07/2016

Página 3 de 11  
Impresso em: 08/ago/2016  
As 14:44:38 Horas

Nr. Empenho	Empenho	Elemento	Item	Vinc	Dt. E. Vcto	Dt. Pgto	Empenho	Vlr Pago	Vlr Retenção
270	005001	2012	4490520400000000		15/06/2012	21/07/2016		4.445,00	4.445,00
Histórico: Pagto ref a aquisição de 01 (um) aparelho datalogger para monitoramento de pressões e vazões nas redes de distribuição de água dos municípios consorciados à AGIR, conf doc anexo.									
279	005001	2012	3390396500000000		15/06/2012	04/07/2016		600,00	600,00
Histórico: Ref pagto de 01 inscrição no curso Drenagem Urbana p/ o servidor Ricardo Hubner a realizar-se nos dias 30 de junho, 01 e 02 de julho de 2016 na Associação Catarinense de Engenheiros - ACE em Florianópolis/SC conf doc anexo.									
280	005001	2012	3390396500000000		15/06/2012	04/07/2016		360,00	360,00
Histórico: Ref pagto de 03 inscrições no curso Curso sobre a Política Nacional de Mobilidade Urbana: perspectiva e desafios para os municípios p/ os servidores Heitor Luiz Pasold, Maria de Fátima Martins e Victor Zanello Junior a realizar-se no dia 28 de junho de 2016 no Auditorio da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí - AMMVI em Blumenau/SC, conf doc anexo.									
285	005001	2012	3390301600000000		23/06/2012	21/07/2016		261,00	261,00
Histórico: Ref aquisição de 03 unidades de quadro branco 60x90cm mold alumínio, 01 unidade de cavalete flip-chart 1,80m madeira e 02 unidades de bloco de folhas p/ flip-chart 63x80 50 fls 75gr p/ as atividades da AGIR conf doc anexo.									
286	005001	2012	3390399900000000		23/06/2012	04/07/2016		1.361,74	1.361,74
Histórico: Ref pagto de passagens aéreas NAVEGANTES/BRASILIA/NAVEGANTES p/ a Diretora Administrativa senhora Vanessa Fernanda Schmitt e p/ o Agente Administrativo senhor Andre Domingos Goetzinger participarem do Kick-off Meeting 8º Fórum Mundial da Água e do Curso de Análise de Impacto Regulatório a serem realizados durante os dias 27/06 e 01/07/2016 em Brasília/DF conf doc anexo.									
287	005001	2012	3390399900000000		27/06/2012	18/07/2016		510,10	510,10
Histórico: Ref pagto de passagem aérea NAVEGANTES/RIO DE JANEIRO/NAVEGANTES p/ o Diretor Geral Heinrich L. Pasold participar do III Congresso Brasileiro de Consórcios Intermunicipais a ser realizado nos dias 13 e 14/07/2016 em Nova Friburgo/RJ conf doc anexo.									
292	005001	2012	3190110100000000		28/06/2012	01/07/2016		4.210,84	701,55
Histórico: Ref pagto JUNHO/2016 Proveniente da Função de OUVI DOR conf Decreto nº 011/2014 Nível 56, adicional por nova titulação ou habilitação de 03 níveis conf Decreto 14/2016 e Revisão Geral Anual conf Decreto 13/2016 e doc anexo.									

IPM - Informática Pública Municipal

Atende net - Contabilidade

Usuário: -

CP403301



AGEN. INTERM. REG. CONTR. FISC. SERV. MUN. MEDIO VALE DO ITAJAI - AGIR

Relatório de Empenhos/Notas Extras(Pago)

Emis:00/00/0000 A 99/99/9999 Pgtc:01/07/2016 A 31/07/2016

Página 4 de 11  
Impresso em: 08/ago/2016  
As 14:44:38 Horas

Nr. Empenho	E O.U.	P.A.	Elem/Cta	It	Vinc	Dt.E. Vcto	Dt. Pg Credor	Ens.	Vlr Empenho	Vlr Pago	Vlr Retenção
293	0 05001 2012 319046010000000					1000816 28/06 01/07 VITOR ZANELLA JUNIOR	Histórico: Ref pagto de AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO conf RESOLUÇÃO N° 011/2014 e Artigo 41-A do ANEXO II - Estatuto dos Servidores Públicos da AGIR -COMPETÊNCIA JUNHO/16 conf recibo anexo.		331,66	331,66	331,66
294	0 05001 2012 319046010000000					1000816 28/06 01/07 RICARDO HUBNER	Histórico: Ref pagto de JUNHO/16 Proveniente Assessoramento na Diretoria Técnica da Agir Nível 89 com Revisão Geral Anual conf Decreto 13/2016 e doc anexo.		8.094,19	8.094,19	1.770,43
295	0 05001 2012 319046010000000					1000816 28/06 01/07 RICARDO HUBNER	Histórico: Ref pagto de AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO conf RESOLUÇÃO N° 011/2014 e Artigo 41-A do ANEXO II - Estatuto dos Servidores Públicos da AGIR -COMPETÊNCIA JUNHO/16 conf recibo anexo.		331,66	331,66	331,66
296	0 05001 2012 319046010000000					1000816 28/06 01/07 VANESSA FERNANDA SCHMITT	Histórico: Ref pagto de JUNHO/16 Proveniente assessoria na Diretoria Administrativa da AGIR conf Decreto n°02/14 Nível 89 com Revisão Geral anual conf Decreto n° 13 /2016 e doc anexo.		8.094,19	8.094,19	3.282,30
297	0 05001 2012 319046010000000					1000816 28/06 01/07 VANESSA FERNANDA SCHMITT	Histórico: Ref pagto de AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO conf RESOLUÇÃO N° 011/2014 e Artigo 41-A do ANEXO II - Estatuto dos Servidores Públicos da AGIR -COMPETÊNCIA JUNHO/16 conf recibo anexo.		331,66	331,66	331,66
298	0 05001 2012 319036070000000					3000814 28/06 01/07 RAPHAEL SANTOS MACHADO	Histórico: Ref pagto de JUNHO/16 estágio prestado no setor administrativo na área de Jornalismo Reajuste conf. Decreto 013/2016 e doc anexo.		549,38	549,38	549,38
299	0 05001 2012 319046010000000					1000816 28/06 01/07 RAPHAEL SANTOS MACHADO	Histórico: Ref pagto de AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO conf RESOLUÇÃO N° 011/2014 e Artigo 41-A do ANEXO II - Estatuto dos Servidores Públicos da AGIR -COMPETÊNCIA JUNHO/16 conf recibo anexo.		165,83	165,83	165,83
300	0 05001 2012 319092490000000					1000816 28/06 01/07 RAPHAEL SANTOS MACHADO	Histórico: Ref pagto de Auxílio transporte proporcional aos 21 dias úteis do mês de JULHO/16 conf recibo salário anexo.		153,30	153,30	153,30
301	0 05001 2012 319011010000000					1000816 28/06 01/07 LUCIANO GABRIEL HENNING	Histórico: Ref pagto de JUNHO/16 proveniente ASSESSORIA JURÍDICA ICA nível 89 com Revisão Geral Anual conf decreto 13/2016 e doc anexo.		8.094,19	8.094,19	1.718,29
302	0 05001 2012 319046010000000					1000816 28/06 01/07 LUCIANO GABRIEL HENNING	Histórico: Ref pagto de AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO conf RESOLUÇÃO N°		331,66	331,66	331,66

IPM - Informática Pública Municipal

Atende net - Contabilidade Usuário: -

CP403301



AGEN. INTERM. REG. CONTR. FISC. SERV. MUN. MEDIO VALE DO ITAJAI - AGIR  
Relatório de Empenhos/Notas Extras(Pago)  
Emis:00/00/0000 A 99/99/9999 Pgtc:01/07/2016 A 31/07/2016

Página 5 de 11  
Impresso em: 08/ago/2016  
As 14:44:38 Horas

Nr. Empenho	E/O.U.	P.A.	Elem/Cta	It	Vinc	Dt.E. Vcto	Dt. Pg/Credor	Ens.	Vlr Empenho	Vlr Pago	Vlr Retenção
							01/2014 e Artigo 41-A do ANEXO II - Estatuto dos Servidores Públicos da AGIR - COMPETÊNCIA JUNHO/16 conf recibo anexo.				
303	0 05001 2012 3390360700000000						Histórico: Ref pagto de JUNHO/16 Proveniente Estágio prestado no setor técnico da AGIR conf recibo salário anexo.		549,38	549,38	
304	0 05001 2012 3190460100000000						Histórico: Ref pagto de AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO conf RESOLUÇÃO Nº 011/2014 e Artigo 41-A do ANEXO II - Estatuto dos Servidores Públicos da AGIR - COMPETÊNCIA JUNHO/16 conf recibo anexo.		165,83	165,83	
305	0 05001 2012 3190924900000000						Histórico: Ref pagto de AUXÍLIO transporte proporcional à 21 dias úteis do mês de JUNHO/16 conf recibo salário anexo.		189,00	189,00	
306	0 05001 2012 3190110100000000						Histórico: Ref pagto de JUNHO/2016 proveniente de Assessorame nto na Diretoria Administrativa da Agir reajustado conf Decreto 13/2016 e doc anexo.		11.560,51	11.560,51	2.723,67
307	0 05001 2012 3190460100000000						Histórico: Ref pagto de AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO conf RESOLUÇÃO Nº 011/2014 e Artigo 41-A do ANEXO II - Estatuto dos Servidores Públicos da AGIR - COMPETÊNCIA JUNHO/16 conf recibo anexo.		331,66	331,66	
308	0 05001 2012 3390360700000000						Histórico: Ref pagto JUNHO/16 Proveniente Estágio prestado no setor Administrativo da AGIR com aumento da carga horário p/ 6hrs diárias conf recibo salário anexo		820,76	820,76	
309	0 05001 2012 3190460100000000						Histórico: Ref pagto de AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO conf RESOLUÇÃO Nº 011/2014 e Artigo 41-A do ANEXO II - Estatuto dos Servidores Públicos da AGIR - COMPETÊNCIA JUNHO/16 conf recibo anexo.		248,75	248,75	
310	0 05001 2012 3190924900000000						Histórico: Ref pagto de Auxílio transporte proporcional à 21 dias úteis de JULHO/16 conf recibo salário anexo.		153,30	153,30	
311	0 05001 2012 3190110100000000						Histórico: Ref pagto de JUNHO/16 Proveniente Serviços Prestad os como AGENTE ADMINISTRATIVO conf Decreto nº05/20 13 e recibo salário anexo.		3.890,15	3.890,15	623,45
312	0 05001 2012 3190460100000000						Histórico: Ref pagto de JUNHO/16 Proveniente Estágio prestado no setor técnico da AGIR conf recibo salário anexo.		331,66	331,66	

IPM - Informática Pública Municipal

Atende.net - Contabilidade Usuário: -

CP403301



AGEN. INTERM. REG. CONTR. FISC. SERV. MUN. MEDIO VALE DO ITAJAI - AGIR

Relatório de Empenhos/Notas Extras(Pago)

Emis:00/00/0000 A 99/99/9999 Pgtc:01/07/2016 A 31/07/2016

Página 6 de 11  
Impresso em: 08/ago/2016  
As 14:44:38 Horas

Nr. Empenho	Empenho	Elemento	Item	Vinculo	Data	Descrição	Empenho	Pago	Retenção
313	005001	2012	319011010000000	1000816	28/06/2016	01/07/2016	ANA CLAUDIA HAFEMANN	4.380,95	751,33
Histórico: Ref pagto de AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO conf RESOLUÇÃO N° 011/2014 e Artigo 41-A do ANEXO II - Estatuto dos Servidores Públicos da AGIR -COMPETÊNCIA JUNHO/16 conf recibo anexo.									
314	005001	2012	319046010000000	1000816	28/06/2016	01/07/2016	ANA CLAUDIA HAFEMANN	331,66	
Histórico: Ref pagto de AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO conf RESOLUÇÃO N° 011/2014 e Artigo 41-A do ANEXO II - Estatuto dos Servidores Públicos da AGIR -COMPETÊNCIA JUNHO/16 conf recibo anexo.									
315	005001	2012	319011010000000	1000816	28/06/2016	01/07/2016	ADEMIR MANOEL GONCALVES	4.210,84	773,91
Histórico: Ref pagto de JUNHO/16 Proveniente Serviço Prestado na Assessoria Econômica com adicional por nova titulação conf Decreto 017/2016, Nível 56 com Revisão o Geral Anual conf Decreto 13/2016 e doc anexo.									
316	005001	2012	319046010000000	1000816	28/06/2016	01/07/2016	ADEMIR MANOEL GONCALVES	331,66	
Histórico: Ref pagto de AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO conf RESOLUÇÃO N° 011/2014 e Artigo 41-A do ANEXO II - Estatuto dos Servidores Públicos da AGIR -COMPETÊNCIA JUNHO/16 conf recibo anexo.									
317	005001	2012	319011330000000	1000816	28/06/2016	01/07/2016	ANDRE DOMINGOS GOETZINGER	1.167,05	128,37
Histórico: Ref pagto Funcionário cedido a Gratificação complementar 30% sobre o cargo de Agente Administrativo da Agir Competência JUNHO/16 Conf Decreto N° 006/2014 reajustado pelo Decreto 13/2016 conf doc anexo									
318	005001	2012	339039050000000	1000816	28/06/2016	01/07/2016	AMVVI ASSOC DOS MUN DO MEDIO VALE DO ITAJAI	15.600,00	7.800,00
Histórico: REFERENTE CONVENIO FIRMADO ENTRE AGIR E AMVVI QUE TEM COMO OBJETIVO DISCIPLINAR A IMPLEMENTAÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS, OPERACIONAIS, CONTÁBEIS, JURÍDICOS E DE CONTROLE INTERNO DO CONSORCIO PARA O EXERCÍCIO 2016, CONFORME TERMO ADITIVO AO CONVENIO DE COOPERAÇÃO INSTITUCIONAL N° 001/2014.									
318/001	005001	2012	339039050000000	1000816	28/06/2016	01/07/2016	AMVVI ASSOC DOS MUN DO MEDIO VALE DO ITAJAI	1.300,00	
Histórico: REFERENTE CONVENIO FIRMADO ENTRE AGIR E AMVVI QUE TEM COMO OBJETIVO DISCIPLINAR A IMPLEMENTAÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS, OPERACIONAIS, CONTÁBEIS, JURÍDICOS E DE CONTROLE INTERNO DO CONSORCIO PARA O EXERCÍCIO 2016, CONFORME TERMO ADITIVO AO CONVENIO DE COOPERAÇÃO INSTITUCIONAL N° 001/2014.									

IPM - Informática Pública Municipal

Atende net - Contabilidade

Usuário: -

CP403301



AGEN. INTERM. REG. CONTR. FISC. SERV. MUN. MEDIO VALE DO ITAJAI - AGIR

Relatório de Empenhos/Notas Extras(Pago)

Emiss:00/00/0000 A 99/99/9999 Pgto:01/07/2016 A 31/07/2016

Página 7 de 11  
Impresso em: 08/ago/2016  
As 14:44:38 Horas

Nr. Empenho	E/O.U.	P.A.	Elem/Cta	It	Vinc	Dt.E. Vcto	Dt. Pgto	Credor	Ens.	Vlr Empenho	Vlr Pago	Vlr Retenção
318/002	S	05001	2012 3390390500000000		1000816	28/06/06	01/07/11	AMVI ASSOC DOS MUN DO MEDIO VALE DO ITAJAI		1.300,00	1.300,00	
Histórico: REFERENTE CONVENIO FIRMADO ENTRE AGIR E AMVI QUE TEM COMO OBJETIVO DISCIPLINAR A IMPLEMENTACAO DE S ERVÇOS ADMINISTRATIVOS, OPERACIONAIS, CONTABEIS, JURIDICOS E DE CONTROLE INTERNO DO CONSORCIO PARA O EXERCICIO 2016 COMPETENCIA FEVEREIRO/2016, CONFORME TERMO ADITIVO AO CONVENIO DE COOPERACAO INSTITUCIONAL Nº 001/2014 ANEXO.												
318/003	S	05001	2012 3390390500000000		1000816	28/06/06	01/07/11	AMVI ASSOC DOS MUN DO MEDIO VALE DO ITAJAI		1.300,00	1.300,00	
Histórico: REFERENTE CONVENIO FIRMADO ENTRE AGIR E AMVI QUE TEM COMO OBJETIVO DISCIPLINAR A IMPLEMENTACAO DE S ERVÇOS ADMINISTRATIVOS, OPERACIONAIS, CONTABEIS, JURIDICOS E DE CONTROLE INTERNO DO CONSORCIO PARA O EXERCICIO 2016 COMPETENCIA MARÇO/2016, CONFORME TERMO ADITIVO AO CONVENIO DE COOPERACAO INSTITUCIONAL Nº 001/2014.												
318/004	S	05001	2012 3390390500000000		1000816	28/06/06	01/07/11	AMVI ASSOC DOS MUN DO MEDIO VALE DO ITAJAI		1.300,00	1.300,00	
Histórico: REFERENTE CONVENIO FIRMADO ENTRE AGIR E AMVI QUE TEM COMO OBJETIVO DISCIPLINAR A IMPLEMENTACAO DE S ERVÇOS ADMINISTRATIVOS, OPERACIONAIS, CONTABEIS, JURIDICOS E DE CONTROLE INTERNO DO CONSORCIO PARA O EXERCICIO 2016 COMPETENCIA ABRIL/2016, CONFORME TERMO ADITIVO AO CONVENIO DE COOPERACAO INSTITUCIONAL Nº 001/2014.												
318/005	S	05001	2012 3390390500000000		1000816	28/06/06	10/07/11	AMVI ASSOC DOS MUN DO MEDIO VALE DO ITAJAI		1.300,00	1.300,00	
Histórico: REFERENTE CONVENIO FIRMADO ENTRE AGIR E AMVI QUE TEM COMO OBJETIVO DISCIPLINAR A IMPLEMENTACAO DE S ERVÇOS ADMINISTRATIVOS, OPERACIONAIS, CONTABEIS, JURIDICOS E DE CONTROLE INTERNO DO CONSORCIO PARA O EXERCICIO 2016 COMPETENCIA MAIO/2016, CONFORME TERMO ADITIVO AO CONVENIO DE COOPERACAO INSTITUCIONAL Nº 001/2014.												
318/006	S	05001	2012 3390390500000000		1000816	28/06/06	15/07/11	AMVI ASSOC DOS MUN DO MEDIO VALE DO ITAJAI		1.300,00	1.300,00	
Histórico: REFERENTE CONVENIO FIRMADO ENTRE AGIR E AMVI QUE TEM COMO OBJETIVO DISCIPLINAR A IMPLEMENTACAO DE S ERVÇOS ADMINISTRATIVOS, OPERACIONAIS, CONTABEIS, JURIDICOS E DE CONTROLE INTERNO DO CONSORCIO PARA O EXERCICIO 2016 COMPETENCIA JUNHO/2016, CONFORME TERMO ADITIVO AO CONVENIO DE COOPERACAO INSTITUCIONAL Nº 001/2014.												
319	O	05001	2012 3190110100000000		1000816	28/06/06	01/07/11	ADENIR MANOEL GONCALVES		242,88	242,88	
Histórico: Ref. pagamento diferença salário retroativo a maio/16 proveniente serviços prestados na Assessoria Econômica com Adicional por nova titulação conf decreto 017/2016, nível 56 com revisão geral Anual conf Decreto 13/2016 e doc anexo.												
320	O	05001	2012 3390369600000000		3000814	28/06/06	04/07/11	VANESSA FERNANDA SCHMITT		1.000,00	1.000,00	

IPM - Informática Pública Municipal

Atende net - Contabilidade

Usuário: -

CP403301



AGEN. INTERM. REG. CONTR. FISC. SERV. MUN. MEDIO VALE DO ITAJAI - AGIR

Relatório de Empenhos/Notas Extras(Pago)

Emis:00/00/0000 A 99/99/9999 Pgtc:01/07/2016 A 31/07/2016

Página 8 de 11  
Impresso em: 08/ago/2016  
As 14:44:38 Horas

Nr. Empenho	E/O.U.	P.A.	Elem/Cta	It	Vinc	Idt.E. Vcto	Dt. Pg/Credor	Ens.	Vlr Empenho	Vlr Pago	Vlr Retenção
Histórico: Ref ADIANTAMENTO despesas diversas para manutenção das atividades da AGIR conf doc anexo.											
321	0 05001 2012 3390396500000000								958,00	958,00	
Histórico: Ref pagto de 01 inscrição no curso Contratação sem Licitação p/ a servidora Ana Claudia Hafemann a realizar-se no dia 06 de julho de 2016 em Curitiba /PR conf doc anexo.											
322	0 05001 2012 3390399900000000								951,46	951,46	
Histórico: Ref pagto de 02 Diárias p/ o servidor Luciano G. RO/NAVEGANTES p/ o Presidente da Diretoria Executiva do Consorcio Publico da AGIR senhor Fernando Tomasselli participar do III Congresso Brasileiro de Consorcios Intermunicipais a ser realizado nos dias 13 e 14/07/2016 em Nova Friburgo/RJ conf doc anexo.											
323	0 05001 2012 3390141400000000								360,00	360,00	
Histórico: Ref pagto 01 Diária p/ a servidora Ana Claudia Hafemann participar do Curso Contratação sem Licitação o a realizar-se dia 06 de julho/2016 em Curitiba/PR R instituição organizadora IBRAP conf doc anexo.											
324	0 05001 2012 3390141400000000								1.000,00	1.000,00	
Histórico: Ref pagto de 02 Diárias p/ o servidor Luciano G. Henning participar da II Câmara Técnica da ABAR de Aspectos Jurídicos e Institucionais da Regulação a realizar-se dias 07 e 08 de Julho de 2016 em Belo Horizonte/MG realizado pela ABAR conf doc anexo.											
326	0 05001 2012 3390364500000000								300,42	300,42	
Histórico: Ref pagto de Jeton a Conselho Titular proveniente da Reunião Ordinária do dia 04/07/2016 realizada na sede da AMMVI no auditório menor conf Resolução n°25/2011 e lista presença anexo.											
327	0 05001 2012 3390364500000000								300,42	300,42	
Histórico: Ref pagto de Jeton a Conselho Titular proveniente da Reunião Ordinária do dia 04/07/2016 realizada na sede da AMMVI no auditório menor conf Resolução n°25/2011 e lista presença anexo.											
328	0 05001 2012 3390364500000000								300,42	300,42	
Histórico: Ref pagto de Jeton a Conselho Titular proveniente da Reunião Ordinária do dia 04/07/2016 a realizar-se na sede da AMMVI no auditório menor conf Resolução n°25/2011 e lista presença anexo.											
329	0 05001 2012 3390364500000000								300,42	300,42	
Histórico: Ref pagto de Jeton a Conselho Titular proveniente da Reunião Ordinária do dia 04/07/2016 a realizar-se na sede da AMMVI no auditório menor conf Resolução n°25/2011 e lista presença anexo.											

IPM - Informática Pública Municipal

Atende.net - Contabilidade

Usuário: -

CP403301



AGEN. INTERM. REG. CONTR. FISC. SERV. MUN. MEDIO VALE DO ITAJAI - AGIR  
Relatório de Empenhos/Notas Extras(Pago)  
Emiss:00/00/0000 A 99/99/9999 Pgtc:01/07/2016 A 31/07/2016

Página 9 de 11  
Impresso em: 08/ago/2016  
As 14:44:38 Horas

Nr. Empenho	E/O.U.	P.A.	Elem/Cta	It	Vinc	Dt.E. Vcto	Dt. Pg/Credor	Ens.	Vlr Empenho	Vlr Pago	Vlr Retenção
Gão n°25/2011 e lista presença anexo.											
330	0 05001 2012 3390364500000000		3000814 01/07/08/07 08/07 JOSE CARLOS SPENGLER						300,42	300,42	
Histórico: Ref pagto de Jeton a Conselho Titular proveniente da Reunião Ordinária do dia 04/07/2016 a realizar-se na sede da AMVI no auditório menor conf Resolu ção n°25/2011 e lista presença anexo.											
331	0 05001 2012 3390364500000000		3000814 01/07/08/07 08/07 GUSTAVO DUNCHATT ZETTERMANN						300,42	300,42	
Histórico: Ref pagto de Jeton a Conselho Titular proveniente da Reunião Ordinária do dia 04/07/2016 a realizar-se na sede da AMVI no auditório menor conf Resolu ção n°25/2011 e lista presença anexo.											
332	0 05001 2012 3390364500000000		3000814 01/07/04/07 08/07 RICARDO ALEXANDRE DA SILVA						300,42	300,42	
Histórico: Ref pagto de Jeton a Conselho Titular proveniente da Reunião Ordinária do dia 04/07/2016 a realizar-se na sede da AMVI no auditório menor conf Resolu ção n°25/2011 e lista presença anexo.											
333	0 05001 2012 3190130200000000		1000816 01/07/20/07 20/07 BANCO DO BRASIL S/A.						11.640,71	11.640,71	
Histórico: Ref pagto de INSS PATRONAL CONTRIBUIÇÃO COTA EMPRE SA ACIDENTE TERCEIROS JUNHO/2016 CONF DOC ANEXO.											
334	0 05001 2012 3190131800000000		1000816 01/07/25/07 25/07 BANCO DO BRASIL S/A.						554,32	554,32	
Histórico: REF PAGTO DE PTS JUNHO/2016 CONF DOC ANEXO.											
335	0 05001 2012 3390471800000000		3000814 01/07/20/07 20/07 BANCO DO BRASIL S/A.						233,41	233,41	
Histórico: Ref pagto INSS patronal contribuição cota empresa terceiros JUNHO/2016 de André D. Goetzinger conf doc anexo.											
336	0 05001 2012 3190114300000000		1000816 01/07/15/07 15/07 ADEMIR MANOEL GONCALVES						2.271,25	2.271,25	
Histórico: Ref pagto 1ª Parcela do 13º Salário Exercício/2016 conf Recibo salário anexo.											
337	0 05001 2012 3190114300000000		1000816 01/07/15/07 15/07 ANA CLAUDIA HAFEMANN						2.356,31	2.356,31	
Histórico: Ref pagto 1ª Parcela do 13º Salário Exercício/2016 conf Recibo salário anexo.											
338	0 05001 2012 3190114300000000		1000816 01/07/15/07 15/07 CAIO BARBOSA DE CARULICE						2.110,91	2.110,91	
Histórico: Ref pagto 1ª Parcela do 13º Salário Exercício/2016 conf Recibo salário anexo.											
339	0 05001 2012 3190114300000000		1000816 01/07/15/07 15/07 HEINRICH LUIZ PASOLD						5.946,09	5.946,09	
Histórico: Ref pagto 1ª Parcela do 13º Salário Exercício/2016 conf Recibo salário anexo.											
340	0 05001 2012 3190114300000000		1000816 01/07/15/07 15/07 LUCIANO GABRIEL HENNING						4.212,93	4.212,93	
Histórico: Ref pagto 1ª Parcela do 13º Salário Exercício/2016 conf Recibo salário anexo.											
341	0 05001 2012 3190114300000000		1000816 01/07/15/07 15/07 RICARDO HUBNER						4.212,93	4.212,93	

IPM - Informática Pública Municipal

Atende.net - Contabilidade Usuário: -

CP403301



AGEN. INTERM. REG. CONTR. FISC. SERV. MUN. MEDIO VALE DO ITAJAI - AGIR

Relatório de Empenhos/Notas Extras(Pago)

Emis:00/00/0000 A 99/99/9999 Pcto:01/07/2016 A 31/07/2016

Página 10 de 11  
Impresso em: 08/ago/2016  
As 14:44:38 Horas

Nr. Empenho	E/O.U.	P.A.	Elem/Cta	It	Vinc	Dt.E. Vcto	Dt.Pg/Credor	Ens.	Vlr Empenho	Vlr Pago	Vlr Retenção
Histórico: Ref pagto 1ª Parcela do 13º Salário Exercício/2016 conf Recibo salário anexo.											
342	0 05001 2012 3190114300000000					01/07/15/07 15/07 15/07 VANESSA FERNANDA SCHMITT			4.212,93	4.212,93	
Histórico: Ref pagto 1ª Parcela do 13º Salário Exercício/2016 conf Recibo salário anexo.											
343	0 05001 2012 3190114300000000					01/07/15/07 15/07 15/07 VITOR ZANELLA JUNIOR			2.271,25	2.271,25	
Histórico: Ref pagto 1ª Parcela do 13º Salário Exercício/2016 conf Recibo salário anexo.											
344	0 05001 2012 3390141400000000					01/07/11/07 12/07 12/07 HEINRICH LUIZ PASOLD			990,00	990,00	
Histórico: Ref pagto 03 Diárias para o servidor Heinrich L. Pasold participar do III Congresso Brasileiro de Consórcios Intermunicipais a realizar-se nos dias 13 e 14 de Julho/2016 em Nova Friburgo/RJ conf doc anexo.											
345	0 05001 2012 3390141400000000					01/07/11/07 12/07 12/07 FERNANDO TOMASELLI			660,00	660,00	
Histórico: Ref pagto 02 Diárias para o Prefeito de Rio dos Cedros e presidente da AGIR, Fernando Tomaselli, para participar do III Congresso Brasileiro de Consórcios Intermunicipais a realizar-se nos dias 13 e 14 de julho de 2016 em Nova Friburgo/RJ conf doc anexo.											
347	0 05001 2012 3390399900000000					11/07/19/07 19/07 19/07 DS TRAVEL TUR AGENCIA DE VIAGENS E TURIS			398,75	398,75	
Histórico: Ref pagto de alteracao de passagem aerea NAVEGANTE S/NOVAFRIBURGO/NAVEGANTES p/ o Presidente da Diretoria Executiva da AGIR participar do III Congresso Brasileiro de Consorcios Intermunicipais a ser realizado nos dias 13 e 14/07/2016 em Nova Friburgo/RJ conf doc anexo.											
349	0 05001 2012 3390304200000000					18/07/28/07 19/07 19/07 CONFORMAQ DISTRIBUIDORA LTDA			32,00	32,00	
Histórico: Pagto referente a aquisicao de ferramenta alicate bomba d'agua 10pol para uso em vistorias de vazão e pressão da rede de abastecimento de agua pelo seto R. tecnico da AGIR. conf doc anexo.											
350	0 05001 2012 3390141400000000					18/07/19/07 19/07 19/07 ANA CLAUDIA HAFEMANN			540,00	540,00	
Histórico: Ref pagto de 02 Diárias para a colaboradora Ana Claudia Hafemann participar da Reunião do Colegiado de Consórcios Públicos da Federação Catarinense de Municípios - FECAM a realizar-se dia 20/07/2016 e também, do Curso de Gestão de Consórcios Públicos - 4º Módulo - Gestão de Pessoas por competência a realizar-se nos dias 21 e 22 de Julho/2016 em Florianópolis/SC conf doc anexo.											
351	0 05001 2012 3390141400000000					18/07/19/07 19/07 19/07 VANESSA FERNANDA SCHMITT			330,00	330,00	
Histórico: Ref pagto 01 Diária para a colaboradora Vanessa F. Schmitt para participar da Reunião do Colegiado de Consórcios Públicos da Federação Catarinense de Municípios - FECAM e do Curso de Gestão de Consórcios											

IPM - Informática Pública Municipal

Atende.net - Contabilidade Usuário: -

CP40301



AGEN. INTERM. REG. CONTR. FISC. SERV. MUN. MEDIO VALE DO ITAJAI - AGIR  
Relatório de Empenhos/Notas Extras(Pago)  
Emis:00/00/0000 A 99/99/9999 Pgtc:01/07/2016 A 31/07/2016

Página 11 de 11  
Impresso em: 08/ago/2016  
As 14:44:38 Horas

Nr. Empenho	Empenho	Elemento	Item	Vinculo	Data	Descrição	Empenho	Pago	Retenção
352	005001	2012	3390399900000000	3000814	18/07/2016	19/07/2016	652,52	652,52	
<p>Histórico: Ref pagto de renarcacao de passagens aereas NAVEGA NTE/RIO DE JANEIRO/NAVEGANTES p/ o Diretor Geral Heinrich L. Pasold participar do III Congresso Brasileiro de Consorcios Interunicipais a ser realizado em 13 e 14/07/2016 em Nova Friburgo/RJ e NAVEGANTES/BELO HORIZONTE/NAVEGANTES p/ o Assessor Juridico Luciano Gabriel Henning participar da II Camara Tecnica da ABAR sobre Aspectos Juridicos e Institucionais da Regulacao e da Assembleia Geral Ordinaria</p>									
353	005001	2012	3190110100000000	1000816	18/07/2016	20/07/2016	1.349,03	1.349,03	334,08
<p>Histórico: Ref pagto de 05 dias de férias no período de 25/07/2016 a 29/07/2016 do período Aquisitivo 2014/2015 conf recibo de férias anexo.</p>									
354	005001	2012	3190114500000000	1000816	18/07/2016	20/07/2016	1.349,03	1.349,03	
<p>Histórico: Ref pagto de 1/3 abono de férias proveniente a 10 dias de férias em pecunia e 05 dias de férias gozadas do período aquisitivo Julho 2014/ Julho 2015 Conf recibo de férias anexo.</p>									
355	005001	2012	3190114400000000	1000816	18/07/2016	20/07/2016	2.698,06	2.698,06	
<p>Histórico: Ref pagto de 10 dias de férias em pecunia do período do aquisitivo julho/2014 a julho/2015 conf recibo salário anexo.</p>									
356	005001	2012	3390399900000000	3000814	18/07/2016	20/07/2016	8.158,73	8.158,73	
<p>Histórico: Ref PGO REEMBOLSO MENSAL DA REMUNERAÇÃO, VALE ALIMENTAÇÃO E ENCARGOS PATRONAIS DO SERVIDOR ANDRÉ DO MINGOS GOETZINGER POR SESSÃO DO CONSORCIADO CONF P ORTARIA Nº 5.224/2012 E PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 340/1210 COMPETÊNCIA JUNHO/16 CONF DOC ANEXO.</p>									
358	005001	2012	3190130200000000	1000816	20/07/2016	20/07/2016	0,01	0,01	
<p>Histórico: Ref pagto de INSS Patronal contribuição cota empresa acidente terceiros JUNHO/2016 conf doc anexo. Complemento emp 333/2016.</p>									
393	005001	2012	3390398100000000	3000814	29/07/2016	29/07/2016	376,00	376,00	
<p>Histórico: Ref PAGTO DÉBITO SERVIÇO COBRANÇA DE EMISSÃO DE BOLETOS ELETRÔNICOS DO MÊS DE JULHO CONF DOC ANEXO.</p>									
Total Ordinário								141.531,97	
Total Sub-Empenho								13.944,29	
Total Global								13.944,29	
Total Retenção								12.807,38	
Total Empenhos								155.476,26	

FERNANDO TOMASELLI  
PRESIDENTE

VALDETE K MARQUES  
CRC/SC 027935/01 - CONTADORA

IPM - Informática Pública Municipal

Atende.net - Contabilidade

Usuário: -

CP403301



---

**CIMVI**

---

**RESOLUÇÃO Nº 160, DE 02 DE AGOSTO DE 2016**

RESOLUÇÃO Nº 160, DE 02 DE AGOSTO DE 2016.

Substitui membros do Conselho Intermunicipal de Cultura, Esporte e Turismo designados pela Resolução nº 147 de 18 de fevereiro de 2016.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Protocolo de Intenções ratificado pelos Municípios, pelo Contrato de Consórcio Público e Estatuto do CIMVI;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Alterar a Resolução nº 147-16 de 18 de fevereiro de 2016 para designar, em substituição, membros para compor o Conselho Intermunicipal de Cultura, Esporte e Turismo, a contar desta data:

“Art. 1º...

**VI – MUNICÍPIO DE POMERODE**

Titular: Ivan Daniel Piske

Suplente: Ronald Kreidel

Suplente: Raquel do Nascimento

...

**VIII – MUNICÍPIO DE RODEIO**

Titular: Arley Regiane Scoz Moser

Suplente: Bruno Cesar Ferrari

...”

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Timbó, 02 de agosto de 2016.

HARTWIG PERSUHN

Presidente

---

**CIS/AMMVI**

---

**RESOLUÇÃO Nº 119, DE 08/08/2016.**

RESOLUÇÃO nº 119, de 08/08/2016.

Autoriza pagamento de tarifas de serviços bancários à Caixa Econômica Federal

Pedro Celso Zuchi, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde dos Municípios do Médio Vale do Itajaí – CISAMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Protocolo de Intenções ratificado pelos Municípios, e

Considerando que o CISAMVI mantém contas junto a CEF, e em data de 25/07/2016, foi constatada a incidência de Tarifa de Manutenção de Contas e Tarifa para Transferência Eletrônica Disponível – TED;

Considerando que em contato com a CEF, foi cientificado a incidência das referidas tarifas, devidas em virtude da normativa interna da CEF, denominada CO028; item 3.5.1;

Considerando que as movimentações bancárias de pagamentos que incidem cobrança de tarifas foram suspensas até a regularização do pagamento das de tarifas de serviços bancários;

Considerando os orçamentos obtidos junto à Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil, e que este apresentou valores superiores aos apresentados pela CEF;

Considerando a proposta da CEF, em conceder desconto na tarifa de Transferência Eletrônica Disponível – TED, devido à grande movimentação do CISAMVI;

Considerando, que o CISAMVI, já possui contas abertas e ativas junto a CEF, gerando economia referente a tarifas de cadastro, agilidade e continuidade aos pagamentos dos fornecedores com contrato vigente;

Considerando a necessidade da continuidade dos serviços, e o grande número de pagamentos a serem efetuados aos fornecedores de contratos vigentes;

Considerando que a falta de pagamentos poderá acarretar a suspensão dos serviços prestados aos municípios, e ainda a incidência de juros e multas pelo atraso nos pagamentos;

Considerando que há dotação orçamentária própria consignada no Orçamento-Programa Anual do CISAMVI para pagamento da despesa;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Autorizar o pagamento das tarifas de serviços bancários incidentes nas contas correntes ativas junto à Caixa Econômica Federal, abaixo relacionadas:



148-3 - Medicamentos  
149-1 - Convênios  
150-5 - Manutenção  
250-1 - Concurso

Art. 2º - Fica autorizado o pagamento das tarifas de serviços bancários até a contratação da instituição financeira por meio de processo licitatório, de acordo com os seguintes valores:

Renovação Cadastral – a cada 180 dias	R\$ 29,50 (Vinte e nove reais e cinquenta centavos)
Manutenção de Conta Ativa (mensal)	R\$ 25,30 (vinte e cinco reais e trinta centavos) por conta.
TED (Transferência Eletrônica Disponível) via Internet Banking	R\$ 3,75 (Três reais e setenta e cinco centavos)

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, SC, em 08 de agosto de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI  
Presidente do CISAMVI

## CPIMMOC

### DISTRATO REFERENTE CONTRATO 08/2016

TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL EM COMUM ACORDO REFERENTE AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 08/2016

Considerando: O período eleitoral, cuja divulgação de atos institucionais sofre considerável restrições;

Considerando: a situação financeira que se encontram os Municípios integrantes do Consórcio CPIMMOC, o que vem causando atrasos nos repasses das contribuições ao Consórcio;

Considerando: o acordo mútuo de vontade entre as partes integrantes do termo contratual 08/2016;

O Consórcio Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado - CPIMMOC Associação Pública com personalidade jurídica de direito público, estabelecido à Rua Roberto Trompowski, 682º andar centro município de Joaçaba Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Presidente, Sr.Vitor João Faccin, Prefeito Municipal de Ouro, Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e a Empresa N'Ativa Comunicação Integrada, CNPJ 09.394.287/0001-56, representada por sua Diretora Presidente, Senhora. Aline Andres, brasileira, portadora do CPF Nº 942.206.389-20 e RG Nº 2.633.748 e JP/SC.00747 Ministério do Trabalho, com sede a Rua Travessa Pinheiro Machado, Edifício Adair Ceron, 1º andar, sala 001, Centro Município de Herval d'Oeste (SC), doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, de comum acordo e conforme o inciso II do art. 79 da lei federal 8.666/93.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA DA RESCISÃO CONTRATUAL

Por decisão em comum acordo entre as partes, fica rescindido o contrato administrativo 08/2016 a partir da data da assinatura deste termo de rescisão amigável de contrato.

#### CLÁUSULA SEGUNDA DOS VALORES

Fica ajustado que a contratada receberá o valor de R\$ 183,33 (cento e oitenta e três reais e trinta e três centavos) pelos serviços prestados no período do dia 01/07/2016 a 10/07/2016, além dos valores das parcelas relativas aos meses anteriores já pagos, não tendo mais valores a receber para qualquer uma das partes, ficando quitadas ambas as obrigações contratuais para a contratante e para a contratada a partir da assinatura deste termo.

Por estarem justos e acertados, assinam o presente termo de rescisão de contrato em 02 vias de igual teor, juntamente com duas testemunhas abaixo nomeadas.

Joaçaba, 11 de Julho de 2016.

VITOR JOÃO FACCI  
Presidente CPIMMOC  
CONTRATANTE

ALINE ANDRES  
N'ATIVA COMUNICAÇÃO INTEGRADA  
CONTRATADA

Testemunhas:

MARIZE COLETTI  
518.251.049-72

JOCIRLEI FÁTIMA PEREIRA  
486.510.959-53

### DISTRATO REFERENTE CONTRATO 27/2015

TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL EM COMUM ACORDO REFERENTE AO CONTRATO Nº \_027/2015

Considerando: a situação financeira que assola os Municípios integrantes do Consórcio CPIMMOC que tem provocado repasse no pagamento das contribuições mensais;

Considerando: que a crise financeira tem diminuído o ritmo de trabalho dos Municípios incluindo a realização de procedimento licitatório para novas aquisições;

Considerando o afastamento de parte da equipe da contratada para disputa do pleito eleitoral o que tem causado dificuldades de pessoal técnico para o atendimento ao contrato;

O Consorcio Público Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste e Contestado (CPIMMOC), com sede a Rua Roberto Trompowski, Centro, Cidade e Município de Joaçaba, inscrito junto ao CNPJ sob o nº 19.678.109/0001-00, neste ato representada por seu Presidente o Sr. Vitor João Faccin, CPF nº 520.064.509-30 doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e a empresa CONCURSUL ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA ME, inscrita no CNPJ-MF sob o nº 13.701.906/0001-85, com sede na rua Joinville, 73, Sala 01, no município de Xanxerê/SC, representada neste ato, pelo seu Sócio Administrador, Senhor Volcir Canuto, portador da Cédula de Identidade nº 1.070.544 expedida pela SSP/SC, e inscrita no CPF-MF sob o nº 385.935.309-82, doravante denominada simplesmente



CONTRATADA, e perante as testemunhas abaixo firmadas, decidem em comum acordo e conforme o inciso II do art. 79 da Lei 8.666/93 rescindir de forma amigável o contrato administrativo 27/2015.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto do presente termo é a rescisão amigável e em comum acordo do contrato administrativo 27/2015 dando plena quitação das obrigações e dos direitos ao contratante e ao contratado a partir da assinatura deste termo.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Joaçaba, SC, em 30 de junho de 2016.

Vitor João Faccin

Presidente do Consórcio

VOLCIR CANUTO

Concursul Assessoria e Consultoria.

Contratado

Testemunhas

Marize Coletti

Diretora Executiva

Andréia Fleck da Silva

Assistente Administrativa

## CIRSURES

### EXTRATO DO CONTRATO CIRSURES - 036/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DA REGIÃO SUL - CIRSURES

Comissão Permanente de Licitação e Julgamento – CPLJ

#### EXTRATO DE CONTRATO

Contrato: 036/2016

Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DA REGIÃO SUL - CIRSURES

Contratado: Bela Vista Artefatos de Cimento Ltda. EPP

CNPJ: 05.783.700/0001-13

Processo Licitatório n.º 003/2016

Objeto: Aquisição de material e serviços para pavimentação com lajotas e drenagem pluvial de rua no bairro Rio Carvão.

Prazo para entrega máximo: imediato, após homologação.

Valor do contrato: R\$ 58.000,00 (Cinquenta e oito mil reais).

Urussanga (SC), 08 de agosto de 2016.

### EXTRATO DO CONTRATO CIRSURES - 037/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DA REGIÃO SUL - CIRSURES

Comissão Permanente de Licitação e Julgamento – CPLJ

#### EXTRATO DE CONTRATO

Contrato: 037/2016

Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DA REGIÃO SUL - CIRSURES

Contratado: SBM Sul Brasileira de Mineração Ltda.

CNPJ: 14.779.384/0004-40

Processo Licitatório n.º 002/2016

Objeto: Aquisição de Brita com diversos tamanhos (Brita nº 4 e bica corrida), com frete posto no aterro sanitário.

Prazo para entrega máximo: imediato, após homologação.

Valor do contrato: R\$ 29.797,70 (Vinte e nove mil, setecentos e noventa e sete reais e setenta centavos)

Urussanga (SC), 08 de agosto de 2016.